

UNIVERSIDADE ESTADUAL DE CAMPINAS
FACULDADE DE EDUCAÇÃO

ESTUDOS DO LAZER NO BRASIL
APROPRIAÇÃO DA OBRA DE MARX E ENGELS

Elza Margarida de Mendonça Peixoto

Campinas - SP
2007

UNIVERSIDADE ESTADUAL DE CAMPINAS
FACULDADE DE EDUCAÇÃO

TESE DE DOUTORADO

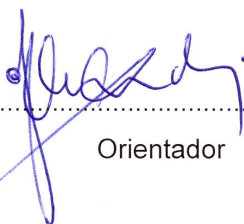
Estudos do Lazer no Brasil: apropriação da obra de Marx e Engels.

Autor: Elza Margarida de Mendonça Peixoto
Orientador: Prof. Dr. José Claudinei Lombardi

Este exemplar corresponde à redação final da Tese defendida por Elza Margarida de Mendonça Peixoto e aprovada pela Comissão Julgadora.

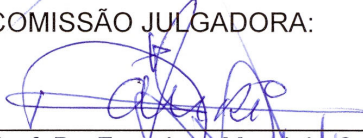
Data: 30/11/2007

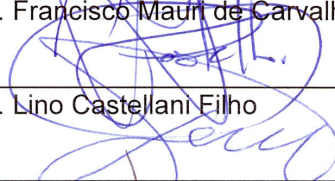
Assinatura:.....

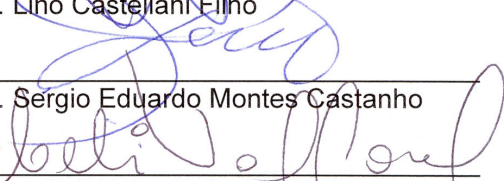


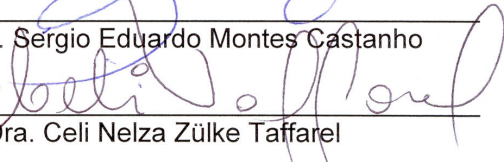
Orientador

COMISSÃO JULGADORA:



Prof. Dr. Francisco Mauri de Carvalho Freitas

Prof. Dr. Lino Castellani Filho

Prof. Dr. Sergio Eduardo Montes Castanho

Profa. Dra. Celi Nelza Zülke Taffarel

2007

i

© by Elza Margarida de Mendonça Peixoto, 2007.

**Ficha catalográfica elaborada pela Biblioteca
da Faculdade de Educação/UNICAMP**

Peixoto, Elza Margarida de Mendonça
P359e Estudos do lazer no Brasil : apropriação da obra de Marx e Engels / Elza
Margarida de Mendonça Peixoto. - Campinas, SP: [s.n.], 2007.

Orientador : José Claudinei Lombardi.
Tese (doutorado) – Universidade Estadual de Campinas, Faculdade de
Educação.

1. Marx, Karl, 1818-1883 . 2. Engels, Friedrich, 1820-1895. 3.
Educação. 4. História. 5. Produção do conhecimento. I. Lombardi, José
Claudinei. II. Universidade Estadual de Campinas. Faculdade de Educação.
III. Título.

07-551/BFE

Título em inglês : Leisure studies in Brasil : Marx and Engels appropriation.

Keywords : Marx, Karl, 1818-1883 ; Engels, Friedrich, 1820-1895; Leisure ; Education ; History ; Knowledge production

Área de concentração : Historia, Filosofia e Educação

Titulação : Doutora em Educação

Banca examinadora : Prof. Dr. José Claudinei Lombardi (Orientador)
Prof. Dra. Celi Nelza Zulke Taffarel
Prof. Dr. Francisco Mauri de Carvalho Freitas
Prof. Dr. Sérgio Eduardo Montes Castanho
Prof. Dr. Lino Castellani Filho

Data da defesa: 30/11/2007

Programa de Pós-Graduação : Educação

e-mail : emmpeixoto@yahoo.com.br

DEDICATÓRIA:

Aos catadores de lixo, aos lixeiros de profissão, às empregadas domésticas, aos camelôs, aos comerciários, aos bancários, aos metalúrgicos, aos servidores públicos - categorias em extinção - várias faces de uma mesma classe trabalhadora que sofre as metamorfoses impostas pelo capital... Cujas identidades aparecem dispersas nas especificidades... E isto é só aparência... Revolucionar a lógica do capital é seu desafio histórico, continuamente mascarado por fantasmas produzidos como ideologia dominante... Continuamente adiado...

Trata-se de recordar raízes...

Trabalhadores de todo o mundo: uni-vos!
Por que o capital mantém-se fiel a seu projeto histórico...

Não é a consciência que determina a vida, mas sim a vida que determina a consciência
Karl Marx e Friedrich Engels (1974, p. 26).

A maioria dos seres humanos atua como historiadores: só em retrospecto reconhece a natureza de sua experiência.
Eric Hobsbawm (1995, p. 253).

... o passado não pode ser entendido exclusiva ou primordialmente em seus próprios termos: não só porque ele é parte de um processo histórico, mas também porque somente esse processo histórico nos capacitou a analisar e compreender coisas relativas a esse processo e ao passado.
Eric Hobsbawm (1998, p. 173).

Não há estrada real para a ciência, e só tem probabilidade de chegar a seus cimos luminosos, aqueles que enfrentam a canseira para galgá-los por veredas abruptas.
Karl Marx (1989a, p. 19)

... me posiciono contrário a tratar a realidade de modo fragmentário; a tratar a ciência como uma justaposição de disciplinas, cada qual em sua especialização; a tomar cada ciência como tendo objeto e método próprio de investigação.
José Claudinei Lombardi (2006, p. 200)

Não existe uma coisa do tipo história econômica, social, antropológica, ou história psicanalítica: existe apenas história. Eric Hobsbawm (1998, p. 78)

... a luta contra o imperialismo é uma frase oca e falsa se não for indissoluvelmente ligada à luta contra o oportunismo Vladimir Illich Lenin (2002, p. 95).

AGRADECIMENTOS

Uma tese de doutorado não pode ser produzida isoladamente. Uma série de trabalhos anteriormente realizados (trabalho acumulado) é invocada, revisada, posta em movimento e reorganizada no processo de síntese e sistematização. A originalidade do que se diz aqui está apenas na síntese. Toda a informação já estava disponível de modo sincrético, disperso... Tento aqui um agradecimento exaustivo...

- ✓ A todos os que colaboraram com este doutoramento, no que toca ao processo de reunião da história da produção do conhecimento referente aos *Estudos do lazer* no Brasil: Ricardo Mariz; Lalo Minto; Paulo de Salles Oliveira; Luiz Octávio de Lima Camargo; Cinira Veronezi; Marilene Cesário; Eduardo Tadeu Costa; Iracema Soares de Souza, Humberto de Deus Ignácio, Cristina Marques Gomes, Ailton Vítor Guimarães; Fernando Mascarenhas, Kátia Sá. Também agradeço a Kátia Brandão Cavalcanti, Luiz Wilson Pina, Celi Taffarel, Márcia Chaves, Victor Melo, Christianne Luce Gomes, Nelson Marcellino, Newton Cunha, Máuri de Carvalho, Lucelma Braga e Edmundo Fernandes Dias, por responderem a consultas *insistentes* por correio eletrônico. A Eurídia Ramos Barletta, um agradecimento especial pela doação de vários materiais bibliográficos raríssimos na atualidade.
- ✓ Aos pesquisadores que produziram materiais que contribuem para o entendimento do processo de estruturação dos “estudos do lazer” no Brasil: Arnaldo Sussekind (1950, 1994), Valdir Picheli (1997), Denise Sant’Anna (1998), Luciana Marcassa (2002), Christianne Werneck (2003), Lucelma Braga (2005), por possibilitarem o acesso às pistas e às provas da existência de um projeto burguês de contenção e conformação da classe trabalhadora no Brasil e no mundo, no qual a redução da jornada de trabalho, o controle do tempo livre gerado neste processo e a política de ocupação do tempo livre foram peças estruturais.
- ✓ Aos Bibliotecários da UEL; da Faculdade de Educação Física, Faculdade de Educação, do Instituto de Filosofia e Ciências Humanas da UNICAMP; da Faculdade de Educação Física da USP; da Biblioteca do Congresso Nacional; e da Biblioteca da UFMG, pela prestimosa colaboração no acesso às bibliografias solicitadas. Em especial aos webmasters e programadores que construíram excelentes sistemas de busca e consulta eletrônica aos acervos.
- ✓ Ao Antonio e à Márcia da Comissão Permanente de Capacitação Docente (PROPG-UEL) – por cumprirem burocracias com muita humanidade – um agradecimento especial pela atenção prestada nestes anos de licença capacitação.
- ✓ Aos colegas do extinto Departamento de Ginástica Recreação e Dança e atual Estudos do Movimento Humano do Centro de Educação Física e Desportos da UEL, que, driblando toda a burocracia, garantiram aos docentes vinculados o direito ao período pleno para a pós-graduação, um agradecimento especial por terem assumido as atividades neste longo período de afastamento. Em especial aos professores substitutos que, trabalhando em condições precárias, fazem a Universidade Possível ante a progressiva desresponsabilização do Estado com a coisa pública... À Débora, ao Pedro e ao Palma, pela atenção – na condição de Chefiarias de Departamento – nas tramitações burocráticas. Aos colegas que aceitaram o constrangedor pedido para serem meus fiadores junto à UEL...
- ✓ Aos servidores do setor de zeladoria da UEL, pelo especial carinho com que me recebiam nas raras passagens pelo Centro no período de quatro anos de licenciamento... Dedico este trabalho especialmente a vocês, ele compõe o processo de tentar entender suas condições de vida: Ailton, Amália, Alceu, Ana Lúcia, Antonio, Aparecido, Édina, Elvanir, Joel, José Silva, José Dian, Lauro, Manuel, Nestor, Roseli, Sebastião, Maria Madalena e especialmente à D. Benedita (Dita) e Ana (Baiana) que conquistaram a aposentadoria após longos anos a serviço da manutenção de CEFD.
- ✓ Aos estudantes do curso de Licenciatura em Educação Física da UEL, pelas interessantíssimas questões e provocações durante nossas aulas.
- ✓ Ao programa de pós-graduação da Faculdade de Educação da UNICAMP, por manter-se aberto para estudos que já não têm espaço na academia que abriu mão do recurso político à autonomia, submetendo-se às pressões dos órgãos avaliadores orientados por metas produtivistas, quantitativas, que se utilizam do fomento como arma de injunção, sob a batuta do Estado, à produção do conhecimento voltado aos interesses de mercado.
- ✓ Aos servidores da Faculdade de Educação, pela recepção calorosa e carinhosa e pela atenção com que atendem nossas demandas sempre urgentes, em especial a Nadyr, Rita, Dorival, Cleonice, Lúcia, Gislaine, Abia Luiza, Rose, D. Ana, Mike, Veridiana, Gilberto, Gildenir, Rose, Yoco, Neusa, Alice, Márcia, Homero, Marli e a todos os funcionários de atendimento e apoio.

- ✓ Aos professores doutores Patriza Piozzi, Heloísa Hofling, Liliana Segnini, Marcia Leite, Isabel Marson, Cláudio Batalha, Ricardo Antunes e José Claudinei Lombardi, pelo horizonte de possibilidades aberto durante as disciplinas... Por permitir-me condições de conhecimento para realizar escolhas...
- ✓ Ao Grupo de Estudos e Pesquisas HISTEDBR, por possibilitar as condições para reflexões que contribuíram para revolucionar minha visão de mundo...
- ✓ Aos colegas de pós-graduação e da Associação de Pós-Graduandos, Sergio Stocco, Cássio Riedo, Daltro Rota, Simone Gallina, Lucelma Braga, Libério de Borba, Ana De Pellegrin, Silvana Maria de Sousa, Elza Maria Rodrigues (in memoriam), Diva Vasconcellos e Paulo, pelas discussões que marcaram nossos currículos ocultos... Em especial, aos que se converteram em amigos solidários no processo de redação da tese: Maria de Fátima Rodrigues Pereira, Gilcilene Barão, Francisco Máuri de Carvalho e Lalo Watanabe Minto...
- ✓ Uma tese não se faz sem interlocutores: a Edmundo Fernandes Dias, a Celi Nelza Zulke Taffarel, a Máuri de Carvalho, a Maria de Fátima Rodrigues Pereira e a Evaristo Colman, pela leitura prévia de partes dos originais no processo preparatório para a qualificação.
- ✓ Aos Professores Doutores Celi Taffarel, Máuri de Carvalho, Sergio Castanho, Lino Castellani Filho, Maria de Fátima Rodrigues Pereira, Demerval Savianni e José Sanfelice, por aceitarem avaliar este estudo e pelas colaborações na banca de qualificação e defesa.
- ✓ A meu orientador, Prof. Dr. José Claudinei Lombardi, por, com coerência, subverter a ordem disciplinar, me permitindo tentar a produção do conhecimento rigorosa, original e política... Por respeitar meus limites... Por respeitar minhas paixões e encaminhá-las com generosidade e paciência... Minha eterna gratidão e minhas desculpas por contribuir com as pressões da burocracia em tantos momentos delicados...
- ✓ Aos que auxiliaram na organização do Banco de Dados: Luiz Fabrício, Edsel Diebe, Calos Peruzzo e Vanessa Silva Guilherme.
- ✓ Ao Jonas e ao André, pela manutenção desta máquina ferramenta do trabalho intelectual: o computador...
- ✓ A Gisele e a Natália, pelas diversas traduções. A Marina Frungillo e Cristina Simon pela correção da língua...
- ✓ A Márcia, Aurélio e Flora Chaves, minha família em Campinas... Meu arrimo nas horas de saudade...
- ✓ Aos vários professores de Ana Terra e Brisa, nas diversas escolas entre Londrina, Campinas e Maceió, por viabilizarem o apoio afetivo e o acesso ao conhecimento... Tarefa difícil neste tempos de desvalorização da educação, de precarização do trabalho do professor, de desmonte da escola pública, de crise profunda dos costumes...
- ✓ Aos irmãos, cunhada e sobrinhos Elisa, Guálter, Isabela, Márcia, Carlos, Amanda, Amandy, Júnior, Yanne, Neto e Caroline, por terem sustentado de afeto, minhas Brisa e Ana Terra, nestes tempos de ausências... Só o carinho dos laços que nos caracterizam amenizaria a imensa violência do distanciamento que fomos obrigados a experimentar...
- ✓ Ao Manoel Ronaldo Carvalho Paiva, meu parceiro no exercício da vida, pelas muitas trocas, entre tantas, a força e a perseverança na retomada de princípios políticos renegados nestes supostos tempos pós-modernos... O apoio neste processo de doutoramento... O apoio na forma de auxílio à pesquisa... O apoio na forma de realização das tarefas que, pela divisão social do trabalho, estão destinadas às mulheres... O amparo e o afeto nos momentos de agonia...
- ✓ A Ana Terra e Brisa... Minhas filhas... Pela saudade... Pela ausência... Pelo desejo de estarmos juntas, constantemente sublimado... Pelo inexplicável furto do convívio, justificado com estranhos argumentos sobre a sobrevivência... Pela paciência... Pela compreensão... Pelas broncas...
- ✓ A José Álvaro, Verônica Carvalho Souza Paiva, José Maria Pinheiro Peixoto e a Ivanilda Maria de Mendonça Peixoto, arrimo constante nestes tempos em que não conseguimos dar conta de nossas próprias vidas...
- ✓ A todos, meu amor concreto... Minha gratidão...

LISTA DE TABELAS

TABELA 1 – Distribuição dos trabalhos pelo tipo de disseminação.....	153
TABELA 2 – Distribuição dos trabalhos que citam a obra de Marx e Engels pelos meios de disseminação	154
TABELA 3 – Avaliação dos periódicos por área Educação Física.....	156
TABELA 4 – Avaliação dos periódicos das demais áreas	157
TABELA 5 – Distribuição dos trabalhos por ano	159
TABELA 6 – Distribuição dos trabalhos nos ciclos da produção do conhecimento	159
TABELA 7– Correspondência entre referência a Marx e Engels e a referência às obras.....	162
TABELA 8 – Correspondência entre referência a Marx e Engels e obras.....	162
TABELA 9 – Correspondência entre autores e quantidades de obras referidas	163

LISTA DE GRÁFICOS

GRÁFICO 1 – Fluxo da produção do conhecimento referente aos estudos do lazer no Brasil	21
GRÁFICO 2 – Distribuição da produção por bloco de concentração temática.....	26
GRÁFICO 3 – Distribuição da produção referente ao Bloco 1 ao longo do século XX.....	30
GRÁFICO 4 – Distribuição da produção referente ao Bloco 2 ao longo do século XX.....	32
GRÁFICO 5 – Distribuição da produção referente ao Bloco 3 ao longo do século XX.....	35
GRÁFICO 6 – Distribuição da produção referente ao Bloco 4 ao longo do século XX.....	38
GRÁFICO 7 – Distribuição da produção referente ao Bloco 5 ao longo do século XX.....	47
GRÁFICO 8 – Distribuição da produção referente ao Bloco 6 ao longo do século XX.....	49
GRÁFICO 9 – Ciclos do fluxo da produção do conhecimento referente aos <i>estudos do lazer</i> no Brasil.....	87
GRÁFICO 10 – Proporção da referência a Marx e Engels	164
GRÁFICO 11 – Escritos de Marx e Engels mais referidos pelos estudos do lazer.....	164
GRÁFICO 12 – Capítulos mais referidos de <i>O capital</i>	165
GRÁFICO 13 – Contagem de produção por autor.....	262

RESUMO

Há no Brasil um conjunto de estudos multidisciplinares preocupados com a ocupação do tempo livre, reconhecidos genericamente como “*estudos do lazer*”. Tais estudos originam-se no início do século XX, em um complexo movimento de implementação de políticas e sistematização de conhecimentos que viabilizassem a regulamentação da duração da jornada de trabalho e a tutela do tempo livre (de crianças e adultos trabalhadores) gerado em decorrência da regulamentação dos repouso remunerados. Tal movimento ocorre como parte das ações de reação da burguesia mundial a fim de conter as mobilizações dos trabalhadores brasileiros no início do século e os avanços do comunismo no mundo. Os *estudos do lazer* são desenvolvidos ao longo de todo o século XX, intensificando-se a partir da década de 70, impulsionados pelo Sistema “S”. Partindo-se do pressuposto de que a noção de trabalho tem centralidade na compreensão do lazer, bem como, reconhecendo em Marx uma referência central para a compreensão do trabalho, propusemo-nos observar a apropriação da obra deste autor pelos *estudos do lazer* brasileiros. Os textos delimitados são trabalhos completos apresentados em eventos, artigos e livros (ou capítulos), disseminados durante os séculos XX e XXI, em periódicos e editoras de circulação nacional. Estes textos referentes à apropriação da obra de Marx no âmbito dos *estudos do lazer* - cujo desenvolvimento teórico encontra-se inacabado - apresentam aos leitores a instigante questão das perspectivas do trabalho e do lazer, da necessidade e da liberdade na sociedade capitalista e na comunista. Apropriando-me destes referenciais, propomo-nos a apresentar uma reflexão crítica quanto à apropriação já efetuada, além de buscar teorizar sobre as possibilidades que a obra de Marx e Engels nos apresentam para a compreensão da problemática do lazer.

ABSTRACT

There are in Brazil a set of multidisciplinary studies, generically known as “leisure studies”, concerned about taking up the free time. Such studies arise in the thirties of the twentieth century, in a complex movement of policies implementation and systematization of knowledge which could make it viable the regulation of the duration of a day’s work, and the custody of the free time (of children and working adults) generated due to the regulation of the remunerated rest. Such a movement happens as part of the actions of the world bourgeoisie’s reaction in order to control Brazilian workers’ mobilizations in the beginning of the century and the advances of communism in the world. Leisure studies were developed all through the twentieth century, becoming more intense as from the seventies, stimulated by the “S” System. Based on the presupposition that the notion of work is centralized in the understanding of leisure, as well as recognizing in Marx a central reference for the understanding of work, it was our purpose to observe the appropriation of this author’s work by Brazilian leisure studies. The delimited texts are complete works presented in events, papers and books (or chapters) disseminated during the 20th and 21st centuries, in periodicals and publishers of national circulation. These texts concerning the appropriation of Marx’s works in the scope of the leisure studies – whose theoretical development is still unfinished – present to the readers the instigating question of work and leisure perspectives, of the need and freedom in the capitalist as well as in the communist societies. Appropriating these references, it is our purpose to present a critical reflection concerning the appropriation which has already been accomplished, besides intending to theorize upon the possibilities that Marx’ and Engels’ work show us for the understanding of the leisure problem.

SUMÁRIO

Dedicatória		iii
Epígrafe		v
Agradecimentos		vii
Lista de Tabelas		xi
Lista de Gráficos		xiii
Resumo		xv
Abstract		xvii
INTRODUÇÃO		1
PARTE I	OS ESTUDOS DO LAZER E O PROJETO DE OCUPAÇÃO DO TEMPO LIVRE	11
Capítulo I	LEVANTAMENTO E ESTADO DA ARTE	13
1	Estudos do lazer	14
2	Critérios para o levantamento da produção do conhecimento referente aos estudos do lazer no Brasil	16
3	O fluxo da produção do conhecimento	20
4	O estágio de desenvolvimento da produção	26
4.1	Gestão do tempo livre e produção de levantamentos e alternativas	27
4.2	Políticas públicas e privadas	30
4.3	Formação profissional e delimitação das competências adequadas aos espaços de atuação	33
4.4	História das práticas sociais, das políticas públicas e da produção do conhecimento	35
4.5	Mapeamento da produção do conhecimento	38
4.6	Produção de teorias explicativas para o lazer no modo capitalista de produção e reprodução da existência e suas potencialidades emancipatórias	48
4.7	Tendências gerais da produção do conhecimento	50
4.8	Preocupação com a ocupação do tempo livre como eixo norteador da produção do conhecimento	53

Capítulo II	OS ESTUDOS DO LAZER E O MOVIMENTO HISTÓRICO DO CAPITAL MONOPÓLICO	55
1	Notas sobre a teoria que orienta a análise	55
2	Apontamentos acerca da origem do lazer	58
3	Forças produtivas e relações de produção nos séculos XIX e XX: expansão do capitalismo monopolista e seus impactos na formação social brasileira	63
	O geral	63
	O particular	74
	Relações de produção: o movimento dos trabalhadores e os esforços de contenção	79
4	Os ciclos	86
4.1	O Primeiro Ciclo (1891-1968)	88
	Contexto histórico	89
	Temáticas, problemáticas, autores e obras	96
4.2	O Segundo Ciclo (1968-1979)	113
	Contexto Histórico	114
	Temáticas, problemáticas, autores e obras	119
4.3	O Terceiro Ciclo (1979-1989)	127
	Contexto histórico	127
	Temáticas, problemáticas, autores e obras	132
4.4	O Quarto Ciclo (1990-...)	138
	Temáticas, problemáticas, autores e obras	138
4.5	O eixo norteador da produção do conhecimento – “... para fazer o pensamento dos homens”	141
PARTE II	OS ESTUDOS DO LAZER E A APROPRIAÇÃO DA OBRA DE MARX E ENGELS	149
Capítulo I	APROPRIAÇÃO DA OBRA DE MARX E ENGELS	151
1	Processo de levantamento	152
2	Nexos da distribuição temporal dos trabalhos com os ciclos da produção do conhecimento referente aos estudos do lazer e o ciclo mais amplo do capitalismo monopolista	158

3	Autores referentes localizados e critérios de análise	161
4	Características das interpretações dos autores acerca da obra de Marx e Engels	166
4.1	Apropriação sem referência às obras lidas	166
4.2	Apropriação com referência às obras lidas	177
4.2.1	Apropriação parcial e fragmentada	178
4.2.2	Apropriação parcial detida	184
4.2.3	Apropriação ampliada	187
4.2.3.1	Autores que não têm o lazer como objeto central de estudos:	187
	Ricardo Luiz Coltro Antunes	188
	Francisco Máuri de Carvalho Freitas	200
	Celi Nelza Zulke Taffarel	210
4.2.3.2	Autores que têm o lazer como objeto central de estudos	223
	Maria Isabel Leme Faleiros	224
	Newton Cunha	230
	Valquiria Padilha	241
	Fernando Mascarenhas	251
5	Progressos e limites da apropriação da obra de Marx e Engels pelos estudos do lazer no Brasil	261
Capítulo II	MODO DE PRODUÇÃO DA EXISTÊNCIA: CATEGORIA CHAVE PARA A COMPREENSÃO DA PROBLEMÁTICA DO LAZER	271
1	Marx e Engels – superação do idealismo pelo materialismo histórico e dialético	272
2	Modo de produção da existência: categoria chave para a compreensão da problemática do lazer	282
	A categoria teórica que tem norteado os estudos do lazer	284
	Modo de produção	288
	CONSIDERAÇÕES FINAIS	299
	REFERÊNCIAS	307
	REFERÊNCIAS “ESTUDOS DO LAZER”	317

INTRODUÇÃO

Em 1987, Antonio Joaquim Severino prefaciava a publicação da Dissertação de Mestrado de Nelson Carvalho Marcellino¹ afirmando que a influência da *tradição metafísica clássica* e da *revolução pedagógica iluminista* na formação da educação brasileira haviam ressaltado *a educação da e pela racionalidade* e que sob a influência desta *dupla tradição da pedagogia ocidental*, a educação brasileira desenvolvera-se sob a orientação de *um humanismo pedagógico fundado na afirmação da racionalidade como referência básica*. Por esta razão, *os demais aspectos da manifestação do existir humano não ocupam lugar de importância nas preocupações pedagógicas* (SEVERINO In MARCELLINO, 1987, p. 9-12).

Este contexto era exposto com a finalidade de

[...] saudar com entusiasmo a contribuição do presente trabalho de Nelson Marcellino, ao tomar como tema de seu esforço de reflexão filosófica o lazer, enquanto elemento pedagógico de significação, ao propor assim alguns elementos para uma pedagogia da animação, pleiteando pelo reconhecimento da relação lazer-escola-processo educativo. Trata-se da incorporação do lazer na educação para o movimento da vida, mediante a criação de um ânimo, a provocação de estímulos, a cobrança da esperança, longe de uma simples representação de uma civilização do lazer que fosse apenas uma compensação da sociedade racionalista e produtivista dominada pela exploração do trabalho, onde o lazer tem sido visto tão somente num sentido funcionalista.

O esforço dessa proposta de recuperação pedagógica do lazer, vai no sentido de considerá-lo como uma força positiva, autêntica e autônoma, válida de per si, de encará-lo numa perspectiva de mudança, “relacionada a todo um processo amplo de educação, que considere as relações entre as possibilidades da escola e as potencialidades educativas do lazer, não como a ‘redenção’ de uma situação social injusta, mas como canal possível para busca da transformação aqui e agora” (SEVERINO In MARCELLINO, 1987, p. 9-12).

Severino está apresentando o projeto que Marcellino vai divulgar em duas de suas obras *Lazer e Educação* (1987) e *Pedagogia da Animação* (1990b) tendo como eixo central

1 Mestrado em Filosofia. Pontifícia Universidade Católica de Campinas, PUC-CAMPINAS, Brasil. Título: *Lazer e Educação: relação entre o lazer, a escola e o processo educativo*, Ano de Obtenção: 1984. Orientador: Prof. Dr. Antonio Joaquim Severino. Doutorado em Educação. Universidade Estadual de Campinas, UNICAMP, Brasil. Título: *Lazer e Escola: fundamentos filosóficos para uma pedagogia da animação, no início do processo de escolarização*, Ano de Obtenção: 1988. Orientador: Prof. Dr. Rubem A. Alves.

a *formulação de uma alternativa pedagógica – a pedagogia da animação*² (MARCELLINO, 1987, p. 13, p. 142) – que viabilize a *construção coletiva de uma nova escola, ligada à construção de uma nova sociedade*³ (MARCELLINO, 1990b, p. 18). Afirmando que *as diversas abordagens da educação entre nós, valorizam, antes de tudo, o trabalho como expressão humana*, o autor vai defender a *consideração das possibilidades do lazer como campo de intervenção pedagógica* (MARCELLINO, 1987, p. 54-55) e de *construção de contra-hegemonia* (MARCELLINO, 1987, p. 63-64), defendendo, ainda, a *educação para o lazer* como uma tarefa da escola (MARCELLINO, 1987, p. 75).

No processo de defesa deste projeto, há a curiosa negação⁴ do pensamento de Marx e de parte do marxismo, apoiada sobre a tese de que estes realizam o *elogio do trabalho*. Esta posição é perceptível em *Lazer e Humanização* (1983b, em 2004 8 ed.), em *Lazer e Educação* (1987, em 2004, 12 ed.), em *Pedagogia da Animação* (1990a, em 2007 12 ed.) e em *Perspectivas para o lazer: mercadoria ou sinal de utopia* (1992, em 2005, 12 ed.)⁵, cujas passagens são apresentadas sucessivamente a seguir:

As críticas ao lazer são dirigidas também pelos marxistas⁶. Muito embora os pensadores dessa linha estejam divididos em duas correntes, uma **privilegiando o trabalho** e outra o **tempo fora do trabalho para a realização humana**, uma vez que em Marx se encontram textos dos dois gêneros, predomina com muito peso a primeira corrente (MARCELLINO, 1983b, p. 23.).

Embora o que se verifique atualmente seja a impossibilidade de referência ao marxismo como um pensamento unitário, pelas várias correntes que a denominação abriga, é certo que, em quase todas elas, ocorre a exaltação do trabalho. Seja como for, ironicamente, é o gênero de Marx, Paul Lafargue, quem corajosamente elabora uma das primeiras sistematizações defendendo o lazer dos operários, em fins do século XIX, opondo-se não somente à mitificação do trabalho, como cerceamento da vida do trabalhador, mas também ao usufruto

2 Taffarel (1997, p 118-119), considerando a influência desta proposição na formação de profissionais de educação física, classifica a Pedagogia da Animação como uma Concepção Propositiva não-sistematizada.

3 Para a crítica a este texto, ver Freitas (1995, p. 95-111).

4 Segundo Lombardi, “Ao contrário do que o atual debate pode levar a supor, a contestação ao marxismo e a conformação de tendências diversas em seu interior, é muito antiga e remonta ao tempo de Marx e Engels. Não podia ser diferente: o próprio processo de produção da concepção materialista e dialética da história, marcado pela confrontação crítica e pela intencional superação da filosofia clássica alemã, do projeto e literatura socialista e da economia política inglesa, delimitavam por si mesmo *uma polêmica aberta com essas correntes e com seus principais representantes*”. O autor destaca o conhecimento de Marx e Engels sobre estas contestações e as vezes nas quais as comentam (LOMBARDI, 1993, p.287-293).

5 Estes livros continuam sendo editados, o que confirma que o projeto de Marcellino é atualíssimo e em franco processo de disseminação.

6 Uma exposição detida dos debates no interior do marxismo pode ser obtida na excelente síntese providenciada por Lombardi (1993) em sua Tese de Doutorado: *Marxismo e história da educação*. Capítulos 2, 3 e 4. Ver também Bottomore (2001), *Dicionário do pensamento marxista*, ou ainda Hobsbawm (várias datas), *História do Marxismo*, e Moraes, Reis Filho, Del Roio e Ridenti (várias datas), *História do marxismo no Brasil*.

dos efeitos da exploração, pelos dominantes, também cerceados na sua vida em virtude das obrigações impostas pelo consumo. (MARCELLINO, 1987, p. 23).

Embora não exista um consenso entre os vários autores que se dedicam ao estudo do assunto, pelo menos a maioria deles concorda que é justamente esse período do início da consolidação da industrialização/urbanização, que marca, com contornos bastante nítidos, os campos das obrigações sociais, notadamente as profissionais – o trabalho – e do lazer (Marcellino 1983b, 20-21). A partir dessa ruptura trabalho/lazer (Mills, 1969, 265-256), verifica-se uma variação no entendimento do significado do elemento lúdico da cultura nas sociedades urbano-industriais, que tem provocado polêmica entre os estudiosos do tema.

A base de toda essa polêmica, segundo meu entendimento, parece estar na valorização unilateral das diversas esferas de atuação humana. Na maioria das vezes, dá-se o confronto de posturas baseadas nas potencialidades do trabalho, sobretudo derivadas de uma interpretação de inspiração “marxista” (Marcellino 1983, 23; 1983, 23-24), ou do lazer, marcadas por um modelo “funcionalista” (Marcellino 1983b, 26-29; 1987, 35-40). [...] Creio que estas posturas baseiam-se em *possibilidades abertas de uma perspectiva ideal*, e desse prisma deve-se considerar que as mesmas potencialidades que se oferecem ao trabalho, também poderão ser verificadas no lazer, entendidos ambos como campos de ação humana que busca satisfazer “necessidades”. Assim, a análise em separado dos dois campos em si mesmos, e desvinculados do contexto social mais amplo, não pode ultrapassar o nível das possibilidades isoladas (MARCELLINO, 1990b, p. 30-31).

A valorização unilateral da esfera do lazer feita por alguns autores vem provocando confronto com outras posturas também unilaterais. Na maioria das vezes esses confrontos ocorrem entre posturas derivadas de uma interpretação do trabalho de inspiração “marxista” e do lazer marcadas por um modelo “funcionalista”. Entre essas últimas há os que distinguem sinais característicos de uma futura “civilização do lazer” do lazer que já estaria em gestação (Dumazedier, 1973; 1977, 45-52). Creio que essas posturas baseiam-se em possibilidades abertas de uma perspectiva ideal, e desse prisma se deve considerar que as mesmas potencialidades que se oferecem ao trabalho também poderão ser verificadas no lazer, entendidos ambos como campos de ação humana que buscam satisfazer necessidades. Assim, a análise em separado dos dois campos em si mesmos, e desvinculados do contexto social mais amplo, não pode ultrapassar o nível das possibilidades isoladas (MARCELLINO, 1992, p. 185).

Do ponto de vista da investigação radical e rigorosa quanto à apropriação da obra de Marx e Engels⁷ para a compreensão da problemática do lazer, estas referências presentes em Marcellino seriam certamente desprezíveis – em virtude da evidente fragilidade na abordagem da categoria *trabalho* e na referência à obra de Marx e dos marxistas – não fossem *três fatos bastante curiosos*: (1) ter sido pronunciada pelo mais bem sucedido teórico do lazer no Brasil⁸, considerando-se a recepção de seus trabalhos pelo mercado editorial; (2) ter sido pronunciada pelo autor que afirma apoiar-se em Gramsci para produzir uma proposta contra-hegemônica; (3) ser uma afirmação recorrente entre

7 Nesta tese trataremos a *Concepção Materialista e Dialética da História* como uma elaboração conjunta de Karl Heinrich Marx (1818-1883) e Friedrich Engels (1820-1895). Sobre esta discussão ver Lenin (1986), Coggiola (1995), Lombardi (1993, tópico 4.2).

8 Encontramos, em vários autores o destaque às obras de Marcellino como as mais lidas pelos estudiosos do lazer no Brasil. Entre estes, Mascarenhas (2000b, p. 22, nota17); Pinto (1999, p. 106). Nesta Tese, vide GRÁFICO 13.

estudiosos do lazer de diferentes orientações teóricas⁹.

Se tomamos a produção de Marcellino como ponto de partida para destacar a polêmica disseminação de posições acerca do pensamento de Marx e Engels (frequentemente atribuído exclusivamente a Marx) no âmbito dos *estudos do lazer*, é porque foi nesta obra que despertamos para o problema. No entanto, apesar de considerarmos urgente a revisão da produção deste autor enquanto um dos pilares dos *estudos do lazer* no Brasil, não é esta a tarefa que abraçamos neste trabalho. Propomo-nos, mais além, encontrar explicações para a questão ***como estes estudos do lazer apropriam a obra matriz do marxismo, quais as motivações desta apropriação e qual o contexto que a explica?***

Em determinado instante o processo de investigação evidenciou a impossibilidade de compreensão desta apropriação sem um amplo *levantamento dos estudos do lazer no Brasil*, na medida em que se fazia necessário reconhecer: ***quando esta produção começa a acontecer no país? O que a está motivando? Quais são as temáticas e problemáticas que privilegia e por quê? Quais são os grandes debates que a orientam?*** Trata-se de uma incursão histórica que procura compreender ***qual a relação entre a produção do conhecimento referente aos estudos do lazer e a realidade brasileira?*** Escolhemos, portanto, a mesma questão que Marx e Engels se impuseram ao escrever *A Ideologia Alemã* entre 1845 e 1846. Obviamente, não se trata de uma escolha aleatória. Naquela obra, os autores esboçam os *pressupostos* que orientam a crítica radical e rigorosa à produção do conhecimento que impera na Alemanha: a filosofia alemã, de matriz hegeliana, ficticiamente “revolucionada” pelos novos hegelianos e pelo materialismo de Feuerbach.

Os pressupostos da *Concepção Materialista e Dialética da História*¹⁰ orientam as considerações que fazemos neste estudo. Neste contexto teórico, perguntar sobre ***a relação entre a produção do conhecimento referente aos estudos do lazer e a realidade brasileira*** é perguntar: ***quais as bases materiais que sustentam, que estruturam a produção das idéias no Brasil? Como os brasileiros, no processo de produção e reprodução de sua***

⁹ Camargo (1990, p. 70; 1998a, p. 8-9; p. 31; p. 146-148; 2003, p. 36); Cortella (2003); Da Costa (2003); Finocchio (1993); Werneck (2000, p. 48-49); Gomes (2003b, p. 75-76); Gutierrez (2001, p. 93); Marin (1999, p. 38); Mwewa (2005, p. 65); Nascimento (2005, p. 3491); Reale (1980, P. 116); Ritter (2003, p. 2); Valle (1987).

existência, vêm-se obrigados a teorizar a prática do lazer?

A investigação que envolve o *levantamento*, a *análise do estado da arte* e a *revisão crítica da produção com vistas a buscar explicações para a apropriação da obra de Marx e Engels pelos estudos do lazer no Brasil* será orientada pela concepção teórica defendida pelos autores de que a “*produção de idéias, de representações e da consciência*” está “*em primeiro lugar direta e intimamente ligada à atividade material e ao comércio material dos homens*” sendo “*a linguagem da vida real*” (MARX e ENGELS, 1974, p. 25).

Dizem-nos:

[...] são sempre indivíduos determinados, com uma actividade produtiva que se desenrola de um determinado modo, que entram em relações sociais e políticas determinadas. É necessário que, em cada caso particular, a observação empírica *mostre nos factos, e sem qualquer especulação ou mistificação, o elo existente entre a estrutura social e política e a produção*. A estrutura social e o Estado resultam constantemente do processo vital de indivíduos determinados; mas não resultam da aparência que estes indivíduos possam ter perante si mesmos ou perante outros e sim daquilo que são na realidade, isto é, tal como trabalham e produzem materialmente. Resultam portanto da forma como actuam partindo de bases, condições e limites materiais determinados e independentes de sua vontade.

A produção de idéias, de representações e da consciência está em primeiro lugar directa e intimamente ligada à actividade material e ao comércio material dos homens; é a linguagem da vida real. As representações, o pensamento, o comércio intelectual dos homens surge aqui como emanção directa do seu comportamento material. O mesmo acontece com a produção intelectual quando esta se apresenta na linguagem das leis, política, moral, religião, metafísica, etc., de um povo. *São os homens que produzem as suas representações, as suas idéias, etc. , mas os homens reais, actuantes e tais como foram condicionados por um determinado desenvolvimento das suas forças produtivas e do modo de relações que lhe corresponde, incluindo até as formas mais amplas que estas possam tomar*¹¹. A consciência nunca pode ser mais do que os ser consciente; e o Ser dos homens é o seu processo de vida real. E se em toda a ideologia os homens e as suas relações nos surgem invertidos, tal como acontece numa câmara obscura, isto é apenas o resultado do seu processo de vida histórico, do mesmo modo que a imagem invertida dos objectos se forma na retina é uma consequência do seu processo de vida directamente físico (MARX e ENGELS, 1974, p. 4-27).

Trata-se de compreender as condições nas quais os *homens* reais estão *produzindo as suas representações*, as suas *idéias*. Trata-se de procurar explicações para a *produção dos estudos do lazer no Brasil no modo de produção e reprodução da existência*, materializado *no estágio de desenvolvimento das forças produtivas e nas relações de*

10 Fernandes (1989, p. 11); Lombardi (2006, p. 194, 1993, p. 294, p. 319, entre outras).

11 Laurence Harris afirma que “Em todas as obras econômicas da maturidade de Marx está presente a idéia de que uma contradição entre as forças produtivas e as relações de produção subjaz à dinâmica do modo de produção capitalista” (HARRIS, 2001a, p. 157). Os estudos que empreendemos até aqui apontam que o desenvolvimento desta teoria se dá justamente no contexto da produção conjunta por Marx e Engels de *A Ideologia Alemã* entre 1845 e 1846.

produção que lhe correspondem. Trata-se, em última instância, da tentativa de compreensão do movimento da produção do conhecimento referente aos *estudos do lazer* no Brasil no movimento mais amplo do modo de produção baseado no capital monopolista e imperialista, que empurra todo o mundo subordinando-o às suas injunções. Um movimento marcado por conflitos violentos de interesses entre classes de homens que ocupam posições diametralmente opostas. Trata-se de compreender as repercussões e as características destes conflitos no Brasil e, em última instância, de buscar as explicações e conexões entre este movimento mais amplo e a produção do conhecimento referente aos *estudos do lazer*.

Assim, neste texto, realizamos o esforço de sistematização da produção do conhecimento referente aos *estudos do lazer* em busca da compreensão **do que estes estudos representam como fragmentos de uma história mais ampla**: a história das lutas de classe no Brasil no século XX. A história da burguesia brasileira tentando alinhar-se aos interesses hegemônicos internacionais, e, nesta direção, seus esforços para conformar as demais classes em um grande pacto no qual seus interesses específicos de classe hegemônica vão aparecer como os interesses de todos os brasileiros.

[...] cada nova classe no poder é obrigada, quando mais não seja para atingir os seus fins, a representar o seu interesse como sendo o interesse comum a todos os membros da sociedade ou, exprimindo a coisa no plano das idéias, obrigada a dar aos seus pensamentos a forma da universalidade, de os representar como sendo os únicos razoáveis, os únicos verdadeiramente válidos. Do simples fato de ela se defrontar com uma outra *classe*, a classe revolucionária surge-nos primeiramente não como classe mas como representante da sociedade inteira, como toda a massa da sociedade em choque com a única classe dominante. Isto é possível porque, no início, o seu interesse está ainda intimamente ligado ao interesse comum de todas as outras classes não dominantes e porque, sob a pressão do estado de coisas anteriores, este interesse ainda não se pôde desenvolver como interesse particular de uma classe particular. Por este fato, a vitória dessa classe é útil também a muitos indivíduos das outras classes que não conseguem chegar ao poder; mas é-o unicamente na medida em que coloca os indivíduos em estado de poder chegar à classe dominante. Quando a burguesia francesa derrubou o domínio da aristocracia, permitiu a muitos proletários subir acima do proletariado, mas permitiu-o apenas no sentido de que fez deles burgueses. Cada nova classe apenas estabelece portanto o seu domínio numa base mais vasta do que a classe que dominava anteriormente; por outro lado, a oposição entre a nova classe dominante e as que não dominam torna-se ainda mais profunda e atual. Daqui se depreende que o combate que é necessário efetuar contra a nova classe dirigente terá por fim negar as condições sociais anteriores de uma forma mais decisiva e mais radical do que aquela que fora empregue por todas as classes que antes detiveram o poder. (MARX e ENGELS, 1974, p. 57).

Defendemos que a deflagração dos *estudos do lazer* no Brasil é o resultado de uma

política claramente configurada, face às demandas decorrentes da organização da burguesia (principalmente industrial e comercial, sem excluir a agrícola) que precisava controlar e impedir a organização da classe operária no Brasil. Os estudos do lazer expressam os conflitos de classe típicos do modo de produção da existência capitalista, em sua fase monopolista e imperialista, e os princípios que orientam estes estudos conformam-se como leis que pretendem identificar, caracterizar, delimitar e controlar o lazer, sendo “a expressão ideal das relações materiais dominantes concebidas sob a forma de idéias e, portanto, a expressão das relações que fazem de uma classe a classe dominante” (MARX e ENGELS, 1974, p. 56).

Tentamos explicar que *os conflitos de classe na produção do conhecimento referente aos estudos do lazer no Brasil são tamanhos, a ponto de fazer-se necessário negar categoricamente a contribuição da obra de Marx e Engels para a compreensão da problemática do lazer*, compondo-se como um bloco ideologicamente configurado que visa efetivamente ao obscurecimento dos conflitos de classes de interesses irreconciliáveis: os interesses da classe trabalhadora e os interesses da classe que explora a classe trabalhadora, a classe dos capitalistas. A nosso ver, este esforço de exclusão da obra de Marx, Engels (e de parte do marxismo) dos referenciais que poderiam contribuir para a explicação da problemática do lazer durante boa parte do século XX, não é um mero acaso, do mesmo modo que sua retomada no final deste século é expressão da constatação de que *o esforço de compreensão radical e rigorosa da problemática do lazer depende da apropriação destes autores e referenciais.*

Ao mesmo tempo em que constatamos o modo como a obra de Marx e Engels vai ser apropriada pelos *estudos do lazer*, procuramos na obra destes gigantes – conhecimento de ponta e totalmente atual no que toca à interpretação do modo capitalista de produção e reprodução da existência em vigor nos últimos 200 anos – as categorias que permitirão explicar a *prática*, as *políticas* e a *produção do conhecimento referente aos estudos do lazer* tal como vão se desenvolver *no Brasil*. Trata-se de *apontar a centralidade da obra de Marx e Engels para a problemática do lazer, quando, então, explicamos as razões pelas quais é impossível discutir com radicalidade e rigor esta problemática, sem uma adequada revisão da análise de Marx e Engels sobre o modo capitalista de produção e reprodução*

da existência.

Buscando desenvolver *uma argumentação que exponha os caminhos que nos trazem a este resultado e os processos que nos fazem chegar a esta conclusão*, optamos pela estruturação da tese em duas grandes partes.

Na *PRIMEIRA PARTE* do texto, concentramo-nos no levantamento da produção do conhecimento e na compreensão dos seus ciclos e eixos internos¹², com vistas à exposição da tese de que *esta produção deflagra-se no mesmo processo de formação da burguesia e da classe operária brasileiras, mantendo como eixo a ocupação do tempo livre e a conformação da classe operária aos interesses da burguesia*. Trata-se de destacar a produção do conhecimento referente aos estudos do lazer no Brasil como o meio de propagação de normas e padrões de convívio social aos quais a classe trabalhadora deveria habituar-se. Trata-se de reconhecer a produção do conhecimento referente aos estudos do lazer no Brasil como parte da história da educação neste país, estabelecendo os alicerces, na forma de primeiras notas, para a adequada compreensão deste processo. Esta parte está dividida em dois capítulos.

No *primeiro capítulo*, dedicamo-nos à exposição do *estado da arte dos estudos do lazer no Brasil*. No primeiro tópico, dedicamo-nos à explicação dos critérios que nortearam e orientaram o levantamento da produção do conhecimento. No segundo tópico, dedicamo-nos ao levantamento do *estado da arte*, expondo o fluxo geral da produção do conhecimento, os grandes eixos que a polissemia a paráfrase de termos e sentidos ocultam, as principais temáticas e problemáticas privilegiadas, e as principais áreas que a elas se dedicam. No terceiro tópico, dedicamo-nos ao agrupamento destas temáticas e problemáticas em seis grandes blocos, elegendo deste conjunto as principais produções e suas contribuições. Nesta etapa, preparamos as condições para a explicação do eixo de interesses que orienta a produção do conhecimento e para a constatação dos ciclos nos quais estes interesses emergem.

12 Dermeval Saviani inicia sua reflexão sobre o “Legado educacional do século XX no Brasil” discutindo o problema da periodização, perguntando-se quais os critérios que devem presidir a periodização e se estes devem ser internos ou externos ao objeto (SAVIANI, 2004, p. 9-57). Neste trabalho optamos pela consideração simultânea dos critérios externos e internos ao objeto. O critério externo reflete as transformações por que passa o modo de produção da existência no fim do século XIX e início do século XX e suas repercussões no Brasil. Já o critério interno orienta a configuração dos ciclos, tomando-se como parâmetro as transformações porque passa a produção do conhecimento.

No *segundo capítulo*, dedicamo-nos a produção de explicações para o desenvolvimento dos *estudos do lazer* no Brasil, a partir de critérios internos à produção e externos a ela¹³, referentes ao movimento mais amplo do capital monopólico, aos impactos deste movimento na formação social brasileira e aos encaminhamentos internos providenciados para responder às demandas decorrentes destas transformações. Procuramos explicar o movimento da produção do conhecimento no movimento mais amplo do desenvolvimento do capitalismo monopolista e imperialista no Brasil.

Na *SEGUNDA PARTE*, concentramo-nos no estudo da apropriação da obra de Marx e Engels pelos *estudos do lazer* no Brasil, procurando compreender suas possibilidades e limites, em busca das explicações, dos nexos e contradições entre a forma desta apropriação e a conjuntura mais ampla. Procuramos defender a tese de que a negação da obra destes autores – enquanto referenciais centrais para a compreensão da problemática do lazer no modo capitalista de produção e reprodução da existência – ocorre, em um primeiro momento, no contexto do temor à organização internacional dos trabalhadores e do fantasma do comunismo; em um segundo momento, no contexto da propagação da falência da experiência socialista que punha por terra as teorias de Marx e Engels; e, no terceiro momento, no contexto das crises¹⁴ advindas com o agravamento do capitalismo monopolista e imperialista, em um processo de enfrentamento dos limites teóricos dos *estudos do lazer* para explicar esta problemática neste contexto histórico. Estruturamos essa parte em dois capítulos.

No *primeiro capítulo*, está em foco a produção de explicações para a apropriação da obra de Marx e Engels pelos *estudos do lazer* no Brasil, tomando-se as características dessa

13 Lombardi (2005c, p. 6-7, mimeo) discutirá o problema da periodização em texto preparado para o Projeto 20 anos do HISTEDBR. Nesse texto, o autor destaca a polêmica histórica acerca da periodização na historiografia brasileira, com destaque especial para o debate no âmbito da História da Educação. O alvo central da polêmica é a centralidade da determinação econômica no desenvolvimento das teorias pedagógicas. Neste trabalho, para a periodização dos ciclos da produção do conhecimento referente aos *estudos do lazer* no Brasil adotamos o critério do movimento interno à produção e o critério externo do desenvolvimento e expansão do capitalismo monopolista, em busca da percepção das conexões históricas entre estes dois movimentos procurando manter a coerência teórica com a *Concepção Materialista e Dialética da História*.

14 Lombardi aponta a crise como um “[...] momento em que se manifesta a contradição entre o desenvolvimento das forças produtivas e as relações de produção existentes (configurando um período de estagnação, de recessão)”. As guerras cumprem papel central nas crises cíclicas do capitalismo, na medida em que permitem a destruição das forças produtivas, com a finalidade de ajustar “o ritmo de avanço das forças produtivas com as relações de produção vigentes” (LOMBARDI, 1993, p. 154).

apropriação e seus nexos e contradições confrontados com o contexto mais amplo expresso pelos ciclos internos e externos à produção, inerentes ao capitalismo monopolista e imperialista. No primeiro tópico, realizamos a descrição das principais obras localizadas e do período histórico em que se concentra. No segundo tópico, buscamos descrever as características desta produção, e as principais categorias que são privilegiadas. No terceiro tópico, dedicamo-nos mais detidamente à descrição das principais referências no processo de apropriação do marxismo para a explicação da problemática do lazer. No quarto tópico, procuramos destacar os progressos e limites da apropriação da obra de Marx e Engels para a compreensão da problemática do lazer.

Após este movimento, no *segundo capítulo*, apontamos aquilo que reconhecemos ser central na obra de Marx e Engels para a compreensão da problemática do lazer, procurando produzir explicações para as implicações da apropriação da obra destes autores para os *estudos do lazer*. Discutimos a centralidade da obra de Marx e Engels e os princípios e categorias essenciais para uma compreensão da problemática do lazer, fundada em bases reais que só podem referir-se ao modo como os homens estão produzindo e reproduzindo sua existência.

Tomamos a noção de *modo de produção* da existência desenvolvida em *A Ideologia Alemã* como categoria organizadora da análise, esboçando os nexos e contradições em que está inscrita a problemática do lazer no contexto do modo capitalista de produção e reprodução da existência. Por fim, enfrentamos a delicada questão: lazer, *necessidade* e *mercadoria*, que, no movimento do modo capitalista de produção e reprodução da existência viabiliza a percepção das profundas contradições da apropriação privada dos meios de produção e dos bens socialmente produzidos, configurando-se como sinal das demandas pela revolução.

PARTE I

OS ESTUDOS DO LAZER E O PROJETO DE OCUPAÇÃO DO
TEMPO LIVRE

Capítulo I

LEVANTAMENTO E ESTADO DA ARTE

Nos últimos 160 anos, assistimos, ainda sem uma reflexão amadurecida sobre a totalidade de acontecimentos que interfere sobre o fato, a uma preocupação crescente com a proposição de ações para a ocupação do tempo livre, documentada em artigos disseminados em jornais, periódicos acadêmicos, livros, e, atualmente, pela Internet. Esta produção está discutindo, sob várias formas, a *geração de tempo livre do trabalho, as implicações deste tempo livre e a necessidade de seu gerenciamento*, com uma contínua proposição de alternativas.

No conjunto dessa produção, observa-se, em determinados momentos, a apropriação da obra de Marx e Engels, seja *negando* seja *acentuando* suas contribuições para a compreensão da problemática. Esta constatação nos faz procurar explicações para as motivações que levam tais estudos a assumirem posições quanto ao marxismo, assim como o contexto teórico e histórico que leva a estas posições.

Nesta direção, este primeiro capítulo cumpre a tarefa de reconhecer esta produção do conhecimento: *de que trata? Quando surge? Há quanto tempo se desenvolve? Qual o seu volume? Em que contexto é deflagrada e se amplia? Quais são as temáticas e problemáticas a que se dedica?* Reconhecemos estas como informações essenciais para a compreensão dos nexos e contradições que garantem a compreensão das relações entre esta produção e a realidade brasileira. Trata-se, portanto, de reconhecer esta produção por dentro, através do mapeamento das preocupações centrais que a estão motivando e dos debates a partir dos quais se multiplica.

1 *Estudos do lazer*

Não é nosso objetivo neste estudo cunhar e fixar categorias¹⁵ para a prática social do lazer, sobre a qual diversos estudiosos de diversas áreas vêm dedicando suas reflexões em diferentes momentos históricos nos últimos pouco mais de 100 anos. Antes, pretende-se compreender as motivações objetivas que levam a esta produção, e, especialmente, ao modo como ela vai apropriar-se da obra de Marx e Engels e referir-se a ela. No entanto, não é possível ignorar a diversidade presente na expressão *que estamos utilizando para identificar a produção do conhecimento* com a qual estamos iniciando um debate.

Conforme indicaremos a seguir, a reunião desta produção só foi possível porque *desprezamos* a multiplicidade de termos com a qual é identificada, a depender do momento histórico no qual é produzida ou da área do conhecimento pela qual é abordada. Nas seis primeiras décadas do século XX, esta produção foi identificada como *jogos, brinquedos, brincadeiras* reunidos sob a expressão *recreação* (GOUVEA, 1963). Já na década de 50, começa a surgir associada à expressão *recreação* a expressão *lazer* para referir-se ao tempo e às atividades desenvolvidas naquilo que o campo do direito vai chamar no mesmo período de *repouso remunerados* decorrentes da *redução da jornada* de trabalho (SUSSEKIND, 1952). Na sociologia, ora *tempo livre* ora *lazer* são as expressões utilizadas para discutir os problemas suscitados pela intensificação da jornada de trabalho, pelas lutas para a sua redução, pelo tempo conquistado com estas lutas. Na educação, uma volumosa produção tenta compreender o *lúdico* ou o *jogo* enquanto recursos pedagógicos para o ensino de normas e valores de convívio social ou mesmo o aprendizado dos demais conteúdos escolares. Na produção do conhecimento de todas as áreas, estas categorias se misturam conformando um conjunto de estudos que é necessário sistematizar minimamente a fim de compreender suas motivações essenciais, decorrentes de condições históricas bem concretas: a produção da existência no movimento de transformação das forças produtivas e das relações de produção.

15 Para o marxismo as categorias “só podem ser entendidas como representação de relações reais ou como reprodução do concreto pelo pensamento” (LOMBARDI, 1993, p. 332). Antes de cunhar tais categorias, trata-se de apreender a realidade concreta na qual se efetiva a prática social do lazer.

Estamos chamando de *estudos do lazer* um conjunto disperso e multidisciplinar de abordagens dos problemas relativos à fruição do tempo livre do trabalho a partir de áreas de conhecimento e referenciais teóricos diversificados, acompanhadas ou não de proposições. O levantamento dos problemas tratados nesta produção permite identificar a preocupação com a discussão das condições de disponibilidade de tempo/ espaço/ atividade/ atitude em que ocorre a fruição (1) de interesses subjetivos diversos; e (2) de interesses entre classes de homens em relações de produção conflitantes, características ao modo capitalista de produção da existência apoiado na apropriação privada das forças produtivas e dos produtos destas forças continuamente postas em movimento.

A expressão destes interesses no plano das idéias aparece: (a) nas reflexões sobre as origens e possibilidades históricas do lazer enquanto prática social, ora apoiadas no retrospecto dos sentidos da expressão lazer na antiguidade clássica, ora em uma precária análise das transformações na produção da existência durante o século XIX; (b) na projeção de políticas públicas, a partir do diagnóstico de uma *incompetência* para fruir com *qualidade e responsabilidade* o seu tempo livre para o lazer; (c) na delimitação de perfis profissionais adequados à atuação voltada à animação sociocultural que pressupõe a existência de *incompetência e desânimo* para a fruição do tempo livre entre aqueles que adquiriram este direito; (d) na produção de teorias antropológicas, sociológicas e pedagógicas sobre a relação lazer x trabalho x educação. No seio destas teorias, uma intensa disputa de referenciais ora esclarece, ora obscurece as condições de produção da problemática do lazer. Esta tese de doutoramento enfrenta esta dispersão em busca da síntese sobre ***a relação entre a produção do conhecimento referente aos estudos do lazer produzida no Brasil e a realidade brasileira***. E, neste contexto, as explicações para o modo como a obra de Marx e Engels será apropriada pela área.

2 Critérios para o levantamento da produção do conhecimento referente aos *estudos do lazer no Brasil*

“[...] o desconhecido só se define por confronto com o conhecido, isto é, se não se domina o já conhecido não é possível detectar o ainda não conhecido, a fim de incorporá-lo, mediante a pesquisa, ao domínio do já conhecido.”

Dermeval Saviani (1987, p. 51)

Todo e qualquer trabalho acadêmico, independente do tema ou dos objetivos perseguidos, carece do levantamento da produção do conhecimento pré-existente. Chamamos a isso de *mapeamento do estado da arte* – cuja finalidade é reconhecer os avanços e limites a respeito de um determinado tema de estudo previamente delimitado. É este conhecimento do *estado da arte* que permite a identificação de problemáticas significativas em um dado campo.

No entanto, o levantamento do estado da arte referente aos *estudos do lazer no Brasil* é um empreendimento especialmente delicado, em virtude de (1) existir polissemia e paráfrase nas categorias identificadoras desta produção; (2) esta produção do conhecimento estar dispersa pelos meios de disseminação específicos a cada uma das áreas que se ocupa com a problemática do lazer; (3) os esforços de estudos sistemáticos e de conjunto desta produção serem recentes e ainda exíguos. A superação destes três obstáculos colocou-se como o primeiro movimento desta pesquisa uma vez que necessitávamos de uma visão de conjunto desta produção a fim de localizar a resposta para a questão sobre ***como estes estudos apropriam a obra matriz do marxismo e quais as motivações desta apropriação.***

Em ***primeiro lugar***, seria necessário firmar uma posição em relação à multiplicidade de palavras pelas quais a produção do conhecimento referente aos *estudos do lazer* é identificada. Deixando-nos embotar pela dispersão que a seleção das palavras-chave promove, perderíamos a noção de conjunto que necessitávamos construir. Nesta direção, optamos por trabalhar o levantamento a partir das palavras *tempo livre, recreação, ócio, lazer e estudos do lazer*, considerando-se serem estas as expressões recorrentes entre as utilizadas pelos autores para identificar o objeto de suas investigações. Ao mesmo tempo,

desprezando as nuances que estas categorias carregam, optamos por acatar a expressão consolidada *estudos do lazer* como aquela que reúne o conjunto desta produção.

Em **segundo lugar**, considerando-se o problema da *dispersão* (por áreas e instrumentos de disseminação da produção do conhecimento) seria necessário reconhecer as condições objetivas para a realização do levantamento do estado da arte. A localização da produção do conhecimento referente aos *estudos do lazer* constituía-se em uma barreira para amplos levantamentos, principalmente no que toca às publicações em periódicos e eventos, uma vez que inexistiam bancos de dados compilando esta produção. Entretanto, os investimentos recentes das Bibliotecas Públicas na elaboração de catálogos eletrônicos e na estruturação de Bancos de Dados Eletrônicos de currículos e periódicos diminuem estas barreiras, abrindo pela primeira vez a possibilidade de um levantamento exaustivo, sem a necessidade de viagens pelo território nacional¹⁶.

Em **terceiro lugar**, no que toca a estudos que realizam a análise histórica e crítica da produção do conhecimento, observamos contribuições significativas para (1) a identificação das fontes para a história dos *estudos do lazer* no Brasil; (2) o reconhecimento da conjuntura histórica em que se deflagra a preocupação com a problemática; (3) o reconhecimento das motivações que permitem o investimento na produção de estudos e (4) a análise epistemológica da produção. Destacamos aqui os trabalhos de Sussekind (1946, 1948, 1950), Sant'Anna (1994), Melo (1997), Marcassa (2002), Sá (2002), Gomes (2003b), Gomes (2004).

A descrição que se faz a seguir do estado da arte na produção do conhecimento referente aos *estudos do lazer* no Brasil, ocorre a partir de um amplo levantamento da produção, que considera: (1) as obras referidas pelos autores brasileiros; (2) as informações prestadas nos currículos cadastrados na Plataforma Lattes (palavras-chave: recreação, ócio,

16 Destacamos aqui a disponibilização *on line* de informações sobre os acervos das bibliotecas públicas (Congresso Nacional, Biblioteca Nacional e Bibliotecas Universitárias); a consolidação do banco de currículos e grupos de pesquisa do CNPq (Plataforma Lattes); a implementação de bibliotecas eletrônicas de teses e dissertações (portais das bibliotecas universitárias) e periódicos *on line* (SciELO Brasil, SCAD – Serviço Cooperativo de Acesso a Documentos; Portal de Periódicos Capes etc.); os esforços, no campo da educação física e esportes, de organização de bancos de dados eletrônicos (PROTEORIA – Instituto de pesquisa em educação e educação física, NUTESES – Núcleo Brasileiro de Dissertações e Teses em Educação, Educação Física e Educação Especial). Recorremos a todos esses bancos de dados para a realização do levantamento do estado da arte nos *estudos do lazer* no Brasil.

lazer, tempo livre e *estudos do lazer*)¹⁷; (3) os acervos disponibilizados *on-line* pela Biblioteca Nacional¹⁸, Bibliotecas das Universidades (UNICAMP, UFRJ, UFSCAR, UFRGS, USP, UFMG, UEL), Biblioteca do Congresso Nacional; (4) o acervo da Biblioteca do SESC Londrina; (5) o acervo disponibilizado pelo empreendimento conhecido como *estante virtual*¹⁹; (6) o levantamento de teses e dissertações que pesquisam o lazer, realizado por Cristina Marques Gomes²⁰.

Foram catalogados trabalhos relativos à produção disseminada por autores brasileiros na forma de (1) artigos completos publicados em periódicos²¹; (2) artigos completos publicados em anais de eventos; (3) capítulos de livros e (4) livros. Neste processo, catalogamos um volume de 2674 trabalhos publicados entre os anos de 1891 e 2006²², o que nos levou a constatar (1) a necessidade de organização de um Banco de Dados específico à produção do conhecimento referente aos *estudos do lazer*²³; (2) a

17 A pesquisa por palavras-chave na Plataforma Lattes apresentou algumas dificuldades em virtude da estrutura do Banco de Dados. Após 10/2005 (data da realização da primeira pesquisa), o Banco foi aprimorado. Em Busca Avançada por currículos de pesquisadores, obtivemos em 28/10/2005 (03H00) os seguintes resultados: Recreação – 2008 resultados; Lazer – 5147 resultados; Ócio – 372 resultados. Em Busca Avançada, realizada em 22/01/2006, obtivemos: Recreação – 2233 resultados; Lazer – 5722 resultados; Tempo Livre – 2381 resultados; Ócio – 408 resultados. A consulta aos currículos foi delimitada as seções em que são informados: Artigos Completos em Revistas; Livros; Capítulos de Livros publicados; Trabalhos completos publicados em ANAIS de eventos. O trabalho de coleta de dados nos currículos da Plataforma Lattes foi realizado com a colaboração da Graduanda no Curso de Licenciatura em Filosofia (UEL) Edsel Diebe.

18 As consultas às bibliotecas foram realizadas para localizar: (1) obras específicas informadas pelos autores; (2) conjunto de obras de um determinado autor, cuja vida acadêmica não estivesse registrada na Plataforma Lattes. É o caso das produções de Ethel Bauzer Medeiros; Inezil Penna Marinho; Lenea Gaelzer; Frederico Guilherme Gaelzer; Acácio Ferreira; Arnaldo Sussekind; Miguel Reale; Gilberto Freire; Marlene Guerra; Ruth Gouvêa; Maria Junqueira Schmidt, Nicanor Miranda, entre outros. Nos Catálogos da Fundação Biblioteca Nacional, em 21/02/2006), “Todos os Materiais Bibliográficos” localizamos: Recreação: 359 referências; Lazer: 272 referências; Tempo Livre: 11 referências.

19 Reúne virtualmente os acervos de 533 sebos e livreiros, de 131 cidades, possibilitando tanto o levantamento de títulos não disponíveis em bibliotecas públicas quanto viabilizando a aquisição destes títulos por meio da compra. Disponível em: <http://www.estantevirtual.com.br/> Acesso em: 22 de maio de 2007.

20 Levantamento das teses e dissertações sobre lazer defendidas no Brasil, empreendido por Cristina Marques Gomes como parte do trabalho *Pesquisa Científica em Lazer no Brasil: bases documentais e teóricas*. Recorremos a seus estudos para a localização das teses e dissertações dos autores que consideramos relevantes para a compreensão do estado da arte na produção do conhecimento referente à problemática do lazer.

21 O levantamento em periódicos obedeceu aos seguintes procedimentos: (1) consulta a autores que produziam conhecimento no âmbito dos *estudos do lazer*; (2) localização dos periódicos em que estavam publicando seus artigos; (3) levantamento nos periódicos de outros trabalhos referentes aos *estudos do lazer* ali publicados.

22 Destaca-se que os dados aqui expostos correspondem, no que toca ao levantamento realizado na Plataforma Lattes, às informações fornecidas pelos autores até novembro/dezembro de 2005. Sinalizamos a possibilidade de que alguns dados relativos a publicações durante eventos realizados no segundo semestre de 2005 não terem sido registrados em virtude de sua inclusão no banco de dados (pelos autores) em momento posterior a este período.

23 Os trabalhos levantados foram organizados em Banco de Dados Eletrônico: ARELB – Arquivo Referente aos *Estudos do lazer* no Brasil. Microsoft® Office ACCESS 2003 (11.5614.5606). Parte do produto Microsoft Office Professional Edição 2003. Copyright© 1992-2003 Microsoft Corporation. Elaborado pelo Graduando em Licenciatura em Matemática (UEL) Luiz Carlos Fabrício de Melo.

necessidade de revisão dos parâmetros que temos utilizado para a demarcação do início dos *estudos do lazer* no Brasil; (3) a necessidade de revisão crítica da produção com vistas à localização do eixo norteador da preocupação brasileira com a produção do conhecimento e as políticas públicas.

Cabe justificar que 1891 é tomado como marco inicial da produção, em virtude de ter sido neste ano que encontramos a mais antiga publicação referida citada por Pinto (*et all*, 1999). Referindo-se ao nascimento da relação entre *Recreação/Lazer e Educação Física/ciências do Esporte* no Brasil, a autora dirá:

Desde a fundação da mais antiga Escola Normal do Brasil (1835) foram propostos jogos ao ar livre como meio de moralizar a mocidade para ocupar suas horas ociosas e de disciplinar o corpo. Em 1892, por determinação legal, foram requeridos espaços para recreios e exercícios físicos na escola, delegando aos professores de ginástica a incumbência de ministrar suas lições nos recreios. Em 1906, por decreto, foi aprovado o programa para o Ensino Primário, definindo a Educação Física como responsável pelo brincar supervisionado (Nogueira, 1938, Alexander, 1981) (PINTO, 1999, p. 104).

Localizamos, durante o processo de levantamento na Biblioteca Nacional, vários outros Materiais Bibliográficos (livros²⁴, discursos²⁵ e periódicos²⁶) publicados nos séculos XVIII e XIX. No entanto, para efeito de delimitação do período de que trata este estudo, mantendo o critério de consideração das obras disseminadas na forma de livros, capítulos

24 “Recreação filosófica: diálogo sobre a filosofia natural, para instrução de pessoas curiosas que não frequentarão as aulas” (Lisboa: Regia Oficina Typographica, 1778) do Sacerdote Teodoro de Almeida (1722-1804); e “Recreação periódica” (Lisboa, Of. graf. da Biblioteca nacional, 1922) do autor Francisco Xavier de Oliveira (1702-1783), traduzido por Aquilino Ribeiro (1885-????).

25 “Breve allocução proferida por ocasião da sessão solemne da Sociedade recreação litteraria, no dia 4 de junho de 1876” (Maranhão, Typ. do Paiz, 1876), de A. J. de Moura e Silva.

26 “Revista Universal Brasileira Jornal de Instrucao e Recreacao.” (Rio de Janeiro, RJ: Classica de Jose Ferreira Monteiro, 1847); “O Charadista” (Rio de Janeiro, RJ: Typ. Parisiense, 1850-); “Panama: semanário litterario recreativo” (Niteroi, RJ: Typ. de Quirino e Irmao, 1856); “Revista Popular: noticiosa, scientifica, industrial, historica, litteraria, artistica” (Rio de Janeiro, RJ: Impressa por Quirino e Irmao e por Pinheiro e Comp., 1859-); “O Recreio: semanal recreativo e noticioso”. (Açores, Portugal: Typ. Fayalense.); “Bazar Litterario de Educação e de Recreação.” (Rio de Janeiro, RJ: Typ. de S. Vicente de Paulo, 1878-); “O Estudo.” (Niteroi, RJ: [s.n.], 1896-); “O Lyceonista: jornal litterario, poetico, recreativo, critico e noticioso.” (Rio de Janeiro, RJ: [s.n.], 1901-); “O Porvir: periodico litterario e recreativo.” (Rio de Janeiro, RJ 1901); “O Olho: folha humoristica e recreativa” (Rio de Janeiro, RJ 1901); “O Cassino: revista litteraria e recreativa consagrada aos interesses do Clube Cassinista Curitibano” (Curitiba, PR: Imprensa Paranaense, 1901-); “Os Maxixes: folha humorística e recreativa.” (Rio de Janeiro, RJ: Officina do Jornal do Brasil, 1901); “A Madrugada: periódico litterário e recreativo dedicado ao Euterpe Club” (Rio de Janeiro, RJ: Typ. Macedo e Rohe, 1902-); “A Penna: litterario e recreativo” (Madalena, RJ 1903); “A Exposição” (Curitiba, PR 1904-); “A Borboleta: jornal dedicado ao bello sexo.” (Rio de Janeiro, RJ: Typ. E. Schneider, 1907). Destacamos a necessidade de pesquisas concentradas na investigação das motivações que levam à disseminação destes periódicos no Brasil, uma vez que estes outros materiais bibliográficos podem estar indicando interesse por organização da recreação já no século XVIII em Portugal e, a considerar o mais antigo periódico registrado no portal da Biblioteca Nacional (Revista Universal Brasileira Jornal de Instrucao e Recreacao.” Rio de Janeiro, RJ: Classica de Jose Ferreira Monteiro, 1847) há a possibilidade da necessidade de organização da recreação estar aparecendo no Brasil em meados do século XIX.

de livros, artigos e trabalhos completos apresentados em eventos, estamos considerando o trabalho mais antigo referente aos *estudos do lazer* publicado no Brasil, o artigo *Jogos ao ar livre para a mocidade brasileira* (ALEXANDRE, 1891)²⁷.

3 O fluxo da produção do conhecimento

O levantamento da produção do conhecimento referente aos *estudos do lazer* no Brasil foi organizado em banco de dados eletrônico, permitindo a visualização – recorrendo à geração de gráfico por colunas considerando a produção ao ano – do fluxo da produção do conhecimento nos séculos XX e XXI (vide gráfico 1).

Frente à evidência de multiplicação progressiva desta produção, faz-se necessário procurar explicações para as motivações que a induzem. Este movimento será realizado considerando-se: (1) as características internas da produção (SAVIANI, 2004, p. 9-57) privilegiando-se (a) o levantamento das áreas do conhecimento dedicadas à temática; (b) a polissemia e paráfrase dos termos com os quais esta produção é auto-identificada; (c) as temáticas e problemáticas privilegiadas; (2) o movimento histórico no período em que esta produção ocorre.

27 Obra referida por GOMES, C.L. ; PINTO, L.M.S.M. (2000).

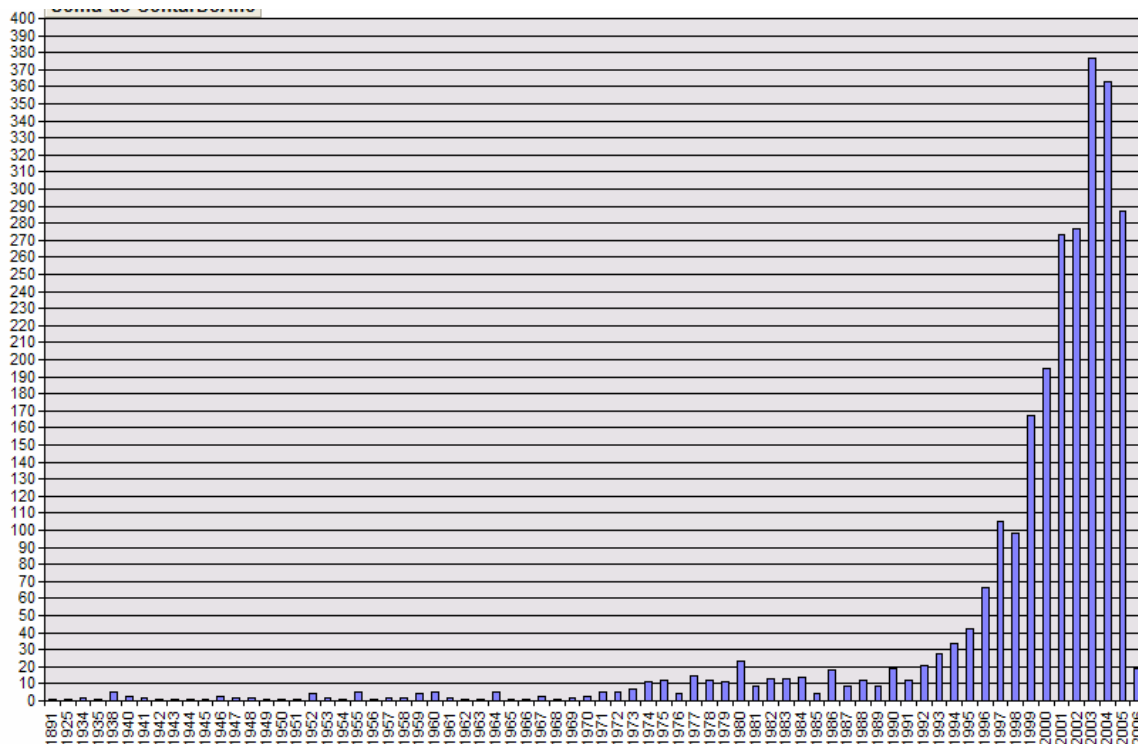


GRÁFICO 1 – Fluxo da produção do conhecimento referente aos *estudos do lazer* no Brasil

No que toca às **áreas do conhecimento**²⁸, a produção regular catalogada até este instante é oriunda da sociologia (do lazer e do trabalho); do direito do trabalho (referindo-se ao repouso semanal, em feriados e anual); da filosofia; etimologia; história; geografia; administração; economia; arquitetura e urbanismo; matemática (metodologias); enfermagem; turismo e hotelaria; educação física (recreação e lazer); antropologia cultural; pedagogia (educação lúdica, educação para e pelo lazer); psicologia. A diversidade de áreas que tratam da problemática indica a sua multidisciplinaridade²⁹.

28 Reconhecemos a Tabela de Áreas do CNPq, mas não é objeto deste estudo a identificação da Área, Sub-área específica que corresponde aos setores que se dedicam aos *estudos do lazer* no Brasil.

29 Gomes (2004, p. 59), tomando a produção de teses e dissertações no Brasil, identifica as seguintes áreas do conhecimento realizando pesquisas referentes ao lazer: Administração (19), Antropologia (18), Arquitetura e urbanismo (12), Ciências Sociais (16), Comunicação (26), Educação (56), Educação Física (67), Enfermagem (5), Engenharia (6), Geografia (10), História (23), Medicina (3), Psicologia (21), Saúde Pública (6), Serviço Social (7), Análise Regional (1), Artes visuais (2), Ciências da Informação (3), Ciência Política (1); Epidemiologia (1); Extensão Rural (1); Filosofia (1); Letras (1) Meio Ambiente (2); Memória Social e Documento (2); Multidisciplinar (1); Planejamento Urbano e Regional (4) e Turismo e Hotelaria (1). Os estudos da autora apontam a Educação Física como a área com a maior quantidade de trabalhos produzidos sem dissolução de continuidade.

Destaca-se a dispersão desta produção por diferentes instrumentos de veiculação (periódicos e eventos das várias áreas relacionadas), resultado da complexificação dos processos de produção do conhecimento, através da divisão social do trabalho científico em disciplinas. Esta dispersão contribui para a fragmentação do saber e impossibilita o reconhecimento da complexidade do objeto. A nosso ver, trata-se de tentar organizar esta produção a fim de melhor compreendê-la.

Esta constatação coloca aos pesquisadores o problema da *formação voltada à compreensão da totalidade dos fenômenos* que, no âmbito do marxismo, implica a compreensão dos processos históricos que configuram as práticas na totalidade das relações em que estão inscritas. Defendemos que a compreensão da verdade objetiva sobre o lazer depende da superação das barreiras disciplinares impostas pela visão cartesiana de ciência, e a retomada da concepção de *história* – que se concentra na realidade dos homens produzindo sua existência – como ciência que permite o desvelamento da verdade (MARX e ENGELS, 1974).

No que toca à *polissemia e à paráfrase*, observa-se que a produção do conhecimento recorre aos termos “repouso remunerado”, “tempo livre”, “recreação”, “lazer”, “ócio”, “lúdico” para referir-se a um conjunto de ações cujos significados envolvem os eixos:

- (1) reformulação dos processos tradicionais de ensino, sob influência do projeto escolanovista de “educar o povo e transformar a sociedade” instaurando uma cultura “capaz de assegurar a unidade da nação” e a paz social (GAELZER, 1979; GOMES, 2003b, p. 162), baseada em projetos elaborados por uma elite de intelectuais “aptos para representar os interesses das elites” direcionados à educação da população pobre e analfabeta – neste contexto a recreação aparece como um projeto de aprimoramento cultural do povo, de progresso, compondo o processo de conformação da classe trabalhadora ao projeto de sociedade da elite burguesa no Brasil (BRAGA, 2005; GOMES, 2003b; MARCASSA, 2002), em última instância, compondo o projeto educacional burguês para a classe trabalhadora;
- (2) concessão de tempo livre legalmente regulamentado ao trabalhador com a garantia de aproveitamento “adequado” de suas horas de lazer, o que pede do poder público a implantação de políticas de gestão do tempo livre, a fim de evitar colocar “em perigo a obra social e cultural que se desejou iniciar com a regulamentação legal da duração do trabalho” (SUSSEKIND, 1950);

Estes eixos são perceptíveis apenas em levantamentos amplos que considerem o conjunto desta produção. A nosso ver a dispersão de termos que identificam a produção que estamos reunindo aqui como *estudos do lazer* oculta em um véu de aparências a

problemática central, qual seja, a forma do trabalho no modo capitalista de produção da existência, organizado sob uma complexa divisão social, toda ela voltada para a produção da mais valia e pela total exclusão e desprezo das necessidades daqueles que o realizam, marcada pelo total impedimento ao homem de uma vida plena de sentido. Esta dispersão de categorias indica a ausência do enfrentamento teórico da problemática a elas subjacentes: liberdade e necessidade na ordem capitalista, impedindo uma análise crítica e radical na perspectiva de superação do modo de vida no capitalismo. Trata-se justamente de explicar os nexos e contradições da produção do conhecimento referente aos *estudos do lazer* no Brasil na lógica do modo capitalista de produção e reprodução da existência.

No que toca às *temáticas e problemáticas*, a produção regular catalogada até este instante contempla:

- ✓ a discussão quanto à incapacidade do trabalhador de auto-gerir o seu tempo livre e quanto à necessidade de implementação de uma política de ocupação do tempo livre, seguida de sugestões de conteúdos e relatos de atividades programadas (SUSSEKIND, MARINHO e GÓES, 1952; SUSSEKIND, 1946; SODRÉ, 1938, PADILHA, 2006b, p. 27-28; p. 144);
- ✓ a discussão jurídica quanto à regulamentação do direito à redução da duração do trabalho e do repouso remunerado (SUSSEKIND, 1950; REALE, 1980);
- ✓ a discussão quanto à existência de um *vício em trabalho* a ser combatido por uma progressiva mudança de atitude, baseada na mudança dos valores de supervalorização do trabalho e na defesa da valorização das potencialidades do lazer para a vida humana (MARCELLINO, 1983b; MARCELLINO, 1987, MARCELLINO, 1990b);
- ✓ o mapeamento dos interesses/expectativas da população por segmentos de sexo, idade, profissão, local de trabalho, grau de escolaridade etc. (GOLDENSTEIN, 1991; FORJAZ, 1988; BRAMANTE, 1990);
- ✓ o mapeamento dos problemas e saídas encontrados por diferentes grupamentos sociais para a fruição do lazer (MAGNANI, 1998; MARCELLINO, 1990);
- ✓ as relações funcionais entre lazer e saúde (BUENO e PEREIRA, 1997; BUENO e CAMARGO, 2004);
- ✓ a superação das doenças do trabalho por meio de processos de atividades desenvolvidas no ambiente de trabalho geridas pelos Departamentos de RH (MARCELLINO, 1999b; CAMARGO, 1990);
- ✓ uma política de educação para a ocupação/preenchimento do tempo livre no contexto do sistema escolar e fora da escola (MARCELLINO, 1990a, 1990b; CAMARGO, 1998a; GAELZER, 1979; MEDEIROS, 1961; MIRANDA, 1984; MIRANDA, 1938);
- ✓ os estudos sobre os jogos no contexto de sua contribuição para o processo pedagógico e na educação (KISCHIMOTO, 1993, 1997; GOUVEA, 1963; PITHAN E SILVA, 1971);
- ✓ os estudos sobre a educação lúdica/pelo jogo, preconizando-se a educação agradável, atraente na qual a marca da produtividade típica dos processos de trabalho sob orientação taylorismo/fordismo/toyotismo introduzidas na escola seja amenizada (SILVA, 1999, 2001; MARCELLINO, 1990b);

- ✓ a descrição das práticas culturais “em moda” e/ou com certa tradição de existência e das redes de relações sociais nas quais estas práticas se desenvolvem (BRUHNS, 2000; MAGNANI, 1998; PIMENTEL, 1998);
- ✓ os estudos sobre o lazer no campo da psicologia social e da antropologia cultural (OLIVEIRA, 1999);
- ✓ a organização funcional e estética do espaço urbano com vistas à fruição do tempo livre (YURGEL, 1983);
- ✓ o gerenciamento dos tempos, espaços, equipamentos, pessoais/profissionais, e interesses dos participantes no lazer (BRAMANTE, 1997);
- ✓ a elaboração/avaliação de políticas públicas voltadas para o lazer no âmbito municipal e estadual, nacional e internacional (SUSSEKIND, 1952, 1946, 1947; MARCELLINO, 1996; AMARAL, 2001a; GOMES, 2003b);
- ✓ os estudos sobre a formação profissional para a atuação no lazer (WERNECK, et al., 2001; MARCELLINO, 1995a);
- ✓ a geração de emprego e renda no campo e espaços urbanos litorâneos e interioranos, voltados à estruturação de novas rotas turísticas e à prestação de serviços em turismo e hospitalidade a partir de áreas geográficas definidas como tendo potencial turístico (CALVENTE, 2004);
- ✓ a história do lazer no Brasil e na história da humanidade (MELO, 1997; AMARAL, 2001; ALMEIDA e GUTIERREZ, 2006; GOMES, 2003b; SUSSEKIND, 1950; MARCASSA, 2002);
- ✓ o pensamento social sobre o lazer (OLIVEIRA, 1995a; OLIVEIRA, 2002a; BRUHNS 2002; MARCELLINO, De GÁSPARI, CAMPAGNA, 2003; CAMARGO, 1993);
- ✓ os estudos sobre os sentidos, significados e as relações entre lúdico, lazer e educação física (MARCELLINO, 1999; WERNECK & ISAYAMA, 2003a);
- ✓ os estudos sobre a produção do conhecimento em Recreação e Lazer - referenciais teóricos metodológicos norteadores (SÁ, 2003e; MARCELLINO, 1986; VALENTE, M. C., 1997; GOMES, 2004; GUIMARÃES, 2001, CAVICHIOLLI, 2003; CAVICHIOLLI, CHELUCHINAK, AUGUSTO, 2005; MAGNANI, 2000);
- ✓ a compreensão teórica da relação lazer x trabalho enquanto categoria genérica ou tal como ela ocorre no modo capitalista de produção (ANTUNES, 2001a, 2001b; PADILHA, 2000c);
- ✓ a compreensão do movimento interesse/necessidade-capacidade de conversão do lazer em mercadoria pelo capital (FALLEIROS, 1980; PADILHA, 2000b; PADILHA, 2002a; PADILHA, 2005; MASCARENHAS, 2005a);

Sem a pretensão de esgotamento este esforço de síntese das temáticas que a produção do conhecimento referente aos *estudos do lazer* no Brasil vem contemplando, observa-se que os estudiosos da área estão focando:

- ✓ Bloco 1 - o levantamento do direito, problemas, representações, interesses, possibilidades, condições objetivas (espaço, tempo, disponibilidade de capital), capacidades, práticas privilegiadas pelos diferentes segmentos da formação social brasileira, por classe, gênero, faixa etária, etnia,

regionalidades, no processo de conquista, preenchimento, ocupação, vivência, fruição cotidiana do tempo livre do trabalho, com alusão ou não à necessidade de educação para e pelo lazer direcionada à elevação destes níveis de fruição;

- ✓ Bloco 2 - a preocupação com a viabilização, diagnóstico, organização, ocupação, gerenciamento, manutenção, administração de pessoal, equipamentos, espaços, programações e informações em diferentes níveis do poder público e privado, direcionados ao atendimento dos interesses dos diferentes segmentos da formação social brasileira quanto à garantia do acesso ao direito ao lazer, à participação nos processos decisórios, à veiculação de valores hegemônicos ou em processo de hegemonização, à produção de novos mercados de trabalho, de novos segmentos da indústria, veiculação de produtos, serviços e consumo;
- ✓ Bloco 3 - a preocupação com o mapeamento, delineamento, proposição das competências, habilidades, perfil, conhecimentos, métodos, currículos, áreas do conhecimento, tempo, necessários para a formação e seleção do profissional, para a atuação conforme as pesquisas e demandas evidenciadas em comunidades de bairro, poder público, terceiro setor, iniciativa privada, indústria e mercado disponíveis em lazer (turismo, entretenimento, hotelaria, alimentação, transporte, ecologia);
- ✓ Bloco 4 - a preocupação com estudos históricos ou historiográficos sobre as *práticas sociais*, sobre os *equipamentos e espaços públicos* ou *privados* onde ocorrem estas práticas, sobre as *políticas públicas*, sobre a *formação profissional*, e sobre a *produção do conhecimento* referente aos *estudos do lazer* delimitados (1) a concepção e sentidos de recreação, lazer ou ócio, (2) a uma determinada classe, etnia, faixa etária ou gênero, (3) às concepções de um determinado pensador, pintor ou músico, (4) a um determinado espaço rural, cidade, estado ou região, (5) a um determinado centro de estudos ou (6) a um determinado período histórico ou ainda (7) a uma determinada concepção teórica;
- ✓ Bloco 5 – a preocupação ou mapeamento quantitativo e qualitativo (1) da pesquisa e da produção do conhecimento em lazer no Brasil (2) dos grupos de pesquisa ativos cadastrados no CNPq, (3) dos conceitos predominantes na discussão da problemática; (4) das contribuições de diferentes referenciais teórico-metodológicos para a compreensão da problemática; (5) das contribuições de diferentes pensadores; (6) das concepções ontológicas, gnosiológicas e teleológicas no âmbito da produção do conhecimento;
- ✓ Bloco 6 – a preocupação com exposições que explicitem os nexos e contradições da prática social, das políticas públicas e da produção do conhecimento no âmbito do modo capitalista de produção e reprodução da existência, discutindo a problemática do lazer e suas potencialidades no processo de construção de uma sociedade de homens emancipados, libertos do jugo do trabalho explorado.

Tomando estas caracterizações mais amplas das temáticas e problemáticas que vêm sendo privilegiadas pelos *estudos do lazer*, observa-se a seguinte distribuição em termos de volume de trabalhos por bloco temático:

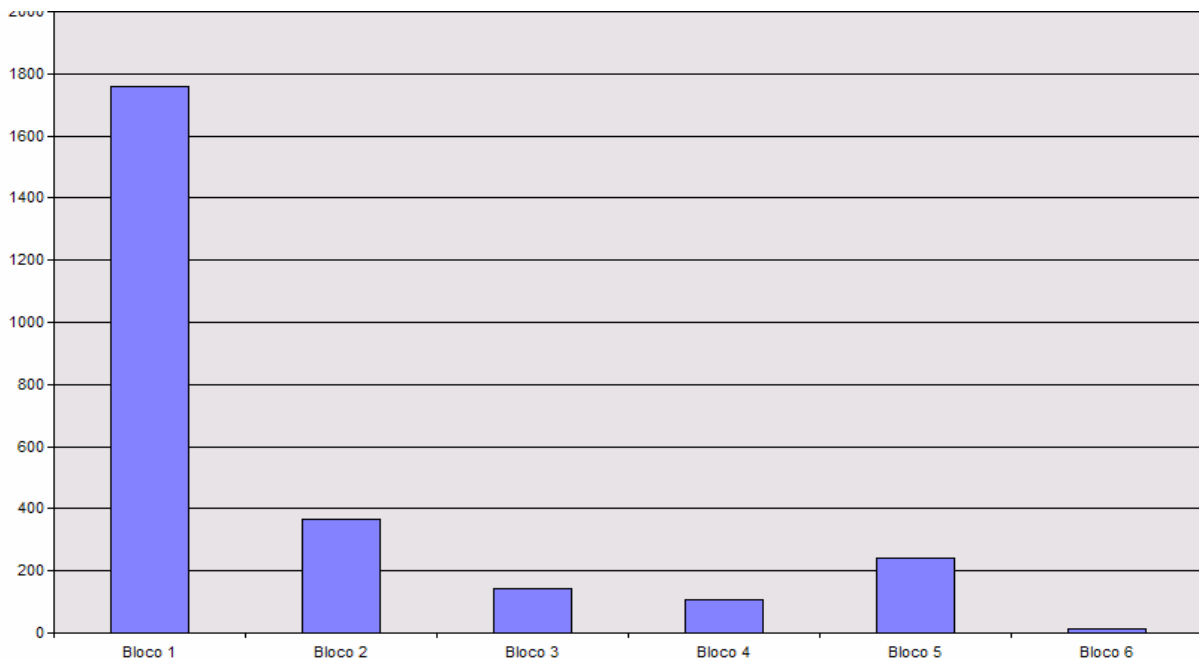


GRÁFICO 2 – Distribuição da produção por bloco de concentração temática

Destaca-se a esmagadora predominância de trabalhos focados no Bloco 1, cujo eixo fundamental é a preocupação com o modo como diferentes segmentos sociais estão compreendendo e ocupando seu tempo livre. O bloco que trata da preocupação com políticas públicas não alcança os 400 trabalhos em todo o século, e o bloco que vai tratar da preocupação com a produção do conhecimento vai ter um pouco mais que duzentos trabalhos em todo o período. Os estudos sobre a formação profissional, sobre a história da prática social do lazer e sobre a preocupação com a contextualização da problemática no modo capitalista de produção estão em menor quantidade, com tendência de crescimento.

4 O estágio de desenvolvimento da produção:

Realizamos a seguir o exercício de síntese do estágio de desenvolvimento da produção do conhecimento, considerando-se estes seis blocos de preocupações predominantes nos *estudos do lazer*, destacando, sempre, que se trata de esforço preliminar que deve ser ampliado e melhor precisado.

4.1 Gestão do tempo livre e produção de levantamentos e alternativas

O primeiro bloco de estudos configura-se pela preocupação com o levantamento do direito legal e legítimo, problemas, representações, interesses, possibilidades, condições objetivas (espaço, tempo, disponibilidade de capital), capacidades, práticas, privilegiadas pelos diferentes segmentos da formação social brasileira, segundo classe, gênero, faixa etária, etnia, necessidades especiais, regionalidades, no processo de conquista, preenchimento, ocupação, vivência, fruição cotidiana do tempo livre do trabalho, com alusão ou não à necessidade de educação para e pelo lazer direcionada à elevação destes níveis de fruição.

Um dos problemas mapeados neste *primeiro bloco* – a *incapacidade*³⁰ do *trabalhador* para autogerir o seu tempo livre, em decorrência da *falta de educação familiar e escolar*, da *supervalorização do trabalho* e do *vício em trabalho* daí decorrente – que atravessa toda a produção aqui considerada, é acompanhado de sugestões que vão (1) da proposição de atividades de ocupação do tempo livre (SUSSEKIND, MARINHO, GÓES, 1952) à (3) proposição de uma política de educação para e pelo lazer (GAELZER, 1951; GOUVEA, 1949; GAELZER, s/d; MARCELLINO, 1987; MARCELLINO, 1990b; CAMARGO, 1998a).

30 Padilha expõe esta noção ao discutir o shopping center como um fenômeno de submissão do lazer ao mercado. Diz: “De um lado, o capitalismo de hoje impõe à classe média uma ditadura do lazer, ou seja, faz-se necessário ocupar o ‘tempo livre’ de qualquer maneira, uma vez que o ócio – no sentido de não fazer nada ou de simplesmente contemplar – é condenado num sistema que depende da produtividade acelerada. Assim, as atividades de lazer entram no mesmo ritmo da produção e são oferecidas prontas aos seus consumidores, sob o pretexto de que *o ser humano moderno, não preparado para desfrutar do seu ‘tempo livre’*, possibilitado pelos avanços do capitalismo, seria incapaz de inventar o seu próprio lazer. Dessa relação entre trabalho e lazer nasce a concepção compensatória, ou seja, se o trabalho aliena e cansa, deve-se oferecer aos trabalhadores uma atividades de lazer que supostamente compense tal alienação, de forma a recuperá-lo para o trabalho no dia seguinte. Gera-se um ciclo fechado na lógica do capital do qual não escapam nem o tempo de trabalho nem o tempo de não trabalho. Por isso, viver a plenitude de um ‘tempo livre’ numa sociedade controlada pela racionalidade econômica do mercado fica cada vez mais difícil” (PADILHA, 2006b, p. 27-28). Desejamos justamente demonstrar que esta tese da incapacidade do trabalhador e do tempo livre como compensação ao trabalho desgastante é constitutiva do processo de consolidação do tempo livre regulamentado no Brasil, estando presente na produção que trata da problemática desde o início do século.

Esta política de educação ao longo do século XX vai aparecer sob formas variadas a depender do problema social detectado. *Primeiro*, sob a forma de aprendizado de normas e padrões de convívio social, na forma da educação pelo jogo, pelo brinquedo e pela brincadeira, quando o problema detectado é a ociosidade das crianças e dos jovens e as dificuldades modernas para a educação decorrentes da proibição do trabalho infantil (MARINHO, 1981, p. 134-139) e da entrada de toda a família no mercado de trabalho (GAELZER, 1979; GAELZER, s/d). *Segundo*, sob a forma de recurso metodológico facilitador dos processos de ensino (BORTOLETTO, 2001). *Terceiro*, sob a forma de aprendizado quanto ao que fazer com o tempo livre, de modo a não ver degeneradas a *condição física* necessária ao desenvolvimento do trabalho (PITHAN e SILVA, 1971, p.12), a *moral*, e, por decorrência, a *sociedade*, quando o problema detectado é a ausência de competência para autogerir o tempo livre (SUSSEKIND, 1948; PITHAN e SILVA, 1971). *Quarto*, sob a forma de educação, entendida como ampliação do acervo cultural e dos interesses e níveis de fruição, quando o problema detectado é a *lógica produtivista* a ser combatida, propondo-se sua substituição por uma *lógica de fruição do lúdico, da vida, do aqui agora*, do “sabor” (MARCELLINO, 1983b, 1987, 1990b; CAMARGO, 1998a; BRUHNS, 2000, 2001).

Outro conjunto de problemas mapeados neste bloco refere-se à predominância do discurso direcionado à produtividade no trabalho que estaria silenciando e dificultando o entendimento do lazer. A partir do entendimento de que o lazer representa um fenômeno moderno, indicador de transformações estruturais na sociedade, os autores defenderão os *estudos do lazer com enfoques diretos no próprio lazer*, realizando a investigação dos interesses e práticas privilegiadas pelos diferentes segmentos da formação social brasileira tomados por fragmentos de classe, gênero, faixa etária, etnia, necessidades especiais, regiões do espaço urbano, regionalidades, buscando compreender a lógica em que está inscrita a problemática do lazer e sua fruição (ALMEIDA e BARBOSA, 2005; ALVES, 2003; ANDRADE e MEIRA, 2005; BRUHNS e MARINHO, 2003; BRUHNS, 2001; CAMARGO, 1998b; FORJAZ, 1988; GOLDESTEIN, 1991; MAGNANI, 1998; MARCELLINO, 1987; 1990b; MARCELLINO, 1999a; OLIVEIRA, 1986b).

Um terceiro grupo de problemas refere-se às relações entre lazer e trabalho, considerando-se a impossibilidade de divisão do homem. Os estudos destacam que a alienação presente no âmbito do trabalho estará presente no tempo de lazer e vice-versa (MARCELLINO, 1987; CAMAGO, 1986; PADILHA, 2000c). Enfocam-se as possibilidades e limites do usufruto do lazer nos ambientes de trabalho (empresa ou clubes de empresa) (MARCELLINO, 1999b; PACHECO, 1992). Estes estudos não ultrapassam a constatação dos problemas imediatos, sem explicar os nexos e contradições destes problemas com a lógica mais ampla do modo de produção em seu desenvolvimento histórico.

Um quarto grupo de problemas concentra-se nas relações entre oferta, procura, satisfação, observando-se cuidadosamente a demanda (1) pela diversificação de produtos, espaços e serviços; (2) pela realização pessoal e prazerosa proporcionada por determinadas atividades; (3) pelos ambientes privilegiados para estas práticas. Entre estes estudos estão as críticas à mídia em geral e aos padrões de consumo que dissemina, assim como proposições pedagógicas que visam à formação de capacidade seletiva e de elevação dos níveis de participação no tempo livre, ultrapassando o conformismo rumo aos níveis crítico e criativo (BARBOSA, 1996; MARCELLINO, 1983b; MARCELLINO, 1990b; OLIVEIRA, 1986b).

A análise do gráfico abaixo, representativo da distribuição da produção do conhecimento referente ao Bloco 1, demonstra que a preocupação com as problemáticas características deste bloco atravessa todo o século XX, constituindo-se em um eixo central da produção do conhecimento. Evidencia também os diferentes períodos nos quais a produção se inicia e se desenvolve, sofrendo saltos quantitativos significativos. A nosso ver, trata-se de explicar o movimento desta produção no movimento histórico.

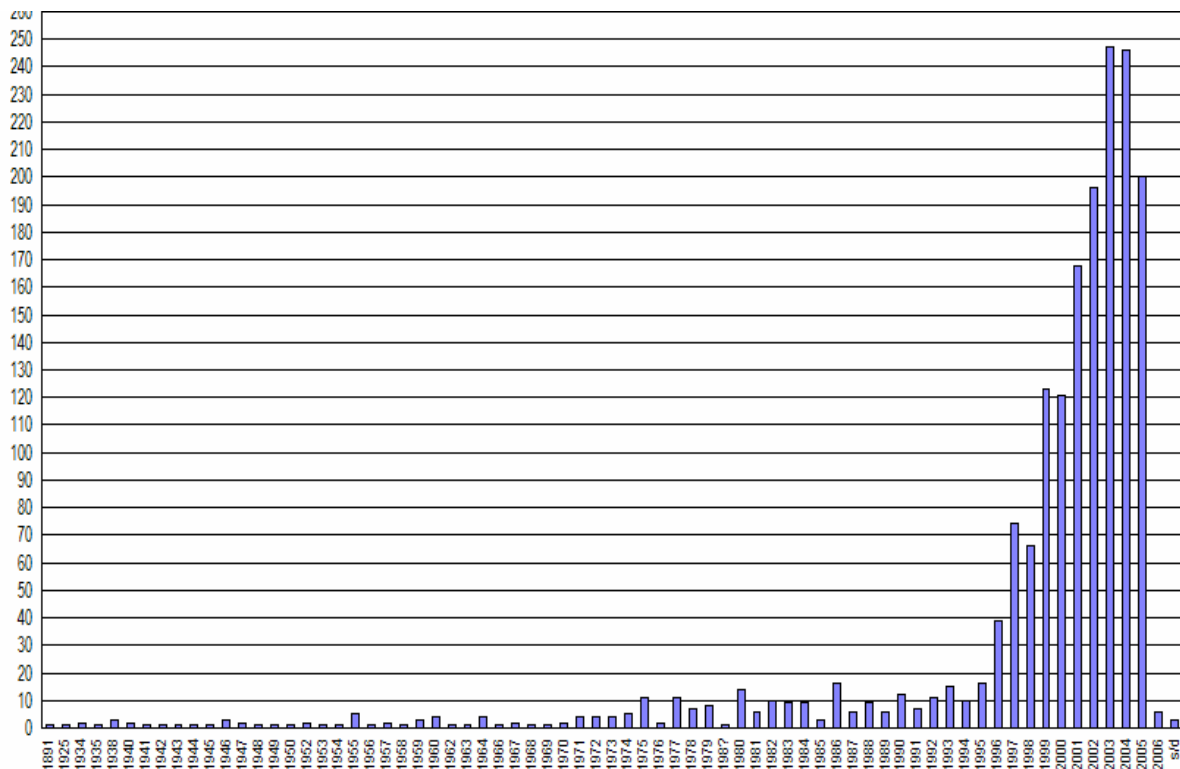


GRÁFICO 3 – Distribuição da produção referente ao Bloco 1 ao longo do século XX.

Dos problemas mapeados neste conjunto de estudos decorre a preocupação com a estruturação de políticas públicas e privadas direcionadas ao encaminhamento de soluções, que terão a conformação dos interesses em confronto como meta.

4.2 Políticas públicas e privadas

O segundo bloco de estudos configura-se pela preocupação com a viabilização, diagnóstico, organização, ocupação, gerenciamento, manutenção, administração de pessoal, equipamentos, espaços, programações e informações em diferentes níveis do poder público e privado, direcionados ao atendimento dos interesses dos diferentes segmentos da formação social brasileira quanto à garantia do acesso ao direito ao lazer, à participação nos processos decisórios, à veiculação de valores hegemônicos ou em processo de

hegemonização, à produção de novos mercados de trabalho, de novos segmentos da indústria, à veiculação de produtos, serviços e consumo.

Em consequência dos problemas mapeados no primeiro bloco, destaca-se, no segundo bloco, a preocupação com uma política que propicie a disponibilização (1) de pessoal qualificado para a prestação de serviços em lazer; (2) de espaços e equipamentos adequados, seguros, confortáveis e eficientes para a fruição do lazer proporcionados por uma política de planejamento urbano; (3) de uma programação variada que contemple os diversos interesses indicados nas pesquisas providenciadas no primeiro bloco; (4) do debate dos interesses em disputa na configuração de políticas públicas; (5) da geração de novos segmentos, produtos, serviços e indústrias, em síntese, de novos mercados. Estes trabalhos discutem o papel do poder público em nível municipal, estadual e federal, destacando a garantia do direito ao lazer. Na contramão destes últimos, enfatizam-se as possibilidades de ganhos existentes em um mercado de produtos e serviços que se destaca na atualidade, estabelecendo-se na produção do conhecimento a contradição entre democratização do acesso x disponibilização de produtos e serviços comercializáveis com claro enfoque na produção do lucro.

A análise do gráfico abaixo, representativo da distribuição da produção do conhecimento referente ao Bloco 2, demonstra que a preocupação com a proposição e debate de políticas atravessa todo o século XX, em movimento semelhante à preocupação com o modo como o tempo livre está/deveria estar sendo ocupado, constituindo-se também em uma problemática central da produção do conhecimento.

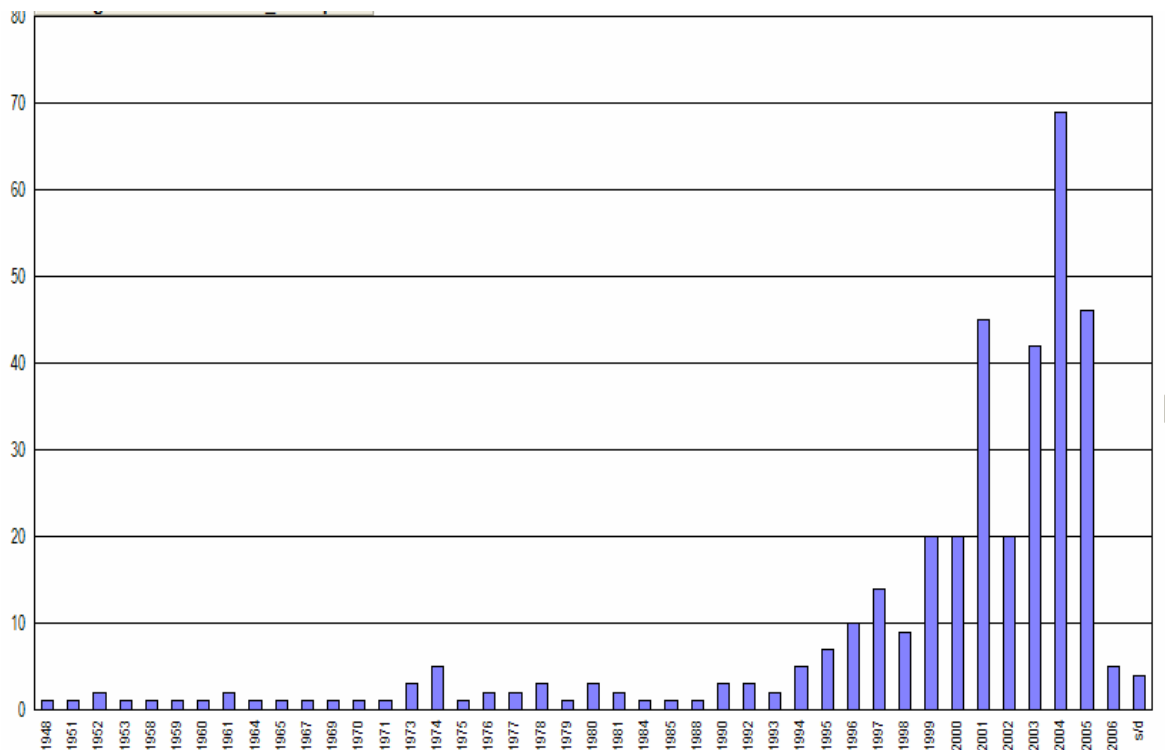


GRÁFICO 4 – Distribuição da produção referente ao Bloco 2 ao longo do século XX.

Destaca-se que esta produção é significativamente menor (inferior a 400 trabalhos), apresentando uma distribuição, ao longo do século, semelhante à temática anterior. Nos anos de 73 e 74, a produção direcionada à preocupação com políticas públicas sofre uma oscilação significativa. Esta oscilação se deve ao aumento de trabalhos que estão discutindo a necessidade de uma política de espaço urbano, concentrando-se, aqui, os trabalhos de Marlene Yurgel, Clara Kaiser Mori, Renato Requixa e Roberto Burle Marx. A nosso ver, tais oscilações e suas características devem ser consideradas à luz do movimento histórico, de modo a explicar qual a realidade que justifica esta produção.

4.3 Formação profissional e a delimitação das competências adequadas aos espaços de atuação

O terceiro bloco de estudos configura-se pela preocupação com o mapeamento, delineamento, proposição das competências, habilidades, perfil, conhecimentos, métodos, currículos, áreas do conhecimento, tempo, necessários para a formação e seleção do profissional para a atuação conforme as pesquisas e demandas evidenciadas em comunidades de bairro, poder público, terceiro setor, iniciativa privada, indústria e mercado, disponíveis em lazer (turismo, entretenimento, hotelaria, alimentação, transporte, ecologia).

Um primeiro conjunto de preocupações refere-se ao esforço de delinear o perfil, as qualidades e competências que os profissionais devem atingir para a prestação de serviços qualificados. Há a preocupação com apontamentos acerca da gama de conhecimentos necessários à formação dos profissionais, assim como a indicação da diversidade de profissionais exigidos pelos diferentes segmentos de serviços. Destaca-se a explicitação da multidisciplinaridade na atuação e a necessidade de interdisciplinaridade, ou seja, de comunicação entre os diversos profissionais que atuam na área visando ao planejamento eficiente de ações. Destacam-se as necessidades que os indivíduos trazem para o tempo livre, a partir de pesquisas de interesses/expectativas, indicadoras de demandas por uma formação menos ativista e mais relacionada com estas demandas subjetivas postas no tempo livre (CHAVES, 1995; CHAVES, 2003; FRANÇA, 2001; FRANÇA, 2003; MARCELLINO, 1995; PEIXOTO, 1999a; PINA, 1997; PINTO, 2001; CAVALLARI, 2000; MELO, 1998; MELO, 2003).

Um grupo de trabalhos vai estar direcionado à avaliação do currículo de formação dos profissionais. São realizados levantamentos e avaliação de programas, ementas dos programas de formação assim como os currículos, as concepções de recreação e lazer, as teorias de base predominantes entre os profissionais que estão formando os profissionais (CHAVES, GAMBOA e SÁ, 2003; CHAVES, TAFFAREL e GOERGEN, 1995;

FRANÇA, 2001; FRANÇA, 2003; ISAYAMA, 2004; GOMES e ISAYAMA, 2000; MARIN, 2001).

Outro conjunto de estudos vai estar direcionado ao mapeamento das potencialidades do mercado e indústria de produtos e serviços, relacionados à fruição do lazer, e à indicação das demandas que tais mapeamentos trazem para a formação profissional (STOPPA, ISAYAMA, WERNECK, 2001; CAMARGO, 1998b; CHRISTOFFOLI, 2002; MARCELLINO, 1995a).

Tais trabalhos discutem a formação profissional para a atuação no âmbito do lazer, oscilando entre: (1) a adaptação dos profissionais à realidade tal como ela se encontra; (2) a preparação dos profissionais para a reflexão crítica sobre a realidade, projetando saídas paliativas que propõem transformações indefinidas; (3) a preparação de profissionais habilitados à reflexão crítica e à atuação superadora do modo capitalista de produção e reprodução da existência.

A análise do gráfico abaixo, representativo da distribuição da produção do conhecimento referente ao Bloco 3, demonstra que a preocupação com a produção do conhecimento que discuta as problemáticas características deste bloco ocorre no início da década de 80. Devemos destacar, no entanto, que os manuais de recreação, produzidos desde o início do século, estavam direcionados à preparação de pessoal para atuação com a recreação, concentrada na oferta de acervos de atividades. O que o gráfico demonstra é que uma produção do conhecimento que reflita sobre a problemática da formação profissional, na forma da delimitação de perfis, de competências, de currículos vai ocorrer, até onde pudemos mapear, a partir da década de 80.

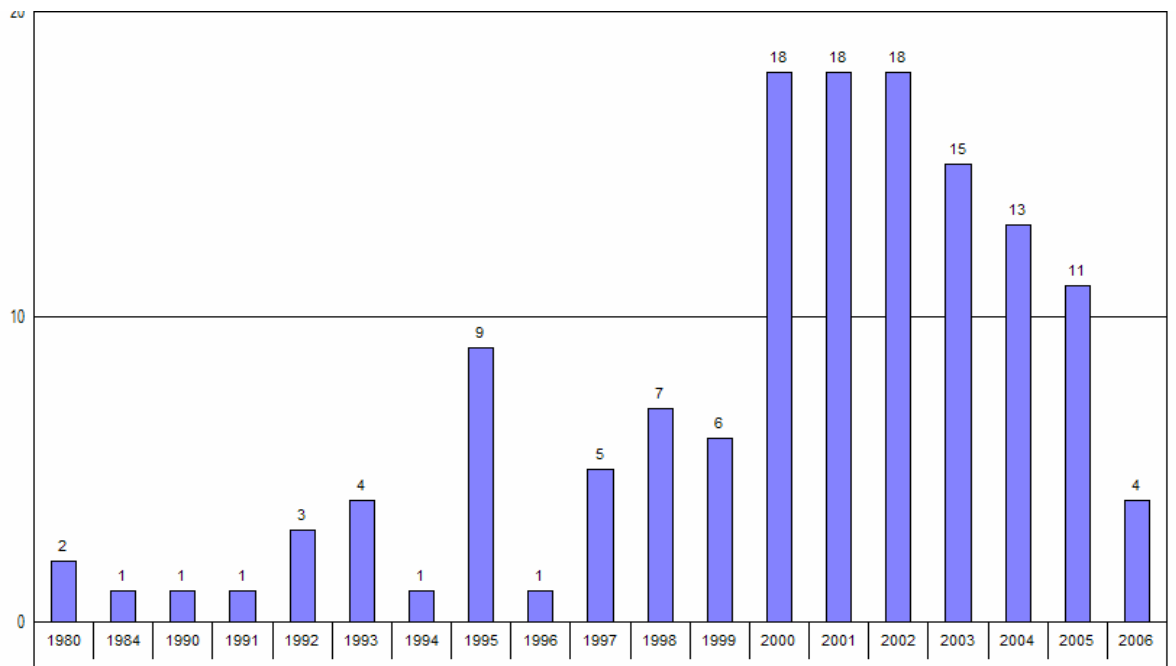


GRÁFICO 5 – Distribuição da produção referente ao Bloco 3 ao longo do século XX.

4.4 História das práticas sociais, das políticas públicas e da produção do conhecimento

O quarto bloco de estudos configura-se pela preocupação com estudos históricos ou historiográficos sobre as *práticas sociais*, sobre os *equipamentos e espaços públicos ou privados* onde ocorrem estas práticas, sobre as *políticas públicas*, sobre a *formação profissional* e sobre a *produção do conhecimento* referente aos *estudos do lazer* delimitados (1) à concepção e sentidos de recreação, lazer ou ócio, (2) a uma determinada classe, etnia, faixa etária ou gênero, (3) às concepções de um determinado pensador, pintor ou músico, (4) a um determinado espaço rural, cidade, estado ou região, (5) a um determinado centro de estudos ou (6) a um determinado período histórico ou ainda (7) a uma determinada concepção teórica.

Neste bloco, localizamos os trabalhos de Marinho (1979), Foot-Hardman (1980), Salvadori (1993), Sant’Anna (1994), Rago (1995), Pinto (1997a, 1997a), Zanirato (1998),

Melo (1997, 2001, 2005), Amaral (2001a, 2001b), Marcassa (2002), Gebara (1994, 2003, 2004), Goellner (2003), Gomes (2003a, 2003b), Gomes (2004, 2005), Almeida e Gutierrez (2005a, 2005b, 2006).

Nestes trabalho, para além da repetitiva afirmação da origem da *prática social* do lazer enquanto fruto do rompimento da vida no processo de transição da sociedade tradicional para a sociedade moderna, os estudos têm buscado reconhecer os fatos a partir das fontes e documentos³¹ históricos, um passo qualitativo significativo na área, acompanhado pela opção teórica por abordagens no campo das concepções de história *tradicional* (positivista, metódica, historicizante); da *Escola dos Annales*; *Nova História* (história em migalhas); *Materialismo Histórico e Dialético*³², além de posições no campo do *ecletismo*. Nossa análise não permite que detalhemos o volume de produção em cada uma destas escolas históricas, nem suas principais características no âmbito dos *estudos do lazer*, configurando-se este como um dos estudos necessários e urgentes a serem empreendidos pela área.

Nestes estudos, a partir da análise da bibliografia disponível, de documentos e de depoimentos, os autores têm procurado localizar e compreender o processo de construção da noção de ócio no Brasil (SALVADORI, 1993; ZANIRATO, 1998), as práticas sociais privilegiadas e os processos de desenvolvimento destas práticas (MELO, 2001, p. 37-56), o período histórico em que a problemática do lazer assume centralidade no Brasil (GOMES, 2003b; MARCASSA, 2002), o período em que estão começando a ser estruturadas políticas públicas (MARCASSA, 2002; GOMES, 2003b), o período em que há a preocupação com a formação profissional (MELO, 1997), e a produção e veiculação do conhecimento e suas principais características (SANT'ANNA, 1994; GOMES, 2003b; GOMES, 2004).

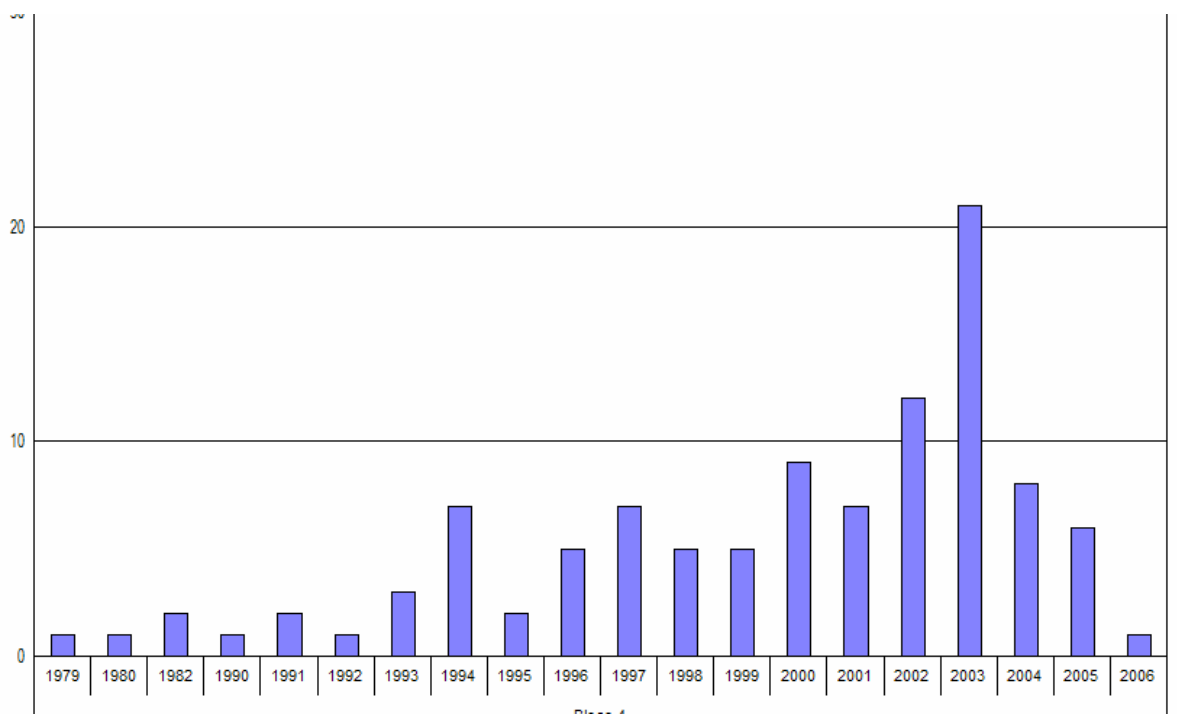
Compreendemos que tais estudos iniciam a construção das condições para a crítica da produção do conhecimento referente aos *estudos do lazer*, na medida em que principiam o processo de precisão (1) dos documentos centrais para a compreensão destes processos; e

31 Em levantamento das referências bibliográficas citadas pelos autores que desenvolvem estudo no âmbito do que delinea como "Lazer Turístico", de um total de 9 teses analisadas, Gomes verifica baixa utilização de teses e dissertações entre os anos de 1991, a 2001, sendo priorizados os estudos de livros e artigos (GOMES, 2004, p. 74).

32 Uma síntese descritiva (e bastante didática) das características destas concepções e movimentos pode ser obtida em Pereira (2000, p. 33-72).

(2) dos períodos históricos nos quais estão transcorrendo tais acontecimentos. A nosso ver, no entanto, faz-se necessário aprofundar investigações a respeito dos nexos e contradições entre a preocupação com esta problemática – expressa na forma da preocupação simultânea com as *práticas*, as *políticas*, a *produção do conhecimento* e a *formação profissional* – e a realidade objetiva no Brasil e no mundo, considerando-se como categoria central o *modo de produção e reprodução da existência*. Reconhecemos que esta preocupação já aparece nos estudos de Sant’Anna e Marcassa, quando essas autoras buscam explicitar o contexto no qual ocorre a preocupação com o conhecimento das práticas sociais privilegiadas pelos trabalhadores (SANT’ANNA, 1994) e com o contexto no qual se expande a prática social do lazer (MARCASSA, 2002).

A análise do gráfico representativo da distribuição da produção do conhecimento referente ao Bloco 4 demonstra que a preocupação com a produção do conhecimento que discuta as problemáticas características deste bloco ocorre no último ano da década de 70, ampliando-se a partir da década de 80, com destaque para o fato de a produção permanecer irregular até o ano de 1990, a partir do qual se apresenta sem dissolução de continuidade³³.



33 Cabe destacar a produção dos Encontros de História do Esporte, Lazer e Educação Física, que vem sendo disseminada desde 1993. Um levantamento mais minucioso dos trabalhos preocupados com a história do lazer pode permitir localizar maior volume de trabalhos além de outros pesquisadores.

GRÁFICO 6 – Distribuição da produção referente ao Bloco 4 ao longo do século XX.

Evidencia-se a necessidade do balanço do contexto no qual ocorre a *ampliação da produção do conhecimento referente aos estudos do lazer*, como destacamos ao descrever os dados obtidos no processo de levantamento.

4.5 Mapeamento da produção do conhecimento

O quinto bloco de estudos configura-se pela preocupação com o mapeamento quantitativo e qualitativo (1) da pesquisa e da produção do conhecimento em lazer no Brasil (2) dos grupos de pesquisa ativos cadastrados no CNPq, (3) dos conceitos predominantes na discussão da problemática; (4) das contribuições de diferentes referenciais teórico-metodológicos para a compreensão da problemática; (5) das contribuições de diferentes pensadores; (6) das concepções ontológicas no âmbito da produção do conhecimento.

Neste bloco, localizamos os trabalhos de Adão (1996, 2000, 1998), Alvarez (2002), Bruhns (2002a), Camargo (1993), Carmo e Distefano (2002), Carmo, Pilatti, Oliveira Junior (2000), Cavalcanti (1978), Cavichioli, Isolani, Madrigal (2005), Gáspari e Schwartz (2001), Decca (2002), Ferreira, Correa, Assis (2001), Farias (1999), Freire (2001), Gebara (2002), Gutierrez (2001), Marcellino (1983a), Oliveira Junior, Carmo, Pilatti, Guimarães (2000), Pereira Melo (2005), Rosa (1996), Souza (2003), Vieitez (2002), Vinha (2001) versando sobre as contribuições de Antonio Gramsci, Michel Foucault, Gilles Deleuze, Sebastian de Grazia, Karl Marx, Norbert Elias, Erick Dunning, Thorsten Veblen, Max Weber, Paul Lafargue, Edward Palmer Thompsom, Theodor Adorno, Marcel Proust, Simone Weil, Johan Huizinga, Dom Bosco, Domenico de Masi para a compreensão da problemática do lazer. Destacamos que 09 destes trabalhos estão publicados sob a forma de capítulos em *Lazer e ciências sociais: diálogos pertinentes*, organizado por Bruhns (2002).

Marcellino (1983b, 1987, 1990b) realiza uma incursão sobre o pensamento de clássicos no âmbito dos *estudos do lazer*, mas concentra-se na percepção destes autores

sobre o tema, bem como em problemas específicos para a fruição da problemática³⁴. Apesar de conduzir disciplinas de pós-graduação discutindo estes clássicos, o autor não possui uma obra que realize a sistematização destas produções, com uma análise minuciosa das concepções predominantes nestes autores e teorias sociais que as sustentam. Uma exceção deve ser observada à crítica realizada pelo autor ao trabalho de Domenico de Masi (MARCELLINO e LAZER, 2004). As mesmas considerações podem ser feitas acerca de Camargo, embora este último dedique partes do trabalho *Educação para o lazer* (CAMARGO, 1998a) à exposição de fragmentos das concepções de autores clássicos sobre o problema do lazer e da fruição do lúdico, além de entrevistas e trabalhos nos quais discute a contribuição de Jofre Dumazedier³⁵. Também Oliveira faz incursões no âmbito dos estudos clássicos sobre o lazer, havendo quatro trabalhos publicados tratando de estudos pormenorizados do pensamento de Veblen (OLIVEIRA, 1995a, 2002b), Weil (OLIVEIRA, 2001a) e estudos comparativos entre Marx e Lafargue (OLIVEIRA, 2002c).

A despeito destes esforços, os *estudos do lazer* evidenciam a urgência de uma análise de conjunto das teorias sociais que buscam explicar a problemática do lazer e de sua influência sobre a produção brasileira. Nesta direção destacamos os estudos de Padilha (1992), Sá (2003a, 2003c), Cavichioli (2003, 2004, 2005), Chaves (2005) e Albuquerque (2006), que vão contribuir na identificação das matrizes que estão repercutindo em parte significativa dos *estudos do lazer*.

Os estudos de Chaves evidenciam que *a produção do conhecimento em educação física, esportes e lazer baseia-se na concepção empírico-analítica de ciência e em menor grau identifica-se o crescimento das pesquisas fundamentadas na fenomenologia e no materialismo dialético* (CHAVES, 2005, p. 22). No processo de análise dos pressupostos epistemológicos predominantes nas teses e dissertações de docentes produzidas no Nordeste do Brasil³⁶, no âmbito dos *estudos do lazer* (recreação e lazer) a autora identifica

34 Nelson Cavalho Marcelino faz referências a Walter Benjamin, J. Fourastié, Georges Friedman, Sebastian De Grazia, Johan Huizinga, Paul Lafargue, Herbert Marcuse, Stanley Parker, Bertrand Russel, Geoges Snyders, Wright Mills, Thorstein Veblen.

35 Luiz Octávio de Lima Camargo faz referências a Roger Caillois, Georges Friedman, Johan Huizinga, Michel Maffesoli, David Riesman, Thorstein Veblen.

36 Os estudos de Chaves são delimitados a 70 dissertações e teses de professores que estão atuando no Nordeste, nos Estados de Alagoas, Bahia, Pernambuco, e Sergipe, produzidas no período de 1982-2004 nas Universidades de UFPE, UFPB, UESB, UNICAMP, UFBA, UFS, UGF, Universidade do Porto, NIMEP, CB, URNE, Oldenburg,

o predomínio das abordagens empírico-analítica e fenomenológica (CHAVES, 2005, p. 122-123, p. 219). Apoiada em Habermas, a autora analisa a *relação entre tipos de abordagens metodológicas e interesses humanos* que estariam norteando as pesquisas; as pesquisas com enfoque empírico-analítico teriam o interesse de controle técnico; as pesquisas com enfoque histórico-hermenêutico teriam o interesse dialógico consensual predominando; finalmente, as pesquisas com enfoque crítico dialético teriam o interesse crítico emancipador predominando (CHAVES, 2005, p. 26). Encontramos em Chaves a preocupação em verificar em *A Ideologia Alemã* as possibilidades explicativas para a produção do conhecimento a partir do entendimento das *dimensões profundas da vida da humanidade*, embora não reconheçamos na autora o aprofundamento desta tentativa (CHAVES, 2005, p. 27).

Alguns trabalhos têm realizado a crítica às abordagens funcionalistas da problemática, destacando-se os estudos de Marcellino (1983b, 1987), Padilha (1992), Sá (2002, 2003), Cavichioli (2003, 2004, 2005).

Os estudos de Marcellino³⁷ acerca das abordagens funcionalistas, tomando os valores atribuídos ao lazer, localizarão abordagens românticas, moralistas, compensatórias e utilitaristas. Em sua exposição, o autor definirá como característica das abordagens funcionalistas “[...] busca da 'paz social', a manutenção da 'ordem' ”, ou “a manutenção do *status quo*”, apresentando a seguinte contraposição exposta anteriormente em *Lazer e Humanização* (1983b):

Contrapõe-se a essa visão de lazer como instrumento de dominação, aquela que o entende como um fenômeno gerado historicamente e do qual emergem valores questionadores da sociedade como um todo, e sobre o qual são exercidas influências da estrutura social vigente. Assim, a admissão da importância do lazer na vida moderna significa considerá-lo como um tempo privilegiado para a vivência de valores que contribuam para *mudanças de ordem moral e cultural*. Mudanças necessárias para a implantação de uma nova ordem social (MARCELLINO, 1987, p. 35-40).

Evidencia-se a aposta de Marcellino na mudança da moral e da cultura enquanto requisitos *para a implantação de uma nova ordem social* e do lazer como tempo/espaço/atitude privilegiado para a construção desta nova ordem social. Trata-se de

37 Padilha (2006, p. 172) afirma que Marcellino é “um dos primeiros e principais autores brasileiros que sistematizam a crítica à concepção funcionalista do lazer”.

uma aposta carregada de silêncios acerca do que deve ser mudado e que outra nova ordem social deve ser construída, ou seja, para onde seguir. Compreende-se que, ao apostar *em mudanças de ordem moral e cultural*, o autor está assumindo a tese da necessidade de *construção de outra hegemonia*. Esta aposta de Marcellino está consolidada sobre a certeza de que a mudança dos valores, da moral, da cultura, ou seja, das idéias, é suficiente para a mudança da ordem social vigente e toda a opressão que gera. A nosso ver, trata-se de uma tese idealista, cujo eixo central é que a mudança subjetiva promove a mudança do mundo realmente existente. Contrapondo-nos a essa tese, defendemos que está no centro da construção de outra hegemonia a compreensão radical e rigorosa dos nexos e contradições da lógica hegemônica de idéias, da qual fazem parte as visões funcionalistas, com a base material que as sustenta. Em outras palavras, trata-se de explicitar ***qual a relação das visões funcionalistas no âmbito dos estudos do lazer com a realidade objetiva mundial e brasileira.***

Padilha dedica a monografia *Trabalho e lazer: reflexões sobre a abordagem funcionalista* ao estudo da abordagem. Identifica na visão funcionalista a tendência de atribuir ao lazer

[...] a função de recuperar a ordem e a unidade e manter a ‘paz social’ quando o trabalho, por um acaso, não cumprir seu papel ou ocasionar algum tipo de desordem social. O lazer se configura num remédio ou solução para a alienação, indicação para a harmonia social (PADILHA, 1992, p. 3).

A autora identifica como referências clássicas para o funcionalismo, Spencer, Durkheim, Malinowski, Redcliffe-Brown, R. K. Merton e Talcott Parsons (PADILHA, 1992, p. 3). Discutindo o problema da alienação presente no trabalho e no lazer, a autora aponta que para além da *função* de válvula de escape, o lazer apresenta um *potencial educativo e de desenvolvimento*. Fazendo a crítica das visões funcionalistas, a autora dirá:

Acreditar no lazer como momentos semelhantes aos que se passariam num paraíso é esconder muitas diferenças existentes na vida em sociedade, além de estar sendo extremamente romântico. É preciso compreender o lazer como elemento de uma cultura no seu sentido mais amplo que pode contribuir bastante para atenuar os efeitos provocados não só pelo trabalho como pelo ritmo acelerado da vida moderna. Então, o lazer também tem componentes de descanso e divertimento? Claro que sim! Mas o que a visão funcionalista faz é reduzir o lazer somente à função de válvula de escape, simplesmente do ponto de vista compensatório. Acaba compreendendo o lazer somente enquanto entretenimento, não considerando seu potencial educativo e de desenvolvimento. Além disso, ao se pensar em lazer como única forma de recuperação do trabalhador,

elimina-se, logo de início, a possibilidade de se trabalhar sem sofrer, sem perder algo que deva ser resgatado mais tarde pelo lazer.

Elimina-se ainda a necessidade de alteração deste trabalho que aliena. Se o trabalho aliena, é inserido no seu processo que o trabalhador deveria se empenhar para encontrar caminhos de desalienação. Assim, atribuindo poderes mágicos ao lazer, esconde-se a possibilidade de transformação no sistema de trabalho, algo bem mais complexo que a lógica simplista do funcionalismo não considera[...]

Só é possível, no meu entender, pensar num “novo lazer” a partir de uma nova sociedade. É por isso que não concebo como “corretas” as abordagens funcionalistas, pois, para elas, a sociedade é, em última instância, estática. Para esta nova sociedade, a qual julgo necessária e emergente, é preciso que se tenha uma visão dinâmica de sociedade (PADILHA, 1992, p. 31-32).

Evidencia-se a crítica das visões funcionalistas e sua negação, no entanto, a nosso ver, trata-se de ir muito além. Trata-se de *explicar como e por que estas visões são elaboradas e se estabelecem hegemonicamente em todo o século XX*. Trata-se de *explicitar o papel que estas visões cumprem na manutenção do status quo, enquanto estágio possível da produção do conhecimento sobre a problemática do lazer*.

A autora acerta em destacar as características das visões funcionalistas na produção do conhecimento referente aos *estudos do lazer*, mas afasta-se da explicitação dos nexos e contradições desta visão com o modo como os homens estão produzindo e reproduzindo sua existência. Assim, o que é expressão da base material aparece como uma visão “errada” ou “mesmo fora de lugar”. Defendemos que *as visões funcionalistas são a expressão ideal de um mundo real*. São estes nexos e contradições *que devem ser explicitados* a fim de que possamos realizar um ajuste de contas com nossas próprias formações (idealistas, funcionalistas) em busca da construção *de outra hegemonia* na qual assuma centralidade a produção da existência planejada, com vistas (1) à contenção das conseqüências nocivas aos indivíduos, à sociedade e à natureza, (2) ao fim da apropriação privada dos meios e dos produtos da produção, o fim da divisão social do trabalho e da divisão da sociedade em classes (ENGELS, 1979, p. 215-228; MARX, In: FERNANDES, 1989, p. 146-181).

Os estudos de Kátia Oliver de Sá (2003c) dão um passo significativo na direção da interpretação das matrizes teóricas que estão orientando os *estudos do lazer* ao dedicar-se aos pressupostos ontológicos dos *estudos do lazer* no Brasil. A autora levanta 819 trabalhos científicos apresentados, debatidos e publicados no Brasil considerando os principais eventos nos anos de 1999 a 2002. Deste conjunto, seleciona 319 artigos pelo

rigor em sua elaboração³⁸, sendo *Ciclo de Debates Lazer e Motricidade* (24); *Seminário “O lazer em debate”* (33); *Encontro Nacional de Recreação e Lazer* (247); *Revista Licere* (15). Sá tem como objetivo identificar quais os pressupostos ontológicos predominantes nestes trabalhos, delimitados à análise das concepções de *sociedade* e de *projeto histórico*. Considerando a pré-existência de teorias sobre a sociedade e a história, a autora vai delinear os pressupostos das *teorias funcionalistas*³⁹, *teoria da semiose ou semiologia*⁴⁰, *teoria materialista e dialética da história*⁴¹.

Realizado este movimento, a autora analisa a produção do conhecimento referente aos *estudos do lazer*, verificando que 244 trabalhos estão concentrados na concepção funcionalista da sociedade, ou seja, enfatizam a concepção de equilíbrio social e neutralização dos conflitos de classe; 62 trabalhos apresentam os traços da semiologia e 13 trabalhos discutem a problemática do lazer no contexto da ênfase do conflito social (SÁ, 2003c, p. 81). Conclui que a produção do conhecimento sobre lazer contribui:

[...] para apresentar uma tendência cooperativa, e até ingênua por parte dos educadores, de corroborar para a sustentação do modelo de sociedade capitalista, que vem sendo ditado pelos organismos internacionais. A reificação do lazer, concebida pela afirmação de uma sociedade funcionalista – onde a vida social é explicada por causas que escapam à

38 A autora considera, para a seleção, os critérios: delimitação do objeto, pergunta científica, objetivos, métodos, referencial teórico, sistematização, análise, discussão dos dados e conclusões.

39 “[...] teorias que enfatizam a integração social” compreendendo a educação como “um dos sistemas integradores (...) responsáveis pela socialização”. Destacam-se Max Weber, Merton, Spencer, Durkheim, Malinowski, Talcott Parsons (SÁ, 2003c, p. 76-77).

40 Teorias que “[...] rompem com o racionalismo ocidental”, trazendo para o centro a realidade dos sujeitos, interpretada enquanto imaginário e representações sociais expressos em seus discursos. “O sujeito constrói e organiza o mundo centrado em si mesmo, apesar de sua realidade existencial ser radicalmente descentrada e fundada em determinações”. Concebem “[...] a sociedade fragmentada em subculturas, numa ausência de horizontes de causas, de coletivos organizados, assim como da possibilidade de qualquer mobilização global que possa promover mudanças conjunturais. Estuda-se, então, a revolução no cotidiano, como festa, como ritual, como cultura, ao mesmo tempo em que ela é descaracterizada como revolução social, ou seja, ao mesmo tempo em que desconsidera os movimentos gerados pela luta de classes, na sociedade”. São representativos desta corrente Lifford Geertz, Michel Foucault, Nietzsche, Heidegger, Marc Bloch, Lucien Fébvre, Fernando Braudel, Charles Sanders Peirce, Ferdinand de Saussure, Tzvetan Todorov. Estes autores “sustentam as bases epistemológicas em que repousam as concepções denominadas de pós-modernas da história” (SÁ, 2003c, p. 77-79).

41 “Nestas produções teóricas, o indivíduo é visto a partir da luta das classes sociais, sendo, portanto, o sujeito social; o trabalho é considerado como a forma mediante a qual o homem produz suas condições de existência, a história, o mundo propriamente humano, sendo, portanto, uma categoria ontológica e econômica; a vida social é explicada pelas causas fundamentais que escapam à consciência dos indivíduos, e não pela concepção que têm delas; estas produções do conhecimento defendem um enfoque histórico sobre o processo das relações sociais; atacam de forma focalizada a causa dos problemas concretos, a partir dos diferentes âmbitos humano-social, inerentes à forma social capitalista; e promovem denúncias de suas contradições”. As teorias subjacentes a esta concepção “enfatizam as contradições sociais e enfocam o conflito social”. A autora destaca como representantes desta teoria Karl Marx, Friedrich Engels, Antonio Gramsci, Gidon Childe, Althusser, Bourdieu, Passeron, Bowles, Lislie White, Morton Fried e Istvan Meszáros (SÁ, 2003c, p. 79-80).

consciência dos indivíduos, que não asseguram as condições objetivas e históricas da realidade – sustentam teoricamente o modelo capitalista (SÁ, 2003c, p. 91).

Frente a este quadro, a autora defende:

É através da formação consistente dos professores de Educação Física, pautada em um projeto histórico socialista que podemos agir para conferir um novo significado ao lazer. A liberdade para criarmos essa realidade é uma atividade histórica que se desdobra e se realiza graças à atividade de corpo histórico que se cria no agir de sua formação, através de formas instituídas pelas relações humanas e científicas, nos espaços sociais em que a realidade se projeta na sociedade e que se faz necessário discutir nas universidades (SÁ, 2003c, p. 95).

Consideramos que os estudos de Sá representam uma contribuição avançada no sentido de (1) realizar uma análise radical e rigorosa dos pressupostos ontológicos, gnosiológicos e teleológicos que estão orientando os *estudos do lazer*, e de (2) apontar a necessidade de superação destes referenciais, incorporando a concepção materialista e dialética da história, rumo à sociedade socialista. Apenas em Sá (2002, 2003a, 2003b, 2003c, 2003d) a crítica da produção do conhecimento está associada à crítica ao modo de produção da existência que produz a visão funcionalista, ainda que esta crítica necessite ser mais bem amadurecida pela área. Contribuindo com os estudos de Sá, buscamos compreender a relação entre a produção do conhecimento e a realidade brasileira, ***ou seja, qual a materialidade que explica o predomínio das teorias que negam as contradições e os conflitos sociais?***

Os estudos de Fernando Cavichioli discutem as concepções subjacentes aos *estudos do lazer*. Em *A influência dos preceitos funcionalistas nos autores mais populares na área do lazer*, o autor toma trabalhos de Luiz Octavio de Lima Camargo e Nelson Carvalho Marcellino – enquanto representantes, respectivamente de duas abordagens que nomeia como: “*mudança eficaz da sociedade: resistência*” e “*transformação social*” (CAVICHIOILLI et al., 2005). O autor acentua a influência de Jofre Dumazedier, de matriz funcionalista, nas obras de Camargo e Marcellino, destacando que, ainda assim, eles “*competem entre si*”. A constatação da existência de uma competição entre os autores analisados é suficiente para Cavichioli e colaboradores, que finalizam o texto sem explicar *quais as características da matriz funcionalista, porque Dumazedier é enquadrado como tal, quais traços do funcionalismo aparecem nas obras de Camargo e Marcellino e o que os diferencia a ponto de gerar o conflito e a disputa que o analista deseja destacar.*

Compreendendo que estes autores apóiam-se em “crenças”, entendidas enquanto “*ato ou efeito de crer, fé religiosa, convicção íntima, opinião adotada com fé e convicção, crenças políticas*”, o autor vai defender que:

[...] as teorias devem evitar utopias científicas e centralizar seus esforços nos processos sociais observáveis, para conseguir mostrar com clareza como os seres humanos se organizam com o intuito de poder compreender e controlar melhor os fatos (CAVICHIOILLI, CHELUCHINHAK, AUGUSTO, 2005).

Em outro texto, *O sistema de crenças na pesquisa em lazer*, datado de 2003, as posições de Camargo e Marcellino aparecem reunidas enquanto representantes de uma corrente identificada por Cavichioli como *lazer e participação efetiva*⁴² (2003, p. 3). Nesse texto, explicita-se o objetivo do autor na análise das obras de Camargo e Marcellino: “*revelar que alguns conhecimentos produzidos na área do lazer estão pautados em um sistema de crenças*”. Cavichioli identifica crença como algo mítico e não científico, e identifica, como traço geral do que nomeia “sistema de crenças”, buscar “*explicar e projetar a área em questão a partir de caráter pessoal ou de objetivos ou intenções pessoais de outros indivíduos ou grupos de indivíduos*”. Nomeando esta posição, apoiado em Norbert Elias⁴³, como *egocentrismo ingênuo* que orientaria um *exame e explicação da sociedade*, o autor dirá:

É uma característica das sociedades mais complexas como as nossas ***a incompatibilidade entre a capacidade das pesquisas, de um lado, de resolver questões relacionadas com os problemas naturais da física, química ou biologia, e por outro, a incapacidade de tratar com os problemas de convivência humana***. Pela falta de um padrão comum nas ciências sociais, o trabalho do pesquisador corre o risco de ser orientado por crenças ou ideais políticos. Isso abre um campo imenso para a difusão de crenças egocêntricas, que correspondem a fatores decisivos de percepção, pensamento e ação. Como comenta Elias: ‘em assuntos sociais, ainda hoje as pessoas estão sujeitas a pressões e ansiedades que não conseguem compreender. Como não conseguem viver na angústia, sem que para tal tenham uma explicação, preenchem os lapsos de compreensão com fantasias’ (CAVICHIOILLI, 2003, p. 1).

As crenças predominantes entre os estudos que apresentam esta característica são:

(1) *critérios pré-estabelecidos de finalidade*; (2) *resgate de valores*; (3) *fator econômico*

42 Em nota, Cavichioli explica que “Lazer e participação efetiva” identifica uma corrente, localizada em 70% dos textos disseminados durante o 11º e 12º ENAREL que têm em comum o fato de citarem Marcellino e/ou Camargo, e de defenderem a participação efetiva e crítica da população no âmbito da cultura, necessária para o estabelecimento de uma nova ordem social (CAVICHIOILLI, 2003, p. 2).

43 Cavichioli cita a obra: ELIAS, Norbert. *Introdução à sociologia*. Lisboa: Edições 70, 1970.

considerado determinante na distribuição do tempo disponível e na democratização do lazer; (4) crença na definição do que pode ser justo e humano. O autor conclui:

Os estudos na área do lazer deveriam se libertar da idéia de que há ou haverá qualquer correlação necessária entre as sociedades que estudam e as suas próprias crenças sociais, que carregam os seus desejos, as suas preferências morais e as suas concepções daquilo que apreciam como justo e humano. Essa crítica baseia-se no entendimento de que a sociologia e a ideologia apresentam funções diferentes, embora nas discussões acadêmicas, há quem defenda que é impossível separar as convicções pré-concebidas de cada pesquisador da abordagem teórica (CAVICHIOILLI, 2003, p. 6).

Torna-se central descrever o raciocínio do autor, o qual,

As crenças em imputar finalidades e definir os valores a serem seguidos, com ênfase na economia, e em determinar o que é justo para os seres humanos estão obscurecendo a compreensão das intermediações sociais e dificultando o entendimento da realidade.

Mais cedo ou mais tarde os pesquisadores dessa área terão que optar por um tipo de orientação científica: continuar orientando os trabalhos em crenças sociais preestabelecidas ou então julgar quais das possibilidades apresentam maiores probabilidades de conseguir elucidar essa sociedade e torná-la mais fácil de ser controlada.

De fato, o que vem ocorrendo na área de lazer é que os esforços dos pesquisadores não acabam se dirigindo para a compreensão e explicação daquilo que realmente acontece, mas sim, para a elaboração de um esperançoso prognóstico daquilo que deveria ocorrer.

O elemento de crença que alguns estudiosos do lazer utilizam são seus próprios interesses o que, em um salto brutal e aparentemente inexplicável (só aparentemente, pois isso pode ser explicado numa relação de poder que foge ao alcance deste artigo), ganha *status* de realista e racional. Por enquanto, os planos de mudanças que envolvem o lazer são ainda muito imperfeitos e pautados em sonhos. Sonhos que podem ser realizados em curto prazo, mas se forem analisados em longo prazo acabam se esvaziando e sendo destruídos. A causa disso é que os objetivos a serem alcançados estão saturados de crenças que normalmente não se adaptam aos acontecimentos revelados pela realidade e, em confronto com esta, acabam se resumindo a desejos.

O que se pode perceber com a corrente *lazer e participação efetiva* é o fato de ela se desenvolver por meio do desejo de proporcionar o auto-esclarecimento e o senso de responsabilidade. De certa forma, essa corrente tenta impor seus próprios padrões aos demais e torna a ciência uma forma de fé.

Em síntese, quanto mais as pesquisas tendem para o sistema de crenças, mais os pesquisadores pensarão as relações entre os seres humanos emocionalmente e, assim, mais fantasiosas poderão ser suas idéias. Proporcionalmente, serão menos capazes de construir modelos exatos dessas relações (CAVICHIOILLI, 2003, p. 6).

A nosso ver, a análise de Cavichioli detém-se na aparência do problema, na medida em que não desvela os motivos que levam os estudiosos do lazer a não elucidarem *os acontecimentos revelados pela realidade*. Em sua análise, evidencia-se a negação da teleologia, ou seja, a consideração, na ciência, das motivações que orientam as ações dos indivíduos para uma dada finalidade. Esta posição é evidente no autor, quando cita:

Apesar de toda evidência passada e presente, ainda nos é difícil chegar às idéias de que embora os processos evolutivos da sociedade humana possam na verdade ser explicados, não têm qualquer objetivo ou significado preexistente (CAVICHIOLO, 2005) ⁴⁴.

Ao mesmo tempo em que defende a necessidade de teorias orientando as análises (CAVICHIOLO, 2005, p. 7), o autor apóia-se em uma teoria que nega a existência de interesses orientando as ações humanas. Ao negar a existência de interesses, tomados enquanto dimensões subjetivas que contaminam o estudo científico, o autor nega o conflito de interesses subjacente à produção do conhecimento. Por esta razão, os estudos de Cavichioli captam os problemas predominantes no âmbito da produção do conhecimento referente aos *estudos do lazer* no Brasil em sua aparência fenomênica.

Considerando a relevância destes esforços e sua contribuição, afirmamos serem incipientes os estudos que empreendem um esforço radical e rigoroso de levantamento e análise das matrizes teóricas que estão orientando os *estudos do lazer no Brasil*, assim como a análise da forma como cada uma destas matrizes vem sendo apropriada pela área. Destaca-se, ainda, que estes estudos devem avançar no sentido de ***explicar a relação entre as orientações teóricas na produção do conhecimento e a realidade objetiva.***

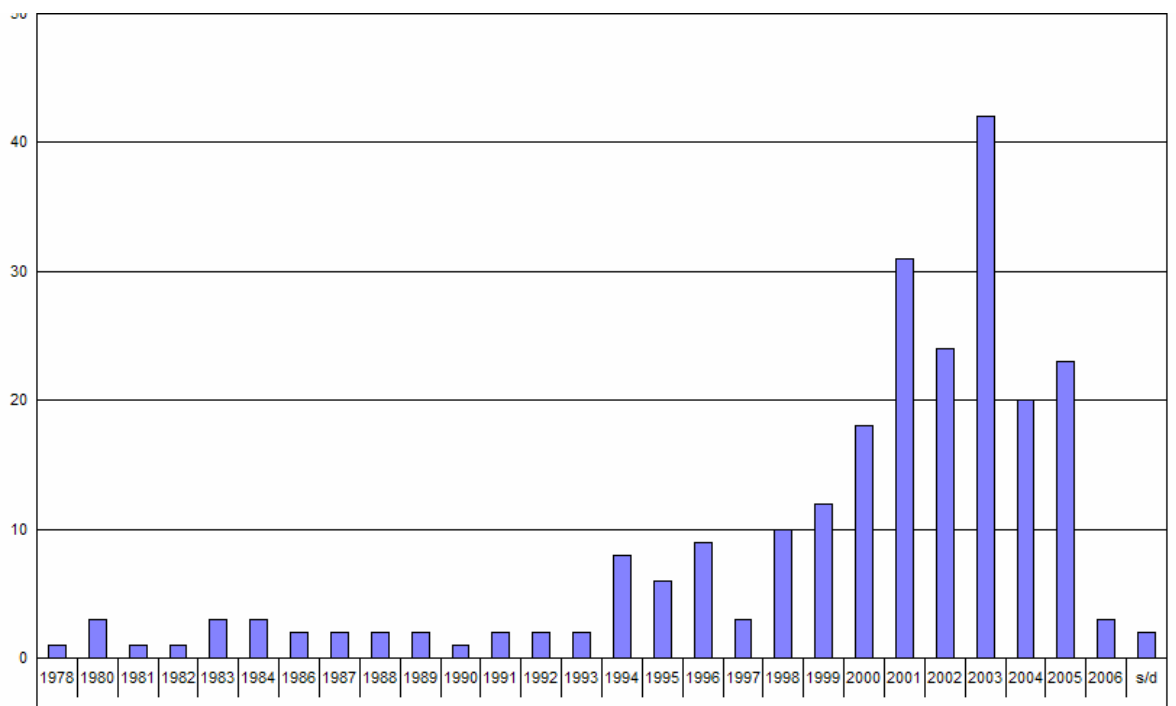


GRÁFICO 7 – Distribuição da produção referente ao Bloco 5 ao longo do século XX.

44 Cavichioli extrai esta passagem de ELIAS, Norbert. Introdução à sociologia. Lisboa: Edições 70, 1970, p. 169.

A análise do gráfico acima, representativo da distribuição da produção do conhecimento referente ao Bloco 5, demonstra que a preocupação com as problemáticas características deste bloco ocorre nos dois últimos anos da década de 70, ampliando-se a partir da década de 80 com certa regularidade, em uma média inferior a 05 trabalhos/ano. Os primeiros estudos que vão discutir a produção brasileira, no que toca a valores expressos por autores brasileiros, são Oliveira (1986a); e Marcellino (1986).

4.6 Produção de teorias explicativas para o lazer no modo capitalista de produção e reprodução da existência e suas potencialidades emancipatórias

O sexto bloco de estudos configura-se pela preocupação com exposições que explicitem os nexos e contradições da prática social, das políticas públicas e da produção do conhecimento no âmbito do modo capitalista de produção e reprodução da existência, discutindo a problemática do lazer e suas potencialidades no processo de construção de uma sociedade de homens emancipados, libertos do jugo do trabalho explorado. Entre os autores encontrados neste bloco, citamos Freitas (1995), Antunes (2001), Faleiros (1980), Sousa (2004), Taffarel (2005), Mascarenhas (2005a, 2006a), Padilha (2006b).

Neste sexto bloco, desejamos destacar a preocupação com a *produção de teorias explicativas para a prática social do lazer no modo capitalista de produção e reprodução da existência e sua potencialidades emancipatórias*. Os estudos de Antunes (1999⁴⁵; 2001) concentram-se na compreensão da forma do trabalho no modo capitalista de produção, discutindo aspectos das lutas pela redução da jornada de trabalho e da vida cheia de sentido como demanda para uma sociedade a ser construída. Os estudos de Faleiros (1980), Mascarenhas (2005), Padilha (2006b) têm discutido o ciclo produção/consumo no capitalismo e suas repercussões na fruição do lazer. Os estudos de Mascarenhas (2005) e Padilha (2006b) tendem a apresentar a submissão do tempo livre para o lazer à lógica de

45 Ver especialmente o capítulo X: Tempo de trabalho e tempo livre: por uma vida cheia de sentido dentro e fora do trabalho (ANTUNES, 1999).

mercado como um “fenômeno” recente e uma distorção das finalidades do tempo livre, decorrente do processo de mundialização/globalização do capitalismo. Em contradição, os estudos de Faleiros, apoiados com maior rigor na obra de Marx e Engels, já traziam indicativos de que a questão do tempo livre para o lazer subordinado à lógica do consumo é constitutiva do modo capitalista de produção. Os estudos de Freitas (1995) e Taffarel (2005), por sua vez, estão concentrados na crítica da produção do conhecimento e da prática social na lógica do capitalismo monopolista e imperialista, e no mapeamento das demandas para a construção da sociedade socialista em transição para o comunismo. Estes trabalhos têm em comum a discussão das perspectivas possibilidades de o lazer constituir-se como campo de realização humana.

Nestes estudos, predomina a apropriação da obra de Marx e Engels. Com vistas (1) à produção de explicações sobre o modo como os *estudos do lazer* são apropriados no Brasil e (2) à análise do estado da arte na apropriação da obra de Marx e Engels e das contribuições possíveis aí mapeadas, dedicamos a segunda parte desta tese ao estudo detido destes trabalhos.

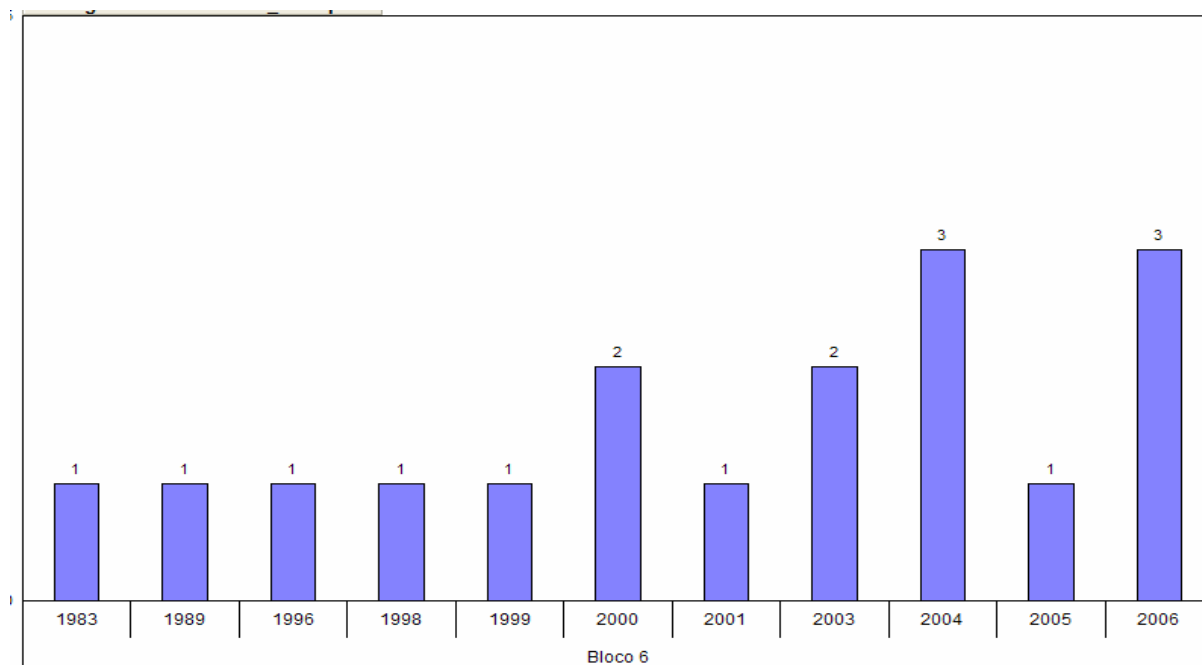


GRÁFICO 8 – Distribuição da produção referente ao Bloco 6 ao longo do século XX.

A análise do gráfico representativo da distribuição da produção do conhecimento referente ao Bloco 6 demonstra que a preocupação com a produção do conhecimento que

discuta as problemáticas características deste bloco ocorre a partir de década de 80, com produção regular a partir dos anos 2000.

4.7 Tendências gerais da produção do conhecimento

É central destacar que estes seis blocos de abordagens da problemática do lazer encontram-se atravessados pela *tendência predominante de abandono de qualquer macroteoria*⁴⁶ explicativa que situe o objeto no macro contexto histórico e social. Esta tendência parece estar em contradição com as análises epistemológicas que evidenciam o predomínio das abordagens funcionalistas e fenomenológicas no âmbito dos *estudos do lazer*. No entanto, esta contradição pode ser explicada pelo fato de que quem está realizando tais análises considera o conteúdo latente nos textos analisados. Uma análise mais detida na lista das referências bibliográficas⁴⁷ e no corpo dos textos (introdução, desenvolvimento e conclusão) comprovará, no entanto, a ausência de disciplina na apropriação dos referenciais teóricos típicos das orientações teóricas identificadas nos *estudos do lazer*.

Os autores fazem referência a passagens específicas dos clássicos que contribuem para a identificação do que é o lazer, raramente dedicando-se ao estudo mais detido e

46 A expressão é corrente na literatura, especialmente no âmbito da sociologia, história e filosofia, referindo-se às teorias que almejam explicar as leis que movem o desenvolvimento da sociedade e da história.

47 Na produção do conhecimento referente aos *estudos do lazer*, observa-se a presença de diversas concepções teórico-metodológicas e diversos autores. No campo da história, Thompsom, Philipe Arries e Mike Featherstone; também Edgar De Decca. Antropologia: Clifford Geerts; Jean Baudrillard; Carlos Rodrigues Brandão; José Guilherme Cantor Magnane; Gilles Brougère; Roger Caillois; Roberto Da Matta. Sociologia: Jofre Dumazedier, Norbert Elias, Karl Marx, Norberto Bobbio, David Riesmann, Bertrand Russell, Pierre Bourdieu, Domenico De Masi, Florestan Fernandes, Gilberto Freire, Georges Fredmann, Stanley Parker, Celso Furtado, Henri Giroux, André Gorz, David Harvey, Istvan Meszaros, Sebastian De Grazia, Octavio Ianni, Robert Kurz, Thorstein Veblen, Max Weber, Friedrich Engels, Clauss Offe, Paul Lafargue, Henri Lefebvre, Michel Mafesoli, Viviane Forrester, Ricardo Antunes. Filosofia: os estudos apóiam-se sobre as obras de autores como Adorno & Hockheimer; Marilena Chauí; Antonio Gramsci, Rubem Alves; Valter Benjamin, Hannah Arendt, Yurgan Habermas, Johan Huizinga. Michel Foucault. Na psicologia social, destacamos a presença de Ecléa Bosi, Erich Fromm, Levy Vygotsky. Educação: Bárbara Freitag, Paulo Freire, Gaudêncio Frigoto, Moacir Gadotti, Mario Manacorda, Ivan Illich, Dermerval Saviani, Georges Snyders, Allain Touraine. Observa-se duas condutas, com predominância da segunda: (1) estudo de autor no conjunto de sua obra; (2) citações e referências às obras dos autores, descontextualizadas do conjunto da produção e do tempo em que são produzidas, predominando a segunda posição.

abrangente daquele referencial⁴⁸. Esta situação leva à adoção irrefletida de referenciais em moda, reconhecida por Sá como uma tendência ingênua que, em última instância, corrobora com *a sustentação do modelo de sociedade capitalista* (SÁ, 2003, p. 91). Leva ainda a uma mistura de referenciais teóricos contraditórios, muitas vezes incompatíveis, sem a clara explicitação das diferenças entre estes referenciais, configurando-se o ecletismo. Aqui, destacamos o *predomínio* das teorias que defendem as teses pós-modernas de caráter irracionalista, anti-realistas, subjetivistas de negação da ciência, da história, da possibilidade de obtenção do conhecimento verdadeiro, de evidência da diversidade de interpretações e interesses de gêneros, etnias e faixas-etárias, destacadas como categorias centrais em detrimento da classe como categoria de análise e da história como eixo explicativo (LOMBARDI, 1993, KOHAN, 2004).

Evidencia-se a preocupação dos autores em destacar a necessidade de *estudos do lazer* focados em si mesmo. Admitem-se relações entre lazer e trabalho, mas a defesa da tese da negação das visões produtivistas, associada à percepção equivocada de uma tendência de aumento do tempo livre – confundida com aumento do acesso à prática social do lazer – e de diminuição do trabalho – elogiada sem a devida análise das condições que determinam esta tendência: o desemprego estrutural – promovem a defesa superficial e mal teorizada de que rumamos para uma sociedade de fruição do lazer. Esta é uma concepção determinante na formação profissional direcionada à atuação em lazer.

A reboque dos debates mais profundos travados na educação, na sociologia, na filosofia e na história, os estudiosos do lazer captam fragmentos que não conseguem acompanhar seja pelo aligeiramento teórico, decorrência da negação das macroteorias, seja pela opção por interpretar o lazer como um marco “revolucionário” dos “novos tempos”, configurando-se uma postura teórica claramente alinhada com o pensamento pós-moderno, conforme já destacado na introdução, de caráter irracionalista, anti-realista, subjetivista de negação da ciência, da história, da possibilidade de obtenção do conhecimento verdadeiro, de evidência da diversidade de interpretações e interesses de gêneros, etnias e faixas-

48 Exceções são observáveis em Antunes (1999), Sá (2002, 2003), Taffarel (2005); Freitas (1995), Mascarenhas (2005), Padilha (2000), ao abordarem a problemática do lazer sob o enfoque marxista. Mencionamos também Cavichioli (2003, 2005), apoiado sobre a teoria figuracional de Norbert Elias.

etárias, destacadas como categorias centrais em detrimento da classe como categoria de análise e da história como eixo explicativo.

Este quadro vem sendo modificado pelos estudos históricos focados na compreensão dos processos que permitem o aparecimento e a preocupação com a prática social, as políticas públicas e a produção do conhecimento referente aos *estudos do lazer* no Brasil; e, em menor volume, na análise das matrizes teóricas que estão orientando a produção do conhecimento referente aos *estudos do lazer* – com predomínio de análises epistemológicas. Destacamos a necessidade de concentrar esforços nestes dois blocos de concentração dos *estudos do lazer*, a fim de aprofundar o conjunto dos conhecimentos históricos e teóricos atualmente disponíveis acerca da problemática do lazer, apontando suas possibilidades e limites.

Reconhecemos ainda um sexto bloco de preocupações cujo eixo central é a compreensão dos nexos e contradições da problemática do lazer no contexto do modo capitalista de produção e reprodução da existência, com forte predomínio da orientação marxiana e marxista. Estes estudos destacam o interesse pela problemática do lazer como resultado de uma tendência do modo capitalista de produção e reprodução da existência para a conversão de todas as necessidades humanas em mercadorias. No entanto, consideramos insuficiente o argumento que explica a preocupação com a problemática do lazer exclusivamente por este caminho. A análise da produção do conhecimento não aponta a preocupação com o consumo como eixo predominante, mas uma preocupação intensa com o modo como os homens estão fruindo o lazer. Esta preocupação nos *estudos do lazer* está carregada da separação entre o que é desejável e o que deve ser abolido na fruição do lazer, a nosso ver, um indicativo de conflitos de interesses que se faz necessário investigar com maior atenção.

4.8 Preocupação com a ocupação do tempo livre como eixo norteador da produção do conhecimento

A análise das temáticas e problemáticas aponta o predomínio da preocupação com a forma como o tempo livre está/deveria estar sendo ocupado por diferentes segmentos da formação social brasileira, seguido da preocupação com a configuração de políticas públicas. A nosso ver, tomando por base as reflexões de Marx e Engels em *A Ideologia Alemã*, precisamos enfrentar o desafio de explicar a preocupação com a *prática social*, as *políticas públicas* e a *produção do conhecimento*, presente nos *estudos do lazer*, à luz do movimento histórico do modo capitalista de produção e reprodução da existência nos séculos XX e XXI.

No próximo capítulo, concentramo-nos na busca dos nexos e explicações para a preocupação com a ocupação do tempo livre como *eixo norteador da produção do conhecimento referente aos estudos do lazer no Brasil*. *Quais as características que este eixo vai assumindo ao longo do século XX? Qual a relação deste eixo com a realidade brasileira? Há relação entre estas características e o modo como a obra de Marx e Engels será apropriada?* Orienta a resposta a estas questões o princípio de que a explicação para a produção do conhecimento referente aos *estudos do lazer* no Brasil depende (1) de compreender a produção do conhecimento como representação ideal de relações materiais e objetivas; (2) de compreender estas relações materiais objetivas enquanto expressões da forma complexa na qual os homens estão produzindo e reproduzindo sua existência; (3) de compreender o modo como os homens estão produzindo e reproduzindo sua existência à luz de seu desenvolvimento histórico e de sua forma universal moderna (MARX e ENGELS, 1974).

Capítulo II

OS ESTUDOS DO LAZER E O MOVIMENTO HISTÓRICO DO CAPITAL MONOPÓLICO

O levantamento e a análise do *estado da arte* referente aos *estudos do lazer* no Brasil permitem mapear traços gerais que apontam a existência de *ciclos* internos à produção do conhecimento. Neste capítulo, faz-se a exposição desses ciclos e suas características fundamentais, em um movimento simultâneo de explicitar os vínculos entre os projetos expressos na produção do conhecimento e o projeto mais amplo de expansão do capitalismo monopolista e imperialista no mundo com suas repercussões na formação do capitalismo no Brasil. Trata-se de responder às perguntas: *qual o movimento que impulsiona a preocupação com a ocupação do tempo livre, a produção de políticas públicas, a preocupação com a formação profissional e a produção do conhecimento? Qual a realidade que explica a produção do conhecimento referente aos estudos do lazer no Brasil? Qual o vínculo desta produção do conhecimento com a realidade brasileira?*

1 Notas sobre a teoria que orienta a análise:

[...] a humanidade só levanta os problemas que é capaz de resolver e assim, numa observação atenta, descobrir-se-á que o problema só surgiu quando as condições materiais para o resolver já existiam ou estavam, pelo menos, em vias de aparecer (MARX, 1977, p. 24-25).

[...] o capitalismo põe cada vez mais problemas que não é capaz de resolver [...] (LOMBARDI, 1993, p. 157).

Ao buscar explicações para a relação entre a produção do conhecimento referente aos *estudos do lazer* no Brasil e a realidade brasileira, temos em mente que *a produção de idéias, de representações e da consciência está em primeiro lugar directa e intimamente ligada à actividade material e ao comércio material dos homens*, configurando-se naquilo que Marx e Engels (1974, p. 25) vão chamar de *linguagem da vida real*:

As representações, o pensamento, o comércio intelectual dos homens surge aqui como emanção directa do seu comportamento material. O mesmo acontece com a produção intelectual quando esta se apresenta na linguagem das leis, política, moral, religião, metafísica, etc., de um povo. São os homens que produzem as suas representações, as suas idéias, etc., mas os homens reais, actuantes e tais como foram condicionados por um determinado desenvolvimento das suas forças produtivas e do modo de relações que lhe corresponde, incluindo até as formas mais amplas que estas possam tomar. A consciência nunca pode ser mais que o Ser consciente; e o Ser dos homens é o seu processo da vida real. E se em toda a ideologia os homens e as suas relações nos surgem invertidos, tal como acontece numa câmara obscura, isto é apenas o resultado do seu processo de vida histórico, do mesmo modo que a imagem invertida dos objetos que se forma na retina é uma consequência do seu processo de vida directamente físico.

Contrariamente da filosofia alemã, que desce do céu para a terra, aqui, parte-se da terra para atingir o céu. Isto significa que não se parte daquilo que os homens dizem, imaginam e pensam nem daquilo que são nas palavras, no pensamento, na imaginação e na representação de outrem para chegar aos homens em carne e osso; parte-se dos homens, da sua actividade real. *É a partir do seu processo de vida real que se representa o desenvolvimento dos reflexos e das repercussões ideológicas deste processo vital*. Mesmo as fantasmagorias correspondem, no cérebro humano, a sublimações necessariamente resultantes do processo de sua vida material que pode ser constatado empiricamente e que repousa em bases materiais. Assim, a moral, a religião, a metafísica e qualquer outra ideologia, tal como as formas de consciência que lhes correspondem, *perdem imediatamente toda a aparência de autonomia*. Não têm história, não têm desenvolvimento; serão antes os homens que, desenvolvendo a sua produção material e as suas relações materiais, transformam, com esta realidade que lhes é própria, o seu pensamento e os produtos desse pensamento. Não é a consciência que determina a vida, mas sim a vida que determina a consciência (MARX e ENGELS, 1974, p. 25-26)⁴⁹.

Sob esta orientação teórica, Marx e Engels fazem a crítica à ideologia alemã, na forma do pensamento jovem hegeliano. A premissa fundamental que orienta a crítica a esse pensamento é que a produção das idéias deve ser procurada não nos indivíduos isolados e fixos, mas *no seu processo de desenvolvimento real, em condições determinadas, desenvolvimento este que é visível empiricamente* (MARX e ENGELS, 1974, p. 26). Dependentes eternos da atividade vital que lhes permite a produção da vida (o trabalho), o estudo das ideologias deve perseguir o *desenvolvimento histórico dos homens* no processo contínuo de produção de sua existência. É em cada modo de produção concretamente

49 Grifos Nossos.

situado (escravagista, feudal, capitalista), em suas diferentes fases, que devem ser buscadas as explicações para as ideologias produzidas daquele e naquele contexto histórico. É determinante, na tentativa de apreensão do processo de *desenvolvimento real dos homens*, observar o desenvolvimento das forças produtivas e suas correspondentes relações de produção. É apenas sob esta perspectiva que a *história deixa de ser uma coleção de fatos sem vida*, para expressar o movimento material contraditório e dialético que leva à produção das idéias (MARX e ENGELS, 1974, p. 25-27).

No **Prefácio** à *Contribuição à crítica da economia política* (1977), Marx dirá:

Nas minhas pesquisas cheguei à conclusão de que as relações jurídicas – assim como as formas do Estado – *não podem ser compreendidas por si mesmas*, nem pela dita evolução geral do espírito humano, inserindo-se pelo contrário nas condições materiais de existência de que Hegel, à semelhança dos ingleses e franceses do século XVIII, compreende o conjunto pela designação de “sociedade civil”; por seu lado, *a anatomia da sociedade civil deve ser procurada na economia política*. [...] na produção social da sua existência, os homens estabelecem relações determinadas, necessárias, independentes da sua vontade, *relações de produção que correspondem a um determinado grau de desenvolvimento das forças produtivas materiais*. O conjunto destas relações de produção constitui a estrutura econômica da sociedade, a base concreta sobre a qual se eleva uma superestrutura jurídica e política e a qual correspondem determinadas formas de consciência social. *O modo de produção da vida material condiciona o desenvolvimento da vida social, política e intelectual em geral*. Não é a consciência dos homens que determina o seu ser; *é o seu ser social que, inversamente, determina a sua consciência*. Em certo estágio de desenvolvimento, as forças produtivas materiais da sociedade entram em contradição com as relações de produção existentes ou, o que é a sua expressão jurídica, com as relações de propriedade no seio das quais se tinham movido até então. *De formas de desenvolvimento das forças produtivas, estas relações transformam-se no seu entrave. Surge então uma época de revolução social*. A transformação da base econômica altera, mais ou menos rapidamente, toda a imensa superestrutura. Ao considerar tais alterações *é necessário sempre distinguir entre a alteração material* – que se pode comprovar de maneira cientificamente rigorosa – *das condições econômicas de produção, e as formas jurídicas, políticas, religiosas, artísticas ou filosóficas, em resumo, as formas ideológicas pelas quais os homens tomam consciência deste conflito, levando-o às suas últimas conseqüências*. Assim como não se julga um indivíduo pela idéia que ele faz de si próprio, não se poderá julgar uma tal época de transformação pela mesma consciência de si; *é preciso, pelo contrário, explicar esta consciência pelas contradições da vida material, pelo conflito que existe entre as forças produtivas sociais e as relações de produção*. Uma organização social nunca desaparece *antes que se desenvolvam todas as forças produtivas que ela é capaz de conter*; *nunca relações de produção novas e superiores se lhe substituem antes que as condições materiais de existência destas relações se produzam no próprio seio da velha sociedade*. É por isso que *a humanidade só levanta os problemas que é capaz de resolver* e assim, numa observação atenta, descobrir-se-á que o problema só surgiu quando as condições materiais para o resolver já existiam ou estavam, pelo menos, em vias de aparecer (MARX, 1977, p. 24-25)⁵⁰.

Sob estas premissas propostas por Marx e Engels, buscamos apreender o

movimento material, real, contraditório e dialético que leva à produção do conhecimento referente aos *estudos do lazer* no Brasil. Concretamente, esboçados os traços gerais dos ciclos da produção do conhecimento que mapeamos, trata-se **de explicar no próprio desenvolvimento das forças produtivas e das relações de produção no Brasil, o conflito de interesses que vai determinar a produção de teorias norteadoras da prática do lazer**. Mas não falamos de qualquer prática do lazer. Tratamos das teorias que vão propor orientações para a prática do lazer da classe trabalhadora. Falamos, concretamente, das bases reais que vão permitir a produção de teorias para a ocupação do tempo livre da classe trabalhadora brasileira.

2 Apontamentos acerca da origem do lazer

[...] através da divisão do trabalho, torna-se possível [...] que a actividade intelectual e material – o gozo e o trabalho, a produção e o consumo, caibam a indivíduos distintos (MARX e ENGELS, 1974, p. 37-38).

Os *estudos do lazer* brasileiros – sem realizar grandes incursões históricas – resolveram o problema da origem histórica do lazer de duas formas: (1) realizando levantamentos dos sentidos de *ócio* e *scholé* nas sociedades greco-romanas; (2) remetendo a origem do lazer ao momento histórico da transição entre o que chamam de *sociedade tradicional* para a *sociedade moderna*. Nos dois casos, percebemos a carência dos critérios que justificam a referência a esses momentos históricos como momentos centrais para tal opção.

Entendemos que uma incursão histórica deve, necessariamente, estar preocupada em identificar as *condições objetivas* que permitem afirmar a existência de lazer em um dado modo de produção. Mas quais os critérios que permitiriam a identificação do lazer em uma dada formação econômica? A primeira questão com a qual nos deparamos é *a que nos referimos quando falamos em lazer?* Trata-se de algo que sempre existiu ou é uma prática moderna? Os critérios utilizados nos *estudos do lazer* brasileiros, seguindo estudos franceses e americanos, não têm contribuído muito para solucionar o problema, porque

estabelecem categorias estanques, ora centradas no *tempo*, ora centradas na *atividade*, ora centradas na *subjetividade*. Considerados isoladamente, ou mesmo conjuntamente, tais critérios apresentam-se inconsistentes e frágeis na identificação do que seria o lazer.

Entendemos ter encontrado (1) na formulação da filosofia clássica acerca dos *reinos da necessidade* e da *liberdade*, presentes no pensamento de Marx e Engels e na (2) crítica da divisão social do trabalho por eles empreendida, o procedimento teórico essencial para o reconhecimento do modo como, aquilo que identificamos hoje como lazer, se processa em diferentes modos de produção em diferentes momentos históricos. Inicialmente, trata-se de reconhecer que, na forma do *ócio*, da *scholé* ou do *licere*, referimo-nos, fundamentalmente, **ao direito social ao gozo do tempo livre para uma atividade livre, que permite a produção e o usufruto da arte, da literatura, da música; àquilo que convencionamos chamar de cultura** e que, em Marx e Engels, aparece, simplesmente, como superestrutura.

Marx e Engels esclarecem esta questão ao afirmar que *é através da divisão do trabalho que se torna possível [...] que a actividade intelectual e material – o gozo e o trabalho, a produção e o consumo, caibam a indivíduos distintos* (MARX, 1974, p. 37-38). Esta explicitação está relacionada à denúncia constante de que a classe trabalhadora, no século XIX, estava impedida de acessar e usufruir deste gozo, reconhecido como o *reino da liberdade* passível de ser conquistado apenas quando findas as demandas decorrentes das necessidades de produção da existência. Ao explicitar esta questão, Marx e Engels constroem as condições teóricas (e políticas) para que compreendamos que, historicamente, este ***direito social ao gozo do tempo livre para uma atividade livre*** esteve sempre restrito a uma parcela da sociedade, que, detendo a posse dos meios de produção (MARX, 1989a, p. 202-203; MARX, 1989b, p. 828-882), pelo uso da ideologia ou da força, estabelece-se como classe dominante, atribuindo a escravos, servos ou trabalhadores livres a manutenção das condições necessárias à sua existência privilegiada; ou seja, aprisionando as classes que efetivamente realizam a produção, à condição de produtores da existência de toda a sociedade, impedindo-as do de ter acesso *ao direito social ao gozo do tempo livre para uma atividade livre* que, na divisão social do trabalho, *apenas a classe dominante vai possuir*.

O capitalismo, pela primeira vez na história, coloca a problemática da possibilidade de acesso ao ***direito social ao gozo do tempo livre para uma atividade livre*** para aqueles

que efetivamente realizam o trabalho o qual permite a produção do capitalismo. Os estudos de Newton Cunha já apontaram que a definição do tempo livre para o lazer envolve: (1) o desenvolvimento das forças produtivas e das relações de produção; (2) o grau de organização e de autonomia ou poder daqueles que produzem ou mantêm a vida diária⁵¹, a *força de trabalho*, atribuindo ênfase a este segundo aspecto (CUNHA, 1987, 9, 11-18).

O desenvolvimento das forças produtivas é resultado do intercâmbio material homem-natureza, que envolve a modificação da natureza e a modificação do próprio homem (MARX, 1989, p. 202). À medida que realiza a atividade que permite produzir a satisfação de suas necessidades (a produção de sua existência), o homem descobre as potencialidades adormecidas nos diferentes materiais, imprimindo-lhes forma útil à vida humana. É assim que vai descobrindo meios de fazer brotar da terra o seu sustento, ora com as mãos; ora com uma pedra lascada; ora com uma pedra polida; ora com uma pá forjada do ferro bruto na brasa; ora com arados simples construídos com ferro e madeira; ora com arados complexos tracionados pelo homem e pelo animal; ora o arado movido a motor.

Em cada um destes processos, o homem despense um *tempo de trabalho necessário à produção*, inversamente proporcional ao *grau de desenvolvimento da força produtiva utilizada*. Em outras palavras, o desenvolvimento das forças produtivas diminui o tempo necessário ao processo de arar a terra. No entanto, apesar de este tempo necessário ser menor, são as *relações de produção* que vão determinar o gozo – o usufruto – deste tempo livre gerado com o avanço das forças produtivas (CUNHA, 1987, p. 12). Em uma sociedade escravocrata – como a greco-romana – não é possível falar em universalização do *direito social ao gozo do tempo livre para uma atividade livre*. Este era, naquele modo de produção, um privilégio dos homens liberados das tarefas de produção da vida.

Esta formulação de Marx e Engels e seu desdobramento no pensamento de Newton Cunha nos colocam em outro patamar ao considerar qualquer levantamento histórico acerca do *direito social ao gozo do tempo livre para uma atividade livre*. Em primeiro lugar, estabelecem como critérios centrais para a identificação do lazer (1) a identificação do

51 “As forças produtivas e as relações sociais de produção não implicam o automático e contínuo declínio do tempo de trabalho. Elas são condições básicas, indispensáveis, mas não as determinantes. A luta política efetivada no interior das relações sociais é que constitui o estopim do recuo do tempo produtivo e da transformação desse tempo em outra coisa qualitativamente diferente, não ‘produtiva’ “ (CUNHA, 1986, p. 12).

modo como o homem produz sua existência; (2) a identificação do grau de desenvolvimento das forças produtivas que ampliam as possibilidades da produção da existência; (3) o grau de desenvolvimento das relações de produção, ou da divisão social do trabalho; (4) a capacidade organizativa e de pressão daqueles que, na divisão social do trabalho, produzem a existência. Com base nestes critérios, afirmamos que **é no modo capitalista de produção que, pela primeira vez, estão colocadas as condições para que, na divisão social do trabalho, a classe que realiza a produção da vida possa reivindicar o direito social ao gozo do tempo livre para uma atividade livre**. Contudo – e isto Marx e Engels também já assinalaram no conjunto de sua obra – a apropriação privada dos meios de produção e do produto do trabalho por uma parcela diminuta da sociedade e a condição privilegiada que esta apropriação permite impedem o desenvolvimento das condições que viabilizariam o acesso da classe trabalhadora a este direito, na medida em que ameaçam esta condição privilegiada, pois tal tempo livre pode viabilizar o reconhecimento desta situação de opressão e a consciência da necessidade de revolução de suas bases.

Podemos avançar afirmando que **é no século XIX que a problemática do tempo livre para uma atividade livre, vai adquirir condições objetivas para efetivar-se, resultante, simultaneamente, do desenvolvimento das forças produtivas, das relações de produção e da organização da classe trabalhadora**. Esta conjunção de acontecimentos assume força a partir da segunda metade do século XIX, tendo como um de seus momentos centrais, reconhecidos pelos estudiosos do lazer, o movimento pela redução da jornada de trabalho, realizado pelos trabalhadores europeus na década de 80 do século XIX, e cuja expressão mais conhecida no Brasil é o panfleto *O direito à preguiça*, de Paul Lafargue⁵².

No século XX, como veremos adiante, todos os esforços serão empreendidos para a contenção desta organização dos trabalhadores, que ameaça a hegemonia da classe dos proprietários do capital. Neste processo, a luta pelo *direito social ao gozo do tempo livre para uma atividade livre* vai sendo progressivamente disciplinada em um processo que envolve aquilo que Braverman vai chamar de *habituação do trabalhador ao modo*

capitalista de produção (BRAVERMAN, 1987) ou Weinstein vai chamar, no Brasil, de *(re)formação da classe trabalhadora* (WEINSTEIN, 2000). Este processo de disciplinamento envolve: a corrupção de segmentos do proletariado (LENIN, 2002); a reestruturação dos processos de produção (GRAMSCI, 2001, 265-282; BRAVERMAN, 1987), o reformismo, o ataque ideológico ao comunismo conforme elaborado por Marx e Engels, e a configuração da social democracia (LOMBARDI, 1993); o recuo liberal e a cessão dos direitos trabalhistas e sociais (HOBSBAWM, 1995); e a preocupação com a formação do trabalhador (WEINSTEIN, 2000; BRAGA, 2005), e com a ocupação do tempo livre (SANT'ANNA, 1994; GOMES, 2003b, MARCASSA, 2002).

Estes dados nos fazem afirmar que a problemática da ampliação do tempo livre só se coloca quando as questões objetivas para resolvê-la já estão postas. A humanidade já desenvolveu as condições objetivas para a distribuição dos bens socialmente produzidos a todos os homens indiscriminadamente, incluindo o *direito social ao gozo do tempo livre para uma atividade livre*. No entanto, no seio do desenvolvimento das forças produtivas, a parcela da sociedade que vem historicamente se apropriando dos meios de produção de modo privado – contendo o poder sob o controle das forças produtivas e buscando manter o controle das relações de produção – entrava (bloqueia) definitivamente o desenvolvimento da sociedade e dos homens. Neste contexto, o controle do tempo livre legalmente regulamentado, que viabiliza pela primeira vez na história uma possibilidade de atividade livre generalizada, deve, definitivamente, ser efetivado pela burguesia, seja pela delimitação das finalidades do tempo livre, finalidades limitadas aos interesses do desenvolvimento dos poderes da burguesia, seja pela determinação de uma diversidade de conteúdos fúteis que devem ocupar o tempo do trabalhador a fim de impedir (1) a atividade livre; (2) práticas que desgastem a força de trabalho impedindo-a de realizar-se no processo de produção. No modo capitalista de produção o *direito social ao gozo do tempo livre para uma atividade livre* vai sendo progressivamente, como a todas as necessidades, convertido em mercadoria luxuosa e cara (FALEIROS, 1980). O desafio não está apenas em desmascarar estas relações, mas em revolucionar a base material que as produz e explica.

52 *Le droit a la paresse – Réfutation du droit au travail de 1848*. Originalmente publicado em 1880. Edições traduzidas para o português em 1980 e em 1999 e publicadas no Brasil pelas editoras Kairós, com prefácio de Francisco Foot Hardman (1980) e Hucitec com introdução de Marilena Chauí (1999).

3 Forças produtivas e relações de produção no século XIX e XX: expansão do capitalismo monopolista e seus impactos na formação social brasileira

a) O objeto deste estudo é, em princípio, *a produção material*.
Indivíduo produzindo em sociedade – portanto uma produção de indivíduos socialmente determinada, este é, naturalmente, o ponto de partida.
(Karl MARX, 1977, p. 201).

A compreensão das condições objetivas que permitem o surgimento de práticas, políticas, formação profissional e produção do conhecimento relacionadas ao lazer no Brasil – ou, de modo direto, ao surgimento do *direito social da classe trabalhadora ao gozo do tempo livre para uma atividade livre* como problema para a classe dominante brasileira – pede uma análise que considere, simultaneamente, o caso particular brasileiro no contexto geral do desenvolvimento do capitalismo no mundo.

O geral

Como os meios de produção e os de subsistência, dinheiro e mercadoria em si mesmos não são capital. Tem de haver antes uma transformação que só pode ocorrer em determinadas circunstâncias. Vejamos, logo a seguir, a que se reduzem, em suma, essas circunstâncias. Duas espécies bem diferentes de possuidores de mercadorias têm de confrontar-se e entrar em contacto: de um lado, o proprietário de dinheiro, de meios de produção e de meios de subsistência, empenhado em aumentar a soma de valores que possui, comprando a força de trabalho alheia, e, do outro, os trabalhadores livres, vendedores da própria força de trabalho e, portanto, de trabalhos. Trabalhadores livres em dois sentidos, porque não são parte direta dos meios de produção, como escravos e servos, e porque não são donos dos meios de produção, como o camponês autônomo, estando assim livres e desembaraçados deles. Estabelecidos êsses dois pólos do mercado, ficam dadas as condições básicas da produção capitalista. O sistema capitalista pressupõe a dissociação entre os trabalhadores e a propriedade dos meios pelos quais realizam o trabalho. Quando a produção capitalista se torna independente, não se limita a manter essa dissociação, mas a reproduz em escala cada vez maior. O processo que cria o sistema capitalista consiste apenas no processo que retira ao trabalhador a propriedade de seus meios de trabalho, um processo que transforma em capital os meios sociais de subsistência e os de produção e converte em assalariados os produtores diretos. A chamada acumulação primitiva é apenas o processo histórico que dissocia o trabalhador dos meios de produção. É considerada primitiva porque constitui a pré-história do capital e do modo de produção capitalista (MARX, 1989b, p. 829-830).

Ao tomar o capitalismo como um modo de produção, como uma forma como os

homens estão organizando a produção e a reprodução de sua existência, está em questão reconhecer os traços gerais que o caracterizam. Trata-se de expor, em linhas gerais, os traços que caracterizam *O capital* como o principal meio de produção (DESAI, 2001, p. 51) desde o início do século XIX⁵³, e as relações de produção engendradas desde então, marcadas pelo conflito entre os proprietários do capital e aqueles que, aplicando sua força de trabalho, o produzem. Desai oferece a seguinte síntese destas características:

- a) produção para a venda e não para uso próprio, por numerosos produtores [...];
- b) existência de um mercado onde a força de trabalho é comprada e vendida, em troca de salários em dinheiro, por um dado período [...] ou por uma tarefa específica [...];
- c) mediação universal (ou predominante) das trocas pelo uso do dinheiro: ao tomar a forma monetária, o capital faculta ao seu proprietário o máximo de flexibilidade para seu emprego. Esse aspecto também atribui um papel sistemático aos bancos e demais intermediários financeiros [...];
- d) o capitalista, ou seu agente gerencial, controla o processo de produção (de trabalho). Isso implica não apenas o controle sobre a contratação e a demissão de trabalhadores, como também sobre a escolha de técnicas, o escalonamento da produção, o ambiente de trabalho e as disposições para a venda do produto [...];
- e) controle das decisões financeiras: o uso universal do dinheiro e do crédito facilita a utilização dos recursos de outras pessoas para financiar a acumulação. No capitalismo isso se traduz no poder de que dispõe o empresário capitalista para contrair débitos, ou emitir ações, ou hipotecar os edifícios da fábrica, de modo a levantar financiamentos. Os trabalhadores estão excluídos dessas decisões, mas poderão sofrer com erros de cálculo do capitalista, como, por exemplo, a inadimplência, que leva à falência [...];
- f) concorrência entre capitais: o controle que os capitalistas individuais detêm sobre o processo de trabalho e a estrutura financeira é modificado pelo seu constante exercício num contexto de concorrência entre capitais, quer estejam estes capitais envolvidos na produção da mesma mercadoria ou de uma mercadoria parecida que pode substituí-la, quer apenas se confrontem uns aos outros na luta por mercados ou empréstimos. Essa concorrência crescente opera como uma lei impessoal do valor, que força o capitalista a adotar novas técnicas e práticas que reduzam custos e a acumular de modo a tornar possível a compra de máquinas mais avançadas [...]. É a concorrência que fortalece a tendência para a concentração do capital nas grandes, empresas. É para neutralizá-la que surgem monopólios e cartéis [...] (DESAI, 2001, p. 52).

Harris (2001a) acentua a ênfase atribuída pelo marxismo à análise das transformações históricas por que passa o capitalismo como um modo de produção transitório que apresenta características diferenciadas a cada momento do processo de

53 Desai destaca as polêmicas quanto às linhas de demarcação, período de origem e periodização do capitalismo, apontando que “o período que vai aproximadamente do século XV até o século XVIII é geralmente aceito como a fase do capital mercantil do capitalismo” (DESAI, 2001, p. 52-53). Ao escrever *A era do capital*, Hobsbawm está referindo-se ao quarto de século no qual o capital expande-se por todo o mundo (HOBSBAWM, 1997, p. 14), mas a literatura, de maneira geral, permite reconhecer o processo histórico de formação do capitalismo no período anterior a este marco delimitado pelo autor. O capítulo XXIV de Marx, *A chamada acumulação primitiva*, vai discorrer sobre o processo histórico de acumulação que permite a constituição do capitalismo como modo de produção (MARX, 1989, p. 828-882). Marx, nesse texto, afirma que “o prelúdio da revolução que criou a base do modo capitalista de produção ocorreu no último terço do século XV e nas primeiras décadas do século XVI” (MARX, 1989, p. 833).

amadurecimento de suas contradições internas que vão progressivamente gestando as bases de um novo modo de produção. Estes momentos ou estágios são demarcados pelas *transformações significativas* das forças produtivas e das relações de produção, tendo sido analisadas teoricamente em virtude das pressões da realidade objetiva, decorrentes da *necessidade política* de compreensão das *transformações ocorridas no sistema, que precisam ser enfrentadas na prática pelo movimento socialista*, e de reexame dos *prognósticos do fim do capitalismo* (HARRIS, 2001d, p. 284-285).

Ampliando as reflexões propostas pelo autor, esta periodização considera as etapas pré-capitalistas, descritas por Marx em *A chamada acumulação primitiva*, e envolve não só o processo de formação do capitalismo a partir do capital comercial em expansão durante o colonialismo, como também a consolidação do capitalismo a partir do capital industrial e concorrencial, além do ápice do capitalismo na forma do capital monopólico (LENIN, 2002).

São as obras de Marx e Engels a matriz da teoria que permite interpretar o capital como um *modo de produção* histórico e de caráter transitório, oferecendo uma minuciosa descrição de sua origem, desenvolvimento e características no século XIX, período em que vivem e pesquisam. Obras posteriores vêm garantindo a continuidade desta descrição, destacando-se *O imperialismo: fase superior do capitalismo* (LENIN, 1916, edição brasileira de 2002); *Capitalismo monopolista* (BARAN & SWEEZY, 1966); *Trabalho e capital monopolista* (BRAVERMAN, 1987). Além destes autores, Erick Hobsbawm vem realizando um preciosíssimo esforço de síntese do momento e do movimento histórico no qual se desenvolve o capitalismo, em um conjunto de obras: *A era das revoluções: 1789-1848* (1997); *A era do capital: 1848-1875* (1997); *A era dos impérios: 1875-1914* (2003) e *Era dos extremos: 1914-1991* (1996).

O estudo das obras acima referidas permite concluir que o desenvolvimento histórico do modo capitalista de produção caracteriza-se por ciclos de “*expansão econômica e bem estar*” e ciclos de “*problemas econômicos e outras perturbações*” (HOBSBAWM, 1995, p. 263). Tais ciclos de expansão e depressão têm em seu eixo *a lei*

*tendencial da queda das taxas de lucro*⁵⁴ (MARX, s/d a, p. 241-305; MARX, 1988d, p. 154-191) – verificada continuamente desde *A Era das Revoluções* (HOBSBAWM, 1997a, 1997b, 2003, 1996) – frente à qual o capitalismo procura alternativas em planos de reestruturação da produção com vistas à retomada do crescimento destas taxas.

Entre os anos de 1873 e 1896, o capitalismo enfrenta um longo período de crise e depressão (queda de preços), reagindo com uma forma combinada de *concentração econômica*⁵⁵, *revolução técnico-científica*⁵⁶, *administração científica*⁵⁷, configurando o

54 Baran e Sweezy, frente à substituição do sistema de concorrência (competição) de preços pelo sistema de concorrência extra-preços (monopólio) – eliminação da redução de preço como arma legítima da guerra econômica, e, em decorrência, da instabilidade do mercado – em direção à conquista da maximização dos lucros, assinalam a inadequação da lei tendencial da queda das taxas do lucros para descrever o capitalismo monopolista. Esta lei deve ser substituída pela lei do excedente crescente em função da tendência decrescente dos custos da produção. O autor assinala que, em todas as versões da lei de tendência decrescente da taxa de lucro postulada pelo marxismo clássico, há a pressuposição de um sistema competitivo (p. 79). No caso da concorrência extrapreço que praticam não há incompatibilidade entre a permanência dos lucros monopolistas e seu crescimento constante no tempo (BARAN e SWEEZY, 1966, p. 60-84)

55 Em Hobsbawm, “[...] fusões ou acordos com vistas ao controle do mercado, entre firmas que segundo a livre iniciativa, deviam estar concorrendo entre si o que beneficiaria o consumidor” (2003, p. 69).

56 Segundo Braverman, “[...] a revolução técnico-científica, baseada na utilização sistemática da ciência para a mais rápida transformação da força de trabalho em capital” começa nas duas últimas décadas do século XIX. Para o autor, a gerência científica e a revolução técnico-científica “são parte do novo estágio do desenvolvimento capitalista” decorrendo “do capitalismo monopolista” e tornando-o possível (BRAVERMAN, 1987, p. 216). Em outra passagem, dirá: “A revolução técnico-científica [...] não pode ser compreendida em termos de inovações específicas – como no caso da Revolução Industrial que pode ser corretamente caracterizada por um punhado de invenções básicas –, mas deve ser compreendida mais em sua totalidade como um modo de produção no qual a ciência e investigações exaustivas da engenharia foram integradas como parte de um funcionamento normal. A inovação chave não deve ser encontrada na Química, na Eletrônica, na maquinaria automática, na aeronáutica, na Física Nuclear, ou em qualquer dos produtos dessas tecnologias científicas, mas antes na transformação da própria ciência em capital” (BRAVERMAN, 1987, p. 146). Um dos objetivos fundamentais do capitalista é apoderar-se de todo o processo de trabalho com vistas a controlar cada uma de suas mínimas operações, e, em última instância, à maximização da produção. A revolução científica proporciona parte dos meios para a conquista destes objetivos (BRAVERMAN, 1987, p. 148-149).

57 “Seu fundador e apóstolo, F. W. Taylor (1856-1915), começou a desenvolver suas idéias na altamente problemática indústria siderúrgica americana em 1880. Procedentes do oeste, essas idéias chegaram à Europa nos anos 1890. A pressão sobre os lucros durante a Depressão, bem como o tamanho e complexidade crescentes das firmas, sugeriam que os métodos tradicionais, empíricos ou improvisados não eram mais adequados à condução das empresas. Daí a necessidade de uma forma mais radical ou ‘científica’ de controlar, monitorar e programar empresas grandes e que visavam à maximização do lucro. A tarefa em que o ‘taylorismo’ concentrou imediatamente seus esforços – e à qual a imagem pública da ‘administração científica’ era identificada – era como conseguir que os operários trabalhassem mais. Esse objetivo foi perseguido por meio de três métodos principais: (1) isolando cada operário de seu grupo de trabalho e transferindo o controle do processo de trabalho do operário ou do grupo a agentes da administração, que diziam ao operário exatamente o que fazer e quando produzir, à luz de (2) uma divisão sistemática de cada processo em unidades componentes cronometradas (‘estudo do tempo e do movimento’), e (3) de vários sistemas de pagamento dos salários o que incentivaria o operário a produzir mais. Esses sistemas de pagamento por produção se disseminaram muito rapidamente, mas, para fins práticos, o taylorismo em sentido lato quase não se difundiu na Europa antes de 1914 – nem mesmo nos EUA – e só se tornou um slogan familiar nos círculos administrativos nos últimos anos do pós-guerra. Após 1918, o nome de Taylor seria o título sintético do uso racional da maquinaria e da força de trabalho para maximizar a produção, paradoxalmente tanto entre os responsáveis pelo planejamento bolchevique como entre os capitalistas” (HOBSBAWM, 2003, p. 71). Braverman discute a gerência científica (1987, p. 83-111), expondo o processo de complexificação da divisão do trabalho nas empresas, em decorrência de um “imenso crescimento na escala de operações gerenciais” (BRAVERMAN, 1987, p. 222). A primeira destas divisões

*capitalismo monopolista*⁵⁸ (LENIN, 2002; BRAVERMAN, 1966). Esta reação gera ampliação e complexificação da divisão social do trabalho⁵⁹ com profundas implicações para a classe trabalhadora, na medida em que degrada o trabalho e conseqüentemente a vida do trabalhador (BRAVERMAN, 1987, p. 215-230).

Neste processo, entre 1880⁶⁰ e 1914, ocorre um “*novo tipo de império colonial*”⁶¹ (HOBSBAWM, 2003, p. 88), no qual a “*repartição do mundo entre um pequeno número de Estados*”⁶² vai configurar o que Hobsbawm vai chamar de “*Era dos Impérios*” (1875-1914). Neste período:

reflete o descolamento do “vínculo direto entre o capital e seu proprietário individual”, decorrendo daí a diferença interna à classe de capitalistas, entre os que detêm a posse do capital e os que organizam e administram uma empresa capitalista (1987, p. 221). A segunda refere-se ao aumento do número e da divisão social do trabalho em categorias diferenciadas de administradores, correspondente à necessidade de que a empresa cuidasse de seu próprio mercadejamento, ou seja, de uma organização de vendas que envolvesse a “manutenção, assistência e instalação”, que multiplica a rede de pequenas empresas sucursais da grande empresa em diferentes regiões, exigindo uma “completa estrutura administrativa, com todas as suas divisões e subdivisões” (BRAVERMAN, 1987, p. 226).

58 Em “A Era dos Impérios” Hobsbawm alerta para a validade deste conceito apenas a partir de 1890, uma vez que é a partir daí que o uso desta expressão passa a ter uma “dimensão econômica” que “nunca mais perdeu” (2003, p. 92). No conflito entre os “defensores” e “opositores” do imperialismo, Hobsbawm indica que a palavra adquiriu (e é improvável que perca) uma conotação pejorativa (2003, p.93), obscurecendo-se o “fenômeno em si” (2003, p. 92). Ver discussão completa no Capítulo III, especialmente entre as páginas 91 e 94.

59 No capítulo 8, A revolução e o trabalhador, Braverman detalha o processo de estudo do movimento humano com vistas a (1) incorporar quantidades menores de tempo de trabalho em quantidades cada vez maiores de produto; (2) dissolver o processo de trabalho como um processo dirigido pela gerência, providenciando o aperfeiçoamento da divisão do trabalho – através da transferência de toda a parte de concepção e projeção para a gerência - e agravando a alienação. O autor dirá: O princípio subjacente e que inspira todas essas investigações do trabalho é o que encara os seres humanos em termos de máquina, uma máquina para todos os fins operada pela gerência. O autor destaca que, para o capitalista, neste processo, o trabalho assume a forma concreta de trabalho abstrato que Marx categoriza a fim de explicar o “gasto de trabalho humano em geral” (BRAVERMAN, 1987, p. 148-159).

60 Para Lenin, o ano base aqui é 1876 (LENIN, 2002, p. 61). Em Hobsbawm, é 1880 (HOBSBAWM, 2003, p. 88). Braverman observa o início do capitalismo monopolista das duas ou três últimas décadas do século XIX (BRAVERMAN, 1987, p. 215).

61 Discutindo a partilha do mundo entre as grandes potências, e a dimensão das possessões coloniais entre 1815 e 1899, Lenin concluirá: “[...] o período de desenvolvimento máximo do capitalismo pré-monopolista, o capitalismo em que predomina a livre concorrência, vai de 1860 a 1870. [...] é exactamente depois desse período que começa o enorme ‘ascenso’ de conquistas coloniais, que se exacerba até um grau extraordinário a luta pela partilha territorial do mundo. É indubitável, por conseguinte, que a passagem do capitalismo à fase do capitalismo monopolista, ao capital financeiro, se encontra relacionada com a exacerbação da luta pela partilha do mundo” (LENIN, 2002, p. 58-59).

62 “[...] Os capitalistas não partilham o mundo levados por uma particular perversidade, mas porque o grau de concentração a que se chegou os obriga a seguir esse caminho para obterem lucros; e repartem-no ‘segundo o capital’, ‘segundo a força’; qualquer outro processo de partilha é impossível no sistema da produção mercantil e no capitalismo. A força varia, por sua vez, de acordo com o desenvolvimento económico e político; para compreender o que está a acontecer é necessário saber que problemas são solucionados pelas mudanças da força, [...]”. A época do capitalismo contemporâneo mostra-nos que se estão a estabelecer determinadas relações entre os grupos capitalistas com base na partilha económica do mundo, e que, ao mesmo tempo, em ligação com isto, se estão a estabelecer entre os grupos políticos, entre os Estados, determinadas relações com base na planilha territorial do mundo, na luta pelas colónias, na ‘luta pelo território económico’” (LENIN, 2002, p. 57-58). Esta partilha se dá entre as grandes potências (Inglaterra, França, Estados Unidos, Alemanha, Japão, Rússia). “Pela primeira vez, o mundo encontra-se repartido, de tal modo que, no futuro, só se poderão efectuar novas partilhas, ou seja, a passagem de territórios de um ‘proprietário’ para outro, e não a passagem de um território sem proprietário para um ‘dono’” (LENIN, 2002, p. 58).

[...] a maior parte do mundo, à exceção da Europa e das Américas⁶³, foi formalmente dividida em territórios sob governo direto ou sob dominação política indireta de um ou outro Estado de um pequeno grupo: principalmente Grã-Bretanha, França Alemanha, Itália, Holanda, Bélgica, EUA e Japão (HOBSBAWM, 2003, p. 88).

Lenin investiga detidamente as características e a dinâmica deste movimento que nomeia de “imperialismo”, com o objetivo de:

[...] mostrar com a ajuda dos dados gerais, irrefutáveis, da estatística burguesa e das declarações dos homens de ciência burgueses de todos os países um quadro de conjunto da economia mundial capitalista nas suas relações internacionais, nos princípios do século XX, em vésperas da primeira guerra imperialista mundial (LENIN, 2002, p. 7).

Nesta obra, o autor observa que, a partir de 1898, “*as publicações econômicas, bem como as políticas do Velho e do Novo Mundo utilizam cada vez mais o conceito de “imperialismo” para caracterizar a época que atravessamos*”. Dedicar-se a expor, então, “*os laços e as relações recíprocas existentes entre as particularidades econômicas fundamentais do imperialismo*”, discutindo a *concentração da produção e dos monopólios*, o papel dos bancos neste contexto, as conexões entre capital financeiro e oligarquia financeira, o movimento de substituição da exportação de mercadorias para a exportação de capital, o processo de concentração mundial do capital e da produção no qual ocorre a partilha do mundo entre associações de capitalistas, o imperialismo como uma fase particular do capitalismo (LENIN, 2002). Lênin acrescenta:

O imperialismo surgiu como desenvolvimento e continuação directa das características fundamentais do capitalismo em geral. Mas o capitalismo só se transformou em imperialismo capitalista quando chegou a um determinado grau, muito elevado, do seu desenvolvimento, quando algumas das características fundamentais do capitalismo começaram a transformar-se na sua antítese, quando ganharam corpo e se manifestaram em toda a linha os traços da época de transição do capitalismo para uma estrutura econômica e social mais elevada. O que há de fundamental neste processo, do ponto de vista econômico, é a **substituição da livre concorrência capitalista pelos monopólios capitalistas**. A livre concorrência é a característica fundamental do capitalismo e da produção mercantil em geral; o monopólio é precisamente o contrário da livre concorrência, mas esta começou a transformar-se diante dos nossos olhos em monopólio, criando a grande produção, eliminando a pequena, substituindo a grande produção por outra ainda maior, e concentrando a produção e o capital a tal ponto que do seu seio surgiu e surge o monopólio: os cartéis, os sindicatos, os *trusts* e, fundindo-se com eles, o capital de uma escassa dezena

63 A “Doutrina Monroe” garantiu a preservação dos territórios das Américas. Em nota, explica: “Esta doutrina, expressa pela primeira vez em 1823 e subseqüentemente repetida e elaborada pelos governos dos EUA, manifestava hostilidade a qualquer outra colonização ou intervenção política de potências européias no hemisfério ocidental. Mais tarde, isto passou a significar que os EUA eram a única potência com o direito de interferir em qualquer ponto do hemisfério. À medida que os EUA foram se tornando mais poderosos, a Doutrina Monroe foi sendo encarada com mais seriedade pelos Estados Europeus” (HOBSBAWM, 2003, p. 90).

de bancos que manipulam milhares de milhões. Ao mesmo tempo, os monopólios, que derivam da livre concorrência, não a eliminam, mas existem acima e ao lado dela, engendrando assim contradições, fricções e conflitos particularmente agudos e intensos. O monopólio é a transição do capitalismo para um regime superior.

[...] o imperialismo é a fase monopolista do capitalismo. Essa definição compreenderia o principal pois, por um lado, o capital financeiro é o capital bancário de alguns grandes bancos monopolistas fundido com o capital das associações monopolistas de industriais, e, por outro lado, a partilha do mundo é a transição da política colonial que se estende sem obstáculos às regiões ainda não apropriadas por nenhuma potência capitalista para a política colonial de posse monopolista dos territórios do globo já inteiramente repartido (LENIN, 2002, p. 67).

O autor destaca cinco traços fundamentais no capitalismo monopolista e imperialista:

1) a concentração da produção e do capital levada a um grau elevado de desenvolvimento que criou os monopólios, os quais desempenham um papel decisivo na vida econômica; 2) a fusão do capital bancário com o capital industrial e a criação, baseada nesse “capital financeiro”, da oligarquia financeira; 3) a exportação de capitais, diferentemente da exportação de mercadorias, adquire uma importância particularmente grande; 4) a formação de associações internacionais monopolistas de capitalistas, que partilham o mundo entre si, e 5) o termo da partilha territorial do mundo entre as potências capitalistas mais importantes. O imperialismo é o capitalismo na fase de desenvolvimento em que ganhou corpo a dominação dos monopólios e do capital financeiro, adquiriu marcada importância a exportação de capitais, começou a partilha do mundo pelos *trusts* internacionais e terminou a partilha de toda a terra entre os países capitalistas mais importantes (LENIN, 2002, p. 67-68).

Enumera, ainda, *quatro variedades essenciais do monopólio*:

Primeiro: o monopólio é um produto da concentração da produção num grau muito elevado do seu desenvolvimento. Formam-no as associações monopolistas dos capitalistas, os cartéis, os sindicatos e os *trusts*. Vimos o seu enorme papel na vida econômica contemporânea. Nos princípios do século XX atingiram completo predomínio nos países avançados, e se os primeiros passos no sentido da cartelização foram dados anteriormente pelos países de tarifas alfandegárias proteccionistas elevadas (a Alemanha, os Estados Unidos), a Inglaterra, com o seu sistema de livre-câmbio, mostrou, embora um pouco mais tarde, esse mesmo facto fundamental: o nascimento do monopólio como consequência da concentração da produção.

Segundo: os monopólios vieram agudizar a luta pela conquista das mais importantes fontes de matérias-primas, particularmente para a indústria fundamental e mais cartelizada da sociedade capitalista: a hulheira e a siderúrgica. A posse monopolista das fontes mais importantes de matérias-primas aumentou enormemente o poderio do grande capital e agudizou as contradições entre a indústria cartelizada e a não cartelizada.

Terceiro: o monopólio surgiu dos bancos, os quais, de modestas empresas intermediárias que eram antes, se transformaram em monopolistas do capital financeiro. Três ou cinco grandes bancos de cada uma das nações capitalistas mais avançadas realizaram a «união pessoal» do capital industrial e bancário, e concentraram nas suas mãos somas de milhares e milhares de milhões, que constituem a maior parte dos capitais e dos rendimentos em dinheiro de todo o país. A oligarquia financeira, que tece uma densa rede de relações de dependência entre todas as instituições econômicas e políticas da sociedade burguesa contemporânea sem excepção: tal é a manifestação mais evidente deste monopólio.

Quarto: o monopólio nasceu da política colonial. Aos numerosos «velhos» motivos da política

colonial, o capital financeiro acrescentou a luta pelas fontes de matérias-primas, pela exportação de capitais, pelas «esferas de influência», isto é, as esferas de transacções lucrativas, de concessões, de lucros monopolistas, etc., e, finalmente, pelo território económico em geral. Quando as colónias das potências europeias em África, por exemplo, representavam a décima parte desse continente, como acontecia ainda em 1876, a política colonial podia desenvolver-se de uma forma não monopolista, pela «livre conquista», poder-se-ia dizer, de territórios. Mas quando 9/10 da África estavam já ocupados (por volta de 1900), quando todo o mundo estava já repartido, começou inevitavelmente a era da posse monopolista das colónias e, por conseguinte, de luta particularmente aguda pela divisão e pela nova partilha do mundo” (LENIN, 2002, p. 93-94).

Esta divisão territorial entre as grandes potências tem como razão essencial o fato de que o processo de *aceleração da globalização da economia*, com a geração de consumo e mercados de massa, apoiada sobre um intenso desenvolvimento tecnológico, impõe a necessidade de matérias-primas, esgotadas no solo das grandes potências econômicas⁶⁴. Além disso, trata-se de garantir a conquista e a posse de pontos estratégicos para a defesa dos territórios possuídos por estas potências.

Lenin explica que é característico do capitalismo:

[...] a tendência para a anexação *não só* das regiões agrárias, mas também das mais industriais (apetites alemães a respeito da Bélgica, dos franceses quanto à Lorena), pois, em primeiro lugar, estando já concluída a divisão do globo, isso obriga, para fazer *uma nova partilha*, a estender a mão sobre todo o tipo de territórios; em segundo lugar, faz parte da própria essência do imperialismo a rivalidade de várias grandes potências nas suas aspirações à hegemonia, isto é, a apoderarem-se de territórios não tanto directamente para si, como para enfraquecer o adversário e mirar a sua hegemonia (para a Alemanha, a Bélgica tem uma importância especial como ponto de apoio contra a Inglaterra, tem-na Bagdade como ponto de apoio contra a Alemanha, etc.) (LENIN, 2002, p. 69).

Considerando o conjunto das características do capitalismo monopolista e do imperialismo, Lenin dirá que *se deve qualificá-lo de capitalismo de transição ou, mais propriamente, de capitalismo agonizante*. Afirma o autor que o que se encontra por trás dos entrelaçamentos existentes no capitalismo monopolista e imperialista aponta uma *socialização da produção* (LENIN, 2002, p. 95-96).

64 O autor detalha: “O motor de combustão interna, criação típica do período que nos ocupa, dependia do petróleo e da borracha. O petróleo ainda vinha predominantemente dos EUA e da Europa (da Rússia, e muito atrás da Romênia) mas os campos petrolíferos do Oriente Médio já eram objeto de intenso confronto e conchavo diplomático. A borracha era um produto exclusivamente tropical, extraída com uma exploração atroz de nativos nas florestas equatoriais do Congo e da Amazônia, alvo de protestos antiimperialistas precoces e justificados [...]” (Hobsbawm, 2003, p. 96). O autor prossegue produzindo uma imensa lista de produtos exóticos que ocasionaram a expansão imperialista dos territórios em que se encontravam.

No capítulo 3 de *A era dos impérios*, de mesmo nome, Hobsbawm começa afirmando ser *muito provável que uma economia mundial cujo ritmo era determinado por seu núcleo capitalista desenvolvido ou em desenvolvimento*, se tornasse um mundo no qual os “*avançados*” dominariam os “*atrasados*”; *em suma, num mundo de império*, no qual as *duas maiores regiões do mundo* (África e Pacífico) foram, *para fins práticos, divididas* (HOBSBAWM, 2003, p. 87 e 89). O autor acentua ser “*perfeitamente claro*” que estas regiões fossem economicamente “*dependentes do mundo desenvolvido*” (HOBSBAWM, 2003, p. 90). Esta divisão do mundo é considerada como “*a expressão mais espetacular da crescente divisão do planeta em fortes e fracos, em 'avançados' e 'atrasados'*” (HOBSBAWM, 2003, p. 91). O autor vai demonstrar como, na análise leninista, esta divisão configura-se na maior expressão da expansão do capitalismo, o que é rebatido pelos opositores do marxismo, levando ao obscurecimento do tema (HOBSBAWM, 2003, p.93).

Deixando este debate de lado, o autor vai apontar que “[...] *o fato óbvio, que ninguém teria negado nos anos 1890*” é que “*a divisão do globo tinha uma dimensão econômica*”. No entanto, demonstrá-lo não é, para o autor, “*explicar tudo sobre o período do imperialismo*” uma vez que “*o desenvolvimento econômico não é uma espécie de ventríloquo com o resto da história como seu boneco*” (HOBSBAWM, 2003, p. 94). O autor destaca não ser possível descartar a dimensão econômica deste processo (HOBSBAWM, 2003, p. 95), e coloca como o fato mais importante do século XIX “*a criação de uma economia global única que atinge progressivamente as mais remotas paragens do mundo*”. Esta economia global apresenta-se em uma “*rede cada vez mais densa de transações econômicas, comunicações e movimentos de bens, dinheiro e pessoas ligando os países desenvolvidos entre si e ao mundo não desenvolvido*” (HOBSBAWM, 2003, p. 95). Este é o motivo que leva os estados europeus a interessar-se pelo Congo ou pelo Pacífico. Hobsbawm destaca que “*o desenvolvimento tecnológico [...] dependia de matérias-primas que devido ao clima ou ao acaso geológico, seriam encontradas exclusiva ou profusamente em lugares remotos*” e que o “*crescimento do consumo de massa gerou um mercado em rápida expansão para os produtos alimentícios*” produzidos fora do território europeu, em virtude do *transporte rápido* e da *conservação* (HOBSBAWM, 2003, p. 97).

Esses fatos não mudaram a forma nem o caráter dos países industrializados, ou em processo de industrialização, embora tenham criado novos ramos de grandes negócios, cujos destinos ligavam-se intimamente aos de determinadas partes do planeta, como as companhias de petróleo. Mas transformaram o resto do mundo, na medida em que o tornaram um complexo de territórios coloniais e semicoloniais que crescentemente evoluíam em produtores especializados de um ou dois produtos primários de exportação para o mercado mundial, de cujos caprichos eram totalmente dependentes. A Malaia cada vez mais significava borracha e estanho; o Brasil, café⁶⁵; o Chile, nitratos; o Uruguai, carne; Cuba, açúcar e charutos. Na verdade, à exceção dos EUA, mesmo as colônias de povoamento branco fracassaram em sua industrialização (nesta etapa), porque também ficaram presas na gaiola da especialização internacional. Elas podiam tornar-se extraordinariamente prosperas, mesmo para padrões europeus, sobretudo quando seus habitantes eram imigrantes europeus livres e, em geral, militantes com força política em assembleias eleitas, cujo radicalismo democrático podia ser tremendo, embora normalmente não incluísse os nativos. Um europeu que desejasse emigrar, na Era dos Impérios, provavelmente teria feito melhor em ir para a Austrália, Nova Zelândia, Argentina ou Uruguai do que para qualquer outro lugar, inclusive os EUA. Todos esses países desenvolveram partidos trabalhistas e radical-democratas, ou mesmo governos, e ambiciosos sistemas públicos de bem-estar e previdência social (Nova Zelândia, Uruguai) muito antes dos Estados europeus. Mas o fizeram como complementos da economia industrial européia (isto é, essencialmente britânica) e, portanto, para eles – ou, em todo caso, para os interesses vinculados à exportação de produtos primários – não era negócio se industrializar. Não que as metrópoles fossem receber de braços abertos sua industrialização. Qualquer que fosse a retórica oficial, a função das colônias e das dependências informais era completar as economias metropolitanas e não fazer-lhe concorrência (HOBSBAWM, 2003, p. 98).

Neste contexto, encontra-se a economia brasileira, tal como demonstraremos adiante, aprisionada aos interesses econômicos ingleses e ao próprio passado colonial. O autor refere-se a um quadro geral que retrata bem a situação específica do Brasil:

Os territórios dependentes que não pertenciam ao que foi denominado "capitalismo de povoamento" (branco) não se saíram tão bem. Seu interesse econômico residia na combinação de recursos a uma força de trabalho que, composta de "nativos", custava pouco e podia ser mantida barata. Entretanto, as oligarquias de proprietários de terras e de comerciantes agentes de potências estrangeiras — locais, importados da Europa ou ambos — e, onde existiam, de seus governantes, beneficiavam-se com a duração absoluta do período de expansão das matérias-primas de exportação de suas regiões, interrompido apenas por crises breves, embora às vezes dramáticas (como na Argentina em 1890), geradas pelo ciclo comercial, pela excessiva especulação, pela paz e a guerra. Entretanto, embora a Primeira Guerra Mundial tenha desorganizado alguns de seus mercados, os produtores dependentes estavam muito distantes dela. Do ponto de vista destes, a era dos impérios, que começou no final do século XIX, durou até a Grande Depressão de 1929-1933. Ainda assim, no transcurso deste período eles se tornariam crescentemente vulneráveis, pois suas fortunas eram, cada vez mais, função do preço do café (que em 1914 já era responsável por 58% do valor das exportações brasileiras e 53% das colombianas), da borracha, do estanho, do cacau, da carne ou da lã. Porém, até a queda vertical dos preços das mercadorias primárias durante a depressão de 1929, essa vulnerabilidade, quando considerada a longo prazo, não parecia ser muito significativa comparada à aparentemente ilimitada expansão das exportações e dos créditos. Ao contrário, como vimos, antes de 1914

65 Mais adiante o autor informa que, em 1914, o café era responsável por 58% das exportações brasileiras (HOBSBAWM, 2003, p. 99). Por esta razão, a Grande Depressão, entre 1929-1933, abala profundamente a situação dos cafeicultores. Em que medida esta crise vai permitir a expansão da indústria no Brasil?

os termos de troca pareciam evoluir a favor dos fornecedores de produtos primários (HOBSBAWM, 2003, p. 99).

O autor alerta, no entanto, *que a importância crescente dessas áreas para a economia mundial não explica por que, entre outras coisas, os principais Estados industriais deveriam ter se precipitado em dividir o planeta em colônias e esferas de influência* (HOBSBAWM, 2003, p. 100). A expansão colonial almejava encontrar novos mercados para seus produtos industrializados, uma vez que era *“amplamente disseminada a crença de que a “superprodução” da Grande Depressão poderia ser resolvida por meio de um vasto esforço de exportação”* (HOBSBAWM, 2003, p. 101).

[...] o ponto crucial da situação econômica global foi que um certo número de economias desenvolvidas sentiu simultaneamente a necessidade de novos mercados. Quando sua força era suficiente, seu ideal eram “portas abertas” nos mercados do mundo subdesenvolvido; caso contrário, elas tinham a esperança de conseguir para si territórios que, em virtude da sua dominação, garantissem a economia nacional uma posição monopolista ou ao menos uma vantagem substancial. A consequência lógica foi a repartição das partes não ocupadas do Terceiro Mundo. Num certo sentido, tratava-se da extensão do protecionismo, que ganhou terreno em quase todas as partes após 1879 [...] Neste sentido, o “novo imperialismo” foi o subproduto natural de uma economia internacional baseada na rivalidade entre várias economias industriais concorrentes, intensificada pela pressão econômica dos anos 1880. Daí não decorre que se esperasse a transformação de qualquer colônia em particular, por si só, no Eldorado, embora isto tenha efetivamente acontecido no caso da África do Sul, que se tornou o primeiro produtor mundial de ouro. As colônias podiam propiciar apenas bases adequadas ou trampolins para a penetração na economia da região (HOBSBAWM, 2003, p. 101).

O historiador vai destacar que as motivações econômicas *para a aquisição dos territórios coloniais* não pode ser compreendida descolada da *ação política necessária para este fim*. As potências econômicas tratam de evitar que *“parcelas particularmente atraentes”* da África ou Oceania vão parar em mãos rivais, procuram o status oferecido por posses coloniais, mas se ressentem das diferenças entre o poderio econômico que possuem e a insignificância das colônias que controlam, configurando-se um quadro mundial de *“economias nacionais’ rivais ‘protegendo-se’ umas das outras”* (HOBSBAWM, 2003, p. 101-104).

Assim, o início daquele que Hobsbawm chama de *Breve século XX* (1914-1991) é marcado pelo reordenamento geopolítico do mundo, fundado em conflitos (disputas

territoriais – HOBBSAWM, 2003, Capítulos 12 e 13) e revoluções⁶⁶ (devido ao colapso e à desintegração dos impérios e nações-Estado ocidentais ocasionadas pelo “século burguês” – HOBBSAWM, 2003, p. 385) cujo ápice é a Primeira Guerra Mundial (1914-1918) e cuja permanência fez-se sentir após o final da Segunda Grande Guerra (1939-1945), na forma da Guerra Fria (1965-1985).

O período entre 1914 e 1948 é de tal forma caótico que o historiador o nomeia *Era da Catástrofe*, quando a Depressão Econômica era tamanha *que o fim do capitalismo parecia próximo* (HOBASBAWM, 1995, p. 409). O período entre 1945-1965 foi um período de estabilidade, mas não de paz: “*difícilmente houve um ano entre 1948 e 1989 sem um conflito armado bastante sério em alguma parte*”. O historiador acentua que os conflitos *eram controlados, ou sufocados, pelo receio de que provocassem uma guerra aberta – isto é, nuclear – entre as superpotências*. Entre 1947-1953, encontramos o período mais tenso.

Caracteriza este período (1) a eliminação de *todas as rivalidades e conflitos que moldavam a política mundial antes da Segunda Guerra Mundial*; (2) a *Guerra Fria congelara a situação internacional e, ao fazer isso, estabilizara um estado de coisas essencialmente não fixo e provisório*. Aqui, Hobsbawm destaca como uma das situações, a divisão da Alemanha (de fato e não de direito) em quatro regiões – *uma combinação de poder, influência política, suborno e a lógica da bipolaridade e anti-imperialismo manteve as divisões do mundo mais ou menos instáveis*; (3) *a Guerra Fria encheu o mundo de armas num grau que desafia a crença* (HOBBSAWM, 1995, 248).

O particular

No processo geral de desenvolvimento do capitalismo, o “*surgimento da América para o mundo conhecido*” se dá na etapa em que predominava o capital comercial e

⁶⁶ Dentre muitas experiências revolucionárias antiimperialistas que marcam este período, Hobsbawm destaca a queda dos Impérios Chinês, Persa e Otomano, Rússia, Habsburgo e a Revolução Mexicana. Destaca ainda 114 situações revolucionárias na América Latina durante o século XIX (2003, p. 396).

usurário, no processo de colonização decorrente do movimento de criação do mercado mundial, iniciado no fim do século XV e início do XVI e concluído no fim do século XVIII e início do XIX, quando se inicia a fase do capitalismo monopolista e imperialista (SODRÉ, 1990, p. 57; DESAI, 2002, p. 52-53). O processo de colonização é apontado pelo estudioso como um movimento fundamental para a formação do capitalismo europeu, configurando-se aquilo que Marx vai definir como *acumulação primitiva* (SODRÉ, 1990, p. 12).

[...] o Brasil surge para a história, começa a sua existência histórica, com o chamado “descobrimento”, quando, no Ocidente europeu, o feudalismo declinava, com a revolução comercial, as grandes navegações e a definição do mercado mundial (SODRÉ, 1990, p. 9).

A colonização do Brasil, após o século XVI, vai se dar sob as bases do latifúndio de propriedade do branco europeu, da força de trabalho escrava – de origem africana – e, em menor escala, de degradados e da comunidade indígena nativa⁶⁷, e da monocultura do açúcar. Esta conjuntura configura e aprisiona o Brasil na situação de colônia por três séculos, cuja característica fundamental é a *transferência de lucro a mercadores estrangeiros* (SODRÉ, 1990, p. 37, p. 59, p. 75⁶⁸), portanto a inexistência de condições de *acumulação de riqueza de certa monta*, e de condições de desenvolvimento *de força de trabalho separada dos meios de produção* essenciais para o desenvolvimento do capitalismo (SODRÉ, 1990, p. 91). Este processo de transferência de lucros, no período do Brasil Império, mantém-se após a proclamação da independência na forma do

67 Em debate com Prado Júnior (SODRÉ, 73-116) acerca da existência ou não de feudalismo no Brasil, e de ser ou não, o Brasil, desde sua origem, um país capitalista, Sodré firma a posição de que o Brasil caracteriza-se por relações de produção híbridas, decorrentes da comunidade primitiva existente no país, da transplantação da mão de obra primitiva africana, e da estrutura social feudal existente em Portugal gerando no Brasil diferentes configurações sócio-econômicas a depender das regiões observadas. O autor chama esta situação de *contemporaneidade do não coetâneo* (SODRÉ, 1990, p. 10). Acentua o predomínio indiscutível do escravagismo, no qual os senhores de engenho estabelecem-se como classe dominante, refutando enfaticamente a existência de capitalismo claramente configurado no país antes da segunda metade do século XIX (SODRÉ, 1990). Referindo-se à expansão do café em São Paulo, Cunha dirá: “Depois de ocupar a Província do Rio de Janeiro, o plantio de café, induzido por preços ascendentes no mercado internacional, chegou à Província de São Paulo, seguindo o curso do rio Paraíba, onde veio encontrar terras propícias e abundantes, mas sem dispor de força de trabalho suficiente para plantar, colher, beneficiar e transportar tanto quanto possível. A força de trabalho era predominantemente escrava, exigindo empate de capital gravoso e desnecessário. Em termos apenas numéricos, abstratos, a quantidade de escravos no total da força de trabalho era reduzida no Brasil do segundo Reinado. Mas, se a maioria dos trabalhadores era livre da escravidão, não era livre para ser empregada pelo capital aplicado ou aplicável na cafeicultura. Eles estavam espalhados pelos latifúndios das regiões de economia decadente, presos às relações parafeudais que os tornavam, além de produtores de bens de subsistência, força militar mobilizável para os conflitos entre os senhores. Se a maior parte da força de trabalho não era escrava, ela não era, concretamente, livre” (CUNHA, 1980, p. 135-136).

68 “O Brasil colonial, conseqüentemente, conheceu apenas o capital comercial” (SODRÉ, 1990, p. 75).

*endividamento*⁶⁹, quando passamos a transferir lucros ao exterior na forma de juros da dívida externa aos banqueiros ingleses Rothschild e Irmãos (SODRÉ, 1990, p. 123-147)⁷⁰. Uma situação que Sodré vai caracterizar como *profunda e prolongada mazela a que o imperialismo nos levara, com a conivência ativa da classe dominante no poder* (SODRÉ, 1990, p. 134).

A situação de dependência colonial será superada apenas na segunda metade do século XIX, quando as pressões do capitalismo monopolista e imperialista em processo de expansão levam a *profundas alterações na estrutura de produção* (SODRÉ, 1990, p. 65) e à deflagração da chamada *acumulação capitalista de forma dependente* (SODRÉ, 1990, p. 59), acumulação cuja base fundamental são os saldos da balança comercial obtidos com a exportação do café⁷¹, e a formação de um mercado interno de consumo (SODRÉ, 1990, p. 65). Dependente, devido à imensa subordinação aos bancos ingleses e à produção destinada ao mercado externo. Nesse período, ocorre a *lenta e gradual* abolição da escravatura (1850-1888⁷²) com vistas à formação do mercado de trabalho livre; a promulgação da *Lei de Terras*, que consolida a terra como mercadoria (1850); o mercado de consumo interno; a modernização através da introdução *das ferrovias de penetração para atender ao transporte de matérias-primas do interior ao litoral destinadas à exportação* (SODRÉ, 1990, p. 71), *do telégrafo* (as primeiras linhas são de 1852), *dos serviços públicos e transportes* (SODRÉ, 1990, p. 66, p. 94) e a proclamação da república (SODRÉ, 1990, p. 71) – infra-estrutura implantada com recursos estrangeiros em contratos identificados pelo

69 Passamos “o século XIX, quase totalmente, vinculados à praça de Londres, onde tomáramos a maior parte dos empréstimos, quase todos com os banqueiros Rothschild e Irmãos, e chegáramos ao fim do século buscando a Praça de Paris” (SODRÉ, 1990, p. 132). Em 1930, uma auditoria da dívida demonstra não haver contabilidade regular da dívida externa federal (SODRÉ, 1990, p. 135).

70 Sodré assinala que “O caráter da independência de 1822 fica nitidamente definido quando se conhecem as condições em que ela se processou. Uma dessas condições foi estabelecida pelo endividamento externo, iniciado, e não por coincidência, com a autonomia” (SODRÉ, 1990, p. 123). Inicia-se a série de empréstimos para pagar empréstimos que vai marcar a história e o desenvolvimento dependente do Brasil. Para uma periodização detalhada destes empréstimos, ver Sodré (1990, p. 128).

71 Segundo Luiz Antonio Cunha, as primeiras mudas de café foram trazidas para o Brasil em 1727, e seu “cultivo tornou-se facilitado pela disponibilidade de grandes contingentes de força de trabalho escrava facilmente mobilizáveis”. O sucesso do café no Brasil deu-se por um somatório da demanda exterior com as terras favoráveis da Província do Rio de Janeiro. Os preços crescentes do produto no mercado internacional levam à ampliação do cultivo, expandindo-se para o interior, para a Província de São Paulo, seguindo o curso do Rio Paraíba. A partir de 1840-41, o café ocupa primeiro lugar na pauta da exportação (CUNHA, 1980, p. 134-135).

72 Cunha aponta datas diferentes para a extensão do tráfico. Diz: “A importação de escravos africanos passou a ser cada vez mais difícil a parti de 1831, quando o tráfico foi proibido pelo governo brasileiro, cessando totalmente em 1856” (CUNHA, 1980, p. 136).

autor como *leoninos*, nos quais as vantagens e a segurança do empreendimento para a Inglaterra eram absolutas (SODRÉ, 1990, p. 96). Estruturam-se as bases para o desenvolvimento do capitalismo no Brasil, marcados por um intenso conflito entre os interesses conservadores das oligarquias rurais e os interesses modernizadores impulsionados pelo capitalismo imperialista inglês. Sodré assinala:

[...] O dado indispensável na análise do quadro, entretanto, é aquele referente ao imperialismo. Entre 1860 e 1880, realmente, os monopólios não são mais do que embriões, quando o desenvolvimento da concorrência livre encontra o seu apogeu; o período de largo desenvolvimento dos cartéis começa em 1873, mas toma considerável impulso no fim do século: a crise de 1900-1903 assinala o pleno desenvolvimento do imperialismo. Se a renda nacional inglesa dobrou entre 1865 e 1898, a renda proveniente do exterior cresceu ali nove vezes. Esse ritmo de exploração das áreas coloniais era também o das áreas dependentes. O Brasil concorria com a sua parcela para isso. Essa exploração era o alicerce do império britânico, de que fazíamos parte, embora politicamente autônomos.

O desenvolvimento brasileiro foi secularmente retardado, desde a fase da economia colonial, caracterizada pelo fluxo da renda para o exterior, até à fase da economia dependente, quando se iniciou aqui a acumulação capitalista muito lentamente, por força de ficar já no país uma parte já importante da renda nele gerada. O que define o surgimento das relações capitalistas aqui e depois o seu desenvolvimento é o fato de ocorrer na fase pré-imperialista e, depois, plenamente imperialista. É esse tardio capitalismo que vai encontrar desde o seu alvorecer grandes obstáculos que se concretizavam particularmente na associação do imperialismo à nossa acumulação. Avançávamos como um carro freado permanentemente. Além dos freios conseqüentes da exploração, carregávamos o peso das crises cíclicas, cujos efeitos eram sistematicamente transferidos das áreas originárias e de capitalismo plenamente desenvolvido às áreas do capitalismo dependente, como o Brasil (SODRÉ, 1990, p. 95-96).

Mas avançávamos. O processo de industrialização deflagra-se no final da segunda metade do século, atingindo marcos importantes na produção industrial destinada ao consumo interno.

A partir de 1901, a indústria passará a constituir o eixo da economia de mercado interno, embora a de mercado externo continuasse a ser preponderante. O censo industrial de 1907 assinalava a existência de 3.258 estabelecimentos com um capital da ordem de 670.000 contos de réis, com um valor de produção superior a 140.000 contos de réis e uma força de trabalho de 150.000 operários. Em 1920, os dados serão muito diferentes e frisarão a mudança qualitativa: 13.340 estabelecimentos, capital investido de 1.800.000 contos de réis, valor de produção de 3.000.000 de contos de réis, valor de produção de 3.000.000 de contos de réis 280.000 operários. Isto significa que dobrou o número de operários, quadruplicou o valor da produção e triplicou o número de estabelecimentos, como o capital investido. Só entre 1915 e 1919, em cinco anos apenas, surgiram 5.940 novos estabelecimentos industriais. A burguesia não apenas via o seu espaço ser ampliado mas reconhecido. Em 1890 tínhamos apenas duas usinas elétricas; entre 1891 e 1900 foram fundadas 8; entre 1900 e 1910, foram fundadas 77; entre 1910 e 1915, foram fundadas 104 e entre 1915 e 1925 surgiram 152. Os dados fixam um processo de industrialização importante, embora com acentuadas deficiências: é um parque disperso, atendendo áreas consumidoras próximas, servido por fontes de energia também dispersas em pequenas usinas; o peso da manufatura e até do artesanato é grande nele; a contribuição dos bens de consumo é esmagadora: em

1920, corresponde a 85 ou 90% do valor total da produção e define considerável debilidade. Mas, na verdade, altera o quadro e a estrutura da produção brasileira e define o impulso do desenvolvimento aqui de relações capitalistas. O “essencialmente agrícola” e a economia essencialmente exportadora já não são suficientes para definir esse quadro. É um outro país, com novas relações políticas e de classes sociais (SODRÉ, 1990, p. 98-99).

Sodré aponta três grandes eventos que vão sustentar o desenvolvimento do capitalismo no Brasil: (1) reformas políticas promovidas a partir de 1850, nos quais são centrais a abolição do trabalho escravo e a lei de terras que permitem delinear a *burguesia como classe* (SODRÉ, 1990, p. 97); (2) a escassez de gêneros e produtos para o consumo interno, decorrente da 1ª Guerra Mundial, o que nos força a produzir estes gêneros no Brasil, desenvolvendo-se um parque industrial destinado à produção de bens para o consumo interno (SODRÉ, 1990, p. 97); (3) a crise de 1929, que abala a economia mundial, caindo as importações e exportações, decorrendo daí a crise do café que leva a uma *acentuada transferência de investimentos da agricultura para a indústria* (SODRÉ, 1990, p. 99). Em 1930, a burguesia brasileira aparece como classe hegemônica. Entre 1918 e 1930 a classe operária surge no cenário das lutas de classes, reivindicando e exigindo direitos.

Hobsbawm dirá que “*o surgimento dos movimentos operários ou, de maneira mais geral, da política democrática [...] teve uma relação direta com o surgimento do 'novo imperialismo'* ” (HOBSBAWM, 2003, p. 105). As grandes potências recorreram ao chamado “imperialismo social”, ou na “*tentativa de usar a expansão imperial para diminuir o descontentamento interno por meio do avanço econômico ou reforma social, ou de outras maneiras*” (HOBSBAWM, 2003, p. 105).

O século XX, em todo o mundo, estará marcado por conflitos intensos entre capital e trabalho, decorrentes (1) da expansão do capitalismo apoiada sobre a exploração para a produção da *mais valia* e (2) da reação organizada dos trabalhadores em defesa de seus interesses e direitos. Esta situação vai configurar um quadro de tensões, nas relações de produção, que ameaçam o poderio do capitalismo em avanço. O processo de contenção destas lutas interessa-nos particularmente.

Relações de produção: o movimento dos trabalhadores e os esforços de contenção

Desde 1830, o movimento operário expande-se e intensifica-se no mesmo passo do desenvolvimento da indústria, em todo o mundo, sofrendo transformações à medida que se desenrolam as diferentes etapas do capitalismo. Os desenvolvimentos econômicos e sociais do modo capitalista de produção, o desenvolvimento da economia nacional e a construção ideológica do Estado-nação – que se concretizava como unidade geopolítica das experiências⁷³ de classe – prepararam as condições para que a classe operária fosse progressivamente superando a heterogeneidade rumo à unificação em torno do que ficou conhecido como “*sindicalismo industrial*”⁷⁴ de base eminentemente nacional (HOBSBAWM, 2003, p.185). No entanto, os *movimentos trabalhistas modernos* são filhos da Grande Depressão, ocorrida entre 1873 e 1896 (HOBSBAWM, 2003, 71-73). Após o “aumento rápido dos salários”, experimentado no período da Grande depressão (1873-1896), ocorre a transferência da perda de lucros para os salários dos operários, acarretando as tensões e explosões sociais nos últimos anos anteriores a 1914 em todo o mundo (HOBSBAWM, 2003, p. 77). Também no Brasil estas tensões se fazem presentes aparecendo principalmente no início do século XX.

Hobsbawm explica que a *Era dos Impérios* se inicia “*com um surto internacional de histeria entre os governantes europeus e suas aterrorizadas classes médias, provocado em 1871 pela breve existência da Comuna de Paris*” (HOBSBAWM, 2003, p. 125). Tal preocupação tinha como fundamento a crescente organização dos trabalhadores, sob a orientação principal dos socialistas (HOBSBAWM, 2003, p. 190), em torno da certeza de revolução no modo de produção da vida com a “*mudança do capitalismo para o*

73 Hobsbawm entende que o que permite a formação da classe operária e da consciência de sua condição de classe é a experiência de seu relacionamento com os empregadores. Destaca que nem sempre a “prontidão para a greve” estava relacionada com a “organização e a identificação dos empregadores como os principais adversários”. Tal consciência é uma conquista progressiva da ideologia e da organização socialistas que permitem imprimir em diferentes grupos “a noção de proletariado como eixo identitário” (2003, 180-187). Em outro trecho afirma: “[...] a formação da consciência de classe dos trabalhadores não pode ser identificada, simplesmente, com o crescimento dos movimentos operários organizados”; destacando as exceções, o autor afirma, no entanto, que “foi por meio do movimento que “as classes trabalhadoras”, no plural, fundiram-se como a “classe operária” (HOBSBAWM, 2003, p. 188).

74 Hobsbawm destaca que a força deste sindicalismo nacional substitui “de modo inevitável as esperanças e asserções teóricas do internacionalismo operário” (2003, p. 187).

socialismo, de uma sociedade baseada na propriedade privada e na iniciativa, para outra, baseada na ‘propriedade comum dos meios de produção, distribuição e troca’” (HOBSBAWM, 2003, p. 190). A disseminação do fundamento marxista de que a razão da miséria proletária estava na concentração privada dos resultados do trabalho proletário em contraposição ao fundamento liberal da liberdade de propriedade, tornava a crescente organização proletária assustadora.

Para Erick Hobsbawm,

As agitações socialistas da década de 1890 e as repercussões diretas ou indiretas da Primeira Revolução Russa (1905)⁷⁵ aceleraram a democratização. [...] a maioria dos Estados ocidentais havia se resignado ao inevitável: a política democrática não podia mais ser protelada. Daí em diante o problema foi manipulá-la. (HOBSBAWM, 2003, p. 128).⁷⁶

Diversos estratagemas foram utilizados a fim de impedir o exercício do direito de voto à classe operária e *“limitar o impacto da opinião e do eleitorado de massas”* (HOBSBAWM, 2003, p. 18), mas não conseguiam mais que frear e limitar *“os movimentos do veículo político rumo à democracia”* (HOBSBAWM, 2003, p. 129).

Foi a súbita emergência internacional dos movimentos operários de massa e dos movimentos socialistas, durante e após 1880 [...] que parece ter colocado numerosos governos e classes dominantes em dificuldades essencialmente semelhantes, conquanto retrospectivamente seja possível perceber que não foram estes os únicos movimentos de massa a dar dores de cabeça aos governantes (HOBSBAWM, 2003, p. 144).

Em 1917, a Revolução Russa (HOBSBAWM, 2003, p. 404) materializa o temor⁷⁷ burguês quanto à expansão do comunismo⁷⁸, polarizando os conflitos que vão caracterizar cerca de 68 anos do século XX (1917-1985). A burguesia trabalha para *“domar as feras da*

75 Acréscimo nosso.

76 O autor discute mais detidamente o processo de organização da classe trabalhadora a partir de 1880, acentuando as dificuldades para a unificação advindas da diversidade de culturas e nações. Destaca, no entanto, que tais diferenças não impossibilitavam a formação de uma identidade (pela experiência) e de uma consciência de classe. A questão é que estas diferenças dificultavam uma unificação partidária, embora diversos sindicatos potentes e unidades em momentos de luta econômica possam ter sido localizados no período. Estas mobilizações justificavam os temores da burguesia quanto ao seu progresso, bem como os esforços para desmontar estas organizações (HOBSBAWM, 2003, p. 163-202).

77 Entre os textos selecionados para a revisão bibliográfica e no âmbito dos *estudos do lazer*, encontramos diversos documentos que comprovam a presença de temor do comunismo. Recomendamos ler Sodré (1998); Fausto (2006); Weinstein (2000); Braga (2005); Figueiredo (1991); Hobsbawm (1995). Ao longo deste texto, registramos em várias passagens este temor.

78 Sodré comenta que no governo de Campos Sales (1898-1902, o Ministro da Fazenda, Joaquim Duarte Murtinho, “já prevenia contra a ‘insidiosa infiltração do socialismo’”. Era um precursor, como os seus admiradores e seguidores, do anticomunismo, elixir apíaceo com que se enganam os ingênuos. Os que o ministram são sempre defensores de uma política econômica que torna os ricos mais ricos e os pobres mais pobres. O Brasil os tem conhecido muito bem” (SODRÉ, 1990, p. 130).

floresta política” (p. 150) – seu “*alvo principal era o movimento operário e socialista*” (p.149) – tentando “*trazer os operários para o jogo institucionalizado da política*” (p. 148), algo que se tornou possível a partir de 1900 “*com o aparecimento de uma ala moderada ou reformista em todos os movimentos socialistas de massas*” (p. 149).

Os socialistas, certamente, não podiam ainda fazer parte dos governos. Não se poderia esperar que tolerassem políticos e governos “reacionários”. Todavia, uma política que conduzisse a um alinhamento mais amplo e favorável à reforma, bem como a uma união entre democratas, republicanos, anticlericais “homens do povo”, especialmente contra os inimigos mobilizados dessas boas causas, teria boas perspectivas de êxito. Foi sistematicamente seguida na França, de 1899 em diante [...]; e na Itália [...] 1903 [...]. Na Inglaterra [...] em 1903 [...].

O motivo dessas propostas do centro parlamentar à extrema esquerda não era, usualmente, a necessidade de apoio socialista, uma vez que mesmo os grandes partidos socialistas eram grupos minoritários que, na maioria dos casos, poderiam facilmente ser eliminados do jogo parlamentar, como o foram os partidos comunistas de comparável dimensão, na Europa, após a Segunda Guerra Mundial. [...] O que os homens sensatos das classes dominantes não tardaram a discernir foi, por assim dizer, o desejo de explorar as possibilidades de domar as feras da floresta política. A estratégia do abraço cordial teve resultados vários, e a intransigência dos empregadores propensos à coerção e à provocação de confrontos industriais de massas não facilitou as coisas, ainda que em seu conjunto essa estratégia funcionasse, pelo menos na medida em que conseguiu cindir os movimentos operários de massas em alas irreconciliáveis, uma moderada e outra radical, geralmente minoria – e isolando esta última (HOBBSAWM, 2003, p. 149-150).

Contra os que defendem a idéia de que a existência de um projeto da classe burguesa claramente configurado com a finalidade de contenção do movimento operário⁷⁹, em suas matrizes socialista e comunista, em todo o mundo, acusando tais perspectivas como “persecutórias” ou baseadas em uma infundada teoria da conspiração, Hobsbawm apresenta-nos os elementos sólidos dos traços desta política:

A democracia, no entanto, seria tão mais fácil de domar quanto menos agudos fossem seus descontentamentos. A nova estratégia envolvia, portanto, uma disposição no sentido de empreender programas de reforma e bem-estar social, que minaram os clássicos acordos liberais de meados do século, com governos que eram mantidos à distância do campo reservado à iniciativa e à empresa privada. O jurista inglês A. V. Dicey (1835-1922) viu o rolo compressor do coletivismo, em marcha desde 1870, achatando a paisagem da liberdade individual na tirania centralizada e niveladora das refeições escolares, seguros de saúde e aposentadorias. Em certo sentido, ele tinha razão. Bismarck, lógico como sempre, já na década de 1880 decidira cortar as raízes da agitação socialista por meio de um ambicioso esquema de previdência social; foi seguido, nesta orientação, pela Áustria e pelos governos liberais ingleses de 1906-1914 (aposentadorias, bolsas de trabalho, seguros de saúde e desemprego) e mesmo pela França, após algumas hesitações (aposentadorias em 1911). (HOBBSAWM, 2003, p. 150).

79 Ao reafirmar um projeto claro de contenção do movimento operário e demais movimentos sociais, não estamos afirmando automaticamente o êxito deste projeto. Tal afirmação pressupõe incapacidade de resistência entre os trabalhadores. Destacamos também que este estudo não trata das formas desta resistência. Ver também Sodré (1990, p. 102).

É fundamental destacar, na argumentação de Hobsbawm, a indicação de que a questão que ocupava a burguesia dominante era quanto à possibilidade de “*incutir uma nova legitimidade, em relação aos regimes dos Estados e às classes dominantes, na mente das massas democraticamente mobilizadas*”; de que “*grande parte da história de nosso tempo consiste na tentativa de dar uma resposta a essa pergunta*” (HOBSBAWM, 2003, p. 152); e de que a “*pretensão*” de contar com a lealdade dos súditos e dos cidadãos ao Estado era uma questão candente, para a qual a *irracionalidade* aparece como uma resposta política providencial.

Foi este, conseqüentemente, o momento em que os governos, os intelectuais e os homens de negócio descobriram o significado político da irracionalidade. Os intelectuais escreviam mas os governos agiram. “Aquele que decidir a basear seu pensamento político num reexame de como opera a natureza humana, deve começar por uma tentativa de vencer a própria tendência para exagerar a intelectualidade da humanidade”, assim escrevia um cientista político inglês, Graham Wallas, em 1908, consciente de que escrevia também o epitáfio do liberalismo do século XIX. A vida política, portanto, tornou-se sempre mais ritualizada e repleta de símbolos e apelos publicitários, tanto explícitos como subliminares. À medida que os antigos meios – predominantemente religiosos – de assegurar a subordinação, a obediência e a lealdade se desagregavam, a necessidade, agora manifesta, de algo que os substituísse foi atendida pela *invenção* das tradições, pelo uso de antigos e experimentados suscitadores de emoções como a coroa, a glória militar e [...] outros meios novos, tais como o império e a conquista colonial.

[...] Os governos e as elites dominantes sabiam decerto o que faziam, ao instituir novas festas nacionais, como o 14 de julho na França (1880), ou quando elaboraram a ritualização da monarquia britânica, que foi se tornando sempre mais hierática e bizantina, desde que isso teve início em 1880. [...] As coroações inglesas passaram a ser organizadas de modo absolutamente consciente, como operações político-ideológicas, com o fim de serem vistas pelas massas.

Não criaram, todavia, a exigência de um simbolismo e de um ritual emocionalmente satisfatório. O que fizeram foi descobrir e preencher um vácuo deixado pelo racionalismo político da era liberal, pela nova necessidade de se dirigir às massas e pela transformação das próprias massas. A esse respeito, a invenção das tradições corria paralelamente à descoberta comercial do mercado de massas e do espetáculo e divertimento de massas, que pertencem a essas mesmas décadas. A indústria publicitária, pioneira nos EUA após a guerra civil, pela primeira vez tornou-se dona de si própria. (HOBSBAWM, 2003, p. 153)

A burguesia vai reorganizar a estrutura ideológica – na qual predominam os diversos símbolos de pertencimento à Nação (a bandeira, o hino, os símbolos e ritos nacionais, os heróis, a literatura) – enquanto unidade identitária: “*sorte do regime que pudesse contar com a mobilização de símbolos aceitáveis*” (HOBSBAWM, 2003, p. 153).

Nesse período, os espaços cerimoniais públicos e políticos, por exemplo, aqueles que rodeavam os novos monumentos nacionais alemães, bem como os novos estádios e sala de esporte, desdobravam-se igualmente em áreas políticas e começaram a multiplicar-se. Os leitores mais idosos talvez se recordem dos discursos de Hitler no *Sportspalast* (palácio de esportes) de Berlim. Sorte de um regime que pudesse pelo menos associar-se a uma grande

causa, para a qual houvesse apoio popular de massas, como a da Revolução e a da República, na França e nos EUA.

Países e governos competiam pelos símbolos da junção e da lealdade emocional com movimentos de massas não oficiais, que poderiam elaborar seus próprios contra-símbolos, tais como a socialista “Internacional” quando o anterior hino da Revolução “A Marselhesa”, foi anexado pelo Estado (HOBSBAWM, 2003, p. 156).

Hobsbawm observa este movimento em todo o mundo, afirmando que, durante os últimos anos de guerra, o capitalismo foi “deliberadamente reformado”, por “homens em posição de fazê-lo nos EUA e na Grã-Bretanha”, entre estes, Keynes (1883-1946).

Os reformadores do capitalismo desejavam a todo custo evitar: (1) o colapso do sistema comercial e financeiro global e a conseqüente fragmentação do mundo em economias ou impérios nacionais autárquicos, que ocasionaram a Grande Depressão; (2) a instabilidade, fortalecendo os EUA (e o dólar) como única Nação em condições de garanti-la (em substituição à libra e à Grã-Bretanha que tinham cumprido este papel no período anterior); (3) o retorno do livre mercado, recorrendo a um esquema de “planejamento público e administração econômica” e fazendo o mercado trabalhar dentro dele; (4) por motivos sociais e políticos, o desemprego em massa (HOBSBAWM, 1995, p. 265).

É um engano supor que as pessoas jamais aprendem com a história. A experiência do entreguerras e, sobretudo, a Grande Depressão tinham sido tão catastróficas que ninguém podia sonhar, como muitos homens na vida pública tinham feito após a Primeira Guerra Mundial, em retornar o mais breve possível à época anterior, ao toque das sirenes de ataque aéreo. Todos os homens [...] que esboçavam aquilo que, em sua opinião, devia constituir os princípios da economia mundial no pós-guerra e o futuro da ordem econômica global haviam vivido a Grande Depressão. Alguns como J. M. Keynes, se achavam na vida pública desde 1914. E se a memória econômica da década de 1930 não fosse o bastante para aguçar seu apetite por reformar o capitalismo, os riscos políticos fatais de não fazê-lo eram patentes para todos que acabavam de combater a Alemanha de Hitler, filha da Grande Depressão, e enfrentavam a perspectiva do comunismo e do poder soviético avançando para oeste sobre as ruínas de economias capitalistas que não funcionavam (HOBSBAWM, 1995, p. 265).

Entretanto, o período do capitalismo monopolista e imperialista assiste ao que Lenin e Hobsbawm chamam de aparecimento de uma aristocracia operária que aceita subordinar-se à ideologia e aos interesses da burguesia. Dirá Lenin: *O imperialismo tem tendência para formar categorias privilegiadas também entre os operários, e para divorciá-las das grandes massas do proletariado.* A observação desta tendência de ligação entre o imperialismo e o oportunismo na Inglaterra, manifesta *muito antes dos fins do século XIX e princípios do século XX*, é explicada por *dois importantes traços distintivos do imperialismo inglês*, quais sejam: *imensas possessões coloniais e situação de monopólio no*

mercado mundial (LENIN, 2002, p. 81).

Esta situação leva ao *aburguesamento de uma parte do proletariado inglês*, a qual *permite que a dirijam pessoas compradas pela burguesia ou pelo menos pagas por ela* (LENIN, 2002, p. 82). Completada a partilha do mundo, apareceram *condições econômicas e políticas que não podiam deixar de tornar o oportunismo ainda mais incompatível com os interesses gerais e vitais do movimento operário* (LENIN, 2002, p. 82). A partir de 1916, Lenin identifica as condições para a queda dessa aristocracia operária e um novo impulso para o movimento em todo o mundo.

A burguesia reorganiza as bases para a manutenção de sua hegemonia econômica e política, configurando este projeto no âmbito da política, da religião, do serviço social, da educação, da reestruturação produtiva, da organização trabalhista etc. Nesta direção, implementa os métodos “taylor-fordista”, cuja meta central, através da racionalização, é a adaptação do trabalho humano às necessidades do capital, e a reformação do trabalhador com vistas à contenção da luta de classes (BRAGA, 2005; WEINSTEIN, 2000; FIGUEIREDO, 1991). Também o tempo livre gerado em decorrência do avanço das forças produtivas e das relações de produção – com ênfase especial ao grau de organização da classe trabalhadora que ameaçava consideravelmente à ordem capitalista nas primeiras décadas do século XX – passa a ser o foco da burguesia que dedica especial atenção, em suas políticas, ao seu preenchimento.

Baran & Sweezy dirão:

[...] a luta de classes em nossa época⁸⁰ foi totalmente internacionalizada. A iniciativa revolucionária contra o capitalismo, que nos dias de Marx pertencia ao proletariado dos países adiantados, passou às mãos das massas empobrecidas dos países desenvolvidos, que lutam para libertar-se do domínio e exploração imperialistas. *São as exigências dessa luta de classes internacional que, como procuramos mostrar, desempenham um papel cada vez mais decisivo na determinação da utilização do excedente*, e com isso em todo o caráter da sociedade, na principal potência imperialista (BARAN & SWEEZY, 1966, p. 18-19).

Tomando como foco a *criação e absorção do excedente, num regime de capitalismo monopolista* os autores diferenciam *mais valia de excedente*. Alertando que a segunda categoria engloba a primeira, os autores vão demonstrar que, na economia cujo

desenvolvimento mais avançado de nossa época é a dos EUA, embora o excedente tenha se ampliado, a mais valia neste período diminuiu significativamente. Para os autores, *os modos de utilização do excedente constituem o indispensável mecanismo que liga a base econômica da sociedade com o que os marxistas chamam de sua superestrutura política, cultural e ideológica*. Alertando que no capitalismo monopolista *o mecanismo de ligação entre os fenômenos econômicos e não-econômicos é muito mais complicado*, e destacando que esta ligação desempenha *um papel importante no funcionamento tanto da base quanto da superestrutura*, os autores destacam *que qualquer tentativa de compreendê-la (a sociedade) que omita ou procure reduzir a importância dos modos de utilização do excedente está destinada ao fracasso* (BARAN & SWEEZY, 1966, p. 16-21). Este alerta de Baran e Sweezy remete, mais uma vez, àquilo que Marx e Engels acentuaram ao dizer:

[...] os três momentos constituídos pela força produtiva, o estado social e a consciência podem e devem necessariamente entrar em conflito entre si pois, através da divisão do trabalho, torna-se possível o que se verifica efectivamente, que a actividade intelectual e material – o gozo e o trabalho, a produção e o consumo, caibam a indivíduos distintos (MARX e ENGELS, 1974, p. 37-38).

No âmbito do capital monopolista e imperialista, **a questão da apropriação do excedente torna-se uma questão central que gera contraditoriamente os conflitos de classe e os esforços para apaziguá-los**. A problemática do lazer encontra-se **no olho deste furacão**, mas até que ponto a *produção do conhecimento referente aos estudos do lazer no Brasil consegue compreendê-la* é uma questão com a qual nos deparamos apenas nos primeiros anos deste século XXI.

80 Baran e Sweezy estão concentrados na interpretação do Capitalismo Monopolista durante as sete primeiras décadas do século XX.

4 Os ciclos

Até aqui, identificamos, no interior da produção do conhecimento referente aos *estudos do lazer*, quatro ciclos⁸¹. Estes ciclos foram esboçados considerando-se as características gerais internas à produção quanto (1) a problemáticas mais frequentes e (2) ao perfil das proposições políticas para a solução destes problemas. Mantida a orientação geral de compreender o movimento na base material que está impulsionando a produção das idéias (MARX e ENGELS, 1974, p. 26-27), interessa-nos destacar as preocupações centrais na produção e sua relação com o momento histórico.

81 Vale alertar para a impossibilidade da precisão, visto que traços característicos de um ciclo permanecem nos seguintes. Destacamos tratar-se de uma divisão para efeito de estudos, tomando-se como parâmetro critérios internos à produção e externos, relacionados ao movimento mais amplo do capitalismo monopolista e imperialista.

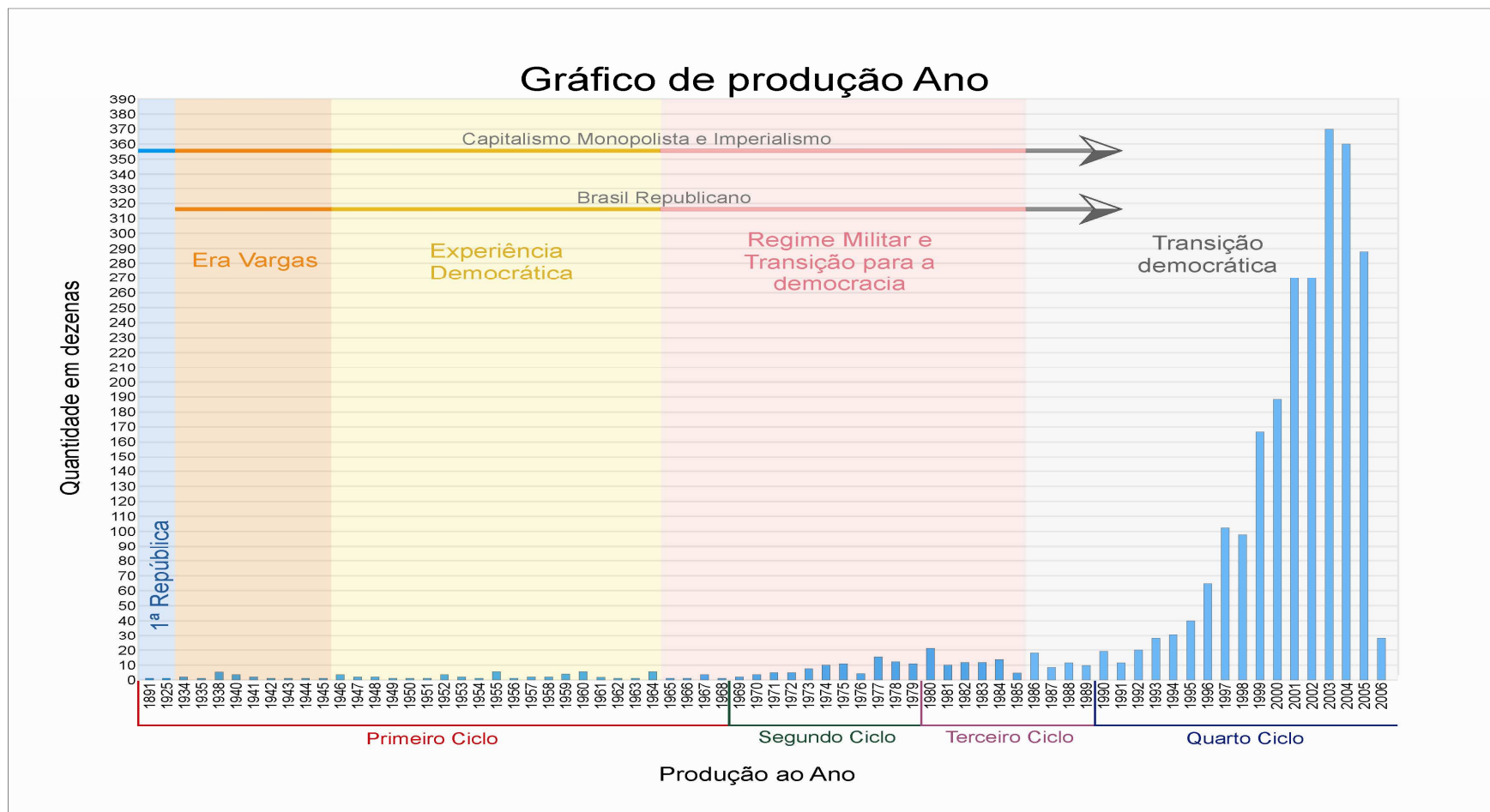


GRÁFICO 9 – Ciclos do fluxo da produção do conhecimento referente aos *estudos do lazer* no Brasil⁸²

82 A arte deste gráfico é de autoria de Carlos Peruzzo.

4.1 O Primeiro Ciclo⁸³ (1891-1968):

Um primeiro e longo ciclo dos *estudos do lazer* ocorre entre 1891 e 1968 – marcado pela publicação de 67 trabalhos em 77 anos, em uma média de 0,87 trabalho/ano – no início do período reconhecido por Caio Prado Júnior como *República Burguesa* (1889-1930) e como *Crise de um sistema* (1930...) (PRADO JÚNIOR, 1987). Nele, afloram lentamente burguesia e classe operária, no desafio de estabelecer-se, após o longo período colonial, enquanto *classes para si* (SODRÉ, 1990, p. 97).

Neste primeiro ciclo, a literatura é farta na produção de (1) sugestões de jogos, brinquedos e brincadeiras voltados ao convívio familiar e escolar; (2) de orientações para o que devia ser feito no tempo livre gerado com a regulamentação da duração do trabalho e a redução da jornada. Tal fartura, quando direcionada à classe trabalhadora, parte do pressuposto da incompetência para a tomada de decisão sobre o que fazer com o próprio tempo livre. Neste contexto, aparece o projeto de educação para a ocupação adequada deste tempo. Surgem as justificativas para a estruturação de uma área (a recreação), com profissionais especializados (os recreadores) na arte de orientar o tempo livre do trabalho profissional e escolar; assim como as justificativas para a ação social organizada de elaboração de programas e políticas que ofereçam alternativas para o preenchimento do tempo livre do trabalhador. Alternativas ao que os diferentes autores, enquanto intelectuais orgânicos de suas respectivas classes e interesses de classes, vão identificar como práticas nocivas à vida do trabalhador e de seus filhos.

83 A proposição de um “Primeiro Ciclo” na produção do conhecimento referente aos *estudos do lazer* no Brasil é limitada a este estudo e não anula a probabilidade de haver um ciclo anterior, conforme já alertamos ao anunciar a existência de outros materiais localizados no século anterior. Há indícios de que esta produção configurava-se enquanto primeiros esboços de preocupação com diretrizes para uma política pública, fazendo-se necessário compreender o contexto em que ela se configura e suas características. Não podemos deixar de destacar o esforço dos autores deste primeiro ciclo em delimitar o que da recreação e sua finalidade, mas as referências nas quais vão se apoiar (principalmente estrangeiras) denotam a existência anterior (no tempo) de uma área que já estava minimamente configurada.

Interessa-nos demonstrar como a construção de padrões morais para o que é e o que não é nocivo está profundamente atrelada à necessidade de uma classe trabalhadora em prontidão contínua para atuar na indústria e no comércio em desenvolvimento nesta etapa da história do Brasil. Este ciclo vai ocorrer no contexto de modernização da indústria brasileira, que pede a modernização da educação, e a formação e conformação da classe operária face ao temor da expansão do comunismo (SODRÉ, 1938). A produção caracteriza-se pela disseminação de acervos de jogos, brinquedos, brincadeiras, escotismo, acampamentos, acantonamentos, excursões, e pela definição de uma política de recreação, visando à conformação moral e ideológica da classe trabalhadora e de seus filhos ao projeto burguês de desenvolvimento da industrialização (MARCASSA, 2002; GOMES, 2003; BRAGA, 2005, SUSSEKIND, 1950).

Contexto histórico:

Uma das condições fundamentais para a expansividade do capitalismo é a integração das classes trabalhadoras à sua ordem. O confronto entre as classes, ocorrido com radicalidade no século XX, obrigou o capital a adotar medidas de contratendência que pudesse conformar as classes à sua condição de subalternidade – condição que é perseguida constantemente pelo capitalismo.

A Revolução Russa, mesmo com todas as limitações observadas no decorrer da experiência soviética, inaugurou um aspecto, nunca antes assumido, no antagonismo existente entre as classes fundamentais. A forma estatal experimentada com o Outubro de 1917 materializou o antagonismo, de modo que a alternativa socialista passou a apresentar-se como realidade concreta, como possibilidade de implementação de uma nova hegemonia, na medida em que, conforme Gramsci, “os proletários não fazem a luta de classes somente para aumentar os salários, mas sobretudo para substituir pela própria classe que trabalha aquela dos capitalistas que a fazem trabalhar”⁸⁴ (BRAGA, 2005, p. 29).

O fim do escravagismo e da monarquia no Brasil decorriam de uma profunda crise política externa (pressões inglesas pelo fim do escravagismo) e interna (conflitos entre *a*

84 Em nota de número 12, Braga informa, neste ponto, a obra de Gramsci da qual retira a citação: “Gramsci, A. Luta de classe e guerra, in: Escritos Políticos, 2004, v. 1, p. 68.”

*burguesia cafeeira e oligarquias decadentes*⁸⁵). Os embates da burguesia com os setores conservadores (poder oligárquico a ser contido) são resolvidos por meio de acordos político-econômicos “pelo alto” (BRAGA, 2005, p. 59), que envolviam ciclos de ocupação do poder de Estado (FAUSTO, 2006), protecionismo, principalmente aos cafeicultores (além de aos produtores de cacau, algodão, açúcar e borracha) e a criação de órgãos de caráter organizativo do processo de modernização e industrialização (o IDORT⁸⁶ é um exemplo), que construía as justificativas científicas para tais empreendimentos (WEINSTEIN, 2000; CUNHA, 1980, p. 210, SODRÉ, 1990)⁸⁷.

A partir de 1907, os trabalhadores imigrantes com experiência artesanal e industrial, estavam já incorporados pela nascente indústria de bens de consumo que, até aqui, eram importados. Já se organizavam em sindicatos, intensificando-se a partir de 1913, lutas por melhores condições de trabalho. Cunha as descreve:

A partir da Primeira Guerra Mundial (1914-1918), o movimento operário no Brasil ingressou numa fase revolucionária: os trabalhadores tomaram consciência da possibilidade de tomar o poder. Essa mudança foi determinada, de um lado, pela deterioração das condições de vida e de trabalho, por causa da guerra; de outro, pelo amadurecimento das organizações políticas.

O efeito paradigmático de acontecimentos em outros países não foi desprezível: no período de 1917-1920, verificou-se o acirramento das lutas de classes na Europa, tendo seu ponto culminante na revolução socialista na Rússia. Em 1917, teve início um período de greves

85 “A república foi proclamada por um golpe de Estado, no desfecho de uma conspiração que reuniu liberais, como Rui Barbosa, positivistas, como o coronel Benjamin Constant, e monarquistas ressentidos, como o Marechal Deodoro da Fonseca. A Constituição promulgada em 1891 resultou de conflitos e composições liberais (Rui Barbosa foi seu principal redator) e positivistas. O texto final, heterogêneo, permitiu a uns e outros reivindicarem para suas posições a defesa do “espírito republicano”, conforme as circunstâncias. O federalismo prevaleceu, apesar dos conflitos, como orientação principal do novo regime, o que correspondia aos interesses da burguesia cafeeira [...]. Mas, o regime federativo reservava parcela de poder aos setores economicamente decadentes das classes dominantes [...]” Cunha destaca o predomínio da tendência positivista, “que defendiam um exército forte e o progresso econômico sem mobilização social” e o papel que cumpriu na integração dos interesses conflitantes entre os burgueses. Destaca ainda o desenvolvimento das forças produtivas empregadas na cafeicultura e a queda de outros ramos tradicionais da região Norte, como a borracha. A superprodução de café gerou uma crise de preços, e a burguesia brasileira no controle do Estado vai recorrer a fundos públicos para garantir a manutenção dos lucros dos cafeicultores (CUNHA, 1980, p. 136-140).

86 Instituto de Organização Racional do Trabalho. Para maiores detalhes ver PICHELI, 1997.

87 “A interação entre industriais e adeptos da racionalização com o Estado durante o período que vai do fim da década de 1920 a meados da década de 1930 revela apenas um lado do processo de elaboração de um projeto de racionalização e de paz social. Muitos avanços da área de política social da indústria se originaram fora da esfera pública, por meio de organizações e institutos criados por homens de negócios, engenheiros e educadores imbuídos do espírito de racionalização. Apesar da crescente presença do Estado no campo da política social e da participação cada vez maior das elites industriais no setor público, os defensores da administração científica continuaram a seguir o programa semifordista que enfatizava o papel dos industriais e seus aliados tecnocratas na sociedade civil” (WEINSTEIN, 2000, p. 87). Cita o IDORT (fundado em 1931). A autora informa também as barreiras enfrentadas pelos idealizadores destes órgãos para convencer os industriais quanto às vantagens da racionalização.

nacionais de trabalhadores. Em 1918, houve uma tentativa de golpe operário contra o governo, no Rio de Janeiro. Em 1919, as reivindicações dos trabalhadores, por maio de greves, atingiram seu ponto mais alto. Na cidade de São Paulo ocorreram 64 greves, e, na do Rio de Janeiro, 17. A partir desse ano, o movimento operário declinou com o desfecho desfavorável das greves de 1920 e por foga de repressão policia sistemática, e de contra-ofensiva ideológica. Em janeiro de 1921, foi promulgada uma lei de repressão ao anarquismo, chamada de “lei infame”. Previam-se penas para as pessoas que provocassem “danos, depredações, incêndio, homicídio” com o fim de subverter a organização social existente, fizessem a “apologia dos crimes praticados contra a atual organização social”, ou cometessem “atos de terrorismo e sabotagem”. Previam-se, também, o fechamento temporário das associações, sindicatos e outras entidades que praticassem “atos nocivos ao bem público”.

[...]

A década de 20 marca o declínio do movimento operário, mas não o fim dos conflitos sociais (CUNHA, 1980, p. 142-144).

No decorrer da década de 20, ocorrem os levantes do movimento tenentista. Entre 1922 e 1926 o governo de Arthur Bernardes é conduzido à custa do estado de sítio, “*legalizando o aumento da repressão policial*”. Realiza-se “*uma reforma do ensino secundário e superior onde a contenção política era a tônica principal*”. Entre 1926-1930 são acirrados os conflitos em decorrência da “*quebra da bolsa de Nova York*”, em 1929, e da queda de preços internacionais do café, culminando com um “*levante contra a ordem política existente, a deposição do presidente por um golpe militar preventivo e a instituição de um governo provisório*” (CUNHA, 1980, p. 149-150). Este golpe – que visava a “*mudança do regime político em aliança com partidos das oligarquias dissidentes e das camadas médias urbanas*”, contando com a participação dos tenentes (CUNHA, 1980, p. 207) – é reconhecido como um dos marcos da revolução burguesa⁸⁸ e do avanço do capitalismo no Brasil (SODRÉ, 1990, p.120).

Inicia-se aquilo que Sodré, discutindo o segundo ciclo de endividamento do Brasil, vai descrever como:

[...] processo interno de acumulação que não cessa de crescer, marcado principalmente pelo crescimento da produção industrial e do comércio interno. É uma fase caracterizadamente de substituição de importações, de crescimento do trabalho assalariado, de aprofundamento da acumulação primitiva, de difusão na extensão brasileira, particularmente no Sul e Sudeste, mais próximos do litoral, de relações capitalistas. A revolução burguesa no Brasil inicia o seu tormentoso e difícil processo.

Em âmbito internacional, é a fase imperialista, marcada particularmente pela 1ª Guerra Mundial e pela Revolução de Outubro e pela passagem dos Estados Unidos a primeiro

88 Germano (2005, p. 41) aponta como marco para a instauração da ordem jurídico-política burguesa o período entre 1888 e 1891.

plano. O dólar é a moeda de circulação internacional [...].

[...]

[...] o Brasil é também diferente: mudou muito do século XIX para a primeira metade do século XX. É, agora, uma província econômica e financeira dos Estados Unidos. Mas o capitalismo está em sua fase de crise geral e a concorrência, sua característica da fase de expansão, deu lugar à concentração e ao monopolismo. [...] É uma fase (1930-1945)⁸⁹ de mudanças significativas de acumulação capitalista aqui. Ela toma grande impulso e tem condições políticas que a ajudam. A legislação, em diversos níveis e formas, protege a indústria e assenta no mercado interno o seu desenvolvimento. Não por simples coincidência, a redução dos empréstimos externos e o desenvolvimento da economia nacional são processos paralelos.

A economia brasileira, assim, não só se firma como se apóia na acumulação interna e no mercado interno. É, por tudo isso, a etapa embrionária de uma formação nacional autêntica, que será dificultada pouco adiante. O Brasil escravista e pré-capitalista do primeiro período vai dando lugar ao Brasil burguês do segundo período, de capitalismo em desenvolvimento, configurando uma formação dependente embora pois, no conjunto, existem ainda forças do atraso em funcionamento e até em crescimento: parte da acumulação se orienta para elas. A exploração imperialista, sem abandonar as vias do comércio e do empréstimo, esta agora menor, no segundo período, vale-se, fundamentalmente, da via do investimento. O problema do protecionismo quase desaparece do palco, já não desperta controvérsias apaixonadas como antes; o problema que assume esse plano é o do câmbio, enquanto, de forma ainda pouco visível, aparece o da remessa de lucros para o exterior (SODRÉ, 1990, p. 137-138).

Avaliando o quadro econômico e político na Era Vargas, Luiz Antonio

Cunha dirá:

As disputas eleitorais (envolvendo até mesmo forças paramilitares) entre segmentos das oligarquias vinham ocorrendo há muito, embora houvesse, até então, meios e modos de acomodação dos vencidos ao esquema de poder dos vencedores, garantindo-se a estabilidade do sistema como um todo. Mas, por ocasião das disputas eleitorais de 1929-30, o padrão de acomodação dos vencidos ao esquema de poder dos vencedores, garantindo-se a estabilidade do sistema como um todo. Mas, por ocasião das disputas eleitorais de 1929-30, o padrão de acomodação já não foi mais viável. Vários fatores determinaram isso (CUNHA, 1980, p. 207).

Os fatores referidos são: (1) a intensidade do movimento operário organizado pelo Partido Comunista Brasileiro (fundado em 1922) mostrava não ser mais possível definir a “questão social” como um “caso de polícia”; (2) a ameaça aos privilégios dos produtores de café, em decorrência do aumento da produção mundial que culmina com a crise de 1929; (3) os levantes de parte da burocracia estatal, constituída pela baixa oficialidade do Exército que visavam ao *controle exercido pelas oligarquias sobre o aparelho do Estado* com a finalidade de *livrá-lo da ameaça desintegradora das disputas entre elas* (CUNHA, 1980, p. 207-209). Com relação à organização e tomada de consciência dos operários, Cunha observa:

Seria necessária uma redefinição dessa “questão”, fazendo-se certas concessões aos trabalhadores ao mesmo tempo em que se montava um aparelho legal-burocrático de controlar a ideologia, os partidos e os sindicatos que orientavam sua prática política. A consciência disso dos setores mais lúcidos das classes dominantes (quanto aos seus próprios interesses) foi sinteticamente expressa na frase atribuída a Antonio Carlos Ribeiro de Andrada, Presidente do Estado de Minas Gerais: “Façamos a revolução antes que o povo a faça” (CUNHA, 1980, p. 208).

O embate com a classe trabalhadora e as camadas médias⁹⁰ é encaminhado através de um amplo projeto de contenção das lutas de classe que explodem nas primeiras décadas do século XX⁹¹, e de conformação dos interesses dos trabalhadores aos interesses burgueses, empreendida através de ações que foram da estruturação de uma legislação trabalhista nos moldes do primeiro mundo, passando pela reestruturação da educação e da formação da classe trabalhadora com base na racionalização taylor-fordista até a racionalização do repouso e tutela do tempo livre.

A política da Aliança Liberal relativa à "questão social" foi integralmente aplicada: ao mesmo tempo em que cedia terreno diante de reivindicações como salário mínimo, férias remuneradas, limitação da jornada de trabalho, limitação da exploração da força de trabalho feminina e infantil, e outras, estabelecia os "dispositivos tutelares" destinados a controlar a atuação política dos sindicatos dos trabalhadores; oficializou os sindicatos, ligando-os ao Ministério do Trabalho pela lei e pela instituição do "peleguismo"; dividiu os trabalhadores pela imposição de sindicatos diferentes para categorias definidas politicamente; promulgou a "lei de nacionalização do trabalho", limitando a um terço o número máximo de trabalhadores não brasileiros na indústria, diminuindo a proporção de operários estrangeiros, dentre os quais saíram muitos dos líderes experientes nas lutas durante a Primeira República. Além disso, os delegados do Ministério do Trabalho eram diligentes na fiscalização das empresas, obrigando-as a aplicar as determinações legais "concedidas" aos trabalhadores (CUNHA, 1980, p. 211).

Implementa-se o projeto burguês de *neutralização da luta de classes*⁹² promovendo-se o controle da organização dos trabalhadores em sindicatos através da *Consolidação das Leis do Trabalho* (1943) e a conformação da classe trabalhadora, através de projetos educacionais. Regulamenta-se o ensino industrial e secundário (1942), o ensino comercial

89 Acréscimo nosso.

90 Cunha faz uma referência detalhada ao processo de formação das “camadas médias” no Brasil, compostas por militares, latifundiários arruinados e indivíduos oriundos da classe trabalhadora. Estes últimos composto de trabalhadores que vão constituir a burocracia pública. Esta camada vai ser determinante no processo de ampliação da procura pela educação escolar (CUNHA, 144-146).

91 Braga (2005, p. 63) e Marcassa (2002, 60-128) referem-se ao processo de organização dos trabalhadores que está ocorrendo no Brasil nas duas primeiras décadas do século XX, destacando a composição da classe operária, as principais mobilizações, os referenciais ideológicos que a estão orientando. Ver também Franco, s/d; Weinstein (2000).

92 Simonsen, citado por Weinstein (2000, p. 88).

(1943), normal e primário agrícola (1946), complementados pela criação do Sistema “S” (SESC, SENAI, SENAC e SESI) e das bases daquele que será o maior Sistema de Prestação de Serviços em Lazer no Brasil⁹³.

Quando o Governo de Getúlio Vargas (1930-1945) põe em prática a política de contenção da classe trabalhadora e o atendimento aos interesses que a fazia rebelar-se, fazia-o considerando, ao mesmo tempo, o atendimento aos interesses da burguesia interna, e a necessidade de cuidados com a conjuntura internacional. Os textos de Sussekind, intelectual orgânico dos interesses burgueses hegemônicos na ocasião, ao defender o direito ao repouso remunerado tutelado, revelam que o projeto de Vargas visava, ao mesmo tempo, às condições para a modernização e industrialização do país e ao debate com os interesses liberais (radicais) que não consideravam a necessidade de contenção das pressões sobre os trabalhadores na conjuntura do Brasil e do mundo na década de 40.

Este embate entre visões sobre a forma mais adequada para encaminhar os conflitos entre capital e trabalho, é descrito por Hobsbawm como um movimento que vai ocorrer em todo o mundo:

[...] por diversos motivos, os políticos, autoridades e mesmo muitos homens de negócios do Ocidente do pós-guerra se achavam convencidos de que um retorno ao *laissez-faire* e ao livre mercado original estava fora de questão. Alguns objetivos políticos – pleno emprego, contenção do comunismo, modernização de economias atrasadas, ou em declínio, ou em ruínas – tinham absoluta prioridade e justificavam a presença mais forte do governo. Mesmo regimes dedicados ao liberalismo econômico e político podiam agora, e precisavam, dirigir suas economias de uma maneira que antes seria rejeitada como “socialista”. Afinal, fora assim que a Grã-Bretanha e mesmo os EUA haviam orientado suas economias de guerra. O futuro estava na “economia mista”. Embora houvesse momentos em que as velhas ortodoxias de retidão fiscal, moedas e preços estáveis ainda constassem, não eram mais absolutamente obrigatórias. [...]

A Era de Ouro do capitalismo teria sido impossível sem esse consenso de que a economia de empresa privada (“livre empresa” era o nome preferido) precisava ser salva de si mesma

93 SESI (Serviço Social da Indústria - 1946), SESC (Serviço Social do Comércio - 1946), SENAC (Serviço Nacional de Aprendizagem Comercial - 1946), SENAI (Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial - 1942). No documento SESC: os fatos no tempo – 30 anos de ação social, parágrafo 1 da página 11, diz-se: “Em maio de 1945, o mundo procurava a paz, após seis anos de guerra. Em Teresópolis, de 1º a 6, líderes do Comércio, da Indústria e da Agricultura reuniam-se para encontrar os caminhos da Justiça Social, sob a liderança de João Daudt d’Oliveira – primeiro presidente do Conselho Nacional do SESC – Euvaldo Lodi, Íris Meimberg, Brasília Machado Netto, Roberto C. Simonsen e Luís Dodsworth Martins. Os objetivos traçados levavam em consideração o desenvolvimento do País através do aumento da produtividade, do fortalecimento da ordem social e da valorização do trabalho humano. Fazendo parte desse esquema geral, o Serviço Social do Comércio – SESC foi criado, em consequência do Decreto-Lei n.º 9.853, de 13 de setembro de 1946, do então Presidente Eurico Gaspar Dutra, que atribuiu à Confederação Nacional do Comércio a tarefa de concretizá-lo. Desde então, o SESC promove o bem-estar social do comércio e de sua família” (SESC, 1977).

para sobreviver (HOBSBAWM, 1995, p. 268).

Weinstein analisa os discursos de Roberto Simonsen, pronunciados na década de 30, em que este traça um programa para a indústria brasileira, baseado na organização racional da produção. A autora destaca uma evolução no discurso de Simonsen, demonstrando uma comparação entre os modelos de administração científica e fordista, “... *acusando o sistema de bônus de Taylor, de despertar de forma cruel o apetite dos operários pelos ganhos materiais, ao mesmo tempo em que aprovava o destaque dado por Ford à cooperação, aos serviços e padrões mais altos de consumo*”, destacando a defesa de Simonsen de uma “*racionalização integral da produção*” que envolvia “*conhecimentos sociológicos e psicológicos e também inovações puramente técnicas*”. Interessa-nos destacar a visão de mundo de Simonsen, muito bem exposta pela autora:

[...] Simonsen previa uma era de harmonia social decorrente da organização científica da sociedade. Depois de inspirar uma política de trabalho avançada, a racionalização iria evoluir para um “sistema político” baseado na “razão e no conhecimento técnico”. Em seguida Simonsen dissertou sobre “um verdadeiro equilíbrio entre os elementos que constituem as forças vivas da produção. A racionalização tem profundos efeitos sociais e contraria de forma patente as idéias fundamentais do marxismo[...] O contínuo desenvolvimento da cultura técnica e profissional, que os próprios sindicatos reclamam, a aceitação do controle operário na solução de problemas econômicos, tudo isso contribui para neutralizar a luta de classes prevista por Karl Marx” (WEINSTEIN, 2000, p. 88).

Os governantes brasileiros sabiam o que estavam fazendo. Os traços que definiram as características da Recreação nas décadas de 30 e 40, em que esta é destinada à recuperação física, à contenção das mobilizações de classe dos trabalhadores e à formação das crianças trabalhadoras serão mantidos nas publicações durante as décadas de 50 e 60, até, aproximadamente, os movimentos de 1968, quando, a nosso ver, entra em cena o questionamento dos pilares do desenvolvimento do capitalismo: a ideologia do trabalho como produtor da riqueza individual e a centralidade da razão na organização do mundo⁹⁴.

94 Lombardi afirma que “Para os pós-modernistas a crise do marxismo tornou-se aguda e inexorável com os movimentos da década de 60 (estudantil, feminista, homossexual, ecológica, pacifista, etc.) e, junto com eles, acabou sendo expresso por uma profunda mudança de mentalidade” (LOMBARDI, 1993, p. 272).

Temáticas problemáticas, autores e obras:

Neste contexto, configura-se nas décadas de 20, 30 e 40 uma política de recreação em duas frentes: (1) ocupação e educação dos menores, necessárias em virtude dos acordos de limitação da exploração da força de trabalho feminina e infantil – destacando-se a experiência⁹⁵ de “*Recreação Pública*” promovida pela Prefeitura Municipal de Porto Alegre (1926-1955), e a experiência da “*Divisão de Educação e Recreio do Departamento de Cultura e Recreação*”, promovida pela Prefeitura Municipal de São Paulo (1935-1947)⁹⁶; (2) ocupação do tempo livre do trabalhador – destacando-se a experiência do “*Serviço de Recreação Operária*”, implementada pelo Governo Federal através do *Ministério do Trabalho, Indústria e Comércio* (1943-1963)⁹⁷.

Elege-se o intelectual como autoridade em que se funda a verdade quanto à organização da vida. Exige-se destes intelectuais uma produção do conhecimento referente ao preenchimento do tempo livre que se coadune com os projetos de modernização e de racionalização propostos pela burguesia. A produção do conhecimento referente aos *estudos do lazer* vai estar carregada de justificativas para a implementação de planos de recreação e do detalhamento destes planos.

Os primeiros trabalhos deste primeiro ciclo de publicações originam-se do campo da educação, voltando-se para a ***produção de acervos de jogos, brinquedos, brincadeiras, práticas folclóricas e atividades manuais***. São direcionados (1) à dinamização do ensino escolar, (2) à educação moral das crianças, (3) à geração de espaços institucionais para a

95- Marcassa comenta “No que se refere à ocupação do tempo livre, observei em todo país, durante as décadas de 1920 e 1930, o surgimento de um conjunto de iniciativas públicas relativas à recreação e a diversão da população antes não existente, especialmente em Porto Alegre, com os Jardins de Praça ou Jardins de Recreio e, em São Paulo, com os Parques de Jogos. Depois desses, na década de 1940, outros projetos voltados à recreação e ao lazer da população urbana aparecem no Distrito Federal, no Rio de Janeiro, na Bahia e em Belo Horizonte” (2002, p. 12). Notas 8, 9 e 10 - Marcassa (2002) faz referência às experiências desenvolvidas por Frederico Guilherme Gaelzer em Porto Alegre e Nicanor Miranda em São Paulo. Além das duas indicadas por Marcassa, analisa a experiência do SRO, conduzida por Sussekind no DF. Ver também, Amaral (2000, 2001) e Sussekind (1946, 1950).

96 Gomes (2003) dedica sua Tese de Doutorado à compreensão de três experiências ocorridas na esfera institucional.

97 Uma discussão mais detida sobre o assunto está presente no artigo de Peixoto “O serviço de recreação operária e o projeto de conformação da classe operária no Brasil” (Pro-posições, v. 19, n. 1 (55) jan./abr.2008).

ocupação do tempo livre de crianças, jovens trabalhadores e trabalhadores adultos, (4) à educação para a ocupação do tempo livre. Estes eixos de ação são justificados pela **referência freqüente** ao *excesso* de dinheiro, à incompetência e à *falta de orientação de como aproveitar utilmente o tempo de lazer e os meios disponíveis* por parte da classe trabalhadora (MARINHO, 1957, p. 135; SODRÉ, 1938; PITHAN E SILVA, 1959, p. 11); aos altos índices de delinqüência juvenil, explicados, por sua vez, no *infortúnio*⁹⁸ da pobreza e na *ociosidade*⁹⁹ gerada com a promulgação da CLT, na forma do Art. 403, que veda o trabalho do menor de 14 anos. Em um apelo de ações para o fim da delinqüência, Inezil Penna Marinho chega a declarar como urgente a modificação do artigo 403, com a permissão dos menores de 12 a 14 anos trabalhem. Isso, a seu ver, *contribuirá para a tarefa inicial de integração do menor na vida social* (MARINHO, 1957, p. 137).

Do ponto de vista das características desta produção ao longo do tempo, pode-se destacar que até o início da década de 40, está ocorrendo de forma dispersa, voltada para a divulgação de acervos de jogos, brinquedos, brincadeiras (Ruth GOUVÊA, 1934) e danças folclóricas (Frederico Guilherme GAELZER, 1935)¹⁰⁰. Nesta etapa vêm-se pipocar os conteúdos que mais tarde serão compilados em Manuais de Jogos e Recreação e que farão parte dos programas das disciplinas ministradas nos cursos de graduação em Educação Física e outros programas de graduação até a atualidade, reconhecidos, simplesmente, como recreação. Data também desta década de 30, os textos de Nicanor Miranda (1938) que vão

98 Analisando fatores diretamente responsáveis pela grande quantidade de menores abandonados, Inezil Penna Marinho dirá: “Defrontamo-nos com uma questão social, que precisa ser corajosamente encarada e inteligentemente resolvida. Entre as famílias de melhores recursos, a natalidade é limitada a dois ou três filhos por casal; entre as famílias menos afortunadas, a natalidade é quase ilimitada” (MARINHO, 1957, p. 137).

99 “Convém ainda assinalar que grande número de meninos termina a escola primária com 11, 12, 13 anos, sem possibilidades de realizar curso secundário. O art. 403, da Consolidação das Leis do Trabalho, tem a seguinte redação: “Ao menor de 14 anos é proibido o trabalho”. Assim, sem condições para trabalhar, o menino é atirado à rua, onde a ociosidade se encarrega de colocá-lo na senda do crime. As observações, que temos realizado, confirmam que é entre os 12 e 14 anos que a maioria dos menores delinqüentes se inicia na prática do crime, da qual raramente se consegue livrar. Urge, portanto, que se modifique o art. 403 da Consolidação das leis do Trabalho, permitindo-se que o menor, com idade entre 12 e 14 anos, possa trabalhar, regulamentadas as respectivas condições. Isto muito contribuirá para a tarefa inicial de integração do menor na vida social”. (MARINHO, 1957, p. 137)

100 Refiro-me aos primeiros trabalhos de Gaelzer e Gouvea: GAELZER, F. G. Bailado Folclore Internacional. Porto Alegre: Livraria Globo, 1935. e GOUVÊA, R.; CAMPOS, Maria Elisa R., CUNHA, M.A. DEPARTAMENTO DE EDUCAÇÃO DO DISTRITO FEDERAL. Jogos Infantis. São Paulo: Cia. Editora Nacional, 1934. Embora não possamos relacionar mecanicamente estes trabalhos à Recreação, os conhecedores dos manuais mais clássicos sabem que as tradições folclóricas fizeram parte do menu de atividades a serem ofertadas durante a recreação (escolar ou em praças públicas). Resta-nos investigar as razões que levaram a esta preocupação com o acervo de jogos, brinquedos e brincadeiras, entre outros conteúdos culturais.

divulgar os parques infantis e clube de menores operários como opções de preenchimento do tempo livre e como espaços de educação (GOMES, 2003b).

Na década de 40, mantém-se a produção de trabalhos voltados à oferta de acervo de jogos, brinquedos e brincadeiras¹⁰¹. A esta produção vai ser incorporada uma outra, também concentrada na ocupação do tempo livre, oriunda do campo do Direito que vai apresentar a defesa da recreação para o trabalhador, fundamentada em pesquisas científicas, principalmente no campo da fisiologia e da psicologia, como forma de combater a fadiga, garantir a recuperação do trabalhador e aumentar a produtividade¹⁰². Trata-se dos trabalhos de Arnaldo Sussekind¹⁰³ (1946; 1948), que, em seu conjunto, expressam aquilo que Braga¹⁰⁴ (2005) chamou de Projeto de Conformação da Classe Operária nascente no Brasil. Tal projeto envolvia o Impedimento da temerosa onda revolucionária que se avizinhava com a concessão de parte das reivindicações da classe trabalhadora, com a reorganização da economia capitalista, com a preparação das condições do desenvolvimento da burguesia industrial no Brasil, que incluía a educação do trabalhador e a sua adaptação aos interesses

101 LOIOLA, H. Jogos. Rio de Janeiro: Companhia Brasil Editora, 1940. MIRANDA, Nicanor. Técnica do jogo infantil organizado. S. Paulo: Separata da Rev. do Arquivo Municipal, vol. LXCVI, 1940. Pag. 83. MIRANDA, Nicanor. Origem e propagação dos Parques Infantis e Parques de jogos. São Paulo: Departamento de Cultura, 1941. ALBUQUERQUE, I. Jogos e recreações matemáticas. Rio de Janeiro: Ed. Getúlio Costa, 1942. CARO, Nina. Jogos, Passatempos e Habilidades. 2 ed. Porto Alegre: Editora Globo, 1947. MIRANDA, Nicanor. 200 jogos infantis. Belo Horizonte: Editora Itatiaia, 1948. GOUVÊA, Ruth. Os jogos dirigidos na educação integral. Revista de Ensino, Belo Horizonte, v.17, n.193, p. 177-84, jul.-dez. 1949.

102 Estas informações são obtidas com a leitura de conjunto dos textos produzidos por Sussekind (1946 e 1950).

103 Destaca-se que Arnaldo Sussekind é um jurista que participou da comissão que elaborou a Consolidação das Leis do Trabalho, sendo, posteriormente, Ministro do Trabalho no governo do General Humberto de Alencar Castelo Branco (1964-1967). Segundo informações prestadas por Sussekind em entrevista à Revista Estudos Históricos (1993), as principais alterações realizadas na CLT em 1967 (Governo de Castelo Branco) e 1974 (Governo de Ernesto Geisel) contam com sua colaboração. Além disso, Sussekind vai presidir o Serviço de Recreação Operária (1943-1946 – Governo de Getúlio Vargas), um Projeto idealizado no Ministério do Trabalho de Marcondes Filho voltado para a difusão e estimulação da prática de atividades físicas e culturais entre trabalhadores adultos, visando ao melhor aproveitamento de suas horas de lazer. O S.R.O. funcionou no período de 23 de maio de 1944 a 31 de dezembro de 1945, e em 30 de março de 1946, Sussekind entrega o relatório de atividades desenvolvidas. Com base neste relatório, elabora o texto Trabalho e Recreação: fundamentos, organização e realizações do S.R.O (1946). Nesse texto, Sussekind afirma ter procurado examinar os fundamentos sociais e psico-fisiológicos do novo Serviço, sua organização e suas realizações. Pelas razões relacionadas acima, seu pensamento sobre Recreação merece toda a atenção dos estudiosos do lazer, do ponto de vista do valor histórico de sua contribuição em um momento determinante na história da indústria e da formação da classe operária no Brasil.

104 Braga, em sua Dissertação de Mestrado, contextualiza e analisa o processo histórico que leva a burguesia industrial e comercial nascente no Brasil a elaborar este projeto de conformação da Classe Trabalhadora, com vistas a conter a formação de uma classe operária organizada. Visava-se ainda diminuir a influência do comunismo sobre o movimento operário. A autora apresenta inclusive os mentores deste projeto de conformação reunidos no que ficou conhecido como IDORT (fundado em 1931), ou Instituto de Organização Racional do Trabalho (BRAGA, 2005, Capítulo 2 e 3).

da burguesia industrial.

O processo de contenção de classe inclui a Regulamentação do Trabalho (incluindo sua Duração), a Regulamentação da Organização dos Trabalhadores, a Regulamentação dos Repouso Remunerados e, especialmente, de Educação do Trabalhador e de ocupação do tempo livre gerado neste processo (SUSSEKIND, 1946; SUSSEKIND, 1950; WEINSTEIN, 2000). Conduzido pelo Governo de Getúlio Vargas, pelo *Ministro do Trabalho, Indústria e Comércio*, Alexandre Marcondes Filho, e por um corpo técnico do qual fez parte Arnaldo Sussekind, este projeto gera a CLT (1943), a Estrutura Sindical atrelada ao Estado, o Serviço de Recreação Operária – SRO (1943), o Serviço Social da Indústria – SESI (1946) e o Serviço Social do Comércio – SESC¹⁰⁵ (1946)¹⁰⁶. Os *estudos do lazer* desenvolvem-se no contexto do que Hobsbawm (1995, p. 253-281) chama de “*Anos Dourados*” – acompanhando a sensação de prosperidade experimentada por todo o mundo, no pós-guerra e na década de 50.

A década de 60¹⁰⁷, entretanto, foi marcada por grandes mobilizações estudantis em toda a Europa e América Latina, e por “uma onda de greves operárias por melhores salários e melhores condições de trabalho” (HOBBSAWM, 1995, p. 296), reprimidas pelas Ditaduras Militares (No Brasil, 1964-1984).

Os estudos do lazer não farão referências a estes confrontos conformando-se o caráter “*apolítico*” que estas publicações deveriam manter, a fim de obterem respaldo para a disseminação de preceitos morais e normas de conduta que compunham a trama das visões burguesas de mundo, no entremeio dos conflitos entre os *conservadores* e os *modernos*. Mas a burguesia, em pontos cruciais, não abria mão de seus princípios

105 Destaca-se que cumpre papel preponderante na formação da primeira geração de estudiosos do lazer no Brasil o Serviço Social do Comércio. Destaca-se ainda que a primeira rede de prestação de serviços em Recreação e Lazer no Brasil está associada aos Serviços Sociais da Indústria e do Comércio, aparecendo como entidades de interesse “semi-público” (BRAMANTE). É recente a investida da iniciativa privada nos grandes empreendimentos voltados para a prestação de serviços de lazer, através de parques temáticos diversos.

106 Na Dissertação de Braga, o decreto que funda o *Sistema S* é expressão do conflito entre a base da burguesia industrial, sua vanguarda intelectual e o Estado quanto ao ônus da ocupação do tempo livre do trabalhador com atividades educativas (2005, p. 125 e 126). Na página do Serviço Social do Comércio a fundação do *Sistema S* aparece como “uma iniciativa dos mais lúcidos representantes do empresariado brasileiro” (Disponível em: Nossa História. <http://www.sesc.com.br> Acesso em 23/01/2005).

107 Mais detalhes sobre essas mobilizações podem ser obtidos em Reis Filho e Moraes (1988).

retomando a unidade tão difícil de conquistar quando o assunto referia-se à melhor forma para a obtenção das vantagens econômicas (*laissez-faire* ou intervenção do Estado).

Quando se tratava de manter a classe operária sob controle, para além das divergências quanto à forma, mantinha-se o conteúdo¹⁰⁸. No entanto, a década de 60, a *Era do Ouro*, traz uma novidade que apenas na década de 80¹⁰⁹ vamos começar a compreender: o *welfare state* implantado nos países europeus, e a sensação de crescimento experimentada de modo universal nesta década, trazem para o centro da economia a ampliação do consumo.

No entanto, os *estudos do lazer*, marcados pelo idealismo dos educadores, nem de longe compreendiam o grande filão que esta necessidade real do capital – conduzida por necessidades fabricadas – iria produzir nas décadas de 80 e 90, e ver desenvolver-se de modo selvagem no século XXI (MASCARENHAS, 2005a).

A produção do conhecimento referente aos *estudos do lazer* na década de 50 – década na qual entra em ação o CNPq¹¹⁰ – não ultrapassa os 20 trabalhos publicados, atingindo-se o dobro da década anterior. Destacam-se neste período os trabalhos de Frederico Guilherme Gaelzer sobre a *Recreação Pública* (1951 e 1952); os trabalhos de

108 Segundo Weinstein, “A transição, ocorrida em 1951, do regime repressivo de Dutra para a política populista do agora eleito Getúlio Vargas, inaugurou um período no qual o operário brasileiro ocupou um lugar ainda mais proeminente no discurso público. Os políticos populistas [...] elogiavam calorosamente a contribuição dos operários brasileiros para o desenvolvimento nacional e descreviam de maneira simpática suas lutas para manter um padrão de vida digno apesar das circunstâncias adversas. As ‘massas’ operárias urbanas figuravam na retórica eleitoral como o esteio do novo Brasil democrático, em processo de industrialização.

À primeira vista, essa retórica parece perfeitamente compatível com a tendência programática do SESI e do SENAI, que se propunham a elevar o padrão cultural e material do operário brasileiro. Contudo, havia sérias diferenças entre os pressupostos dos organismos patrocinados pelos industriais e as posições assumidas pelos políticos populistas. Longe de considerar o operário (do sexo masculino) como um herói que mourejava desinteressadamente por sua família e por seu país, o SENAI e o SESI definiam o operário antes de tudo como um ‘problema’. Todos os discursos públicos reconheciam as dificuldades vividas pelos operários por causa dos baixos salários, acesso limitado à educação, e péssimas condições de vida, mas a solução apresentada pelos populistas eram melhores salários, mais escolas, e serviços públicos melhores – benefícios considerados como ‘direitos’ dos trabalhadores. Para o SENAI e para o SESI, porém, essas medidas, na melhor das hipóteses, funcionariam como soluções parciais, dada a falta de cultura adequada, de higiene, e de motivação que caracterizava o operário brasileiro, e também a desorganização em que se encontrava a média das famílias da classe trabalhadora.” (2000, p. 241-242).

109 Na década de 80, os estudos de Faleiros (1980) e Cunha (1986), apoiados na obra de Marx, já haviam desvelado os nexos entre a questão do lazer – que aparecia com certa centralidade no período – e a circulação de mercadorias (necessidade – produção – consumo – necessidade) típica do modo capitalista de produção.

110 Órgão responsável pelo fomento do desenvolvimento científico e tecnológico brasileiro criado em 1951 pela lei 1.310 (LOMBARDI, 2004, p. 162).

Arnaldo Sussekind (1950) e deste em conjunto com Oswaldo Góes¹¹¹ e Inezil Penna Marinho (1952); os estudos sobre *Recreação Infantil* de Elisa Velloso (1952); os trabalhos de Dante Costa relacionados a *Parques infantis, infância e recreação*; o trabalho de Ruth Gouvêa, publicado pelo INEP sobre *Jogos Infantis* (1955); os trabalhos de Inezil Penna Marinho, *Curso de fundamentos e técnicas da recreação* (1955) e *Educação Física, Recreação e Jogos* (1957)¹¹²; os trabalhos de Ethel Bauzer Medeiros relativos ao *plano de um manual de recreação elementar* (1954), sobre a *Importância e a necessidade da recreação* (1957), sobre *recreação e parques públicos* (1959) e alguns catálogos contendo acervos de jogos (1958); o trabalho de N. Pithan e Silva (1959); e o trabalho do baiano Acácio Ferreira: *Lazer operário: um estudo de organização social das cidades*, publicado em 1959.

Melo (1997, p. 1062-1063), discutindo as *Relações entre recreação/lazer e educação física*, dirá que “as primeiras discussões ligadas ao lazer no âmbito da formação profissional em educação física” datam da década de 50, estando presentes nas obras de Marinho (1955, 1979). O autor destaca:

Em 1945, o prof. Antonio Pereira Lira propusera a criação da cadeira de ‘Recreação e Jogos’, depois de uma viagem que realizou à Argentina e ao Uruguai para conhecer a Educação Física daqueles países, onde as escolas de formação possuíam tal disciplina. Proposta semelhante foi formulada pelo prof. Waldemar Areno em 1959, mesmo ano em que a profa. Maurette Augusto publica artigo sobre a importância da Recreação no mundo contemporâneo. Nesta altura, um dos departamentos que congregavam as disciplinas já se denominava ‘Departamento de Ginástica/Recreação’.

Outras importantes ações foram também desenvolvidas, como a realização de cursos específicos. Por exemplo, os ‘Cursos de Aperfeiçoamento de Recreação e Jogos’, cuja primeira edição ocorreu em 1957, a cargo do prof. Marcel Rodgers, membro da *International Recreation Association*, com 98 inscritos. Até onde foi possível identificar, este curso aconteceu pelo menos até 1960.

Quero destacar também a realização do ‘Curso de Especialização em Recreação’, organizado por Inezil Penna Marinho em 1958. Este curso contou com 61 inscritos, dos quais somente 21 foram aprovados nas avaliações, divididas em três parâmetros: frequência, provas e trabalhos. Foram realizadas 63 aulas, 29 teóricas e 34 práticas, conduzidas por uma equipe multidisciplinar (professores de várias especialidades), onde foram abordados os seguintes conteúdos: pedagogia, psicologia, atividades com aparelhos e jogos motores; sessão historiada, sessão dramática e dança; metodologia e técnica; brinquedos cantados;

111 Arnaldo Sussekind e Oswaldo Góes foram membros da *Comissão de Lazer operários da Organização Internacional do Trabalho* (SUSSEKIND, MARINHO, Góes, 1952). Sobre a Organización Internacional del Trabajo – OIT, ver International Labour Organization. HISTORIA DE LA OIT. Disponível em: <http://www.ilo.org/public/spanish/about/history.htm>. Acesso em: 03/04/2004. 15h56’

112 Estamos considerando a data fornecida por Mello (1997, p. 1065).

música; bandas de música; trabalhos e artes manuais; lutas; natação; teatro; artes plásticas (MARINHO, 1979, p. 1065).

A nosso ver, esta preocupação com a formação foi impulsionada pela demanda por políticas públicas que garantissem a viabilização das condições para a implementação da recreação. Isto é perceptível nos trabalhos de Gaelzer (1951) e de Marinho (1981). Em 1951, Gaelzer dirá:

A recreação é uma necessidade basilar do viver em uma sociedade democrática, Ela pode ser uma atividade espontânea ou organizada sob os auspícios privados ou governamentais. Para o indivíduo será representada por qualquer ocupação que o deleite em suas horas de lazer. Nela estão incluídos os jogos e os desportos, as excursões e os acampamentos, as danças e piqueniques, os grupos de discussões parlamentares, o drama e a música, os trabalhos manuais e as artes plásticas, com toda a grande seqüência que são as atividades de sua livre escolha. A recreação pode ser uma ocupação individual ou um ato com outros compartilhado. É uma oportunidade de todo ser humano para enriquecer sua vida.

A era atual, essencialmente mecanizada, com uma perspectiva de aumentar ainda mais as horas livres do povo, requer um planejar compreensivo da recreação. Em toda a comunidade deve haver um grupo de cidadãos reunidos em Conselho Consultivo de Recreação, representando todas as classes e interesses, adido a um serviço governamental, a fim de efetuar um programa oficial e dirigido de recreação pública, com uma verba que lhe é particular e de uso exclusivo. Como fazendo parte deste programa significativas oportunidades podem ser criadas pelos órgãos voluntários e privados. A sociedade moderna mantém a educação, a saúde, a recreação e os auxílios sociais como indispensáveis ao indivíduo e a sua vida em grupo. A dotação e promessa destes serviços é da responsabilidade de toda sociedade, incluindo seus órgãos públicos, particulares, privados e voluntários” (GAELZER, 1951, p. 44).

Em seguida a essas orientações, Gaelzer elabora um programa de princípios gerais que deveriam nortear uma política de Recreação Pública, nomeada como *Plataforma*:

1° — Em todas as municipalidades, com seus distritos urbanos e rurais, deverá haver um programa de recreação para o povo em geral — crianças, jovens e adultos.

2° — Programas convenientes para a recreação devem ser planeados para os doze meses do ano.

3° — Estes programas devem ser organizados de tal forma que vão ao encontro dos interesses e das necessidades do indivíduo e do grupo.

4° — Educar, a fim de que haja compreensão do "uso meritório das horas de lazer", tanto nas escolas, como na família.

5° — Um plano completo das horas de lazer requer a ação cooperadora de todos os órgãos públicos e privados; incluindo mesmo grupos patrióticos, religiosos, sociais e outros que tenham recursos e possibilidades de executá-lo.

6° — O plano Municipal de recreação deve resultar do mais completo uso de todos os seus recursos e integrado em todos os demais serviços,

7° — Sempre que possível os órgãos federais, estaduais e municipais deverão conjugar os seus esforços para aquisição e uso das instalações recreativas.

8° — Estas por sua vez, públicas ou privadas, devem ser planeadas na base de arrabalde, distrito e município; a fim de proporcionar a todo indivíduo o máximo de possibilidade.

9° — Os órgãos da educação, do urbanismo, dos parques e jardins e da recreação, devem cooperar em um único planejamento para aquisição, desenvolvimento e uso das instalações recreativas.

10° — As escolas devem favorecer, tanto quanto possível, às necessidades recreativas de seus alunos e planeadas para servirem, eficientemente, de centros cívicos sociais.

11° — Os parques devem ser planeados, incluindo neles meios para desenvolver os desportos e os jogos recreativos apropriados às crianças, aos jovens e aos adultos.

12° — Os funcionários do serviço de recreação devem ter um preparo profissional e predicados pessoais que os qualifiquem para os seus trabalhos especializados.

13° — Cursos e concursos, como meios de preparo e classificação, devem ser adotados a fim de garantir funcionários aparelhados para a profissão, com qualidades pessoais que assegurem a execução perfeita dos programas.

14° — Todas as entidades que laboram no setor da recreação devem ter entre os seus diretores pessoa habilitada para assumir a responsabilidade destes programas.

15° — Sociedades e associações profissionais devem cooperar nas realizações da recreação pública e compreender os seus objetivos.

16° — O Estado deve criar em sua legislação os dispositivos que habilitem a todos os municípios de planejar, financiar e administrar um programa adequado de recreação pública.

17° — A recreação pública deve ser financiada por taxas especiais e dirigida por um serviço especializado.

18° — Organizações privadas e particulares que fomentem a recreação devem ser auxiliadas financeiramente pelos governos.

19° — É obrigação de todos os órgãos que executam programas de recreação propugnar por criar uma compreensão perfeita de sua grande significação social, de seus préstimos e oportunidades.

20° — O Serviço de Recreação, potente e ativo, deve ser continuamente valorizado, devido a sua indiscutível contribuição para o enriquecimento da vida do indivíduo e da comunidade.

De conformidade com esta Plataforma e para o estabelecimento de um Serviço de Recreação Pública são essenciais os seguintes imperativos:

1° — Conheça cada arrabalde da sua cidade e faça os planos para os mesmos.

2° — Reúna em torno de um bloco todos os esforços das entidades que se dedicam aos problemas sociais.

3° — Estude e interprete a legislação social.

4° — Crie um Conselho Consultivo.

5° — Prepare e obtenha bons auxiliares.

6° — Aproveite ao máximo os elementos materiais já existentes.

7° — Procure obter verbas definidas e com fins explícitos.

8° — Estabeleça programas de atividades tão amplos e com tantos atrativos que todos possam ser beneficiados.

9° — Crie uma biblioteca técnica e mantenha uma publicidade inteligente.

10° — Faça grandes planos para o futuro (GAELZER, 1951, p. 44-45).

Esta *Plataforma* (política), como já assinalamos, decorre da preocupação crescente com a ocupação de crianças e jovens liberados do trabalho pela regulamentação do trabalho infantil. Na 3ª edição do seu *Educação Física, Recreação e Jogos* (1981), originalmente publicado em 1957, Inezil Penna Marinho dirá:

A Recreação surge como problema social apenas em fins do século passado e se vai tornando cada vez mais importante, à proporção que se aproxima de nossos dias.

Com referência à atividade infantil, a Recreação se apresenta atualmente como necessidade imprescindível para evitar que se anule a obra educativa da escola, pela influência maléfica da rua, da vizinhança e, às vezes, da própria família. Outrora a criança permanecia na escola um maior número de horas, geralmente seis ou oito, sobrando-lhe, assim, poucas horas de

lazer; hoje a criança passa na escola apenas três, ou no máximo quatro horas, e os seus momentos de lazer foram, pelo menos duplicados. O aproveitamento das horas de lazer pela organização racional da Recreação é medida, portanto, que se impõe para preservar o trabalho da escola. As crianças não desregam nas horas de estudo ou de frequência à escola, mas justamente em suas horas de folga, no abandono pelas ruas.

Fato semelhante ocorre em relação ao adulto; o Estado, com a evolução das leis trabalhistas, veio paulatinamente reduzindo a jornada de trabalho para 12, 10, 9 e 8 horas de labor, aumentando os momentos de folga, e, desta forma, criando o problema do uso adequado das horas de lazer. Poderemos, também, afirmar que os povos não se depauperam nem se degeneram nas horas de trabalho, mas, isto sim, nas suas horas de lazer, de ócio. Em consequência, todo o esforço dos poderes públicos no sentido de atender às imperiosas necessidades de recreação do povo constituiriam medida preservadora das suas energias físicas e morais.

O problema, para ser atendido, demanda, em primeiro lugar, que os municípios reservem áreas livres para a distribuição de parques de recreação, verdadeiros pulmões verdes, sobretudo nos bairros de maior densidade e onde habitam as chamadas classes proletárias. [...] Cada bairro, da mesma forma que tem o seu grupo escolar, deverá possuir, também, o seu parque de recreação, pois ambos se completam na obra educacional e na missão preservadora do potencial biológico e moral que a criança representa (MARINHO, 1981, p. 135).

Esta preocupação com a ocupação do tempo livre das classes proletárias vai ser justificada a partir da experiência americana de controle da “delinqüência juvenil” e da existência de dados que comprovam o crescimento desta delinqüência nas cidades de São Paulo, Rio de Janeiro e Porto Alegre:

Nos Estados Unidos, sobretudo em New York, nos bairros onde não era mais possível a instalação de *play-grounds*, foram instituídos os *playstreets*, fechando-se, em determinadas horas do dia, o trânsito de certas ruas, para que as crianças pudessem brincar. E muito admirados ficamos ao verificar que os *playstreets* são superintendidos pela *Police athletic League (P.A.L.)*. Os policiais de folga, mui prazerosamente, oferecem algumas de suas horas para orientar a recreação das crianças, evitando, assim, que disponham de mais oportunidades para delinqüir e perturbar, desta forma, os policiais de serviço. Pesquisas realizadas nesse país pela *Play-Ground and Recreation Association*, demonstram que a delinqüência infanto-juvenil resultava, em grande parte, do uso impróprio das horas de lazer.

Notícias que foram publicadas anunciaram a existência, em São Paulo de 85.000 menores delinqüentes cadastrados pela polícia, número esse superior à população de muitas cidades do referido Estado. Quantos desses menores ter-se-ão tornado delinqüentes exclusivamente por falta de utilização sadia de suas horas de lazer?

É preciso pelo menos prever (não falemos, por enquanto, em construir) os parques de recreação, reservando-lhes áreas próprias, à medida que cada cidade se for estendendo.

O Prof. F. G. Gaelzer, primeiro diretor do Serviço de Recreação Pública de Porto Alegre, afirma que a recreação popular, devidamente orientada, precisa basear-se nos três seguintes fatores:

1º) – *Fator social* – Deverá haver horas disponíveis para o lazer.

2º) – *Fator político* – Alguns sistemas políticos fornecem grandes programas recreativos deixando pouca iniciativa ao indivíduo; outros deixam à iniciativa particular a gerência do assunto.

2º) – *Fator educacional e cultural* – Os investigadores do crime e da delinqüência há muito assinalaram a existência de uma relação entre a falta de recreação (ausência de espaços,

oportunidades e guias) e a alta percentagem da delinquência.

Os noticiários de nossos jornais, nestes últimos anos, nas grandes cidades como Rio, São Paulo e Porto Alegre, etc. foi invadido pela divulgação de verdadeira onda de crimes, de toda natureza, perpetrados por menores. As quadrilhas de adolescentes [...] tornaram-se comuns entre nós.

Convém ainda assinalar que grande número de meninos termina a escola primária com 11, 12, 13 anos, sem possibilidades de realizar curso secundário. O art. 403, da Consolidação das Leis do Trabalho, tem a seguinte redação: "Ao menor de 14 anos é proibido o trabalho". Assim, sem condições para trabalhar, o menino é atirado à rua, onde a ociosidade se encarrega de colocá-lo na senda do crime. As observações, que temos realizado, confirmam que é entre os 12 e 14 anos que a maioria dos menores delinquentes se inicia na prática do crime, da qual raramente se consegue livrar. Urge, portanto, que se modifique o art. 403 da Consolidação das leis do Trabalho, permitindo-se que o menor, com idade entre 12 e 14 anos, possa trabalhar, regulamentadas as respectivas condições. Isto muito contribuirá para a tarefa inicial de integração do menor na vida social. (MARINHO, 1981, p. 136-137).

Marinho vai mais além analisando o que considera *os fatores diretamente responsáveis pela grande quantidade de menores abandonados*:

Defrontamo-nos com uma questão social, que precisa ser corajosamente encarada e inteligentemente resolvida. Entre as famílias de melhores recursos, a natalidade é limitada a dois e três filhos por casal; entre as famílias menos afortunadas, a natalidade é limitada a dois e três filhos por casal; entre as famílias menos afortunadas, a natalidade é quase ilimitada, os casais atingem freqüentemente a seis, dez, quinze ou mais filhos. O aumento das favelas no Rio, dos mocambos no Recife, ou das malocas em Porto Alegre e São Paulo, não têm por único fator o êxodo das populações rurais, como conseqüência de uma rápida industrialização, mas também, e sobretudo, a prolificidade entre as famílias de condições mais humildes.

Mas não é apenas isto o que estamos observando; existe também outro fenômeno: a volta ao regime matriarcal. Outrora, entre as tribos germânicas, essas instituições imperavam como conseqüência natural das condições de vida. Hordas de guerreiros atravessavam sucessivamente cidades e aldeias, às quais quase nunca retornavam. E, de sua passagem, resultava ficar a mulher com o encargo e a responsabilidade de Três, quatro, cinco, seis filhos de outros tantos pais diferentes. Em nossos dias, fatos semelhantes se está verificando. Nas classes mais favorecidas, o divórcio e o desquite estão dando à mulher moderna aquela situação de se tornarem quase sempre responsáveis por três, quatro, ou mais filhos de pais diferentes. Enquanto isso, nas favelas que se encravam na faldas dos morros cariocas, as pesquisas sociais acusam um número cada vez maior de mulheres abandonadas consecutivamente por seus companheiros e de cujas uniões haviam concebido diferentes filhos; não podem sustentá-los e os relegam, desde tenra idade, à sua própria sorte. Quando vemos em nossas ruas, esmolando às portas dos cinemas, pechinchando junto às mesas dos cafés, tomando "carona" nos reboques dos bondes, aqueles magotes de crianças esqueléticas e esfarrapadas, que às vezes vivem da piedade alheia, mas quase sempre de pequenos furtos, quando vemos essas crianças, que se multiplicam dia a dia, numa progressão geométrica, ficamos taciturnos, apreensivos sobre a sociedade em que, num futuro próximo, vão viver nossos próprios filhos. Na verdade, um milhão de menores abandonados no Brasil, merece o especial cuidado de nossos governantes.

A criança, qualquer que seja a origem de seu nascimento, a pigmentação de sua pele, a conformação de seu crânio, o credo religioso ou político de seus pais, tem privilégios que não podem ser negados e que foram definidos, com rara felicidade, no artigo primeiro da "Declaração Universal dos Direitos do Homem" aprovada e proclamada pela Assembléia Geral das Nações Unidas: "Todos os seres humanos nascem livres e iguais em dignidade e direitos. São dotados de razão e de consciência, e devem agir, uns em face de outros, com

espírito de fraternidade". Resulta daí, a interpretação de que essas crianças, que vemos perambulando pelas ruas, que vivem medrosas e acuadas como feras, precisam encontrar quem as acolha, quem lhes dê carinho, quem as oriente, quem lhes ofereça as oportunidades tantas vezes negadas, quem lhes defenda os direitos sempre postergados.

Afirma Leonídio Ribeiro que "a primeira estatística feita, no Brasil, entre quinhentas crianças abandonadas e criminosas, demonstrou que não havia entre elas uma única que estivesse absolutamente sã, apresentando, cada qual, pelo menos duas doenças geralmente graves, capazes de, por si sós, comprometerem seu desenvolvimento físico e mental".

Foi por todos esses motivos que os principais países do mundo passaram a considerar o problema da recreação como de interesse nacional, promovendo medidas de grande alcance social (MARINHO, 1981, p. 138).

Tal não é diferente no trabalho de Pithan e Silva (1971), no Prefácio da 1ª edição:

O assunto está na ordem do dia. Felizmente, após um período de indiferença e expectativa, nosso país começa a despertar, reconhecendo que a recreação é um dos grandes fatores da educação e formação de um povo.

A recreação é um fenômeno social e biológico. Todavia, por motivos óbvios, tem sido descuidada entre nós. Para a grande maioria continua sendo sinônimo de esporte e — pior ainda — de passatempo. Quanto ao primeiro, o esporte, nada a opor. Possui elementos dinâmicos e devidamente orientado alcança níveis incontestes. Mas o segundo, o chamado passatempo, (muito apropriadamente tido como atividade para matar o tempo), não pode, a rigor, ser considerado recreação.

Há, é bem verdade, passatempos úteis. Representam uma face da recreação. Todavia, tomar a parte pelo todo, é outro falar.

Preparando este manual, tivemos em mira proporcionar aos educadores em geral e aos responsáveis pela direção de clubes e sociedades recreativas, elementos fundamentais para organizar a recreação em seu meio. Para tanto, além da pequena parte teórica e filosófica, que julgamos necessária, a fim de dar uma visão objetiva dos fatos ligados à recreação, oferecemos para mais de duas centenas de jogos recreativos — esportivos, sociais e culturais — que servem para grupos de todas as idades e de ambos os sexos. Dependerá, em parte, da capacidade e habilidade de cada líder, o êxito das atividades sugeridas. Todas elas foram provadas em nossa longa experiência de Montevidéu (Uruguai), na de Porto Alegre e na de São Paulo, com os soldados na guerra, em piqueniques, excursões e acampamentos; com menores, adolescentes e adultos; com estudantes e operários; com sisudos pais de família ou respeitáveis capitães da indústria.

A recreação é um fenômeno social e biológico, dissemos. Não é possível eludi-la. Se o fizermos, estaremos ignorando um dos aspectos importantes da vida, notadamente a partir da revolução industrial, no século dezoito, que transformou completamente a sociedade. A redução das horas de trabalho e o conseqüente aumento das horas de lazer, exige que se eduque o homem para aproveitar útil e inteligentemente o tempo livre. O desconhecimento dessa realidade, por parte de alguns, e a indiferença por parte de outros, têm colaborado para o aumento do alcoolismo, dos jogos de azar e a delinqüência em seus mais variados aspectos.

Oxalá, possa este grãozinho de areia contribuir para que se vote maior atenção ao problema, tão relegado entre nós.

São Paulo, julho de 1959 (PITHAN E SILVA, 1971).

A construção ideológica do papel da recreação aparece claramente configurada neste autor. A definição de recreação é remetida ao vocábulo inglês *play*, significando *satisfação e alegria naquilo que se faz*; em oposição a *play*, o autor encontra *o trabalho obrigatório, ao qual não se pode fugir*. Frente a esta *contingência da vida*, apenas uma

atitude (esfera da subjetividade) frente à vida pode garantir a felicidade:

[...]um mestre na arte de viver, não encontra diferença entre trabalho e recreação, pois incorporou o primeiro na segunda e esta naquele, de maneira a transformar a vida em permanente recreação. O trabalho é apenas um aspecto dela (a vida). Foi transformado em uma atividade positiva e criadora, na qual encontra satisfação. Os de fora é que determinam se a pessoa está trabalhando ou recreando-se, mais bem calcados em cânones legais do que em fatos reais.

Naturalmente, poucas pessoas estão capacitadas a alcançar esta etapa, no presente. Quando a humanidade confundir trabalho e recreação, provavelmente a maioria dos problemas sociais relacionados com o trabalho, encontrará solução adequada (PITHAN E SILVA, 1971, p. 9).

Sob este enfoque, todo o problema das condições objetivas em que se passa a realização do trabalho, tal como denunciado pelo pensamento marxista, não passa de interpretação baseada em *cânones legais* e desprovida de *fatos reais*. A solução para os problemas sociais está em uma mudança de atitude dos sujeitos, em uma mudança em sua relação subjetiva com o mundo: basta *confundir trabalho e recreação* e todos os problemas sociais serão solucionados. Esta visão idealista da recreação penetra e irradia-se decretando a insignificância das características do trabalho obrigatório. O problema central, agora, refere-se à *incapacidade dos indivíduos de empregar adequadamente o tempo livre*:

O ócio representa uma das grandes conquistas do homem e marca o início da humanização do trabalho. A luta pelas oito horas de trabalho, oito horas de descanso e oito horas de recreação, significa que o homem não busca apenas libertar-se do labor como escravidão ou suposta maldição bíblica, para transformá-lo em um meio através do qual se conseguem os recursos destinados à vida física imediata (alimentação, vestuário e habitação) e à vida psíquica (educação, cultura, recreação).

Tal conquista, todavia, veio encontrar o homem incapacitado para aproveitá-la. Experiências efetuadas na Inglaterra, no início da era industrial, mostraram que muita gente, obrigada a trabalhar demasiado para sobreviver, perdeu a capacidade de recrear-se sadiamente, quando consegue mais horas livres. O fenômeno não se registra somente nas classes operárias, o que seria justificável até certo ponto, mas em grande escala nas chamadas classes privilegiadas, dado a falta de orientação de como aproveitar o tempo livre e os meios materiais disponíveis.

[...]

A incapacidade gerada pelo trabalho excessivo é apenas um dos elementos negativos. O maior deles, todavia, radica na falta de orientação de como aproveitar ultimamente o tempo de lazer e os meios disponíveis.

[...]

Daí, o papel relevante que a recreação poderá exercer na sociedade, como elemento positivo, preenchendo utilmente às horas de lazer (PITHAN E SILVA, 1971, p. 11-12).

Este não saber o que fazer com o tempo livre é tomado como causa central da bebedeira e da adesão aos jogos de azar, que acabam destruindo a família e incapacitando para o trabalho:

O fato que narramos a seguir, ilustra bem o fenômeno: ‘Maria S. L., de profissão lavadeira, apresentou queixa à polícia dizendo que o marido a espancava freqüentemente, e aos filhos

menores, furtando-lhe o dinheiro conseguido com sacrifício, pela lavagem de roupa. Raramente dormia em casa. Estava desempregado.

Feita a investigação em torno do caso, chegou-se a saber o seguinte: "Maria e António S. L. estavam casados há doze anos. Tinham três filhos, dois meninos e uma menina, a primogênita. Pobres, lutavam para manter o lar em condições suportáveis. António trabalhava em uma fábrica de conservas e Maria, para aliviar as despesas, lavava roupa para fora. Mas, apesar das dificuldades, havia paz no lar e eram mais ou menos felizes. Com o tempo as coisas foram melhorando. António conseguiu promoção no emprego e considerável aumento salarial. À promoção e aumento de salário seguiu-se uma redução nas horas-trabalho, pois a fábrica deixou de funcionar aos sábados. O aumento de salário proporcionou a António a possibilidade de divertir-se. Todavia, por falta de orientação, o divertimento escolhido foi deixar-se ficar até altas horas num bar da vizinhança, onde jogava "sinuca" e bebia com os amigos.

Maria, apesar do aumento que António havia obtido, continuava a lavar roupa. Em pouco tempo as coisas foram ficando pretas. António começou a chegar tarde no serviço, e amiúde falhava, pois suas noitadas no bar começaram a minar-lhe a saúde e a moral. Não levou muito, e foi despedido. Aí, começou a "via crucis" da esposa. Desempregado, sem dinheiro, viciado no jogo e na bebida, exigia da mulher os poucos vinténs que arranjava com seu trabalho. Quando não atendia aos seus pedidos, espancava-a sem piedade. Batia nas crianças também. A vida de Maria e dos filhos transformara-se num inferno. Por isso, sua resolução de levar o fato à polícia".

Casos como o citado há milhares idênticos. O mesmo se passa nas classes abastadas: o dinheiro fácil estimula a infidelidade conjugal, o jogo, as farras, o abandono do lar e dos filhos. A delinquência encontra, nas horas de ócio mal utilizadas, um dos seus mais assinalados fatores.

Daí, o papel relevante que a recreação poderá exercer na sociedade, como elemento positivo, preenchendo utilmente as horas de lazer" (PITHAN E SILVA, 1971, p. 12).

A defesa do preenchimento *adequado* do tempo livre – leia-se, com atividades que não prejudiquem o rendimento do trabalhador no horário de trabalho – será sustentada e disseminada em todo este primeiro ciclo, mantendo-se até a atualidade, envolvida em floreios diversos. Neste contexto, a recreação aparece não como uma construção social e histórica, mas como uma necessidade natural (biológica) que se faz necessário canalizar (1) para o tempo livre do trabalho; (2) garantindo descanso e divertimento adequados ao trabalhador.

O tempo livre das pessoas vem sendo utilizado para uma enorme quantidade de coisas. Muitas delas, conquanto não sejam atividades nocivas em si, não conduzem a nada. O próprio fato de não conduzir a nada, é um índice negativo. Não incluímos no espaço chamado "tempo livre" aquele que se destina ao repouso, ao sono, pois se trata de uma necessidade psico-biológica à qual ninguém é dado fugir. Tempo livre ou horas de lazer, é o espaço de tempo do qual (sic!) estamos livres da necessidade do trabalho e do repouso. Neste espaço podemos fazer muito ou até nada. Se bem aproveitado, o tempo livre constitui um fator valiosíssimo no crescimento e progresso do ser humano. Tempo livre é *oportunidade*, oportunidade que é *liberdade*, liberdade que permite *eleição*, *escolha*. Se valor depende do uso que lhe for atribuído (PITHAN E SILVA, 1971, p. 13).

Os manuais divulgados nesta década estão recheados de sugestões de atividades consideradas benéficas: *jogos esportivos, jogos de mesa, jogos de salão, leitura, cinema, música, teatro, pescaria, excursões, trabalhos manuais*. A preocupação com uma política

de recreação está claramente associada à prevenção da *delinqüência* e da *corrupção* (PITHAN E SILVA, 1971, p. 13). As capas dos livros de Pithan e Silva (1971) e Marinho (1981) estão recheadas da campanha contra os jogos de azar empreendida naquela década.

Na década de 60, encontramos 21 trabalhos publicados, sendo 13 de Ethel Bauzer Medeiros relativos a reedições de manuais de acervos de jogos (1960), elementos para o planejamento da recreação pública municipal (1960, 1961, 1964), papel do educador no planejamento da recreação pública (1961), infância e literatura (1967). Também deparamos com o trabalho de Lelia Iacovo publicado pelo SESI e cujo título é *Ensaio de Recreação* (1960); o manual clássico de Ruth Gouvêa: *Recreação* (1963); o trabalho de Vicente Ferreira da Silva: *Ócio versus trabalho* (1964); a terceira edição do *Manual de educação física, jogos e recreação* (1966), de Mauro S. Teixeira & Júlio Mazzei; o trabalho de J. C. de Oliveira Torres: *Lazer e cultura* (1968); o clássico de Maria Junqueira Schmidt, *Educar pela Recreação* (1969); o clássico de Renato Requixa, *As dimensões do lazer* (1969).

A crença no encaminhamento para a *civilização do lazer* aparece claramente configurada nos trabalhos daquela década, como podemos observar em Schmidt:

É fato incontestável que nossa civilização do trabalho está se encaminhando rapidamente para o que poderemos chamar de *civilização do lazer*.

A utilização das técnicas modernas de progresso nas horas livres vem exercendo influência tão poderosa na mentalidade de jovens e adultos que se torna urgente, para pais e educadores, enfrentar esses novos instrumentos de formação de nacionalidade.

A mensagem do cinema, da televisão, do rádio e dos esportes comercializados, da literatura sensacionalista, atuando sobre a sensibilidade angustiada da nossa época, pode bem levar a sociedade a uma desintegração desastrosa, por força de sua ação materializadora.

Estudando as funções dos meios modernos de recreação e de suas respectivas possibilidades educativas, poderemos, entretanto, empregá-los com imenso proveito, integrando-os num sistema de valores que darão unidade à nossa vida e equilíbrio à nossa personalidade.

Estamos convencidos de que a felicidade se encontra principalmente na faculdade de “transformar o dever em alegria” e que “a busca violenta dos prazeres imprime a estes certo cunho penoso de deveres a cumprir”. Com efeito, a sabedoria está na capacidade de, milagrosamente, transfigurar e exaltar o cotidiano, cultivando um estilo de vida isento de necessidades artificiais; e, só em segundo lugar, de saber tirar o máximo partido do extraordinário para a renovação, o aperfeiçoamento e o pleno rendimento de nossas potencialidades (SCMITH, 1969, p. 12).

Em outra passagem, a autora destaca *Como educar pela recreação*, onde se evidencia o esforço de descolamento da realidade objetiva e de condução para o que a autora chama de *zona ideal*.

Todas as finalidades da moderna pedagogia podem ser desenvolvidas excelentemente através da recreação. A recreação corrige a aspereza da vida. Transporta para uma zona ideal. Pelo jogo, superamos nossas contingências e requintamos nossas técnicas de vida, escapamos à pressão exterior e aos nossos problemas íntimos, porque nos instalamos no mundo da utopia. Nesse mundo, desabrocham virtualidades que se encontram adormecidas no cotidiano. Realizamos plenamente os nossos desejos, marchando assim para a frente, isto é, para a maturação. E como o jogo desenvolve as qualidades latentes, o ser melhor dotado é, via de regra, aquele que mais brinca. Assim, a cobaia, ser de curta inteligência, diz Chateau, já é adulta no 2º ou 3º dia de vida; ao passo que o rato branco, muito mais esperto, tem uma infância de quatro semanas. A rapidez do desenvolvimento, longe de ser favorável, é nociva à inteligência. O que é precoce é precário.

Para a criança, o jogo, diz Claparede, é o trabalho, é o dever, é o ideal. Na vida do adulto, a recreação é também um dos elementos mais positivos de enriquecimento da personalidade. No conceito de Schiller, o homem só é completo quando brinca.

Nesse sentido, pode-se dizer que há um humanismo de recreação, do lazer, do passatempo. Por isso mesmo, pais e educadores devem atribuir a máxima importância ao problema da utilização dos lazeres. Esse problema requer, efetivamente, metodologia especializada, pois que abrange a formação do indivíduo desde o berço até os bancos universitários. E vai além. A civilização do lazer, substituta eventual da civilização do trabalho, está a exigir técnicas orientadoras da recreação até mesmo para o adulto. Não é, acaso, na futilidade e no materialismo dos nossos passatempos que desviamos hoje as linhas-mestras do nosso caráter?

Através das páginas deste livro estudaremos o valor das principais modalidades de recreação sob o ponto-de-vista do rendimento da personalidade e analisaremos os meios de proporcionar à criança brinquedo construtivo e ao jovem, bem como ao adulto, recreação que possa educar (SCHMIDT, 1969, p. 37-38).

Em uma proposição eminentemente idealista e funcionalista, a recreação aparece em Schmidt enquanto uma ferramenta a serviço do reordenamento da sociedade, através do reordenamento das relações dos indivíduos consigo mesmos e com os outros. A paz social, um projeto funcionalista, pode ser atingida mediante a conquista do *estado* de recreação. O jogo aparece como o recurso privilegiado para a conquista dos valores sociais que é necessário disseminar:

A recreação bem supervisionada arranca a criança e o adolescente da sua atitude de base que é a da agressividade e restaura a paz com o adulto, dando-lhe assim confiança nos homens e na ordem do mundo. No jogo o adulto perde sua situação de superioridade. Ali, todos são tratados de igual para igual. O adulto sofre, como a criança, as mesmas penalidades quando comete erros. Daí a facilidade com que a criança aceita o castigo no jogo. O castigo lhe chega sem carga emocional. É impessoal, pois decorre de um regulamento. É imparcial e universal, pois automaticamente atinge a todos.

O jogo faz aceitar prazenteiramente as responsabilidades. Dá hábitos de auto-suficiência, de expansão do eu e de iniciativa. Adapta aos grupos. Ameniza a competição profissional. Previne a delinqüência, oferecendo oportunidade à imaginação de realizar o sonho do extraordinário e aliviando os frustrados dos seus desejos de vingança da família que os traumatizou e da sociedade para a qual transfere os seus rancores. Os delinqüentes confessam, não raro, que transgrediram as leis porque em casa nunca acontecia nada de interessante.

O jogo aquieta os instáveis, porque exalta formas sadias de heroísmo, satisfazendo assim a aspiração obsessiva ao papel de super-homem. Canaliza os excessos de energia e os transforma em atividade útil e harmoniosa. Atenua a ansiedade gerada pelos conflitos familiares.

A recreação educa para a utilização construtiva das horas de lazer, — "as horas favoritas da sedução do Mal". Gera a euforia e a transfere para o campo do trabalho. Em suma, equilibra a criança. Equilibra o adolescente. Equilibra o adulto.

Ora, as gerações modernas estão sofrendo de desequilíbrio. Nossa sociedade, cada vez mais industrializada em virtude da mecanização do trabalho, não oferece muita oportunidade para expressão dos anseios e dos interesses do homem total.

Por isso mesmo, a recreação vem constituindo uma das aspirações mais acentuadas da nossa época. Estamos, como em nenhuma era da humanidade, imbuídos daquela verdade que Sócrates exprimiu tão luminosamente: "O lazer é a melhor dentre as possessões do homem". Pão e Circo, clamam todas as classes sociais. E o Circo talvez nos empolgue mais ainda que o Pão. Comemos rapidamente e rações cada vez mais reduzidas. Mas o divertimento, com que avidez o procuramos! Popularidade da casa de campo, invasão dos clubes, apinhamento nas praias e piscinas, esportes que monopolizam os noticiários e a imaginação, música comercializada até os extremos da saturação, teatro que floresce, corais que se multiplicam, cinema e televisão que já são imposições obsessivas, rádio que se cola ao indivíduo como uma sombra. Que falta ao homem moderno para se recrear? E será ele mais feliz, esse homem que tanto se diverte? Ou serão esses divertimentos apenas uma forma de dissipação? De fuga aos temores que o assaltam? De evasão à angústia da hora presente? (SCHMIDT, 1969, p. 39).

Cabe destacar, que nas décadas de 50 e 60, certamente, a fim de preencher o vazio de uma produção que se mantinha presa a receitas dos jogos, brinquedos e brincadeiras, quando a questão de lazer começa a aparecer como uma grande revolução¹¹³ – são traduzidos para o português e publicados no Brasil textos de expressão internacional: *O elogio do lazer* (RUSSELL, Bertrand, 1957); *A teoria da classe ociosa* (VEBLEN, Thorstein, 1965¹¹⁴); *A Ideologia da sociedade industrial e Eros e civilização* (MARCUSE, Herbert, 1967; - 1968); *A nova classe média* (MILLS, Wright, 1969). Estas traduções são indicativas da existência de interesse crescente dos intelectuais pela temática¹¹⁵ e da relevância social que esta temática vai adquirindo, ainda que apoiada numa falsa previsão de uma sociedade pós-industrial (HOBBSAWM, 1995, p. 296) que permitia a libertação humana do trabalho, gerando a sociedade do lazer. Mas também são indicativas do tipo de

113 As obras de Jofre Dumazedier são indicativas desta crença.

114 Texto originalmente escrito em 1899 (CHASE, Stuart, in: VEBLEN, 1965).

115 Estes autores se encontram nas obras referidas pelos estudiosos do lazer, na seguinte proporção: 09 citações a Marcuse; 05 referências a Mills; 07 referências a Bertrand Russel; 11 referências a Veblen. Este mapeamento ainda não foi concluído, podendo-se afirmar apenas que o estudo destes autores compõe a formação dos sociólogos e dos estudiosos do lazer no Brasil.

discurso que os editores desejavam ver veiculado no Brasil¹¹⁶. Aqui também, embora com menor desenvolvimento, experimentávamos o esforço de implantação de um *Estado de Bem-Estar*, principalmente os países de capitalismo consolidado e avançado.

Mas nesta ocasião, também o Brasil acordava para as mudanças que ocorriam no mundo, entre estas, após 1950, a intensificação da urbanização (e a “morte do campesinato”); a nova divisão internacional do trabalho; o êxodo rural e, em virtude das demandas advindas com as novas tecnologias desenvolvidas durante as guerras, o aumento da necessidade de escolarização. Depois de publicados os títulos, que no plano internacional, discutiam a problemática do lazer, sob patamares bem diferentes das receitas para a ocupação do tempo livre, também o Brasil, através do Sistema “S” e da Pontifícia Universidade Católica do RS, percebia a necessidade de melhor compreensão deste “fenômeno”.

O controle do tempo livre do trabalhador, embora permanecesse central em tempos do fantasma do comunismo – uma fantasmagoria midiaticamente ampliada às beiras do terror (HOBSBAWM, 1995, p. 223) – permanecia, mas não poderia mais ser a única questão em foco. O keynesianismo havia colocado a questão do aumento do consumo de massas. Isto também atingiria a prática social do lazer, colocando para os *estudos do lazer* outras questões a observar. Embora este movimento só vá começar a ser percebido na década de 80, faz-se, efetivamente, em toda a década de 70, na qual predomina o conhecimento do que os trabalhadores estão fazendo em seu tempo livre. O controle, agora, destinava-se à preparação do terreno da expansão do consumo, entremeado pela disposição da ditadura (a partir de 1964) em manter amordaçado todo o discurso que lhe soasse subversivo.

116 Uma das questões instigantes ainda por investigar: quais as razões que levaram os editores a publicar estes textos no Brasil e por que estes foram os textos escolhidos.

4.2 O Segundo Ciclo (1968-1979):

Um segundo ciclo vai estar localizado entre 1968 e 1979, marcado pela publicação de 89 trabalhos em 11 anos, em uma média de 8,1 trabalho/ano – ocorrendo durante a Ditadura Militar. Neste período, ocorre um processo simultâneo de (1) apontamentos de diretrizes para a política nacional de lazer e de (2) realização de pesquisas acerca do que está a fazer do tempo livre do trabalho profissional e escolar a classe trabalhadora. Trata-se de aprimorar a oferta de serviços e a formação de profissionais adequados à prestação de serviços em lazer. Caracteriza-se pela preocupação com o mapeamento dos interesses e conteúdos culturais do lazer (SANT'ANNA, 1994)¹¹⁷ e com a formação de pessoal qualificado para atuação, principalmente, no Sistema “S”, como também em outras agências de prestação de serviços.

Do ponto de vista do fluxo da produção do conhecimento referente aos *estudos do lazer* no Brasil, o que vai marcar este segundo ciclo? A multiplicação de trabalhos disseminados, ocasionada pela preocupação com o aprimoramento técnico conceitual, e a ampliação dos estudos empíricos sobre os “usos do tempo livre” com vistas ao aprimoramento dos sistemas de políticas (de caráter privado) voltadas à oferta de serviços de lazer (SANT'ANNA, 1994). O que permitiu tal multiplicação?

Hobsbawm assinala que, em razão da demanda por formação em ensino secundário e superior, ocasionada pelos progressos tecnológicos promovidos pela *Era do Ouro*, e aproveitando as tecnologias produzidas durante as guerras, as décadas de 50 e 60 experimentam uma explosão demográfica de estudantes em praticamente todos os países de

117 O estudo da autora deve ser consultado para um entendimento mais aprofundado do que vai caracterizar a década de 70. O intervalo temporal que adotamos para a delimitação deste segundo ciclo aproxima-se daquele delimitado pela autora. Discordamos da síntese de Mascarenhas, remetendo-se a Sant'Anna, ao afirmar este período como aquele no qual o lazer “deixa de ser concebido exclusivamente como oportunidade de descanso e entretenimento” e passa a ser visto como “espaço de consumo e potencial instrumento para a veiculação de normas e valores consonantes com os interesses econômicos da racionalidade produtiva”, formando-se então “uma política específica para o setor” (MASCARENHAS, 2000b, p. 21). No Primeiro Ciclo, como demonstramos, (1) a veiculação de valores e normas de convívio social nasce simultaneamente com as políticas e a produção do conhecimento; (2) as políticas antecedem ligeiramente a produção do conhecimento como o demonstram os estudos de Gomes 2003b; (3) o SESC e o SRO, como órgãos executores da política de lazer para os trabalhadores, já haviam sido fundados na década de 40.

capitalismo avançado e nos países do terceiro mundo (HOBSBAWM, 1995, p. 289). Essa explosão demográfica explica parte das mobilizações da década de 60. Parte da explosão na produção do conhecimento também pode ser explicada pelos mesmos processos que explicam a expansão dos estudos em nível superior experimentada durante as décadas de 60 e 70. No entanto, não é suficiente. A questão central é que havia demanda por conhecimento sobre o lazer. O que explica esta demanda? Para responder a essa questão, temos de compreender em que contexto político-econômico a *Era do Ouro*, que vai desenvolver-se no pós-Segunda Guerra Mundial, nos coloca.

Contexto Histórico:

Quando enfrentam o que seu passado não as preparou para enfrentar, as pessoas tateiam em busca de palavras para dar nome ao desconhecido, mesmo quando não podem defini-lo nem entendê-lo. Em determinado ponto do terceiro quartel do século, podemos ver esse processo em andamento entre os intelectuais do Ocidente. A palavra chave era a pequena preposição “após”, geralmente usada na forma latinizada “pós” ou “post” como prefixo para qualquer um dos inúmeros termos que durante algumas gerações foram usados para assinalar o território mental da vida no século XX. O mundo, ou seus aspectos relevantes, tornou-se pós-industrial, pós-imperial, pós-moderno, pós-estruturalista, pós-marxista, pós-Gutenberg, qualquer coisa. Como os funerais, esses prefixos tomaram conhecimento oficial da morte sem implicar qualquer consenso, ou na verdade certeza, sobre a natureza da vida após a morte. Assim a transformação mais sensacional, rápida e universal na história humana entrou na consciência das mentes pensadoras que a viveram (HOBSBAWM, 1995, p. 282).

1968 não apresenta nenhuma razão, do ponto de vista da produção do conhecimento referente aos *estudos do lazer*, para ser considerado um marco. Naquele ano, não localizamos mais que a referência a um único texto¹¹⁸. Mas, tal como no ciclo anterior, as explicações para a produção do conhecimento referente aos *estudos do lazer* devem ser buscadas no contexto político econômico que permite esta produção. Para Hobsbawm, 1968 é o ano que sinaliza o fim da Era do Ouro. A “*explosão do radicalismo estudantil em 1968*” era um sinal “*de que o equilíbrio da Era do Ouro não poderia durar*”.

118 TORRES, J. C. de Oliveira. *Lazer e Cultura*. Petrópolis, Vozes, 1968.

Economicamente, esse equilíbrio dependia de uma coordenação entre o crescimento da produção e os ganhos que mantinham os lucros estáveis. Um afrouxamento na ascensão contínua de produtividade e/ou um aumento desproporcional nos salários resultariam em desestabilização. Dependia do que estivera dramaticamente ausente no entreguerras, um equilíbrio no crescimento da produção e a capacidade dos consumidores de comprá-la. Os salários tinham que subir com rapidez suficiente para manter o mercado ativo, mas não para espremer os lucros. Como, porém, controlar salários numa era de demanda excepcionalmente florescente? Como, em outras palavras, controlar a inflação, ou pelo menos mantê-la dentro de limites? Por último, a Era do Ouro dependia do esmagador domínio político econômico dos EUA, que atuavam – às vezes sem pretender – como o estabilizador e assegurador da economia mundial.

Durante a década de 1960, tudo isso dava sinais de desgaste. A hegemonia dos EUA declinou e, enquanto caía, o sistema monetário com base no dólar-ouro desabou. Houve alguns sinais de diminuição na produtividade da mão-de-obra em vários países, e sem dúvida sinais de que o grande reservatório de mão de obra da migração interna, que alimentara o *boom* industrial, chegava perto da exaustão. Após vinte anos, tornara-se adulta uma nova geração, para a qual a experiência do entreguerras – desemprego em massa, insegurança, preços estáveis ou em queda – era história, e não parte de sua experiência. Eles haviam ajustado suas expectativas à única experiência de seu grupo etário, de pleno emprego e inflação contínua (Friedman, 1968, p. 11). Qualquer que tenha sido a situação responsável pela “explosão mundial de salários no fim da década de 60 – escassez de mão de obra, crescente esforços dos patrões para conter os salários reais, ou, como na França e na Itália, as grandes rebeliões estudantis – tudo se assentava na descoberta, feita por uma geração de trabalhadores a ter ou conseguir emprego, de que os regulares e bem-vindos aumentos há tanto negociados por seus sindicatos eram na verdade muito menos do que se podia arrancar do mercado. Detectemos ou não um retorno à luta de classes nesse reconhecimento de realidades do mercado [...] não há dúvida sobre a impressionante mudança de espírito entre a moderação e a calma das negociações salariais antes de 1968 e os últimos anos da Era de Ouro.

Uma vez que era diretamente relevante para o modo como a economia funcionava, a mudança no estado de espírito dos trabalhadores teve muito mais peso que a grande explosão de agitação estudantil em 1968 e por volta dessa data, embora os estudantes oferecessem material mais sensacional para os meios de comunicação e muito mais alimento para os comentaristas. A rebelião estudantil foi um fenômeno fora da economia e da política. [...] Seu significado cultural foi muito maior que o político, que foi passageiro – ao contrário de tais movimentos em países do Terceiro Mundo e ditatoriais. [...] Contudo, serviu como aviso, uma espécie de *memento mori* a uma geração que em parte acreditava ter solucionado para sempre os problemas da sociedade ocidental. Os grandes textos do reformismo da Era do Ouro [...] baseavam-se na presença da crescente harmonia interna de uma sociedade agora basicamente satisfatória, se bem que aperfeiçoável, ou seja, na confiança da economia de consenso social organizado. Esse consenso não sobreviveu à década de 60.

Portanto, 1968 não foi nem um fim, nem um princípio, mas apenas um sinal. (HOBBSAWM, 1995, p. 279-280)

Hobsbawm explica que o *boom* da *Era do Ouro* provoca “o abandono dos países-núcleo da velha industrialização”. Tal ocorre em razão da “combinação” – fruto de um “consenso político entre direita e esquerda” – “keynesiana” de crescimento econômico numa economia capitalista baseada no consumo de massa de uma força de trabalho plenamente empregada e cada vez mais bem paga e protegida”. Por este caminho, a

“*extrema direita fascista-ultranacionalista*” e a “*extrema esquerda comunista*” são eliminadas, ocorrendo, então “*um consenso tácito ou explícito entre patrões e organizações trabalhistas*” com a finalidade de “*manter as reivindicações dos trabalhadores dentro de limites que não afetassem os lucros, e as perspectivas futuras de lucros*”, altos o suficiente “*para justificar os enormes investimentos sem os quais o espetacular crescimento da produtividade da mão-de-obra da Era do Ouro não podia ter ocorrido*”. Tratava-se de um “*arranjo triangular*” no qual os governos presidiam as negociações entre capital e trabalho convenientemente chamados de “*parceiros sociais*” (HOBSBAWM, 1995, p. 276).

Tratava-se de um pacto aceitável para todos os lados. Os patrões, que pouco se incomodavam com altos salários num longo *boom* de altos lucros, apreciavam a previsibilidade que tornava mais fácil o planejamento. A mão-de-obra recebia salários que subiam regularmente e benefícios extras, e um Estado previdenciário sempre mais abrangente e generoso. O governo conseguia estabilidade política, partidos comunistas fracos (exceto na Itália) e condições previsíveis para a administração macroeconômica que todos os Estados então praticavam. E as economias dos países capitalistas industrializados se deram esplendidamente bem, no mínimo porque peça primeira vez (fora dos EUA e talvez da Australásia) passava a existir uma economia de consumo de massa com base no pleno emprego e rendas reais em crescimento constante, escorada pela seguridade social, por sua vez paga pelas crescentes rendas públicas. [...]

Até fins da década de 1960, a política da Era do Ouro refletiu esse estado de coisas. [...] o reformismo logo bateu em retirada, embora não o consenso. O grande *boom* da década de 1950 foi presidido, quase em toda parte, por governos de conservadores moderados. [...] a esquerda estava inteiramente fora do poder [...] Não pode haver dúvida sobre o recesso da esquerda. [...]. Todos, com exceção dos comunistas, eram confiavelmente anti-russos. O clima da década de prosperidade era contra a esquerda. Não era tempo de mudança.

Na década de 1960, o centro de gravidade do consenso mudou para a esquerda; talvez em parte do crescente recuo do liberalismo econômico diante da administração keynesiana, [...], talvez em parte porque os velhos senhores que presidiam a estabilização e ressurreição do sistema capitalista deixaram a cena [...]. Verificou-se certo rejuvenescimento da política. Contudo, há um claro paralelismo entre a mudança para a esquerda e os acontecimentos públicos mais significativos da década, ou seja, o aparecimento de Estados de Bem-estar no sentido literal da palavra, quer dizer, Estados em que os gastos com a seguridade social – manutenção de renda, assistência, educação – se tornaram a *maior parte* dos gastos públicos totais, e as pessoas envolvidas em atividades de seguridade social formavam o maior corpo de todo o funcionalismo público [...]. Os primeiros Estados de Bem-estar, nesse sentido, apareceram por volta de 1970. [...] No fim da década de 1970, todos os Estados capitalistas avançados se haviam tornado “Estados do Bem-estar” desse tipo, com seis deles gastando mais de 60% de seus orçamentos na seguridade social.

Enquanto isso, a política das “economias de mercado desenvolvidas” parecia tranqüila, senão sonolenta. Que havia de excitante, a não ser o comunismo, os perigos de guerra nuclear, e as crises internas que as atividades imperiais no exterior traziam, como a aventura de Suez de 1956, na Grã-Bretanha, a Guerra da Argélia, na França (1954-61), e, depois de 1965, a Guerra do Vietnã, nos EUA? Foi por isso que a súbita e quase mundial explosão de radicalismo estudantil em 1968 e por volta dessa data pegou tão de surpresa os políticos e os intelectuais mais velhos (HOBSBAWM, 1995, p. 277).

A partir de 1964, o Brasil vive a Ditadura Militar que vai acirrar-se em 1968. As condições que levam a esta Ditadura já estão postas no Segundo Governo de Getúlio Vargas, levando-o ao ato político do suicídio. Este desfecho adia o golpe, mas não as tentativas que vão suceder-se nos governos de Kubitscheck e Goulart. Sodré as descreve no seguinte trecho:

A posse de Kubitschek, a renúncia de Quadros, a posse de Goulart deram lugar a tentativas de rompimento do regime vigente, pela via do golpe militar — a mais usada no caso brasileiro —, coroado de êxito, finalmente, em 1964. A simples enumeração de eventos políticos como os citados e de tentativas sucessivas de golpe autoritário, e o seu triunfo ao final da série, assinalam a instabilidade a que a opção pelo modelo de subordinação ao imperialismo apresentava, como condição implícita e intrínseca. E assinalam, por outro lado, o fim da compatibilidade do modelo adotado com um regime político com o mínimo de condições de liberdade. O modelo levava, naturalmente, impositivamente, a um regime de força. Impô-lo exigia atos autoritários. Daí as sucessivas tentativas de golpe, até a eclosão daquele que daria acabamento à transição e estabeleceria o novo modelo. A conciliação estava liquidada.

O regime estabelecido no Brasil, com o golpe militar de abril de 1964, levado ao extremo limite dos atos de dezembro de 1968, e a sucessão de governos exercidos por chefes militares, empenhando as Forças Armadas na execução de um modelo político, econômico e social novo na história brasileira — modelo, aliás, estabelecido ao influxo das doutrinas imperialistas elaboradas nas condições da "guerra fria" — conheceu duas fases: uma fase preparatória, entre a conquista do poder e a eliminação dos últimos resquícios de liberdade, isto é, entre abril de 1964 e dezembro de 1968; e uma fase, a segunda, de acabamento, de plenitude da ação ditatorial, entre dezembro de 1968 e abril de 1979; quando se inicia a terceira fase, a de declínio e exaustão do modelo.

O modelo começou, assim, com uma inflação da ordem de 90% ao ano – e este foi um dos pretextos para a deposição Goulart [...] (SODRÉ, 1990, p. 157).

Em *Estado militar e educação no Brasil*, José Wellington Germano recorda a participação das Forças Armadas em momentos significativos da vida política brasileira:

A participação das Forças Armadas, notadamente do Exército, na vida política do Brasil começa a tornar-se significativa a partir da segunda metade do século XIX com a Guerra do Paraguai (1865-1870), projeta-se na abolição da escravatura (1888), na proclamação da República (1889) e culmina com o golpe de Estado de 1964. Na verdade, desde então o Exército esteve presente em todas as reviravoltas na história do Brasil, exercendo sempre um papel decisivo nos momentos de crise. Com efeito, o Exército: a) concorreu significativamente para a abolição da escravatura em 1888; b) instaurou a República em 1889; c) contribuiu para o fim da República oligárquica em 1930; d) participou, em 1937, da implantação da ditadura de Vargas (Estado Novo); e) depôs o mesmo Vargas em 1945; f) esteve presente nos episódios que levaram ao suicídio de Vargas em 1954; g) deflagrou o golpe de Estado de 1964 (GERMANO, 2005, p. 40).

O desenvolvimento das Forças Armadas no Brasil a partir da Guerra do Paraguai vai incluir *elementos do burocratismo burguês [...] que vão entrar em contradição com o caráter escravista do Estado* (GERMANO, 2005, p. 42), inaugurando aí as condições para

o fortalecimento do exército como braço da revolução burguesa no Brasil. Germano explica:

A consolidação do domínio burguês, no nível plúctico, no entanto, ocorre a partir do Estado Novo (1937-1945), quando se efetiva uma acentuada intervenção do Estado na economia, a modernização do aparelho estatal e a participação de profissionais de classe média, militares e empresários no aparelho administrativo. Em tal situação, o Exército abandona as posições reformistas que adotara anteriormente. [...] “se sete anos antes uma parcela do Exército liderava o movimento de destruição da velha ordem agora ele servia de parteiro para a nova ordem, mas diferente da imaginada pelos revolucionários de 1930. A ênfase agora não seria nas reformas sociais, na representação classista, no combate ao latifúndio, mas no desenvolvimento econômico, na indústria de base, na dívida externa, na exportação, nas estradas de ferro, no fortalecimento das Forças Armadas, na segurança interna e na defesa externa” (GERMANO, 2005, p. 43).

O autor demonstra que o projeto que orienta a instalação da Ditadura Militar de 1964 é a *necessidade de um Estado forte e poderoso como forma de alcançar o desenvolvimento econômico* (GERMANO, 2005, p. 44). Destaca essencialmente o pensamento de Góes Monteiro que sugeria “*um vasto elenco de medidas que iam desde a promoção da indústria nacional, especialmente de motores, aviões, viaturas e siderurgias, até planos que envolviam a educação moral, cívica e física, a imprensa, a organização sindical etc.*”. Enfatizava ainda o combate ao estadualismo, o reforço ao espírito de nacionalidade, a regulação da vida econômica, a reforma das instituições (GERMANO, 2005, p. 44). *Trata-se de um Estado autoritário que açambarque múltiplas funções, desde a intervenção e regulação da esfera econômica – conduzindo o processo de industrialização – até a educação cívica do povo* (GERMANO, 2005, p. 45).

O autor destaca, ainda, a concepção de Góes Monteiro de que *é necessário formar uma “mentalidade nacional construtiva”, estabelecendo “em bases sólidas, a segurança nacional, com o fim sobretudo de disciplinar o povo e obter o máximo de rendimentos em todos os ramos da atividade pública”*. Mas este antiliberalismo de Góes Monteiro *nem de longe significava uma incompatibilidade com a burguesia*, ao contrário, *tratava-se de uma “nova ordem não liberal, mas inequivocamente burguesa”* (GERMANO, 2005, p. 45-46). A Ditadura de 1964 tinha a tarefa de consolidar a ordem burguesa implantada entre 1930 e 1964, mas ameaçada pelo avanço democrático.

[...] tem sido uma praxe das classes dominantes brasileiras, em diversas ocasiões, bater às portas dos quartéis, em momentos de crise, para salvaguardar seus interesses e afastar a irrupção das

classes subalternas da arena política. Os momentos políticos da história do país não se revestiam assim do caráter de revoluções autênticas, mas de manobras “pelo alto”, de golpes que contaram com a efetiva intervenção militar, configurando uma participação popular escassa ou mesmo ausente (GERMANO, 2005, p. 48).

Os estudos de Antunes (1992, p. 13-38) destacam *o confronto operário* na década de 70, no qual os trabalhadores, empurrados pela injunção à superprodução nas fábricas, expostos a situações de tensão e risco de acidentes, tendo seus salários fraudados, conforme denunciado em 1973, organizam-se lentamente em greves por local de trabalho – em um amplo movimento de resistência à *prevalência de uma política salarial que subtraía de todas as formas o salário operário* (ANTUNES, 1992, p. 18) – culminando com a *Greve Geral Metalúrgica de Março de 1978*. Sob as pressões da Ditadura Militar, a Classe Operária organiza-se.

E é no seio dos conflitos que se dão no interior da estrutura que foi pensada para a modernização e industrialização racionalizada do Brasil que vai configurar-se a necessidade de atualização dos *estudos do lazer* a estas demandas. O segundo ciclo marca o tratamento da problemática pelos sociólogos ligados, principalmente, ao Serviço Social do Comércio, com incumbência, naquela entidade, de estruturar teorias e políticas para o encaminhamento de soluções para a fruição do lazer no Brasil.

Temáticas, problemáticas, autores e obras:

Durante a Ditadura Militar¹¹⁹ (1964-1984) e a Transição Democrática (1984...) os

119 Segundo Hobsbawm (1995, p. 425), o terceiro quartel do século XX (1950-1975) foi marcado por guerrilhas, assumindo no Terceiro Mundo a forma predominante de luta revolucionária. No Brasil, encontramos a Guerrilha do Araguaia deflagrada em 12 de abril de 1972, como resistência ao período mais duro da Ditadura Militar no Brasil. Encontramos também neste período a Guerra do Vietnã (1946-1954 – Forças nacionalistas Viet-minh contra colonialistas franceses; 1964-1975 – frente de nacionalistas e comunistas Vietcong enfrentaram as tropas de intervenção norte-americanas); a Revolução Cubana (1959); Colômbia (1964 – Forças Armadas da Revolução Colombiana - FARCS). No Brasil, observa-se também a existência da Guerrilha Urbana. “As Forças Armadas tomaram o poder no Brasil em 1964 contra um inimigo bastante semelhante: os herdeiros do grande líder populista brasileiro Getúlio Vargas (1883-1954), que se deslocavam para a esquerda no início da década de 1960 e ofereciam democratização, reforma agrária e ceticismo em relação à política americana. As pequenas tentativas de guerrilha de fins da década, que proporcionavam uma desculpa para a implacável repressão do regime, jamais representaram um verdadeiro desafio a ele; mas deve-se dizer que após o início da década de 1970 o regime começou a relaxar e devolveu ao país um regime civil em 1985” (HOBSBAWM, 1985, p. 429).

estudos do lazer entram em uma outra fase caracterizada (1) pela consolidação da rede nacional de prestação de serviços sociais (e, em especial, de ocupação do tempo livre) – o Sistema “S” – fundado no ciclo anterior; (2) pela preocupação com a formação de profissionais voltados ao atendimento dos objetivos desta rede de prestação de serviços; (3) pela apropriação dos referenciais europeus e americanos no campo da sociologia do lazer; (4) pela conseqüente apropriação dos embates teóricos travados entre os referenciais europeus, principalmente, no campo da sociologia, essencialmente, no que toca à crítica marxista à sociologia do lazer; (5) pela crítica à produção do conhecimento referente aos *estudos do lazer* (FALEIROS, 1980; MARCELLINO, 1983a; OLIVEIRA, 1986a; CUNHA, 1987).

Apesar de reconhecer a existência de trabalhos sobre o tema publicados já nas décadas de 50 e 60¹²⁰, Renato Requiça (1977, p. 89-111) estebelece como marco para a consciência social sobre a problemática do lazer no Brasil o ano de 1969:

A importância social do lazer, como necessidade de criação de recursos para sua prática, ou como relevância de seu estudo, emergiu à consciência social brasileira em 1969, na cidade de São Paulo. Nessa data, a Secretaria do Bem-Estar do Município de São Paulo, e o Serviço Social do Comércio – SESC, de São Paulo, promoveram um congresso intitulado “Seminário sobre Lazer”, cujo subtítulo era “Perspectiva para uma sociedade que trabalha”.

Tal fato não significa a inexistência anterior de estudos e trabalhos sobre o lazer. Alguns, do mais alto valor científico, antecederam de muito o referido Seminário. Esses estudos foram provocados pela situação vivida pelas cidades brasileiras, que começavam a apresentar altas taxas de crescimento demográfico, e cujos serviços públicos não ofereciam uma resposta adequada à demanda. Os trabalhos em referência, de notável pioneirismo, também representavam uma análise crítica da época (REQUIÇA, 1977, p. 89).

O “*Seminário sobre Lazer: Perspectiva para uma sociedade que trabalha*” foi realizado na cidade de São Paulo, entre os dias 27 e 30 de outubro de 1969.

Dessa forma, a análise crítica da situação do lazer, no Brasil, que partiu da preocupação de alguns cientistas e pensadores brasileiros, com o “Seminário de 1969”, ganha ressonância social mais ampla, pois o assunto passa a ser tratado de forma institucional. O agravamento manifesto da qualidade de vida na cidade de São Paulo colocaria em foco o problema do lazer. Naquele momento surge o brado de alerta institucionalizado. Discute-se a carência do lazer dos milhões de habitantes de uma cidade voltada, de forma quase unidirecional, para a valorização da moral

120 O autor refere-se aos trabalhos de Oswald de Andrade (*A crise da filosofia messiânica*, 1950); de Acácio Ferreira (*Lazer Operário*, 1959); de Gilberto Freyre (1966); José Vicente de Freitas Marcondes (*Trabalho e lazer no Trópico*, 1966); João Camilo de Oliveira Torres (*Lazer e Cultura*, 1968). O autor entende que estes trabalhos surgem em decorrência da percepção dos cientistas acerca de um problema emergente: o lazer nos centros urbanos, mas é o evento do SESC que projeta o problema em todo o Brasil (REQUIÇA, 1977, p. 89-92).

do trabalho e, ao mesmo tempo, busca-se soluções, para a criação de recursos para a prática do lazer e para a continuada preocupação intelectual através de pesquisas e estudos sobre o tema.

As duas entidades promotoras do “Seminário” estavam ligadas à área do social, na cidade de São Paulo: uma, de natureza pública: a Secretaria do Bem-Estar Social, da Prefeitura de São Paulo: e, a outra, de natureza particular: o Serviço Social do Comércio – SESC, Administração Regional no Estado de São Paulo.

Mais uma vez confirmava-se a proposição de que o lazer é produto do próprio processo de desenvolvimento industrial. É na cidade de São Paulo, a mais industrializada cidade do país, onde o aspecto trabalho apresenta íntima conexão com a própria vida da cidade, que o lazer como tema haveria de impor-se, como aconteceu, com significativa importância. Assim, o lazer, como problema geral, emerge à consciência social brasileira nesse momento, e vai adquirindo progressiva importância social e política no país.

São Paulo apresentou institucionalizadamente, pela primeira vez, a idéia de se procurar ampliar o conhecimento das possibilidades que as horas livres oferecem para milhares de trabalhadores (REQUIXA, 1977, p. 91-92).

Denise Sant’Anna vai atribuir destaque especial ao período 1969-1979 para a compreensão do interesse pelo lazer. Na introdução ao seu *O lazer justificado* (1994), que opamos por citar longamente, a autora dirá:

Este estudo é fruto de nossa perplexidade diante da crescente problematização que as questões relativas aos usos do tempo livre – férias, finais de semana e de todo o tempo destinado por lei ao descanso e diversão, do trabalhador – alcançaram na cidade de São Paulo entre os anos de 1969 e 1979.

Tal problematização atravessou diversas instâncias e segmentos sociais, contribuindo para relacionar mais sistemática e assiduamente o domínio do lúdico, das relações sociais informais, dos encontros e atividades não necessariamente ligados ao trabalho, à esfera política econômica.

Em meio à paisagem endurecida da ditadura militar dos anos 70, que inscreveu em nossos corpos as marcas da repressão política e do arrocho salarial, que deixou suas mazelas no campo social, cultural, econômico e político de todo o país, irrompeu uma proliferação discursiva das vantagens e da importância de determinadas atividades lúdicas, de certos espaços de descanso e de diversão que, gradativa e desigualmente, impôs suas múltiplas vozes e ganhou novos espaços na imprensa, nas discussões institucionais, na fala de políticos e empresários.

A primeira impressão que temos ao lançar nossas atenções sobre esta época é a de que vivíamos simultaneamente dois movimentos distintos e opostos; por um lado, a exaltação a uma série de conteúdos do tempo livre permeados de ludicidade e, por outro, a ênfase no trabalho preconizada pelo Governo Militar e fortalecida com a política econômica do “Milagre Econômico”, que contribuiu para reduzir drasticamente o tempo livre da maior parte dos assalariados. Assim, poder-se-ia imaginar que a exaltação a determinados usos do tempo livre, a recomendação e a legitimação de certas atividades e espaços de diversão consistiam num lado a salvo do rosto pálido da ditadura militar.

No entanto, ao longo deste estudo, percebeu-se que a preocupação com as questões do tempo livre, principalmente na cidade de São Paulo, não emergiu de posições descompromissadas com a manutenção dos valores econômicos vigentes, nem foi implementada em função de interesses contrários ao desenvolvimento da política institucional dominante.

O que a pesquisa deixou transparecer, em meio à promoção de certos usos do tempo livre, foi o caráter de urgência que investiu as questões relacionadas de algum modo, à ludicidade e ao descanso do trabalhador. Um número maior de instituições privadas e setores da administração paulistana se voltava para o conhecimento dos usos do tempo livre da população e, ao mesmo tempo, buscava produzir técnicas, parâmetros e todo um instrumental destinado a administrar estes usos; o que contribuiu para retirá-los da sombra do mundo doméstico e explicitá-los à luz

dos questionamentos científicos e racionais, traduzindo-os sob a direção institucional, em espaços coletivos, como colônias de férias, centros recreativos, ruas de lazer, etc.

[...]

[...] na década de 70, alastraram-se por setores até então pouco permeáveis à sua influência uma preocupação com o lazer e um movimento de inspeção dos usos do tempo livre do trabalhador, especialmente nos grandes centros urbanos. Foi produzida uma concepção de lazer mais aberta a intervenções médicas, políticas e institucionais diferentes. Técnicos e estudiosos erigiram um conceito de lazer que visava a tornar útil e valoroso o lúdico e o descanso a interesses dos mais diversos: à indústria da moda, aos meios de comunicação de massa, à disciplina do trabalho, aos objetivos governamentais, etc. Nesta época, não se inventou o lazer mas, certamente, foi nela que inúmeras práticas lúdicas tenderam a ser examinadas e mais assiduamente segundo métodos científicos específicos e a ser transformadas numa disciplina racional, num conceito, capaz de operar diferentes formas de administração e promoção do lúdico, que se chamou de lazer (SANT'ANNA, 1994, p. 9-10).

Os dois autores, não sem razão, conforme demonstrado no *Gráfico 1*, vão dar destaque ao avolumamento do interesse pela problemática do lazer na década 70. Cabe acentuar, no entanto, que as afirmações que vão atribuir ao período em discussão o momento da institucionalização da preocupação com o lazer perdem sua força ante os estudos de Gomes (2003b) e Marcassa (2002) que demonstram, juntamente com nosso levantamento, a existência de preocupações com a ocupação do tempo livre no início do século XX, com grande probabilidade de ser localizado já no século XIX. Mas a década de 70, nos *estudos do lazer*, apresenta um salto qualitativo com relação ao período anterior. Este salto qualitativo, como bem o descreve Sant'Anna, é a conotação científica e racionalizada que vai acentuar-se na produção do conhecimento.

No longo trecho citado acima, Sant'Anna apresenta as bases objetivas que explicam e justificam o aumento da produção do conhecimento naquela década. Neste Segundo Ciclo, priorizam-se o aprimoramento teórico conceitual e a ampliação dos estudos empíricos sobre o lazer, de modo a permitir o conhecimento dos “usos do tempo livre”, configurando-se “planos, pesquisas e programas incentivadores de novas formas de praticar o lúdico, de aproveitar o tempo livre e nele ter prazer” (SANT'ANNA, 1994, p. 38).

Este segundo ciclo vai ocorrer a partir da segunda metade da década de 60, sendo impulsionado em toda a década de 70 pelo CELAR (1973-1978, Porte Alegre) e pelo CELAZER/SESC de onde saem os autores que vão deflagrar a produção deste segundo ciclo e formar os quadros que serão responsáveis pelos terceiro e quarto ciclos da produção

do conhecimento brasileira¹²¹. Observa-se, ainda, que além da produção oriunda do SESC e da PUCRS, intelectuais de projeção nacional pronunciavam-se acerca do problema (FREYRE, 1970; 1971).

A contribuição destes dois centros de estudos é bastante diferenciada. O CELAR – Centro de *Estudos do lazer* (1973-1978) – foi criado em um processo de ampliação das políticas públicas voltadas para o lazer implementadas pela Administração Pública de Porto Alegre, através da *Secretaria Municipal de Educação e Cultura* para, entre outras atribuições, administrar os “*Centros de Comunidade*” por meio de um contrato de prestação de serviços entre a prefeitura de Porto Alegre e a PUC. A intenção era gerar um “terceiro setor”, que viabilizasse a operacionalização dos Centros de Comunidade sem os entraves oriundos da estrutura burocrática das prefeituras¹²². Tratava-se de um projeto integrado de pesquisa, formação e prática profissional. As ações do CELAR começam com um *Encontro Estadual sobre Lazer* (1974) e com o *Curso de Especialização em Lazer* (1975-1976), com carga horária de 465h. Kátia Brandão Cavalcanti participa deste curso, produzindo a monografia *O Semilazer no Trabalho do Animador*. Ano de finalização: 1976¹²³. Atuaram no CELAR Zillah Totta, Liz Cintra Rolim, Lenea Gaelzer (convidada), Luiz Oswaldo Leite, Lúcia Castilho, Wilmar Figueiredo de Souza (2002).

O SESC, por sua vez, para além da atuação na prestação de serviços em lazer, também estruturou o CELAZER – *Centro de Estudos do lazer e da Recreação* (1979), atuando na década de 70, especialmente a partir de 1974, como editor. Publica o *Boletim de Intercâmbio*; os *Cadernos de Lazer*; a *Série Lazer da Biblioteca Científica SESC*, entre outras obras dos intelectuais a ele ligados. Volta-se principalmente para a formação do pessoal que atua nas várias unidades do SESC espalhados pelo Brasil, mas suas produções são enviadas para as Bibliotecas Universitárias¹²⁴. Compunha os *Cadernos de Lazer* uma

121 Esta informação está disponível em Requiça (1982); em Mascarenhas (2005a, p. 4); em Werneck (2002). Alguns resultados dos trabalhos desenvolvidos no CELAZER podem ser obtidos com a leitura dos Cadernos de Lazer publicados em uma parceria entre o SESC e a Editora Brasiliense (1977, 1978).

122 Para mais detalhes, ver Werneck (2002).

123 Orientador: Suzana Kilpp. Fonte: Currículo da Plataforma Lattes.

124 Localizamos os *Cadernos de Lazer* entre os periódicos da Biblioteca Otavio Ianni do Instituto de Filosofia e Ciências Humanas da UNICAMP.

secção nomeada Bibliografia, na qual eram listados os principais trabalhos produzidos no exterior sobre a temática (CADERNOS DE LAZER, 1, 2, 3, 4, 1977 e 1978).

Alguns dos quadros formados pelo Serviço Social do Comércio virão, principalmente na década de 90, participar da formação de profissionais graduados e pós-graduados pelas Universidades Brasileiras. Atuaram profissionalmente no *Sistema S* profissionais e professores renomados como Nelson Carvalho Marcellino (SESC, 1975-1983); Kátia Brandão Cavalcanti (SESC, 1977-1979); Luiz Octávio de Lima Camargo (SENAC, 1995-2005; SESC – Coordenação do CELAZER, 1979); Paulo de Salles Oliveira (SESC, 1980-1983, Assistente do Coordenador do Centro de *Estudos do lazer*); Luiz Wilson Pina (08/1975 a 06/2003 – SESC São Paulo – Atualmente Encontra-se no SESC Rio de Janeiro); Newton Cunha, funcionário do SESC no momento; Victor Andrade de Melo (03/1994 a 2/1995 SESC-Pompéia - 3 meses como temporário e o restante como efetivo concursado); Luiz Gonzaga Godói Trigo (1994/2004, várias atribuições)¹²⁵.

Refletindo sobre este período, também reconhecendo-o como marco na história da preocupação com a produção do conhecimento referente aos *estudos do lazer* no Brasil, Mascaranhas dirá:

O forte viés ideológico da *teoria do lazer* que ocupa a cena histórica da década de 1970 forja, conseqüentemente, uma dada “verdade” sobre o lazer, determinando suas representações e práticas. E esta “verdade” afirmada ancorava-se, justamente, naquilo que se esperava das práticas de lazer, algo não apenas lúdico e alegre, mas algo disciplinador e compensatório, contribuindo moral e fisicamente para a produção e reprodução da força de trabalho. Em sendo assim, a *teoria do lazer* que se desenvolveu nesta época tinha por base a crítica e a oposição a todo e qualquer tipo de lazer que expressasse hábitos e modos de vida dissonantes daqueles que não fossem a obediência e o rendimento. De tal modo, entrava em luta direta contra as concepções subjetivistas e hedonistas de lazer, via de regra, consideradas como um entrave à formação do operário massa por se alicerçarem em teorias negadoras do trabalho (MASCARENHAS, 2005a, p. 7).

O autor identifica, neste traço do período, a existência dos conflitos que vão permitir a revisão crítica dos *estudos do lazer* a qual vai ocorrer na década de 80, portanto, no terceiro ciclo. Demonstra estes conflitos, no parágrafo seguinte, expondo sua expressão na obra de Marcellino:

125 As informações aqui disponibilizadas foram extraídas do Currículo Lattes dos pesquisadores ou obtida diretamente por meio de troca de mensagens eletrônicas.

Isto quer dizer que a *teoria hegemônica de lazer*, ditada a partir do aparelho estatal, organizada por suas instituições assessoras, como o SESI e o SESC, e difundida por ações e campanhas de massa, não era um todo homogêneo. Na margem da contradição, corriam outras concepções. O entendimento deste conflito começa a aparecer em Marcellino (1987), quando são colocadas lado a lado duas grandes linhas disputando o conceito de lazer, uma que o considera uma *atitude* e outra que o define em relação ao *tempo*. [...] Entram em luta, portanto, duas diferentes visões de mundo, uma *realista-objetivista*¹²⁶ e outra *idealista-subjetivista*, em maior ou menor escala, cada qual deixando suas influências sobre a pesquisa e a *teoria do lazer* (MASCARENHAS, 2005a, p. 8).

Entre os marcos deste segundo ciclo, além do encontro já referido em 1969, encontramos o *I Encontro Nacional sobre Lazer* (Cultura, Recreação e Educação Física)¹²⁷, realizado pelo SESC e patrocinado pelo Ministério do Trabalho, que ocorre no Rio de Janeiro, de 24 a 29 de agosto de 1975, com trabalhos disseminados em ANAIS. Em 1976, o SESC promove o *I Encontro Nacional de Recreação*, também realizado pelo Departamento Nacional da entidade no Rio de Janeiro, reunindo as experiências de seus Departamentos Regionais¹²⁸, ocorrendo também o *II Seminário Mundial de Lazer* (abril, 1976), durante o qual se elabora a “*Carta do Lazer*”.

Assim, na década de 70, temos a primeira explosão na produção do conhecimento referente aos *estudos do lazer*, com 87 publicações. Podemos dizer que o marco do **segundo ciclo** da produção do conhecimento dos *estudos do lazer* no Brasil é o clássico *As dimensões do lazer* (Requixa, 1969). É um ciclo marcado por intensos debates quanto aos usos do tempo livre, quanto à distinção entre lazer e ócio e a relação entre estes e o trabalho, com supervalorização do primeiro termo (REALE, 1980; MARCELLINO, 1983b, 1987; SANT’ANNA, 1994; CAMARGO, 2003), dando-se continuidade ao projeto de conformação da classe operária no Brasil. No entanto, os *estudos do lazer* ignoram literalmente a Ditadura Militar, mas esta não era mesmo uma condição favorável a qualquer reflexão mais crítica.

Entre os trabalhos publicados nesta fase, encontramos, de Gilberto Freyre (1970; 1971), *Tempo, ócio e arte: reflexões de um latino-americano em face do avanço da*

126 Para o autor, a *sociologia empírica do lazer* (MASCARENHAS, 2005a, p. 10).

127 Participaram deste evento Zilah Tota, Lamartine Pereira da Costa, Lenea Gaelzer, Jofre Dumazedier, Renato Requixa e Ruth Gouvêa.

128 Estados do Paraná, Minas Gerais, Pará, Capital Federal, Rio de Janeiro, Guanabara, Ceará, Amazonas, São Paulo, Santa Catarina, Sergipe, Piauí, Paraíba e Mato Grosso.

automação e *Um assunto atualíssimo: os tempos sociais*. Francisco de Macedo Riopardense publica *O uso do tempo e o equipamento urbano de recreação* (1970). Ethel Bauzer Medeiros (1971, 1972, 1974, 1975) vai publicar *O lazer no planejamento urbano; Atividades lúdicas populares; O educador e a atividade criadora; Valor da recreação nos países em desenvolvimento; O lazer no mundo atual; Lazer: necessidade ou novidade?* Marlene Yurgel (1972, 1973, 1974) publica uma série de trabalhos no campo da arquitetura, urbanismo e lazer, e Roberto Burle Marx (1974) publica *Áreas verdes e lazer*. Lamartine Pereira da Costa (1975) publica *Esporte para todos*. Lenea Gaelzer publica quatro trabalhos ligados à Recreação (1973, 1975, 1978, 1979) e, entre estes, o clássico *Lazer: bênção ou maldição?*, prefaciado por Inezil Penna Marinho, que havia publicado *Educação Física, Recreação e Jogos* (1957) e que, nesse ano, publica o seu *Raízes etimológica, histórica e jurídica do lazer* (1979). Paulo Nunes de Almeida (1974, 1977) publica *Dinâmica lúdica, técnicas e jogos pedagógicos* e *A explosão recreativa dos jogos*. Maria Heloísa Fénelon Costa (1975) se pergunta *Há lazer entre os carajás?* Emile Derlon Linson (1975) se pergunta: *O lazer é um problema nos países em desenvolvimento?* Renato Requiça escreve (1973, 1974, 1976, 1977a, 1977b): *Lazer e ação comunitária; O lazer e a civilização urbana; As dimensões do lazer; O lazer na cidade grande; O lazer na grande cidade e os espaços urbanizados* e *O lazer no Brasil*. Luiz Otávio de Lima Camargo (1978, 1979) vai iniciar suas publicações com *Lazer e Preservação do Patrimônio Cultural e Recreação Pública*. Cecília Torreão Stramandinoli (1971) publica *Aspectos psicológicos do lazer* e José Inácio Parente (1977) publica *Lazer e psicologia preventiva*. N. Pithan e Silva (1971) publica seu *Manual de Recreação*. José Otão (1973) escreve *A educação permanente e o lazer* e Alípio Pires Castello Branco (1973) publica *Educação, lazer e vida urbana*. Manoel José Gomes Tubino (1973) publica *Colônia de Férias*.

Um estudo mais detido da produção do conhecimento, da conjuntura político-econômica faz-se necessário. Parece-nos óbvio que este movimento não pode prescindir dos documentos e depoimentos dos gestores do Sistema “S” em seu braço social, o que não é possível realizar nesta pesquisa.

4.3 O Terceiro Ciclo (1979-1989):

O *terceiro ciclo* (1979-1989) – marcado pela publicação de 125 trabalhos em 10 anos, em uma média de 12,5 trabalho/ano – vai ocorrer no período da abertura política. Mantém os traços dos dois ciclos anteriores, no que toca à produção de orientações sobre o que fazer e o que não fazer com o tempo livre, no que toca à catalogação do que os trabalhadores estão escolhendo fazer, no que toca à preocupação com a formação de pessoal para a atuação na prestação de serviços e no que toca à proposição e direcionamento das políticas públicas. No entanto, esboça-se um processo intenso de debate e crítica da orientação teórica funcionalista detectada como a marca predominante dos períodos anteriores. Esta crítica à orientação funcionalista predominante no período anterior, entretanto, não é acompanhada da explicação das bases concretas que a produzem. Vai caracterizar-se pela abertura política e pelo processo de ampliação do espaço para a discussão da problemática do lazer no ensino superior, com a passagem de diversos profissionais formados pelo SESC para os quadros do Ensino Superior Público e Privado¹²⁹. Mantém-se a preocupação com o mapeamento dos interesses e conteúdos culturais do lazer, com ampliação das discussões para a relação trabalho/lazer em sua complexidade, iniciando-se um breve processo de crítica da produção do conhecimento providenciada nos períodos anteriores, com apoio destacado sobre a obra de Marx e Engels.

Contexto histórico:

A *Era do Ouro*, caracterizada por grandes investimentos em ciência e tecnologia e desenvolvimento de processos de mecanização que requeriam cada vez menos gente (HOBSBAWM, 1995, p. 262), lega às décadas de 70 e 80 a crise econômica e o

desemprego em massa (HOBSBAWM, 1995, p. 299). O historiador destaca que *a comparação dos problemas econômicos das décadas de 1970-90 com os do entreguerras é falha, embora o medo de outra Grande Depressão tenha perseguido essas décadas*. A pergunta quanto à possibilidade de a grande depressão voltar a acontecer é freqüente, principalmente após *um novo e dramático (e global) crash na bolsa americana em 1987 e uma grande crise de câmbio internacional em 1992*. A *Era do Ouro* acaba por volta de 1973-5, com *alguma coisa bem semelhante a uma depressão cíclica bastante clássica, que reduziu a produção industrial nas “economias de mercado desenvolvidas” em 10% ao ano e o comércio internacional em 13%* (HOBSBAWM, 1995, p. 394). O *crescimento econômico no mundo capitalista desenvolvido* (em ritmo mais lento) e o *comércio internacional nos produtos da indústria, motor do crescimento mundial* (este último, na década de 80, acelerou-se num ritmo comparável à Era do Ouro) continuaram. Para a África, a Ásia Ocidental e a América Latina, no entanto, a década de 80 foi de *severa depressão*. *Cessou o crescimento do PIB per capita*, houve empobrecimento da maioria das pessoas e a produção caiu. *Os problemas que tinham dominado a crítica ao capitalismo antes da guerra, e que a Era do Ouro em grande parte eliminara durante uma geração – “pobreza, desemprego em massa, miséria, instabilidade” [...] – reapareceram depois de 1973* (HOBSBAWM, 1995, p. 395).

[...] durante as Décadas de Crise, a desigualdade inquestionavelmente aumentou nas “economias de mercado desenvolvidas”, principalmente desde que o quase automático aumento nas rendas reais a que a classes trabalhadoras se haviam acostumado na Era do Ouro agora chegara ao fim. Tanto os extremos de pobreza e riqueza subiram a gama de distribuição de renda entre eles. [...] Como os países capitalistas ricos estavam muito mais ricos do que nunca e seu povo, em geral, estava agora protegido pelos generosos sistemas de previdência e seguridade social da Era do Ouro [...] havia menos inquietação social do que se poderia esperar, embora as finanças do governo se vissem espremidas entre enormes pagamentos de benefícios sociais, que subiam mais depressa que as rendas do Estado em economias cujo crescimento era mais lento do que antes de 1973. [...]

[...] No início da década de 1990, um clima de insegurança e ressentimento começara a espalhar-se até mesmo em muitos dos países ricos. Como veremos, isso contribuiu para que nele ocorresse o colapso dos padrões políticos tradicionais. Entre 1990 e 1993, poucas tentativas se fizeram de negar que mesmo o mundo capitalista desenvolvido estava em depressão. Ninguém afirmava a sério saber o que fazer a respeito, além de esperar que aquilo passasse. Apesar disso, o fato fundamental das Décadas de Crise não é que o capitalismo não mais funcionava tão bem quanto na Era do Ouro, mas que suas operações se

129 É o caso de Nelson Carvalho Marcellino, Luiz Otávio de Lima Camargo, Lamartine Pereira da Costa, Kátia Brandão Cavalcanti, Heloísa Turini Bruhns, Paulo de Salles Oliveira, Luiz Wilson Pina, Newton Cunha, Victor Andrade de Melo, entre outros.

havam tornado incontroláveis. Ninguém sabia o que fazer com relação aos caprichos da economia mundial, nem possuía instrumentos para administrá-la. O grande instrumento para fazer isso na Era do Ouro, a política de governo, coordenada nacional ou internacionalmente, não funcionava mais. As Décadas de Crise foram a era em que os Estados nacionais perderam seus poderes econômicos (HOBSBAWM, 1995, 397-398).

Os governos deste período não perceberam a permanência da crise, endividando-se e aplicando *as velhas receitas keynesianas de administração econômica* (HOBSBAWM, 1995, p. 98). O debate entre *ultraliberais* e *keynesianos* é retomado com intensidade, dominando as políticas de governos a partir de 1980.

A batalha entre keynesianos e neoliberais não era nem um confronto puramente técnico entre economistas profissionais, nem uma busca de caminhos para tratar de novos e perturbadores problemas econômicos. (Quem, por exemplo, tinha sequer considerado a imprevista combinação de estagnação econômica e preços em rápido crescimento, para a qual se teve de inventar o termo “estagflação” na década de 1970?). Era uma guerra de ideologias incompatíveis. Os dois lados apresentavam argumentos econômicos. Os keynesianos afirmavam que altos salários, pleno emprego e o Estado de Bem-estar haviam criado a demanda de consumo que alimentara a expansão, e que bombear mais demanda na economia era a melhor maneira de lidar com as depressões econômicas. Os neoliberais afirmavam que a economia e a política da Era do Ouro impediam o controle da inflação e o corte de custos tanto no governo quanto nas empresas privadas, assim permitindo que os lucros, verdadeiro motor do crescimento econômico numa economia capitalista, aumentassem. De qualquer modo, afirmavam, a “mão oculta” smithiana do livre mercado tinha de produzir o maior crescimento da “Riqueza das Nações” e a melhor distribuição sustentável de riqueza e renda dentro dela; uma afirmação que os keynesianos negavam. Contudo, a economia nos dois casos racionalizava um compromisso ideológico, uma visão *a priori* da sociedade humana. Os neoliberais desconfiavam e sentiam antipatia pela social-democrata Suécia, uma espetacular história de sucesso econômico do século XX, não porque ela ia ter problemas na Década de Crise – como tiveram outros tipos de economias –, mas porque se baseava no “famoso modelo econômico sueco, com seus valores coletivistas de igualdade e solidariedade” [...] Por outro lado, o governo da Sra. Thatcher na Grã-Bretanha era impopular na esquerda, mesmo durante seus anos de sucesso econômico, porque se baseava num egoísmo associal, na verdade anti-social. Eram posições dificilmente abertas à argumentação (HOBSBAWM, 1995, p. 399).

A globalização da economia após 1970 [...] pôs os governos de todos os Estados, com exceção dos EUA, à mercê de um incontrolável mercado mundial, desorientando liberais e social-democratas (HOBSBAWM, 1995, p. 401).

O que tornava os problemas econômicos das Décadas de Crise extraordinariamente perturbadores, e socialmente subversivos, era que as flutuações conjecturais coincidiam com convulsões estruturais. A economia mundial que enfrentava os problemas das décadas de 1970 e 1980 não era mais a da Era de Ouro, embora fosse, como vimos, o produto previsível daquela era. Seu sistema de produção fora transformado pela revolução tecnológica, globalizado ou “transnacionalizado” em uma extensão extraordinária e com conseqüências impressionantes. Além disso, na década de 1970 tornou-se impossível ignorar as revolucionárias conseqüências sociais e culturais da Era do Ouro, [...] assim como suas conseqüências ecológicas potenciais.

A melhor maneira de ilustrar tais conseqüências é através do trabalho e do desemprego. A tendência geral da industrialização foi substituir a capacidade humana pela capacidade das máquinas, o trabalho humano por forças mecânicas, jogando com isso pessoas para fora dos empregos. Supunha-se, corretamente, que o vasto crescimento da economia tornado possível por essa constante revolução industrial criaria automaticamente mais do que suficientes novos empregos em substituição aos velhos perdidos, embora as opiniões divergissem sobre o tamanho do corpo de desempregados necessário para a operação eficiente de uma tal economia. [...], as Décadas de Crise começaram a dispensar mão-de-obra em ritmo espetacular, mesmo nas indústrias visivelmente em expansão. [...] O número de trabalhadores diminuiu relativamente, absolutamente e, em qualquer caso, rapidamente. O crescente desemprego dessas décadas não foi simplesmente cíclico, mas estrutural. Os empregos perdidos nos maus tempos não retornariam quando os tempos melhoravam: não retornariam jamais (HOBSBAWM, 1995, p. 402).

O historiador destaca que o desemprego estrutural não ocorria apenas *porque a nova divisão internacional do trabalho transferia indústrias de velhos países regionais e continentes para novos* com extrema facilidade, em busca de mão de obra mais barata [...] mas porque *países pré-industriais e os novos recém-industrializados eram governados* (1) *pela lógica férrea da mecanização*, uma lógica que convertia *até mesmo o mais barato ser humano mais caro que uma máquina capaz de fazer o seu trabalho*, e (2) *pela lógica igualmente férrea da competição de livre comércio genuinamente mundial*. Imensas levas de trabalhadores ligados aos ramos de telefonia, bancário, metalúrgico, agrícola, entre vários outros segmentos, perdem permanentemente seus empregos – e toda uma vida dedicada àquela formação e àquela profissão –, sendo obrigados a buscar novos ramos de trabalho, ou condenados ao desemprego, à miséria e à desolação.

O desempenho e a produtividade da maquinaria podiam ser elevados constantemente, e para fins práticos interminavelmente, pelo progresso tecnológico, e seu custo dramaticamente reduzido. O mesmo não se dava com o desempenho dos seres humanos, como demonstra uma comparação das melhoras na velocidade do transporte aéreo com o recorde dos cem metros. De qualquer modo, o custo do trabalho humano não pode, por nenhum período de tempo, ser reduzido abaixo do custo necessário para manter seres humanos vivos num nível mínimo aceitável como tal em sua sociedade, ou na verdade em qualquer nível. Os seres humanos não foram eficientemente projetados para um sistema capitalista de produção. Quanto mais alta a tecnologia, mais caro o componente humano de produção comparado com o mecânico.

A tragédia histórica das Décadas de Crise foi a de que a produção agora dispensava visivelmente seres humanos mais rapidamente do que a economia de mercado gerava novos empregos para eles. Além disso, esse processo foi acelerado pela competição global, pelo aperto financeiro dos governos, que – direta ou indiretamente – eram os maiores empregadores individuais, e não menos, após 1980, pela então predominante teologia de livre mercado que pressionava em favor da transferência de emprego para formas empresariais de maximização de lucros, sobretudo para empresas privadas que, por definição, não pensavam em outro interesse além do seu próprio, pecuniário. Isso significou, entre outras coisas, que governos e outras entidades públicas deixaram de ser o que se

chamou de “empregadores de último recurso” [...]. O declínio dos sindicatos, enfraquecidos tanto pela depressão econômica quanto pela hostilidade de governos neoliberais, acelerou esse processo pois a produção de empregos era uma de suas funções mais estimadas. A economia mundial se expandia, mas o mecanismo automático pelo qual essa expansão gerava empregos para homens e mulheres que entravam no mercado de trabalho sem qualificações especiais estava visivelmente desabando.

[...] o campesinato, que formara a maioria da raça humana em toda história registrada, fora tornado supérfluo pela revolução agrícola, mas os milhões não mais necessários na terra eram, no passado, prontamente absorvidos por ocupações necessitadas de mão-de-obra em outros lugares, que exigiam apenas disposição para trabalhar, adaptação de habilidades rurais, como cavar e erguer paredes, ou capacidade de aprender no trabalho. Que aconteceria aos trabalhadores nessas ocupações quando por sua vez se tornassem desnecessários? Mesmo que alguns pudessem ser retreinados para os empregos de alta qualificação da era da informação, que continuavam a expandir-se (a maioria dos quais exigia cada vez mais educação superior), não havia suficientes empregos desse tipo para compensar [...]. Que aconteceria, aliás, aos camponeses do Terceiro Mundo que ainda fugiam em massa de suas aldeias? (HOBSBAWM, 1995, p. 404).

Tamanha transformação nas relações de trabalho, e extrema exploração a que se torna sujeita a classe trabalhadora – advinda do desespero e da aceitação de quaisquer condições de trabalho a fim de não morrer de fome – dá lugar a reflexões que alertam para a barbárie representada pelo descarte de seres vivos (FORRESTER, 1997), e a um conjunto de estudos produzidos por intelectuais de várias partes do mundo que vão discutir a procedência do abandono da centralidade do trabalho enquanto categoria sociológica central para a compreensão da vida humana. Evidencia-se claramente a confusão entre índices crescentes de desemprego e o progressivo desaparecimento do proletariado devido às transformações tecnológicas, com o descarte da categoria trabalho como categoria central para a compreensão da ação mediata e histórica do homem no mundo (ANTUNES, 1995)¹³⁰.

Destes debates, os *estudos do lazer* escutam ligeiros ecos, e captam aquilo que mais lhes interessa pelo bem da manutenção de um “novo” ramo de trabalho que cresce: trata-se de apontar o investimento pessoal e público no lazer como saída social e econômica. A substituição do vazio deixado pelo trabalho vai ser propagada. A educação para o tempo livre, disseminada com paixão. O crescimento dos setores voltados à prestação de serviços

130 Antunes destaca diversos autores que vão inscrever-se neste debate confirmando ou negando a centralidade do trabalho: André Gorz, Clauss Offe, Adam Scfaff, Ernest Mandel, István Meszáros, Robert Kurz, Alain Bihr, Thomas Gounet, Frank Annunziato, David Harvey, Simon Clarke. Debatem estas posições e retomam a noção de trabalho como categoria histórica, sociológica e filosófica. Recomendamos, portanto, os estudos de Antunes como referência, visto não podermos entrar neste debate agora.

de lazer, apontado como um investimento econômico promissor.

A complexidade destas proposições, sua viabilidade e até mesmo sua lógica teórica e histórica não são discutidas com rigor e radicalidade, considerando-se os parâmetros que informam os altíssimos índices de desigualdade no acesso à riqueza socialmente produzida. Nas Décadas de Crise, o Brasil recebe o título de *monumento de injustiça social*, onde *os 20% mais pobres da população dividiam entre si 2,5% da renda total da nação, enquanto os 20% mais ricos ficavam com quase dois terços dessa renda*. Nem de longe os estudos do lazer vão discutir estas questões. (HOBSBAWM, 1995, p. 397).

A desorientação ocasionada por estas transformações na divisão internacional do trabalho e no mundo mais direto dos homens que vivem da venda de sua força de trabalho; o enfraquecimento dos principais partidos de esquerda em razão da fuga para *movimentos de mobilização mais especializados* (defesa do meio ambiente, feministas) provocou abalos na política interna dos países desenvolvidos do mundo e, especificamente, dos subdesenvolvidos.

Novos grupamentos assumem provisoriamente o *vácuo* deixado pelas antigas forças políticas. No Brasil, elege-se Fernando Collor de Melo. Sobre esta situação, o historiador comenta: *Brasil e Peru [...] em 1989 e 1990 elegeram homens para a Presidência com base em que deviam ser dignos de confiança, pois nunca tinham ouvido falar neles antes* (HOBSBAWM, 1995, p. 407).

Temáticas, problemáticas, autores e obras:

O **terceiro ciclo** vai ocorrer na década de 80, sendo caracterizado pela qualificação em mestrado e doutorado daqueles profissionais que foram gerados pelo CELLAR e CELAZER e que, concomitantemente, vão ser incorporados nos quadros da formação superior universitária, este ciclo acontece no período histórico brasileiro conhecido como “reabertura”. Inicia-se, neste período, o estímulo à formação de coletivos de

pesquisadores¹³¹.

Neste período explode a apropriação da obra de Marx e Engels pelos estudiosos do lazer, com dissolução de continuidade. Neste ciclo, a produção do conhecimento terá como marcos a abordagem dos *estudos do lazer* como temática dos programas de pós-graduação e os eventos regulares realizados especialmente pela Educação Física durante as décadas de 80 e 90. Nesta fase ocorrem intensos debates que vão expor as ideologias em que a problemática do lazer está envolta, disseminando-se trabalhos de crítica à produção do conhecimento e à matriz ideológica que a caracteriza.

Em 1980, ocorre a *III Semana de Estudos Turísticos em Campinas*. Em 1989 ocorre, em Brasília – DF, o *I Encontro Nacional de Profissionais de Recreação e Lazer*, que passará a ocorrer anualmente. Em 1990, o Programa de Pós-graduação da Faculdade de Educação Física da UNICAMP mantém um *Departamento de Estudos do lazer* (DEL), ofertando em 1991 a primeira turma do *Curso de Especialização em Lazer*. Em 1993 são iniciados os *Encontros Nacionais de História do Esporte, Lazer e Educação Física* (anuais). Em 1997, o *Congresso Brasileiro de Ciências do Esporte* (bianual) inicia a inscrição para a exposição de trabalhos em Grupos de Trabalho Temáticos (Espaço do CBCE, 1996, p. 296-298)¹³²; em 2000 o CELAR/UFMG inicia os *Seminários Lazer em Debate* (ANUAIS) e o DEL/FEF/UNICAMP inicia os seus *Ciclos de Debates Lazer e Motricidade* (1999, 2000, 2001).

Destaca-se ainda que em 1998 publica-se o primeiro número do periódico *Licere* (Gomes e Melo, 2003). Este conjunto de ações no campo da produção do conhecimento e da organização de sua disseminação, juntamente com a política de capacitação e estímulo à

131 Lombardi faz um levantamento das políticas para a Ciência e Tecnologia implementadas no Brasil nas décadas de 70 e 80. Neste balanço, afirma que “A atual onda de formação de coletivos de pesquisadores deu-se com a mudança no CNPq ocorrida em 1985, com a criação do Ministério da Ciência e Tecnologia, e quando o órgão se tornou o centro do planejamento estratégico da ciência no Brasil. A nova atribuição do CNPq decorria dos ‘ventos’ (neo) liberalizantes em curso que, além do estímulo à formação de instituições públicas e privadas de pesquisa, passou a ter necessidade de melhor conhecer quem e como se faz ciência e tecnologia no Brasil, motivada pelo privilegiamento das idéias de competição e busca da qualidade, no âmbito da ciência e da tecnologia. Com isso, surgiu no CNPq a defesa de instrumentos capazes de medir a capacidade de competir e avaliar a qualidade da produção científica e tecnológica nacional” (LOMBARDI, 2004, p. 164). No âmbito dos *estudos do lazer*, já havíamos experimentado o CELAR e o CELAZER, embora, aparentemente, não houvesse relação direta entre a fundação destes grupos e as políticas do CNPq.

produção do conhecimento implementada pela Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES), prepara as condições para um fluxo crescente de publicações, de modo que, na década de 80, temos um total de 113 publicações; na década de 90 temos um total de 582 trabalhos publicados; e nestes seis primeiros anos desta primeira década do século XXI a produção sobe para 1754 trabalhos. Se quisermos ver isto em termos de média, temos 11,3 trabalhos/ano na década de 80; 58,2 trabalhos/ano na década de 90; 292 trabalhos/ano nesta primeira década do século XXI.

Na década de 80, o movimento de expansão da produção do conhecimento continua com oscilações curiosas. A organização desta produção em gráfico por colunas permite perceber esta oscilação, com picos de produção de mais de vinte trabalhos em 1980, seguidos de anos em que a produção permanece abaixo de dez trabalhos: (1982, 1985, 1987, 1989 e anos nos quais a produção é superior a este número: 1983 (11 trabalhos publicados), 1984 (13 trabalhos publicados), 1986 (14 trabalhos publicados), 1988 (12 trabalhos publicados). Esses dados nos fazem procurar explicações para as razões destas oscilações.

Na década de 80, encontramos a produção inicial da geração de autores que vai ser responsável pela formação dos profissionais os quais atuarão no ensino superior nas duas décadas seguintes. Destacamos Nelson Carvalho Marcellino; Kátia Brandão Cavalcanti; Paulo de Salles Oliveira; Luiz G. G. Trigo; Newton Cunha; Maria Isabel de Souza Lopes; Maria Isabel Leme Faleiros; Dante Silvestre Neto; Lílian A. B. do Valle; Yara Maria Kuster; Sarah Bacal; Maria Cecília Spina Forjaz; Liz Cintra Rolim; Marília Gomes dos Reis Ansarah.

Ao mesmo tempo, Ethel Bauzer Medeiros; Renato Requixa; Luiz Otávio de Lima Camargo; Lenea Gaelzer mantêm suas produções. Todos os textos deste período são conhecidos da maior parte das novas gerações de estudiosos do lazer, mas desejo destacar dois trabalhos que nos chamam especial atenção: a apresentação de Francisco Foot-Hardman (1980) *Trabalho e lazer no movimento operário* à primeira edição brasileira de O

132 No CBCE realizado em 1997 em Goiânia, são implantados 12 Grupos de Trabalhos Temáticos, entre estes, GTT6 – Educação Física/Esporte e Recreação/Lazer.

Direito à Preguiça (Paul Lafargue¹³³, 1880) e o texto de Miguel Reale *O direito de não trabalhar* (1980), a nosso ver, textos pouco explorados pelos estudiosos da área. Em 1980, ocorre a III Semana de Estudos Turísticos em Campinas, o restante das publicações no período ocorre em periódicos diversos.

Na década de 90 somam-se a estas publicações, os trabalhos de Antonio Carlos Bramante; Márcia Ferreira Chaves; Márcia de Franceschi Neto; Ademir Gebara; Heloisa Turini Bruhns; Luiz Wilson Pina; Denise Santana; Ricardo Antunes; Tereza L. França; Victor Andrade de Melo; Giuliano Gomes de Assis Pimentel; Valquiria Padilha; Christianne Luce Gomes, Hélder Ferreira Isayama, e uma série de outros autores que vão sendo formados por Programas de Pós-graduação dirigidos à formação de profissionais para atuação no campo da Recreação e Lazer (na formação profissional, produção do conhecimento, ou políticas públicas), ou que vão desenvolver suas dissertações e teses – em programas de pós-graduação os mais diversificados – no contexto dos *estudos do lazer*. Em 1990, o Programa de Pós-graduação da Faculdade de Educação Física da UNICAMP mantém uma Subárea *Estudos do lazer*, ofertando em 1991 sua primeira turma do Curso de Especialização em Lazer.

Destaca-se que, a partir de 1989, são iniciados os Encontros Nacionais de Recreação e Lazer (anuais); em 1993 são iniciados os Encontros Nacionais de História do Esporte, Lazer e Educação Física (anuais), em 1997, o Congresso Brasileiro de Ciências do Esporte

133 Paul Lafargue (Santiago de Cuba, 15 de janeiro de 1842 – Paris, 26 de novembro de 1911). “De ascendência muito mesclada, Paul Lafargue foi para a França estudar medicina e não tardou a envolver-se em movimentos políticos de esquerda, a princípio sob a inspiração das idéias de Proudhon. Tendo se mudado para Londres em 1866, tornou-se íntimo da família de Marx, adotou os pontos de vista deste e casou com sua filha Laura. Instalou-se permanentemente em Paris após 1880, logo se tornou um importante propagandista do Parti Ouvrier Français e um infatigável popularizador do pensamento marxista no seio do movimento dos trabalhadores, mantendo-se sempre em contato estreito com Engels. Um dos mais versáteis e atraentes, embora não o mais ortodoxo, de todos os divulgadores do marxismo, Lafargue foi um ardente militante anticlerical. Os direitos das mulheres figuraram igualmente entre seus interesses, que também abrangeram questões econômicas. No cárcere, em 1883, Lafargue escreveu uma de suas obras mais apreciadas *Le droit à la Paresse*, em que, com algum exagero fantasioso, argumenta em favor de mais lazeres para os trabalhadores, tema que foi um dos primeiros a abordar. Sua origem colonial contribuiu para fazer dele um crítico do imperialismo e para interessá-lo nos novos campos da antropologia e da etnologia. Seu texto mais teoricamente ambicioso, *Origine et evolution de la propriété*, é uma brilhante apresentação da teoria marxista da história. (KERNAN, V. G. In: BOTTOMORE, Tom. Dicionário do pensamento marxista. Rio de Janeiro: Zahar, 2001, p. 210). Entre 1871 e 1910 Lafargue escreve 53 trabalhos, cito: “La journée légale de travail réduite à huit heures” (1882); “Les chansons et les cérémonies populaires du mariage” (1886); “Souvenirs personnels sur Karl Marx” (1890); “L’idéalisme et le matérialisme dans la conception de l’histoire” (1895); “Souvenirs personnels sur F. Engels” (1904). Ver <http://www.marxists.org/francais/lafargue/index.htm> . Ver também Chauí (1999).

(bianual) inicia a inscrição para a exposição de trabalhos em Grupos de Trabalho Temáticos (GTT's)¹³⁴. Neste ciclo está concentrado o primeiro movimento de apropriação da obra de Marx (FALEIROS, 1980; OLIVEIRA, 1986; LOPES, 1986; CUNHA, 1987), assim como o movimento de negação da obra de Marx e do marxismo como referencial para a compreensão desta problemática (REALE, 1980; MARCELLINO, 1987; CAMARGO, 1986). Reconhecemos, na chamada *crise do socialismo* e na *derrocada do socialismo real*¹³⁵, as bases para a este recuo, uma vez que essa crise traz conseqüências para a organização da esquerda em todo o mundo, quando então o pensamento de esquerda sofre um retrocesso em um período de perplexidade e desnorreamento. Compreendemos que este movimento se faz sentir nos *estudos do lazer*, cuja expressão, a nosso ver, é o recuo nos esforços de apropriação da obra de Marx e Engels para a explicação da problemática. Um movimento nem sequer bem ensaiado apaga-se em um contexto complexo que é necessário precisar com mais cautela.

134 No X Congresso do Colégio Brasileiro de Ciências do Esporte de Goiânia (20-25/10/1997), são implantados 12 Grupos de Trabalhos Temáticos (GTT) Educação Física/Esporte: 1 – Escola; 2 – Políticas Públicas; 3 – Comunicação e Mídia; 4 – Processos de ensino aprendizagem; 5 – Formação Profissional/Campo de Trabalho; 6 - Recreação/Lazer; 7 – Saúde; 8 – Rendimento de Alto Nível; 9 – Pessoas Portadoras de Necessidades Especiais; 10 – Grupos/Movimentos Sociais (Raça, Classe, Gêneros, Terceira Idade, Trabalhadores, Meninos de Rua, etc.); 11 – Epistemologia (estatuto Científico, Pressupostos da Produção do Conhecimento, etc.); 12 – Trabalhos que não se vinculam aos acima relacionados. **Fonte:** Folder com Comunicado do CBCE aos sócios e não sócios divulgando o período, a temática e as condições para inscrições no X CONBRACE (1997). Goiânia: Gráfica e editora potência, 1997.

135 Lombardi vai destacar que a chamada *crise do socialismo* traz em seu bojo a negação do marxismo tomado como “uma concepção datada, com alcance já esgotado para ‘novas’ formulações e para a produção de ‘novos’ conhecimentos”. O autor ressalta que este discurso “[...] não é tão novo assim, pois a burguesia e seus intelectuais orgânicos têm produzido uma crítica semelhante [...] desde o aparecimento da concepção socialista moderna” (LOMBARDI, 1993, p. 159), estando na raiz desta crítica a *negação* da objetividade do real, da possibilidade do conhecimento, da razão, da ciência, da história, da luta de classes e, em última instância, da perspectiva da revolução (LOMBARDI, 1993, p. 145-146), questões centrais para o pensamento marxista clássico (Marx, Engels, Lenin) e que põem às claras as intenções contra-revolucionárias da burguesia (MARX e ENGELS, 1998). O autor aponta ainda as raízes da polêmica mais recente acerca da *crise socialista*, destacando os seguintes acontecimentos: (1) a partir do XX Congresso do PCUS (1956), “o projeto socialista, e com ele o marxismo, deixa de ser identificado com um determinado modelo de revolução e de movimento internacional”; (2) a situação do terceiro mundo desde os anos 50; (3) a explosão de radicalismo político expressa nos movimentos do final dos anos 60 em todo o mundo; (4) crise geral da economia indicativa de uma crise geral do capitalismo no final da década de 60; (5) fim da Guerra Fria, as transformações no bloco soviético (Perestroika e glasnost) (LOMBARDI, 1993, 218-219). Destaca a diferença deste debate mais recente em relação ao debate realizado até meados de 1980, em virtude dos *acontecimentos do bloco socialista*, apontando as três posições básicas que caracterizam este debate: (a) fim do sonho socialista e afirmação da social-democracia como único projeto possível para a esquerda; (b) reconhecimento da existência de uma crise e defesa da necessidade de uma “revisão, renovação ou reforma dos fundamentos do projeto socialista”, mantendo o horizonte do socialismo como projeto político; (c) negação da existência da crise socialista, uma vez que o socialismo não chegou a ser implantado, mantendo-se a defesa do socialismo como projeto histórico (LOMBARDI, 1993, p. 237). O autor destaca uma série de acontecimentos mais recentes que conduzem à falência do “socialismo realmente existente” entre os anos de 1980 e 1990 (1993, p. 235-236).

Este esforço de precisão, até onde pudemos mapear, é feito por Lombardi (1993), ao realizar o balanço da produção do conhecimento referente à historiografia educacional brasileira recente, fazendo uma minuciosa exposição do contexto histórico-social mais amplo que leva à propagação da onda pós-moderna na pesquisa educacional (o que não é o caso específico dos *estudos do lazer* apenas no quarto ciclo). Neste contexto identifica, no final da década de 80 e início dos anos 90, a ocorrência de:

[...] um “novo” antigo debate que, movido pelos acontecimentos da URSS, da China e do leste Europeu e trajando aparentes novas roupagens, ganhou força nos meios de comunicação de massa, nos foros políticos e no mundo acadêmico: o anúncio bombástico da falência do socialismo e, com esta, da morte do marxismo (LOMBARDI, 1993, p. 134).

O autor destaca, no entanto, que *o final do século XX* não apresenta *apenas a crise do mundo socialista, mas um quadro internacional muito mais complexo*, marcado: (1) pela crise e transformação do *bloco socialista em não socialista*; (2) pela terceira e profunda crise do capitalismo, desde a conformação do capitalismo monopolista, marcada pelo *envelhecimento dos padrões tecnológicos de produção, da divisão mundial dos mercados e da ordenação do comércio internacional conformada após as grandes guerras mundiais e do sistema monetário sustentado na hegemonia do dólar*, destacando, como decorrência desta crise, a *recessão, a desordem financeira, a miséria e a barbárie social* (LOMBARDI, 1993, p. 135) cujos sinais explodem nos mais variados recantos do chamado mundo desenvolvido e subdesenvolvido; (3) pela transformação das forças produtivas em decorrência da revolução científica e tecnológica (informática, robótica, microeletrônica, biogenética, biotecnologia, pesquisa de novas fontes energéticas e novos materiais), indicativos *de uma profunda reorganização da estrutura econômica, dos processos de produção, da organização administrativa e empresarial, de uma nova organização geopolítico-econômica*, com conformação de *blocos de interesse territorial, econômico, político e social* direcionados para o Cone Sul e a América Latina (LOMBARDI, 1993, p. 135-136). Este conjunto complexo de acontecimentos propicia *uma grande efervescência no debate de idéias*, motivada pela *tentativa de diferentes posições político-ideológicas [...] em entender e analisar o quadro conjuntural internacional*. Este debate, no entanto, demonstra a total perplexidade da direita e da esquerda, a primeira com mais uma crise do capitalismo, e a esquerda com a crise do socialismo existente e dos dogmas difundidos a

partir da *Terceira Internacional* (LOMBARDI, 1993, p. 136).

4.4 O Quarto Ciclo (1990-...):

O *quarto ciclo* (1990...) – marcado pela publicação de 2383 trabalhos em 17 anos, em uma média de 140,2 trabalho/ano – vai ocorrer no período de consolidação da democracia burguesa no Brasil. A produção do conhecimento avoluma-se a partir dos cursos de graduação e pós-graduação (na forma da disseminação de TCC, Dissertações e Teses) oferecidos pelas Universidades Públicas e Privadas, impulsionada pelas diretrizes da CAPES/CNPq para a produtividade em pesquisa como determinante fundamental para a obtenção de recursos públicos para a pesquisa. Ampliam-se os estudos preocupados com a compreensão das relações entre lazer e trabalho, mantendo-se a preocupação com os conteúdos culturais, analisados no contexto dos modismos e interesses predominantes. Acentua-se a preocupação com o entendimento da história das práticas, das políticas e da produção do conhecimento, assim como com a compreensão do mercado do lazer. As primeiras gerações de pesquisadores formados a partir da década de 90 começam a ser incorporadas ao ensino superior público, ampliando-se a quantidade de instituições que passam a desenvolver linhas e grupos de pesquisa relacionados à problemática e cursos de pós-graduação em nível *Lato e Stricto Sensu*. A produção avoluma-se impulsionada pela injunção à produtividade do conhecimento pelos órgãos de controle do ensino superior público e privado (CAPES/CNPq).

Temáticas, problemáticas, autores e obras:

O **quarto ciclo** vai iniciar-se na década de 90, ocorrendo até os dias atuais, correspondendo ao período de formação profissional em nível superior e deflagração da

pós-graduação direcionada aos *estudos do lazer*; ao período de ampliação do quadro de pessoal docente presente no ensino superior, cujos focos de atenção vão centrar-se na pesquisa do lazer; período de consolidação da pós-graduação no Brasil com o conseqüente esforço de ampliação da produção do conhecimento; ao período de instalação dos eventos que vão disseminar a produção do conhecimento referente aos *estudos do lazer* oriunda da educação física. No âmbito da política nacional de Ciência e Tecnologia, o CNPq funda, em 1992, o Diretório *dos Grupos de Pesquisa no Brasil* e em 1995, vamos ter o primeiro grupo¹³⁶ relacionado aos *estudos do lazer* cadastrados neste Diretório.

Multiplicam-se os grupos de estudos e pesquisas fundados pelos pesquisadores formados nas décadas de 80 e 90, impulsionados pelas diretrizes do Conselho Nacional de Pesquisa (CNPq) e da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES) para a pós-graduação e a produção do conhecimento. Em 10/04/2006, em Busca Textual no Diretório dos Grupos de Pesquisa no Brasil, encontramos cadastrados no CNPq 70 grupos com linhas de pesquisa relacionadas ao lazer, com datas de fundação variando entre 1995 e 2005, o que nos coloca diante de dez anos de ação dos grupos de pesquisa, contribuindo com a qualificação de pesquisadores desde a graduação até o doutoramento. A quarta geração de pesquisadores que estudam o lazer no Brasil origina-se destes grupos de estudos e pesquisas, direcionando-se para a produção do conhecimento e a atuação no ensino superior. As temáticas multiplicam-se ao mesmo tempo em que se multiplicam os pesquisadores interessados na área.

Este período vai estar marcado pela produção do conhecimento extremamente burocratizada e pela preocupação com a produtividade medida em quantidade de trabalhos publicados. Predomina a produção do conhecimento direcionada aos interesses de mercado (principalmente o editorial) no que toca à formação profissional e aos interesses e conteúdos culturais. No seio desta preocupação, e em contradição com este movimento, avolumam-se os trabalhos que fazem a revisão crítica do lazer enquanto prática social, retomando o debate silenciado na década de 80 (PADILHA, 2000c, 2006b; MASCARENHAS, 2005a). Destacam-se os esforços em direção da compreensão da

136 “Base de Pesquisa Corporeidade e Educação – Bacor” (1995, Ciências Humanas – Educação – UFRN).

história da produção do conhecimento (GOMES, 2003b; GOMES, 2004) e da história da formação profissional em recreação e lazer (COSTA e SILVA; VAGO, 2005).

O gráfico do fluxo da produção do conhecimento referente aos *estudos do lazer* no Brasil (Gráfico 1) demonstra que, a partir de 1990, torna-se impraticável listar os autores que vêm surgindo, visto a imensa quantidade de estudiosos interessados nesta temática, e disseminando com freqüência suas produções, o que reforça a necessidade de organização desta imensa produção em Banco de Dados que facilite o acesso, preparando as bases para a sua revisão crítica. Em 2000 o CELAR/UFMG inicia os Seminários Lazer em Debate (ANUAIS), e o DEL/FEF/UNICAMP inicia os seus Ciclos de Debates Lazer e Motricidade (1999, 2000, 2001). Destaca-se ainda que em 1998 sai o primeiro número do periódico *Licere*¹³⁷ (2 números/ano).

137 Gomes e Melo (2003) destacam este como o único periódico específico sobre Lazer no Brasil.

4.5 O eixo norteador da produção do conhecimento – “... para fazer o pensamento dos homens”¹³⁸”

A transformação da humanidade trabalhadora em uma “força de trabalho”, em “fator de produção”, como instrumento do capital, é um processo incessante e interminável. A condição é repugnante para as vítimas, seja qual for o seu salário, porque viola as condições humanas do trabalho; e uma vez que os trabalhadores não são destruídos como seres humanos, mas simplesmente utilizados de modo inumanos, suas faculdades críticas, inteligentes e conceptuais permanecem sempre, em algum grau, uma ameaça ao capital, por mais enfraquecidas ou diminuídas que sejam. Além do mais, o modo capitalista de produção está continuamente se expandindo a novas áreas de trabalho, inclusive àquelas recentemente criadas pelo avanço tecnológico e o emprego do capital a novas indústrias. Está, ainda, sendo continuamente requintado e aperfeiçoado, de modo que sua pressão sobre os trabalhadores é incessante. Ao mesmo tempo, a habituação dos trabalhadores ao modo capitalista de produção deve ser renovada a cada geração, tanto mais que as gerações surgidas sob o capitalismo não são formadas dentro da matriz da vida de trabalho, mas jogadas no trabalho vindas de fora, por assim dizer, após um prolongado período de adolescência durante a qual são mantidas na reserva. A necessidade de ajustar o trabalhador ao trabalho em sua forma capitalista, de superar a resistência natural intensificada pela tecnologia mutável e alternante, relações sociais antagônicas e a sucessão de gerações, não termina com a “organização científica do trabalho”, mas se torna um aspecto permanente da sociedade capitalista. (BRAVERMAN, 1987, p. 124)

Na direção da identificação do eixo norteador desta produção, aponto que este

138 Braverman, discutindo os Principais efeitos da gerência científica e discorrendo sobre o aprimoramento da divisão entre trabalho intelectual e manual, diz:

“À primeira vista, a organização do trabalho de acordo com tarefas simplificadas, concebido e controlado em outro lugar, exerce claramente um efeito degradador sobre a capacidade técnica do trabalhador. Em seus efeitos sobre toda a população trabalhadora, porém, esta questão é complicada pelo rápido crescimento do pessoal administrativo e técnico especializado, assim como pelo rápido aumento da produção e alternância de massas a novas indústrias, e mudanças de ocupações dentro dos processos industriais.

Na análise desse problema no tempo de Taylor, fixou-se um padrão a partir daí seguido. ‘Há muitas pessoas que desaprovam o esquema total de um departamento de planejamento para fazer o pensamento dos homens,* e uma quantidade de chefes para supervisionar e dirigir cada homem em seu trabalho, com base em que isso não tende a promover a independência, autoconfiança e criatividade no indivíduo’, escreveu ele em Shop Management. ‘Os que mantêm este ponto de vista, porém, devem admitir exceção à tendência geral do desenvolvimento industrial moderno.’ E em The Principles of Scientific Management: ‘Ora, quando através de todo esse ensino e instruções minuciosas o trabalho se torna aparentemente tão suave e fácil para o operário, a primeira impressão é que tudo isso tende a transformá-lo num mero autômato, um homem de madeira. Como os operários frequentemente dizem, logo que caem no sistema: ‘por que não me permitem pensar ou mover-me sem que alguém interfira ou faça a coisa por mim?’ A mesma crítica e objeção, porém, podem ser feitas contra todas as demais subdivisões modernas do trabalho” (BRAVERMAN, 1987, p. 115). Em nota (destaque para o asterisco na citação), o autor dirá: “Solicito ao leitor, de passagem, que note a rudeza da expressão ‘um departamento de planejamento para fazer o pensamento dos homens’. As funções dos departamentos de planejamento não mudaram, mas numa era mais requintada, e na qual se debate ardorosamente sobre a organização do trabalho, os administradores são prevenidos, e não se julga necessário falar tão cruamente” (BRAVERMAN, 1987, p. 115, nota *). A nosso ver é esta a questão central que está posta também para o tempo livre do trabalhador.

imenso esforço de *estudos do lazer* pode ser resumido como preocupação com *o controle da ocupação do tempo livre*, com o mapeamento de suas características, suas possibilidades, seus riscos, objetivando (1) à contenção e ao apagamento histórico da luta de classes no Brasil; (2) ao controle valorativo das atividades desenvolvidas no tempo livre, com vistas ao controle direto e indireto das condições para a realização do processo de trabalho; (3) à geração de alternativas de manutenção das taxas de lucratividade para o capital por meio do incentivo ao consumo de bens e serviços considerados próprios para o lazer. Desta forma, o controle do tempo, a preocupação com sua ocupação, a delimitação moral do que deve ser adequado ou inadequado enquanto alternativa de ocupação do tempo livre referem-se diretamente aos cuidados com a manutenção do mais importante elemento componente do processo de trabalho: a força de trabalho (MARX, 1989a, p. 202).

Esta afirmação é feita apoiada (1) no estudo dos manuais de recreação já desenvolvido acima; e (2) na teoria defendida por Braverman acerca da necessidade da gerência científica do processo de trabalho, que ampliamos para a tese da necessidade da racionalização do tempo livre para a garantia do controle da quantidade e da qualidade da força de trabalho durante a execução do processo de trabalho. Este controle da qualidade está expresso na preservação da capacidade de trabalho (pelo impedimento do desgaste provocado por práticas de lazer consideradas nocivas ao corpo como o sexo livre, o álcool, o consumo de drogas, os jogos de azar) e na preservação da alienação (no sentido do apagamento das condições objetivas de conflito de interesses em que vive a classe trabalhadora).

Braverman, apoiado em Marx, explica o trabalho orientado por uma finalidade previamente configurada como um traço distintivo da espécie humana. Destaca o interesse do capitalista por esta forma de trabalho, e o obstáculo da impossibilidade de que esta forma de trabalho seja descolada do seu proprietário. Ora, ao comprar a força de trabalho, o capitalista compra uma potência cuja quantidade e qualidade são indeterminadas. Nas palavras de Braverman (1987, p. 49-60):

Mas se o capitalista se baseia nesta qualidade distintiva e potencial de força de trabalho humanos, é também esta qualidade, por sua própria indeterminação, que coloca diante dele o seu maior desafio e problema. A moeda do trabalho tem o seu averso: ao comprar a força de trabalho que pode fazer muito ele está ao mesmo tempo comprando uma qualidade e

quantidade indeterminadas. O que ele compra é infinito em *potencial*, mas limitado em sua *concretização* pelo estado subjetivo dos trabalhadores, por sua história passada, por suas condições sociais gerais sob as quais trabalham, assim como pelas condições próprias da empresa e condições técnicas do seu trabalho. O trabalho realmente executado será afetado por esses e muitos outros fatores, inclusive a organização do processo e as formas de supervisão dele, no caso de existirem.

Isso é tanto mais certo tendo em vista que os aspectos técnicos dos processos de trabalho são agora dominados pelos aspectos sociais que o capitalista introduziu: isto é, as novas relações de produção. Tendo sido obrigados a vender sua força de trabalho a outro, os trabalhadores também entregam seu interesse no trabalho, que foi agora "alienado". O *processo de trabalho tornou-se responsabilidade do capitalista*. Neste estabelecimento de relações de produção antagônicas, o problema de obter a "plena utilidade" da força de trabalho que ele comprou torna-se exacerbado pelos interesses opostos daqueles para cujos propósitos o processo de trabalho é executado e daqueles que, por outro lado, o executam. Assim, quando o capitalista compra imóveis, matérias-primas, ferramentas, maquinaria etc., pode avaliar com rigor seu lugar no processo de trabalho. Ele sabe que certa parcela de seu desembolso será transferida a cada unidade de produção e sua contabilidade o lançará sob o título de custos e depreciação. Mas quando ele compra tempo de trabalho, o resultado está longe de ser tão certo e tão determinado de modo que possa ser computado desse modo, com rigor e antecipação. Isto significa simplesmente que a parcela de seu capital despendido na força de trabalho é a porção "variável", que sofre um aumento no processo de produção; para ele, a questão é de quanto será o aumento.

Torna-se portanto fundamental para o capitalista que o controle sobre o processo de trabalho passe das mãos do trabalhador para as suas próprias. Esta transição apresenta-se na história como a alienação progressiva dos processos de produção do trabalhador; para o capitalista, apresenta-se como o problema de gerência (BRAVERMAN, 1987, p. 58-59).

O autor defende que a *habituação do trabalhador ao modo capitalista de produção* enfrenta continuamente as *dificuldades ocasionadas pelas reações, conscientes e inconscientes*, à degradação de homens e mulheres no processo de trabalho. Esta necessidade do capital de controlar a variabilidade da força de trabalho leva à produção de profissionais destinados ao zelo pela eficiência do processo de trabalho (sociólogos, assistentes sociais, psicólogos organizacionais), e à produção freqüente de pesquisas que visam reconhecer a subjetividade do trabalhador. Braverman, no entanto, afirma que a *adaptação do trabalhador ao modo capitalista de produção* não resulta tanto destas manipulações ou bajulações, mas do próprio aperfeiçoamento na *organização do trabalho* efetuado pela gerência científica através do aprimoramento da tecnologia de produção. Citando os ajustes realizados por Henri Ford em sua fábrica de automóveis, Braverman vai defender que:

[...] a classe trabalhadora está progressivamente submetida ao modo capitalista de produção, e às formas sucessivas que ele assume, *apenas à medida que o modo capitalista de produção conquista e destrói todas as demais formas de organização do trabalho, e com elas, todas as alternativas para a população trabalhadora*. À medida que Ford, pela vantagem concorrencial que adquiria, forçava a linha de montagem ao restante da indústria automobilística, no mesmo grau os trabalhadores eram obrigados a submeter-se a ela pelo

desaparecimento de outras formas de trabalho naquela indústria¹³⁹ (BRAVERMAN, 1987, p. 132).

Braverman alerta que este processo não prescinde dos processos manipulativos.

Pelo contrário, como em todo funcionamento do sistema capitalista, a manipulação vem em primeiro lugar e a coerção é mantida na reserva – exceto que esta manipulação é o produto de forças econômicas poderosas, políticas de emprego e barganha, e a atuação e evolução íntimas do próprio sistema capitalista, e não primacialmente dos hábeis esquemas de peritos nas relações trabalhistas. A aclimatação aparente do trabalhador aos novos modos de produção surge da destruição de todos os modos de vida, a contundência das barganhas salariais que permitem certa maleabilidade dos costumeiros níveis de subsistência da classe trabalhadora, o emaranhado da rede da vida capitalista moderna que torna finalmente todos os meios de vida impossíveis. Mas por baixo desta aparente habituação continua a hostilidade dos trabalhadores às formas degeneradas de trabalho a que são obrigados, como uma corrente subterrânea que abre caminho para a superfície quando as condições de emprego permitem, ou quando a tendência capitalista a maior intensidade de trabalho ultrapassa os limites da capacidade física e mental. Renova-se em gerações sucessivas, exprime-se no inotido sarcasmo e repulsa que grandes massas de trabalhadores sentem por seu trabalho, e vem à tona repetidamente como um problema social exigente de solução (BRAVERMAN, 1987, p. 133-134).

Portanto, não é uma questão casual e descolada da produção da existência esta preocupação com a ocupação do tempo livre do trabalhador subjacente à produção do conhecimento referente aos *estudos do lazer*. Esta tensão constante entre os interesses do capital e os interesses da classe trabalhadora evidencia-se nas entrelinhas de cada um dos manuais de recreação. Salta aos olhos nas produções de Sussekind (1946, 1948, 1950, 1952, 1994, 2004). Vale destacar que não é uma ideologia pacífica, e, aqui e ali, pipocam críticas e reflexões que denunciam alguns de seus traços, no entanto, não está sistematizada uma crítica de conjunto desta produção. Destacamos ainda não ser suficiente denunciar uma evidente predominância da ideologia funcionalista no âmbito dos *estudos do lazer*: Trata-se, para além da denúncia, de explicar porque foram as visões funcionalistas as que predominaram nesta produção.

Sant'Anna já havia denunciado esta preocupação com a ocupação do tempo livre do trabalhador nos *estudos do lazer* em suas pesquisas sobre a justificação do prazer, referindo-se à década de 70. No entanto, (a) o levantamento da produção do conhecimento;

139 E aqui, a nosso ver, está o principal limite do texto *O direito à preguiça* de Paul Lafargue (1980, 1999). Sem esquecer, obviamente, que Lafargue pretendia provocar os trabalhadores a encerrarem esta condição histórica à qual estão aprisionados. Mas Lafargue apostava na vontade[...] As análises de Marx e Engels, no entanto, demonstravam ser necessário mais que a vontade para promover a revolução daquelas condições que oprimiam a classe trabalhadora.

(b) o abandono da falsa questão referente à diferenciação entre recreação/lazer, (c) a consulta aos documentos localizados nas décadas de 30 e 40 em diante; (d) o estudo histórico da conjuntura social, política e econômica no período permitem concluir que aquela preocupação com os usos do tempo livre que Sant'Anna observa na década de 70, inicia-se, na verdade, já nas primeiras décadas do século XX¹⁴⁰, no contexto da industrialização do Brasil e da conformação da classe trabalhadora a estes interesses.

Assim, defendemos que, originariamente, a produção do conhecimento referente aos *estudos do lazer* no Brasil coaduna-se com o projeto de conformação da classe operária ao projeto de desenvolvimento econômico burguês para o Brasil, configurado na década de 30 e predominando até a atualidade, ainda que sofrendo alterações ao longo dos anos, sendo expressão máxima deste projeto o Sistema “S”. Os estudos que fazem a crítica ideológica destas produções são raros e, em muitos casos, carentes de veemência quanto à denúncia sobre a *quem está servindo esta produção*.

No final da década de 60, mudam as justificativas que vão subsidiar a preocupação com a ocupação do tempo livre. Como fruto das agitações da década de 60 no mundo, nas décadas de 70 e 80, alguns destes *estudos do lazer* justificam a necessidade desta produção na incontestável certeza de que vivemos um tempo de redução da centralidade e da relevância do trabalho e da produtividade (CAMARGO, 1986, 1998). Os argumentos da perda de centralidade ora se apóiam na redução da jornada de trabalho pela conquista legal do tempo livre, ora na constatação de altos índices de desemprego.

E é no contexto da crítica à inevitabilidade desta situação que surge aquele que aparece para os *estudos do lazer* como problema central: o homem alienado, viciado no trabalho, que não sabe o que fazer de si no tempo livre das obrigações, evidenciando-se a compreensão idealista da possibilidade de desligamento da *força de trabalho da espécie humana*. Para a solução deste problema, é essencial que a sociedade propicie condições para a recuperação deste homem massacrado pelo processo de trabalho explorado e pelo processo de ensino escolar tradicional. É necessária e urgente a elaboração de políticas de

140 A fim de confirmar esta tese, ver pesquisas de Marcassa (2002), Gomes (2003) e os documentos históricos produzidos por Sussekind (1946, 1950).

preparação para o tempo livre: o planejamento urbano; a educação para o lazer; o planejamento do turismo e da hotelaria; a formação profissional do animador sócio-cultural e do gestor de equipamentos públicos e privados de lazer; o levantamento de interesses e de conteúdos culturais privilegiados; a produção de acervos de jogos, brinquedos e brincadeiras que subsidiem a atuação dos profissionais no âmbito da prestação de serviços em lazer; no âmbito da educação para e pelo lazer; e até mesmo enquanto acervo para a fruição do tempo livre.

Outros destes *estudos do lazer* realizam a crítica às abordagens que apropriam a categoria trabalho como categoria de referência, acentuando a necessidade investigações que busquem compreender o lazer, preocupadas em captar os significados que são silenciados pelos discursos do trabalho. Este é, portanto, um segundo conjunto de argumentos justificadores desta produção do conhecimento. Deste segundo argumento surgem os estudos que se concentram na compreensão do lazer em si mesmo: padrões de comportamento, interesses culturais; sentidos e significados do tempo livre; rede de significados em comunidades específicas, história do lazer a partir de si mesmo, entre outros. Reconheço, nestes dois conjuntos de argumentos justificadores para a produção do conhecimento sobre o lazer, pistas relevantes para a compreensão da forma como a obra de Marx e Engels vai ser apropriada pelos *estudos do lazer* no Brasil.

Entendo que até o momento não se formou uma crítica de conjunto consistente que desvele e denuncie nos *estudos do lazer* a ***preocupação com a ocupação do tempo livre do trabalhador*** como uma estratégia da classe burguesa para manter sob controle a classe trabalhadora brasileira constitutiva do próprio movimento de consolidação da burguesia e do modo capitalista de produção na sua forma monopolista. A nosso ver, a produção do conhecimento no campo dos *estudos do lazer* expressa este esforço de controle e os debates críticos a esta posição. No entanto, como não realizamos a crítica radical desta produção, iniciada e interrompida na década de 80, este controle encontra-se obscurecido na diversidade de textos componentes da produção do conhecimento dos *estudos do lazer*, na idéia/ideologia do despreparo dos homens para a fruição do tempo livre, na idéia de que os processos de ensino devem ser amenizados, privilegiando-se a alegria e o lúdico na escola,

em detrimento dos processos tradicionais de ensino. Impossibilitada a visão de conjunto em virtude da dispersão já referida, este eixo apaga-se, torna-se disperso e invisível.

Considero que o predomínio das visões funcionalistas, tão criticado por Marcellino, Padilha, Cavichioli e Sá, encontra sua base material na propagação ideológica da necessidade de equilíbrio das exigências diversas em conflito (BARAN E SWEZZY, 1966, p. 31) no contexto do capitalismo monopolista e imperialista: o trabalhador (aquele que realizou trabalho produtivo ou improdutivo a serviço do capital) deve ter garantido o direito ao tempo livre e ao lazer, mas tal lazer deve estar profundamente integrado aos interesses e necessidades da “sociedade”.

Sabemos que tais interesses referem-se justamente àquela parcela da sociedade que, pela divisão social do trabalho, obtém as maiores vantagens na apropriação do excedente, a quem interessa a manutenção desta condição. Os que se apropriam privadamente dos meios de produção necessitam manter sob sua guarda aqueles que produzem o excedente e a contínua valorização destes meios de produção. As políticas de lazer que vemos desenvolver-se durante o século XX compõem um complexo processo de racionalização econômica, de racionalização da produção com uma *busca temporal sistemática dos mais altos lucros possíveis* (EARLEY, citado por BARAN e SWEZZY, 1966, p. 33-35), da qual também faz parte a racionalização da força de trabalho e a racionalização de toda a sua vida, de que fazem parte o tempo livre do trabalho e o lazer. A visão funcionalista não é um erro de concepção tal como o insinua Padilha (1992), mas uma tese fundante da lógica na qual o capital monopolista vai inserir a conquista do tempo livre pela classe trabalhadora. Esta situação só pode ser percebida a partir de uma visão (1) da totalidade histórica e contraditória na qual estão inscritas a prática, as políticas, e a produção do conhecimento; (2) da totalidade dos *estudos do lazer* no Brasil, superada a dispersão de termos, temas e meios de disseminação desta produção.

Neste contexto, o estudo da obra de Marx e Engels, tal como vamos demonstrar no próximo capítulo, fica subordinado aos conflitos, confrontos e tentativas de contenção das lutas de classes que vemos ocorrer em todo o século XX no Brasil e no mundo. A expressão máxima destas tentativas de contenção são as ditaduras, o extermínio do pensamento

comunista pela tortura e pelo assassinato sob a proteção do Estado. A expressão ideológica deste esforço de contenção está em uma política cultural e educacional que trabalhou para ocultar os conflitos. No seio destas políticas, a política de ocupação do tempo livre, de uso racionalizado do tempo livre, compõe este projeto de contenção com participação significativa.

PARTE II

OS *ESTUDOS DO LAZER* E A APROPRIAÇÃO DA OBRA DE
MARX E ENGELS

Capítulo I

APROPRIAÇÃO DA OBRA DE MARX E ENGELS

Gostaria de prenciar um tempo em que ninguém pergunte se os autores são marxistas ou não, porque os marxistas poderiam então estar satisfeitos com a transformação da história obtida com as idéias de Marx¹⁴¹. Mas estamos longe de tal condição utópica: as lutas de classe e de libertação, ideológicas e políticas, do século XX são tais que isso é até inconcebível. Quanto ao futuro previsível, teremos que defender Marx e o marxismo dentro e fora da história, contra aqueles que os atacam dentro do terreno político e ideológico. Ao fazer isso, também estaremos defendendo a história e a capacidade do homem de compreender como o mundo veio a ser o que é hoje, e como a humanidade pode avançar para um mundo melhor (HOBSBAWM, 1998, p. 184).

Entre as razões que nos fazem analisar a apropriação da obra de Marx e Engels pelos *estudos do lazer* no Brasil, listamos: (1) o reconhecimento do marxismo como a orientação teórica que interpreta, à luz da história, o modo de produção da existência capitalista, os conflitos e contradições a ele pertinentes, indicando as possibilidades de sua superação; (2) a constatação de abordagens da obra de Marx e Engels no âmbito dos *estudos do lazer* que distorcem esta concepção teórica, contribuindo para o abandono destes autores como referenciais para a área.

Mas o estudo da obra de Marx e Engels é por si só um trabalho extremamente volumoso. Uma das questões nodais neste trabalho foi, então, ***abordar ou não o modo como a obra destes autores havia sido apropriada pela área***. Escolhendo não abordar estas obras, passaríamos ao largo do conhecimento já produzido, desprezando suas contribuições e limites. Escolhendo abordar estes trabalhos, enfrentaríamos a dificuldade de localizar os autores que fizeram esta abordagem, dada a dispersão da produção do conhecimento já

141 Destaca-se, apoiados na obra de Marx e Engels, a impossibilidade de que as idéias possam transformar a história.

sinalizada por nós no Capítulo I, além de dispensar tempo precioso que poderia ser dedicado à apreensão do pensamento marxiano e marxista. Seguindo as indicações de Saviani, quando afirma: “[...] *se não se domina o já conhecido não é possível detectar o não conhecido*[...]” (1987, p. 51), optamos por enfrentar este desafio.

1 Processo de levantamento

Para o levantamento dos autores que realizaram algum tipo de abordagem da obra de Marx e Engels, consideramos: (1) os conhecimentos de que dispúnhamos a partir das leituras já realizadas; (2) as informações recolhidas no levantamento bibliográfico e na análise do *estado da arte*; (3) o levantamento das referências bibliográficas naqueles trabalhos completos, artigos e livros a que tivemos acesso, considerando a menção de Marx e/ou Engels: (a) nos títulos dos trabalhos; (b) nas referências bibliográficas dos diferentes artigos; (c) no corpo do texto.

O processo de levantamento do *estado da arte*¹⁴² nos permitiu mapear 68 autores/grupos de autores que estão recorrendo à obra de Marx e Engels como referência (negativa ou afirmativa) para as reflexões que fazem sobre o lazer, expondo suas posições em 107 textos. Entretanto, é sempre oportuno destacar que há grande possibilidade de outras abordagens da obra de Marx e Engels não estarem relacionadas entre estes trabalhos. Os trabalhos aqui listados devem, portanto, ser considerados como uma amostra, um mapeamento preliminar sobre a abordagem da obra de Marx e Engels pelos *estudos do lazer no Brasil*.

142 Durante o processo de levantamento do estado da arte, em virtude do volume da produção, optamos pelo arquivo da bibliografia em um Banco de Dados Eletrônico. À medida que surgiam os problemas para o mapeamento dos autores que faziam referência à obra de Marx e Engels, íamos construindo soluções viáveis, naquilo que é possível depreender de referências bibliográficas. Elegemos como critérios para a seleção de obras (1) a tradição do autor, considerando-se o conhecimento prévio de alguns autores que trabalham no campo do marxismo; (2) o título das obras, considerando-se a inclusão de palavras que remetessem à probabilidade de referência a Marx e Engels; (3) a presença de obras de Marx e Engels nos referenciais bibliográficos; (4) a leitura de alguns trabalhos no campo da discussão lazer x trabalho destacando aqueles que fizeram a referência a Marx e Engels, ainda que não citada a obra na bibliografia.

Quanto ao *tipo de produção bibliográfica*¹⁴³, encontramos:

Referências	Artigos	Trabalhos Completos	Livros	Capítulos de Livros	Teses	Dissertação
107 trabalhos	23	38	12	25	3	6

TABELA 1 – Distribuição dos trabalhos pelo tipo de disseminação¹⁴⁴.

Quanto aos *locais de disseminação*, encontramos 38 *trabalhos completos*, 25 *capítulos de livros* e 23 *artigos*. Considerando a distribuição, temos 18 trabalhos (entre dissertações, teses, livros e capítulos de livros) disseminados por *editoras universitárias*; 27 trabalhos disseminados na forma de livros e capítulos de livros por *editoras privadas*; 38 trabalhos disseminados em *eventos* e 23 trabalhos disseminados em *revistas*.

Dentre os periódicos que disseminam a produção, 06 são da área Educação Física, com um total de 14 artigos disseminados, sendo que a *Cinergis*, *RBCE*, *Conexões*, *Movimento* e *Motrivivência* somam, juntas, 08 trabalhos e a Revista *Licere*, 06 trabalhos referentes aos *estudos do lazer* com abordagem da obra de Marx e Engels.

143 Expressão utilizada na Plataforma Lattes para reunir: Artigos publicados, Livros e capítulos; Trabalhos em eventos; Texto em jornal ou revista; Outras produções bibliográficas. Utilizamos a mesma expressão neste trabalho a fim de qualificá-las de acordo com a forma como são reconhecidos estes trabalhos pelos gestores da produção do conhecimento no Brasil.

144 As teses e dissertações aqui delimitadas compõem o processo de pesquisa, enquanto trabalhos cujas contribuições teóricas são centrais para a percepção do processo de desenvolvimento dos *estudos do lazer* no Brasil. No processo de estudo observa-se nestas teses a apropriação da obra de Marx e Engels, incluindo, excepcionalmente, estes trabalhos na discussão aqui realizada.

Faz-se necessário relacionar estes resultados com a política nacional de (1) identificação de pessoal qualificado para atuação na pós-graduação *stricto sensu*; (2) avaliação de cursos de pós-graduação. A avaliação da produção docente é critério central nesta política, sendo medida por sua disseminação em revistas avaliadas como A, B Nacional e A, B, C Internacional, conforme classificação providenciada pela própria CAPES em um sistema nomeado como *QUALIS*¹⁴⁵.

O processo de avaliação e atribuição de conceitos a tais periódicos obedece a complexas relações sociais de produção que, em última instância, determinam o controle da produção do conhecimento nos países periféricos ao capitalismo monopolista. A produção do conhecimento compõe o processo de aperfeiçoamento das *forças produtivas* e interfere nas relações de produção na medida em que fomenta conflitos ao permitir explicitar contradições.

No âmbito da Concepção Materialista e Dialética da História, explicita-se que as forças produtivas estão subordinadas às forças dominantes nas relações sociais de produção. No modo capitalista de produção, as forças produtivas em seu conjunto estão subordinadas aos interesses dos burgueses/capitalistas, reconhecidos na atualidade como interesses de mercado. Consideramos a discussão sobre os processos de controle da

145 “Qualis é uma lista de veículos utilizados para a divulgação da produção intelectual dos programas de pós-graduação *stricto sensu* (mestrado e doutorado), classificados quanto ao âmbito de circulação (Local, Nacional, Internacional) e à qualidade (A, B, C), por área de avaliação. A Capes utiliza o Qualis para fundamentar o processo de avaliação do Sistema Nacional de Pós-Graduação”. As principais características desse sistema de classificação são: “Atende aos objetivos específicos e exclusivos do processo de avaliação da pós-graduação promovido pela Capes e é basicamente alimentado pelas informações anualmente fornecidas pelos programas por intermédio do Coleta de Dados; permite a classificação de periódicos e anais, utilizados para a divulgação da Produção Intelectual dos programas de pós-graduação *stricto sensu*, seguindo uma escala de dupla entrada relativa ao âmbito de circulação (internacional, nacional e local) e à sua qualidade (A-alta, B-média e C-baixa); É alimentado pelas informações anualmente fornecidas pelos programas de pós-graduação *stricto sensu*, através do aplicativo Coleta de Dados da Capes e por indicações dos Representantes das Áreas; A classificação é feita por Área de Avaliação através de um aplicativo externo ao Sistema de Coleta de Dados, o WebQualis, podendo assim um mesmo veículo ter, para diferentes áreas, diferentes classificações; O trabalho realizado pela área é baseado em seus critérios, previamente definidos, respeitando as diretrizes e orientações gerais estabelecidas pelo Conselho Técnico Científico – CTC; Anualmente acontece a atualização com a inclusão de novos veículos e a reclassificação dos veículos anteriormente classificados; As áreas podem classificar revistas típicas de outras áreas, para fins de avaliação da produção (geração dos Cadernos de Avaliação) não sendo necessário indicá-las para publicação no Qualis da área. A transparência do processo de avaliação não é prejudicada tendo em vista que, no Caderno de Indicadores da Produção Intelectual, o programa ou o pesquisador específico poderá identificar a qualificação de sua produção”. A avaliação da produção do conhecimento referente aos *estudos do lazer*, em virtude da diversidade de áreas que investigam a problemática, está inscrita em várias áreas de avaliação da pós-graduação. Para mais detalhes, ver CAPES. Disponível em: <http://qualis.capes.gov.br/> Acesso em: 4 nov. 2006.

produção do conhecimento essencial para o desvelamento dos processos de controle do desenvolvimento das forças produtivas empreendidos pelo capitalismo. Compreendemos ser esta discussão anterior à própria discussão da qualidade da produção, visto que a decisão sobre a implementação da infra-estrutura necessária à qualidade da produção e os critérios de avaliação desta qualidade estão subordinados e são conduzidos – na correlação de forças em embate no seio das relações de produção que imperam no modo capitalista de produção – aos interesses de mercado, e, em última instância, aos interesses burgueses/capitalistas. Considerando-se este fato, acentuamos que as revistas em que são veiculados trabalhos que discutem a problemática do lazer com algum grau de apropriação da obra de Marx e Engels são avaliadas pelo QUALIS-CAPES da seguinte forma:

ISSN	Periódico	Área Avaliação	Avaliação CAPES
1519-2512	Cinergis		Não Avaliada
1516-4381	Conexões		Não Avaliada
0103	Motrivivência	Engenharias I	C Local
0103	Motrivivência	Educação Física	C Nacional
0103	Motrivivência	Economia	C Nacional
0103	Motrivivência	Educação	C Nacional
0104-754X	Movimento (Porto Alegre)	Educação Física	B Nacional
0104-754X	Movimento (Porto Alegre)	Saúde Coletiva	C Nacional
0104-754X	Movimento (Porto Alegre)	Educação	C Nacional
0104-754X	Movimento (Porto Alegre)	História	B Nacional
0101-3289	Revista Brasileira de Ciências do Esporte	Educação Física	C Internacional
0101-3289	Revista Brasileira de Ciências do Esporte	Educação	C Internacional
0101-3289	Revista Brasileira de Ciências do Esporte	História	C Internacional
1516-2168	Licere	Multidisciplinar	C Nacional
1516	Licere	Educação Física	C Nacional
1516	Licere	Arquitetura E Urbanismo	C Local
1516	Licere	Sociologia	C Local
1516	Licere	Educação	C Nacional

TABELA 3 – Avaliação dos periódicos por área: Educação Física.

Os dados relacionados acima indicam que apenas 02 dos autores que publicaram artigos em revistas abordando a problemática do lazer com apropriação da obra de Marx e Engels, caso tenham publicado estes trabalhos no triênio 2005/2007, teriam condições de candidatar-se a lecionar em programas de pós-graduação no Brasil.

ISSN	Título	Classificação	Circulação	Área de Avaliação
0102-8839	São Paulo em Perspectiva	C	Local	Economia
0102-8839	São Paulo em Perspectiva	B	Nacional	Serviço Social / Economia Doméstica
0102-8839	São Paulo em Perspectiva	B	Nacional	Sociologia
0102-8839	São Paulo em Perspectiva	B	Nacional	Antropologia / Arqueologia
0102-8839	São Paulo em Perspectiva	A	Local	Educação
0102-8839	São Paulo em Perspectiva	A	Nacional	Ciência Política
0102-8839	São Paulo em Perspectiva	C	Local	História
0102-8839	São Paulo em Perspectiva	A	Nacional	Multidisciplinar
0103-7676	Impulso (Piracicaba)	C	Nacional	Odontologia
0103-7676	Impulso (Piracicaba)	C	Nacional	Administração / Turismo
0103-7676	Impulso (Piracicaba)	C	Nacional	Filosofia / Teologia: Subcomissão Filosofia
0103-7676	Impulso (Piracicaba)	C	Nacional	Sociologia
0103-7676	Impulso (Piracicaba)	C	Nacional	Psicologia
	Temas de Educação	Não	Avaliada	
	Revista de Estudos Brasileiros	Não	Avaliada	
	Cadernos de Sociologia	Não	Avaliada	

TABELA 4 – Avaliação dos periódicos das demais áreas.

Quanto à disseminação em eventos, cabe destacar a relevância do Encontro Nacional de Recreação e Lazer (ENAREL) e dos Congressos do Colégio Brasileiro de Ciências do Esporte (CONBRACE – GTT’s Recreação e Lazer e Políticas Públicas) na divulgação de estudos e pesquisas referentes aos *estudos do lazer* no Brasil. Neste contexto, destacamos os 30 trabalhos que evidenciam a apropriação da obra de Marx e Engels. Quanto à avaliação destes eventos pela CAPES, no relatório divulgado em 2004, apenas o XIV ENAREL, realizado em Salvador, foi avaliado por solicitação da área Geografia, sendo esta avaliação “A Local”.

O volume de trabalhos publicados em editoras (37) é superior ao número de artigos (23) e inferior aos trabalhos disseminados em eventos (38). Editoras como Cortez (7), Autores Associados (4), Papyrus (4) e Boitempo (2) concentram 63% das publicações em livros contra 37% das demais editoras (Unijuí, Alínea, Autêntica, Brasiliense, Cultura, Livraria Freitas Bastos, LTr, Moderna) com 1 livro ou capítulo em cada uma.

Estes dados indicam a abertura de espaço nestas editoras para a discussão de temas correlatos à problemática do lazer. Embora não avaliadas pelo QUALIS-CAPES, a publicação nestas editoras depende de uma rede de relações de influência não acessível a maior parte dos pesquisadores. Os trabalhos disseminados na Editora Papyrus estiveram sob a coordenação e organização de Nelson Carvalho Marcellino; na editora Autores

Associados, estiveram sob a coordenação e organização de Heloísa Turini Bruhns e Gustavo Gutierrez; os trabalhos disseminados na Editora Boitempo estiveram sob a coordenação de Ricardo Antunes e Ivana Jinkings. Não desejamos, com estes dados, desmerecer os projetos editoriais, mas acentuar que o acesso à disseminação do conhecimento no Brasil está obedecendo a uma rede de controle da produção que configura-se como política. Basta que destacemos que, do total de 96 trabalhos disseminados fazendo referência às obras de Marx e Engels, 27 (33,75%), portanto, menos de 1/3, foram disseminados por editoras privadas.

Consideramos estes dados relevantes, na medida em que sabemos que a disseminação depende de interesses de mercado e das corporações que produzem conhecimento. Eventos, revistas e editoras universitárias atendem a interesses, de maneira geral, do público universitário (estudantes, professores/pesquisadores). As Editoras privadas e as publicações do poder público atingem o público diretamente envolvido na prestação de serviços em recreação e lazer. Há predomínio evidente de apropriação da obra de Marx e Engels disseminada em eventos, revistas e editoras universitárias. Fato a considerar quando discutimos a construção da hegemonia comunista, como o único projeto favorável à continuidade do desenvolvimento da humanidade (ENGELS, 1979, p. 215-228).

2 Nexos da distribuição temporal dos trabalhos com os ciclos da produção do conhecimento referente aos estudos do lazer e o ciclo mais amplo do capitalismo monopolista

Neste tópico focamos a relação da distribuição temporal dos trabalhos com os ciclos da produção do conhecimento referente aos *estudos do lazer* no Brasil e o ciclo mais amplo do capitalismo monopolista. Trata-se de verificar em quais períodos históricos ocorre a apropriação da obra de Marx e Engels e a relação entre esta apropriação com (1) o estágio de desenvolvimento da produção do conhecimento referente aos *estudos do lazer* e (2) os

acontecimentos concretos da realidade brasileira. Partimos da distribuição temporal dos trabalhos, para em seguida estabelecer relações provisórias entre esta distribuição e a organização dos ciclos.

A distribuição temporal dos trabalhos por ano é a seguinte:

1938	1950	1979	1980	1983	1984	1986	1987	1990	1992	1993	1994	1995	1996	1997	1998	1999	2000	2001	2002	2003	2004	2005	2006	2007	TOTAL
1	1	1	2	1	1	2	3	1	2	2	1	2	1	7	1	5	9	10	9	23	4	10	7	1	107

TABELA 5 – Distribuição dos trabalhos por ano.

A distribuição temporal dos trabalhos por ciclos é a seguinte:

Ciclo/Período	Primeiro Ciclo (1891-1968)	Segundo Ciclo (1968-1979)	Terceiro Ciclo (1980-1989)	Quarto Ciclo (1990...)
Quantidade de Trabalhos	2	01	9	95

TABELA 6 – Distribuição dos trabalhos nos ciclos da produção do conhecimento.

Quanto à distribuição temporal dos trabalhos que fazem referência à obra de Marx e Engels, observa-se que: 02 trabalhos estão no primeiro ciclo; 01 trabalho no segundo ciclo, 14 trabalhos no terceiro ciclo e 72 trabalhos no quarto ciclo.

No *primeiro ciclo*, a referência à obra de Marx é feita no contexto dos esforços de consolidação da Indústria no Brasil e da ameaça a este projeto pelas crescentes organizações trabalhistas e, em última instância, pelo temor ao comunismo como projeto de substituição do modelo econômico capitalista. Sob estas condições, a referência à obra de Marx ocorre, entre 67 trabalhos, duas vezes neste primeiro ciclo que durou 77 anos:

- ✓ com a finalidade de anunciar a necessidade de cuidados com a *idéia força* “luta de classes” que faz com que se organizem as massas e consigam verdadeiras revoluções (SODRÉ, 1938, p. 64);
- ✓ com a finalidade de apoiar o estudo dos antecedentes históricos e legislativos das lutas pela redução da jornada de trabalho que justificariam a necessidade de regulamentação do trabalho promovida com a implantação da CLT. Evidencia-se, neste caso, a concessão de reivindicações com preocupação em evitar conflitos, mas esta concessão está acompanhada pelo esforço do controle do repouso concedido pela legislação (SUSSEKIND, 1950, p. 26, p. 90, p. 104).

No *segundo ciclo*, a ausência de referência à obra de Marx e Engels coincide com a Ditadura Militar no Brasil, cuja finalidade principal é a garantia do processo de consolidação do projeto capitalista. Esta ausência de referências altera-se, até onde pudemos mapear, no ano de 1979, com a Dissertação de Mestrado de Faleiros que deflagra o terceiro ciclo. O trabalho em questão visava *investigar como a expansão do capital penetrou e penetra no modo de vida da classe operária, privilegiando um dos seus elementos: o lazer*. Foram entrevistados 50 operários *diretamente ligados à produção industrial e que anteriormente haviam desenvolvido atividades agrícolas em busca de informações que permitissem a reconstrução do passado rural e as suas condições de existência urbana* (FALEIROS, 1979, p. vii).

Nesse estudo, a autora dedica o primeiro capítulo à discussão das diferentes contribuições para a compreensão da problemática do lazer, passando por Dumazedier, Malinovski, Baudrillard e Marx (FALEIROS, 1979, p. vi, vii, 1-26). Este trabalho será publicado mais tarde sob o título *Repensando o lazer* (FALEIROS, 1980) e é um dos textos analisados mais detidamente nesta tese em virtude de representar um marco do encerramento do segundo ciclo (1968-1979), enquanto estudo que vai não só *examinar práticas lúdicas*, mas também vai procurar *explicar os processos de construção do lazer* (SANT'ANNA, 1994, 10-11), passando, esta explicação, pelo estudo de obras de Marx.

No *terceiro ciclo*, há aumento evidente de referências à obra de Marx e Engels, coincidindo este crescimento com o movimento de abertura política, revisão crítica dos *estudos do lazer*, e compreensão das *conexões entre o lazer e o modo capitalista de produção da existência*. Conforme destacamos, o texto de Faleiros é um marco neste ciclo, aparecendo ainda os trabalhos de Oliveira (1986a), Cunha (1987), Lopes (1986). O estudo de Oliveira debate com os discursos liberais sobre o trabalho que silenciam o não trabalho, esboçando *uma perspectiva de compreensão crítica fundada na dialética* (OLIVEIRA, 1986a, p. 7). Lopes vai discutir as *condições de trabalho que permitem objetivar o lazer*, colocando como questão central *quem e como se organiza o tempo da população*. Neste texto, a resposta é apenas apontada nos estudos de Marx sobre os *abusos da jornada de trabalho*, com destaque para os conflitos de classe em que estão inscritas as decisões sobre

o tempo livre (LOPES, 1986, p. 33-37).

O texto de Cunha – detidamente estudado a seguir – é tomado como marco específico do período em virtude de realizar o enfrentamento minucioso da questão trabalho/lazer, apontando a negação de ambos. Destaca-se que nenhum destes autores dá continuidade à compreensão dos nexos e contradições da problemática do lazer no contexto do modo capitalista de produção e reprodução da existência. Apontamos quatro possibilidades explicativas aqui: (1) fim da experiência socialista representada pela queda do Leste Europeu; (2) disseminação das discussões que vão afirmar o fim da centralidade do trabalho como categoria histórica e sociológica e da perspectiva que vê o proletariado como classe revolucionária; (3) decretação da desatualização da obra de Marx e Engels como referencial teórico explicativo das transformações históricas; (4) desnorreamento teórico e ideológico da esquerda que atuava apoiada sobre estes referenciais.

No *quarto ciclo*, a produção avoluma-se, coincidindo com a política da CAPES de controle do acesso ao fomento, e da produção e disseminação do conhecimento. Estes dados nos fazem concluir que o crescimento da apropriação da obra de Marx e Engels ocorre no contexto do (1) esforço de discussão do acirramento das condições objetivas de sobrevivência no modo capitalista de produção, cujo monopólio mundial é inegável, baseado na concentração dos bens socialmente produzidos e na propagação e generalização da miséria; do (2) esforço de discussão da problemática do lazer enraizada na reflexão crítica sobre as possibilidades desta prática social no capitalismo. Procuramos realizar uma análise mais detida de todos os 95 trabalhos representativos deste período e dos grandes debates que neles estão postos, concentrando-nos na descrição detida da forma como a obra de Marx e Engels é apropriada nestes estudos.

3 Autores referentes localizados e critérios de análise

Os autores que fazem referência à obra de Marx e Engels até agora localizados são:

Autores que fazem Referência a Marx ou Engels	Alves (2006); Amaral (2006); Andrade (2006); Antunes (2001a, 2001c); Becker (2002); Bruhns (2000); Café (2001); Camargo (1990, p. 70; 1998a, p. 31; p. 143-145; 1993, p. 8-9; 2003, P. 36); Freitas (1995); Cavalcanti (1984); Chemin (2003); Cortella (2003, p. 2); Costa & Maia (2003); Cunha (1987); Dacosta (2003, p. 12); Faleiros (1980); Feres Neto (1996, 1997); Finocchio (1993); Gariglio (1995); Gawryszewski (2003); Gebara (1994); Werneck (2000, p. 48-49); Gomes (2003b, p. 73- 74; p. 75, Nota 26; 2003b, p. 75-76) ¹⁴⁶ ; Guimarães (2001); Gutierrez, (2001, P. 93); Inácio (1997, 1999a, 1999b); Inácio, Silva, Pereti, Liesenfeld (2005); Isayama & Moura (2000); Leiro (2002a, 2002b); Lopes (1986); Marcassa (2002, 2003a, 2003b); Marcellino (1983b, p. 23; 1987, p. 23; 1995, p. 197); Marin (1999); Mascarenhas (2000a, 2000b, 2001a, 2005a, 2005b, 2006a) ; Mota & Souza (2000); Mwewa (2005, p. 2); Nascimento (2005, p. 3491); Navarro (2006); Oliveira (1986a, 2001b, 2002c); Oliveira (2005); Pacheco (1992, 2001); Padilha (1997, 2002c, 2003b, 2003c, 2004a, 2004b, 2006); Palafox (1997); Paro (2003); Paula Silva (2003); Pellegrin (2006); Polato (2003, 2004a, 2004b); Reale (1980, p. 116); Ritter (2003, p. 2); Sá (2002, 2003a, 2003b, 2003c, 2003d); Sadi (1999); Salomão e Carmo (2005, p. 3553); Santin (1997); Silva (1997, 1999, 2001); Silva (2005); Silveira (2005); Sodré (1938, p. 64); Sousa (2002, 2005); Sousa e Carvalho (2007); Sousa, Húngaro, Requena e Polato (2000); Sousa, Severino, Oliveira (2000); Sussekind (1950); Taffarel (2003b, 2005); Valente (1997); Valle (1987); Veronez (2003); Vieitez (2002); Witczac (2003); Zingoni (2001) ¹⁴⁷ .	68
--	---	----

TABELA 7 – Autores que fazem referência a Marx e Engels.

Os 68 autores localizados são desiguais entre si do ponto de vista do *volume de produção*, dos *referenciais teóricos* nos quais se apóiam e do *período histórico* em que vão produzir conhecimento. Por esta razão, o primeiro exercício no processo de análise é delimitar critérios básicos de comparação entre estes trabalhos. O primeiro critério é a verificação da referência a Marx e Engels com ou sem a referência à obra lida.

Encontramos:

Situação	Autores	Total
Referência a Marx ou Engels sem referência às obras	Amaral (2006); Camargo (1990, 1993, 1998a, 2003); Cavalcanti (1984); Cortella (2003); Dacosta (2003); Werneck (2000, p. 48-49); Gomes (2003b, p. 73- 74; p. 75, Nota 26; 2003b, p. 75-76), Gutierrez, (2001); Marcellino (1982, 1983b, 1987, 1995); Mwewa (2005); Nascimento (2005); Reale (1980); Ritter (2003); Salomão e Carmo (2005); Sodré (1938).	15
Referência a Marx ou Engels com referência às obras	Alves (2006); Andrade (2006); Antunes (2001a, 2001c); Becker (2002); Bruhns (2000); Café (2001); Freitas (1997); Chemin (2003); Costa & Maia (2003); Cunha (1987); Faleiros (1979, 1980); Feres Neto (1996, 1997); Gawryszewski (2003); Gebara (1994); Guimarães (2001); Inácio (1997, 1999a, 199b); Inácio, Silva, Pereti, Liesenfeld (2005); Isayama & Moura (2000); Leiro (2002a, 2002b); Lopes (1986); Marcassa (2002, 2003a, 2003b); Marin (1999); Mascarenhas (2000a, 2000b, 2001a, 2005a, 2005b, 2006a); Mota & Souza (2000); Navarro (2006); Oliveira (1986a, 2001b, 2002c); Oliveira (2005); Pacheco (1992, 2001); ; Padilha (1997, 2002c, 2003b, 2003c, 2004a, 2004b, 2006); Palafox (1997); Paro (2003); Pellegrin (2006); Polato (2004a, 2004b); Sá (2002, 2003a, 2003b, 2003c, 2003d); Sadi (1999); Silva (1997, 1999, 2001); Silva (2003); Silva (2005); Silveira (2003a, 2003b); Sousa (2002, 2005); Sousa, Húngaro, Requena e Polato (2000); Sousa, Severino, Oliveira (2000); Sussekind (1950); Taffarel (2003, 2005); Valente (1997); Valle (1987); Veronez (2003); Vieitez (2002); Witczac (2003); Zingoni, (2001).	50
Não foi possível avaliar ¹⁴⁸	Finocchio (1993); Gariglio (1995); Santin (1997).	3

TABELA 8 – Correspondência entre referência a Marx e Engels e a referência (ou não) às obras.

146 Gomes (2003) e Werneck (2000) são a mesma autora: Christianne Luce Gomes.

147 Os textos de Alves (2006), Navarro (2006), Mascarenhas (2006), Pellegrin (2006), Padilha (2006), Amaral (2006), Andrade (2006) foram disseminados em “Dialética do lazer” Padilha (Org., 2006).

148 Apesar do esforço para adquirir todos os textos, estes trabalhos listados por Guimarães não foram localizados para análise, em razão da dificuldade para a localização dos ANAIS de eventos referidos.

Os 50 autores que citam Marx e/ou Engels informando as referências, apresentam a seguinte quantidade de obras citadas nas referências bibliográficas ou em notas de rodapé:

Quantidade De Autores Referentes	Autores	Quantidade de Obras Referidas
23	Bruhns (2000); Café (2001); Camargo (1998, p. 8); Chemin (2003); Costa & Maia (2003); Gawryszewski (2003); Inácio, Silva, Pereti, Liesenfeld (2005); Isayama & Moura (2000); Leiro (2002a, 2002b); Lopes (1986); Marin (1999); Mota & Souza (2000); Pacheco (1992, 2001); Paro (2003); Pellegrin (2006); Polato (2004a, 2004b); Silva (2005); Silveira (2003a, 2003b); Sousa, Severino, Oliveira (2000); Oliveira (1986, 2001, 2002); Valente (1997); Valle (1987); Veronez (2003); Zingoni (2001).	1
7	Becker (2002); Feres Neto (1996, 1997); Oliveira (2005); Palafox (1997); Sá (2002, 2003a, 2003b, 2003c, 2003d); Sadi (1999); Witczac (2003).	2
20	Alves (2006); Andrade (2006); Antunes (2001a, 2001c); Freitas (1997); Cunha (1987); Faleiros (1979, 1980); Gebara (1994); Guimarães (2001); Inácio (1997, 1999a, 199b); Marcassa (2002, 2003a, 2003b); Mascarenhas (2000a, 2000b, 2001a, 2005a, 2005b, 2006a); Navarro (2006); Padilha (1997, 2002c, 2003b, 2003c, 2004a, 2004b, 2006); Silva (2003); Silva (1997, 1999, 2001); Sousa (2002, 2005); Sousa, Húngaro, Requena e Polato (2000); Sussekind (1950); Taffarel (2003, 2005); Vieitez (2002).	3 ou mais obras

TABELA 9 – Correspondência entre autores e quantidades de obras referidas.

A análise dos 50 textos permite tecer algumas considerações gerais acerca das características da apropriação da obra de Marx e Engels pelos autores selecionados, tomados como representativos da apropriação da obra de Marx e Engels pelos estudos do lazer no Brasil.

- ✓ Entre os autores que citam Marx e Engels sem informar a obra na qual se apóiam para tecer suas considerações, encontramos (1) freqüente alusão a comentaristas, ou (2) ausência a qualquer referência às obras consultadas; este fato denota ausência de consulta direta aos textos, um dos critérios essenciais de qualquer produção científica, ainda mais quando visam à crítica ao *autor referido*.
- ✓ Dos 50 autores que fazem referência a Marx e Engels com referência às obras, 30 (60%) citam menos de 02 obras, um dado indicativo da parcialidade na apropriação das obras dos autores e da provável impossibilidade de apreensão (1) da totalidade do pensamento dos autores referidos e (2) do contexto teórico-metodológico no qual as categorias selecionadas pelo *autor referente* são produzidas.

Entre os 50 autores cujos textos fazem referência a Marx e/ou Engels com referência às obras lidas, temos a seguinte proporção de referências aos autores:

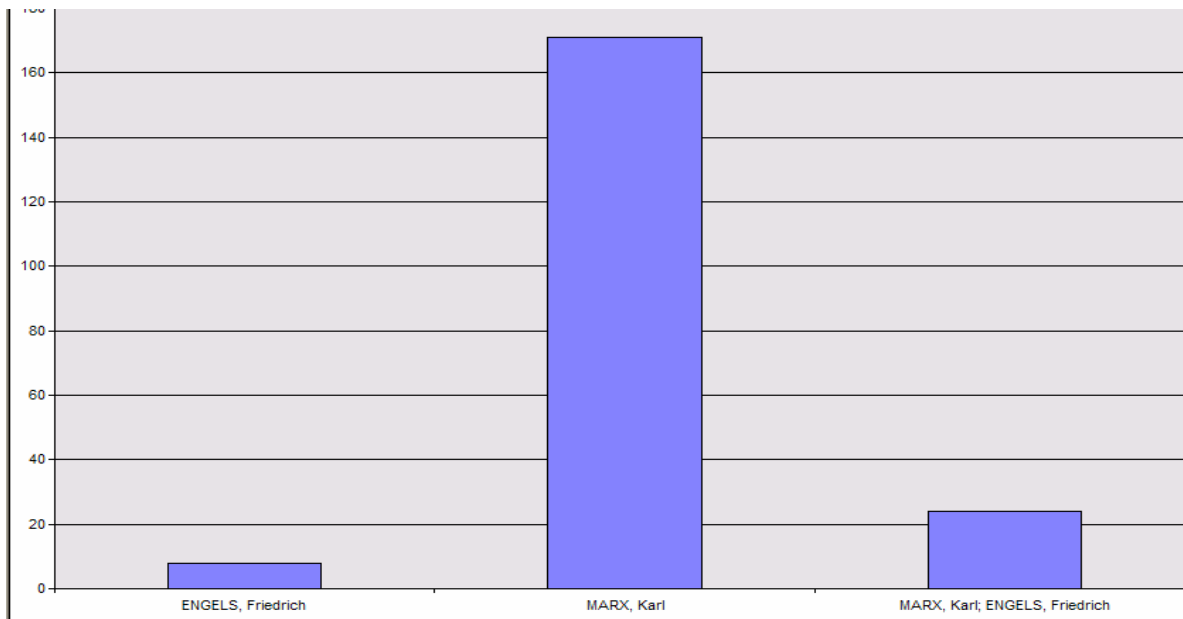


GRÁFICO 10 – Proporção da referência a Marx e Engels.

- ✓ Dentre os 50 autores ocorrem 203 referências, sendo 08 referências a obras de Engels, 24 referências a obras de Marx e Engels e 171 referências a obras de Marx, um dado indicativo da parcialidade na apropriação da *Concepção Materialista e Dialética da História* e na apropriação das condições para a interpretação em totalidade do *Modo Capitalista de Produção* a nosso ver, possível apenas a partir da apropriação da obra dos dois autores.

Com relação às obras mais referidas, temos:

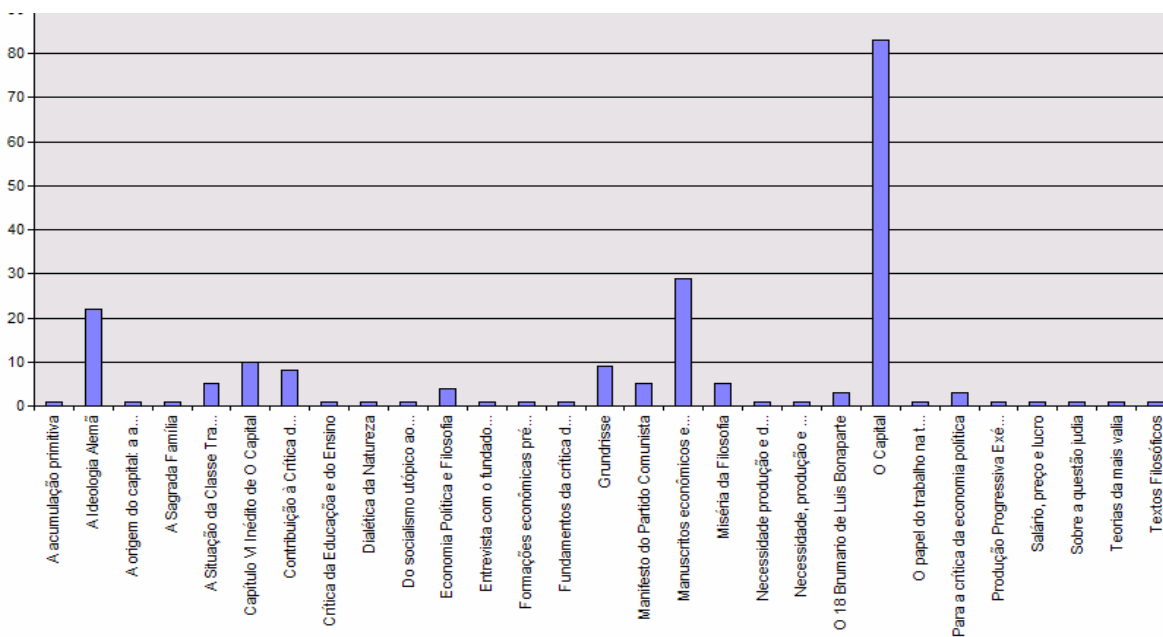


GRÁFICO 11 – Escritos de Marx e Engels mais referidos pelos *estudos do lazer*.

- ✓ Dentre as 169 referências aos clássicos, *O Capital* (1867) é citado 83 vezes. *O Capítulo VI inédito de O Capital* é citado 10 vezes. Os *Manuscritos de 1844* são citados 29 vezes, sendo que 13 referências ficam restritas a *O trabalho alienado* (1848). *A Ideologia Alemã* (1845-1846) é citada 22 vezes. Os *Grundrisse* (1857-1858) são citados 09 vezes. *A Contribuição à crítica da economia política* (1859) é citada 08 vezes. *A situação da classe trabalhadora na Inglaterra* (1945) é citada 05 vezes. *O Manifesto do partido comunista* (1848) é citado 05 vezes. *A Miséria da Filosofia* (1847) é citado 05 vezes. Estes dados são indicativos do predomínio na apropriação de *O capital*, *O trabalho alienado* e *A Ideologia Alemã*.

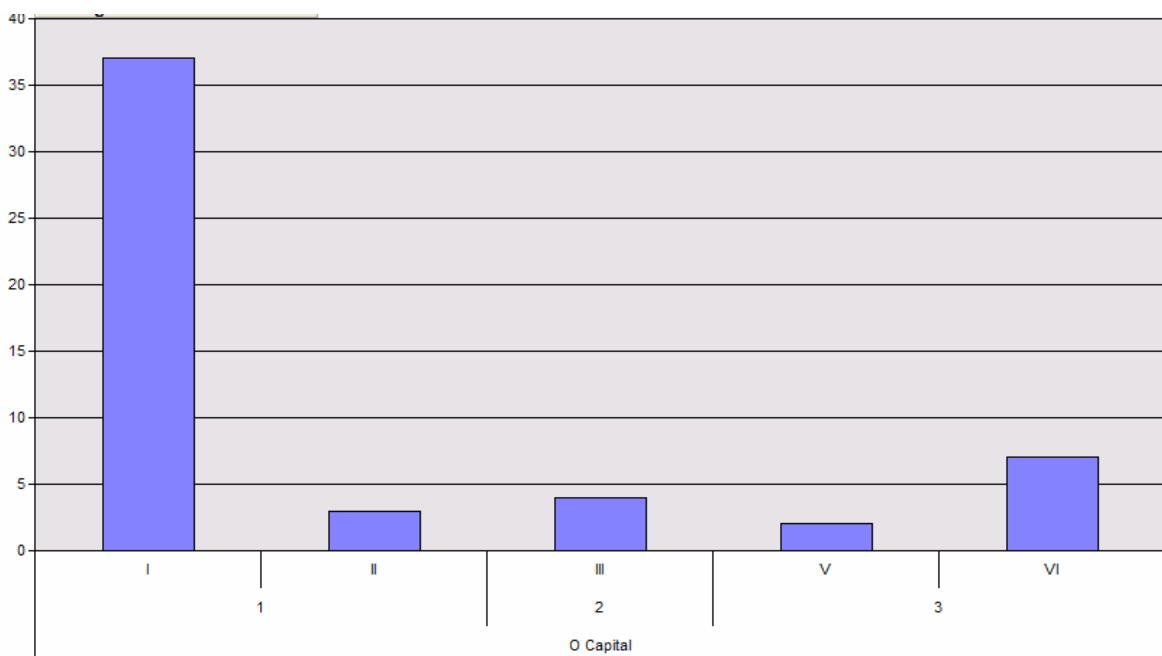


GRÁFICO 12 – Capítulos mais referidos de *O capital*.

- ✓ Das 83 referências a *O Capital*, 52 referências informam os Livros e Volumes trabalhados. A distribuição destas citações por volume: 37 referências ao Livro 1 (Volume I); 03 referências ao Livro 1 (Volume II); 04 referências ao Livro 2 (Volume III); 02 referências ao Livro 3 (Volume V); 07 referências ao livro 3 (Volume VI). Destas 52 referências, 17 explicitam a leitura de partes da obra (Posfácio 2ª edição – 3; Prefácio da 1ª edição – 2; Capítulo VI – 1; Capítulo VII – 3; Capítulo XII – 1; Capítulo XIII – 6; Capítulo XLVIII – 1).

Estes dados são indicativos de apropriação parcial e fragmentada do processo de desenvolvimento de categorias centrais da obra de Marx e Engels. Por exemplo, para a compreensão da categoria “modo de produção”, são referências mínimas as obras *A situação da classe trabalhadora na Inglaterra* (1945), *A Ideologia Alemã* (1845-1846), *Contribuição à crítica da economia política* (Extrato dos *Grundrisse* organizado pelo próprio Marx, 1859), *Formações econômicas pré-capitalistas* (Extrato dos *Grundrisse* publicada no Brasil em 1979), *O Capital* (1867), *A origem da família, da propriedade privada e do Estado* (1884).

Está inscrita na categoria *modo de produção* a possibilidade de compreensão da concepção marxiana e engelsiana da categoria trabalho, dependendo, também, da leitura dos *Manuscritos econômicos e filosóficos* (1844) e de *O papel do trabalho na transformação do macaco em homem* (1876). Destas obras, apenas *Manuscritos econômicos e filosóficos*, *A ideologia alemã* e *O Capital* apresentam referências expressivas *no conjunto da produção referente aos estudos do lazer que se apropriam da obra de Marx e Engels referindo-se às suas obras*.

4 Características das interpretações dos autores acerca da obra de Marx e Engels.

Entre os trabalhos que se referem às fontes, um segundo critério de classificação foi adotado, correspondente às *características das interpretações dos autores acerca da obra de Marx e Engels*. Considerando os dados aqui comentados e as possibilidades explicativas enumeradas, passamos a descrever as características da apropriação da obra de Marx e Engels, organizando a análise a partir (1) dos casos em que não são referidas as obras trabalhadas, (2) dos casos em que são referidas as obras trabalhadas.

4.1 Apropriação sem referência às obras lidas:

Estamos considerando como *apropriação*, a referência a Marx e Engels (ou à sua obra) pelos estudiosos com a finalidade de afirmar ou negar a contribuição destes referenciais para a compreensão da problemática do lazer. Entre os estudos que fazem referência a Marx e Engels, encontramos 15 trabalhos que não mencionam obras originais lidas para realizar as diversas afirmações que fazem.

Estes autores são: Amaral (2006); Camargo (1990, 1993, 1998a, 2003); Cavalcanti (1984); Cortella (2003); DaCosta (2003); Werneck (2000); Gomes (2003b); Gutierrez,

(2001); Marcellino (1982, 1983b, 1987, 1995); Mwewa (2005); Nascimento (2005); Reale (1980); Ritter (2003); Salomão e Carmo (2005); Sodré (1938).

No âmbito dos *estudos do lazer* que não fazem referência a obras originais de Marx e Engels, de maneira geral, os autores pronunciam-se negando a contribuição de Marx para a compreensão da problemática do lazer, com raríssimas referências a Engels (CAMARGO, 1998a, p. 144). Tal negação apóia-se na tese de que as idéias de Marx expressam uma *exaltação e mitificação* do trabalho, cuja raiz está, por sua vez, localizada nas transformações econômicas que ocorrem nos séculos XVIII e XIX. Esta idéia é construída de modo espalhado entre os diversos autores, configurando-se como uma *verdade* que é multiplicada e disseminada pelos *especialistas renomados*.

Nos trabalhos reunidos, encontramos:

- ✓ Alto índice de referência aos autores remetendo-se a comentaristas, ou sem nenhuma referência às obras consultadas, o que denota ausência de consulta direta aos textos do autor, um dos critérios essenciais de qualquer produção científica, ainda mais quando visam à crítica ao *autor referido* (AMARAL¹⁴⁹, 2006, p. 101; CAVALCANTI¹⁵⁰,

149 Segundo Amaral, Munné (1980, p. 23) identifica “pelo menos três grandes correntes teóricas provenientes do marxismo”: os ortodoxos, os “revisonistas” e a postura da Escola de Frankfurt. Dentre elas há inúmeras convergências, pois a “concepção marxista apresenta uma unidade, o que contrasta claramente com o caráter heterogêneo da concepção burguesa”. A autora continua: “Munné (1980), antes de explicar cada uma das tendências, fala do que estava presente no pensamento do próprio Marx. O autor diz que no pensamento de Marx não se concebe um tempo separado de trabalho e de lazer, pois estes estão intrinsecamente ligados, contudo, com o *desenvolvimento da sociedade para os moldes da industrialização, o trabalho ganhou um peso maior que o lazer* (grifo nosso). Para Marx, somente com o término do trabalho determinado poderá começar o reino da liberdade e o desenvolvimento das forças do ser humano, as quais não têm um fim, a não ser em si mesmas. A utopia é a criação de uma sociedade em que o tempo livre e o tempo de trabalho serão uma só coisa, um só tempo de liberdade”. Acentua que “A tendência denominada por Munné (1980) de ‘ortodoxa’ carrega, principalmente, as contribuições de Lênin. Ele trouxe à interpretação do tempo-livre uma dimensão político-jurídica”. Prossegue a autora: “A fim de ser mais fiel aos conceitos desenvolvidos por Munné, tomo emprestadas as análises por ele realizadas. ‘Quais são as características dos ortodoxos?’, pergunta-se ele. E continua respondendo a pergunta: [...] além de adequarem-se ao menos no que é fundamental à linha oficialmente marcada pelo Partido, fixam sua atenção nos problemas práticos da atual fase socialista, diferentemente de Marx que se ocupou dos problemas práticos do tempo livre no capitalismo e no comunismo. Secundariamente, efetuam reflexões teóricas como motivo de suas análises empíricas, de acordo com o princípio da unidade entre teoria e práxis. O tempo livre é tratado, dentro de uma concepção materialista dialética e histórica, no marco da economia do tempo, como fonte de produtividade e, melhor ainda, de riqueza social” (AMARAL, 2006, p. 171-172).

150 “Afirma enfaticamente Gadotti (1980): ‘a Educação Permanente, enquanto discurso, é um discurso ideológico’ (p. 95). Analisando profundamente o discurso sobre a educação permanente, Gadotti (1980) constata que não é um discurso neutro, desideologizado, como sustentava a UNESCO, mas um pensamento estruturado, defendendo certos interesses que são ocultados por trás de uma máscara de neutralidade. Partindo da visão clássica de ideologia, tal como aparece na obra de Marx, o autor demonstra que a educação permanente dissimula as desigualdades perante a educação, tornando-se como uma religião com suas leis, cultos e dogmas. Utilizando a visão moderna de ideologia, mostra que a educação permanente é expressão da consciência tecnocrática; é racionalização produtivista e mecanismo de dependência cultural; é instrumento a serviço da despolitização da massa” (CAVALCANTI, 1984, p. 74-75).

1984, p. 74-75; Da COSTA, 2003, p. 12; MWEWA¹⁵¹, 2005, p. 65; NASCIMENTO¹⁵², 2005, p. 3491; RITTER¹⁵³, 2003, p. 2);

- ✓ Apresentação de Marx como um ideólogo que elege o trabalho como necessidade e obrigação suprema do indivíduo, concorrendo para *uma atitude de conformismo e resignação face às condições técnicas do trabalho* (CAMARGO¹⁵⁴, 1990, p. 70; 1993, p. 8-9; Da COSTA¹⁵⁵, 2003, p. 12; GUTIERREZ¹⁵⁶, 2001., p. 93);

-
- 151 “Quando se aceita como verdadeiro o pensamento de Marx, de que na sociedade burguesa a força de trabalho tornou-se mercadoria e, por isso, o trabalho foi coisificado, então a palavra ‘hobby’ conduz ao paradoxo de que aquele estado, que se entende como o contrário de coisificação, como reserva de vida imediata em um sistema total completamente mediado, é, por sua vez, coisificado da mesma maneira que a rígida delimitação entre trabalho e tempo livre” (ADORNO, citado por MWEWA, 2005, p. 65).
- 152 “A cultura é compreendida sob o ponto de vista dos movimentos sociais, alavancado pela luta de classes, respectiva a cada período histórico, aspecto este defendido por Hegel e Marx, mas para a antropologia a cultura está relacionada aos símbolos de diferentes ordens: da lei, da linguagem, do trabalho, do espaço, do tempo e outro; e relacionada aos símbolos e diferentes ordens: da lei, da linguagem, do trabalho, do espaço, do tempo e outros; e relacionada aos comportamentos, ações, práticas presentes nas relações entre os homens e deles com a natureza, diferindo de sociedade (CHAUÍ, 1996)” (NASCIMENTO, 2005, p. 3491).
- 153 “Assim como o trabalho, o lazer também constitui momento importante no cotidiano de homens e mulheres. É claro que essa importância, ao se comparar com o trabalho, é menor e muitas vezes sua ação está direcionada à preparação ou recuperação para as tarefas laborais. Independente da vertente ideológica, alguns pensadores do início do século XIX apresentaram o que para eles era a função do lazer. Marx atribuía a esse espaço de tempo a possibilidade de desenvolvimento humano; Proudhon, a composição livre; Augusto Comte, o desenvolvimento da astronomia, dentre outros; Engels postulava a diminuição da jornada de trabalho a fim de que um maior número de pessoas pudesse participar dos negócios gerais da sociedade” (DUMAZEDIER, Em defesa da preguiça. Revista Veja, N. 630, citado por RITTER, 2003, p. 2)
- 154 “Somos herdeiros de passado recente e ainda vivo em que o pensamento transformador e revolucionário brotou e cresceu em diferentes direções, mas igualmente valorizando o trabalho e, ao mesmo tempo, desconfiando do lúdico. Quando as fábricas começaram a dar serviço para grandes contingentes da população, tanto o capitalismo como o comunismo, as principais teorias de desenvolvimento da sociedade, ambas nascidas no período, elevaram o trabalho à categoria de primeira necessidade do homem. Tanto Adam Smith, o primeiro teórico do capitalismo, como Karl Marx, o principal teórico do comunismo, não viam para a sociedade humana outra alternativa senão o trabalho. Karl Marx viu o lado podre dessa teoria” (CAMARGO, 1998, p. 146-148).
- 155 “No decorrer da história da filosofia, a questão do trabalho sempre se mostra presente [...]. Um aprofundamento mais analítico dessas concepções, não necessariamente contraditório, é encontrado na teoria marxista, que coloca o trabalho numa das posições centrais das relações sociais, enaltecendo “o princípio do trabalho como essência genérica do homem”. A partir daí, derivaram, sucessivamente, as conhecidas teses de divisão do trabalho, da alienação, da mais valia, da luta-de-classes, etc. Uma síntese das proposições de Marx, com base nessas hipóteses do materialismo histórico, nos é oferecida por Ernest Fisher quando revela, em outra citação, que “a ação da liberdade real é justamente o trabalho”. Nestes termos, podemos observar que a evolução histórica da interpretação do trabalho passou de um extremo de anulação para outro oposto de sublimação, da servidão para a libertação, de ação eventual para processo de transformação social. Mais recentemente, Joseph Pieper tentou inverter o sentido idealizado por Marx, retornando ao lazer conforme a cultura grega, sem, entretanto, subestimar o trabalho, então valorizado como a “esfera total da atividade intelectual e espiritual do homem” (DA COSTA, 2003, p. 12).
- 156 “[...]o papel da categoria trabalho é central tanto na obra de Marx, como na de Weber e Durkheim, o que os tornaria a todos conservadores com relação a modelos explicativos que não privilegiassem a categoria trabalho social. Esta coincidência nos três grandes clássicos da sociologia não é acidental, mas determinada pelo momento histórico em que suas obras foram escritas, profundamente marcado pela revolução Industrial e suas fantásticas transformações em todos os campos da vida humana, tendo por centro a massificação do trabalho assalariado taylorizado e burocratizado. Hoje, contudo, os tempos são outros, e isto o leva a afirmar ‘é exatamente esse amplo poder macrosociologicamente determinante do fato social do trabalho (assalariado) e das contradições da racionalidade empresarial e social que o comanda, que agora se torna sociologicamente questionável’ (OFFE, op. cit., p. 16 citado por GUTIERREZ, 2001, p. 93)

- ✓ Comparação de Marx a Adam Smith, no que toca à falta de visão de alternativas para a sociedade que não passassem pelo trabalho. Marx apresenta uma dimensão positiva frente a Smith, na medida em que permite denunciar a *divisão da sociedade entre os que dominavam os meios de produção e o lucro e os explorados de toda sorte*, incentivando a organização dos explorados a *por meio da revolução se apropriarem dos meios de produção e dos benefícios do seu próprio trabalho*. Mas, para Marx, *o trabalho continuava sendo a principal necessidade do homem. O lúdico era para o futuro. O tempo livre que ainda sobrava deveria ser dedicado a coisas úteis, como a política* (CAMARGO¹⁵⁷, 1998a, p. 146-148; 2003¹⁵⁸, p. 36);
- ✓ Frequente contraposição entre o pensamento de Marx e de Lafargue, na qual o segundo é apontado como um membro da família do primeiro que se contrapõe à eleição do trabalho como necessidade e obrigação suprema do indivíduo, e é, por esta razão, o primeiro a fazer a defesa do *direito à preguiça* (CAMARGO¹⁵⁹, 1993, p. 8-9; 1998a, p. 31; MARCELLINO¹⁶⁰, 1987, p. 23; WERNECK, 2000, p. 75-76, e nota 26; GOMES¹⁶¹, 2003b, p. 75-76 e nota 26; CORTELLA¹⁶², 2003, p. 2);

157 “O trabalho é chato, como a escola é chata, para a imensa maioria das pessoas. A sociedade incorporou ao absurdo o conceito de que o trabalho é tudo. Adam Smith e Karl Marx, por exemplo, diziam a mesma coisa e prometiam a felicidade neste mundo, mas só depois que o futuro felizardo desse duro a vida toda [...]” (CAMARGO, 1993, p. 8-9).

158 “Mas foi a Revolução Industrial que afastou e condenou qualquer validade lúdica do ser humano. Já comentei no meu livro Educação para o lazer, o consenso explícito adotado pela sociedade como um todo – da ciência à política e à religião – em favor do trabalho. O trabalho é a primeira finalidade do homem, eis o que diziam, ao mesmo tempo Adam Smith e Karl Marx, além dos padres e pastores, dos políticos, não obstante as vozes fortes mas ainda assim inaudíveis de Fourier, Lafargue, na França, Noailles Thoreau nos Estados Unidos” (CAMARGO, 2003, p. 36).

159 “Tudo se passava de forma tão hipócrita que Paul Lafargue (1842-1911), genro do pensador alemão Karl Marx (1818-1883), escreveu um manifesto chamado O direito à preguiça, em que ridicularizava os operários da indústria nascente, que trabalhavam 15 horas por dia e reivindicavam o direito ao trabalho, mesmo em tais condições. Para que, perguntava Lafargue, tanta preocupação com trabalho? O que se queria, com o trabalho, não era apenas o dinheiro para se divertir? Então, por que não reivindicar logo de cara o direito à mesma vida fútil dos patrões?” (CAMARGO, 1998, p. 31).

160 “Embora o que se verifique atualmente seja a impossibilidade de referência ao marxismo como um pensamento unitário, pelas várias correntes que a denominação abriga, é certo que, em quase todas elas, ocorre a exaltação do trabalho. Seja como for, ironicamente, é o genro de Marx, Paul Lafargue, quem corajosamente elabora uma das primeiras sistematizações defendendo o lazer dos operários, em fins do século XIX, opondo-se não somente à mitificação do trabalho, como cerceamento da vida do trabalhador, mas também ao usufruto dos efeitos da exploração, pelos dominantes, também cerceados na sua vida em virtude das obrigações impostas pelo consumo” (MARCELLINO, 1987, p. 23).

161 “Segundo Chauí que introduz a 2ª. Edição da obra O direito à preguiça (Lafargue, 1999), Paul Lafargue redigiu vários textos sintetizando as idéias de Marx com o objetivo de divulgá-las entre os operários franceses revolucionários, sendo um dos maiores responsáveis pelo surgimento do marxismo francês na transição do século XIX para o século XX. Porém, considerando principalmente as questões que envolvem o lazer e a máquina, Oliveira (2002) indica que no livro O direito à preguiça Lafargue diverge em muitos pontos das idéias marxistas. (GOMES, 2003, p. 74, nota 26). Os operários reivindicavam a redução da jornada diária de trabalho para oito horas, mas para Lafargue (1999) apenas três seriam o bastante. O autor propõe diminuir a quantidade de tempo dedicada à produção, o que não coincide inteiramente com as idéias de Marx, para quem o capitalismo proporciona o desenvolvimento das forças produtivas, sendo este necessário para a implantação do socialismo. Para [...]” (GOMES, 2003b, p. 75-76).

162 “Não é por acaso que Paul Lafargue, um franco-cubano casado com Laura, filha de Karl Marx, e fundador do Partido Operário Francês, foi pouco compreendido na ironia contida em alguns dos seus escritos. Em 1883, quando todo o movimento social reivindicava tenazmente o direito ao trabalho, isto é, o término de qualquer forma de desocupação, o genro de Marx publicou Direito à Preguiça, uma desnorteante e – só na aparência – paradoxal análise sobre a alienação e exploração humana no sistema capitalista” (CORTELLA, 2003, p. 2).

- ✓ Alusão ao *trabalho* enquanto uma conseqüência das *transformações*, devidas, em parte, à *implantação do modo de produção capitalista* entre os séculos XVIII e XIX, quando se difunde a *idéia de que o trabalho é o que permite, efetivamente, aumentar a riqueza das nações*, acompanhada da alusão de que, neste período, os homens são animalizados a ponto de comprometer a afirmação, atribuída a Marx, de que *o trabalho é o que diferencia o homem do animal* (WERNECK¹⁶³, 2000, p. 48-49);
- ✓ Alusão a Marx e aos marxistas, afirmando-se que tecem *críticas ao lazer*, destacando-se a existência de diferenças de posição entre estes, que geram *duas* correntes, ora *privilegiando o trabalho* ora *privilegiando o tempo fora do trabalho para a realização humana*. Afirma-se encontrar em Marx *os dois gêneros*, denunciando-se o predomínio, *com muito peso*, da *primeira corrente* (MARCELLINO¹⁶⁴, 1983b, p. 23; 1987, p. 23);
- ✓ Marx e os marxistas sendo apontados como difusores da *exaltação* e da *mitificação do trabalho* (MARCELLINO, 1987, p. 23);
- ✓ Alusão a uma comunhão em um *mesmo crédito produtivista*, entre capitalistas e socialistas; este *crédito produtivista* é atribuído a Karl Marx quando este, *rompendo com o chamado socialismo utópico, pretendeu firmar a emancipação do proletariado sob as coordenadas da produção* (REALE¹⁶⁵, 1980, p. 116);
- ✓ Apresentação de Marx como o idealizador da *luta de classes* (SODRÉ, 1938, p. 64);

163 “Assim sendo, o século XVIII na Europa, é um dos momentos mais expressivos de nossa história. Ele configurou a sociedade, a política, a economia, a cultura, a educação, o trabalho e o próprio homem. Essas mudanças são devidas, entre outros aspectos, às transformações geradas com a implantação do modo de produção capitalista, conferindo novos contornos ao lazer. Esses contornos passam a ser delineados, sobretudo, em função de um tempo de não-trabalho, ou seja de um tempo que pudesse ser estabelecido em contraponto ao trabalho produtivo.

A idéia de que o trabalho é o que permite, efetivamente, aumentar a riqueza das nações se difundiu rapidamente no decorrer do século XIX. São alterados os antigos laços de subordinação à terra, ao senhor, transformando a grande maioria em trabalhadores livres – livres, evidentemente, para vender a sua força de trabalho a quem pudesse lhes dar emprego. Esse novo pensamento se desenvolve a partir da dominação capitalista e da exploração de mão-de-obra assalariada, comprometendo a noção elaborada por Marx, na qual o trabalho (isto é, a possibilidade de transformação dos objetos e do mundo) é o que diferencia, fundamentalmente, o homem do animal, restando aos assalariados uma única opção: o trabalho alienado” (ENRIQUEZ, 1999, citado por WERNECK, 2000, p. 48-49).

164 “As críticas ao lazer são dirigidas também pelos marxistas. Muito embora os pensadores dessa linha estejam divididos em duas correntes, uma privilegiando o trabalho e outra o tempo fora do trabalho para a realização humana, uma vez que em Marx se encontram textos dos dois gêneros, predomina com muito peso a primeira corrente” (MARCELLINO, 1983, p. 23.)

165 “Tão forte se tornou a projeção do trabalho como categoria histórico-econômica – tanto sob o prisma capitalista, como sob o enfoque socialista – que ele passou a ocupar o centro do cenário cultural, passando a ser apreciado, em função dele, o tempo que significativamente se denomina “repouso” ou “descanso”, diário, semanal ou anual, ou que sobrevém com a “aposentadoria”.

[...]. A mesma mentalidade preside a elaboração dos textos legislativos, sob o domínio avassalador de uma visão “produtivista” da vida social, ponto de vista em que, paradoxalmente, capitalistas e socialistas se encontram desde quando Karl Marx, rompendo com o chamado socialismo utópico, pretendeu firmar a emancipação do proletariado sob as coordenadas da produção, a qual, a seu ver, deve deixar de ser individual para converter-se em produção socializada, ou, por melhor dizer, confiada ao Estado como expressão da nova “classe dominante”, o proletariado.

Capitalismo e socialismo comungam, pois, no mesmo credo produtivista de apologia do trabalho, variando, é claro, quanto aos meios e processo de obter-se o máximo de produção, para alcançar-se o máximo de riqueza partilhável. Não é sem motivo, aliás, que a obra capital de Marx não se denomina “O Trabalho” mas sim “O Capital”.

O certo é que, aquém e além da chamada “cortina de ferro”, a que se acresce hoje a “cortina de bambu” (...) a idéia dominante é a da tônica posta no valor do trabalho, admitindo-se, via de regra, que o homem só deve descansar para recuperar forças e voltar ao seu trabalho” (REALE, 1980, p. 116).

- ✓ Indicação de intenção de estudos futuros do pensamento de Marx (SALOMÃO e CARMO, 2005, p. 3554).

Os trechos acima remetem a duas ordens de questões: **em primeiro lugar**, faz-se necessário perguntar *se* estas afirmações correspondem à verdade, no sentido da força motriz da produção do conhecimento científico. **Posteriormente**, faz-se necessário explicitar as conseqüências destas afirmações para a *formação profissional* e a *produção do conhecimento* e do *campo de saber* em construção, que estamos, genericamente, nomeando como *estudos do lazer*.

As afirmações freqüentes entre os *estudiosos do lazer* escondem o profundo desconhecimento quanto: (1) à obra original de Marx e Engels (BOTTOMORE, 2001, p. 406-411; MARX E ENGELS, 1980; MARX E ENGELS, 1981, 1982a, 1982b, 1985); (2) às matrizes históricas e filosóficas que sustentam esta obra (LENIN, 1978; ENGELS, 1979, 2000, s/d; MARX, 2005; MARX E ENGELS, 1980); (3) ao contexto histórico, econômico e político em que esta obra é elaborada (ROCES, 1981, 1982); e (4) aos desdobramentos desta obra, no que toca (a) à implementação e experimentação, em alguns países, de algumas teses nela defendidas, gerando o chamado *bloco socialista*; (b) à sua absorção entre os diferentes pensadores que a desenvolvem, configurando o que chamamos, hoje, *marxismo* (ANDERSON, 1989).

Somente o não entendimento das bases que sustentam a *Concepção Materialista e Dialética da História* permite afirmar que Marx **elege** o trabalho como *necessidade e obrigação suprema do indivíduo*. Marx não elege, nem inventa o trabalho; ele **constata** o trabalho como a atividade vital do homem, uma condição da existência humana, uma necessidade do gênero (MARX, 1980). Neste caso, está em ação o pressuposto da anterioridade da matéria em relação ao pensamento (MARX e ENGELS, 1974), algo que os idealistas têm imensas dificuldades para compreender. Sob o enfoque materialista, as explicações míticas perdem centralidade, e as condições que permitem a produção e a reprodução da existência humana a assumem – o trabalho é a atividade vital que permite a produção e a reprodução da existência humana. Para Marx e Engels, que afirmam que para fazer história os homens têm de *estar vivos* e que para *estar vivos* necessitam produzir e

reproduzir sua existência, trata-se de perguntar: como os homens estão produzindo e reproduzindo sua existência no modo capitalista de produção?

A afirmação de que Marx *elege o trabalho como necessidade e obrigação suprema do indivíduo confunde* – e *propõe* uma *fusão* entre – a *ideologia burguesa*¹⁶⁶ com a profunda análise marxiana do modo como se processa a produção da existência dos homens no modo capitalista de produção. Marx está combatendo esta ideologia burguesa em vários de seus trabalhos escritos a partir da década de 40. Entre estes estão os *Debates sobre a lei castigando os roubos de lenha (1842)*, os diversos apontamentos que compõem os *Manuscritos de 1848*, inclusive *O trabalho estranhado*, os *Grundrisse (1857-1858)* e *todo O Capital (1867)*.

Nesta direção, trata-se de uma *distorção grotesca* a afirmação freqüente acerca de diferenças entre Marx e Lafargue¹⁶⁷, no que toca à relevância que atribuem ao tempo livre do trabalho. A principal diferença entre as discussões realizadas por Marx e Lafargue¹⁶⁸ – e trata-se sempre de uma comparação desigual, na medida em que falamos a partir de uma única obra do segundo em comparação ao conjunto da obra do primeiro – é que o segundo escreve um panfleto que visava mobilizar a classe trabalhadora, contrapondo ao elogio do trabalho abnegado propagado pelo liberalismo burguês, um dos sete pecados capitais: a preguiça (CHAUÍ, 1999). Lafargue acentua a superação da condição de exploração em que viviam os trabalhadores como uma simples questão de vontade coletiva, ousando imaginar as várias possibilidades abertas caso obtivessem, pela força da vontade, a redução da jornada de trabalho para 3 ou 4 horas. Em Marx, a prisão social do trabalho alienado é explicada em seu desenvolvimento histórico, e é apenas dentro destas condições, historicamente determinadas e em transformação, que os trabalhadores podem conseguir revolucionar sua situação.

166 A religião do trabalho, tal como a define Lafargue (1980).

167 Reminiscências de Marx. (LAFARGUE In: FROMM, 1975, p. 190-206). l'Archive Internet des Marxistes. Sectin Française. Paul Lafargue. Disponível em: <http://www.marxists.org/francais/lafargue/index.htm> Acesso em 12 fevereiro 2007.

168 E, neste caso, é freqüente a comparação de Marx, tomado como o conjunto de sua obra, com um único texto de Lafargue, conhecido como O direito à preguiça (1880), o que se constitui, mais uma vez, em um erro primário no âmbito da produção do conhecimento científico.

Os que conhecem a obra de Marx, certamente, perceberam sua imensa preocupação com a animalização do homem nas relações de produção capitalistas. O autor denunciava, já nos *Manuscritos de 1848*, que, neste *modo de produção da existência*, os homens são impedidos de desenvolver suas potencialidades de gênero, e que *o trabalhador se sente livremente ativo só ainda em suas funções animais* (MARX, 1989c, p. 154). Para Marx, um materialista, o trabalho é *a atividade vital do homem* (MARX, 1989c, p. 155) a qual, no modo capitalista de produção, aparece como atividade alienada/estranhada, atividade na qual o homem distancia-se das potencialidades do gênero humano, reduzido às funções animais (comer, beber, procriar), a *fins últimos e exclusivos* da existência humana. Nas próprias palavras de Marx:

Na medida em que o trabalho alienado aliena do homem 1. a natureza e 2. a si mesmo, a sua função ativa própria, a sua atividade vital, aliena do homem o *gênero*; lhe faz da *vida do gênero* um meio de vida individual. Em primeiro lugar aliena a vida do gênero e a vida individual, e em segundo lugar faz da última, em sua abstração um fim da primeira, igualmente na sua forma abstrata e alienada.

Pois em primeiro lugar o trabalho, a *atividade vital*, a *vida produtiva* mesma aparece ao homem só como um *meio* para satisfazer uma necessidade, a necessidade de manutenção da existência física. Mas a vida produtiva é a vida do gênero. É a vida engendradora de vida. No tipo de atividade vital jaz o caráter inteiro de uma *species*, o seu caráter genérico, e a atividade consciente livre é o caráter genérico do homem. A vida mesma aparece só como *meio de vida*.

O animal é imediatamente um com a sua atividade vital. Não se distingue dela. É *ela*. O homem faz da sua atividade vital mesma um objeto do seu querer e da sua consciência. Tem atividade vital consciente. Não é uma determinidade com a qual ele conflua imediatamente. A atividade vital consciente distingue o homem imediatamente da atividade vital animal. É precisamente só por isso que ele é um ser genérico. Ou ele só é um ser consciente, isto é, a sua própria vida lhe é objeto, precisamente porque é um ser genérico. Só por isto a sua atividade é atividade livre. O trabalho alienado inverte a relação de maneira tal que precisamente porque é um ser consciente o homem faz da sua atividade vital, da sua *essência*, apenas um meio para a sua *existência*.

No engendrar prático de um *mundo objetivo*, no *trabalhar* a natureza inorgânica o homem se prova como um ser genérico consciente, isto é, um ser que se relaciona com o gênero como a sua essência própria ou se relaciona consigo como ser genérico. Claro que o animal também produz. Constrói um ninho, moradas para si, tal como a abelha, castor, formiga, etc. Só que produz apenas o de que precisa imediatamente para si ou seu filhote; produz unilateralmente, ao passo que o homem produz universalmente; produz apenas sob o domínio da necessidade física imediata, ao passo que o homem produz mesmo livre da necessidade física e só produz verdadeiramente sendo livre da mesma; só produz a si mesmo, ao passo que o homem reproduz a natureza inteira; o seu produto pertence imediatamente ao seu corpo físico, ao passo que o homem se defronta livre com o seu produto. O animal forma só segundo a medida e a necessidade da *species* à qual pertence, ao passo que o homem sabe produzir segundo a medida de qualquer *species* e sabe em toda parte aplicar a medida inerente ao objeto; por isso o homem também forma segundo as leis da beleza.

Portanto, é precisamente ao trabalhar o mundo objetivo que o homem primeiro se prova de maneira efetiva como um *ser genérico*. Esta produção é a sua vida genérica operativa. Por ela a natureza aparece como a *sua obra* e a sua realidade efetiva. O objeto do trabalho é, portanto, a *objetivação da vida genérica do homem*: ao se duplicar não só intelectualmente tal como na consciência, mas operativa, efetivamente e, portanto, ao se intuir a si mesmo num mundo criado por ele. Por conseguinte, ao arrancar do homem o objeto de sua produção, o trabalho alienado lhe arranca a sua *vida genérica*, a sua objetividade genérica efetivamente real e transforma a sua vantagem ante o animal na desvantagem de lhe ser tirado o seu corpo inorgânico, a natureza (MARX, 1989c, p. 155-157).

Ao constatar o trabalho como a atividade vital do gênero humano, ou seja, a atividade de produção e reprodução da existência do gênero humano, incluída sua dimensão estética, Marx apresenta as armas para denunciar que, no modo capitalista de produção da existência – no qual *a sociedade inteira tem que se cindir nas duas classes dos proprietários e dos trabalhadores sem propriedade* (MARX, 1989c, p. 147) –, a classe dos sem propriedade (classe trabalhadora) está impedida de desenvolver as potencialidades do gênero humano. Nesta direção, de que *trabalho* estão falando os estudiosos do lazer quando afirmam que Marx fez o *elogio* ou a *apologia* ao trabalho? De que visão de homem estão partindo? Certamente, estamos na esfera da visão idealista de mundo, na qual tudo o que está na terra é fruto de intenções, projetos, pensamentos, vontades... de Deus. Esta visão de mundo embota o pensamento dos homens para que estes não percebam que a história só é possível com homem vivos, em condições de produzir e reproduzir sua existência¹⁶⁹.

É a *consciência revolucionária da história* (FERNANDES, 1989, p. 146) que permite a Marx e Engels, ao fazer a crítica da divisão social do trabalho no *modo capitalista de produção*, projetar (ou seja, planejar) uma outra realidade, passível de ser implementada apenas pela classe trabalhadora organizada segundo seus interesses e necessidades, dentro de condições históricas já dadas (MARX, 1977; MARX, 1980b; MARX E ENGELS, 1980):

Finalmente, a divisão do trabalho oferece-nos o primeiro exemplo do seguinte facto: a partir do momento em que os homens vivem na sociedade natural, desde que, portanto, se verifica uma cisão entre o interesse particular e o interesse comum, ou seja, quando a actividade já não é dividida voluntariamente, mas sim, de forma natural, a acção do homem transforma-se para ele num poder estranho que se lhe opõe e o subjugua, em vez de ser ele a dominá-la. Com efeito, desde o momento em que o trabalho começa a ser repartido, cada indivíduo tem uma esfera de actividade exclusiva que lhe é imposta e da qual não pode sair; é caçador, pescador, pastor ou crítico e não pode deixar de o ser se não quiser perder os seus meios de subsistência. Na sociedade comunista, porém, onde cada indivíduo pode aperfeiçoar-se no

169 Introdução à crítica da filosofia do direito de Hegel (MARX, 1977). A ideologia alemã (1980, p. 24-44).

campo que lhe aprouver, não tendo por isso uma esfera de actividade exclusiva, é a sociedade que regula a produção geral e me possibilita fazer hoje uma coisa, amanhã outra, caçar de manhã, pescar à tarde, pastorear à noite, fazer crítica depois da refeição, e tudo isso a meu bel-prazer, sem por isso me tornar exclusivamente caçador, pescador ou crítico. Esta fixação da actividade social, esta petrificação do nosso próprio trabalho num poder objectivo que nos domina e escapa ao nosso controlo contrariando a nossa expectativa e destruindo os nossos cálculos, é um dos momentos capitais do desenvolvimento histórico até aos nossos dias. O poder social, quer dizer, a força produtiva multiplicada que é devida à cooperação dos diversos indivíduos a qual é condicionada pela divisão do trabalho, não se lhes apresenta como o seu próprio poder conjugado, pois essa colaboração não é voluntária e sim natural, antes lhes surgindo como um poder estranho, situado fora deles e do qual não conhecem nem a origem nem o fim que se propõe, que não podem dominar e que de tal forma atravessa uma série particular de fases e estados de desenvolvimento tão independente da vontade e da marcha da humanidade que é na verdade ela quem dirige essa vontade e essa marcha da humanidade.

Esta “alienação” – para que a nossa posição seja compreensível para os filósofos – só pode ser abolida mediante duas condições *práticas*. Para que ela se transforme num poder “insuportável”, quer dizer, num poder contra o qual se faça uma revolução, é necessário que tenha dado origem a uma massa de homens totalmente “privada de propriedade”, que se encontre simultaneamente em contradição com um mundo de riqueza e de cultura com existência real; ambas as coisas pressupõem um grande aumento da força produtiva, isto é, um estádio elevado de desenvolvimento. Por outro lado, este desenvolvimento das forças produtivas (que implica já que a existência empírica actual dos homens decorre no *âmbito da história mundial* e não no da vida local) é uma condição prática prévia absolutamente indispensável, pois, sem ele, apenas se generalizará a *penúria* e, com a *pobreza*, recomeçara paralelamente a luta pelo indispensável e cair-se-á fatalmente na imundície anterior. Ele constitui igualmente uma condição prática *sine qua non*, pois é unicamente através desse desenvolvimento universal das forças produtivas que é possível estabelecer um intercâmbio *universal* entre os homens e porque, deste modo, o fenómeno da massa “privada de propriedade” pode existir simultaneamente em todos os países (concorrência universal), tornando cada um deles dependente das perturbações dos restantes e fazendo com que finalmente os homens empiricamente universais vivam de facto a *história mundial* em vez de serem indivíduos vivendo numa esfera exclusivamente local. Sem isto: 1) o comunismo só poderia existir como fenómeno local; 2) as forças das relações humanas não poderiam desenvolver-se como forças *universais* e, portanto, insuportáveis, continuando a ser simples “circunstâncias” motivadas por superstições locais; 3) qualquer ampliação das trocas aboliria o comunismo local. O comunismo só é empiricamente possível como acção “rápida” e simultânea dos povos dominantes, o que pressupõe o desenvolvimento universal da força produtiva e as trocas mundiais que lhe estejam estreitamente ligadas.

Para nós, o comunismo não é um *estado* que deva ser implantado, nem um *ideal* a que a realidade deva obedecer. Chamamos comunismo ao movimento *real* que acaba com o actual estado de coisas. As condições deste movimento resultam das premissas actualmente existentes (MARX e ENGELS, 1980c, p. 40-42).

A leitura dos longos trechos que optamos por transcrever acima permite evidenciar que a afirmação de que Marx *elege o trabalho como necessidade e obrigação suprema do indivíduo* é uma inverdade, na medida em que representa uma falsificação da tese verdadeiramente defendida pelo autor. Explícita esta inverdade, trata-se de discutir – buscando o rigor e a radicalidade da *crítica à produção do conhecimento referente aos estudos do lazer no Brasil* – as *implicações da difusão desta interpretação falsa* (ou seja,

incompatível com as provas) para uma compreensão radical e rigorosa da problemática do lazer, no contexto do modo capitalista de produção e reprodução da existência, ao qual estamos subordinados.

Em primeiro lugar, esta afirmação, repetida entre os autores delimitados neste bloco, promove a disseminação da tese de que a obra de Marx e Engels é inadequada para o estudo da problemática do lazer, uma vez que este estaria privilegiando em seus estudos a *esfera* do trabalho. Esta afirmação, repetida insistentemente, conduz à negação das possibilidades oferecidas pela obra de Marx e Engels para a compreensão desta problemática.

Nesta direção, os estudiosos que fazem esta afirmação – com evidente desconhecimento de causa como destacamos acima – cumprem o papel ideológico de **apagamento** da contribuição atualíssima da obra de Marx e Engels para a (1) estruturação da *Concepção Materialista e Dialética da História*, fundamental para a (2) interpretação do modo como os homens estão produzindo e reproduzindo sua existência nos últimos cinco séculos; e para a (3) compreensão do fato de que a revolução das relações de produção está nas mãos dos homens insatisfeitos com o modo de produção existente. É apenas neste contexto que podemos compreender a prática social, as políticas públicas e a produção do conhecimento referente aos *estudos do lazer* no Brasil e no mundo.

Aqueles que se apropriam da obra de Marx e Engels, buscando respostas efetivamente revolucionárias e possuindo uma leitura de conjunto de seus textos, sabem que a compreensão da *problemática do lazer* depende da apreensão das relações de produção típicas do capitalismo, nas quais, tal como já nos mostrou Faleiros (1980), todas as necessidades humanas (satisfeitas por meio de bens e serviços com diferentes valores de uso) são convertidas em mercadorias a fim de atingir a meta do capitalista: a produção do valor. Frente a esta constatação, duas novas questões se colocam: (1) o enfrentamento, pelos *estudos do lazer*, do problema da explicação desta prática social, das políticas públicas e da produção do conhecimento, referentes ao lazer no contexto do modo capitalista de produção; (2) a análise da produção do conhecimento referente aos *estudos do lazer* com vistas à localização das contribuições desta produção, no que toca aos esforços

de interpretação desta problemática, com o apoio da obra de Marx e Engels. Nesta direção, passamos a realizar a análise da produção do conhecimento referente aos *estudos do lazer* no Brasil que se apropria *da obra de Marx e Engels com referência às obras* a fim de reconhecer *como estes estudos se apropriam da obra matriz do marxismo, quais as motivações desta apropriação, qual o contexto que a explica e quais as contribuições que trazem.*

4.2 Apropriação com referência às obras lidas

Entre os estudos que fazem referência a Marx e Engels, encontramos cinquenta autores ou grupos de autores que mencionam as obras lidas nas quais se apóiam para realizar as diversas afirmações que fazem. Estão entre estes: Alves (2006); Andrade (2006); Antunes (2001a, 2001c); Becker (2002); Bruhns (2000); Café (2001); Freitas (1997); Chemin (2003); Costa & Maia (2003); Cunha (1987); Faleiros (1979, 1980); Feres Neto (1996, 1997); Gawryszewski (2003); Gebara (1994); Guimarães (2001); Inácio (1997, 1999^a, 1999^b); Inácio, Silva, Pereti, Liesenfeld (2005); Isayama & Moura (2000); Leiro (2002a, 2002b); Lopes (1986); Marcassa (2002, 2003a, 2003b); Marin (1999); Mascarenhas (2000a, 2000b, 2001a, 2005a, 2005b, 2006a); Mota & Souza (2000); Navarro (2006); Oliveira (1986a, 2001b, 2002c); Oliveira (2005); Pacheco (1992, 2001);); Padilha (1997, 2002c, 2003b, 2003c, 2004a, 2004b, 2006); Palafox (1997); Paro (2003); Pellegrin (2006); Polato (2004a, 2004b); Sá (2002, 2003a, 2003b, 2003c, 2003d); Sadi (1999); Silva (1997, 1999, 2001); Silva (2005); Silveira (2003a, 2003b); Sousa (2002, 2005); Sousa, Húngaro, Requena e Polato (2000); Sousa, Severino, Oliveira (2000); Sussekind (1950); Taffarel (2003a, 2005); Valente (1997); Valle (1987); Veronez (2003); Vieitez (2002); Witiczac (2003); Zingoni (2001).

Na análise da apropriação da obra de Marx e Engels por estes trabalhos, consideramos a quantidade de obras referidas, contabilizando autores que faziam referência a uma, duas ou mais obras. Agora, trata-se de expor as *características*, as *particularidades*

que estes trabalhos que se apropriam de maiores ou menores quantidades de obras apresentam. Após a *leitura de todos os textos, delimitamos as passagens* nas quais ocorrem referências a Marx e ou Engels, passando a *analisar o contexto da referência e suas características*, na medida do possível, mapeando as *categorias referidas* e os *traços* a elas *associados* pelos autores referentes, confrontando-os com sua elaboração na obra original do autor. Este exercício permitiu localizar apropriações de níveis diferenciados, ora *parciais e fragmentados*, ora *parciais e detidos*, ora *ampliados*.

4.2.1 Apropriação parcial e fragmentada

Estamos chamando de *apropriação parcial e fragmentada* aquelas referências a Marx e ou a Engels as quais partem de uma ou outra obra dos autores, portanto, de partes da obra tomada a partir de parágrafos, tópicos ou capítulos para discutir categorias que pedem uma leitura ampliada da obra, apresentando uma apropriação fragmentada¹⁷⁰, ou a partir de fragmento.

Os autores nesta situação são Bruhns (2000); Café (2001); Camargo (1998a, p. 8); Chemin (2003); Costa & Maia (2003); Gawryszewski (2003); Inácio, Silva, Pereti, Liesenfeld (2005); Isayama & Moura (2000); Leiro (2002a, 2002b); Lopes (1986); Marin (1999); Mota & Souza (2000); Oliveira (1986a, 2001b, 2002c); Pacheco (1992, 2001); Paro (2003); Pellegrin (2006); Polato (2004a, 2004b); Silva (2005); Silveira (2003a, 2003b); Sousa, Severino, Oliveira (2000); Valente (1997); Valle (1987); Veronez (2003); Zingoni (2001). Apesar de reconhecer a necessidade de descrição minuciosa do pensamento destes autores, por hora far-se-á apenas a descrição genérica das características da apropriação da obra de Max e Engels nestes casos. Após a leitura de todos os textos, observamos:

170 Fragmentar. V. t. d. 1. Reduzir a fragmentos; partir em pedaços; dividir, fracionar. P. 2. Fazer-se em fragmentos; quebrar-se. Fragmento. [Do lat. fragmentu] S. m. 1. Cada um dos pedaços de uma coisa partida ou quebrada. 2. Parte de um todo; pedaço, fração. (FERREIRA, Aurélio Buarque de Holanda. Novo dicionário Aurélio da língua portuguesa. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1986, p.).

- ✓ Referência à obra de Marx sem apresentar nenhuma discussão relacionada à leitura direta da obra do autor, a ele referindo-se através do recurso aos intérpretes e comentaristas (POLATO¹⁷¹, 2004, p. 54-63; SILVA, 2005, p. 100; SUSSEKIND, 1950; WITCZAK, 2003, p. 157 e 158);
- ✓ Referência com a finalidade de pontuar um registro histórico efetuado pelo *autor referido* (OLIVEIRA¹⁷², 2001b, p. 49; FERES NETO, 1996, p. 115);
- ✓ Referência, com a finalidade de negação de contribuição para a compreensão da problemática do lazer, seja pela “inadequada rigidez” do modelo teórico que propõem (BRUHNS, 2000, p. 14-15), seja pela “desatualização” da lógica que permeia suas obras frente (paradigma da industrialização) ao advento da pós-industrialização e do setor terciário (COSTA e MAIA, 2003, p. 1);
- ✓ Referência com a finalidade de atribuir relevância à problemática do lazer, através da alusão de que Marx e Engels também o fizeram, ou que apresentaram em sua análise elementos que justificam esta relevância (CHEMIN, 2003, p. 99; CAMARGO, 1998a, p. 8; SUSSEKIND, 1950, p. 90, 104);
- ✓ Referência com imputação ao *autor referido* de concepções vagas e ambíguas não localizadas nos originais (VALENTE¹⁷³, 1997, p. 317);
- ✓ Referência com a finalidade de expor a forma como o *autor referido* foi apropriado pelos estudos que relacionam trabalho, lazer e tecnologia (GUIMARÃES, 2001, p. 90-95);

171 Neste texto a autora propõe-se realizar “Reflexões sobre o lazer” a partir das “Contribuições da ontologia do ser social” tomando como pressupostos “1. Que a categoria lazer, assim como a categoria trabalho, ‘são formas de ser, determinações da existência’ são, portanto, ontológicas; 2. Que para a compreensão de tais fenômenos devemos seguir do mais complexo para o mais simples e não o contrário, pois ‘a anatomia do homem é a chave para a anatomia do macaco e não o contrário’ (POLATO, 2004, p. 55). Para realizar este percurso, a autora recorre a György Lukács e Sergio Lessa. Não há nenhuma referência direta à obra de Marx.

172 Em uma das raríssimas referências a Engels efetuadas pelos estudiosos do lazer, Oliveira em “Raízes solidárias: a economia, a cultura e as pessoas”, discutindo as Fontes Históricas da economia solidária, descreve os 08 princípios fundadores da Sociedade dos Pioneiros Equitativos de Rochdale - que tinha como meta “criar uma cooperativa de produção e de consumo fiel ao ideário socialista”. Na altura do princípio 6, “venda apenas de produtos puros e de boa qualidade”, o autor puxa a seguinte nota: “Esta forma de procedimento marcava o contraponto das cooperativas em relação aos produtos que o mercado destinava aos trabalhadores. Engels descrevia uma cena corriqueira no bairro Londrino de Saint Gilles, no século XIX: “o mercado está instalado nas ruas: cestos de legumes e de frutas, todos naturalmente de má qualidade e dificilmente comestíveis ainda reduzem a passagem, e deles emana, bem como dos açougues, um cheiro repugnante” (Friedrich Engels, A situação da classe trabalhadora na Inglaterra. São Paulo, Global, 1985. Citado por OLIVEIRA, 2001, p. 49-50).

173 O autor visa “recuperar algumas discussões sobre questões vinculadas ao lazer enquanto “tempo e espaço sociais” dentro de uma cotidianidade moderna e contemporânea” nas obras de Thompson, Weber e Marx (VALENTE, 1999, p. 316). Conclui: “Historicamente, Marx, no Capital, em seu capítulo XIII, em ‘A maquinaria e a indústria moderna’, baseando-se no sistema de produção pela força de trabalho do trabalhador, procura demonstrar momentos distintos dessa relação tempo, espaço e modo de produção” (VALENTE, 1999, p. 317). Em outra passagem diz: “Marx e Thompson nos revelam que a questão relativa ao entendimento do tempo, foi um dos problemas básicos e constantemente enfocado por esses autores” (VALENTE, 1999, p. 318). “Na visão marxista, o conceito de tempo esteve sempre relacionado ao conceito de classe social” (VALENTE, 1999, p. 319).

- ✓ Referência com a finalidade de indicar as fontes nas quais o *autor referente* se respalda para discutir um determinado aspecto da obra do *autor referido* em relação à posição de um terceiro, visando ao debate teórico de fundamentos para os *estudos do lazer* (OLIVEIRA¹⁷⁴, 2002c, p. 36-42; GEBARA¹⁷⁵, 1994, p. 176-178);
- ✓ Referência sem qualquer tipo de alusão às teorias e categorias desenvolvidas na obra citada (LEIRO, 2002a; 2002b);
- ✓ Referência na forma de epígrafes ou de citação, sem estabelecer relações ou estabelecendo relações difusas entre as teses defendidas na epígrafe e o conteúdo elaborado pelo autor (CAMARGO, 1998a, p. 8; FERES NETO, 1996, p. 115; GAWRYSZEKSKI, 2003, p. 3; MOTA e SOUZA, 2000, p. 545; SILVA, 2005, p. 100)
- ✓ Referência com a finalidade de anunciar a fonte na qual o *autor referente* se respalda para discutir a relação de uma determinada categoria presente na obra do *autor referido* e a problemática do lazer – com menor profundidade, sem que esta discussão implique em um estudo detido da forma como estas questões são desenvolvidas por Marx e Engels na totalidade de seu pensamento:
 - (a) à concepção de trabalho (INÁCIO, 1997, p. 21-24; MARIN, 1999, p. 38-39; PARO, 2003, p. 1; SADI, 1999, p. 749; SOUSA, SEVERINO e OLIVEIRA¹⁷⁶, 2000, p. 537-538; MARCASSA¹⁷⁷, 2003a e 2003b, p. 1; MARCASSA, 2002, p. 14-15);

174 O autor não pode ser considerado um estudioso de Marx, mas apresenta estudos pontuais nos quais Marx é invocado. Delimitamos aqui três de seus textos. Referente a este tópico temos “O lazer e a máquina: um debate entre Marx e Lafargue”. O autor confronta as visões de Marx e Lafargue acerca da jornada de trabalho e o papel da maquinaria em sua redução, apontando as conseqüências destas visões para a compreensão da problemática do lazer. Em Marx, há a constatação dos limites do lazer na sociedade capitalista.

175 Discutindo “o tempo na construção do objeto de estudo da história do esporte, do lazer e da educação física”, o autor vai recorrer a alguns textos de Marx, especificamente, Capítulos XII e XIII de O Capital e os Grundrisse. O autor vai extrair a noção de tempo presente na obra de Marx, descartando os demais aspectos de sua teoria e as articulações com as categorias-chave da obra do autor. O autor alega encontrar nos escritos apontados “importantes indicadores para a análise histórica da atividade motora do homem em suas relações com o tempo de trabalho, bem como com o tempo de não trabalho. É bem conhecida a linha de argumentação presente nos textos mais divulgados de Marx, trata-se da instauração do processo de disciplinarização do ritmo de trabalho, marcado, a partir de então, pelo ritmo da máquina” (GEBARA, 1994, p. 176).

176 Os autores iniciam o texto com uma transcrição da noção de trabalho em Marx. Em seguida, afirmam: “A concepção de trabalho, sempre esteve relacionada a uma visão negativa’ e passa a descrever a visão bíblica como um exemplo desta visão negativa. Este fato denota a não compreensão da noção de trabalho na obra de Marx que assume em primeiro lugar uma forma positiva. Outros problemas são detectados neste texto, como a interpretação das noções de “valor de uso” e “valor de troca”.

177 A autora entende que tempo, espaço, práxis, cultura e educação são, atravessadas pela noção de trabalho, permitem conceber o lazer como um fenômeno tipicamente moderno, manifestação instituída e vivenciada no plano da vida cotidiana, mas como uma prática social por contradições e perpassada por relações de hegemonia (MARCASSA, 2003, p. s/p). A autora toma a noção de trabalho em Marx como “necessidade natural e eterna de efetivar o intercâmbio material entre homem e natureza e, portanto, de manter a vida humana” (MARX, citado por MARCASSA, 2003). Por entender que o lazer “se configura como uma instituição que envolve um conjunto de práticas cujas normas e características internas lhe conferem um estatuto próprio de funcionamento, atribuindo-lhe qualidades que assumem um caráter indissociável da sua própria experiência e compreensão” (MARCASSA, 2003), a autora procura estruturar uma “rede” de categorias que permitiriam a compreensão do lazer. Evidencia-se que não

- (b) ao problema da alienação subjacente ao lazer (CAFÉ, 2001, p. 33; FERES NETO, 1997, p. 525; 1996, p. 115-116; SILVEIRA¹⁷⁸, 2003, p. 3 e p. 5);
- (c) à teoria do valor, às categorias “valor de uso”, “valor de troca”, “mercadoria”, “mais valia” (SADI, 1999, p. 749; SOUSA, SEVERINO e OLIVEIRA¹⁷⁹, 2000, p. 538);
- (d) ao problema do trabalho alienado/estranhado (ISAYAMA e MOURA, 2000, p. 572; LOPES, 1986, p. 36¹⁸⁰; MARIN, 1999, p. 38-39¹⁸¹; PARO, 2003, p. 2; ZINGONI¹⁸², 2001, p. 49; SOUSA, 2003¹⁸³);
- (e) à categoria divisão social do trabalho (PACHECO¹⁸⁴, 1992, p. 250, notas 2, 3; PARO, 2003, p. 1);

há uma apropriação da obra de Marx e Engels, ou mesmo de Marx, do ponto de vista da compreensão do conjunto de sua elaboração teórica, mas a apropriação de categorias consideradas centrais para a compreensão do lazer (trabalho e práxis, por exemplo).

- 178 Discute a relação entre lazer e trabalho na vida cotidiana dos pescadores artesanais. Destaca-se neste estudo uma conduta comum dos pesquisadores, ao consultar os trabalhadores sobre seu lazer. Quando recebem uma resposta que revela toda a consciência que têm os trabalhadores sobre a dureza de sua vida, remetem esta resposta a uma visão puritana do trabalho e do lazer ou a uma visão universal presente no senso comum, de tortura, sofrimento. Aquilo que é um dado da experiência concreta de trabalho, passa a ser uma figura do “imaginário social” universal, uma espécie de imagem registrada no “inconsciente coletivo” (Ver SILVEIRA, 2003, p. 3).
- 179 Existem problemas nas definições que estes autores atribuem às noções de “valor de uso” e “valor de troca”. Apesar de apresentarem o conhecimento da existência destas categorias, sua exposição denota apropriação fragmentada da totalidade da concepção marxiana, sem referência a um outro autor que tenha respaldado tais alterações, ou a estudos próprios que demonstrassem sua necessidade.
- 180 Refere-se à jornada de trabalho, destacando a redução do trabalhador à condição de força de trabalho e sua total subordinação aos interesses do capitalista. Assim, “todo o seu tempo disponível é, por obra da natureza e por obra do direito, tempo de trabalho e pertence, como é lógico, ao capital para sua incrementação. Tempo para formar uma cultura humana, para aperfeiçoar-se espiritualmente, para os contatos sociais, para o livre jogo de forças físicas e espirituais da vida humana, inclusive para satisfazer o domingo: puro engodo” (MARX, K. “La jornada de trabajo”. In: El capital. Tomo I, México, Fondo de Cultura Económica, 1958, p. 207, citado por LOPES, 1986, p. 36).
- 181 “Alienar o trabalhador do processo e do produto de sua atividade é torná-lo estranho a si mesmo e à natureza; é mortificá-lo. Com base nisso há que pensar: a redução das horas de trabalho, como sugerem alguns autores, devolveria a alegria e a dignidade humana extorquidas nele? Ainda assim o caráter exploratório e desumanizador do trabalho não estaria sendo preservado? A arte, a alegria e o saber destituídos no trabalho podem ser compensados no lazer?” (MARIN, 1999, p. 38).
- 182 “No contexto do trabalho alienado, o lazer destaca-se como divertimento desvinculado das questões mais amplas que constituem a dinâmica social” (ZINGONI, 2001, p. 49).
- 183 Discute a ginástica laboral como uma tecnologia organizadora do trabalho que vem sendo, inclusive, comercializada como um produto pelo SESI (SOUSA, 2003, p. 3468). No trabalho completo disseminado, constatamos a referência a Marx no corpo do texto e nas referências bibliográficas. Na tese de doutorado, a referência a Marx é feita nas referências bibliográficas sem nenhuma discussão no corpo do texto. Observa-se também a referência a elementos desenvolvidos por Marx em sua obra, tratados a partir de Agnes Heller. A autora trabalha também com Henri Lefebvre, Erich Fromm. Destacamos que tivemos acesso a outro trabalho da autora (SOUSA e CARVALHO, 2007) no qual aparece uma clara apropriação da obra de Marx e Engels.
- 184 Discute o lazer nas empresas, constatando a ausência de participação dos trabalhadores na elaboração das políticas de lazer elaboradas para eles mesmos. Verifica a rigidez nos estatutos dos clubes de empresa que não permitem acesso à estrutura administrativa dos recursos das associações. Considera que a mudança nas políticas de lazer na empresa dependem desta participação do trabalhador, incitando esta participação como uma questão de “disputa política” que depende da “conscientização” e vontade dos trabalhadores. Veladamente, condena moralmente aos empresários que não fazem o que deveriam estar fazendo. Neste trajeto, tropeça nas razões centrais para a política da empresa ser esta e não outra: garantir o controle dos trabalhadores, e, através do recurso ao esporte, garantir a desunião. Possui uma apropriação parcial da obra de Marx e Engels centrada no texto “Contribuição à crítica da economia política”. Diz: “Na gênese dessa fragmentação do humano estão as relações sociais de produção. Na busca de produzir mais e

- (f) à categoria redução da jornada de trabalho (PACHECO, 1992, p. 250, notas 2, 3; OLIVEIRA¹⁸⁵, 1986, p. 10; NAVARRO¹⁸⁶, 2006);
- (g) ao “circuito da produção” – produção – distribuição – troca – consumo (PACHECO¹⁸⁷, 1992, p. 250, notas 2, 3);
- (h) ao problema da relação ser humano/natureza (INÁCIO, SILVA, PERETI, LIESENFLED, 2005; p. 3457; MARIN, 1999, p. 38-39¹⁸⁸);
- (i) ao problema da voracidade do capital no processo de garantia de sua expansão (INÁCIO, 1999, p. 157);
- (j) às crises do capital advindas da superprodução de mercadorias (PALAFOX¹⁸⁹, 1997, p. 804);
- (k) à discussão marxiana sobre o reino da necessidade e da liberdade (SADI, 2004, p. 748, nota 2);
- (l) à crítica marxiana à economia política burguesa (SADI, 2004, p. 748, nota 4);

melhor, na busca do acúmulo de riquezas, o ser humano cria a ‘milagrosa’ divisão social do trabalho e com ela o controle sobre o tempo produtivo, onde se dá outro ‘milagre’: o da ‘multiplicação dos pães do patrão’ ou a acumulação capitalista. O controle sobre o tempo produtivo passa a ser um item de fundamental importância” (PACHECO, 1992, p. 250).

- 185 Discute o avanço tecnológico advindo com a maquinaria com possibilidade de redução da jornada de trabalho e a contraditória potenciação do trabalho decorrente da apropriação capitalista desta tecnologia. Cita: “[...] esse estranho fenômeno da indústria moderna: a máquina põe abaixo todos os limites morais e naturais da jornada de trabalho. Daí o paradoxo econômico que torna o mais poderoso meio encurtar o tempo de trabalho no mais infalível de transformar todo o tempo da vida do trabalhador e de sua família em tempo de trabalho de que pode lançar mão o capital para expandir seu valor” (MARX, Karl. O Capital. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1968, p. 465, citado por OLIVEIRA, 1986, p. 10).
- 186 Discute “Trabalho, saúde e tempo livre sob os domínios do capital”, recorrendo às análises de Alves e Antunes. Recorre a Marx, especificamente, para expor a discussão que o autor faz acerca do prolongamento da jornada de trabalho a fim de possibilitar a obtenção de mais-valia absoluta e relativa, além de destacar as críticas feitas pelo autor à exploração do trabalhador com total desprezo por suas condições de saúde.
- 187 Discute: “A redução do tempo dedicado à produção se dá, portanto, num confronto político entre trabalhadores e patrões. É nesse espaço de luta política que ocorre a lenta redução da jornada de trabalho ao longo do tempo. Além disso, no circuito da produção – distribuição – troca – consumo, o último elo da cadeia acaba tendo fundamental importância. Não basta produzir – distribuir – trocar: o homem deve também consumir. Para que se dê o consumo é necessário, entre outras coisas, que se disponha de tempo. Dessa forma, o aumento do tempo ‘não produtivo’ encontra uma lógica dentro do próprio sistema” (PACHECO, 1992, p. 250). Destaca-se a opção do autor pelo uso da expressão “luta política”, na esteira de Cunha, em vez de usar a expressão “luta de classes”.
- 188 A autora realiza um belíssimo estudo sobre trabalho/lazer das colonas de Vale Vêneto (RS). Discutindo a especificidade desta relação naquela localidade, ressalta a relação homem/natureza/trabalho. Diz: “Afirmar que a vida física e intelectual do homem está indissolivelmente ligada à natureza não significa outra coisa senão que a natureza é indissolivelmente ligada a ela mesma, de vez que o homem é uma parte da natureza” (MARX, K. Economia política e filosofia. Rio de Janeiro: MELSO, 1963)” (MARIN, 1999, p. 38-39).
- 189 Discute os impactos do desenvolvimento tecnológico na divisão social do trabalho e seus respingos sobre a educação física. O autor reafirma a atualidade da obra de Marx e Engels para avaliar a crise do capital, pontuando falas dos clássicos que anunciam o fim da burguesia, bem como pontuando os esforços da burguesia para manter-se como classe dominante, destacando aqui as visões funcionalistas de sociedade. O autor apresenta uma apropriação parcial da obra de Marx e Engels, recorrendo a ela para afirmar a crise do capital e da burguesia, reforçando, no entanto, o fato de não haver sinais de “qualquer possibilidade de ‘abrir mão’ de seus privilégios”. Para resolver este impasse, opta pela discussão da democracia a fim de procurar “redefinir as metas e as estratégias dos mecanismos de organização permanente da sociedade civil organizada no campo das lutas populares”, buscando a ampliação dos espaços de intervenção (PALAFOX, 1997, p. 802-807).

(m) às cooperativas no sistema capitalista (VERONEZ¹⁹⁰, 2003, p. 3);

(n) à noção de modo de produção da existência e ao método materialismo histórico e dialético (PELLEGRIN¹⁹¹, 2006, p. 106, 110).

A análise destes textos permite afirmar que, de modo geral, a apropriação da obra de Marx e Engels é fragmentada, marcada pela citação de trechos pontuais pinçados das obras dos autores com a finalidade de respaldar um determinado aspecto que o autor do texto deseja destacar. Não encontramos entre estes autores nenhum esforço de síntese da concepção geral que norteia os trechos de obras retirados de seu contexto. Não há a preocupação de observar como se desenvolve em Marx e Engels a concepção de *trabalho*, de *trabalho alienado* ou de qualquer dos outros temas tratados. Em geral, os autores contentam-se com a transcrição de trechos que expressam aquilo que desejam dizer de modo imediato, desprezando a discussão mais ampla em que aquela questão pontual está inscrita.

Assim, a discussão sobre o trabalho está descolada da discussão sobre o *modo de produção de existência* enquanto categoria histórica que aponta o movimento cíclico de necessidades de revoluções. As discussões sobre a *crítica da economia política*, sobre as *cooperativas*, ou sobre *o reino da necessidade e da liberdade* estão descoladas da gênese, desenvolvimento e queda do modo de produção da existência capitalista, ou seja, das condições que permitem e possibilitam a revolução no modo de produção da existência e sua superação para o socialismo e posteriormente o comunismo, tal como proposto por Marx e Engels.

190 Evidencia-se no texto do autor a aposta na possibilidade de atingir a emancipação humana pela via do direito garantido pelo Estado, sem alusão à crítica de Marx ao Estado e ao direito como braços executivo e jurídicos dos interesses da burguesia. Veronez não denuncia estas contradições, ao contrário, trabalha como se elas não existissem. Como se, postas em ação, resolvessem imediatamente os problemas enfrentados pelos trabalhadores sem terra. Para ele, trata-se apenas de impor aos governantes o cumprimento de um direito constitucional.

191 Discute as relações entre lazer e corpo na modernidade apropriando a noção de modo de produção da existência a partir de *A ideologia alemã*. Propõe-se relações entre “corpo e lazer” descoladas das forças produtivas e das relações de produção que os produz. (PELLEGRIN, 2006, p. 106, 110).

4.2.2 Apropriação parcial detida

Estamos chamando *apropriação parcial e detida* aquelas referências a Marx e ou Engels que partem de partes da obra para discutir categorias que pedem uma leitura ampliada, apresentando, ainda assim, uma apropriação mais detida e aprofundada. Neste caso, incluímos os autores que relacionam em suas referências bibliográficas duas ou mais obras de Marx e Engels, demonstrando, em sua discussão sobre a questão do lazer maior aprofundamento, incluindo relações com categorias do pensamento de Marx e Engels que não estão presentes no bloco anterior.

Destacamos aqui Oliveira (2005); Marcassa (2002); Paula Silva (2003); Silva (1997, 1999, 2001); Sá (2003); Souza, Húngaro, Requena e Polato (2000).

- ✓ Referência com a finalidade de anunciar a fonte na qual se respalda para discutir, com maior profundidade sem que a discussão destas temáticas implique um estudo detido da forma como estas questões estão inter-relacionadas na obra de Marx e Engels:

- (a) o problema do trabalho alienado/estranhado (MASSAROTTO OLIVEIRA¹⁹², 2005, p. 3595-3597; PAULA SILVA, 2003, p. 4-5; SILVA, 2001, p. 15-19¹⁹³; SILVA, 1997, 348-351; SÁ¹⁹⁴, 2003, p. 1-3);

192 No texto de Massarotto há um primeiro esforço de interpretação do lazer no contexto da teoria da alienação. O lazer cumpre o papel de “manutenção da ordem social, principalmente no que diz respeito ao próprio trabalho e ao processo de reificação do homem” (MASSAROTTO OLIVEIRA, 2005, p. 359. Há uma marca idealista acentuada no texto do autor, mas há um esforço efetivo de compreensão da teoria da alienação, ainda que esta apropriação não se dê no contexto da macroteoria produzida por Marx e Engels.

193 O autor vem realizando estudos sobre o os “usos do tempo, o trabalho infantil e os sentidos do lúdico/lazer na infância”, tecendo a crítica ao processo de exploração e estranhamento a que estão submetidas as crianças e as conseqüências desta vida de trabalho precoce para o desenvolvimento infantil. Ao mesmo em que identificamos a fetichização e a idealização do lúdico, reconhecemos neste autor discussões que podem auxiliar no processo de compreensão das contradições geradas no seio do modo capitalista de produção que anunciam/denunciam as demandas do trabalhador e a impossibilidade de sua satisfação no modo capitalista de produção. Nesta direção, Silva anuncia necessidades sublimadas, que, uma vez estejam claramente identificadas, podem converter-se em força propulsora da revolução. Esta questão aparece claramente nas considerações finais do texto (SILVA, 2001, p. 17-19). Ver também (SILVA, 1999, p. 55).

194 Kátia Oliver de Sá realiza pesquisa importante acerca dos pressupostos ontológicos que caracterizam os *estudos do lazer* no Brasil, demonstrando o predomínio das abordagens funcionalistas, nas quais predomina a defesa da preservação do status quo. A autora chega à conclusão que “os estudos não têm atingindo o âmago da questão, ou seja, não revelam as contradições em que se inserem as categorias trabalho, lazer e educação na sociedade capitalista; conseqüentemente, a formação dos professores de Educação Física não está situada num contexto crítico, de confronto e enfrentamento, face ao processo de alienação do trabalho e do lazer” (SÁ, 2003, p. 5).

- (b) a centralidade da categoria trabalho para a análise das relações sociais no modo capitalista de produção (PAULA SILVA, 2003, p. 2; SILVA, 1999, p. 54-55);
- (c) a centralidade do trabalho para a compreensão da problemática do lazer (PAULA SILVA, 2003, p. 2; SILVA, 2001; SILVA, 1999, p. 54-55; SÁ, 2003, p. 4);
- (d) a centralidade da categoria divisão social do trabalho para a compreensão das relações sociais no modo capitalista de produção (PAULA SILVA, 2003, p. 5; SILVA¹⁹⁵, 1999, p. 53; SILVA, 1997, p. 347);
- (e) o problema da alienação subjacente ao lazer (MASSAROTTO OLIVEIRA, 2005, p. 3595-3597; PAULA SILVA, 2003, p. 2-3; SILVA, 2001, p. 12; SÁ, 2003, p. 39-48);
- (f) a jornada de trabalho e os limites e possibilidades de sua redução (PAULA SILVA¹⁹⁶, 2003, p. 2; SILVA, 2001, p. 16; MARCASSA¹⁹⁷, 2002, p. 49);
- (g) o problema da relação ser humano-natureza (MASSAROTTO OLIVEIRA¹⁹⁸, 2005, p. 3595-3597);
- (h) a concepção de trabalho presente na obra de Marx (PAULA SILVA, 2003, p. 1; SILVA¹⁹⁹, 1999, p. 54; SILVA, 1997, p. 349; SOUZA, HÚNGARO, REQUENA E POLATO, 2000);
- (i) a centralidade da luta de classes (PAULA SILVA²⁰⁰, 2003, p. 2; SILVA, 2001);
- (j) a emancipação humana (PAULA SILVA, 2003, p. 2);

195 Neste autor, a “divisão social do trabalho” aparece como um marco histórico, localizado nas descrições de Engels sobre a Situação da Classe Trabalhadora na Inglaterra.

196 No texto da autora a questão da redução da jornada de trabalho aparece como uma condição para a emancipação, embora não inclua nesta discussão a centralidade da revolução do modo de produção da existência..

197 Nesta etapa de sua produção, a autora está discutindo as alterações que a maquinaria promove na realização dos processos de trabalho, a ampliação da mais valia e a intensificação do trabalho de correntes da ampliação do uso da máquina.

198 As questões centrais que permitem elucidar a relação trabalho/lazer ainda não estão postas. Mas o autor chega até a idéia que estou tentando elaborar de que o lazer cumpre o papel ideológico de negar a centralidade do trabalho.

199 “O trabalho pode ser compreendido de forma ambígua considerando o seu caráter contraditório no âmago das relações positividade-negatividade. Na perspectiva marxista, o trabalho é por um lado sacrifício, peso, fadiga, e, por outro, fonte de liberdade, criação e recriação da natureza. O trabalho pode oprimir e alienar, mas, ao mesmo tempo, vir a ser uma atividade com possibilidade universal de riqueza e fonte de emancipação da condição humana, de criação e recriação do homem e da natureza” (SILVA, 1999, p. 54-59).

200 O texto da autora aborda questões como luta de classes, reino da necessidade, redução da jornada de trabalho; mas esta discussão não está posta tal como aparece no pensamento de Marx e Engels. Pelo contrário, a autora pinça estas teses rearticulando-as de acordo com a conveniência dos que são obrigados a pensar as políticas públicas na condição de quadros partidários atuando no interior do Estado. Assim, em seu texto, aparecem questões como “Embora em seus estudos Marx não tenha se preocupado particularmente com a análise do lazer e das políticas sociais no capitalismo [...], nela subjaz a intenção de encontrar os meios para realizar a mais ampla condição de igualdade e de bem-estar dos seres humanos, ao revelar as raízes das desigualdades e da exploração inerentes às sociedades de classe, em sua dimensão histórica. Assim, na atualidade os conflitos de classe devem continuar como ponto central de atenção dos estudos que buscam a superação da ordem social vigente e da barbárie. Marx entendia que a organização do mundo do trabalho permitiria a obtenção de conquistas que diminuíssem o grau de exploração ainda nos marcos da ordem capitalista” (PAULA SILVA, 2003, p. 2). O Apagamento da noção de revolução aqui é revelador, uma vez que o conhecimento demonstrado pela autora permite destacar a centralidade da revolução nesta concepção.

- (k) necessidade e liberdade (PAULA SILVA, 2003, p. 2; SILVA²⁰¹, 2001, p. 16-17; SILVA, 1997, p. 351);
- (l) modo de produção da existência (MARCASSA²⁰², 2002, p. 9-10);
- (m) o fazer histórico do homem sob circunstâncias legadas pelo passado (MARCASSA²⁰³, 2002, p. 10).

Enfim, no caso da apropriação parcial e fragmentada da obra de Marx e Engels, parcelas da obra dos autores são apropriadas, de acordo com os interesses específicos de cada estudioso do lazer. Há uma adaptação de conveniência das discussões realizadas pelos autores clássicos às discussões realizadas pelos autores que apropriam suas obras. Perde-se a dimensão de totalidade da obra dos clássicos, sem a devida consideração da forma como as categorias estão integradas em uma teoria geral da sociedade e das possibilidades de sua transformação. Frequentemente perde-se a dimensão revolucionária das análises e projeções²⁰⁴ de Marx e Engels.

201 Aqui., a discussão sobre necessidade e liberdade está posta, mas não assume a característica de um desenvolvimento do pensamento de Marx. Ao contrário, assume uma forma peculiar, típica do pensamento de Silva e da temática que discute. No entanto, reconhecemos a possibilidade de influência daquela discussão posta em “O trabalho estranhado”, ainda que não desenvolvida conforme os processos do amadurecimento do trabalho de Marx. Este autor não incorpora as categorias revolução e projeto histórico. Ver também SILVA (1999, p. 57).

202 Trata-se da Dissertação de Mestrado da autora, de extrema relevância para a compreensão da história das políticas públicas e da produção do conhecimento referente aos *estudos do lazer* no Brasil, na qual busca investigar “a constituição histórica do lazer como prática institucionalizada entre os anos de 1888 e 1935”, ou seja, durante a primeira e segunda repúblicas, observando também as relações entre lazer e educação na São Paulo da primeira e segunda repúblicas, demonstrando como “o lazer se institucionaliza como tempo/espaco de controle, em que a racionalidade produtiva se estende e se perpetua, colaborando para a produção e a reprodução do capital”. O interesse de Marcassa por Marx, em um primeiro momento, aparece em razão da metodologia da pesquisa histórica. É assim que a noção de “modo de produção de existência” aparece na autora como “modo de produção” definida como “forma tecno-econômica do metabolismo entre homem e natureza e pelos arranjos sociais pelos quais o trabalho é mobilizado, distribuído e alocado”. Esta noção é tomada a partir de Hobsbawm. Especificamente, do texto Marx e a História (HOBSBAWM, 1998, p. 171-184). Sua preocupação, posta na introdução, é informar as intenções teórico-metodológicas que orientam o processo de sua investigação (MARCASSA, 2002, p. 6-20).

203 Neste caso, é a orientação teórico metodológica de Hobsbawm em “Marx e a História”, e não o estudo da obra de Marx e Engels que inspira estas delimitações.

204 “Projeções”, aqui, tem um sentido diferenciado de predições. Projetar é perspectivar o futuro a partir de uma análise minuciosa das condições objetivas que encontramos no presente. No caso de Marx e Engels, a análise da produção do conhecimento e das condições objetivas em que ocorria a produção da existência no século XIX, lhes permite projetar o movimento social e a possibilidade de superação do problema central: a superação das relações de produção e do modo de produção da existência de tipo capitalista.

4.2.3 Apropriação ampliada

Estamos chamando de *apropriação ampliada* aquelas referências a Marx e ou Engels que partem de um conjunto de obras dos autores para discutir nexos entre categorias, apresentando uma leitura ampliada das mesmas, alinhando-se ou não a tendências no seio do marxismo. Ainda que alguns destes trabalhos não tenham sua atenção concentrada na problemática do lazer²⁰⁵, destacamos aqui os trabalhos de Alves (2006); Antunes (2001a, 2001c); Freitas (1995); Cunha (1987); Faleiros (1980); Mascarenhas (2000a, 2000b, 2001a, 2005a, 2005b, 2006a); Padilha (1997, 2002c, 2003b, 2003c, 2004a, 2004b, 2006); Sá (2003); Taffarel (2003, 2005).

Reconhecemos a possibilidade de encontrar nestes trabalhos as seguintes posições:

- ✓ apropriação do pensamento de Marx a partir de uma determinada parte da obra (correspondente à juventude ou à maturidade) com esforço efetivo de interpretação da problemática do lazer neste contexto (com provável posicionamento em uma corrente marxista);
- ✓ apropriação da obra de Marx no conjunto de seu pensamento, com esforço efetivo de interpretação da problemática do lazer neste contexto (com provável posicionamento em uma corrente marxista);
- ✓ apropriação da obra de Marx e Engels enquanto um pensamento conjunto, com posicionamento claro ante a possibilidade de explicação da problemática do lazer (com provável posicionamento em uma corrente marxista).

4.2.3.1 Autores que não têm o lazer como objeto central de estudos

Reconhecemos dois grupos de trabalhos, dentre as apropriações da obra de Marx e Engels, que tratam da problemática do lazer com característica de *apropriação ampliada*. **Um grupo** que, a partir da obra de Marx e Engels, no processo de discussão de seus objetos de investigação, tece considerações acerca da problemática do lazer e **outro grupo** de apropriações da obra de Marx e Engels que vai preocupar-se diretamente em encontrar

205 Caso específico de Alves, Antunes, Carvalho e Taffarel.

explicações para a problemática do lazer no âmbito do marxismo. Começamos com o primeiro grupo, cujas produções são independentes entre si, embora se configurem como produções no campo do marxismo. Referimo-nos a Ricardo Antunes, Celi Taffarel e Freitas.

Ricardo Luiz Coltro Antunes

Concentrado nos estudos que buscam compreender as transformações e metamorfoses no mundo do trabalho, Ricardo Antunes²⁰⁶ aborda a problemática do tempo livre em dois de seus textos: *Tempo de trabalho e tempo livre: por uma vida cheia de sentido dentro e fora do trabalho* (ANTUNES, 2001a, p. 173-178 - 1ª edição em 1999) e *Tempo de trabalho e tempo livre: algumas teses para discussão* (ANTUNES, In: BRUHNS e GUTIERREZ, 2001c, p. 21-25). Nos dois trabalhos, o autor defenderá, essencialmente, a construção das condições para “*uma vida cheia de sentido dentro e fora do trabalho*”. A compreensão desta concepção do autor depende do entendimento da noção de trabalho subjacente a seus estudos, eixo norteador de toda a análise que fará sobre as metamorfoses e mutações no mundo do trabalho e suas conseqüências para a organização da classe trabalhadora.

206 É líder do Grupo “Estudos sobre o Mundo do Trabalho e suas Metamorfoses”. Possui graduação em Administração Pública pela Fundação Getúlio Vargas - SP (1975), mestrado em Ciências Sociais pela Universidade Estadual de Campinas (1980), doutorado em Ciências Sociais pela Universidade de São Paulo (1986) e pós-doutorado pela University of Sussex (1998). Atualmente é Professor Titular da Universidade Estadual de Campinas. Sua produção concentra-se na área de Sociologia do Trabalho. Atuando principalmente nos seguintes temas: ontologia do ser social, nova morfologia do trabalho, possui vasta produção sendo Bolsista de Produtividade em Pesquisa do CNPq - Nível 1B. Seus principais trabalhos são: ANTUNES, R. *Classe Operária, Sindicatos e Partido no Brasil: da revolução de trinta até a Aliança Nacional Libertadora*. 1. ed. São Paulo: Cortez, 1982. 187 p.; ANTUNES, R. *A Rebelião do Trabalho (O Confronto Operário no ABC Paulista: As Greves de 1978/80)*. 2. ed. Campinas: Unicamp, 1992. 220 p.; ANTUNES, R. *O Novo Sindicalismo no Brasil*. 1. ed. São Paulo: Pontes, 1995. 150 p.; ANTUNES, R. *Adeus Ao Trabalho? (Ensaio Sobre As Metamorfoses e A Centralidade do Mundo do Trabalho)*. 1. ed. São Paulo, SP/Campinas, SP: Cortez/Editora da UNICAMP, 1995. 152 p.; ANTUNES, R. *Os Sentidos do Trabalho: ensaio sobre a afirmação e negação do trabalho*. 7. ed. São Paulo: Boitempo, 1999. 259 p.; ANTUNES, R. *O Que é Sindicalismo*. 19. ed. São Paulo: Brasiliense, 1999. 96 p.

No contexto dos debates que profetizavam “*o fim do operariado*”²⁰⁷, Antunes fará a defesa veemente da centralidade do trabalho (1) na origem e na autoconstituição do homem e da sociedade e (2) na origem do valor, acentuando a atualidade da teoria do valor marxiana no centro da lógica do capitalismo.

Em “*O trabalho estranhado*” (1995, p. 121-134), o autor concentra-se na retomada das teses marxianas que enfatizam a realidade objetiva do trabalho enquanto *atividade vital do homem*, que, no contexto do modo capitalista de produção e reprodução da existência, na base da produção do valor almejado pelo capitalista, assume a forma de trabalho alienado, estranhado. O trabalho reduz-se à finalidade exclusiva de produção de valores de uso destinados exclusivamente à circulação como mercadorias. *A força de trabalho torna-se, como tudo, uma mercadoria, cuja finalidade vem a ser a produção de mercadorias*, e os trabalhadores passam a produzir mais miséria para si enquanto mais riquezas criam para o capital.

Na contramão da tendência de negação desta base de estruturação do modo capitalista de produção, Antunes reafirmará a atualidade da centralidade da classe trabalhadora como classe revolucionária, procurando interpretar os desafios que esta enfrenta para a auto-organização (expressa no sindicalismo) para a superação das formas modernas que o trabalho vai assumir nos esforços que o capital empreende de reestruturação dos processos produtivos com a finalidade de manutenção das taxas de lucro, que levam à desestruturação da capacidade organizativa da classe trabalhadora e a perda

207 Destacando a expressão utilizada por André Gorz em “Adeus ao proletariado” (GORZ, 1980), Antunes descreve os impactos deste texto que “vaticinou o fim do operariado, com todas as conseqüências teóricas e políticas decorrentes desta formulação”, tentando “questionar, na raiz, a revolução do trabalho” e ajudando “a desnortear ainda mais a esquerda tradicional” (ANTUNES, 1995, p 9). O livro teve repercussão incomum, não só no universo (acadêmico e político) dos países centrais, que vivenciavam mais intensamente as tendências empíricas que Gorz procurava apreender, mas também em países de industrialização intermediária, como o Brasil, que presenciava então, no contrafluxo do cenário europeu, o vigoroso ressurgimento do seu movimento dos trabalhadores. [...] Vários textos o sucederam, cujas formulações, direta ou indiretamente, confirmavam ou infirmavam as teses de André Gorz. Só a título de um registro parcial, lembremos os livros ou artigos (por certo muito distintos e heterogêneos) de Clauss Offe, Benjamin Coriat, Alain Touraine, Jean Lojkine, Fergus Murray, Adam Schaff, Ernest Mandel, István Mészáros, Robert Kurz, Alain Bihr, Thomas Gounet, Frank Annunziato, David Harvey, Simon Clarke, entre tantos outros, que tematizaram acerca de dimensões e problemas que dizem respeito ao presente e ao futuro do mundo do trabalho (ANTUNES, 1995, p. 9).

violenta de direitos²⁰⁸. Encontra-se, neste contexto, a raiz da concepção de “vida cheia de sentido” com a qual, mais tarde, Antunes vai abordar o problema do tempo livre.

A vida do homem é a possibilidade contínua de realizar-se pelo trabalho. No modo capitalista de produção, no próprio processo de perda de sua atividade vital, o homem perde a sua vida. Esta forma básica de exploração do homem pelo homem não se altera nos processos de reestruturação produtiva. Quais as implicações que esta concepção trará para a discussão do tempo livre? Em “*Os sentidos do trabalho: ensaio sobre a afirmação e a negação do trabalho* (2001)”, no qual o debate sobre a centralidade do trabalho será retomado, Antunes analisa:

[...] nas últimas décadas a sociedade contemporânea vem presenciando profundas transformações, tanto nas formas de materialidade quanto na esfera da subjetividade, dadas as complexas relações entre essas formas de ser e existir da sociabilidade humana. A crise experimentada pelo capital, bem como suas respostas, das quais o neoliberalismo e a reestruturação produtiva da era da acumulação flexível são expressão, têm acarretado, entre tantas conseqüências, profundas mutações no interior do mundo do trabalho. Dentre elas podemos inicialmente mencionar o enorme desemprego estrutural, um crescente contingente de trabalhadores em condições precarizadas, além de uma degradação que se amplia, na relação metabólica entre homem e natureza, conduzida pela lógica societal voltada prioritariamente para a produção de mercadorias e para a valorização do capital (ANTUNES, 2001a, p. 15).

Esta situação leva à produção de “*representações que visualizam nessas formas de (des)sociabilização novas e positivas dimensões de organização societal, como se a humanidade que trabalha estivesse prestes a atingir seu ponto mais avançado de sociabilidade*” (ANTUNES, 2001a, p. 15). Entre estas representações, distingue:

[...] o culto da “sociedade democrática”, que teria finalmente realizado a utopia do preenchimento, até a crença na desmercantilização da vida societal, no fim das ideologias, no advento de uma sociedade comunicacional capaz de possibilitar uma interação subjetiva, por meio de novas formas de intersubjetividade. Ou ainda aquelas que visualizam o fim do trabalho e a realização concreta do reino do tempo livre, dentro da estrutura global da reprodução societária vigente (ANTUNES, 2001a, p. 15).

Posicionando-se contrário a esta tendência, Antunes “*procurará oferecer um quadro analítico bastante distinto*”, apontando que “*a sociedade contemporânea presencia um cenário crítico, que atinge não só os países do chamado Terceiro Mundo, como o Brasil, mas também os países capitalistas centrais*” destacando o efeito nocivo da

208 Dimensões da crise contemporânea do sindicalismo (ANTUNES, 1995, p. 57-72).

“concorrência e da busca da produtividade” sobre a humanidade (ANTUNES, 2001a, p. 1).

Se é um grande equívoco imaginar o fim do trabalho na sociedade produtora de mercadorias, é entretanto imprescindível entender quais mutações e metamorfoses vêm ocorrendo no mundo contemporâneo, bem como quais são seus principais significados e suas mais importantes conseqüências. No que diz respeito ao mundo do trabalho, pode-se presenciar um conjunto de tendências que, em seus traços básicos, configuram um quadro crítico e que têm sido experimentadas em diversas partes do mundo onde vigora a lógica do capital. E a crítica às formas concretas da (des)sociabilização humana é condição para que se possa empreender também a crítica e a desfetichização das formas de representação vigentes, do ideário que domina nossa sociedade contemporânea (ANTUNES, 2001a, p. 15-17).

Apostando na tese de István Meszáros de que *as mediações de segunda ordem do capital*²⁰⁹ [...] “sobrepõem-se, na própria realidade, à atividade produtiva essencial dos indivíduos sociais e à mediação primária existente entre eles”, Antunes traz ao centro a necessidade de *um exame crítico radical desse sistema historicamente específico de mediações de segunda ordem*” em busca de uma “saída para esse labirinto conceitual fetichizado” (ANTUNES, 2001a, p. 17).

O núcleo *materialmente inter-relacionado* constitutivo deste sistema de segunda ordem é *o capital, o trabalho e o Estado*, “tornando-se impossível superá-las sem a eliminação do conjunto dos elementos que compreende esse sistema” (ANTUNES, 2001a, p. 22), configurando-se um sistema totalizante, incontrolável e destrutivo baseado na tendência à redução do valor de uso das mercadorias, que vem “assumindo cada vez mais uma estruturação crítica profunda” e que gera uma situação contínua de depressão, uma “crise contemporânea que está evidenciando a eclosão de precipitações mais freqüentes e contínuas” na qual *a crise do fordismo e do taylorismo*” é apenas uma expressão (ANTUNES, 2001a, p. 24-29).

No processo de reestruturação do sistema em colapso, o capital promove vasta destruição das forças produtivas, incluindo aqui a força de trabalho e a natureza. Traçando um histórico das lutas travadas pelos trabalhadores *pelo controle social do trabalho sem o capital* até a década de 70 do século XX, Antunes expõe a derrota de um movimento que

“não conseguiu se converter em um projeto societal hegemônico contra o capital” oferecendo condições para “a reestruturação do capital” em um “patamar distinto daquele efetivado pelo taylorismo e pelo fordismo” emergindo o toyotismo (ANTUNES, 2001a, p. 40-47), a acumulação flexível e um intenso processo de intensificação do trabalho, de reflorescimento do liberalismo, de crise estrutural da representação sindical tradicional, cada vez mais afastada de suas bases, e de mutações na estrutura e na subjetividade da classe trabalhadora (ANTUNES, 2001a, p. 47-72).

Frente a estas alterações, o autor acentua a necessidade de “[...] compreender como os trabalhadores vêm vivenciando essas novas condições, marcadas por formas flexíveis de trabalho, e de que modo estas mutações vêm afetando a sua forma de ser” (ANTUNES, 2001a, p. 77), dedicando a esta tarefa o Capítulo VI de *Os sentidos do trabalho*. Neste capítulo, Antunes defenderá “uma noção ampliada de classe trabalhadora” que incorpore “a amplitude do ser social que trabalha” (ANTUNES, 2001a, p. 101-111). Refletindo sobre as “interações analíticas entre gênero e classe”, o autor dirá:

No processo mais profundo de emancipação do *gênero humano*, há uma ação conjunta e imprescindível entre *os homens e as mulheres que trabalham*. Essa ação tem no capital e em seu sistema de metabolismo social a fonte de *subordinação e estranhamento*. Uma vida cheia de sentido, capaz de possibilitar o afloramento de uma *subjetividade autêntica*, é uma luta contra este sistema de metabolismo social, é *ação de classe do trabalho contra o capital*. A mesma condição que molda as distintas formas de *estranhamento*, para uma vida *desprovida* de sentido no trabalho, oferece as condições para o afloramento de uma *subjetividade autêntica* capaz de uma construir uma vida *dotada de sentido* (ANTUNES, 2001a, p. 110).

O autor destaca a necessidade de a classe trabalhadora voltar a organizar-se internacionalmente,

Assim como o capital é um sistema global, o mundo do trabalho e seus desafios são também cada vez mais transnacionais, embora a internacionalização da cadeia produtiva não tenha, até o presente, gerado uma resposta internacional por parte da classe trabalhadora, que ainda se mantém predominantemente em sua estruturação nacional, o que é um limite enorme para a ação dos trabalhadores. Com a reconfiguração, tanto do *espaço* quanto do *tempo* de produção, dada pelo sistema global do capital, há um processo de *reterritorialização* e também de *des-territorialização*. [...]

Isso recoloca a luta de classes num patamar cada vez mais internacionalizado [...].

209 O autor aponta a finalidade das mediações de primeira ordem como sendo a preservação das funções vitais da reprodução individual e societal (ANTUNES, 2001, p. 19) e as mediações de segunda ordem como sendo “os meios de produção alienados e suas personificações” (ANTUNES, 2001, p. 17-28).

Essa nova conformação produtiva do capital desafia, portanto, crescentemente o mundo do trabalho [...] (ANTUNES, 2001a, p. 115-116).

Antunes defende “*que a sociedade do capital e sua lei do valor necessitam cada vez menos do trabalho estável e cada vez mais das diversificadas formas de trabalho parcial ou part-time, terceirizado, que são, em escala crescente parte constitutiva do processo de produção capitalista*”. Destaca que “*exatamente porque o capital não pode eliminar o trabalho vivo do processo de criação de valores, ele deve aumentar a utilização e a produtividade do trabalho de modo a intensificar as formas de extração do sobretrabalho em tempo cada vez mais reduzido*” (ANTUNES, 2001a, p. 119). Destaca também que *uma coisa é ter a necessidade imperiosa de reduzir a dimensão variável do capital e a conseqüente necessidade de expandir sua parte constante. Outra, muito diversa, é imaginar que eliminando o trabalho vivo o capital possa continuar se reproduzindo*” (ANTUNES, 2001a, p. 120).

O autor debaterá a tese de Habermas do fim da validade da teoria do valor frente à **substituição** do valor produzido pela força de trabalho, **pela** ciência e pela técnica como principais forças produtivas, negando-a e acentuando a atualidade da teoria marxiana do valor no centro da lógica do capitalismo. Discutindo as “formas em vigência do trabalho material e imaterial” (ANTUNES, 2001a, p. 119-134), Antunes afirma que sob o controle do “sistema de metabolismo societal do capital, o *estranhamento* [...] do trabalho encontra-se em sua essência preservado” (ANTUNES, 2001a, p. 130). O que Antunes propõe para a superação desta condição objetiva em que vivem os homens no “*sistema de metabolismo societal do capital*”? Três capítulos parecem-nos indicativos das saídas que o autor constrói: “*Elementos para uma ontologia da vida cotidiana*” (Capítulo IX); “*Tempo de trabalho e tempo livre: por uma vida cheia de sentido dentro e fora do trabalho*” (Capítulo X); e “*Fundamentos básicos de um novo sistema de metabolismo societal*” (Capítulo XI).

No primeiro destes textos, Antunes vai afirmar que “*se o trabalho, sob o sistema de metabolismo social do capital, assume uma forma necessariamente assalariada, abstrata, fetichizada e estranha [...] essa dimensão histórico-concreta do trabalho assalariado não pode, entretanto, ser eternizada e tomada a-historicamente*” (ANTUNES, 2001a, p. 167). Em contraponto à forma fetichizada do trabalho no “*sistema de metabolismo societal do*

capital”, o autor argumenta que “*numa forma societal emancipada [...] a associação livre dos trabalhadores e das trabalhadoras [...] mostra-se como fundamento ontológico para a sua condição de “ser livre e universal”, conforme a bela formulação marxiana presente nos Manuscritos de Paris*” (ANTUNES, 2001a, p. 167-168). Defende que “*o domínio efetivo e autônomo da esfera do trabalho e da reprodução encontra seu corolário na esfera livre e autônoma da vida fora do trabalho, onde o tempo livre se torna efetivo e real, também ele autodeterminado*” (ANTUNES, 2001a, p. 168). Assim,

Quando se tem como ponto de partida essa formulação, não é preciso dizer o quão problemático se torna propugnar pelo fim da centralidade do trabalho. Como vimos anteriormente, a chamada “crise da sociedade do trabalho abstrato” não pode ser identificada como sendo nem o fim do trabalho assalariado no interior do capitalismo (eliminação esta que está ontologicamente atada à própria eliminação do capital) nem o fim do trabalho concreto, entendido como fundamento primeiro, protoforma da atividade e da omnilateralidade humanas. Fazer isso é efetivamente desconsiderar, na dimensão necessária e essencial, a distinção marxiana entre trabalho concreto e trabalho abstrato, resultando essa disjunção em grandes equívocos analíticos.

O trabalho é, portanto, um momento efetivo de colocação de finalidades humanas, dotado de intrínseca dimensão teleológica. E, como tal, mostra-se como uma experiência elementar da vida cotidiana, nas respostas que oferece aos carecimentos e necessidades sociais. Reconhecer o papel fundante do trabalho na gênese e no fazer-se do seu social nos remete diretamente à dimensão decisiva dada pela esfera da vida cotidiana, como ponto de partida para a genericidade para si dos homens (ANTUNES, 2001a, p. 168).

Em busca da *subjetividade autêntica*, das *formas de consciência mais dotadas de valores emancipados, livres e universais*, Antunes destaca a centralidade da *recorrência ao universo da vida cotidiana*. Apoiado em Lukács, defenderá que “*um estudo apropriado dessa esfera da vida pode também lançar luzes sobre a dinâmica interna do desenvolvimento da genericidade do homem, precisamente por tornar compreensíveis aqueles processos heterogêneos que, na realidade social, dão vida às realizações da genericidade*” (ANTUNES, 2001, p. 168-169).

Desse modo, a compreensão da gênese histórico-social nos remete ao universo dado pela vida cotidiana. Isso porque “o ser de cada sociedade surge da totalidade de tais ações e relações”, uma vez que “a genericidade que se realiza na sociedade não pode ser uma genericidade muda, como no âmbito ontológico da vida que se reproduz de um modo meramente biológico. A história da sociedade mostra que esse ir mais além da genericidade muda, biológica, se objetiva nas formas mais elevadas, dadas pela ciência, filosofia, arte, ética etc.”

Portanto, as inter-relações e interações entre o mundo da materialidade e a vida humana encontram no universo da vida cotidiana, nessa esfera do ser, sua “zona de mediação”, capaz de superar o abismo entre genericidade em-si, marcada pela relativa nudez, e a genericidade para-si, espaço da vida mais autêntica e livre (ANTUNES, 2001a, p. 169).

Colocando a análise da vida cotidiana como elemento central para a compreensão de como em uma situação revolucionária, a classe atuou e poderia ter atuado, preocupado em “*entender as formas da consciência do ser-social-que-vive-do-trabalho, em seus complexos movimentos existentes de trânsito entre as formas mais próximas da imediatividade, da genericidade em-si, até aquelas formas mais autênticas, mais identificadas com a genericidade para si*”, Antunes parece apontar elementos ausentes, para além das condições em que efetivamente ocorre o trabalho, nas análises das condições objetivas em que se dá a luta de classes. Trata-se, a nosso ver, de ampliar o olhar para o universo em que se dá, no dizer de Antunes, “*a dimensão decisiva dada pela esfera da vida cotidiana, como ponto de partida para a genericidade para si dos homens*” (ANTUNES, 2001a, p. 168-171).

No segundo texto, “*Tempo de trabalho e tempo livre: por uma vida cheia de sentido dentro e fora do trabalho*”, central para a nossa discussão, Antunes vai apontar “*algumas indicações*” que lhe “*parecem centrais quando se trata de discutir a questão do tempo de trabalho e do tempo livre, dada a importância que essa temática tem na sociabilidade contemporânea*” (ANTUNES, 2001a, p. 173).

Partindo de uma passagem de *O Capital*²¹⁰, na qual Marx discorre a respeito do tempo livre, Antunes retomará a defesa da luta pela *redução da jornada de trabalho* enquanto *uma das mais importantes reivindicações do mundo do trabalho* em virtude de configurar-se como “*um mecanismo de contraposição à extração de sobretrabalho, realizada pelo capital*”, aparecendo no pensamento de Marx (1989, p. 343-344), como *uma condição preliminar para uma vida emancipada*.

210 De fato, o reino da liberdade começa onde o trabalho deixa de ser determinado por necessidade e por utilidade exteriormente imposta; por natureza, situa-se além da esfera da produção material propriamente dita. O selvagem tem de lutar com a natureza para satisfazer as necessidades, para manter e reproduzir a vida, e o mesmo tem de fazer o civilizado, sejam quais forem a forma de sociedade e o modo de produção. Acresce, desenvolvendo-se, o reino do imprescindível. É que aumentam as necessidades, mas, ao mesmo tempo, ampliam-se as forças produtivas para satisfazê-las. A liberdade nesse domínio só pode consistir nisto: o homem social, os produtores associados regulam racionalmente o intercâmbio material com a natureza, controlam-no coletivamente, sem deixar que ele seja a força cega que os domina; efetuam-no com o menor dispêndio de energias e nas condições mais adequadas e mais condignas com a natureza humana. Mas esse esforço situar-se-á sempre no reino das necessidades. Além dele começa o desenvolvimento das forças humanas como um fim em si mesmo, o reino genuíno da liberdade, o qual só pode florescer tendo por base o reino da necessidade. E a condição fundamental desse desenvolvimento humano é a redução da jornada de trabalho. Marx, citado por Antunes (2001, p. 173-174), conforme *O Capital*, vol. 3/6. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1974.

Trata-se de uma reivindicação atual, visto mostrar-se “*contingencialmente, como um mecanismo importante (ainda que, quando considerado isoladamente, bastante limitado) para tentar minimizar o desemprego estrutural*”. Mas o significado da luta pela redução da jornada de trabalho “*transcende*” este aspecto contingencial, na medida em que “*configura-se como um ponto de partida decisivo, ancorado no universo da vida cotidiana, para, por um lado, permitir uma reflexão fundamental sobre o tempo, o tempo de trabalho, o autocontrole sobre o tempo de trabalho e o tempo da vida*””, permitindo o “*afloramento de uma vida dotada de sentido fora do trabalho*” (ANTUNES, 2001a, p. 173- 174).

O autor alerta, entretanto, que “*a redução da jornada de trabalho não implica necessariamente a redução do tempo de trabalho*” acentuando que a luta “*pela redução da jornada de trabalho implica também e decisivamente lutar pelo controle (e redução) do tempo opressivo de trabalho; isso porque a redução formal do horário de trabalho pode corresponder “[...] a um aumento real do tempo de trabalho despendido durante esse período*”. Argumenta que “*uma vida desprovida de sentido no trabalho é incompatível com uma vida cheia de sentido fora do trabalho*” na medida em que *a esfera fora do trabalho estará maculada pela desefetivação que se dá no interior da vida laborativa*” (ANTUNES, 2001a, p. 175).

Como o sistema global do capital nos nossos dias abrange também as esferas da vida fora do trabalho, a desfetichização da sociedade do consumo tem como corolário imprescindível a desfetichização no modo de produção das coisas. O que torna a sua conquista muito mais difícil, se não se inter-relaciona decisivamente a ação pelo tempo livre com a luta contra a lógica do capital e a vigência do trabalho abstrato. Do contrário, acaba-se fazendo ou uma reivindicação subordinada à Ordem, onde se crê na possibilidade de obtê-la pela via do consenso e da interação, sem tocar nos fundamentos do sistema, sem ferir os interesses do capital ou, o que é ainda pior, acaba-se gradativamente por se abandonar as formas de ação contra o capital e de seu sistema de metabolismo social, numa práxis social resignada (ANTUNES, 2001a, p. 176).

A “*vida cheia de sentido em todas as esferas do ser social*” depende

[...] da demolição das barreiras existentes entre tempo de trabalho e tempo de não-trabalho, de modo que a partir de uma atividade vital cheia de sentido, autodeterminada para além da divisão hierárquica que subordina o trabalho ao capital hoje vigente e, portanto, sob bases inteiramente novas, possa se desenvolver uma nova sociabilidade. Uma sociabilidade tecida por indivíduos (homens e mulheres) sociais e livremente associados, na qual ética, arte, filosofia, tempo verdadeiramente livre e ócio, em conformidade com as aspirações mais autênticas, suscitadas no interior da vida cotidiana, possibilitem as condições para a

efetivação da identidade entre indivíduo e gênero humano, na multilateralidade de suas dimensões. Em formas inteiramente novas de sociabilidade, em que liberdade e necessidade se realizem mutuamente. Se o trabalho torna-se dotado de sentido, será também (e decisivamente) por meio da arte, da poesia, da pintura, da literatura, da música, do tempo livre, do ócio, que o ser social poderá humanizar-se e emancipar-se em seu sentido mais profundo (ANTUNES, 2001a, p. 177).

Após estas considerações, o autor apontará a centralidade da luta (1) pela redução da jornada ou *tempo* de trabalho em escala mundial; (2) pelo direito ao trabalho. Esclarece que a segunda não tem como fundamento oculto o trabalho assalariado, mas a consciência de que “*estar fora do trabalho*” significa “*uma desefetivação, desrealização e brutalização* ainda maiores do que aquelas já vivenciadas pela *classe-que-vive-do-trabalho*”. Esta luta devem

[...] estar intimamente articulada(s) à luta contra o sistema de metabolismo social do capital que converte o "tempo livre" em tempo de consumo *para o capital*, onde o indivíduo é impelido a "capacitar-se" para melhor "competir" no mercado de trabalho, ou ainda a exaurir-se num consumo *coisificado e fetichizado*, inteiramente desprovido de sentido.

[...]

Desse modo, a luta imediata pela redução da jornada (ou do tempo) de trabalho e a luta pelo emprego, em vez de serem excludentes tornam-se necessariamente *complementares*. E o empreendimento societal por um *trabalho cheio de sentido* e pela *vida autêntica fora do trabalho*, por um *tempo disponível* para o trabalho e por um *tempo verdadeiramente livre e autônomo* fora do trabalho – ambos, portanto, fora do *controle e comando* opressivo do capital – convertem-se em elementos essenciais na construção de uma sociedade não mais regulada pelo sistema de metabolismo social do capital e seus mecanismos de subordinação (ANTUNES, 2001a, p. 177-178).

Antunes prossegue a discussão “*indicando os fundamentos societais básicos*” para este “*novo sistema de metabolismo social*” que aponta como pré-requisito para a *vida cheia de sentido dentro e fora do trabalho*. Destacando que o capitalismo é “*o primeiro modo de produção a criar uma lógica que não leva em conta como prioridade as reais necessidades societais*” o autor vai definir como desafios do novo modelo a ser construído (1) “*a recuperação societal de uma lógica voltada para o atendimento das necessidades humano-sociais*”; (2) a conversão do trabalho “*em atividade livre, auto-atividade, com base no tempo disponível*” (ANTUNES, 2001a, p. 179-181).

Uma sociedade somente será dotada de sentido e efetivamente emancipada quando as suas funções vitais, controladoras de seu sistema de metabolismo social, *forem efetivamente exercidas de modo autônomo pelos produtores associados, e não por um corpo exterior e controlador dessas funções vitais. O único modo concebível a partir da perspectiva do trabalho é pela adoção generalizada e criativa do tempo disponível, como um princípio orientador da reprodução societal [...]. Do ponto de*

vista do trabalho vivo é perfeitamente possível visualizar o tempo disponível como a condição capaz de possibilitar as funções positivas vitais dos produtores associados, dado que a unidade perdida entre necessidade e produção torna-se reconstituída em um nível qualitativamente mais elevado, quando se compara com os relacionamentos anteriores entre 'o caracol e sua concha'.

Enquanto o tempo disponível, é concebido, da perspectiva do capital como algo a ser explorado no interesses na sua própria expansão e valorização²¹¹, do ponto de vista do trabalho vivo ele se mostra como condição para que a sociedade possa suprir seus carecimentos e necessidades efetivamente sociais e desse modo fazer aflorar uma subjetividade dotada de sentido dentro e fora do trabalho. Isso porque o tempo disponível será aquele dispêndio de atividade laborativa autodeterminada, voltada “para atividades autônomas, externas à relação dinheiro-mercadoria”²¹², negadoras da relação totalizante dada pela forma-mercadoria e contrárias, portanto, à sociedade produtora de mercadorias. A lógica societal regida pelo tempo disponível supõe uma articulação real entre a disponibilidade subjetiva e a determinação autônoma do tempo com as autênticas necessidades humano-sociais reprodutivas, materiais e simbólicas.

O exercício do trabalho autônomo, eliminado o dispêndio de tempo excedente para a produção de mercadorias, eliminado também o tempo de produção *destrutivo e supérfluo* (esferas estas controladas pelo capital), possibilitará o resgate verdadeiro do *sentido estruturante do trabalho vivo*, contra o *sentido (des)estruturante do trabalho abstrato para o capital*. Isso porque, sob o sistema de metabolismo social do capital, o trabalho que *estrutura* o capital *deseestrutura* o ser social. O *trabalho assalariado* que dá sentido ao capital gera uma *subjetividade inautêntica* no próprio ato de trabalho. Numa forma de sociabilidade superior, o trabalho, ao *reestruturar* o ser social, terá *desestruturado* o capital. E esse mesmo *trabalho autodeterminado* que tornou *sem sentido* o capital gerará as condições sociais para o florescimento de uma *subjetividade autêntica* e emancipada, dando um novo *sentido ao trabalho* (ANTUNES, 2001a, p. 181-182).

Evidencia-se que Antunes se apropria da obra de Marx e Engels (atribuída exclusivamente a Marx, uma vez que Engels não é sequer referido na bibliografia), recorrendo a diversas categorias (valor, valor de uso, valor de troca, trabalho, trabalho concreto, trabalho abstrato, necessidade, liberdade, atividade livre, modo de produção, classe trabalhadora) e ao sistema explicativo que as estrutura. Evidencia-se também que Antunes atualiza estas categorias adaptando-as conforme as mudanças que depreende da realidade objetiva (é o caso de *classe trabalhadora* para *classe-que-vive-do-trabalho*) e dos debates que vêm sendo travados por outros marxistas (em especial Lukács e Meszáros). Evidencia-se que, no que toca a *Os sentidos do trabalho*, Antunes está concentrado em constatar o sentido do trabalho no *modo de produção do sistema de metabolismo social do*

211 Os trechos em itálico são citados por Antunes da obra de Meszáros, conforme Beyond Capital. Londres: Merlin Press, 1995. p. 574.

212 Kurz, citado por Antunes, conforme Os últimos combates. Rio de Janeiro: Vozes, 1997. p. 319.

capital e em projetar um outro sentido do trabalho, em um modo de produção que nomeia genericamente *novo sistema de metabolismo social*.

Em seu texto, são apenas indicados os sentidos elementares que deverão estar no centro deste *novo sistema de metabolismo social*, diretamente relacionados com a discussão que Marx inicia em *O trabalho estranhado* e desenvolve no conjunto de sua obra, acerca da escravização do homem ao reino da necessidade. Mas para Marx e Engels a fruição do *reino da liberdade* está diretamente associada à superação do modo capitalista de produção da existência, baseado (1) na divisão social do trabalho, e (2) na apropriação privada dos meios de produção e dos frutos do trabalho socialmente realizados.

Para Antunes, trata-se de garantir a construção de um *novo sistema de metabolismo social*, o que, a nosso ver, contempla a tese da superação do modo capitalista de produção e reprodução da existência, um eixo da obra de Marx e Engels. Entretanto, em Marx e Engels, evidencia-se a preocupação com (1) a gênese do modo capitalista de produção; (2) o entendimento da *lei econômica do movimento da sociedade moderna* e do desenvolvimento do *modo de produção capitalista e as correspondentes relações de produção e de circulação*; (3) e o entendimento das condições de superação deste modo de produção. Reconhecemos em Antunes a preocupação com o entendimento das condições em que o trabalho se efetiva no contexto das leis econômicas do movimento da sociedade moderna. Reconhecemos também a preocupação com a avaliação da conjuntura política e com a crítica teórica da produção do conhecimento e das metas que esta produção estabelece à luz das transformações em curso no modo capitalista de produção. Entretanto, o autor não faz referências (até onde pudemos investigar), em *O sentido do trabalho*, ao fim da propriedade privada dos meios de produção e à fundação de uma sociedade baseada na propriedade comum dos meios de produção, requisito central para a conquista da liberdade, ou, como o autor vai nomear, de uma vida cheia de sentido dentro e fora do trabalho. Esta ausência, a nosso ver, deixa-nos “no ar” quanto às bases objetivas para a superação do capitalismo e a conquista da atividade livre, embora se evidenciem as lutas sociais como motor desta transformação.

Reconhecemos que Antunes traz uma importante contribuição para a compreensão das possibilidades abertas pelas lutas pela redução da jornada de trabalho, algo perdido na maior parte dos *estudos do lazer* que abordam a obra de Marx e Engels. Preocupa-nos, no entanto, a tese da superação da satisfação das necessidades subordinada à ordem capitalista e desacompanhada da clara alusão à superação das condições objetivas expressas (1) na superação da divisão social do trabalho e (2) da apropriação privada dos meios de produção. Trata-se de teses defendidas por Marx e Engels desde *A Ideologia Alemã* (1845-1846), que jamais serão abandonadas ao longo de toda a obra. As condições de trabalho atualmente presentes no modo capitalista de produção e reprodução da existência, incluídos aí o desemprego e a maior ou menor extensão da jornada de trabalho que garante ou não o direito ao tempo livre, são conseqüências da divisão social do trabalho (de caráter internacional) e da apropriação privada dos meios de produção e dos bens socialmente produzidos. Qualquer perspectiva de *novo sistema de metabolismo social* necessita do enfrentamento destes fundamentos, sem os quais não é possível qualquer “*recuperação societal de uma lógica voltada para o atendimento das necessidades humano-sociais*”; permanecendo a vida na mesma miséria tão denunciada por Marx e Engels em *A Ideologia Alemã*.

Francisco Máuri de Carvalho Freitas

Com vasta produção bibliográfica²¹³, cumprindo o papel de crítico radical da produção do conhecimento no âmbito da educação física, selecionamos de Freitas, seu “*Ilusões e devaneios: contribuição à crítica da educação física*” (FREITAS, 1995), no

213 Publicou: FREITAS, F. M. C. O Livro Atirador. Vitória: CEFD-UFES, 1999. 230 p.; FREITAS, F. M. C. (Org.) ; MAIA, A. F. (Org.). Ensaio: Educação Física e Esportes. Vitória: CEFD-UFES, 1999. 230 p; A sagrada Família da Educação Física. Vitória: CEFD-UFES, 1997. 260 p.; Ilusões e Devaneios. Vitória: CEFD-UFES, 1996. 210 p.; O Corpo e o Filósofo - temas proibidos. Vitória: CEFD-UFES, 1995. v. 500. 158 p; O Ópio da Miséria. Vitória: CEFD-UFES, 1994. v. 500. 150 p; A Miséria da Educação Física. Campinas: Papirus, 1991. v. 2000. Atualmente é Professor Adjunto III da Universidade Federal do Espírito Santo.

qual o autor debate, com verbo e pena afiados, com os diversos autores que compõem o *Educação Física e Esportes: perspectivas para o século XXI*²¹⁴ (MOREIRA, 1992).

Reconhecemos neste autor a efetiva apropriação e incorporação da obra de Marx e Engels, no matiz marxista-leninista. As categorias mais gerais do marxismo estão presentes em seu discurso, no fio da foice e no ferro do martelo que utiliza para a crítica radical aos intelectuais da educação física, em um debate erudito, no campo da história e da filosofia, que expõe os flancos teóricos e ideológicos na área. Freitas cobra àqueles com os quais debate, ao mesmo tempo, os gestos de *compromisso com a burguesia* que não podem ser apagados do passado daqueles que pactuaram com a Ditadura, e o *compromisso com a ideologia socialista e com a transição para o comunismo*, como um compromisso com o proletariado e com a revolução proletária, àqueles que derivam facilmente para o centro e para a direita.

Após a análise crítica ao rol de perspectivas para o século XXI, traçadas pelos “*articulistas*” convidados pelo organizador (MOREIRA, 1992), dirá Freitas:

Na verdade, sem meias palavras, o mundo que temos e que, por ausência de ações revolucionárias, teremos no século XXI, salvo melhor juízo dos “bem-pensantes”, é o mundo da exploração desmedida e hedionda, mundo ausente de direitos[...] para os pobres; mundo do obscurantismo e da canalhice oficializada e institucionalizada nos mais diversos Parlamentos, do militarismo sem sentido, perdulário e idiota, e das contínuas perseguições aos líderes dos sem-terra e dos operários urbanos que dissentem com o rigor que o problema merece. Os que não consentem!

Em face desta tênue crítica aponto três posições ideológicas, paupáveis, visíveis, possíveis:

“a conservadora, hostil a qualquer transformação; a reformista, que mantém o **status quo** no fundamental e essencial, propondo alterações apenas de superfície (*conjunturais* – gm); e a revolucionária, que propõe a demolição da ordem vigente e sua substituição por outra qualitativamente diversa.

Para os que se consideram marxistas-leninistas, revolucionários portanto, entre os quais inclui-se este escriba, e frente aos objetivos e a vinculação política e filosófica do organizador do livro “Educação Física & Esportes: perspectivas para o século XXI”, doutor Wey Moreira e do corpo eclético de articulistas (que inclui dos

214 Publicado em 1992, o livro reúne autores em torno do esforço de “desvendar o futuro” que se apresentava na forma da virada do século dali a oito anos. Escrevem para esta coletânea: Ademir Gebara e Lamartine Pereira da Costa (Perspectivas na História); Silvino Santin e Regis de Moraes (Perspectivas na Corporeidade); Manuel Sergio Vieira e Cunha e João Batista Freire (Perspectivas na Motricidade); Manoel José Gomes Tubino e João Paulo Subirá Medina (Perspectivas no Esporte); Antonio Carlos Bramante e Nelson Carvalho Marcellino (Perspectivas na Recreação e Lazer); Wagner Wey Moreira e, em conjunto Carmen Lúcia Soares, Celi Nelza Zulke Taffarel e Michele Ortega Escobar (Perspectivas na Educação Física Escolar); Alfredo Gomes de Faria Júnior e Mauro Betti (Perspectivas na Formação Profissional). O livro de Freitas está organizado em 12 capítulos de crítica radical a alguns destes autores (GEBARA; COSTA; TUBINO; MEDINA; BRAMANTE; MARCELLINO; MOREIRA; SOARES, TAFFAREL e ESCOBAR; FARIA JR; BETTI).

manjados arqui-reacionários doutor Manoel Tubino, doutor Lamartine da Costa, doutor Gebara, doutor Bramante à trotskista Celi Taffarel, sem esquecer do centro, como Medina, Carmen Lúcia e João Batista Freire e Nelson Marcellino), uma **melange** de ultra-direita, esquerda e centro direita (os moderados), é preciso reafirmar as principais tarefas dos poucos intelectuais marxistas-leninistas que ainda restam, os efeitos da luta ideológica travada inter-intelectuais:

- (a) reconhecer e conhecer a perspectiva teórica revolucionária da Ciência (o materialismo histórico) e da filosofia (o materialismo dialético) de Marx e Lenin;
- (b) lutar, por todos os meios contra as **weltanschauungen**, burguesa e pequeno-burguesa, que sempre ameaçaram, ameaçam e agora penetram no revestimento interno da teoria marxista com o fito único de refutá-la, de assassiná-la, enfim, de considerá-la anacrônica, superada;
- (c) desenvolver com rigor, a disciplina e a audácia que se requerem, a filosofia e a ciência marxista-leninista, ligando-as às exigências e “invenções” da prática da luta de classes revolucionária²¹⁵.
É imperioso, necessário, o enfrentamento com os reformistas – social democratas e “marxólogos” envergonhados – e com os reacionários (em princípio aqueles que são próceres da caserna) quanto à omissão das classes sociais – burguesia e operariado – e seus interesses antitéticos. É preciso demonstrar que, ao contrário, longe do esclarecimento sobre a mediatidade da imediatidade fenomênica ocorrente neste país, por omissão dolosa ou participação culposa (**ignorantia non est argumentum!**), mascaram sua função social de classe histórica. (FREITAS, 1995, p. 189-190).

A crítica prossegue com veemência esmagando as proposições cambaleantes por trás da habilidade do verbo e cobrando aos de esquerda o compromisso com a *luta de classes e a revolução*, que este autor não permite esquecer serem categorias centrais e eixo norteador do marxismo-leninismo.

Na apropriação que faz da obra de Marx, nunca descolada da obra de Lenin (mas de modo não explicitado pelo autor, descolada da obra de Engels) embora claramente identificadas as características de um e outro autor, Freitas expõe as lições da militância, com a crueza dos que não têm nada a perder, porque conhecem na carne o poder do corte da navalha afiada da segregação, pela defesa de princípios revolucionários esquecidos em razão de argumentos que classifica, sem temor, de carreiristas, oportunistas, fisiologistas, revisionistas etc. Faz isso com a crueza dos que não têm nada a perder, porque não possuem nenhum vínculo, nenhum laço de compromisso com o que está posto, com o *status quo*.

Ouvimos o militante que não abandonou o barco a denunciar continuamente a entrega da esquerda à aparência do fim da história do socialismo. Não podemos deixar de evidenciar que sua crítica à esquerda está mediada por uma posição dentro da esquerda e,

215 Althusser, citado por Freitas, conforme *La filosofia como arma de la revolucion* (1985, p. 16).

como tal, marcada pelo debate ferrenho de concepções que estão constantemente em discussão entre leninistas, trotskistas, maoístas, lukacsianos, althusserianos, luxemburganos etc., tendo como foco central, como questão central, *a discussão das táticas ou o que fazer e como fazer para chegarmos ao socialismo, o primeiro de alguns passos à consecução do comunismo* (FREITAS, 1995, p. 153). Neste contexto, o debate entre *reforma ou revolução* é aguerrido, ingrato, divisor de águas e, a nosso ver, gera um impasse importante para a consecução das contradições que garantirão a revolução. Entendo que é o enfrentamento deste debate que permitirá o esclarecimento e a tomada de posição.

A propósito da apropriação da obra de Marx (e da ausência da obra de Engels), observa-se em Freitas o uso de diversas categorias, tais como “real como critério da prática”, “valor de troca”, “valor de uso”, “mercadoria”, “alienação”, “contradição”, “totalidade”, “capitalismo”, “burguesia”, “proletariado”, “idealismo”, “materialismo”, “materialismo histórico”, “materialismo dialético”, “determinismo econômico”, articuladas pelo profundo conhecimento da obra de Lenin, pela formação política na militância, e costuradas pelo princípio histórico marxiano-engelsiano *luta de classes e revolução*. É com estas armas, as quais maneja com desenvoltura, que o autor estabelece a arena na qual combate e todas as regras e convenções que irá burlar (todas aquelas que referem-se à propagação da manutenção da ordem burguesa).

Discorrendo com clareza ideológica e desenvoltura teórica pela filosofia e teoria do conhecimento, história do Brasil (vívda e comentada), história da URSS, história da Revolução Russa e seus desdobramentos, história da Revolução Francesa, Brasil, Educação, Educação Física, Esportes, Lazer, Escola, em um estilo notadamente nordestino, e com vocabulário peculiar, onde não faltam a poesia e a rebeldia, o autor dirá:

Escrever sobre o específico, a parte ou o fragmento de uma realidade indivisível é, para mim, empreitada impossível, não consigo ser como os anatomistas que dissecam cadáveres, vida sem vida!, forma amorfa, ou os fisiologistas que dosam “humores” de artérias não-pensantes e, a partir de suas abstratas conclusões, tecem ilações supostamente científicas sobre o **homus modernus** que deveria ser **sapiens**, mas que é **demens** ou um protótipo molecular exornado com o grito primacial reprimido por uma “solução de Ringer a 5%”.

Portanto, imerso na totalidade, e de onde não consigo fugir (e nem quero), procuro, no que me proponho tecer uma zurdidela aos trânsfugas tragicômicos que trocam a angustiante totalidade por um fragmento adocicado e, como formigas esfaimadas, perdem-se na tessitura melíflua do “todo” açucarado.

Escrevo para “denunciar o açoite” e “canto também contra a tirania” que se esconde por trás dos jargões democráticos ou neoliberais, supostamente humanizantes. Escrevo o grito dos torturados! A rigor, escrevo para manter a dialética viva, o contraditório heraclítico, aliás, por ser uma metamorfose ambulante, ou como preferem alguns sectários de direita, uma constante “imutável” do universo, acredito que filosoficamente pretendo ser dialético sem “esses” e “frações”, porque sou um ser total, sou a totalidade, queiram ou não queiram, não importo!

Assim, juntando minha ignorância com a minha lucidez transmutou-me em revolucionário que não abandonou o barco a fazer água em mares sinistros e que procura temponá-lo, expurgar os néscios ratos de porão e continuar a empreitada por uma sociedade comunista (FREITAS, 1995, p. V).

Em outra passagem, discorrendo sobre o momento histórico no qual brande seu machado, dirá:

O crepúsculo dos anos 80 e o alvorecer pardacento dos anos 90, onde a redundância dos Fernandes – Collor-Cardoso – evidencia uma fuga atroz, uma diáspora ideológica ou um exôdos da esquerda em direção ao centro, uma fuga atabalhoada que abandona a dialética marxista e se aninha nos braços sem vida, inertes, do existencialismo, do holismo, do neomarxismo ou da fenomenologia, enfim, no reformismo político social-democrata ou neoliberal.

E mais: nada de tão perverso temos visto como o abandono de princípios e a tergiversação intencional cometida pela **intelligentsia** brasileira. Hoje, vale tudo! E a erudição acadêmica ressurgiu, com todo o vigor de um ente caquético ou astênico, atrelada há algo que precisa ser imortalizado, perpetuado, em sua estrutura e, obviamente, em suas contradições fulcrais e iminentes.

Como diz Oliveira, “os anos de repressão deixaram em muitos uma espécie de autocensura que se manifesta, muitas vezes, por meio da montagem de álibis para evitar o enfrentamento” (1994, p. 182). Por outro lado, “observadas com maior rigor”, as tendências progressistas “confluem para atitudes conciliatórias” (ibidem).

Daí a necessidade histórica do resgate do “diabo” de Goethe quando aparece a Mefistófeles e diz: “eu sou aquele que tudo nega, pois nada do que existe merece continuar existindo”. **Mutatis mutandis**, o nihilismo goethiano não tem como ser levado, a bom termo, se considerado ao pé da letra, mesmo porque, historicamente, não é possível destruir-se tudo para começar do nada. Mas, vazado momentaneamente por este sentimento é possível e necessário o enfrentamento com aqueles que referendam tacitamente a ordem burguesa.

Neste sentido, ao contrário do oportunismo e reformismo conciliatório que se espalhou, também, na ambiência da Educação Física e dos Desportos, pergunto: *quais perspectivas políticas e econômicas poderão contribuir ao salto qualitativo a ser dado pelos operários e trabalhadores brasileiros no limiar do século XXI?*

Diria Oliveira que “esse salto qualitativo só precisa ser dado quando ficar bem claro o tipo de sociedade por onde circulam os valores que, em uma perspectiva dialética, não são apenas os dominantes”²¹⁶.

Ora, se a história nos diz algo ou evidencia passos a serem trilhados com “olhos de carcará”, posso dizer que essas perspectivas e o tal salto qualitativo, em sendo mantidas as mesmas relações sociais de produção ora hegemônicas, serão apenas discursos porque elas não podem transcender a economia política que, em última instância, determina a realidade social, muito embora possa ser modificada por eles, os trabalhadores.

216 Victor Marinho de Oliveira citado por Máuri de Carvalho, conforme *Consenso e conflito da educação física brasileira*. Campinas: Papirus, 1994.

Por não poder transcender (estar para além de algo ou de alguém) a realidade, a **intelligentsia** está a fechar os olhos para o fato, irretorquível, que demarca a morte de milhares de crianças por ano, neste país, antes de completarem um ano de idade, determinada pela fome crônica ou por doenças infecto-contagiosas que se agigantam imponderavelmente sobre **corpus** famélicos.

Isto, de per si, demonstra que apesar da modernidade (mais um discurso grandiloquente) hipócrita, a desnutrição arqui-antiga e as doenças infecto-contagiosas são as duas causas fundamentais deste estorvo social: a mortalidade infantil. Deste modo, o discurso da modernidade é falso na medida em que procura *ocultar o acirramento das contradições sociais e da crise de governabilidade pela qual passam todos os governos deste continente.*

Mas, a hipocrisia, naturalmente, contaminou o movimento “progressista” (também do da Educação Física) ao ponto dele publicar em conjunto, uma espécie de *mélange* amarga [...] objetivando afastá-los da possibilidade do convívio com teorias exóticas fundamentadoras das sediações e das dissenções que se originam em sociedades injustas, perversamente desumanas.

Neste sentido, um bom exemplo do exposto é o livro “Educação Física & Esportes: perspectivas para o século XXI”, que antes de ser um ensaio sério sobre a realidade brasileira (mormente a educação física e dos esportes), premida e sofrida, é, antes de tudo, um jogo de parágrafos que serve ao exercício da retórica “futurista” e ao transbordamento da falsa erudição e do falso compromisso de certos “sub-intelectuais de miolo mole”, com a emancipação dos operários brasileiros, mas um evasivo e recatado conjunto de parágrafos, como disse antes, que por ignorância, reafirmam a reificação da sociedade brasileira.

Tal tem sido o comportamento de quem perdeu o azimute do presente. Ora, fica fácil nada fazer para mudar o presente e, a partir daí, tecer homilias e diretrizes para que os seus descendentes as cumpram: o futuro da humanidade pertence aos mais jovens. Quanta falsidade, quanta covardia diante da vida.

Nada tendo a ver com a crise estrutural brasileira, que reflete na super estrutura (ética, estética, política, educação etc.), hoje, o livro retrocitado, de um bando de autores, me remete à subscrever uma crítica ou uma zurdidela ideológica e política vazada pelo radicalismo que me é peculiar, inicialmente afirmando, sem medo de errar, que a classe operária não pode e não quer arcar com este tipo de ônus servente, tão somente, às ilusões e devaneios de escribas hipócritas.

Como não sou um proletário, mas mesmo que eles (os proletários) não queiram, luto por eles e com eles, critico com e por eles, escrevo por eles, confronto por e com eles a mediocridade dos “intelectuais” e da burguesia. Insurjo-me contra aqueles que utilizam-se das armas da crítica (chula) para combater a crítica das armas, mais do que combater procuram, covardes e acuados, dissimular o combate, nem sempre explícito, que se desenrola entre classes antinômicas e antitéticas neste país, onde a merda institucional pegajosa e putrefacta povoa nossas fossas nasais e obnubila nosso discernimento e nos impede de perceber que “o real e a fantasia se separam no final” (Vital Farias) (FREITAS, 1995, p. 1-4).

A crítica aos *estudos do lazer* expressa na crítica ao texto “*Perspectivas para o lazer: mercadoria ou sinal de utopia?*” de Nelson Carvalho Marcellino – que se dá no capítulo VI, *A falácia do lazer* – ocorre neste contexto, e concentra-se na exposição:

- ✓ da fragilidade dos argumentos de Marcellino (1995, p. 185) quando aborda uma suposta *postura unilateral marxista*²¹⁷, com supervvalorização do trabalho em detrimento do lazer

[...] sou obrigado a discordar inicialmente quando esse autor, em sua melíflua crítica à interpretação “marxista” [...] omite, ou simplesmente prefere não tocar, que os marxistas que fazem conjecturas unilaterais, não são marxistas (com muito boa vontade seriam chamados de marxólogos e, por isto mesmo, não compreendem as coisas em seu encadeamento dialético (FREITAS, 1995, 95).

- ✓ de uma variedade de passagens nas quais Marx descreve as condições em que vivem os homens no modo capitalista de produção, impeditivas, todas, da possibilidade de uma vida cheia de sentido, acompanhadas da denúncia da intenção deliberada de não reconhecimento e de omissão intelectual (FREITAS, 1995, p. 95);
- ✓ do contexto geral de expropriação que determina a falta de acesso da maioria da população a condições mínimas de vida e à cultura socialmente produzida, denunciando que no modo capitalista de produção o produto do trabalho não pertence a quem produz [...] mas a outro homem, que está destinado à apropriação privada com vistas à ampliação privada do lucro;

[...] tudo o que dá prazer caiu na malha fina do capitalismo (embora muito daquilo que dá prazer tenha sido construído sob o capitalismo para maior deleite do capitalista). Lazer, informação, saúde, sexualidade etc. foram transformados em mercadorias santuárias desejadas e cada vez mais sofisticadas e de difícil aquisição. Vejam, que proletário ou proletária, e sua prole, pode utilizar como lazer (atividade livre fluente da sua própria vontade, espontânea, exercida no tempo livre) os brinquedos do “beach park” em Fortaleza ou então do “Beto Carreiro World”?

[...]

[...] se o homem se torna uma mercadoria, tudo o mais a sua volta é transformado em mercadoria, que certamente tem maior valor de troca do que de uso.

Sob o jugo do **kapital**, assiste-se, estarecido, a eminente reificação do **socius** e a irrefutável desominização do homem, isto é, a imundície, a corrupção e a putrefação do homem; os esgotos da civilização [...].

Marx demarca a necessidade de o dinheiro constituir a verdadeira necessidade criada pelo moderno sistema de trocas que o capitalismo produz.

[...]

O atraso, a miséria e a fome representam o tríptico que o pensamento pós-moderno procura esconder, velar, ocultar, no exato momento em que alguns procuram evidenciar que o Capitalismo Internacional ou a Internacional Capitalista ou o Capitalismo Mundial Integrado (uma sinóníma do reducionismo modesto, porque

217 Já tivemos a oportunidade de demonstrar as afirmações que Marcellino faz acerca do marxismo e de Marx, a nosso ver, uma resposta à crítica marxista aos *estudos do lazer*. Freitas está se referindo à seguinte passagem: “A valorização unilateral da esfera do lazer feita por alguns autores vem provocando confronto com outras posturas também unilaterais. Na maioria das vezes esses confrontos ocorrem entre posturas derivadas de uma interpretação do trabalho de inspiração “marxista” e do lazer marcadas por um modelo “funcionalista” (MARCELLINO, In: MOREIRA, 1995, p. 185).

desde 1847, Marx aponta que para se consolidar no mundo inteiro ele tinha de se internacionalizar, estender seus tentáculos aos mais longínquos rincões da Terra) ou o imperialismo – etapa superior do capitalismo (Lenin) – desenvolve de forma instrumental uma possível cultura pós-moderna do prazer garantindo bons lucros. Mas quem obtém bons lucros e quem desfruta a cultura pós-moderna do lazer e, por outro lado, o que é esta cultura? (FREITAS, 1995, 96-98).

- ✓ da constante denúncia de que não há meios de resolver o problema da democratização da produção material, sem socialização dos meios de produção, na medida em que concebe que o lazer sofisticado está associado à apropriação da riqueza pelos trabalhadores

Diante da obscuridade e de tanta mediocridade que se agigantam neste final de século, o dilema crucial, o grande desafio, continua sendo como democratizar a produção material sem socializar, **pari passo** os meios de produção?

Como tornar público o que foi consagrado como privado, como desprivatizar o público ou, o que é muito pior, como tornar a **res publica** pública?

Não estou a fazer uma análise reducionista, ilacionista da parte ou, simplesmente, economicista e, muito menos etapista como têm aludido alguns intelectuais de como acessar o lazer a todos os trabalhadores. Mas, em caso positivo, restaria uma outra pergunta:

Que lazer, o chulo ou o sofisticado? Se for o chulo eles prescindem de nós, de mim, mas se for o sofisticado, talvez, precisarão de um e de outros para, ombro a ombro, tomarmos de assalto o poder e o mando sobre as riquezas²¹⁸, fonte da sofisticação cultural do lazer (FREITAS, 1995, p. 100-101).

- ✓ da denúncia das questões que os *estudos do lazer* não estão enfrentando;

Mas de qual sociedade estão a falar nossos intelectuais? Seria da sociedade na qual rege a premissa incontroversa “que o operário trabalha como não-proprietário e que as condições do seu trabalho com ele se defrontam como propriedade de outrem?” (MARX, 1985, p. 69).

E mais: “toda a riqueza objetiva se confronta com o operário como propriedade dos possuidores de mercadoria” (ibidem) que pouco se importam com a ausência do operário na repartição e no usufruto da riqueza objetiva, reservando, grosso modo, não a alegria do usufruto do trabalho e não da fruição da vida, mas a angústia do ascetismo forçado e do pauperismo coercitivo, o que resta então ao operário, o lazer?!!

Refletamos, o desemprego, ou seu viés econômico, incide imediatamente sobre o trabalhador, ele, **pari passu**, determina a perda daquilo que os filósofos chamam de sentido da vida (entendo o sentido da vida como a essência do humano e da sua humanização). E se, por extensão, esta perda real, provocar um **existencial vacuum** (vazio existencial), um isolamento social, uma desidentificação com o meio circundante visto como hostil, que em se instalando gera seqüelas psíquicas, que papel então cumpre ou deveria cumprir o lazer e as mais exóticas teorias do lazer?

- ✓ da denúncia da profunda violência cometida contra o operário, o trabalhador;

218 Reconheço este chamado já no texto de Lafargue O direito à preguiça (1880). Mas os *estudos do lazer* trataram de higienizá-lo e reformulá-lo adequando-o ao tom mais adequado para o atual momento histórico, tal como o interpretam os estudiosos. A introdução de Marilena Chauí (CHAUÍ, in LAFARGUE, 1999) recupera a historicidade deste tom presente no texto de Lafargue.

Marx, em sua crítica [...] do capitalismo, relata:

“[...] o processo de trabalho subsume-se no capital (é o processo do próprio capital), e o capitalista entra nele como dirigente, como guia; para este é ao mesmo tempo, de maneira direta, um processo de exploração do trabalho alheio” (1985, p. 87).

Subsumir-se significa incorporar-se a; identificar-se forçosamente com. Em filosofia o subsumido é aquele que de há muito perdeu o sentido e o significado da vida. De maneira que, neste processo, o operário deixa de ser ele mesmo e passa a ser um simulacro do patrão, resultado lógico: capitão de mato ou operário padrão.

E o **sancta sanctorum** do capitalismo, resultante deste processo parasitário e estúpido de negação do alter, do operário, é a mais-valia, tal não ocorrendo se o operário não se subsumir ao capital, portanto, se ele não se negar a si próprio para justificar a ratificar o capitalismo.

A rigor, a figura subjetiva é a negação objetiva do operário, nesta relação fátua o operário não se percebe como sujeito, mas como objeto ou coisa.

Posto, eu diria, repetindo Marx, o mestre da crítica, que este processo de negação do operário enquanto indivíduo desumanizado fluindo da dominação capitalista,

“[...] é, por conseguinte, a dominação da coisa sobre o homem (**ou a coisificação do homem** – gm)[...] do produto sobre o produtor[...] Na produção material, no verdadeiro processo da vida social – dá-se exatamente a mesma relação que se apresenta na religião, no terreno ideológico: a conversão do sujeito em objeto e vice-versa” (1985, p. 56).

Neste sentido, que contribuições o lazer e suas rebuscadas teorias trariam ao operariado, coadjuvariam a superação do processo de alienação e reificação das relações sociais de produção, que foram transformadas de relações entre coisas?

O motivo que incita o operário moderno (!!!) - homem livre, dizem os arautos neoliberais- “é muito mais violento que o que incita um escravo: o homem livre tem que escolher entre trabalhar no duro e morrer de fome[...], um escravo tem que escolher entre[...] e uma boa chicotada” (em Marx, 1985, p. 96).

Escolha atroz, talvez menos atroz, porém não menos verdadeira. O homem “livre” tem o lazer/momentos de esquecimento que está a morrer de fome ou que sua humanidade é negada pelo cotidiano da fábrica, da indústria e do latifúndio (FREITAS, 1995, p. 102-103).

- ✓ em uma crítica direta a Marcellino, da denúncia do papel que os *estudos do lazer* estão cumprindo, ao não dizer claramente de que sociedade estão falando, para qual sociedade estão pregando rumar

É necessário assumir a cena do crime, é preciso dizer que sob o capitalismo continuará a mais hedionda onda barbárica, restando ao proletariado brasileiro, por destino, a miséria. Sobretudo, é preciso dizer também, que a burguesia não cometerá suicídio, ela não abrirá mãos dos seus privilégios por pena dos resultados da discrasia da fome ou da condição de miséria absoluta em que vivem milhões de brasileiros.

Concordo com Marcellino quando escreve ser a opção pela construção de uma nova sociedade

[...] um campo misterioso sendo necessário conviver com o imprevisível e o imprevisto, o que requer, além da competência específica, o compromisso político e a constante reflexão sobre os rumos da ação (op. Cit. P. 193).

Só não entendo como alguém pode comprometer-se politicamente com a geração do novo, se é portador de um **vacuum** ideológico inibidor da assunção de uma outra ideologia, a rigor, o marxismo-leninismo ou, para os “nacionalistas” de esquerda, o “conselheirismo”, portanto, se ainda não mudou de paradigma, mantendo-se atrelado

a essência, ao núcleo (ir) racional do capitalismo: a propriedade privada dos meios de produção.

Enfatizo esta dúvida porque percebo, na essência do discurso radical, o discurso da **aufhebung** (negação-superação-conservação), necessariamente iconoclasta. Como também não vislumbro nos discursos críticos à sociedade burguesa, a necessidade histórica da destruição da burguesia, isto é, dos fundamentos da sociedade burguesa. (FREITAS, 1995, p. 107)

[...]

Ausente de uma crítica radical da sociedade burguesa, a meu juízo, de uma crítica marxista-leninista, as teorias do lazer ou da ludicidade “natural” do homem (ludicidade desculturada) estão a participar do processo de demencialização (ou demenciação) deslanchado pela burguesia e seus ideólogos, neste final de século, contra o operário para que ele surja das “cinzas” vivas da iniquidade capitalista. Omo um **homem demens** (FREITAS, 1995, p.109).

✓ da denúncia do papel que os teóricos do lazer estão cumprindo

O intelectual deste tempo histórico deveria estar comprometido, totalmente submerso na luta pela erradicação da exploração e da dominação hedionda de uma classe sobre outra: erradicação da burguesia, o lixo acumulado historicamente do escravagismo aos nossos dias.

Lutar contra o capitalismo é, rigorosamente, lutar contra um processo que “consiste exatamente em transformar os homens em espectros e sua vida em uma vida de sonho” (MAX, 1987, p. 179).

Neste sentido, o lazer respalda o sonho sem sentido ou contribui para o sonho e a ação revolucionária que persegue a derrocada da burguesia e a libertação proletária?

Enfim, como diz Marx, na Miséria da Filosofia,

[...] esses teóricos são apenas utopistas que, para mitigar as penúrias das classes oprimidas, improvisam sistemas e se entregam à busca de uma ciência regeneradora (1979, p. 102).

Ciência que deixa de ser revolucionária e se torna doutrinadora, manipulada por ideólogos mercenários da burguesia que atendem as intenções perversas do Mídas moderno, o capital. (FREITAS, 1995,111).

Qual a visão de Freitas sobre o lazer? Profundamente convencido da urgência da superação do reino da necessidade e da conquista do reino da liberdade, o autor vê no lazer a oportunidade, o locus de organização e construção da superação do capitalismo. O autor encerra seu texto dizendo:

Exaurindo meus poucos conhecimentos sobre tão “erudita” área, o lazer, e sobre o lazer para os oprimidos, que estão a rir e não sabem de que, a prática do lúdico (do lazer) deveria ser mais um instrumento no combate a dominação do capital e pela amancipação e hegemonia da classe operária. Para além desta perspectiva, as práticas do lazer seriam práticas alienantes, portanto abomináveis nesta sociedade de canalhas e miseráveis (FREITAS, 1995, p. 110).

Celi Nelza Zulke Taffarel²¹⁹

Em *Lazer e Projeto Histórico*²²⁰ (2005), a autora vai problematizar a prática social, as políticas públicas e a produção do conhecimento referente ao lazer no contexto do modo capitalista de produção, evidenciando a necessidade de *construção de uma nova cultura socialista, que exige rigorosa consideração da teoria do conhecimento e da pedagogia, que subsidia, constrói e consolida a práxis revolucionária do lazer, responsável também pela sociabilização da classe trabalhadora* (TAFFAREL, 2005, p. 91).

Neste processo, vai apontar os *complexos econômicos do capitalismo imperialista* enquanto *projeto histórico hegemônico*, com forte tendência de *destruição das forças produtivas*, propondo-se observar as expressões desta tendência *no lazer dos trabalhadores*. Defende que *o lazer está em franca degeneração e decomposição de seus valores genuínos*,

219 Professora Titular do Departamento III (Educação Física) FACED/UFBA. Bolsista de Produtividade em Pesquisa do CNPq - Nível 1D. Tem experiência na área de Educação, com ênfase em Currículo. Atuando principalmente nos seguintes temas: formação do educador, trabalho pedagógico, trato com o conhecimento, e políticas públicas em educação física. A Autora é Líder do LEPEL - Grupo de Estudo e Pesquisa em Educação Física & Esporte e Lazer. Membro Pesquisador dos Grupos: FORMACCE - Currículo, Complexidade e Formação – UFBA; História e Economia Mundial Contemporâneas – USP; PAIDÉIA - Grupo de Estudos e Pesquisas em Filosofia e Educação – Unicamp. Fonte: Diretório dos Grupos de Pesquisa. Plataforma Lattes. Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico – CNPq. Entre sua vasta publicação, destacamos, pela contribuição no âmbito da formação de profissionais de educação física: TAFFAREL, C. N. Z. ; AUTORES, C. Metodologia do ensino da educação física. São Paulo: Cortez, 1992. 119 p. TAFFAREL, C. N. Z.; UFPE, G. T. U. Visão didática da educação física. Rio de Janeiro: Ao Livro Técnico, 1991. 113 p. Fonte: Plataforma Lattes. Disponível em http://lattes.cnpq.br/grupos/grup_apresent.htm. Acesso em 17 out. 2006.

220 “O materialismo histórico-dialético pode ser utilizado como hipótese metodológica e marco referencial teórico porque suas categorias e leis, ao se apresentarem como reflexos das propriedades e relações reais, do desenvolvimento do conhecimento e da sociedade, permitem uma leitura [...] da realidade em dois importantes aspectos: de um lado, dos nexos internos entre escola e sociedade, entre prática pedagógica e projeto histórico e, de outro, do pensamento teórico-científico atual, de suas peculiaridades e aspirações de futuro. [...]

A referência ao “Projeto Histórico” diz respeito ao tipo de sociedade ou organização social na qual pretendemos transformar a atual sociedade, assim como os meios e as formas de luta que deveremos colocar em prática para conseguir essa transformação. Sabemos, também, que o conhecimento especial, denominado “científico”, surge da atividade prática humana – o trabalho – e se desenvolve baseado nela. [...] o desenvolvimento da ciência subordinase ao Projeto Histórico e às relações econômicas predominantes por ele estabelecidas. É dessas relações que depende o ritmo do desenvolvimento científico e o aproveitamento das conquistas científicas. Portanto, o modo de produção instalado determina o tipo e a qualidade das conexões entre os fenômenos educativos e os processos sociais desenvolvidos na sociedade em geral e, é por isso que as diferentes concepções de sociedade e de educação são geradas por diferentes projetos históricos” (TAFFAREL, ESCOBAR e SANTOS JUNIOR, 2003, p. 61 e p. 63). A partir do critério da prática social, o desenvolvimento deste Projeto Pedagógico inscrito em um Projeto Histórico ocorre em uma região geográfica do Brasil claramente delimitada (a região Nordeste), organizada e dirigida a partir da Universidade Pública em uma ação integrada ensino-pesquisa-extensão expressa na inserção continuada nos movimentos sociais.

subsumido à maneira do capital de produzir mercadorias para usá-las e trocá-las em relações capitalísticas (TAFFAREL, 2005, p. 92).

Procurando a raiz da problemática do lazer, a autora põe a seguinte questão: *qual é a realidade e quais são as contradições e possibilidades da práxis do lazer inserido num complexo econômico capitalista [...] e (n)a economia popular solidária [...]*? A resposta a esta questão depende (1) da *consideração de dados sobre a economia política, sem o que não se compreendem as relações estabelecidas no âmbito da cultura e o processo atual de destruição, decomposição e degeneração das forças produtivas*; (2) da *consideração da destruição das forças produtivas e a conseqüente destruição, degeneração, decomposição do lazer como possibilidade de utilização do tempo do trabalhador*; (3) da *consideração de que uma outra cultura, uma genuína práxis revolucionária do lazer, requer sintonia com outro projeto histórico* (TAFFAREL, 2005, p. 92). A primeira hipótese é sustentada pela concepção de *modo de produção de existência* presente na obra de Marx e Engels, especialmente recortada de *Socialismo utópico e socialismo científico*, segundo a qual, “*a produção, e com ela a troca dos produtos, é a base de toda a ordem social*”²²¹. A segunda hipótese está acompanhada de um entendimento de lazer, enquanto “*uma produção social historicamente acumulada e, contraditoriamente, distribuída*” e da tese de que “*a construção de outra cultura [...] exige análise rigorosa da teoria pedagógica, da teoria do conhecimento e do projeto histórico aos quais as práticas do lazer estão articuladas*”. A terceira hipótese relativa à sintonia entre práxis revolucionária e a construção de outro projeto histórico, apresenta-se dependente da *organização do trabalho pedagógico de*

221 “[...] a produção, e com ela a troca dos produtos, é a base de toda a ordem social; de que em todas as sociedades que desfilam pela história, a distribuição dos produtos, e juntamente com ela a divisão social dos homens em classes ou camadas, é determinada pelo que a sociedade produz e como produz e pelo modo de trocar os seus produtos. De conformidade com isso, as causas profundas de todas as transformações sociais e de todas as revoluções políticas não devem ser procuradas nas cabeças dos homens nem na idéia que eles façam da verdade eterna ou da eterna justiça, mas na transformação operadas no modo de produção e de troca; devem ser procuradas não na filosofia, mas na economia da época de que se trata. Quando nasce nos homens a consciência de que as instituições sociais vigentes são irracionais e injustas, de que a razão se converteu em insensatez e a benção em praga, isso não é mais que um indício de que nos métodos de produção e nas formas de distribuição produziram silenciosamente transformações com as quais já não concorda a ordem social, talhada segundo o padrão de condições econômicas anteriores. E assim já está dito que nas novas relações de produção têm forçosamente que conter-se – mais ou menos desenvolvidos – os meios necessários para por fim os males descobertos. E esses meios não devem ser tirados da cabeça de ninguém, mas a cabeça é que tem de descobri-los nos fatos materiais da produção, tal e qual a realidade os oferece” (ENGELS, Friedrich. Do socialismo utópico ao socialismo científico. São Paulo: Moraes, s/d. citado por TAFFAREL, 2005, p. 93).

construção da cultura, com nexos e implicações numa teoria do conhecimento que supere a pseudoconcreticidade, numa teoria pedagógica referenciada [...] num projeto histórico superador do projeto capitalista”.

É essencial compreender que, em Taffarel, o lazer aparece como “*uma possibilidade de utilização do tempo do trabalhador, uma produção social historicamente acumulada e contraditoriamente distribuída*”, em processo de degeneração tal como as demais *forças produtivas*. Considerando o lazer um direito social e historicamente adquirido – corrompido pela lógica do modo capitalista de produção da existência – Taffarel anuncia, apoiada em Engels, a necessidade de busca, na economia política, das bases que permitem compreender “*as relações estabelecidas no âmbito da cultura*”²²² e o *processo atual de destruição, decomposição e degeneração das forças produtivas*” (TAFFAREL, 2005, 92). Esta busca está apoiada na teoria revolucionária de Marx e Engels apontada da obra *Do socialismo utópico e socialismo científico* (1880):

Quando nasce nos homens a consciência de que as instituições sociais vigentes são irracionais e injustas, de que a razão se converteu em insensatez e a benção em praga, isso não é mais que um indício de que nos métodos de produção e nas formas de distribuição produziram silenciosamente transformações com as quais já não concorda a ordem social, talhada segundo o padrão de condições econômicas anteriores. E assim já está dito que nas novas relações de produção têm forçosamente que conter-se – mais ou menos desenvolvidos – os meios necessários para por fim os males descobertos. E esses meios não devem ser tirados da cabeça de ninguém, mas a cabeça é que tem de descobri-los nos fatos materiais da produção, tal e qual a realidade os oferece (ENGELS, Friedrich. *Do socialismo utópico ao socialismo científico*. São Paulo: Moraes, s/d. citado por TAFFAREL, 2005, p. 93)²²³.

A finalidade de reconhecer na realidade as contradições indicativas das possibilidades superadoras da prática social do lazer tal como ela se apresenta no modo capitalista de produção leva a autora a acentuar a necessidade de: (1) análise das bases econômicas realmente existentes no modo capitalista de produção da existência, (2) análise rigorosa da teoria pedagógica e do projeto histórico aos quais a prática do lazer está articulada; e (3) a organização do trabalho pedagógico com vistas à superação do projeto

222 Como reconhece a cultura como parte das forças produtivas, localiza também o lazer como tal.

223 Esta é uma tese de Marx e Engels já desenvolvida em *A ideologia alemã* (1845-1846).

hegemônico capitalista, orientado por um *projeto histórico superador do projeto capitalista* (TAFFAREL, 2005, p. 93).

Contrapondo *as teorias subjacentes à práxis utilitária e à práxis revolucionária*, a autora detalha as *problemáticas significativas* que estão postas no âmbito do lazer. Em primeiro lugar, identifica a conversão do lazer em *mercadoria*, o que acentua a necessidade de *reconhecer e situar a discussão, partindo da complexidade da economia política*. Destacando as diferenças de classe no usufruto do direito de acesso ao lazer, discute a base econômica apontando seus reflexos na fruição deste direito:

(1) ***economia especulativa***, em virtude da volatilidade dos capitais, impossibilita a garantia de *políticas sociais, vida digna e acesso à cultura*;

(2) ***economia empresarial capitalista***, em virtude de apoiar-se na *reestruturação produtiva, na competitividade, na produtividade, na qualidade total, na lucratividade, na flexibilização e na terceirização*, gera *uma repercussão social destrutiva* expressa no *desemprego estrutural, na destruição do mundo do trabalho e, conseqüentemente, na* (destruição) *das possibilidades de lazer*; nestes dois primeiros casos, o lazer aparece como *o negócio do século*;

(3) ***economia capitalista estatal***, fundada nas estratégias (a) de *cunho lucrativo* e de (b) *cunho não lucrativo* (relativa aos serviços essenciais de competência de Estado), a primeira *imbrica-se com a economia capitalista monopolista [...] desenvolvida por setores altamente lucrativos que se beneficiam com os mecanismos de privatização e parceria público-privado e com a destruição das empresas estatais*; a segunda é ameaçada pelas *reformas do Estado e Administrativa que estão retirando as prerrogativas do Estado e convertendo-as em serviços passíveis de ser desenvolvidos por organizações sociais*, limitando *as possibilidades de lazer, especialmente da classe trabalhadora*, na medida em que ocorre a *terceirização, a flexibilização, a precarização e a privatização*, ocorre a retirada de direitos dos trabalhadores e a conseqüente *decomposição das possibilidades de lazer dos trabalhadores*; aqui o lazer também aparece como *mobilização de negócios, revitalização da economia e geração de empregos*;

(4) *economia popular*, caracterizada pela *sobrevivência/subsistência humana* e pela *vida anticapitalista*²²⁴.

A autora reconhece a necessidade de compreender as alternativas anticapitalistas para a fruição do lazer existente na economia popular, enquanto um “*meio de sobrevivência*”, que está, “*como os demais produtos culturais, construído numa lógica de mercado que orienta tanto a produção quanto a distribuição, a circulação e o consumo de mercadorias materiais ou imateriais*”. Destaca que *esse complexo de organizações econômicas populares, de um lado, interage de modo completamente dependente e subalterno à economia especulativa e, de outro, pode significar iniciativas cujos processos de trabalho trazem em si os germes de uma nova cultura*. Alerta que *o rumo desse processo depende [...] do papel estratégico das organizações dos trabalhadores identificadas com a superação do capitalismo e com a construção de um projeto histórico alternativo, isto é, a sociedade socialista* (TAFFAREL, 2005, p. 94-96). Desta forma,

[...] aos setores engajados com a superação do capitalismo e aos populares em geral, que buscam a sobrevivência, a subsistência ou uma opção de vida anticapitalista, cabe uma tarefa essencial com três dimensões concomitantes, simultâneas e interligadas:

1. a educação ideológica, de classe, popular e das amplas massas, que chegam ao lazer pela via do trabalho alienado, explorado, precarizado, terceirizado, desprovido de direitos e conquistas;
2. a conscientização política na ação concreta, na luta, na defesa de reivindicações, por exemplo, o direito de todos ao lazer, aos espaços e serviços públicos;
3. a organização revolucionária autodeterminada, auto-organizada e autogerida na defesa de conquistas históricas relacionadas à desalienação do trabalho humano e, conseqüentemente, ao usufruto emancipatório do tempo de vida (TAFFAREL, 2005, p. 96).

Acentuando que este é o complexo explicativo para a problemática do lazer, alerta que “*não é qualquer teoria explicativa que permite com radicalidade, de conjunto e na totalidade, o entendimento do lazer, de suas relações, contradições e possibilidades, num dado modo de produção*”. Reforça a urgência no questionamento do projeto histórico, da teoria pedagógica e do conhecimento subjacente aos *estudos do lazer*, trazendo ao centro a

224 Taffarel refere-se a duas formas de economia popular: (1) que procuram soluções e alternativas ao modo de o capital organizar a produção; (2) que procuram integrar-se ao complexo econômico capitalista, destacando aqui a mendicância e os diversos serviços de assistência à pobreza, os ambulantes, empregados domésticos, guardadores, entregadores, seguranças, a prostituição, aviões, trabalho infantil e microempresas e pequenos ofícios de caráter familiar.

questão da determinação da base econômica sobre as teorias que sustentam as proposições no âmbito dos *estudos do lazer* (TAFFAREL, 2005, p. 96).

Apoiada em Antunes e na defesa da centralidade do trabalho, refuta as teses predominantes nos *estudos do lazer* que defendem o fim do emprego e a *ascensão da sociedade do ócio, do lazer, do conhecimento*. Nega as teses que defendem o fim dos movimentos sociais e de confronto, **defendendo o estudo do lazer como cultura que ocorre no plano das necessidades humanas e da economia**, alertando que fora destas referências objetivas os estudos pairam *num idealismo altamente desmobilizador e destruidor* (TAFFAREL, 96-97).

Partindo da tese de Kurz de que *o capitalismo arruinou a utopia do trabalho humanizado, substituindo-o*, Taffarel vai afirmar que o capitalismo *fez surgir a separação moderna entre tempo de trabalho e tempo livre* arruinando *também o tempo livre* (TAFFAREL, 2005, p. 97). Discute a crise cíclica e estrutural do capital com reflexos na destruição ambiental e destruição da força de trabalho (desemprego e perda de direitos em que o maior reflexo é a derrocada do *welfare state*).

Destaca os interesses do G7 no não desenvolvimento das demais economias, expresso nas políticas de *mundialização do capital, na destruição das forças produtivas* na defesa do Estado e da economia globalizados. Destaca que este projeto vem acompanhado de um *plano de política cultural de uso do tempo dos trabalhadores*, ou como dirá mais adiante, de *dominação cultural*. Destaca a perda do caráter público do Estado e a conseqüência deste processo no impedimento do acesso à cultura e ao lazer, ou seja, seus reflexos diretos *nas possibilidades de utilização do tempo livre pelos trabalhadores*, na medida em que se perde a garantia de um salário mínimo, do emprego, da regulação da jornada de trabalho e do direito ao tempo livre, do acesso a espaços públicos e seguros, do direito de acesso à cultura. Destaca a ação dos Conselhos Nacional e Regionais de Educação Física e o processo de privatização do ensino de todas as práticas corporais através de sua restrição àquele profissional, concluindo que tal política tem interferido nas *possibilidades culturais e de trabalho no campo do lazer*, na medida em que, pela reserva

de mercado, elimina nichos tradicionais de oferta destas práticas (TAFFAREL, 2005, 96-100).

Frente a este quadro, a autora destaca que as pesquisas na LEPEL/FACED/UFBA apontam que o lazer não é um fim em si mesmo; que no modo de produção capitalista, é alienado e fator de alienação, da mesma forma que o trabalho superexplorado. Destaca que para enfrentar a questão da alienação, é necessário analisar a produção do conhecimento²²⁵, buscando “compreender os interesses econômicos, sociais, ideológicos e políticos delas determinantes, de modo a agir sobre os acontecimentos” (TAFFAREL, 2005, p. 100).

Afirmando que o conhecimento “adquire força ideológica, política ou produtiva independente da vontade ou da consciência dos seus produtores”, a autora atribui centralidade à compreensão do alcance da produção do conhecimento.

Cabe perguntar, portanto, qual é a força da produção do conhecimento sobre lazer diante do complexo econômico em que vivemos? Como se situa o lazer no complexo social e cultural da economia empresarial capitalista estatal (empresarial-capitalista estatal e empresarial-estatal não regida pelo lucro) ou da popular solidária o não solidária? Onde estamos, afinal, localizando, enfocando, privilegiando a discussão sobre o lazer? Lazer de alto (s) rendimento (s), espetáculo, ou turismo? E qual o papel estratégico das instâncias organizativas de classe e da educação pública nesse complexo econômico, na defesa do tempo desalienado dos trabalhadores?

A crítica à produção do conhecimento referente aos *estudos do lazer*, em vigor, é rigorosa:

Muitas abordagens sobre o lazer desconsideram a base econômica e política em suas análises. Não radicalizam a reflexão e a ação para a construção de uma outra cultura, considerando a trágica experiência histórica e o esgotamento do processo civilizatório capitalístico, alimentando a perspectiva da humanização do capitalismo, via ética, ciência, educação, regulação/normatização/monitoramento, sem especificação das bases objetivas, materiais e imateriais da educação e da ética. Defendem o controle por meio de normatizações e regulações, das nefastas conseqüências, buscando a minimização da avassaladora destruição causada por relações fundadas na lógica do mercado capitalista. O lazer tem por base a economia capitalística e só sobreviverá apoiado nela e, assim como ela, expressa seus avassaladores resultados. Portanto, é nocivo ao meio ambiente e à classe trabalhadora (TAFFAREL, 2005, p. 100-101).

225 A autora faz referência a uma Matriz Paradigmática elaborada por Silvio Sanchez Gamboa, que estaria servindo de referência para a LEPEL na análise da produção do conhecimento.

A possibilidade de superação da produção do conhecimento e da prática social fetichizadas está na apropriação e aplicação de uma teoria do conhecimento que revele as bases complexas nas quais está instalada a problemática do lazer e que permita a descoberta da verdade. Apoiada em Kosik, Taffarel vai explicar os processos pelos quais estamos impedidos de *compreender o fenômeno e atingir sua essência*.

Trata-se de superar o *mundo da pseudoconcreticidade* acessando um *método do pensamento*²²⁶ que permita *entender o real acerca do lazer e assim tomar um percurso de descoberta da verdade: a compreensão da essência historicamente construída do lazer, das possibilidades de utilização do tempo do trabalhador* (TAFFAREL, 2005, p. 101). Listando os *princípios de funcionamento da alternativa socialista*, a autora acentua que *a necessidade de implementação de novas experiências socialistas não resulta de ponderações teóricas abstratas, mas da crise estrutural cada vez mais profunda do sistema de capital mundializado* (TAFFAREL, 2005, p. 103). Quais as implicações deste projeto na atuação no âmbito do lazer?

Isso não significa que devemos ser contra o lazer pelo seu caráter alienador, ideológico. Trata-se de tecer a crítica radical e propor alternativas para a educação do tempo livre fundada na desalienação do trabalho. A questão é construir, fazer avançar um lazer solidário, com base em uma economia popular solidária, que garanta a vida digna de todos. Muitos estudos já permitem identificar indícios dessa construção mais geral de uma cultura solidária, entre eles, os de Gutierrez, Corragio, Razeto e Singer. Trata-se da construção de uma nova cultura. E aqui cabe a defesa de Gramsci sobre uma nova cultura: “criar uma nova cultura não significa apenas fazer individualmente descobertas ‘originais’; significa também

226 “Dessa atitude científica depende a nossa emancipação como classe social. Por conseguinte, temos de questionar com radicalidade os falsos problemas colocados quanto aos conhecimentos científico e popular no campo do lazer. Trata-se muito mais de acessar o método do pensamento para entender o real acerca do lazer. [...]”

Para que o mundo possa ser explicado criticamente, cumpre que a explicação mesma se coloque no terreno da práxis revolucionária. Portanto, a realidade pode ser mudada de forma revolucionária só porque e na medida em que nós a produzimos, uma vez que sabemos que ela é produzida por nós. O mundo real, oculto pela pseudoconcreticidade, é o mundo da práxis humana. É a compreensão da realidade humano-social como unidade de produção e produto, de sujeito e objeto, de gênese e estrutura que permitirá a práxis revolucionária. Um mundo em que as coisas, as relações e os significados são tidos como e ele próprio se revela como seu sujeito real. A destruição da pseudoconcreticidade significa, por conseguinte, que a verdade não é inatingível, nem alcançável de uma vez para sempre, mas se faz e, logo, se desenvolve e se realiza tomando por base: (1) a crítica revolucionária da práxis da humanidade; (2) o pensamento dialético que dissolve o mundo fetichizado da aparência para atingir a realidade e a coisa em si; (3) as realizações da verdade e a criação da realidade humana num processo ontogenético, visto que, para cada indivíduo, o mundo da verdade é, ao mesmo tempo, criação própria, espiritual, como indivíduo sócio-histórico. [...]

Faz-se necessário, portanto, a apropriação de uma teoria crítica que nos permita discernir a práxis utilitária cotidiana da práxis revolucionária, trazendo à tona o mundo da verdade. A degeneração, a destruição e a decomposição do lazer como prática social de interesse dos trabalhadores, na busca da humanização e superação do tempo alienado decorrente do trabalho assalariado, não poderão ser perceptíveis de imediato. Daí a necessidade imperiosa, segundo Kopinin, da defesa do método do conhecimento” (TAFFAREL, 2005, p. 101-102).

sobretudo, difundir criticamente verdades já descobertas, ‘socializá-las’ por assim dizer transformá-las, portanto, em base de ações vitais, em elemento de coordenação e ordem intelectual e moral”²²⁷ (TAFFAREL, 2005, p. 103).

Reconhecendo na economia popular solidária “que rompe com relações capitalísticas”, um sinal de uma nova ordem e a possibilidade de que seja “*uma alternativa histórica de assentar princípios éticos e educacionais, com vista à construção de uma nova cultura, em que inclusive os valores e princípios socialistas e o pacto social e ecológico de preservação do ambiente sejam respeitados*”, reconhece tratar-se, para “os setores engajados na superação do capitalismo”, para “a população em geral” e para “envolvidos com a educação e a produção do conhecimento”, de “reconhecer a tarefa essencial”: “enfrentar o imperativo de fazer as escolhas certas com relação à ordem social adotada, de modo a salvar a própria existência”²²⁸ (TAFFAREL, 2005, p. 104).

No âmbito dos *estudos do lazer*, reconhecemos nesta a proposição mais avançada, reconhecendo também algumas questões a discutir referentes (1) à tese da degeneração e decomposição dos valores genuínos do lazer²²⁹; (2) ao fio da navalha que envolve a reforma/revolução.

227 Antonio Gramsci (Os intelectuais e a organização da cultura. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1978, p. 13-14) citado por Taffarel, 2005, p. 103.

228 “A terceira fase do imperialismo hegemônico global, potencialmente a mais mortal, avança sobre a humanidade. Os fatos comprovam que falta o tempo desalienado ao trabalhador, o tempo livre à classe trabalhadora e que o tempo da humanidade está se esgotando. O próximo período, nos alerta Meszáros, deverá ser o século do “socialismo ou barbárie”. O agravante é que nunca como agora uma nação imperialista reúne as condições para impor a destruição da vida no planeta, onde só sobreviverão as baratas que suportam níveis letais de radiação nuclear. Trata-se, portanto, de **enfrentar o imperativo de fazer as escolhas certas com relação à ordem social adotada, de modo a salvar a própria existência**. Muitos dos problemas que teremos de enfrentar, desde o desemprego estrutural crônico até os graves conflitos econômicos, políticos e militares internacionais e a destruição das forças produtivas, exigirão ações combinadas em futuro muito próximo.

Somente uma alternativa radical, por conseguinte, um projeto histórico alternativo ao modelo capitalista – o socialismo – poderá oferecer uma saída à crise estrutural do capital. Essa tarefa, que cabe a todos – produtores associados, agitadores culturais, intelectuais orgânicos, construtores de cultura – exige ação e interação pedagógica sistemática, concomitante e simultânea para concretizar três dimensões da vida humana, a saber: a) educação ideológica de classe, popular para o tempo desalienado; b) a conscientização política que se dá na ação concreta, na luta, na defesa de reivindicações e conquistas; c) a organização revolucionária autodeterminada” (TAFFAREL, 2005, p. 104).

229 “O lazer não é algo mágico que paira sobre nossas cabeças, nem algo místico, mítico. É concreto, situado, em construção, portanto, historicamente determinado. Os profissionais do lazer ao construir esse campo de atividade humana, não o fazem segundo suas próprias cabeças, mas considerando condições objetivas, determinadas ao longo da história e das relações de produção possível em dados momentos históricos. O lazer é um dos fenômenos socioculturais contemporâneos de alta relevância para a classe trabalhadora e situa-se na divisão social internacional do trabalho. Nesse momento, sofre também um processo de degeneração, decomposição e destruição e os impactos da globalização do capital, ao qual corresponde a mundialização da educação de perfil neoliberal. Isso é visível quando observamos o empresariamento do lazer internacionalmente – sistema de franquias, mercadorização do lazer

A nosso ver, a noção de *degeneração e decomposição* dos *valores genuínos*²³⁰ do lazer, pode permitir (1) o entendimento de que existiu/existe uma forma original, pura, não contaminada, não degenerada de lazer que foi corrompida pelo modo capitalista de produção da existência, levando o leitor a supor que há uma forma passada, já pronta, de fruição do lazer que é necessário retomar, recolocar em cena; (2) o entendimento de que o capitalismo é um desenvolvimento histórico de caráter negativo, o que, do ponto de vista da obra de Marx e Engels, representa uma contradição com a noção de progresso das forças produtivas, na qual o capitalismo aparece como uma fase (positiva/negativa), um avanço/obstáculo histórico produzido pelos homens a ser por eles ultrapassado rumo às condições de superação do reino da necessidade e construção do reino da liberdade. Contrariando estas possibilidades interpretativas, temos acordo com Taffarel de que o lazer é uma construção social e histórica, portanto, *não natural*²³¹ e *dada* desde todos os tempos. Tal como o trabalho, a fruição do lúdico assume formas diversificadas, coerentes e concernentes aos modos de produção (ao grau de desenvolvimento das forças produtivas e ao modo das trocas) em cada momento histórico.

A prática social do lazer tal como se nos apresenta é constitutiva do modo de produção capitalista, que vai universalizar/generalizar o acesso ao (1) tempo livre e às (2) práticas sociais que reconhecemos hoje como lazer, com vistas a atender seus objetivos particulares de apropriação privada dos bens social e historicamente produzidos e multiplicação destes bens segundo seus interesses de acumulação.

nas inúmeras ofertas de mercado, empórios e centros turísticos, espetacularização na mídia e nos fantasiosos eventos e esportivização nas inúmeras competições oferecidas como opção de lazer” (TAFFAREL, 2005, p. 93). A posição de Taffarel traz a questão de fundo que enfrento aqui, em meu esforço de compreensão do lazer e da produção do conhecimento sobre esta problemática: como fruto de processos históricos contraditórios em que medida é possível dizer que o lazer é expressão de necessidades revolucionárias ou expressão de interesses conservadores? Quais as potencialidades de a práxis do lazer permitir a superação do capitalismo e a emancipação humana? A nosso ver o lazer não sofre um processo de degeneração, decomposição e detuição. O lazer é fruto do próprio processo histórico pelo qual o modo capitalista de produção se faz na e da degradação do trabalho humano.

230 [Do latim. Genuinu.] 1. Sem mistura nem alteração; puro: produto genuíno; vinho genuíno. 2. Próprio, natural, autêntico; legítimo: “É [a tourada] o único divertimento nacional, genuíno, característico, que tem acompanhado durante séculos a História” (Conde de Sabugosa, Embrechados, p. 13).

231 No âmbito dos *estudos do lazer*, há uma discussão sobre uma forma ontológica, original daquilo que aparece degenerado no lazer. Esta forma ontológica estaria no “lúdico”, reconhecido como um impulso natural no homem. Não é esta a posição presente no texto de Taffarel.

Evidenciamos que em nenhum momento da história da humanidade o lazer adquiriu o caráter universal de desenvolvimento pleno das potencialidades humanas, o que nega qualquer possibilidade de degeneração na atualidade.

Concordamos com a tese da destruição das forças produtivas²³² (meios de produção²³³ e força de trabalho), que impossibilita qualquer perspectiva de futuro, mas alertamos para a necessidade de não tomar a crítica aos limites históricos do modo capitalista de produção da existência, presentes na obra de Marx e no texto da autora, como a defesa da tese do retorno a relações passadas, primitivas, de produção. A conquista do que Marx e Engels reconheciam como “reino da liberdade” depende, essencialmente, do avanço das forças produtivas que reduz o tempo de trabalho aplicado na produção da existência.

Interessa-nos destacar, no pensamento de Taffarel, a insistência – mesmo constatando os profundos vínculos que a prática social do lazer tem com o modo capitalista de produção – na necessidade de não abandono da perspectiva de uma intervenção pedagógica no âmbito desta prática social. Em seu projeto, trata-se de *tecer a crítica radical e propor alternativas para a educação do tempo livre fundada na desalienação do trabalho*. Ora, reconhecida a necessidade de revolução no modo de produção e reprodução

232 Segundo Harris “Em todas as obras econômicas da maturidade de Marx está presente a idéia de que uma contradição entre as forças produtivas e as relações de produção subjaz a dinâmica do modo de produção capitalista. De maneira mais geral, essa contradição explica a existência de a história como uma sucessão de modos de produção, já que leva ao colapso necessário de um modo de produção e à sua substituição por outro. E o binômio forças produtivas/relações de produção subjaz, em qualquer modo de produção, ao conjunto dos processos da sociedade, e não apenas ao processo econômico. A conexão entre forças produtivas/relações de produção e a estrutura social foi descrita numa das formulações mais sintéticas de Marx, no ‘Prefácio’ à Contribuição à crítica da economia política. Na produção social de sua vida, os homens estabelecem relações definidas indispensáveis e independentes de sua vontade, relações de produção que correspondem a um estágio definido do desenvolvimento de suas forças produtivas materiais. A soma total dessas relações de produção constitui a estrutura econômica, a base real sobre a qual se ergue uma superestrutura jurídica e política [...]. O poder que a contradição entre as relações de produção e as forças produtivas tem de atuar como motor da história é afirmado no mesmo texto: ‘em um certo estágio de seu desenvolvimento, as forças produtivas materiais da sociedade entram em conflito com as relações de produção existentes [...] dentro das quais até então funcionaram’; e ainda: ‘de formas de desenvolvimento das forças produtivas, essas relações convertem-se em obstáculos a elas’, iniciando-se, desse modo, uma revolução social. O conceito de forças produtivas de Marx abrange meios de produção e força de trabalho” (HARRIS, 2001, p. 157-159).

233 Em Marx: “os elementos componentes do processo de trabalho são: 1) a atividade adequada a um fim, isto é o próprio trabalho; 2) a matéria a que se aplica o trabalho, o objeto de trabalho; 3) os meios de trabalho, o instrumental de trabalho”. Estão, entre os objetos de trabalho, a terra e a água, como todas as demais coisas “que o homem apenas separa de sua conexão imediata com seu meio natural constituem objetos de trabalho, fornecidos pela natureza”. Os meios de trabalho aparecem em Marx como coisas “ou complexos de coisas, que o trabalhador insere entre si mesmo e o objeto de trabalho e lhe serve para dirigir sua atividade sobre esse objeto. Ele utiliza as propriedades mecânicas, físicas, químicas das coisas, para fazê-las atuarem como forças sobre outras coisas, de acordo com o fim que tem em mira” (MARX, 1989, p. 202-203).

da vida, reconhecida a necessidade de revolução das bases materiais que geram o trabalho e o lazer alienados, em que pode contribuir uma educação para o tempo livre? De que forma a educação para o tempo livre pode contribuir para a revolução da base material? Quais as contradições que são engendradas na geração histórica do tempo livre, em sua fruição, que são indicativas da necessidade de uma outra realidade e como podemos potencializar estas contradições? A nosso ver, estas são as questões centrais que a apropriação do marxismo pelos *estudos do lazer* deve responder. Se Taffarel avança do ponto de vista do estabelecimento dos nexos entre lazer, educação, ação pedagógica, projeto histórico, modo de produção da existência, permanece, no entanto, aberta a questão de as possibilidades de atuação no campo do lazer contribuírem para a emancipação humana. Mas as respostas a esta questão não pairam no ar, não podem ser construídas como “castelos no ar”, pelo contrário, devem emanar da prática social, das lutas que os homens travam para produzir sua existência.

A questão central nesta pesquisa é observar como os *estudos do lazer* se apropriam a obra de Marx e Engels. Neste sentido, trata-se de reconhecer nos autores delimitados o grau de aprofundamento desta apropriação e as respostas que esta apropriação oferece para o entendimento da problemática do lazer. Nesta direção, reconhecemos em Taffarel uma efetiva apropriação ampliada da obra de Marx e Engels colocada a serviço da crítica aos limites do *modo de produção*, das *práticas*, das *teorias sociais*, das *teorias pedagógicas expressas* na produção do conhecimento vigente, e de sua superação com vistas a uma *ação* direcionada, também no âmbito dos *estudos do lazer*, à *revolução socialista/comunista*. Aqui, reconhecemos o anúncio central do texto de Taffarel: trata-se de agir como intelectuais orientados pela *responsabilidade social* de buscar na realidade objetiva, na literatura, nas artes, os sinais indicativos de uma outra sociedade em construção, participando de forma consciente e organizada neste processo.

A luta pela construção do socialismo não pode se fixar em condições ideais futuras. O embate que se trava é no presente, na jaula em que os tigres cuidam de suas crias. É aí em que devemos meter a mão, na jaula do capitalismo, em seu cerne, **na propriedade privada dos bens**, em seu processo e em seus produtos materiais e imateriais. Para alargar a repartição dos bens, temos de nos apoiar nas reivindicações e ir para o embate. Isso exige cada vez mais sujeitos coletivos com densidade analítica e organizativo-política para o enfrentamento. A pergunta é: estamos fazendo isso no campo do lazer? Estamos construindo

aqui e agora a nossa capacidade analítica coletiva consistente? Estamos edificando a nossa capacidade organizativo-política para dar densidade a tal embate?

Na atual conjuntura, em que é preciso manter-se vivo para continuar lutando por justiça social, dentro do que consta o acesso às práticas de lazer não haveríamos de eleger a economia popular solidária como eixo de educação popular, de um projeto no qual a economia política dos trabalhadores seria o central na construção da sociedade e o lazer refletiria em si o significado da solidariedade internacional dos trabalhadores? A semente para uma nova cultura vem do trabalho humano e a economia popular solidária é uma escola a ser vivida não só para responder ao desemprego, mas para nos fazer descobrir uma nova maneira de fazer e conceber relações econômicas, sociais e culturais para além do âmbito do trabalho, o da sociedade em geral, incluindo o lazer.

São necessárias, portanto, análises no campo das relações sociais fundadas na economia popular solidária às práticas do lazer. O que se anuncia, o que se inventa, o que se reinventa na área do lazer, em relações econômicas populares solidárias?

Cabe-nos radicalizar a crítica sobre a teoria do conhecimento e a teoria pedagógica presentes nos diferentes âmbitos do lazer – prática, produção do conhecimento, formação profissional e política pública rural. Enfim, agir com clareza do projeto histórico que queremos construir em educação, política e organização revolucionária. A indicação desse agir de caráter revolucionário está presente na luta dos movimentos sociais e pode ser encontrada na literatura e nas artes.

Imobilismo e voluntarismo aparecem como dois importantes obstáculos para a consecução deste projeto e a atenção deve estar redobrada para que não caíamos nestes dois extremos ao buscar a reflexão radical e rigorosa. É fato que não podemos esperar condições ideais futuras, como é óbvio também que o alcance do socialismo não se dará como desenvolvimento natural das forças produtivas – a teoria de Marx e Engels aponta tratar-se de um movimento simultâneo de esgotamento das condições objetivas, de geração de interesses e expectativas revolucionários em relação a estas condições e da prontidão revolucionária para a ação que constrói a derrocada das formas passadas de produção da existência. As Revoluções Francesa e Russa demonstram a grande possibilidade de necessidade do combate físico, e, especialmente, a Revolução Francesa demonstra que a história dá passos longos... lentos... As condições para a superação do conjunto de relações de exploração presentes no modo capitalista de produção estão teoricamente apontadas e historicamente comprovadas; cabe a nós construir as condições para garantir sua implementação. No entanto, não podemos ter a ilusão de que o capital admitirá a entrada em sua jaula oferecendo-nos sua língua caridosa... A história demonstra que freqüentemente ele nos mostra dentes e unhas (que foram incrivelmente multiplicadas em sua experiência de enfrentamento aos socialistas). Não podemos ter a ilusão de que o projeto que defendemos será conseguido no embate justo, com regras claras, com plenárias

lúcidas. Este é um embate no qual o adversário joga conforme suas próprias regras extremamente flexíveis e adequadas a seus interesses, a experiência das Ditaduras na América Latina confirma esta análise.

Atuando no âmbito da ação pedagógica direcionada à construção de uma outra hegemonia, Taffarel constrói sua argumentação no olho do furacão do debate reforma/revolução. Reconhece a necessidade da revolução das bases objetivas em que se dá a produção e a reprodução da existência, mas, ao mesmo tempo, aposta na possibilidade de ação progressiva, por dentro, destas condições de produção.

As condições objetivas atuais – expressas também no lazer – trazem o germe de um outro modo de produção. O desafio é mapear as condições para a superação das injunções impostas pelas demandas da necessidade (expressas no trabalho necessário para a produção das condições fundamentais para a existência), bem como as sinalizações de possibilidades de acesso às demandas da liberdade (postas na garantia de acesso às condições de existência a todos os homens). No capitalismo, atingimos todas as condições para o atendimento dos bens necessários à sobrevivência de todos os homens. Trata-se de garantir que todos os homens tenham acesso a todos estes bens, em última instância, de superar a ordem jurídica e política que põe todos estes bens na posse privada de pequena parcela dos homens. Tomando de cada um conforme as suas capacidades e dando a cada um conforme as suas necessidades, garantiremos as condições para o exercício da atividade livre, que, enfim, eliminará definitivamente a necessidade do lazer, entrando em questão o aprimoramento das potencialidades para a expressão de si, postas, em nível mais elevado, nas artes. Na atualidade, o lazer é apenas um fragmento deste projeto histórico... Uma fagulha constantemente inibida.

4.2.3.2 Autores que têm o lazer como objeto central de estudos

Os autores que passamos a analisar agora dedicam-se ao lazer como objeto de estudos, com efetiva apropriação da obra de Marx e Engels para a compreensão da

problemática do lazer. Cada um dos autores que passamos a analisar colabora para a compreensão da contribuição da obra de Marx e Engels para os *estudos do lazer*, ainda que demonstrando quanta falta faz a leitura mais detida de suas obras em suas elaborações.

Maria Isabel Leme Faleiros²³⁴

Em *Repensando o lazer*, Faleiros coloca em cheque a estrutura explicativa proposta por Dumazedier para a problemática do lazer em seu clássico *Sociologia Empírica do Lazer*, que circulava no Brasil desde 1974. Destacando que grande parte dos “estudos sobre o lazer” que, naquele momento, realizavam uma definição do objeto, faziam-no recorrendo à definição elaborada por Dumazedier, Faleiros vai acentuar que sua obra “associa as atividades de lazer à satisfação de determinadas necessidades humanas” (descanso, divertimento, recreação, entretenimento e desenvolvimento da personalidade).

Mas Dumazedier “não consegue apanhar a dinâmica social que permite essas manifestações”, na medida em que “seus trabalhos mostram [...] apenas a existência de conjuntos de atividades diferenciadas, as relações existentes entre essas e outras que não são classificadas como lazer e as perspectivas quanto às tendências de manifestação dessas atividades”. Tal ocorre porque a explicação que Dumazedier constrói para as “necessidades da sociedade, de suas classes e grupos” que levam à configuração do lazer como problemática social, “se faz através da estrutura lógica do funcionalismo”.

Destacando Mallinovski como “um dos elementos mais representativos dessa corrente”, Faleiros analisa, recorrendo a trechos da obra do autor, as premissas de sua teoria das necessidades destacando que este autor/corrente “não introduz o caráter histórico das necessidades e privilegia o nível institucional, a mudança ficando atrelada apenas a este

234 Atuou como Professora Assistente do Departamento de Sociologia e Antropologia da Faculdade de Educação, Filosofia, Ciências Sociais e Documentação. Campus de Marília – UNESP. Não temos informação sobre o período desta atuação. Segundo informações obtidas junto ao Departamento referido, atualmente a professora encontra-se aposentada.

nível”, concluindo que a análise de Dumazedier, “utilizando o mesmo raciocínio, fica limitada “às funções que as atividades de lazer preenchem ou podem vir a preencher” (FALEIROS, 1980, p. 51-53).

Ao mesmo tempo, a autora analisa a explicação de Baudrillard para a problemática do lazer e a estrutura “que Baudrillard utiliza para explicar um dos aspectos do modo de produção capitalista, o consumo dos objetos”, introduzindo “a idéia de diferenciação”. Explica que Baudrillard “refuta a mística da igualdade vinculada à ideologia da ‘sociedade do Bem Estar’ e propõe uma fórmula teórica que recorre a estruturas formais para explicar a equação necessidade/satisfação na ‘sociedade de consumo’”. Para Baudrillard a explicação para o consumo está na necessidade da diferença. Faleiros analisa a estrutura explicativa de Baudrillard concluindo que “na medida em que esta análise parte da categoria consumo, que já é resultado, ela não retém condições para uma explicação suficiente dos grupos sociais e, muito menos, para a análise das classes sociais”. A autora destaca que, em Baudrillard, “a contradição peculiar ao sistema capitalista foi resolvida pela diferenciação”. Assim, também Baudrillard, apoiado em estruturas explicativas típicas da lógica formal, “fica limitado ao nível formal e aparente da relação produção-consumo” sendo também limitado para compreender a problemática do lazer (FALEIROS, 1980, p. 53-55).

É em Marx que Faleiros reconhece a possibilidade de construção de teoria explicativa que contemple a dinâmica social em que esta problemática está inscrita. Para realizar este movimento, trabalha a noção de produção da existência presente nas obras centrais do autor: *A ideologia alemã*; *Contribuição à crítica da economia política*²³⁵; *Miséria da Filosofia*; *Manuscritos econômicos e filosóficos*; e *O capital*.

Apoiada em Marx, Faleiros elege um princípio teórico para compreender os diversos “setores do modo de vida” do homem:

Se buscamos entender determinadas manifestações sociais que ocorrem no modo de vida de um determinado grupo, temos que recorrer à análise dos mecanismos responsáveis pelo processo social mais amplo vivenciado por esse grupo. Partimos do pressuposto de que são

235 Este texto é parte dos estudos de Marx publicizados como Grundrisse (1957-1958).

as suas condições de existência que moldam²³⁶ todos os setores do seu modo de vida (FALEIROS, 1980, p. 56).

Em primeiro lugar, destaca que Marx, “buscando explicar o funcionamento do modo de produção capitalista, também parte (tal como Mallinovski), de forma particular” do “princípio da satisfação das necessidades”. Comprova esta tese o pressuposto de que Marx parte de que para viver os homens necessitam comer, beber, habitar, vestir-se, portanto, que “a primeira realidade histórica é a produção dos meios que permitam satisfazer tais necessidades”. Mas a produção assume uma característica interpretativa na exposição de Faleiros:

As limitações apontadas nas propostas de Malinowski e Baudrillard nos levam a continuar a incursão no pensamento de Marx para resolver algumas questões que ainda permanecem. A primeira delas diz respeito à categoria que ele introduz na equação necessidades/satisfação: através do seu caráter de utilidade, o trabalho humano é sempre **o veículo de intercâmbio entre o homem e a natureza na busca da sua sobrevivência**. “[...] na produção, os membros da sociedade se apropriam dos produtos da natureza para as necessidades humanas; [...] a produção facilita os objetos que respondem às necessidades, desde aquelas ligadas à reprodução biológica do grupo, como também as necessidades intelectuais, estéticas, etc. (FALEIROS, 1980, p. 56).

Aqui, destaco o que reconheço como problema na concepção de trabalho e produção que orienta a exposição da autora. Em primeiro lugar, Marx não introduz uma categoria “na equação necessidade/satisfação”; Marx constata, na realidade objetiva, que a satisfação das necessidades humanas depende da atividade dos homens produzindo e reproduzindo sua existência: o trabalho. Aqui, trata-se de superar a idéia de providência como algo externo ao homem, pela materialidade da providência como ação do próprio homem a fim de sobreviver. Assim, o trabalho não é um veículo, mas a forma genérica, a atividade mesma de apropriação do mundo e de imposição de sua marca. A produção não facilita os objetos. A produção é a ação na qual o homem realiza a satisfação de suas necessidades. Não há a satisfação de necessidades sem o trabalho; não há satisfação fácil de necessidades humanas. Sem realizar esta atividade o homem morre de fome²³⁷.

Destacando que Marx não hierarquiza as necessidades e que as vincula historicamente, a autora assinala uma geração contínua de novas necessidades à medida de

236 Faleiros evita a expressão “determinam”? Não fica pior usar a expressão “moldam”?

sua satisfação, que permite localizar necessidades de ordem natural e necessidades de ordem social e histórica, necessidades biológicas objetivas e necessidades subjetivas (intelectuais e estéticas). Ao recuperar o processo histórico que origina, Faleiros traz para o centro da explicação da equação necessidade/satisfação a existência objetiva dos homens, mas, ao mesmo tempo, parece desmaterializar as necessidades que chama subjetivas. Entende que a “necessidade”, em Marx, “é a mediadora do processo de produção da substância de todo o grupo social”. A nosso ver, em Marx, a necessidade não aparece como mediadora, mas como impulsionadora de toda a atividade humana, uma vez que, não atendendo às necessidades nele entranhadas, o homem arrisca-se à extinção. O homem avança, historicamente, porque necessita sobreviver individual e coletivamente. Esta é uma necessidade material individual e coletiva e não uma necessidade subjetiva abstrata. A “necessidade” que fundamenta o pensamento de Marx é, em si, material, porque é a própria entranha humana, única e perene forma de sua existência. A sobrevivência da coletividade, ainda que inconsciente, é pré-requisito da atividade dos indivíduos na produção de sua existência imediata e histórica.

Como a noção de trabalho de Marx é apropriada por Faleiros? Neste processo, Faleiros atribui centralidade às noções de trabalho e produção, mas estas, em seu pensamento, aparecem separadas. Faleiros entende o trabalho humano como um veículo. A separação que opera entre trabalho e produção indica uma compreensão fragmentada, e, de certa forma idealista, da noção que Marx e Engels elaboram em “*A Ideologia Alemã*”.

A autora diz: “através do seu caráter de utilidade, o trabalho humano é sempre o **veículo** de intercâmbio entre o homem e a natureza na busca da sua sobrevivência”. As noções de trabalho e produção em Faleiros aparecem dissociadas, porque o trabalho não aparece nesta autora como atividade (tal como em Marx), mas como artefato (como ferramenta) que medeia a relação entre homem (uma entidade?) e o mundo natural e real. Por que em Faleiros trabalho e produção aparecem como ações diferenciadas? Parece-me revelar-se aqui uma noção de homem não materialista: há um homem dentro do homem que

237 Aqui, importa destacar que ainda que vários homens satisfaçam suas necessidades com o fruto do trabalho de outros, mantém-se o princípio.

se relaciona com o mundo real recorrendo a uma ferramenta: o homem real torna-se apagado a fim de que o homem idéia possa comunicar-se com o mundo real. Se Faleiros capta o modo de produção da existência como categoria central na obra de Marx, se apresenta uma teoria completa sobre a satisfação das necessidades como eixo do aparecimento do lazer como prática social, interpreta o trabalho como um veículo, e a necessidade como mediação, revelando, assim, a noção de homem que a orienta. A nosso ver, este é o limite da exposição de Faleiros; mas um limite teórico (quase imperceptível) estrutural de tal monta traz quais conseqüências para o esforço da autora de construir uma explicação teórica para o lazer baseada na concepção materialista da história? Quais as implicações que a apropriação que Faleiros faz da obra de Marx traz para os *estudos do lazer*?

Considerando as necessidades, “na busca do entendimento do lazer”, como sendo “determinadas forças que levam os homens a buscarem a sua satisfação no mundo exterior, tanto físico quanto social”, a autora afirma que “sua evolução e multiplicação não se dão ao nível das necessidades, propriamente, mas nas formas de satisfazê-las”. Na medida em que se desenvolvem as forças produtivas, processo no qual o homem é cada vez mais liberado de um “estado de natureza”, os meios de resposta às necessidades vão sendo refinados e diversificados. Buscando “um caminho que não seja nem organizado apenas pelo mundo da aparência, nem por um código lógico de diferenciação social”, respectivamente detectados em Dumazedier e em Baudrillard, a autora recorre a Marx. Conclui: (1) o tempo liberado retém o consumo e a produção; (2) o valor da mercadoria força de trabalho é determinado pelo tempo de trabalho necessário à sua própria produção, o que permite dizer que o tempo chamado livre é tempo incluso no custo da força de trabalho, portanto, pago pelo próprio trabalhador no processo de produção; (3) os princípios que norteiam a produção capitalista se estendem a todas as esferas de produção – para produzir mercadorias uso máximo da força de trabalho, para manter a produção de mercadorias, um tempo para o repouso e o consumo; (4) o tempo livre não é livre; todo o tempo liberado da jornada de trabalho é mercadoria.

Consumindo o resultado da produção, o indivíduo recupera a energia consumida no trabalho, produzindo novas energias e a necessidade, uma nova produção. Pelas articulações

todas que, nesse nível, desenvolvem-se entre os homens, criam-se necessidades de novos produtos, diferentes serviços etc. Somente nesse contexto podemos construir uma explicação suficiente para a problemática atual do lazer, enquanto determinadas atividades que se desenvolvem num tempo que, além de ser em si mesmo uma mercadoria, é veículo para circulação de outras mercadorias. E com esta natureza, o tempo tem duplo aspecto: valor de uso, na medida em que tem determinadas utilidades voltadas para a satisfação das necessidades, sendo que a mais geral é a própria recomposição da força de trabalho, e valor de troca, “porque nesse está corporificado, materializado, trabalho humano abstrato” (Marx, 1968, p. 45).

Com base nestes “parâmetros”, Faleiros vai dizer que (1) todas as sociedades humanas produziram formas de lazer; (2) a aparência de novidade dá-se porque “o capitalismo” expande-se “a todos os campos da atividade humana fora da esfera da produção”; (3) as necessidades humanas perdem o caráter natural para adquirir o caráter histórico e social – mas só no capitalismo as necessidades passam a ser satisfeitas através de mercadorias; (4) no capitalismo, as atividades caracterizadas como lazer passaram a reproduzir esse processo mais amplo; (5) o lazer deve ser reconhecido em sua relação com o trabalho, como atividades que ocorrem no tempo de não trabalho, voltadas para a satisfação da necessidade de reconstituição e reprodução da força de trabalho.

A nosso ver, o limite no pensamento de Faleiros está na redução do lazer à reposição da força de trabalho, apagando-se as contradições que também no lazer se configuram. A exposição de Faleiros apaga a perspectiva da luta de classes e a revolução, na medida em que apresenta o trabalhador como exclusivamente dominado pela lógica do capital. Em seu raciocínio, são apagadas as contradições dialéticas que a prática social do lazer, na totalidade da lógica da existência no modo de produção capitalista, também engendra.

Na década de 80, na chamada lenta e gradual transição da ditadura para a democracia, na contramão da negação da centralidade do trabalho entre os *estudos do lazer*, às vésperas do fim da experiência socialista na URSS, Faleiros recupera a obra de Marx, com a finalidade de construção de uma teoria explicativa para esta problemática, fornecendo um referencial atualíssimo no que toca ao entendimento do lazer como categoria interna ao modo capitalista de produção da existência, uma prática social destinada à satisfação das necessidades e à circulação de mercadorias.

No entanto, no processo de busca de uma teoria explicativa para o lazer enquanto prática social, Faleiros apaga a perspectiva da revolução posta no próprio processo de configuração da luta de classes como motor da história. Sua busca pela compreensão do lazer no contexto da teoria de Marx aparece desprovida do eixo central na obra do autor. O modo de produção e reprodução da existência de tipo capitalista engendra relações contraditórias e dialéticas. Também o lazer expressa estas contradições, tornando-se um desafio para os estudiosos do lazer expor as possibilidades objetivas engendradas no lazer que apontam possibilidades no processo de construção da superação destas mesmas condições objetivas alienadas e alienantes que ali se configuram.

Newton Cunha²³⁸

Escrito em 1987, *A felicidade imaginada*, partindo da questão “qual a finalidade última das ações humanas?”, discute a possibilidade de o lazer e/ou trabalho configurar-se como espaço efetivo de realização humana. Apontando o trabalho como a forma predominante das ações humanas, que retém a possibilidade de sua humanização e o seu martírio, o autor trata da contradição clássica “necessidade e liberdade”. Observando as “vinculações e desvinculações entre os tempos e as características do trabalho e do lazer” como “*leitmotiv*” de sua jornada em busca da compreensão da “finalidade humana”, o autor incursiona pelo pensamento de diversos clássicos da filosofia, da psicologia e da sociologia do trabalho e do lazer, entre estes, Marx.

Nesta trajetória, busca explicações racionais e míticas para a finalidade das ações humanas e as principais barreiras para a sua concretização. Este trajeto está dividido em seis partes: *A realidade do trabalho e do lazer*; *A evolução do tempo de lazer*; *A evolução*

238 Formou-se em jornalismo na ECA-USP e fez pós-graduação em filosofia na PUC-SP. Posteriormente fez o curso de Sociologia do Lazer na Universidade de Paris IV, Sorbonne, França. Participou do governo Montoro na Secretaria da Promoção Social e no setor de Assessoria de Programas. Atualmente trabalha no SESC. Fonte: (CUNHA, 1989, p. 86).

do tempo de lazer; O mito e a razão; A utopia de uma unidade ou a negação do trabalho e do lazer; O último obstáculo.

Em *A realidade do trabalho e do lazer*, o autor vai realizar um primeiro movimento de estruturação de categorias para a compreensão do trabalho e do lazer. Destaca que as ações humanas escoam-se no tempo, e que o trabalho de todos os indivíduos em todos os setores da atividade humana configura um conjunto de produção e serviços nomeados como produto social. O tempo necessário à produção deste produto social é chamado de *tempo de trabalho*. O autor vai destacar que a duração do tempo de trabalho “deriva” (1) das forças produtivas”, (2) das relações sociais de produção, e do (3) “grau de organização e de autonomia ou poder daqueles que produzem ou mantêm a vida diária, ou seja, os trabalhadores”.

As forças produtivas e as relações sociais de produção não implicam o automático e contínuo declínio do tempo de trabalho. Elas são condições básicas, indispensáveis, mas não as determinantes. A luta política efetivada no interior das relações sociais é que constitui o estopim do recuo do tempo produtivo e da transformação desse tempo em outra coisa qualitativamente diferente, não “produtiva” (CUNHA, 1987, p. 12).

O autor identifica a existência de um *tempo residual ou complementar* que assume esta conformação em virtude da centralidade do *tempo de trabalho*. Neste tempo residual, “os indivíduos não exercem esforços economicamente produtivos”, mas ele “adquire, também para a sociedade, um valor uma função produtiva” na medida em que

[...] o tempo não-produtivo ainda conserva um valor socialmente produtivo, pois resgata as condições mínimas de retorno da força viva de trabalho e libera os indivíduos para o consumo. Ora, sendo o consumo um dos movimentos inevitáveis do circuito econômico (produzir, distribuir, trocar, consumir), então o tempo não-produtivo converte-se em tempo indispensável à produção. É a sua finalidade e ponto de partida (CUNHA, 1987, p. 13).

Prossegue em sua argumentação afirmando que a duração do tempo não produtivo, ou residual, ou complementar varia “em razão da natureza do tempo produtivo”, sendo subtraído “em função e como decorrência do tempo produtivo, porque este tem mais valor econômico e social” uma vez que “cria ou reproduz as condições materiais de existência”. O autor destaca que o tempo residual pode chegar a ultrapassar o tempo produtivo, mas gira em torno deste tempo. Esta discussão é realizada com a finalidade de destacar “que a vida social se desenrola através de tempos distintos” em virtude “das relações que os indivíduos mantêm entre si e os objetos”, destacando que “nesses tempos, o sujeito objetiva-se de

forma diferente”, de modo que “o tempo de trabalho não oferece a possibilidade da afirmação individual” porque “o tempo socialmente necessário à produção, é imposto e coercitivo” não havendo diferenças, neste aspecto, entre as sociedades socialistas e as capitalistas. Estes tempos são complementares (CUNHA, 1987, p. 15-17).

Afirma que, a depender “das conquistas políticas e do grau de organização e contrapoder das classes produtivas e trabalhadoras”, existirá “um terceiro tempo, no qual as imposições do trabalho e as necessidades sociais e físicas do tempo residual passarão a exercer efeitos atenuados”. Refere-se ao tempo de lazer, afirmando que este permite maior “flexibilidade de escolha”, “sensação de liberdade”, os objetos “parecem se desvestir do caráter instrumental e alheio que os tempos primordiais nos impõem”, ocorrem “novos relacionamentos” entre “sujeito e objeto” devolvendo a “ambos, uma naturalidade quase esquecida”. Mas o autor destaca “não se trata de uma escolha ou construção livre”, na medida em que “o conteúdo do tempo de lazer permanece sujeito a uma série de circunstâncias sociais, culturais, econômicos, ideológicas e físicas” (CUNHA, 1987, p. 18-19).

Cunha busca uma compreensão subjetiva e abstrata dos impactos da lógica do modo de produção da existência de tipo capitalista, mapeando as barreiras para o acesso ao lazer. Neste processo, encontra “*a organização repressiva do aparelho psíquico*”, destacando o princípio da produtividade/desempenho, aponta que também no modo de produção de tipo socialista, o homem enfrenta estas barreiras. Para a discussão destes aspectos subjetivos, recorre a Marcuse, concordando com a análise do autor no que toca à tese de que, “*sob o domínio do princípio de desempenho, o corpo e a mente passam a ser instrumentos de trabalho alienado*” e isto só é possível, “*o corpo e a mente*” só funcionam como “*instrumentos de trabalho alienado*” porque “*renunciam à liberdade do sujeito-objeto libidinal que o organismo humano primariamente é e deseja*”. Aqui, “*a distribuição do tempo desempenha uma papel fundamental nessa transformação*”, o homem existe uma parcela do tempo “*como instrumento de trabalho alienado*” e outra parcela do tempo “*está livre para si próprio*”, quando estaria “*potencialmente disponível para o prazer*”. No entanto, e este é o obstáculo que Cunha deseja destacar, “*o princípio do prazer que*

governa o id é intemporal” e *“milita contra o desmembramento temporal do prazer”*. Assim, *“uma sociedade governada pelo princípio de desempenho deve necessariamente impor tal distribuição, visto que o indivíduo deve ser treinado para a alienação em suas próprias raízes: o ego de prazer”* (MARCUSE citado por CUNHA, 1987, p. 20-21). Conclui que, por estas razões, *“o tempo livre (o lazer) ainda permanece como momento negativo”*, sendo *“no plano das idéias, uma categoria que não se afirma como substrato, como essência”* (CUNHA, 1987, 23-24); na medida em que *“o lazer permanece como categoria da economia política, sendo gerado em decorrência das mesmas relações sociais”*, as formas *“individuais e coletivas não surgem nem são vividas, a não ser como emanções da própria economia política”* (CUNHA, 1987, p. 20). Esta é uma conclusão importante, presente também no texto de Faleiros (1980) e de Oliveira (1986a).

Em *A evolução do tempo de lazer*, Cunha vai discorrer sobre a história do tempo de lazer considerando os critérios que estipula no capítulo anterior: (1) o desenvolvimento histórico das forças produtivas e das relações de produção; (2) as lutas políticas travadas para a ampliação do tempo residual e do tempo de lazer. Seu primeiro movimento é recordar as noções de produto social como resultado do capital constante, do capital variável e da mais valia. Explica como se produz a mais valia absoluta (elevada quantidade de trabalho vivo e baixa remuneração) e a mais valia relativa (produtividade expandida pela evolução tecnológica). Destaca o período histórico em que a expansão da mais valia relativa predominou (1750-1950), colocando como principal fator *“a organização primária e incipiente das reivindicações operárias e as transformações do processo de trabalho”*. Aqui, a referência a Marx é constante. São citados trechos de *“Salário, preço e lucro”* e *“O capital”*, na descrição do processo histórico de expansão da jornada de trabalho na passagem do trabalho corporativo para o manufactureiro e para a indústria, expondo os debates travados em torno da posse do tempo de trabalho e das estratégias para sua ampliação. O autor vai destacar, neste processo, que

[...] a tecnologia da manufatura *artificializou* os ambientes físicos de trabalho, obtendo com isso uma regularidade de tempo produtivo antes intermitente e variável segundo as circunstâncias do clima natural.

A necessidade de modificar as relações de produção e o processo de trabalho, submetendo ambos ao controle direto do capital, juntamente com a apropriação da mais-valia absoluta,

traduziu-se na transferência, para o interior da indústria, do controle das horas de trabalho e, em consequência, na redução do tempo residual antes existente.

E, no entanto, se de um lado as mutações nas relações sociais e no processo de trabalho provocavam o aumento do tempo médio de trabalho, diminuindo o tempo residual, de outro o volume de produção e os ganhos de produtividade cresciam enormemente. [...]

É incontestável que a expansão do produto social e da produtividade na época das manufaturas e até à fase da concentração de capital e de tecnologia, em fins do século XIX, decorreu substancialmente da ampliação do tempo produtivo. Sua redução posterior, lentamente conquistada, não poderia advir de forma “automática”, espontânea, à maneira de um *deus ex máquina*. Foi uma consequência simultânea de dois fatores, ambos vinculados a novas relações sociais de produção: de um lado à intensificação do trabalho, permitida pela maquinaria; de outro o processo de politização das relações de trabalho (CUNHA, 1987, p. 32-33).

O autor recorre a uma longa citação de *O capital*, capítulo XIII, na qual Marx explica de que forma o capital consegue intensificar o trabalho e ampliar a mais valia a partir do desenvolvimento dos meios de produção e da redução da jornada de trabalho acompanhada de sua intensificação (CUNHA, 1987, p. 33-34). Apoiado em Erick Hobsbawm, explicará “*os conflitos políticos e econômicos entre o capital e o trabalho*” que começara “*a ganhar a conotação de uma verdadeira luta entre as novas classes sociais a partir de 1830*” (CUNHA, 1987, p. 35). Esta data,

[...] determina uma inovação ainda mais radical na política: o aparecimento da classe operária como uma força política autoconsciente e independente na Grã-Bretanha e na França, e dos movimentos nacionalistas em grande número dos países da Europa [...] na Grã-Bretanha e na Europa Ocidental, este ano determina o início daquelas décadas de crise no desenvolvimento da nova sociedade, que se concluem com a derrota das revoluções de 1848 e com o gigantesco salto econômico depois de 1851 (HOBSBAWM, citado por CUNHA, 1987, p. 35).

A necessidade de reduzir a espoliação do tempo de trabalho inscreve-se nos movimentos mais amplos de transformação política e econômica da sociedade capitalista (e mesmo de extinção do Estado) por melhores salários, pelo sufrágio universal e educação popular. Só a experiência dolorosa e decorrente das agitações, das greves, das prisões, dos exílios e chacinas poderia suavizar a voracidade extrema do capital e da mais-valia absoluta sobre o trabalho. Apenas o temor pela interrupção total do lucro, pela perda completa de seus privilégios de classe poderia frear os capitalistas e estimulá-los a fazer concessões (CUNHA, 1987, p. 35-36).

Cunha vai destacar as diversas organizações de trabalhadores e concepções ideológicas que as nortearam para exemplificar os “*movimentos mais amplos de transformação política e econômica da sociedade capitalista*” a que se refere. Recupera as primeiras leis “*que circunscreveram a jornada de trabalho em dez horas diárias*”, destacando que é só a partir de 1919 (França) e 1937 (Inglaterra), que “*o tempo de trabalho*

adulto e masculino retorna à mesma duração existente no século XVII e primeira metade do século XVIII". Tal ocorre

Quando a luta sindical e partidária se intensifica em fins do século XIX e dentro dos países cênicos; quando a acumulação do capital industrial líquido já atingira níveis mais elevados do que os anteriores e a divisão internacional do trabalho adquirira impulso, via imperialismo, o sobretrabalho absoluto pôde então ser gradativamente absorvido pelo equipamento mecânico a vapor e eletromecânico e transferido ao trabalho "livre" nas zonas de produção dominadas. Com isso, inicia-se o processo de retraimento do tempo socialmente necessário à produção nos países de capitalismo avançado" (CUNHA, 1987, p. 37-38).

Neste processo vai defender que o aparecimento do tempo livre é anterior à industrialização.

Se durante a era manufatureira a carga horária de trabalho subira progressivamente para 72 a 80 horas semanais, conforme o país e o ramo de produção, ela passa a declinar em meados do século XIX, *pari passu* com a formação de grandes empresas. O incremento do tempo residual coincide com o avanço de metas sociais mais abrangentes e com a substituição das pequenas e médias propriedades manufatureiras, de trabalho extensivo, pelas indústrias de centralização de capital e de tecnologia.

Os estudiosos do assim chamado "tempo livre" têm dito e repetido, *ad nauseam*, que este surgiu e se desenvolveu com a Revolução Industrial. Mas o fato evidente é que o tempo residual dá o seu primeiro grande salto em uma época adiantada de transformações qualitativas do capitalismo, principalmente, do ponto de vista social. Foi preciso a conjugação das lutas operárias, sempre tardias em relação à própria gênese do proletariado industrial, do advento da grande empresa, da modificação da natureza da mais-valia e do desenvolvimento do imperialismo para que o tempo de produção regredisse. Os tempos residual e de lazer são produtos políticos de emancipação, cujas fronteiras se situam na capacidade de crescimento do produto social, da produtividade e, conseqüentemente, do nível de vida da população trabalhadora (1986, p. 38-39).

Cunha afirma "*que os ganhos macroeconômicos foram convertidos sobretudo em forma salarial e muito pouco em tempo residual*". Os "*sistemas de automação e computação*" trouxeram mais "*desemprego tecnológico do que redução do tempo de trabalho vivo*". Houve mais ênfase ao "*rendimento do fator trabalho*" que ao "*tempo subtrativo*". Assegurou-se mais "*a melhoria do nível de vida do que a diminuição correspondente do tempo produtivo*". Cruzando dados relativos a "*custos salariais*", à "*produtividade*", ao "*PNB*" e as "*horas semanais de trabalho*", Cunha demonstra que "*afirmar [...] que a produção e a produtividade são causas do tempo residual não explica praticamente nada da dinâmica social do tempo subtrativo*", concluindo que "*o tempo residual encarna uma das conquistas sócio-políticas possíveis, um espaço positivo de afirmação de classe*", caso contrário, "*um processo mecanicista puro (produção -*

produtividade) já teria conduzido o tempo residual a um máximo de 25 horas semanais, mantido o ritmo da primeira metade do século atual". Tal como na determinação dos salários, "*não existe uma orientação intrinsecamente econômica ou técnica*", "*o que na verdade prevalece é a capacidade de luta social, dentro de circunstâncias históricas definidas*" (CUNHA, 1987, p. 39-41).

Em *O mito e a razão*, o autor incursiona pelo pensamento mítico em busca da compreensão de trabalho predominante na Grécia antiga, defendendo haver no mito "um universo de expressão cognitiva totalizante, que unificava todos os fenômenos para além da diversidade", uma "dimensão não contraditória" que "impedia uma demarcação clara entre as noções de trabalho e de lazer, fundidas que estavam na concepção de necessidade vital" (CUNHA, 1987, p. 44). Descreve o processo de cisão entre mito e razão, e a atribuição que cada um passa a ter na pólis. Seu objetivo é demonstrar "que o pensamento grego, ao mesmo tempo em que introduz uma separação entre mito e a razão, discrimina ou nomeia os diversos sentidos da palavra trabalho, relacionando-os com a finalidade da ação concreta". Relacionando os vários sentidos que o trabalho vai assumir (penoso, de criação), o autor vai identificar um sentido que se refere a um trabalho "individualizado e livremente escolhido" identificado como sendo um sentido inscrito "nas utopias das sociedades futuras" no qual o trabalho assume o caráter "individualizado e livremente escolhido", em virtude de "uma automação global e de uma reinstituição da sociedade" (CUNHA, 1987, p. 45). O autor expõe o desenvolvimento de uma noção integrada de atividade livre e sua progressiva dissociação até que na Antiguidade o termo *skhole* incorpora "a idéia de cessação de toda atividade, inclusive política". A partir desse momento, "o lazer se desprende de seu aspecto ativo anterior, de sua característica unificadora da intimidade (subjetividade) e do coletivo (objetividade), para se travestir em sossego, despreensão ou "neg-ação" (CUNHA, 1987, p. 46-53).

A nosso ver, a questão central para o autor é expor o que chama de "mito do paraíso terrestre" com vistas à sua análise. A nosso ver, trata-se de identificar no debate da década de 80, as raízes daquilo que Cunha reconhece como a questão central, a motivação principal da vida dos homens. Nesta direção, dirá:

No mito do paraíso terrestre, as ações humanas, hoje ditas trabalho e lazer, não se configuram como fenômenos opostos. Fazem parte de uma mesma esfera de atividade e assim interpenetram-se mutuamente.

O rompimento dessa característica totalizante ocorre, dentro da visão mítica, como resultado de dois fatores justapostos e complementares: da transformação das condições humanas de existência e do progressivo conhecimento da natureza, ou seja, no processo de distanciamento que se efetua entre, de um lado, o homem autoconvertido em sujeito cognoscente e, de outro, a natureza tornada objeto de conhecimento. Dito de outra forma, na medida em que o homem arcaico transmuda o seu modo de vida e evolui no processo de produção de seus meios de existência, ele encara a natureza como algo a ser conquistado e dominado. Tal superação, representativa da autoformação do sujeito, o separa da concepção unitária do mundo, pois sua relação agora é de autor e não mais de ator deste mesmo mundo.

A hominização, no entanto, não se faz sem os aspectos negativos. E uma dessas facetas é justamente a penosidade do trabalho, necessário ao desenvolvimento do conhecimento que ele mesmo criou.

A tragédia do mito é a condenação dessa nova vivência mutilada, dos elementos perdidos que atualmente denominamos lazer, já que esse pensamento ainda se encontra ligado à sacralidade da natureza, aos tempos iniciais, à época de ouro, sem, no entanto, conseguir deter o movimento em direção ao racional e às novas formas da vida produtiva de riquezas. Simultaneamente, clama por um retorno à manifestação primitiva, à ordem da criação primeira, quando o próprio homem se sentia um elemento integrado de hierofania, de algo sagrado que se mostra, inseparável da divindade.

Também é possível verificar que, *como os elementos conceituais do lazer estão unidos ao modo de existência global dos homens*, à atividade humana em sua completude, *essa categoria se inscreve, no discurso contemporâneo das ciências humanas, em uma sociologia de relações não-contraditórias*. Isso porque a definição da atividade de lazer-trabalho se fundamenta, no pensamento mítico, em condições específicas de organização da sociedade, de sua produção e do usufruto dos bens produzidos.

O mito do paraíso não comporta uma relação psicológica determinante, não constitui uma reivindicação subjetiva, uma relação pessoal de determinados indivíduos com a atividade, *mas apresenta uma visão social de estrutura produtiva e de satisfação de vida que independa do tempo e da atividade em si, de seu conteúdo, já que todas as expressões ou manifestações humanas devem alcançar o mesmo efeito: o prazer de se dispor de si mesmo, sem coação e sofrimentos*.

A busca dessa perfeição (não contradição) sempre retorna em utopias, como as de Morus, Swift e Marx: “O comunismo como superação positiva da propriedade privada, enquanto auto-alienação do homem, e por isso como apropriação efetiva da essência humana, através do homem e para ele; por isso, como retorno do homem a si enquanto homem social, isto é, humano; retorno acabado, consciente e que veio a ser no interior de toda a riqueza do desenvolvimento até o presente. Este comunismo é, como acabado naturalismo = humanismo, como acabado humanismo = naturalismo; é a verdadeira solução do antagonismo entre os homens e a natureza, entre o homem e o homem, a resolução definitiva do conflito entre existência e essência, entre objetivação e auto-afirmação, entre liberdade e necessidade (Notwendigkeit), entre indivíduo e gênero. É o enigma resolvido da história e se conhece como esta solução” (CUNHA, 1987, p. 52-56).

Em *A utopia de uma unidade ou a negação do trabalho e do lazer*, o autor vai começar afirmando que “aquilo que denominamos lazer não é uma parcela de tempo ou de existência, e muito menos algo oposto ao trabalho, mas uma forma de vida que integra o homem em sua (nunca vivida) plenitude”. Propondo-se estudar o modo como esta

contradição é resolvida em Hegel e em Marx, Cunha faz um estudo minucioso da posição dos dois autores. Retoma a crítica de Marx à solução hegeliana para o problema da realização humana, e sua proposição de que “não pode haver libertação, nem efetividade humana, nem felicidade enquanto a divisão do trabalho for um fato concreto e uma expressão sinônima da propriedade privada” (CUNHA, 1987, p. 64).

Nesse ponto o autor adentra no debate de Arendt com a noção de trabalho em Marx. O eixo central deste debate é a alegação de que a atitude de Marx em relação ao trabalho seria equívoca na medida em que este colocava, contraditoriamente, o trabalho como uma “eterna necessidade imposta pela natureza e a mais humana e produtiva das atividades do homem”, propondo como meta da revolução a “emancipação do homem do trabalho”. Exposto o foco do debate, Cunha pergunta: há uma contradição? E responde:

Não há nenhuma contradição na categoria do trabalho enquanto manifestação de si do homem social. O trabalho é *uma* das esferas da atividade humana na filosofia de Marx e por isso mesmo se dissolve na comunidade real. *Mas não constitui o foco de seu pensamento* porque não é finalidade, e sim instrumento. A substituição do trabalho escravo em trabalho servil e deste em trabalho “livre”, a modificação da mais-valia absoluta em relativa, e a recente “desantromorfização” [...] do trabalho vivo provam, historicamente, que as formas sociais do trabalho podem evoluir e coincidir com a manifestação plena do homem autodeterminado.

A gradativa mudança das formas sociais do trabalho implica, igualmente, a transformação de sua *substância*. Pois como é possível denominar de trabalho – uma atividade que contém em si o sofrimento e a estranheza, a dor e a submissão (tripalium) – quando a ação provém da liberdade e se destina à satisfação individual? Quando a ação pode exteriorizar-se e objetivar-se incondicionalmente ou quando o crescimento interior pode “transitar” plenamente na esfera exterior? (CUNHA, 1987, p. 76).

O autor destaca as reflexões de Arendt a respeito da “*possibilidade de abolição do trabalho*” (CUNHA, 1987, p. 77-79), concluindo:

O que se deve ter presente é que a abolição pretendida por Marx se refere justamente ao trabalho, mas tal como ele mesmo o conceitualizou: como sinônimo ou essência da propriedade privada, como alienação, como não-liberdade, etc. Faltou-lhe talvez, a Arendt, perceber que a abolição do trabalho implica a sua transubstanciação, uma passagem que integra o indivíduo à sociedade e a natureza. O “acabado humanismo = naturalismo”. Tanto assim é que o único vínculo atual do homem com o mundo (mais do que com a vida) e que a autora busca desesperadamente, sem nenhuma solução real, restringe-se a um seleto grupo de pensadores, menos numerosos que os artistas e cientistas. Mas o que dizer e o que propor à imensa maioria dos homens simples e anônimos?

Se o trabalho, em uma comunidade real, perde a substância de atividade imposta e de destinação alienada; se passa a corresponder à manifestação de si, do indivíduo e não de sistemas, de processos ou de classes e interesse próprios; se se dissolve no agir humano em função de valores intrínsecos e não como ação central e determinante da vida, *então não há lugar para a existência de uma parcela de tempo ou de atividade contraposta ao trabalho,*

isto é, não há razões para o lazer, tal como o concebemos hoje. Ambos podem fundir-se, unindo a existência à essência, o subjetivo ao objetivo, o interior ao exterior, em uma expressão concreta de liberdade e satisfação. Somente esta unidade pode “reviver” o paraíso mitológico e arrancar do homem moderno o seu egoísmo vital (como o chama Arendt); somente essa verdadeira revolução pode transformar a sociedade atual de meros detentores de empregos e desenvolver. Sem as amarras e contradições da racionalidade econômica, a única possibilidade humana ainda não experimentada – a sua própria felicidade.

Encaminhando respostas às questões que se propõe neste trabalho, o autor dirá:

A ciência tem desvendado os mistérios da vida, mas ainda é completamente inócua na revelação de seu significado para o homem. Talvez caiba à filosofia a tarefa de transcender a revelação dos fatos – do que simplesmente é – dar configuração àquele significado. Se assim for, a intimidade entre trabalho e lazer – que se expressa igualmente *na anulação de ambos* – pode ser um primeiro esboço dessa procura e dessa construção (CUNHA, 1987, 78-80).

Em *O último obstáculo*, à pergunta sobre a finalidade última das ações humanas, ou “o que pedem os homens à vida e o que podem nela realizar” o autor responde: a felicidade. Algo que não é possível de ser satisfeito no trabalho e no lazer tal como o conhecemos. Mas quais são as barreiras para a realização da felicidade? Em primeiro lugar, a vida objetiva, a realidade do trabalho, o reino da necessidade, a injunção à sobrevivência. Em segundo lugar, os limites físicos do próprio homem. Em terceiro lugar, uma barreira intransponível na própria psique humana: a agressividade instintiva e inata frente à repressão promovida pelo convívio social. Estas respostas são construídas fundamentalmente em um debate com as posições de Marx e Freud:

O sofrimento deriva de três fatores: do próprio corpo, condenado à destruição; do mundo externo (natureza) que constantemente se volta contra o homem e, finalmente, de nossos relacionamentos em sociedade. Este último sofrimento é uma espécie de acréscimo gratuito, mas não menos fatídico. Embora a sublimação no trabalho possa compensá-lo, “a grande maioria das pessoas só trabalha sob a pressão de necessidades e essa natural aversão humana ao trabalho suscita problemas sociais extremamente difíceis” (p. 99, cit. em rodapé).

O curioso a ser destacado dessa análise do sofrimento é que Freud aceita os dois primeiros como processos inevitáveis – os que provêm do corpo e da natureza. Mas não o gerado pela civilização: “Não a admitimos de modo algum; não podemos perceber por que os regulamentos estabelecidos por nós mesmos não representam, ao contrário, proteção e benefício para cada um de nós” (p. 105). Ao longo dessas páginas, Freud investiga as causas culturais e econômicas da civilização, mas a pergunta continua a reaparecer. Repica como os sinos de domingo: “Não é fácil entender como pode ser possível privar de satisfação um instinto. Não se faz isso impunemente[...] É difícil compreender como essa civilização pôde agir sobre os seus participantes de outro modo senão o de torná-los felizes” (pp. 118,121).

A resposta, veremos infelizmente, não é satisfatória. Leva-nos a um beco sem saída. Pois conjuntamente com a libido (Eros), Freud descobre a força destrutiva e igualmente instintiva da agressividade e da morte (Tanatos). A unidade do homem é soldada por uma polarização entre o amor e a violência.

Ora, no mundo primário e inato da psique humana, como podem influir a civilização e a sociedade, com o intuito de inibir a natural tendência à destruição? Devolvendo a agressividade que busca sua satisfação externa de volta ao próprio ego. Mas de maneira mediatizada, através do superego, ou seja, como autoridade internalizada. Não importa em que estágio de civilização viva o homem (com exceção talvez da orla primitiva), haverá sempre uma opressão vigilante da culpa, de uma severidade alheia, que se traduz em renúncia às satisfações instintivas. A partir daí, organiza-se a própria autoridade e repressão *internas*. E surge a consciência.

Quanto mais consciência ou mais energia desviada e reelaborada, mas renúncia frente à coletividade, mais derivativos, mais necessidades artificiais, mais civilização.

"Por conseguinte, é bastante concebível que tampouco o sentimento de culpa produzido pela civilização seja percebido como tal, e em grande parte permaneça inconsciente, ou apareça como uma espécie de *mal-estar* (*Unbehagen* – o título da obra), uma insatisfação para a qual as pessoas buscam outras motivações." (p. 160)

Mas a projeção de uma comunidade real, como a que Marx nos esboçou, não poderia constituir ao menos um lenitivo para tal contradição das energias psíquicas? Se o trabalho (e derivadamente o lazer) deixa de "sugar" parte dessas forças, sublimando-as e alienando o indivíduo, não nos aproximaríamos da felicidade, de uma cota menor de renúncia e sofrimentos?

Mais uma vez, a resposta de Freud é cautelosa. "Abolindo a propriedade privada, privamos o amor humano da agressão de um de seus instrumentos, decerto forte, embora, decerto também, não o mais forte; de maneira alguma, porém, alteramos as diferenças em poder e influência que são mal empregadas pela agressividade, nem tampouco alteramos nada em sua natureza. A agressividade não foi criada pela propriedade." (p. 135)

O entendimento de Freud quanto a essa "essência" leva-o a optar por um princípio diverso do de Marx. Ou seja, o de que a agressividade de Tanatos é geradora e não consequência da propriedade privada. No entanto, quase ao final de suas digressões, Freud acena na mesma direção de Marx: "Acho também bastante certo que, nesse sentido, uma mudança real (grifo nosso) nas relações dos seres humanos com a propriedade seria de muito mais ajuda do que quaisquer ordens éticas (e religiosas por certo); mas o reconhecimento desse fato entre os socialistas foi obscurecido; e tornado inútil para fins práticos, por uma nova e idealista concepção equivocada da natureza humana" (p. 169).

O que Freud nos "explica" é que os socialistas ainda acreditam, como herança de Rousseau, ser o homem um animal naturalmente bom, energizado somente pelo amor de Eros.

Uma solução radical para o conflito básico – ainda hoje – é uma incógnita. Aos leitores, a minha desculpa pela possível decepção (CUNHA, 1987, p. 82-85).

A apropriação que Cunha fará da obra de Marx e Engels oferece, com certeza, imensas contribuições para a compreensão da problemática do lazer. No entanto, curiosamente, trata-se de um texto pouco trabalhado pela área. Nele Cunha aborda as questões centrais para a problemática do lazer, referentes à possibilidade de estar inscrita no lazer a possibilidade da emancipação humana e da conquista da felicidade. A nosso ver, é justamente (1) sua negativa a esta pergunta, (2) sua esperançosa indicação da possibilidade oferecida por Marx na perspectiva da sociedade comunista, e (3) seu recuo para a posição idealista de predominância da subjetividade em relação à conquista da liberdade, e não da materialidade, tal como em Marx e Engels, que fazem deste texto, ao mesmo tempo, o mais importante texto escrito na década de 80, e o mais maldito. Sua apropriação detida da obra

de Marx e Engels faz com que compreenda profundamente as noções de modo de produção da existência e de trabalho. A nosso ver, seu maior limite está no impasse para o qual não apresenta solução a respeito da origem da realidade. Em Cunha, a realidade é, ao mesmo tempo, uma determinação material e subjetiva.

Valquiria Padilha²³⁹

Os trabalhos da autora têm se ocupado da revisão bibliográfica das principais produções que oferecerem condições para a compreensão da problemática do lazer enquanto uma problemática sociológica profundamente atrelada ao mundo do trabalho. Discute temas que entrelaçam redução da jornada de trabalho (PADILHA, 1996); ocidentalização, globalização, modernização, diversidade cultural, hegemonia cultural, desenraizamento e etnocídio (PADILHA, 2000); cultura, tempo livre e consumo na pós-modernidade (PADILHA, 2000); relações entre capitalismo, desigualdade social, violência urbana, políticas públicas, hegemonia e lazer, na qual aparece a defesa da tese de que é no espaço urbano que aparece com mais nitidez os conflitos de classe, expressos na violência (urbana) e na construção de alternativas de fuga pela classe que possui recursos para tal; desqualificando as proposições que relacionam a violência à ausência de uma política de lazer, a autora procura acentuar as relações entre estrutura e super-estrutura (PADILHA, 2002); os sentidos dos discursos que agregam os valores atribuídos ao lazer a fim de estimular a comercialização/consumo de um determinado produto (PADILHA, 2005). Em uma síntese da própria autora, divulgada referindo-se a um texto, mas representativa de conjunto, discute “*o trabalho e o lazer nos dias de hoje e as suas metamorfoses*,

239 Em texto produzido para o Currículo Lattes, a autora informa Possuir graduação em Ciências Sociais pela Pontifícia Universidade Católica de Campinas (1990); especialização em *estudos do lazer* pela Universidade Estadual de Campinas (1992); mestrado em Sociologia (Sociologia do Trabalho) pela Universidade Estadual de Campinas (1995); doutorado sanduíche em Ciências Sociais - Université de Bourgogne, em Dijon, na França (2001) e doutorado em Ciências Sociais pela Universidade Estadual de Campinas (2003). Fez pós-doutorado em Ciências Sociais na Universidade Federal de São Carlos (2005). Atualmente é Professora Doutora na FEA, Universidade de São Paulo, campus de Ribeirão Preto-SP. Leciona disciplinas nas áreas de sociologia, psicologia e ética para o curso de Administração. Nos últimos anos, vem estudando e publicando sobre os seguintes temas: 1) trabalho: condições de trabalho, qualidade de vida no trabalho; 2) shopping center: lazer e consumo.

principalmente no meio urbano, por conta do desenvolvimento do capitalismo” (PADILHA, 2003, p. 2007).

Selecionamos de Padilha 07 textos nos quais a autora faz referências às obras de Marx e Engels: *Discussões sobre a redução da jornada e do tempo de trabalho* (1997), *Tempo livre e capitalismo: um par imperfeito* (2000), *Urbanidade, violência e lazer: uma abordagem sociológica crítica* (2002); *Se o trabalho é a doença, o lazer é o remédio?* (2003), *Shopping Center: a catedral das mercadorias* (2003), *Apontamentos para um estudo crítico sobre políticas públicas de lazer* (2004), *Consumo e lazer reificado no universo onírico do shopping center* (2006)²⁴⁰. Concentramo-nos, no entanto, mais detidamente nos seus dois principais trabalhos: *Tempo livre e capitalismo: um par imperfeito* (2000) e *Shopping center: a catedral das mercadorias* (2006). Apresentamos a seguir as teses que a autora defenderá nestes trabalhos e a apropriação que fará da obra de Marx e Engels.

No primeiro texto, Padilha discutirá a problemática do lazer no contexto concreto trabalho/desemprego e no debate que esta temática suscita na sociologia do trabalho e do lazer, especialmente, na sociologia francesa, defendendo a tese da impossibilidade de o tempo de não-trabalho ser transformado, no modo capitalista de produção, em tempo de “*ampliação de liberdade, de criatividade, de realização, de vida cheia de sentido e de felicidade*”, o que a faz deduzir serem *tempo livre e capitalismo um par imperfeito* (PADILHA, 2000). Neste movimento, passará pelas *transformações atuais no mundo do trabalho*, pelo debate teórico-conceitual em torno do *trabalho, lazer e tempo livre*, e pelas discussões em torno da *jornada de trabalho*. O eixo de suas concepções está claramente elaborado já na introdução a *Tempo livre e capitalismo: um par imperfeito* (2000). Nas primeiras linhas, a autora assinala a ampliação das discussões em torno da problemática do tempo livre, destacando o predomínio de posições que defendem “*que as transformações em curso no mundo do trabalho – sobretudo as inovações tecnológicas e organizacionais – engendram necessariamente uma nova maneira de gerir o tempo de trabalho e,*

240 Tomando como subsídios para a compreensão da apropriação que faz da obra de Marx e Engels, outros textos de sua produção: “Vendem-se ilhas de prazer: o lazer nos anúncios publicitários de apartamentos de alto padrão” (2005).

conseqüentemente, o tempo de não-trabalho” (PADILHA, 2000, p. 15). Neste contexto, destaca o desemprego como a forma predominante da ampliação moderna do tempo livre, convertido a um “*problema de dimensão político-social e econômica*” (PADILHA, 2000, p. 150). Sob influência evidente do pensamento de Marx (*Manuscritos econômicos e filosóficos – O trabalho alienado e O capital*) e de Antunes (*Os sentidos do trabalho*), seu orientador, a autora mantém uma posição clara ao afirmar que “*não pode haver emancipação humana sob o universo capitalista*” (PADILHA, 2000, p. 17).

É importante notar que a sociedade capitalista atual, buscando maiores rendimentos com menores custos, acaba por eliminar milhares de trabalhadores do mercado de trabalho com o agravante de não lhes possibilitar uma ocupação do seu tempo liberado, de forma que *a sua vida tenha mais sentido*. Isso ocorre na medida em que, entre outras coisas, os lucros obtidos pelo trabalho das máquinas não são distribuídos para aqueles que estão sendo, por elas, excluídos da produção (PADILHA, 2000, p. 16).

Afirmando não poder haver “*uma sociedade emancipada enquanto o trabalho for extrínseco ao homem, enquanto seu produto pertencer a um outro e levar o trabalhador à perda de si mesmo*”, entendendo emancipação como “*processo de libertação dos homens em relação ao seu estado de sujeição ao sistema e aos imperativos econômicos oriundos do modo de produção*”, assinala:

[...] uma sociedade cujos membros são emancipados é uma sociedade que possibilita o livre desenvolvimento dos mesmos sem que eles tenham que sacrificar as próprias vidas em função de interesses que não são diretamente as necessidades humanas, coletivas e sociais. Na verdade, homens emancipados são aqueles capazes de identificar os seus próprios interesses e alcançá-los, articulando atividades individuais com necessidades sociais. Uma sociedade emancipada, pode-se dizer, é uma sociedade tornada efetivamente humana e social (PADILHA, 2000, p. 17).

No capitalismo,

[...] parece improvável que o homem possa transformar o seu tempo livre em momentos que propiciem uma autêntica individualidade, na medida em que ele está inserido na sociedade capitalista, cuja lógica de valorização do capital privilegia o produtivismo e o consumismo desenfreados, em detrimento das efetivas necessidades humanas e sociais.

Essa lógica, entendida aqui como expressão da “*racionalização econômica*”, altera totalmente os princípios do trabalho como necessidade vital para o ser humano e o transforma em uma atividade desprovida de sentido. O estranhamento, o fetichismo e a barbárie aparecem como resultado do capitalismo moderno e também como forma de mantê-lo, tornando necessário pensar e repensar não só o trabalho como também o que não é trabalho, do desemprego ao tempo livre.

Assim, a conquista efetiva do tempo livre *potencialmente* emancipador depende de uma profunda mudança nas estruturas econômica, política, social e cultural da sociedade moderna, de forma a ferir esta lógica do capital. Seria preciso ultrapassar o reducionismo economicista que direciona as práticas governamentais e empresarias no mundo todo para que esferas muito mais amplas da vida humana fossem valorizadas (PADILHA, 2000, p. 17-18).

Em *Shopping Center: a catedral das mercadorias* (2006), a autora mescla a preocupação com a *ocupação do tempo livre* com a discussão da *associação entre lazer e consumo na racionalidade típica ao modo capitalista de produção*. Entende que os *shopping centers* são *não lugares*²⁴¹ a expressão de um processo de remodelação urbana, *para disfarçar as deficiências que existem na vida social*, visando à promoção do consumo e recorrendo ao lazer como atrativo, configurando-se como espaços privados disfarçados de espaços públicos (PADILHA, 2006, p. 26, p. 30).

Com olhos viciados na racionalidade econômica do capital, os gestores dos shopping centers redesenham cidades e suas praças públicas, recriando-as mais limpas, mais bonitas, mais modernas, mais práticas e mais seguras, de forma que as pessoas sintam mais prazer no mundo artificial "de dentro" que na realidade real "de fora". Esse prazer provocado artificialmente, mesmo ilusório, acaba por dificultar a tomada de consciência dos conflitos sociais e econômicos, do imperialismo norte-americano, dos riscos trazidos pela globalização e pelo desenvolvimento tecnológico sem limites, da manipulação do "tempo livre" pela via do consumo etc. A absorção e as pseudo-soluções encontradas pelos shopping centers para disfarçar as deficiências que existem na vida social passam a ser vistas como ações cada vez mais imprescindíveis em tempos atuais, de modo que o restante da sociedade apóia, defende e almeja a inserção nesse espaço que denomino "shopping center híbrido".

Com base nessa lógica, o lazer incorporou-se aos shopping centers de forma tão significativa que hoje confundimos centro de compras com centro de lazer. Os consumidores foram, nesse processo, sendo levados (de diversas formas e por diversas razões) a procurar lugares de compras que ofereçam opções de divertimento. Assim, os bens materiais de consumo, para uma circulação mais rápida e garantida no mercado, passam a ser quase dependentes das atividades de lazer e dos serviços, que de apêndices tornaram-se atrações principais.

Se as sociedades capitalistas já tinham, no século XX, transformado o "tempo livre" em tempo de consumo – tanto de mercadorias quanto de serviços e entretenimento -. Hoje. Essas mesmas sociedades conseguem, por meio desse shopping center híbrido, chegar ao limite da submissão da liberdade, da sociabilidade e da criatividade à lógica de mercado. A decisão de ir ao shopping center ultrapassa a necessidade de comprar algo. E mais: ela encobre todo um processo de segregação social, agora numa escala que compreende a possibilidade ou não de acesso ao american way of life via shopping center — e tudo o que tal espaço representa. Vale lembrar, porém, que o simples fato de poder ir a um shopping center significa uma inclusão — embora relativa — na esfera do consumo.

A ocupação do "tempo livre" em shopping centers sinaliza um fenômeno de submissão do lazer ao mercado, o que também pode ser observado em viagens feitas em forma de pacotes turísticos ou em clubes de férias, cujos hotéis oferecem uma enorme quantidade de atividades de lazer previamente programadas. Ou ainda, em parques temáticos de diversão, como a Disneylândia, verdadeiros "supermercados de lazer". Dito de outra forma, o lazer se confunde com uma mercadoria e o "tempo livre", sob a lógica do capital, acaba por não ser de fato livre. Tudo isso, é claro, pensando naqueles membros de uma camada social que podem pagar o preço por serem relativamente "incluídos", pelo menos do ponto de vista do emprego e do salário (conseqüentemente, do poder aquisitivo) (PADILHA, 2006, p. 26-27).

241 Definido a partir de Marx Augé como espaços que não criam nem identidade singular nem relação, mas sim solidão e similitude (PADILHA, 2006, p. 32).

A autora entende que os shopping centers *não tenham ligação direta com os mercados* (PADILHA, 2006, p. 40), sendo espaços que visam substituir a cidade, compreendida como espaço de sociabilidade (PADILHA, 2006, p. 48).

Os shopping centers são, então, símbolos de uma sociedade que valoriza o espetáculo do consumo de bens materiais e de lazer-mercadoria, de uma sociedade que oferece a uma pequena parcela da população o direito a esse consumo e a esse lazer, enquanto exclui a maioria dessa mesma população. Assim, esses centros comerciais configuram-se como espaços de lazer alienado, influenciando de forma decisiva a construção da identidade social de cada um, tanto dos que freqüentam esses espaços como também dos que não os freqüentam, mas que, enfeitados pela publicidade e pela "cultura de consumo", desejam freqüentá-lo.

O shopping center pode ser entendido como um "não-lugar" onde é muito difícil as pessoas travarem relações sociais entre si que não sejam coisificadas ou permeadas por objetos de consumo. A sociabilidade dos freqüentadores de shopping centers é, portanto, estranhada e reificada, na medida em que *"o vínculo social entre os indivíduos assume, então, a forma de coisa"* (Silveira, 1989, p. 55, grifos do autor). Os "sujeitos coisificados" são determinados e limitados pelas coisas que se apropriaram do que era próprio do sujeito. Assim, *a coisa, o capital, a mercadoria, o dinheiro* dependem dos sujeitos para reproduzir-se como tais. Esse estranhamento realiza-se plenamente na complexa engrenagem do shopping center, como este livro procura asseverar.

Entre as mercadorias presentes no shopping center está o lazer: as salas de cinema, os jogos eletrônicos, a praça de alimentação, os ocasionais e padronizados eventos artísticos, os brinquedos etc. Os diversos equipamentos de lazer disponíveis em shopping centers levam as pessoas a encontrar diversão em torno da celebração do objeto, de modo que, mesmo no lazer, o SER permanece subjugado ao TER. O lazer oferecido em shopping centers é alienado porque leva ao distanciamento dos sujeitos consigo próprios, ao mesmo tempo que os "empobrece". Esse empobrecimento deve ser entendido em relação ao que Marx considerava a verdadeira *riqueza*, ou seja, "[...] o homem (na) plena riqueza de seu ser, (é) o homem *rico* e profundamente dotado de *todos os seus sentidos* [...]" (Marx apud Silveira, 1989, p. 48, grifos do autor). O *homem rico*, para Marx, não tem a riqueza na sua conotação burguesa, mas é o *homem emancipado que realiza plenamente seus sentidos*²⁴². A perversa lógica na qual está inserido o shopping center não possibilita que o homem desenvolva essa dimensão da *riqueza*.

Outro problema apontado aqui é que o shopping center é uma instituição que privatiza o lazer. *Mas, é preciso reconhecer que isso acontece e complexifica-se na medida em que não existem políticas públicas que confiram ao fenômeno do lazer o caráter de direito social, direito de todos. O shopping center só vem aumentando sua participação na esfera do lazer urbano por causa da brecha que a inexistência ou ineficiência dos espaços públicos de lazer, sobretudo no Brasil, vêm abrindo.* A ausência de políticas públicas (e isso também vale para as mais diferentes esferas da vida em sociedade) favorece não só a privatização do lazer pelo shopping center como também a segregação social, uma vez que o poder aquisitivo acaba sendo um dos determinantes principais para as tomadas de decisões diante das escolhas existentes (PADILHA, 2006, p. 180-181).

Em Faleiros, a conversão do lazer em mercadoria aparece claramente como uma tendência do próprio modo capitalista de produção de conversão de todas as necessidades

242 Grifo nosso.

em mercadorias. Em Padilha, esta conversão do lazer em mercadoria aparece como uma distorção das necessidades humanas. Sob este enfoque, o homem, o lazer e o Shopping Center são extraídos da história, na medida em que a necessidade de lazer aparece como universal e atemporal e não subordinada e dependente do contexto no qual se efetiva. No modo capitalista de produção, todas as necessidades são convertidas em mercadorias, ou convertidas em mediadores promotores da circulação de mercadorias. Este fato é constitutivo do capitalismo. Templo de efetivação da mais-valia (foco central dos mercadores) os shoppings centers, forma moderna de mercado, recorrerão a qualquer artifício na ânsia pela produção do lucro: (1) trazer para dentro de si todas as formas possíveis e imagináveis de objetos e serviços que garantam a reunião dos consumidores mais almejados (os que possuem maior poder de compra); (2) produzir e garantir a veiculação da lógica na qual os shopping centers aparecem como espaços privilegiados para a satisfação de todas as necessidades: aquisição dos bens necessários à sobrevivência em ambientes seguros e higiênicos com prazer. A nosso ver, a perspectiva de superação do impedimento do desenvolvimento da humanidade posta nesta lógica – Padilha bem o mapeia – depende da superação da racionalidade que orienta o modo capitalista de produção. Entretanto, superação não pode ser reduzida à simples mudança na super-estrutura hegemônica ideológica, mas à efetiva superação da base material que sustenta esta ideologia.

No que toca à apropriação da obra de Marx e Engels para a explicação da problemática do lazer, Padilha traz inegáveis contribuições, permitindo saltos teóricos significativos. Sua apropriação do pensamento de Marx e Engels está concentrada nas obras que permitem (1) a compreensão da explicação marxiana da problemática do trabalho no modo capitalista de produção, no qual a vida é reduzida a mais um meio de produção que o capitalista adquire no mercado, empregado para a confecção de mercadorias, objetivando, em última instância, a produção de mais valia e gerando o trabalho estranhado (PADILHA, 2006, p. 47, p. 86-88, p. 96-97, p. 180-165, p. 185-186); (2) a compreensão da explicação marxiana para a relação necessidade/produção/consumo, a partir dos Grundrisse, destacando que “independentemente da forma como se dá essa produção – se é artesanal, mecânica ou automatizada – sob a lógica do capital ela não está mais ligada às necessidades

humanas”; (3) o fetiche das mercadorias, ou a ocultação do caráter social de sua produção (PADILHA, 2006, p. 47, p. 86-88, p. 97); (4) necessidade, liberdade e emancipação humana a partir de *A questão judaica* (PADILHA, 2006, p. 92-93); (5) a compreensão da cidade e do espaço urbano no modo capitalista de produção, a partir da leitura de *A situação da classe trabalhadora na Inglaterra* (PADILHA, 2006, p. 37-38).

Em sua produção, Padilha tece críticas às visões funcionalistas e às teses do fim da sociedade do trabalho e da expansão da liberdade devido à expansão do tempo de não-trabalho, apresentando, ao mesmo tempo, o acompanhamento da produção marxista e certa flexibilidade em relação às contribuições no terreno da filosofia e da sociologia do trabalho e do lazer que buscam outros caminhos para pensar a questão do tempo livre (PADILHA, 2004).

Desta forma, não é possível dizer que o pensamento de Marx e Engels seja o eixo norteador de sua obra, mesclada de diálogos com marxistas (escola de Frankfurt, István Meszáros) e não marxistas. Ao contrário, sua *abordagem sociológica*²⁴³ da problemática do lazer está concentrada na apropriação de referenciais diversos, ecléticos, que permitam uma abordagem multidisciplinar da problemática, sem abrir mão da crítica enfática ao modo capitalista de produção.

A autora fará o enfrentamento das teses que defendem que Marx fez o elogio do trabalho, insistindo que aquele pensador critica o capitalismo como *um sistema opressor, que explora e oprime o trabalhador 24 horas por dia* (PADILHA, 2003, p. 251). No entanto, a nosso ver, a apropriação que fará da noção de trabalho na obra de Marx é limitada (PADILHA, 2006, p. 160-165), uma vez que não abrange com radicalidade a noção materialista de que para existir o homem necessita produzir sua existência, ou seja, necessita realizar uma atividade vital, ou uma atividade que mantém a vida. Sem esta atividade vital, não há homem, não há humanidade, não há sociedade nem história. Portanto, em Marx e Engels, o trabalho é a atividade vital fundadora do conjunto das forças produtivas e das relações sociais de produção que os homens vêm desenvolvendo em seu

processo evolutivo. Esta noção não está consolidada em Padilha. Isto fica evidente na seguinte passagem:

Mas o que é esse trabalho alienado do qual o trabalhador deve libertar-se? É imprescindível recorrer a Karl Marx e à sua complexa e profunda concepção de trabalho. Para ele, o homem só mantém sua condição de humano por meio do trabalho: o homem *só se realiza numa relação de transformação da natureza e, conseqüentemente, de si mesmo*. Vale lembrar como Marx conceitua trabalho:

Antes de tudo, o trabalho *é* um processo de que participam o homem e a natureza, processo em que o ser humano com sua própria ação impulsiona, regula e controla seu intercâmbio material com a natureza. Defronta-se com a natureza como uma de suas forças. Põe em movimento as forças naturais de seu corpo, braços, pernas, cabeça e mãos, a fim de *apropriar-se dos recursos da natureza, imprimindo-lhes forma útil á vida humana. Atuando assim sobre a natureza externa e modificando-a, ao mesmo tempo modifica sua própria natureza*. Desenvolve as potencialidades nela adormecidas e submete ao seu domínio o jogo das forças naturais. (Marx, 1989a, p. 202, grifos meus.)

O processo de trabalho que produz valores-de-uso – mercadorias úteis – é um processo *de apropriação da natureza pelo homem para suprir suas necessidades*. Nesse sentido, como afirma Marx em *O capital*, o trabalho é "condição natural e eterna da vida humana". *No entanto, faz-se necessário entender a diferenciação marxiana entre trabalho concreto (work) e trabalho abstrato (labour)*: o trabalho concreto é o trabalho que cria valores-de-uso, portanto, uma condição para a sobrevivência humana; o trabalho abstrato é aquele que cria valores-de-troca, portanto, típico de um sistema capitalista de produção.

Nesse sentido, a distinção entre essas duas dimensões do trabalho é importante para o entendimento do capitalismo, sobretudo porque nesse sistema o valor-de-troca das mercadorias tende a superar o seu valor-de-uso, como já foi visto no capítulo 2. Vale lembrar que é o valor-de-troca das mercadorias que possibilita a extração da mais-valia, ou seja, o trabalho excedente que corresponde aos interesses dos capitalistas em aumentar o seu lucro. O trabalho alienado ou estranhado identifica-se com a *dimensão abstrata do trabalho, pois é o valor-de-troca das mercadorias que contém o caráter fetichista*.

Ricardo Antunes explica a diferenciação entre os termos "alienação" e "estranhamento" da seguinte forma:

Utilizamos a expressão trabalho estranhado (*Die Entfremdete Arbeit*) e estranhamento (*Entfremdung*) e não alienação (*Entäuserung*) porque, enquanto esta última é um aspecto ineliminável de toda objetivação, *o estranhamento refere-se à existência de barreiras sociais que se opõem ao desenvolvimento da personalidade humana*. [...] o desenvolvimento das forças produtivas acarreta necessariamente o desenvolvimento da capacidade humana mas [...] o desenvolvimento da capacidade humana não produz necessariamente o desenvolvimento da personalidade humana, mas, ao contrário, pode desfigurá-la e aviltá-la (1992, p. 180) (PADILHA, 2006, p. 160-161).

A nosso ver, esta noção de que “*o homem só se realiza*²⁴⁴ *numa relação de transformação da natureza*” permite depreender a possibilidade da existência de um ser do homem não realizado, trazendo realização como uma dimensão subjetiva e imaterial do

243 Considerando o que nos diz Fernandes (1989, p. 11) acerca da contribuição de Marx e Engels para a fundação das ciências sociais compreendida como ciência da história, pode-se dizer que Padilha não incorpora a Concepção Materialista e Dialética da História no que toca à centralidade da História para o desvelamento da realidade.

244 De realizar: 1. Tornar real, efetivo, existente: realizar um ideal. 2. Pôr em prática; efetuar: realizar um ideal. 6. Cumprir-se, efetivar-se, efetuar-se, verificar-se; A previsão realizou-se (FERREIRA, 1986, p. 1456).

homem. Em Marx e Engels, materialistas, não existe homem, nem humanidade, nem sociedade ou história sem a atividade vital humana. Na origem, a existência humana é sua própria atividade vital. Daí a gravidade da existência sob relações de produção baseadas na apropriação privada das forças produtivas por pequena parcela dos homens: na impossibilidade de realizar atividade vital livre em virtude da apropriação de todas as forças produtivas pela burguesia, resta ao trabalhador apenas o trabalho explorado e a barbárie. Tal como expressa Antunes na citação referida acima por Padilha, o trabalhador fica impedido do livre desenvolvimento de suas forças vitais, nas quais estão incluídas a manutenção de sua existência como gênero e como indivíduo: as necessidades do estômago e as necessidades do cérebro imensamente desenvolvido por processos complexos de evolução e superação da subordinação à natureza. No modo capitalista de produção, os homens são impedidos de desenvolver as potências que a evolução humana lhe permite.

Também é necessário argumentar, considerando-se a formulação matriz do marxismo, posta na obra de Marx e Engels, que a alusão a mudanças estruturais (econômica, política, social e cultural) necessárias à conquista de emancipação humana, cuja expressão máxima é a garantia de tempo livre para uma atividade livre, aparece fragilizada no pensamento da autora, em virtude de (1) não remeter à profunda conexão que há entre estrutura e superestrutura na obra de Marx e Engels, que torna inconcebível uma separação entre economia, política, sociedade e cultura enquanto “esferas” isoladas; (2) desprezar que, no pensamento de Marx e Engels, há um projeto claro de construção de uma sociedade que planeje não apenas o modo como vai produzir, mas as conseqüências sociais desta produção (ENGELS, 2000, p. 215-228), o que, para os autores, tinha, necessariamente, que remeter ao comunismo, ou a uma sociedade que atuasse teleologicamente retirando “de cada qual, segundo a sua capacidade; a cada qual, segundo suas necessidades” (MARX, 1980, p. 215); (3) desprezar que, no projeto de Marx e Engels, trata-se de muito mais que “*ultrapassar o reducionismo economicista que direciona as práticas governamentais e empresarias no mundo todo para que esferas muito mais amplas da vida humana fossem valorizadas*”, trata-se da emancipação da humanidade de relações sociais de produção fundadas em uma divisão social do trabalho que distribui desigualmente a produção, consolidando a apropriação privada dos meios de produção e

dos seus produtos por uma parcela dos homens, e a miséria absoluta por outra parcela. Nestas relações, a forma do trabalho é uma consequência de relações de produção preservadas com violência e *inteligência*.

Trata-se, efetivamente, de revolução:

Na fase superior da sociedade comunista, quando houver desaparecido a subordinação escravizadora dos indivíduos à divisão do trabalho e, com ela, o contraste entre o trabalho intelectual e o trabalho manual; quando o trabalho não for somente um meio de vida, mas a primeira necessidade vital; quando, com o desenvolvimento dos indivíduos em todos os seus aspectos, crescerem também as forças produtivas e jorrarem em caudais os mananciais da riqueza coletiva, só então será possível ultrapassar-se totalmente o estreito horizonte do direito burguês e a sociedade poderá inscrever em suas bandeiras: De cada qual, segundo sua capacidade; a cada qual, segundo suas necessidades (MARX, 1980, p. 215).

Ou, tal como em Engels:

Mas, se foi necessário o trabalho de milênios para que chegássemos a aprender, dentro de certos limites, a calcular os efeitos remotos de nossos atos orientados no sentido da produção, isso era muito mais difícil do que diz respeito aos efeitos *sociais* remotos desses atos. Fizemos referência à batata e, por meio dela, à difusão da escrófula²⁴⁵. Mas, que vem a ser a escrófula em face dos efeitos que a redução dos trabalhadores à alimentação (exclusiva) com batatas teve sobre as condições de vida das massas populares de países inteiros; [...]. Os homens que, nos séculos XVII e XVIII, contribuíram para o advento da máquina a vapor, não suspeitavam que, assim, estavam dando forma ao instrumento que, como nenhum outro, ia revolucionar as condições sociais em todo mundo, principalmente na Europa, dando lugar à concentração da riqueza em mãos de uma minoria, e provocando a miséria da imensa maioria; instrumento que iria proporcionar à burguesia o domínio político e social, donde se originaria uma luta de classes entre aquela e o proletariado, luta essa que só pode terminar com a derrota da burguesia e com a eliminação de todas as contradições de classe. Na verdade, porém, aprendemos nesse campo (do trabalho), gradualmente, por meio de uma longa e quase sempre dura experiência (e mediante a coordenação e investigação do materialismo histórico), a compreender claramente as consequências sociais, indiretas e remotas, de nossa atividade produtiva, o que nos proporciona a possibilidade de dominar e regular também essas consequências.

Mas, a fim de conseguir essa regulação, não basta o simples conhecimento. Para isso, será necessária uma completa revolução em nossa maneira de produzir e, ao mesmo tempo, de toda ordem social atualmente dominante (ENGELS, 2000, p. 224-225).

Sob a ótica do marxismo tal como elaborado por Marx e Engels, não é suficiente apontar o esgotamento do capitalismo. Faz-se urgente projetar o futuro teleologicamente orientados pelo firme propósito de garantir a todos os homens as condições para o desenvolvimento de suas potencialidades. A tese social democrata de reformas estruturais no interior do capitalismo está evidentemente derrotada à luz do que nos mostra o

245 Adenite cervical tuberculosa, caracterizada por alterações da pele e das mucosas e tumefações ganglionares (KING HOST. Dicionário de Língua Portuguesa. Disponível em <http://www.kinghost.com.br/dicionario/escrofula.html>. Acesso em 08/08/2007. 23h26').

andamento do século XX e o violento esforço neoliberal de derrocada de todos os direitos consolidados neste período. Trata-se de enfrentar o problema objetivo de um projeto teleologicamente orientado para a construção de um modo de produção da existência que supere a divisão social do trabalho e toda a desigualdade dela resultante, no contexto atual de multiplicação desenfreada da raça humana sobre a Terra. Fora deste contexto, qualquer projeção de um tempo livre cheio de sentido não ultrapassa os limites do idealismo. Ainda que Padilha acentue estar levantando mais problemas que apresentando soluções e que tais soluções não possam ser configuradas nos limites de um trabalho acadêmico, expressão ideal de uma realidade material em constante movimento contraditório, faz-se necessário, neste trabalho que visa analisar a apropriação da obra de Marx e Engels pelos *estudos do lazer*, deixar anotados o que entendemos serem limites desta apropriação no pensamento da autora.

Fernando Mascarenhas²⁴⁶

Selecionamos de Fernando Mascarenhas os trabalhos nos quais o autor discute a problemática do lazer recorrendo a referências à obra de Marx e Engels. A *Dissertação de Mestrado* “*Lazer e grupos sociais: concepção e método*” e os artigos que essa pesquisa gerou: “*O lazer e o príncipe eletrônico*”²⁴⁷; “*Tempo de trabalho e tempo livre: algumas reflexões a partir do marxismo contemporâneo*”²⁴⁸; “*Lazer e Educação Popular*”²⁴⁹;

246 Fernando Mascarenhas possui graduação em Licenciatura em Educação Física pelo Centro Universitário Oswaldo Aranha (1992), especialização em Filosofia Moderna e Contemporânea pela Universidade Federal de São João Del Rei (1994), mestrado em Educação Física pela Universidade Estadual de Campinas (2000) e doutorado em Educação Física pela Universidade Estadual de Campinas (2005). Atualmente é Professor Adjunto da Universidade Federal de Goiás. Tem experiência na área de Educação Física. Atuando principalmente nos seguintes temas: Lazer, Educação, Trabalho, Mercado, Políticas Sociais e Políticas Públicas. É líder do grupo de pesquisa “Grupo de Estudos e Pesquisa em Esporte, Lazer e Comunicação (UFG)”, e membro dos grupos “Núcleo de Estudos do Corpo e Natureza - Necon”; Observatório de Políticas de Educação Física, Esporte e Lazer - UNICAMP. Fonte Plataforma Lattes. Disponível em: <http://lattes.cnpq.br/index.htm>. Acesso em: 12/11/2006.

247 Referente à discussão efetuada pelo autor no Capítulo 1 “O ponto de partida” de sua Dissertação de Mestrado (MASCARENHAS, 2000b, p. 5-17; 2001a).

248. Referente à discussão efetuada pelo autor no Capítulo 2 “Nosso Horizonte” de sua Dissertação de Mestrado (MASCARENHAS, 2000b, p.19-42; 2000a).

“Meninos e meninas em situação de rua: à guisa de um baculejo”²⁵⁰. A *Tese de Doutorado* “Entre o ócio e o negócio: teses acerca da anatomia do lazer” e os artigos daí decorrentes: “Exclusão social clube: problema para as políticas públicas e gestão em esportes e lazer”. **O Capítulo de livro:** *Em busca do ócio perdido: idealismo, panacéia e predição histórica à sombra do lazer* (MASCARENHAS, 2006a, p. 75-103). Esta estrutura de produção e disseminação de seus trabalhos permite que concentremo-nos na Dissertação de Mestrado, na Tese de Doutorado e no artigo publicado na coletânea *Dialética do Lazer*, organizada por Valquíria Padilha (2006).

Lazer e grupos sociais (2000b) trata da problemática *crianças e adolescentes em situação de risco no Brasil*, visando apresentar *subsídios* que orientem a *construção de uma proposta de intervenção no campo do lazer com meninos e meninas de/e na rua*, naquilo que chama de *situação de risco pessoal e social* (MASCARENHAS, 2000b, 109).

Inserindo-se no debate mais amplo no âmbito das *políticas setoriais de lazer*, o autor realiza, “*a partir da realidade*”²⁵¹, pesquisa teórico-metodológica em busca de **novos quadros de referência para os “Estudos do lazer” e possíveis instrumentos de intervenção [...] com base na discussão de um modelo de abordagem teórico-prático** (MASCARENHAS, 2000, p. 2). Defende que o lazer *pode ser percebido também como um tempo e espaço para o exercício da cidadania prática da liberdade*, que revela *uma possibilidade crítica na realidade contextual e histórica de um grupo* (MASCARENHAS, 2000b, p. 110); *uma força de organização da sociedade [...] capaz de fomentar e colaborar para a construção de novas normas, condutas e valores para o convívio entre os homens* (MASCARENHAS, 2000b, p. 1). Com este entendimento, e pretendendo apresentar *novos*

249 Texto correspondente a parte do Capítulo 2 “Nosso Horizonte” (MASCARENHAS, 2000b, p. 19-23; 35-41) e a parte do Capítulo 3 “Um Caminho” (2000b, p. 45-48; p. 67-68; p.70-72) da Dissertação de Mestrado, disseminado como Trabalho Completo sob o título: “Lazer e Educação Popular” (2001d). Neste trabalho não ocorre citação ou referência a Marx.

250 Texto correspondente a parte do Capítulo 4 “Em marcha” (MASCARENHAS, 2000b, p. 73-108), com alterações, disseminado como artigo (1999b).

251 “[...] nosso ponto de partida não poderia ser outro senão a própria realidade onde está inserido nosso problema/objeto de investigação ‘Lazer e grupos Sociais: Concepção e Método’. Isto quer dizer que para se pensar o lazer em sua articulação com determinado grupo, precisamos estar conscientes de que, um e outro, não podem ser tratados como conceitos abstratos, desenraizados, desconectados de uma certa conjuntura e contexto econômico, político, social e cultural” (MASCARENHAS, 1999, p. 5).

elementos que busquem nos orientar na elaboração de um proposta de intervenção no campo do lazer com grupos/movimentos sociais (MASCARENHAS, 2000b, p. 1), implementa um programa junto a *meninos e meninas em situação de risco* cujos focos centrais são (1) a garantia do direito de acesso à vivência dos conteúdos do lazer; (2) *a tentativa de gerar formas superiores de organização do grupo* (MASCARENHAS, 2000b, p. 111).

Neste movimento de tentar encaminhar soluções teóricas a partir da experiência concreta dos sujeitos (dos indivíduos organizados em coletivos por demanda), resultam formulações teórico-conceituais diversas com as quais o autor deseja revolucionar a pensamento social sobre o lazer predominante na atualidade, a título de estruturação de *"novos quadros de referência"* (MASCARENHAS, 2000b, p. 2). Esses novos quadros de referência são buscados em dois movimentos teóricos iniciados na Dissertação de Mestrado e continuados na Tese de Doutorado: (1) entendimento da dinâmica *das novas estruturas ideológicas em construção no âmbito do processo de globalização econômica*; (2) construção de *uma reflexão mais elaborada sobre o debate em torno da questão e/ou oposição tempo de trabalho e tempo livre frente ao controverso processo de reordenação produtiva em andamento*. Neste processo, estrutura o que chama de *Pedagogia Crítica do lazer* (MASCARENHAS, 2000b, p. 3).

Em *Entre o ócio e o negócio: teses acerca da anatomia do lazer* (2005a), Mascarenhas realizará um intenso debate com Marcellino e a teoria *crítico-idealista* que este produz (MASCARENHAS, 2005a, p. 7-16). Nessa obra, o autor parte da identificação de um debate entre concepções *realista-objetivista*, *idealista-subjetivista* e *crítico-idealista* acerca da atribuição de definições e conceitos ao lazer. Defenderá a tese de que os *estudos do lazer*, com destaque especial para Nelson Carvalho Marcellino, apresentam uma conduta idealista na identificação do lazer, e que para uma efetiva reação, os estudos devem ser postos de "ponta cabeça".

Queremos dizer com isso que a intervenção reativa desejada por Marcellino (1983), para ser mesmo colocada em prática, deve ser posta de "ponta a cabeça", tendo na mercadorização, na alienação, no individualismo, no formalismo e na desefetivação que apanha o lazer contemporâneo o ponto de partida de crítica e de transformação.

[...] o que queremos pôr em evidência é que as definições e conceitos de lazer colocados pelo campo, sejam de viés *realista-subjetivista*, *idealista-subjetivista* ou *crítico-idealista*, precisam ter suas verdades submetidas ao crivo da realidade.

[...] o critério de verdade para a apreensão daquilo que é o lazer é a prática. Assim, o conceito de lazer deve expressar, sob, o ponto de vista lógico, a síntese das múltiplas determinações que o atravessam e que são instituídas pela economia, pela política e pela cultura. Isto quer dizer eu é a dinâmica da história que dita os limites para a explicação e compreensão do real (MASCARENHAS, 2005a, p. 16-17).

Mascarenhas permanece, portanto, enredado no esforço de identificar *o que é o lazer* a partir de uma análise das condições objetivas reais, identificadas pelo autor como “novos” traços decorrentes do que chama de *atual estágio do desenvolvimento capitalista* os quais, a seu ver, *não mais coincidem com aquelas que encontrávamos há duas ou três décadas atrás* (MASCARENHAS, 2005a, p. 17). Sua investigação vai partir de um pressuposto teórico *de que o lazer não é um fenômeno acabado* e de uma hipótese:

Partimos então do pressuposto de que o lazer não é um fenômeno acabado, mas em permanente transformação. E mais, julgamos que as contradições que o apanharam mais recentemente impulsionaram um salto que gerou algo qualitativamente novo em relação à sua identidade das décadas anteriores, quando, tinha sua utilidade social subordinada a um projeto mais geral de educação e ocupação do tempo livre voltado para a produção e reprodução da força de trabalho. [...] Nosso objeto de pesquisa coincide, deste modo, com a pretensão de aprofundar estudos sobre o fenômeno do lazer na sociedade brasileira contemporânea, tendo em vista as mudanças econômicas, políticas e culturais ocorridas ao longo dos últimos anos, considerando tanto o avanço de sua mercantilização, bem como ponderando as contradições inerentes a este processo e suas possibilidades superadoras.

Portanto, esta investigação procura contribuir para o conhecimento deste novo lazer que emerge no Brasil a partir dos anos 1990, quando tal fenômeno, anteriormente vinculado às necessidades de produção e reprodução da força de trabalho, passa a subordinar-se diretamente, à produção e reprodução do capital, sucumbindo à forma mercadoria. Esta é nossa hipótese. Intenta-se, assim, compreender e explicar as determinações que operam sobre esta transição, quais sejam: as transformações econômicas provocadas pela reestruturação produtiva; mudanças políticas, ditadas pela hegemonia internacional do pensamento neoliberal; e as modificações culturais, cuja expressão se dá pelo processo de mundialização. De igual modo, é ainda nossa tarefa tentar desvelar os fundamentos ocultos e contradições que estão na base da produção do lazer como mercadoria, como também confrontar o desenvolvimento desta tendência com uma perspectiva superadora de lazer, buscando apontar os limites e as possibilidades colocadas para sua realização (MASCARENHAS, 2005a, p. 18-19).

A origem da crise que leva a um “novo” quadro de situação é identificada no *esgotamento do fordismo e a adoção de uma nova estratégia de acumulação e de uma estratégia hegemônica a ela correspondente*. O autor observa, como resultado deste novo quadro, a tendência à *mercantilização do lazer* – ou *mercolazer* – opondo a este processo o que chama de *lazerania*, ou a *uma forma superadora de lazer* enquanto exercício da cidadania em sua vivência (MASCARENHAS, 2005a, p. 22-23). A despeito dos esforços

de apontar uma mudança qualitativa, suas análises dos artigos disponíveis na Folha de São Paulo e na Revista Veja apontam a permanência da preocupação com o controle do tempo livre (MASCARENHAS, 2005a, p. 46-47), reforçando a tese de que as políticas de lazer pretendem o controle do tempo livre, a disseminação do consumo, e, em última instância, a construção de uma *subjetividade reificada* (MASCARENHAS, 2005a, p. 52). O raciocínio desenvolvido pelo autor nestes trabalhos merece ser melhor problematizado no que toca aos apontamentos acerca: (1) de um “novo” quadro de referência para a compreensão da problemática do lazer; (2) de que este novo quadro de referência define a ampliação da mercadologização do lazer; (3) da possibilidade de superação deste quadro no próprio seio do modo capitalista de produção, na forma da cidadania.

A alusão a “novos” quadros de referência é uma questão recorrente na obra do autor (MASCARENHAS, 2000b; MASCARENHAS, 2005a) e refere-se a mudanças decorrentes da onda neoliberal da década de 90, que estrutura uma “nova” configuração econômica a qual determina a elaboração de novas respostas teórico-metodológicas para a problemática do lazer. Esta “nova” configuração econômica tem como marco as **transformações** ocorridas no mundo do trabalho em decorrência da *reestruturação produtiva* (MASCARENHAS, 2000, p. 3). Esta é a realidade que vai determinar a situação em que vivem os sujeitos. A nosso ver, a análise do autor despreza o movimento mais amplo do capitalismo monopolista que vai ocorrer em todo o século XX, concentrando-se em seus fragmentos na forma da vitória do liberalismo expressa na onda neoliberal pós derrocada do socialismo real.

No esforço de *compreender melhor a dinâmica das novas* (mais uma vez sem aspas) *estruturas ideológicas em construção no âmbito do processo da globalização econômica* (MASCARENHAS, 2000, p. 3), o autor vai dizer:

Se em outro momento histórico as ressalvas dirigidas ao tempo livre pelo capital foram bastante incisivas, tendo em vista que a percepção deste mesmo tempo baseava-se na idéia de “tempo perdido”, condenado tanto por critérios morais como produtivo, em nossa realidade, o lazer – tido como parte constitutiva do tempo livre – apresenta-se hegemonicamente como uma espécie de “tábua de salvação”. Frente aos interesses econômicos mercadológicos, o fomento às práticas de lazer torna-se evidente, e sua potencialidade/capacidade temporal de consumo constitui-se, então, como poderoso instrumento para a reprodução do capital. Neste contexto, o resíduo de tempo em que ocorre o lazer e a maneira como dele as pessoas se apropriam caracteriza-se pelo modo ou posição

que o sujeito ou determinado grupo ocupa na sociedade de classes. Desta maneira, é com referência no poder de compra e/ou consumo que são verificadas as diversas formas de emprego do lazer.

Como alerta Newton Cunha (1987), tendo em vista que o consumo se materializa como um dos momentos indispensáveis para a circulação econômica – outros seriam a produção, distribuição e troca –, o tempo livre converte-se em um tempo imprescindível à produção. Portanto, o lazer se insere como uma categoria interna da economia política. Queremos dizer com isso que sua manifestação não ocorre senão como uma emanção da própria economia capitalista. Quanto mais contraditórias e agudizadas as diferenciações de classe no interior de uma dada sociedade, maiores serão as distinções de tempo e práticas de lazer entre os grupamentos sociais (MASCARENHAS, 2000, p. 13-14).

Já vimos como Newton Cunha vai conceber o lazer *como uma categoria interna da economia política*, ou seja, como uma categoria constitutiva do modo capitalista de produção, resultado do tempo liberado pelo avanço das forças produtivas, quando, acima de tudo, entra em ação o grau de organização e poder dos trabalhadores. Nossas pesquisas demonstraram também que não é a reivindicação organizada pelo aumento do tempo livre que vai garantir que este tempo esteja a serviço dos interesses e necessidades dos trabalhadores, pois o capital não deixa escapar, assim, com tanta facilidade, o controle ideológico. É no tempo livre que este controle tende a ser mais severo, ainda que os meios utilizados para isso não o pareçam. Esta é uma das questões que o autor apontará em *“Tempo de trabalho e tempo livre: algumas reflexões a partir do marxismo contemporâneo”* (2000, p. 19-42). Neste artigo/capítulo de tese, Mascarenhas aponta a predominância, no âmbito dos *estudos do lazer*, das posições que defendem que *o surgimento e o conseqüente aumento do tempo livre se devem ao processo de automação decorrente do progresso técnico que temos experimentado*” (MASCARENHAS, 2000, p. 28). Contradizendo esta tendência, o autor destacará a tese defendida por Newton Cunha de que o aumento do tempo livre é decorrente *“do grau de organização e poder da classe trabalhadora”* (CUNHA, 1987).

Apontamos no Capítulo II desta tese que a burguesia trata de garantir o controle de qualquer espaço/tempo que o trabalhador reivindique com a finalidade de manutenção de sua hegemonia – o que nos faz afirmar (ampliando a tese de Cunha) que a definição da quantidade de tempo livre e das políticas de ação neste âmbito configura-se nas entranhas dos embates históricos entre capitalistas e trabalhadores atuando segundo seus interesses específicos imediatos (classe para si). Um alto grau de organização e poder que não altera a

divisão social do trabalho e a apropriação privada dos meios de produção resultará, ciclicamente, em perda de conquistas quando esta organização e poder definham (e o século XX nos permite afirmar isto, quando destacados o aumento do desemprego e a perda de direitos trabalhistas). A análise detida dos embates de classe travados no século XX impede que alimentemos ilusões quanto às perspectivas que se abrem para uso autônomo do tempo livre por parte da classe trabalhadora nas condições objetivas e históricas de apropriação privada das forças produtivas e das relações de produção, situação que ainda não superamos. Sob o controle do capital, as novas tecnologias, a redução da jornada, a conquista do tempo livre são reconvertidos aos interesses de produção da mais valia, por processos complexos que se dão no âmbito das relações de trabalho e fora das relações de trabalho, no chamado tempo livre, tendo como ferramenta poderosa, a indústria cultural e a propagação pedagógica das ideologias que interessam ao capital. Neste contexto, o que fazer? Não identificamos no texto de Mascarenhas uma resposta satisfatória para esta questão, reconhecendo, que esta resposta encontra-se em processo de configuração nos próprios embates na produção da existência, nas disputas concretas no seio das relações de produção que disputam as forças produtivas.

No entanto, a contradição essencial que pretendemos demonstrar em Mascarenhas – do ponto de vista do estabelecimento de uma teoria marxista do lazer, refere-se à consideração do lazer enquanto uma mercadoria que se constitui apenas após a onda neoliberal da década de 90. Se podemos constatar a intensificação deste processo a partir dali, não podemos deixar de acentuar que, tal como apontado por Faleiros (1980) e Cunha (1987), a produção necessita de um tempo para a circulação e o consumo das mercadorias. Sem este tempo não há a garantia da obtenção do retorno no investimento capitalista em busca da produção de valor. Não adianta garantir a produção do valor se eu não garanto o consumo das mercadorias que o retêm até o instante da comercialização. O lazer é composto em um complexo processo histórico (1) de reorganização do tempo a serviço da produção de caráter capitalista (THOMPSON, 1998, p. 267-304); (2) de conversão de práticas cotidianas realizadas na esfera privada em mercadorias para circulação na esfera pública. Este movimento é constitutivo do modo capitalista de produção, que, tal como já

expôs com propriedade Faleiros converte todas as necessidades em mercadorias²⁵², configurando-se em todos os ciclos do seu desenvolvimento. Não se trata de um “novo” fenômeno, mas sim, de seu acirramento frente ao fôlego dado ao capitalismo no período em que vigorou o grande pacto conhecido como *Welfare State*²⁵³.

Se pudemos observar em Antunes, Máuri de Carvalho e Taffarel a inscrição de seus objetos de estudo em um projeto mais amplo de crítica ao modo capitalista de produção e de anúncio da necessidade de estruturação de um outro modo de produção da existência e das correspondentes relações de produção claramente anunciado como a sociedade socialista/comunista, encontramos em Mascarenhas a constatação da existência desta demanda para a configuração de uma outra prática social do lazer.

Procurando construir uma visão pouco mais otimista da realidade com que nos deparamos no cotidiano e observamos pelos meandros da vida social, econômica e política do país, podemos dizer que, se por um lado a “fábrica de pobreza” oferece o tom da balada que empolga e anima os setores dirigentes do governo em questão, por outro, não são poucas as contradições que nos permitem ter no horizonte a esperança de podermos fraternalmente viver com dignidade em outra forma de organização social (MASCARENHAS, 2000, p. 15).

Mas a avaliação que leva à existência desta demanda por mudança parte de referenciais bastante distintos. Para Mascarenhas, esta demanda por mudanças aparece no que chama de *aceleração das consciências* ante os *desarranjos e turbulências* que caracterizaram a política brasileira no final do século XX, desde os escândalos de corrupção até os compromissos assumidos por FHC com os interesses econômicos das grandes potências internacionais. Mascarenhas anuncia: “tu vens, eu já escuto teus sinais”... Mas de quem são os passos que o autor parece pressentir?

Diferentemente de Antunes, Freitas e Taffarel, Mascarenhas não está preocupado com o pensar/projetar a intervenção visando à sociedade socialista. O seu foco é (1) a

252 A análise dos clássicos dos *estudos do lazer*, como A teoria da classe ociosa (VEBLEN, 1965), comprovará esta afirmação, especialmente o capítulo IV, Consumo conspicuo, no qual o autor se refere a um consumo especializado como prova de força pecuniária. Também a leitura de romances de costumes como *O Pai Goriot*, de Honoré de Balzac (1834), comprova o quanto os bens de uso pessoal estavam configurados como mercadorias a ponto do endividamento das senhoras as levar à ruína de seus pais e esposos. Mas, mais elucidativo que todos estes textos é *O Capital*, no qual Marx demonstra como a conversão dos valores de uso em mercadorias destinadas a produzir valor é a base que dá origem ao modo capitalista de produção (MARX, 1989).

253 Esta questão aparece nesta tese no estudo que fazemos do contexto em que ocorrem o primeiro e o segundo ciclos da produção do conhecimento referente aos *estudos do lazer* no Brasil. Ver Hobsbawm (1995).

compreensão dos nexos e contradições do lazer tal como ocorre no modo capitalista de produção; (2) as transformações pelas quais o lazer passa no século XX e XXI, em virtude das reformas econômicas, e as conseqüências destas transformações para os *cidadãos*; (3) as possibilidades imediatas de políticas públicas no âmbito da garantia do direito ao lazer. Para Mascarenhas, as palavras centrais são garantia de acesso ao lazer como direito social democrático, e enquanto política pública a ser garantida pelo Estado.

Como aparecem estas questões em seu pensamento? Esta preocupação por trás de sua produção vai impulsionar o autor a estabelecer um recorte histórico, a nosso ver, equivocado: o lazer antes da onda neoliberal o lazer após a onda neoliberal, tomando como marco histórico a década de 90. Este movimento permite a Mascarenhas trazer para seus leitores os marcos políticos e econômicos que configuram o *welfare state* nas décadas de 50 e 60 e, nas décadas posteriores à década de 70 aos dias atuais, a *onda neoliberal*, o que se configura no principal avanço do autor. Mascarenhas trás para os *estudos do lazer* no Brasil o enfrentamento das políticas econômicas que promovem transformações no acesso ao lazer. Tal movimento é feito com a finalidade de apontar as possibilidades e os limites de uma política pública no âmbito do lazer. O que nos coloca diante do fato de que se trata de um *intelectual orgânico* refletindo quanto às possibilidades de o Estado avançar na realização de políticas sociais no atual contexto de defesa do Estado Mínimo, e das pressões objetivas que os liberais vêm fazendo nesta direção. Podemos perguntar: um intelectual orgânico a serviço de quem e do quê?

Evidencia-se, ainda, a apresentação da concepção marxiana de trabalho como uma idéia acerca da realidade e não como a descrição científica de uma realidade pré-existente apreendida com o auxílio da concepção materialista e dialética da história (MASCARENHAS, 2000, p. 26, nota 22). Além disso, o recurso à discussão dos problemas em torno do trabalho no modo capitalista de produção e o abandono do enfrentamento das análises de Marx sobre o trabalho no modo capitalista de produção, impedem Mascarenhas de reconhecer que Marx já explicou a maior parte das questões que estão sendo apontadas por seus intérpretes como “novas” questões, configurando-se como o referencial mais avançado a partir do qual devemos buscar interpretar os nexos e contradições nos quais

diferentes práticas estão inscritas no modo capitalista de produção. Esta posição é corrente no conjunto de sua *Dissertação de Mestrado*, como na citação do trecho seguinte, extraído de Cattani²⁵⁴:

O novo paradigma produtivo exige um esforço redobrado, que supere os enfoques convencionais da economia do trabalho com ênfase nos mecanismos econômicos e da sociologia do trabalho com ênfase na situação dos assalariados. O desafio é compreender a lógica de seletividade e de exclusão do mercado de trabalho e o processo de construção social de identidades no contexto de precarização e da exclusão (p. 61).

E nos chama atenção ainda para que:

As teorias podem não estar elaboradas o suficiente para prever, com exatidão, os acontecimentos dos próximos anos, mas dispomos de inúmeros elementos que permitem analisar e avaliar o que está ocorrendo no mundo contemporâneo. Porém, não basta explicar quadros explicativos que embora tenham dado conta de certos fenômenos pretéritos, são limitados face à complexidade das mutações atuais. Essas exigem procedimentos mais elaborados, outras sensibilidades, novos conceitos e, sobretudo, um aprofundamento do espírito crítico (p. 16) (CATTANI, citado por MASCARENHAS, 2000, p. 33-34).

Reconhecemos que Mascarenhas enfrenta o problema de uma ação pedagógica no que toca à educação *para e pelo lazer*, entretanto, toda ação pedagógica é guiada por uma teleologia. Frente ao embate entre classes antagônicas que marca o modo capitalista de produção, modo efetivo de produção da existência em que vivemos, torna-se urgente que reconheçamos que toda a ação pedagógica vai contribuir para a consolidação do capitalismo ou para sua superação.

Nesta direção, reconhecemos em Mascarenhas a intencionalidade de atuar na *sociedade contemporânea*²⁵⁵, assim mesmo, indefinida, não delimitada, cujas potencialidades e possibilidades estão para ser construídas pelos homens de hoje, libertos dos “erros” postos nas macroteorias que tinham a pretensão de amarrar o futuro. Mascarenhas reúne-se aos que impõem severos limites à capacidade humana de agir teleologicamente, ou seja, de projetar e efetivar seu futuro, esquecido que a burguesia, a classe proprietária dos meios de produção, diariamente, impõe a teleologia que delimitou ser central para seus interesses particulares.

254 CATTANI, Antonio David. Trabalho e autonomia. Petrópolis: Vozes, 1996.

255 *Sociedade contemporânea* (2000, p. 23), *atual momento histórico* (2000, p. 19), *somente em outra forma de sociedade* (2000, p. 41) são as expressões vagas às quais Mascarenhas recorre para nomear o modo capitalista de produção, o capitalismo monopolista e imperialismo e a superação da sociedade capitalista pela sociedade socialista e, posteriormente, comunista enquanto concepções fundamentais do marxismo clássico, que o autor tenta evitar.

5 Progressos e limites da apropriação da obra de Marx e Engels pelos *estudos do lazer* no Brasil

Enfrentada a apropriação da obra de Marx e Engels pelos *estudos do lazer*, torna-se possível apontar os progressos e os limites deste esforço. Este é um movimento fundamental para o enfrentamento da segunda parte deste estudo, que trata, após a análise da apropriação da obra de Marx e Engels pelos *estudos do lazer*, do movimento inverso de apropriação da obra de Marx e Engels em busca das implicações desta macroteoria para a compreensão da problemática do lazer.

Em primeiro lugar, faz-se necessário reforçar que as abordagens (MARCELLINO, 1983, p. 23; 1987, p. 23; CAMARGO, 1990, p. 70; 1998, p. 31, 143-145; 1983, p. 8-9; 2003, p. 36; BRUHNS, 2000, p. 15; Werneck, 2000, p. 48-49; Gomes, 2003, p. 73- 74; p. 75, nota 26; 2003, p. 75-76)²⁵⁶, que negam a possibilidade de a obra de Marx e Engels contribuir para a compreensão da problemática do lazer, cumprem o papel ideológico de impedir uma leitura que viabilize uma visão da totalidade em que está inscrita a problemática do lazer, ou seja, que viabilize a compreensão do lazer no modo como os homens estão produzindo e reproduzindo sua existência no contexto histórico de predomínio do modo capitalista de produção da existência.

Em última instância, essas abordagens cumprem o papel ideológico de **impedir o questionamento** do destaque atribuído ao lazer, enquanto espaço de realização e emancipação humana, o que poderia **inviabilizaria a construção de justificativas ilusórias acerca da expansão do lazer** como prática social, nicho de mercado e campo de intervenção profissional, permitindo-nos ver as coisas como elas são, despidas das fantasias e fantasmas com os quais os homens, por interesses diversos, as encobrem. Destacam-se estes autores em virtude de sua **absorção** pelo mercado editorial. Para que tenhamos uma noção do peso de suas palavras, do total de trabalhos disseminados levantados nesta pesquisa, estes autores encontram-se em posição privilegiada no que toca ao volume total de produção disseminada, destacando-se Marcellino em primeiro lugar, Bruhns em segundo e Camargo em sexto lugar. Considerando-se que a disseminação está associada à aceitação da proposição dos autores pelos leitores, este é um dado significativo.

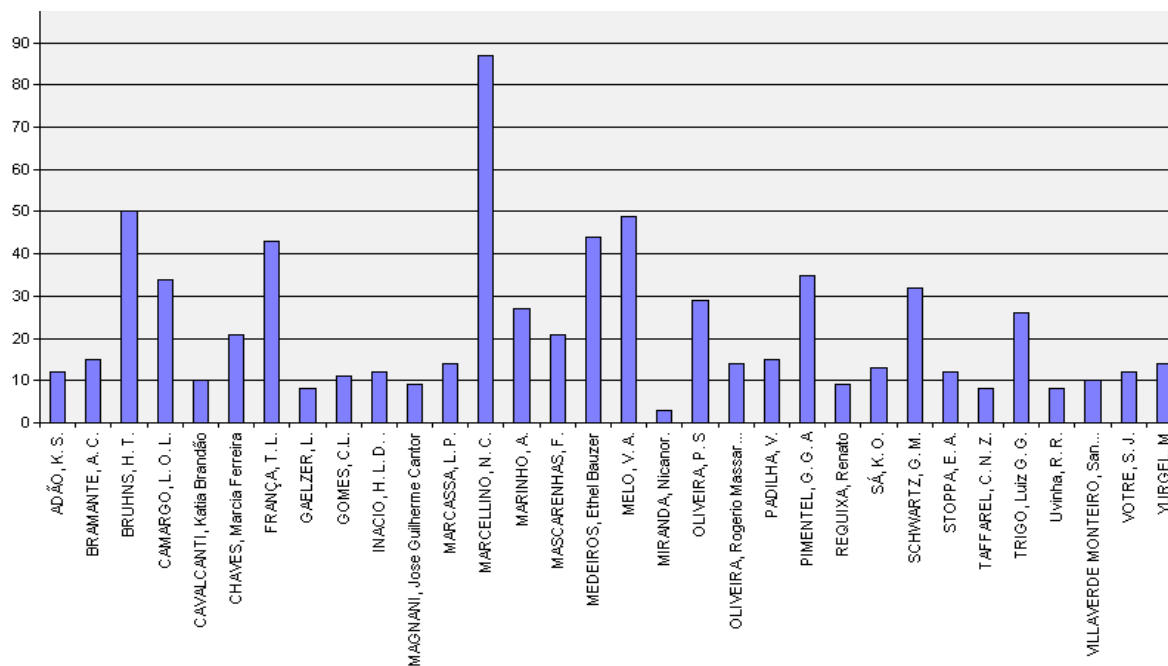


GRÁFICO 13 – Contagem de produção por autor

Entre os autores que citam parcialmente a obra de Marx e Engels, destaco primeiramente aqueles (CHEMIN, 2003, p. 99; CAMARGO, 1998, p. 8) que aludem ter encontrado nestes autores, apoio para suas teses sobre a *relevância* e a *centralidade* do *lazer* enquanto prática social e categoria teórica. Contradizendo esta posição, afirmamos que Marx e Engels *não poderiam ter elaborado reflexões sobre o lazer tal como o conhecemos e vivenciamos na atualidade*. Em *primeiro lugar*, porque na ontologia de Marx e Engels a origem do homem, as relações que desenvolvem com os outros homens e os projetos que empreendem são determinadas pelo modo como os homens produzem e reproduzem sua existência, pelo modo como realizam a produção e a reprodução da vida. Nesta ontologia, assume centralidade o trabalho como *atividade vital* (MARX, 1989, p. 156), como categoria ontológica que, em última instância, permite a evolução e o amadurecimento das complexas estruturas orgânicas do homem e das complexas relações sociais em que vivem (MARX, 1989, p. 202; ENGELS, 1979, p. 215-228). Em *segundo lugar*, porque a problemática do lazer não se configurava como problema significativo no tempo em que viveram, não havendo, por exemplo, uma produção teórica sobre a qual

256 Gomes (2003) e Werneck (2000) são a mesma autora: Christianne Luce Gomes.

pudessem se posicionar, como no caso do pensamento jovem hegeliano ou da economia política.

Evidencia-se, nos textos de Marx (*Trabalho alienado e superação positiva da auto-alienação humana*, 1989, p. 146-164) e Engels (*Humanização do macaco pelo trabalho*, 1979, p. 215-228), a imensa preocupação com as conseqüências do trabalho tal como realizado no modo capitalista de produção, que converte parte significativa da humanidade, a classe trabalhadora, a uma condição animal. Em seu pensamento, aparece, claramente, o entendimento da demanda histórica pela *redução da jornada de trabalho* para a fruição da liberdade (MARX, s/d (b), p. 942), entendida como atividade livre (MARX, 1989, p. 156).

O animal é imediatamente com sua atividade vital. Não se distingue dela. É *ela*. O homem faz da sua atividade vital mesma um objeto do seu querer e da sua consciência. Tem atividade vital consciente. Não é uma determinidade com a qual ele conflua imediatamente. A atividade vital consciente distingue o homem imediatamente da atividade vital animal. É precisamente só por isso que ele é um ser genérico. Ou ele só é um ser consciente, isto é, a sua própria vida lhe é objeto, precisamente porque é um ser genérico. Só por isto a sua atividade é atividade livre. O trabalho alienado inverte a relação de maneira tal que precisamente porque é um ser consciente o homem faz da sua atividade vital, da sua *essência*, apenas um meio para a sua *existência* (MARX, 1989, p. 156).

Em contraponto ao defendido por Camargo e Chemim, acentuamos a centralidade e a atualidade²⁵⁷ da obra de Marx e Engels para a compreensão da problemática da *fruição do tempo livre da jornada de trabalho*, como uma temática profundamente associada à análise

257 Sartre, explicando o contexto histórico em que surge e tenta estabelecer-se o existencialismo, referir-se-á em várias passagens à atualidade do marxismo enquanto existir o modo de produção que o produz – contraditória e dialeticamente – como sua crítica radical (SARTRE, 2002, p. 19-39). Saviani retoma esta reflexão sobre a atualidade da obra de Marx, e de sua proposição de *compreender os modos como os homens produzem sua própria existência produzindo, assim, a História mesma* (SAVIANI, 1991, p. 9) como referencial teórico sobre o qual realizará o esforço de análise histórico-crítica dos problemas da educação no contexto do final da década de 80 e início da década de 90 do século XX, assumindo centralidade a pós-modernidade e a crise no pensamento de esquerda. Apóia-se nesta mesma obra de Sartre para dizer: “Costumo dizer que é preciso que consideremos mais seriamente a afirmação de Sartre – que não era marxista – segundo a qual o marxismo é a filosofia viva e insuperável de nossos tempos. [...] Esta idéia de Sartre se ancora na consideração de que uma filosofia é viva enquanto expressa a problemática própria da época que a suscitou e é insuperável enquanto o momento histórico de que é expressão não tiver sido superado. Ora, os problemas postos pelo marxismo são os problemas fundamentais da sociedade capitalista e enquanto estes problemas não forem resolvidos/superados não se pode falar que o marxismo terá sido superado” (SAVIANI, 1991, p. 10). A mesma reflexão é feita por Lombardi, retomando Saviani, afirmando que “desde a ‘queda do Muro de Berlim’ [...] não há como negar que o regime capitalista é aparentemente hegemônico” o que traz ao centro e reforça a relevância das “análises críticas da sociedade capitalista” colocando para a esquerda o desafio de “repensar seu projeto político e suas bases teórico-práticas”, um esforço que não pode ser assumido “como um mero exercício acadêmico desprovido de vida e sentido”, mas “procurando manter vivo o rigor histórico e lógico que a elaboração científica exige – é necessário contribuir para transformar o mundo existente e para manter aceso o sonho de que um dia iremos construir uma sociedade mais justa, igualitária e humana” (LOMBARDI, 1993, p. 321, p. 325).

das condições nas quais os homens produzem e reproduzem sua existência no modo capitalista de produção. Destacamos, porém, a centralidade da *revolução do modo de produção da existência capitalista* para a superação das condições em que os homens vivem o trabalho e o tempo livre do trabalho. Procuramos detalhar estas contribuições no capítulo seguinte.

Uma diversidade de autores fará referências à obra de Marx e Engels apropriando-se de uma determinada categoria de seu pensamento, sem o adequado cuidado de garantir a fidelidade à contextualização histórica e teórica destas categorias. Observamos variações no grau de aprofundamento na apropriação de determinadas categorias. Esta variação caminhou, conforme nossa análise, da apreensão exclusiva da categoria sem conhecimento de seus significados e de sua articulação com o conjunto do pensamento dos clássicos, até a apropriação detida de uma categoria e seus nexos com um determinado aspecto da realidade analisado por Marx e Engels, sem, no entanto, relacionar esta categoria com o conjunto da teoria social desenvolvida pelos autores.

Chamamos a primeira de *apropriação fragmentada* e a segunda, de *apropriação detida*. Este grupo de autores dá sinais de ter-se iniciado nos *estudos do lazer* como um todo, apresentando reflexões significativas indicativas do esforço de apreender a obra de Marx (com menor referência a Engels) ou de outros marxistas (principalmente Lukács e Gramsci) com a finalidade de orientar o reconhecimento das *possibilidades e limites do lazer enquanto prática social vivenciada no modo capitalista de produção*. Entendemos, no entanto, que enquanto estiver marcada pela apropriação de parcelas absurdamente mínimas da obra dos pais do marxismo, este processo não poderá deflagrar saltos na compreensão da problemática do lazer no campo do marxismo.

Outro aspecto que desejamos destacar é a opção pela apropriação da *Concepção Materialista e Dialética da História* e do pensamento de Marx e Engels a partir dos intérpretes. Evidenciamos que o desenvolvimento de determinados aspectos do marxismo por parte dos intérpretes se dá a partir de estudos aprofundados da obra dos clássicos. O desafio para os que optam pelos intérpretes como ponto de entrada no marxismo é, portanto, dobrado: (1) apropriar-se do referencial matricial (MARX e ENGELS) e (2)

apropriar do referencial desenvolvido pelo intérprete. Destacamos, ainda, o imenso debate que cada desdobramento promovido por um intérprete abre, configurando-se o terceiro desafio de se apropriar do debate em torno daquele desdobramento. Aos estudiosos do lazer (que têm realizado uma apropriação fragmentada e detida da obra de Marx e Engels) que escolhem incursionar pela *Concepção Materialista e Dialética da História* ou pelo *marxismo* está aberto o desafio de apropriação rigorosa e ampliada destes referenciais.

Apoiados em Lombardi, defendemos a atualidade do marxismo *como uma concepção viva e suficiente, ainda na contemporaneidade, para a análise crítica da sociedade capitalista, e como um referencial revolucionário e transformador da ordem existente* (LOMBARDI, 1993, p. 324). Defendemos a atualidade do marxismo para a compreensão de toda e qualquer prática que ocorra no seio do modo capitalista de produção da existência, por ser este a teoria crítica radical e rigorosa dos fundamentos políticos, teóricos e práticos do capitalismo. Defendemos ainda a apropriação das premissas teóricas da *Concepção Materialista e Dialética da História* na obra direta e conjunta de Marx e Engels, considerada no próprio processo de seu desenvolvimento (LOMBARDI, 1993, 313-323).

Um terceiro grupo de autores, caracterizado pela preocupação com a apropriação ampliada da obra de Marx e Engels, apresenta conclusões mais amadurecidas acerca da problemática do lazer. Dedicamo-nos mais atentamente a este grupo, em virtude dos avanços evidentes que trazem para a compreensão da problemática e dos avanços e limites dos *estudos do lazer* no Brasil. Este grupo de autores contribui para a compreensão da problemática do lazer no modo capitalista de produção, delineando claramente tendências de interpretação no campo do marxismo, alinhadas predominantemente com o chamado *Marxismo Ocidental* (ANDERSON, 1989), nas vertentes lukácsiana e gramsciana, sem descartar as vertentes leninistas e trotskistas.

A análise destas apropriações ampliadas da obra de Marx e Engels (como demonstramos, Engels é praticamente um desconhecido no âmbito dos *estudos do lazer*) traz contribuições significativas para a compreensão dos nexos e contradições em que está inscrita a prática social do lazer no modo capitalista de produção, na medida em que (1)

esforçam-se por configurar um apanhado histórico das relações político-econômicas que interferem na definição da jornada de trabalho e na definição das práticas culturais aceitáveis como práticas sociais do lazer; (2) esforçam-se por configurar uma explicação satisfatória do papel político e econômico que o lazer vem cumprindo; (3) esforçam-se por localizar os nexos e contradições em que o lazer está inscrito a fim de localizar suas potencialidades/possibilidades revolucionárias; (4) esforçam-se por configurar uma política/plano de ação pedagógica no âmbito do tempo livre/lazer, com a finalidade de garantir a conquista da superação do modo capitalista de produção, ainda que, em alguns casos, não explicita isso, “*rumo ao socialismo como fase transitória para o comunismo*”. No conjunto destes autores, delinea-se, a nosso ver, uma teoria marxista do lazer, apoiada na obra de Marx e Engels e em seus desdobramentos no marxismo.

A nosso ver, o primeiro grande desafio com o qual os estudiosos do lazer deparam-se agora é reconhecer nestes autores os elementos constitutivos dos fundamentos de uma *teoria marxista do lazer* presentes nestes trabalhos, essencialmente, em virtude da passagem que os autores fazem, em diferentes graus, pela obra de Marx e Engels e pela obra marxiana de Lenin, Lukács, Gramsci e Trotski. Esta teoria marxista deve enfrentar, com rigor e radicalidade, a possibilidade concreta: (1) de negar o lazer como categoria consistente do ponto de vista epistemológico; (2) de negar o projeto de ocupação do tempo livre como demanda histórica da classe trabalhadora; (3) de acentuar e reafirmar a luta pelo direito ao trabalho (enquanto atividade vital e atividade livre para satisfação das necessidades da classe para si) e à redução da jornada de trabalho como requisitos fundamentais para a garantia do direito de produção da própria existência e de obtenção de tempo livre para uma atividade livre; (4) de trazer para o centro dos *estudos do lazer* a **centralidade** da revolução do modo capitalista de produção, rumo a um modo de produção comunista que propicie, em última instância, o fim da divisão do trabalho, o fim da diferenciação dos homens em classes de interesses conflitantes em decorrência da distribuição desigual dos bens socialmente produzidos, o fim da apropriação privada do direito ao ócio.

Ainda que não seja predominante uma apropriação ampliada da obra de Marx e Engels de caráter pleno, destacamos como progressos relevantes os esforços de Faleiros, Cunha, Padilha e Mascarenhas para a compreensão do lazer enquanto mercadoria, portanto, expressão de interesses econômicos típicos do modo capitalista de produção. Devem ser destacados ainda os esforços de Cunha, Antunes e Padilha no aprofundamento dos problemas da relação trabalho e tempo livre tal como vivenciados no modo capitalista de produção, desenvolvendo a temática do trabalho alienado e de suas implicações para a fruição do lazer. Cunha, Antunes, Padilha, Taffarel e Freitas desenvolvem a questão dos limites da prática social do lazer, ou da fruição do tempo livre no modo capitalista de produção, proporcionar a liberdade, arremetendo-nos para a necessidade de superação do capitalismo como modo de produção da existência. Cunha, Freitas e Taffarel proporcionam a crítica ideológica aos teóricos do lazer, configurando-se como pioneiros no processo de desmistificação da teia de mitos e fantasias proporcionados pela teorização que se esforça por configurar o lazer como “novo” campo teórico e espaço de atuação profissional.

No âmbito da reflexão que fazem os autores que evidenciam apropriação ampliada da obra de Marx e Engels, delinea-se o *embate* acerca das possibilidades e limites, na atualidade, das reformas/revolução em direção à construção do socialismo como etapa em direção ao comunismo – em muitos casos, as posições em favor das reformas chegam a apagar o socialismo e o comunismo como metas históricas. Segundo David Coates, *o reformismo deve ser compreendido como uma importante posição no debate que há muito se vem desenvolvendo sobre a natureza da transição para o socialismo e sobre a estratégia política mais adequada à sua consecução* (COATES, 2001, p. 313). Segundo Lombardi, trata-se de um debate antigo com raiz no *período de transição entre a I e II Internacional (1876 a 1889)* (LOMBARDI, 1993, p. 167). Não havendo tempo para uma discussão mais minuciosa deste debate no interior do marxismo, limitamo-nos a apontar que os traços deste debate no âmbito dos *estudos do lazer* são uma herança de um debate mais amplo que se dá no confronto entre as posições teóricas presentes no debate (como dito, entre os leninistas, o trotskistas, gramscianos e lukácsianos) acerca do processo de transição do capitalismo para o socialismo e o comunismo. Evidencia-se, em extremos, a necessidade da revolução violenta seguida da ditadura do proletariado, de um lado, e a resistência a esta

possibilidade, configurada na teoria da tomada pacífica do Estado por meio da organização dos trabalhadores em partidos e a disputa de eleições, portanto, por meios constitucionais, de outro (COATES, 2001, p. 313). Configura-se um desafio para os *estudos do lazer* a efetivação e o enfrentamento deste debate a fim de evidenciarmos as possibilidades e limites da reforma/revolução como processo de transição ao comunismo, e, especialmente, o papel das práticas, das políticas e da produção do conhecimento referentes aos *estudos do lazer* neste processo.

Neste contexto, assume centralidade a tomada de posição nos debates acerca das ***possibilidades e limites da atuação no âmbito da educação*** quando almeja-se a construção de um caminho para a emancipação humana. É necessário recordar que a defesa da intervenção pela educação é central nos *estudos do lazer* brasileiros, predominando as teses da *educação para o tempo livre e educação pelo tempo livre*, presentes em praticamente todos os clássicos dos *estudos do lazer* na área. No entanto, conforme demonstrado no capítulo, está no centro das teses da educação para e pelo lazer a disputa política em torno do que será feito do tempo livre da classe trabalhadora, predominando as posições que visam sempre determinar o caráter deste tempo. Na contramão desta posição, reconhecemos que o trabalho de apropriação (material e subjetiva) do mundo, a aprendizagem, é requisito essencial constitutivo do processo de produção da humanidade no homem e de configuração de qualquer liberdade de decisão e de ação (SAVIANI, 2000a, p. 15-16), defendendo, incisivamente o acesso universal, pela educação, ao conhecimento científico que a humanidade vem produzindo no processo histórico de conhecimento de si e das condições objetivas em que vive. Ora, apenas a educação universal que garanta a ampla apropriação do patrimônio acumulado pela humanidade pode garantir as condições para o pleno desenvolvimento das competências humanas para a produção da existência, na qual está inscrita a fruição do lazer.

No entanto, sob a égide do Estado e dos interesses privados, evidencia-se nas políticas educacionais – desde a destinação de recursos para a educação, passando pelos salários e condições de trabalhos dos educadores, ausência de bibliotecas de qualidade até a situação predial da escola pública em todos os níveis – as intenções de obscurecimento da

capacidade de entendimento da classe trabalhadora quanto às condições em que vive. Nestas condições, configurada como aparelho ideológico, também a educação é terreno de disputa política que o capital faz questão de manter sob seu absoluto controle. Tal como o tempo livre para uma atividade livre, o acesso à educação depende da superação das condições que impedem à classe trabalhadora o acesso às benesses que produz – direta e indiretamente, pelo trabalho e na divisão social do trabalho – convertidas, sob a égide do capital, em propriedade privilegiada e restrita da burguesia. Sob esta perspectiva, compreendemos a impossibilidade de superação do modo capitalista de produção, exclusivamente, pela via da atuação no âmbito da educação, ressaltando a necessidade urgente de superação desta perspectiva ingênua. Quando almeja-se transformações radicais, apenas a revolução das relações de produção baseadas na apropriação privada dos meios de produção pode promover as condições para a atividade livre.

No processo de análise da produção do conhecimento referente aos *estudos do lazer* no Brasil, observamos uma cantada e insistente afirmação quanto ao “*papel de destaque do lazer na formação omnilateral*” (MASCARENHAS, 2000, p. 88), como se fosse possível o desenvolvimento “*total completo, multilateral, em todos os sentidos das faculdades e das forças produtivas, das necessidades e da capacidade da sua satisfação*” (MANACORDA, citado por MASCARENHAS, 2000, p. 88) sem a superação das condições objetivas que levam à apropriação privada de todos os bens socialmente produzidos e à exclusão dos não proprietários do acesso a estes bens, ou seja, sem a superação do modo de produção da existência baseado na apropriação privada dos meios de produção. O que permite tamanha ilusão entre os *estudiosos do lazer* que tansitam no campo do marxismo?

A nosso ver a maior parte dos estudiosos têm falhado na crítica²⁵⁸ aos limites e possibilidades da fruição do lazer em virtude de não delimitarem adequadamente as categorias centrais para o reconhecimento das condições objetivas nas quais tal fruição se efetiva. Referimo-nos às categorias que permitem visualizar as condições nas quais,

258 Referimo-nos freqüentemente a uma estrutura titã de manutenção da hegemonia burguesa, como se estivéssemos nos referindo à doma de um gatinho. Ou tratamos explicitamente de um projeto a ser construído coletivamente mediante alianças sólidas e leais, ou permaneceremos piruetando a revolução como utopia: algo eternamente longe, fora de lugar.

efetivamente, os homens produzem e reproduzem sua existência no seio do modo capitalista de produção; categorias que estão presentes e só podem ser adequadamente apreendidos na apropriação plena e direta da obra de Marx e Engels. Ora, a nosso ver, o maior limite para a compreensão da problemática do lazer pelos que efetivamente estudam a obra de Marx e Engels, encontra-se, justamente, no grau de apropriação da obra clássica. Há uma predominância na opção pelo recurso aos intérpretes para a compreensão da obra de Marx com o efetivo abandono da leitura direta das obras de Marx e Engels. Destaca-se também a praticamente inexistente leitura das obras de Engels, o que descaracteriza o processo de construção conjunta²⁵⁹ da *Concepção Materialista e Dialética da História* efetuada pelos dois autores. Nestes casos, faz-se uma leitura parcial e fragmentada da obra de Marx, saltando para a precipitada busca de respostas nas explicações construídas por Lukács, Meszáros, Antunes, Fromm, entre outros, sem um adequado entendimento do pensamento clássico e de seus desdobramentos²⁶⁰.

O retorno a Marx e Engels é central para a compreensão dos limites do lazer como espaço de emancipação humana, na medida em que efetivamente configura-se como uma prática social que expressa a lógica, a rede de relações de produção que compõem o modo capitalista de produção. Se a noção de trabalho estranhado expressa o trabalho tal como ocorre no modo capitalista de produção, a expressão tempo livre para o lazer é o constitutivo contraditório e dialético desta noção, superável apenas pela revolução da totalidade das condições que viabilizam esta contradição, uma revolução que só pode surgir no seio e no movimento desta relação contraditória.

259 Sobre o trabalho conjunto de Marx e Engels ver Lombardi, 1993, a partir da página 293, acompanhado da crítica aos autores que enfatizam a colaboração de Engels como uma colaboração menor. Ver também Coggiola (1995), Lenin (1986).

260 Parte deste problema encontra-se no esforço de acompanhar o volumoso desenvolvimento do marxismo ocidental.

Capítulo II

MODO DE PRODUÇÃO DA EXISTÊNCIA: CATEGORIA CHAVE PARA A COMPREENSÃO DA PROBLEMÁTICA DO LAZER

Até aqui constatamos a existência de uma produção preocupada com a *geração de tempo livre do trabalho, as implicações deste tempo livre e a necessidade de seu gerenciamento*, com uma contínua proposição de alternativas que visam à sua ocupação e controle. Explicamos as relações dessa produção que visava a manutenção do equilíbrio entre as relações sociais como uma emanção do modo como os homens estão produzindo e reproduzindo sua existência, ou seja, nos próprios processos de consolidação da industrialização e do capitalismo monopolista no Brasil.

Em um segundo momento, levantamos os textos que se apropriam da obra de Marx e Engels, expondo os períodos nos quais ocorre esta apropriação (estejam eles negando ou buscando apoio na obra de Marx e Engels) no contexto mais amplo dos ciclos da produção do conhecimento e o movimento do capital. Evidenciamos a fragilidade dessa apropriação em virtude de sua parcialidade em relação ao conjunto das obras dos autores, e a fragilidade do projeto de emancipação que ela começa a delinear e almeja. Apresentamos as apropriações mais consistentes, apontando suas contribuições e limites, destacando-se aí o embate reforma/revolução. Resta-nos explicitar nossas próprias conclusões acerca da contribuição da obra de Marx e Engels para os *estudos do lazer*, esboçando linhas gerais em termos de perspectivas para novos estudos.

Neste último capítulo, focamos a explicitação da contribuição da obra de Marx e Engels para (1) a crítica da produção do conhecimento referente aos *estudos do lazer* no

Brasil e para (2) a compreensão da problemática do lazer no modo capitalista de produção e reprodução da existência e no projeto de sua superação. Retomamos brevemente o trajeto de Marx e Engels rumo à crítica às matrizes teóricas que nortearam sua formação e à estruturação de um referencial teórico revolucionário o qual permite aos homens se reconhecerem enquanto sujeitos históricos capazes de intervir racional e metodicamente na direção da construção de uma realidade que supere as cadeias radicais nas quais a humanidade se vê aprisionada ainda hoje e que impedem, em última instância, o livre desenvolvimento das suas forças vitais.

Por fim, sinalizados nossos referenciais imediatos, explicitamos elementos essenciais daquilo que reconhecemos como a categoria central para a compreensão da problemática do lazer: *modo de produção*. Aqui, finalmente, acertamos as contas com uma parcela desta produção que sucessivamente tem tomado a categoria trabalho como categoria central para a problemática do lazer, sem, no entanto, enfrentar radicalmente a centralidade do trabalho para a existência e a evolução do homem. Trata-se de situar a contribuição desta categoria no contexto mais amplo da noção de modo de produção.

1 Marx e Engels – superação do idealismo pelo materialismo histórico e dialético

Entre os anos de 1842 e 1844²⁶¹, ocorre o encontro que inicia a estreita relação de

261 Rubel afirma que o primeiro encontro de Marx e Engels se dá em 1842 na sede da Rheinische Zeitung. Diz Rubel: “Friedrich Engels, de caminho hacia Inglaterra, visita la redacción de la Rh. Z. (sic). El encuentro con Marx carece de brillantez, pesto que este último cree que Engels simpatiza con los “Emancipados”, grupo berlinés de liberales, corresponsales de la RH.Z., con los que Marx romperá públicamente” (Rubel, Maxime. Crónica de Marx: datos sobre su vida e su obra, Barcelona, Editorial Anagrama, 1972, P. 18). Wenceslao Roces precisa este encontro em novembro de 1842 (Prólogo. In MARX e Engels: obras fundamentales, Volume 2, México, 1981). Acompanhando a cronologia dos artigos publicados por Marx e Engels neste período, observa-se que Engels havia publicado dois artigos na Rheinische Zeitung no ano de 1842, o que permite afirmar que ambos já conheciam suas produções. Segundo a Cronobiografia resumida de Karl Marx, publicada na edição de Crítica da filosofia do direito de Hegel, da Editora Boitempo (2005, P. 159 a 165), o encontro definitivo de Marx e Engels ocorre em 1844, em Paris, ocasião na qual planejam seu primeiro trabalho juntos: A sagrada família. Rubel precisa este encontro entre julho e dezembro de 1844, dizendo: “Engels (que ha publicado em el Vorwärts durante los meses de agosto y setiembre una serie de artículos sobre “la situación em Inglaterra”) regressa al continente y se detiene em Paris, donde mantiene largas conversaciones com Marx. Engels acaba de finalizar su obra sobre La situación de las clases trabajadoras em Inglaterra, que será publicada em 1845. La comunidad de sus ideas es tal que deciden publicar juntos un panfleto, La sagrada Familia, contra el cenáculo formado por Bruno Bauer alrededor de la Allgemeine

colaboração e amizade entre Karl Heinrich Marx e Friedrich Engels²⁶². Ambos os pensadores eram naturais da Prússia Renana. Ambos sofreram a influência do filósofo idealista Georg Wilhelm Friedrich Hegel²⁶³, fizeram parte do grupo dos “jovens hegelianos”, ou “hegelianos de esquerda”, e foram influenciados pelo materialismo de Feuerbach²⁶⁴. Ambos chegam à crítica a Hegel e aos novos hegelianos; à economia política e ao socialismo utópico, reconhecendo na Classe Operária “*uma força caracteristicamente nova forjada pela ‘revolução industrial’*”, sendo “*o instrumento de transformação revolucionária*” do capitalismo para o comunismo²⁶⁵. Ambos percebem a necessidade de crítica da economia política em vigor no século XIX, acentuando seus limites para a explicação do capitalismo (ENGELS, 1979; MARX, 2004; MARX, 1985).

O caminho que percorrem até chegar a esta conclusão é diferenciado²⁶⁶, mas a

Literaturzeitung (Charlottenburg). Este escrito, em el que Engels sólo colabora con una decena de páginas, aparecerá en Frankfurt de Main en 1845” (Rubel, Op. Cit. P. 23). Gareth Stedman Jones, sem precisar a data do encontro, colocando-o entre a partida de Engels da Inglaterra em direção a Manchester e a redação de *A condição da classe trabalhadora na Inglaterra*. Afirma que “como ambos compartilhavam a mesma posição crítica contra o grupo de Bauer e haviam sido igualmente impressionados pela importância do movimento operário fora da Alemanha, concordaram em escrever uma obra conjunta expondo suas posições” *Die Heilige Familie (A sagrada Família, 1845)*. (JONES, Gareth Stedman. In BOTTOMORE, Tom, 2001, P. 126). Wenceslao Roces precisa este encontro definitivo em setembro de 1844 (ROCES, Wenceslao. Prólogo. In MARX e Engels: obras fundamentais, Volume 2, México, 1981, p. x).

262 Marx, nascido em Trier, 5 de maio de 1818 e morto em Londres, 14 de março de 1883. Engels nascido em Barmen, 28 de novembro de 1820, e morto em Londres, 5 de agosto de 1895.

263 Stuttgart, 27 de agosto de 1770 – Berlim, 14 de novembro de 1831. O mais importante filósofo do idealismo alemão pós-kantiano e um dos filósofos que mais influenciou o pensamento de sua época e o desenvolvimento posterior da filosofia. Escreveu *A fenomenologia do espírito* (1807); *Ciência da lógica* (1816); *Lições sobre a história da filosofia* (1819-1828); *Propedêutica filosófica* (1809-1816); *Enciclopédia das ciências filosóficas* (1817) e *Princípios da filosofia do direito* (1821).

264 Filósofo alemão que fez parte da esquerda hegeliana e rompe com Hegel em 1837, por “não reconhecer no movimento da história a ‘razão’ que Hegel nela colocou”. Segundo Japiassu, “Hegel havia posto no cume de todo o processo dialético a idéia absoluta” que Feuerbach vai interpretar de modo teológico (como Deus), condenando-a e colocando em seu lugar o homem. Para Feuerbach a religião é uma projeção de esperanças não realizadas, configurando-se como alienação. Esta idéia influencia a Marx (JAPIASSU, 1989, p. 98).

265 Na obra dos autores, esta questão passa a ser perceptível na *Introdução à Crítica da Filosofia do Direito de Hegel e Glosas críticas ao artigo ‘O rei da Prússia e a Reforma Social – Por um Prussiano* (Artigos de Marx), além de *A situação da classe trabalhadora na Inglaterra* (Engels).

266 O caminho que Marx percorre é mais longo, iniciando-se em 1841, e passa pela crítica filosófica aos princípios da filosofia hegeliana (Ver Rubens Enderle. Apresentação à *Crítica da filosofia do direito de Hegel*. São Paulo: Boitempo, 2005, p. 11-26). É conhecida a defesa de Hegel que Engels faz contra Schelling, o que comprova que Engels estudou Hegel. Gareth Stedman Jones não fornece nenhuma informação a respeito do processo de distanciamento de Engels da filosofia hegeliana. Menciona apenas que, sob influência de Moses Hesse, Engels torna-se comunista, e que o contato deste com a região têxtil inglesa, com os owenistas e cartistas o distanciam do círculo de Bruno Bauer. É no processo de discussão de *A Ideologia Alemã* e *A Sagrada Família* com Marx, que Engels, através da crítica aos novos hegelianos, faz a crítica a Hegel. Aquilo que o próprio Engels vai chamar, na nota preliminar a Ludwig Feuerbach e o fim da filosofia clássica Alemã, acertar as contas com a nossa consciência filosófica anterior. A crítica de Engels a Hegel aparece apenas em 1886, sob o título: *Ludwig Feuerbach e o fim da*

necessidade de “acerto de contas”²⁶⁷ com os referenciais que estruturam sua formação é comum aos dois autores, que vão produzir, com esta finalidade, obras como: *Crítica da filosofia do direito de Hegel* (MARX, 1843); *A questão judaica* (MARX, 1844); *Crítica da filosofia do direito de Hegel: introdução* (MARX, 1844); *Teses sobre Feuerbach* (MARX, 1845); *A Sagrada Família* (MARX e ENGELS, 1845); *A Ideologia Alemã* (MARX e ENGELS, 1845-1946); *Miséria da Filosofia* (MARX, 1847); *Manifesto do partido comunista* (MARX e ENGELS, 1848); *Ludwig Feuerbach e o fim da filosofia clássica alemã* (ENGELS, 1886).

A obra de Marx e Engels é elaborada a partir da militância política e da necessidade radical, trazida por esta militância, de crítica às elaborações teóricas que estruturam o pensamento político e econômico de seu tempo. Intentam a defesa da emancipação da classe operária da miséria imposta pelas transformações sociais e econômicas em toda a Europa, devido ao movimento de consolidação do *capitalismo liberal burguês*²⁶⁸ como modo de produção da existência, e, nesta direção, necessitam denunciar o ilusionismo produzido pelos filósofos e socialistas utópicos. Neste processo, os fundadores da *Concepção Materialista e Dialética da História* realizam uma crítica radical e superadora daquilo que há de mais atrasado (a monarquia absolutista, a religião, ao obscurantismo) e mais avançado no século XIX: (a filosofia alemã – a dialética idealistas de Hegel, e os novos hegelianos; a economia política inglesa – como toda a ciência burguesa; e ao socialismo francês²⁶⁹).

Wenceslao Roces (1982) fornece um relato sintético dos embates travados por Marx e Engels:

Uma das facetas mais importantes da atividade de Marx e Engels, que deixou uma marca

filosofia clássica alemã, caracterizando-se pela exposição feita por Engels da crítica filosófica e política que ele e Marx faziam a Hegel (Ver ENGELS, Friedrich. In *Ludwig Feuerbach e o fim da filosofia clássica alemã*. In: MARX e Engels: Obras escolhidas. Volume 3. São Paulo: Alfa-ômega, 1980, p. 169).

267 Hobsbawm, no texto Marx, Engels e o socialismo pré-marxiano, afirma: “Marx e Engels chegaram relativamente tarde ao comunismo. Engels declarou-se comunista no fim de 1842, enquanto Marx provavelmente só o fez na segunda metade de 1843, após um acerto de contas mais complexo e prolongado com o liberalismo e a filosofia hegeliana” (1983, p. 33). A expressão é localizada também no prólogo de Marx à *Crítica da economia política*, escrito em 1859, e no texto de Engels “Ludwig Feuerbach e o fim da filosofia clássica alemã” escrito em 1886 (Engels, Alfa Ômega, p. 169).

268 HOBBSAWM, Erick. A Era das Revoluções. São Paulo: Paz e Terra, 1997.

269 Lenin (1979); Lenine (1986, p. 35 a 39); Lombardi (1993, p. 313).

indelével em seus escritos e que deu vida a obras suas fundamentais, é a batalha constante contra todas as correntes e atuações deformadoras da doutrina da libertação. Nela se defendem e, ao mesmo tempo, se aprofundam e se esclarecem os fundamentos de sua concepção. Se a teoria é para eles a luz que ilumina os caminhos da prática, a arma da luta forjada na prática mesma, é obrigatório que esta teoria se mantenha incólume, que essa arma não se rompa, para que na hora da ação cumpra sua missão. Toda a sua obra é, desde o primeiro dia, uma briga incessante pela pureza e integridade dos fundamentos ideológicos que asseguram a vitória sobre a paralisação e o retrocesso, contra todos os intentos, deliberados ou não, de corrupção e tergiversação dos princípios irrenunciáveis. Luta, primeiro, contra os vaidosos hegelianos, que, de costas para a realidade, pretendiam soberbamente ditar ao mundo suas olímpicas idéias: *A sagrada família*, *A Ideologia Alemã*. Depois, ou paralelamente com isso, luta contra Feuerbach, que em um determinado momento lhes havia ajudado a ver claro, mas sem querer seguir adiante: *Teses sobre Feuerbach*, de Marx, capítulo sobre Feuerbach em *Ideologia Alemã* e *Ludwig Feuerbach*, de Engels. Luta contra Proudhon, para quem a história deveria marchar para trás, e não para adiante: *Miséria da filosofia*. Luta contra os reacionários paladinos do socialismo “verdadeiro”, do “socialismo” feudal e cristão: apêndice ao *Manifesto Comunista* e dezenas de escritos mais. Luta pela unidade do partido e contra seus desvios irresponsáveis: *Circular contra Kriege*, contra os divisionistas da Liga dos Comunistas e da Internacional. Luta contra os professores confusionistas que levam ao partido operário as misturas desconexas do positivismo, o neokantismo e outras filosofias turvadoras da consciência combativa: *Anti-Duhring*. A luta inflamada contra o bacuninismo na Primeira Internacional, que haveria de corromper e entorpecer tão desastrosamente os movimentos proletários de alguns países: *As supostas divisões na Internacional*, *Os bacuninistas em ação* e tantos outros documentos deste período. Luta contra as correntes do oportunismo e o reformismo, que aglutinadas mais tarde sob o signo do revisionismo, tratam de matar a raiz revolucionária do marxismo, fazendo dele uma doutrina apta para os governos da classe exploradora; luta contra Lassalle, contra Schweitzer e tantos mais: *Crítica ao programa de Gotha*, e assim sucessivamente. Em todos estes trabalhos, a crítica certa, arrazoada, incisiva, demolidora. Mas, junto com ela e em contraste com ela, a exposição positiva dos fundamentos, iluminada sempre com as lições da história e a apelação às realidades vivas (ROCES, 1982, p. XIX).

É na produção da década de 40 que encontramos os primeiros textos que expõem a concepção dos autores quanto à conexão entre a *produção de idéias e a produção material da existência*, estando aí a *localização das bases teórico-metodológicas que Marx e Engels lançam para a crítica das idéias produzidas em seu tempo e o modo como vão explicar as bases materiais nas quais estas idéias são produzidas, construindo a concepção materialista e dialética da história* (ROCES, 1982).

As elaborações iniciais de Marx e Engels a respeito da produção de idéias como fruto da produção material da existência vão ocorrer em um processo de militância e crítica à conjuntura político-econômica alemã, à correlação de forças em embate nesta conjuntura

e à produção teórica daí decorrente²⁷⁰. Encontramos, entre suas obras, textos que analisam o momento histórico alemão no contexto da conjuntura europeia da década de quarenta do século XIX, como, por exemplo, os artigos escritos por Marx para a *Rheinische Zeitung* debatendo as posições da VI Dieta²⁷¹ Renana²⁷² relativas à *censura* e à *lei sobre o roubo de lenha* (1842-1843); ou o texto *Crítica da filosofia do direito de Hegel – Introdução*²⁷³, no qual Marx apresenta *Crítica à filosofia do Direito de Hegel* avaliando a filosofia alemã a partir das condições objetivas postas naquela fragmentada e atrasada *Confederação de Estados*; ou as cartas de Engels *Al Redactor del Northern Star* – jornal Inglês; ou o manuscrito *El status quo en Alemania*²⁷⁴, no qual Engels faz uma primorosa avaliação da conjuntura alemã, fundamentada numa radical retrospectiva histórica, estabelecendo relações entre os limites e avanços da literatura nacional frente ao marasmo advindo da *reação continental* (ROCES, 1982, p. VII).

Partidários do progresso²⁷⁵ trazido pelas Revoluções Francesa e Industrial, Marx e Engels viam com desaprovação a paixão alemã pelo *Antigo Regime* e a devoção religiosa,

270 Ver BOTTOMORE (2001, p. 238 a 240); MARX e ENGELS: obras fundamentais, Volume 2, os textos de Engels: Sobre a Alemanha, Cartas I, II e III ao redator do jornal inglês Northern Star, publicadas em 1845, bem como o texto El Status Quo em Alemanha, escrito em março-abril de 1847.

271 A Dieta é o órgão representativo da Confederação de Estados Alemães, cujos embaixadores são delegados exclusivamente pelos governos sem a participação popular (Ver Engels, op. Cit, p. 578)

272 Escritos e publicados em 1842. (Marx e Engels, Obras Fundamentais. Marx: escritos de juventud. Volume 1, 1982. p. 173-218; 248-283 e 292-295).

273 Escrito entre dezembro de 1843 e janeiro de 1844, sendo publicado nos Deutsch-Französische Jahrbücher (Anai franco-alemães) em Paris, em 1844. Estou trabalhando com a edição publicada na revista Temas de Ciências Humanas. Volume 2, 1977.

274 As cartas foram escritas em 15 de outubro de 1845, fim de outubro de 1845 e 20 de fevereiro de 1846, e publicadas, respectivamente, em 25 de outubro de 1845, 8 de novembro de 1845 e 4 de abril de 1846. O Manuscrito foi escrito em março-abril de 1847, mas não foi publicado por Engels. (MARX e ENGELS: Obras fundamentais. *Engels, Escritos de juventud*. Volume 2. México: Fondo de Cultura Económica, 1981. p. 568-585 e 612-627).

275 “[...] não é possível abolir a escravatura sem a máquina a vapor e a mule-jenny (primeira máquina de fiação automática), nem a servidão sem aperfeiçoar a agricultura; que mais geralmente, não é possível libertar os homens enquanto eles não estiverem completamente aptos a fornecerem-se de comida e bebida, a satisfazerem as suas necessidades de alojamento e vestuário em qualidade e quantidade perfeitas. A libertação é um fato histórico e não um fato intelectual, é provocada por condições históricas, pelo [progresso] da indústria, do comércio, da agricultura[...].” (MARX e ENGELS, 1974, p. 28).

No mesmo texto, à página 30, explicando os limites do materialismo de Ludwig Feuerbach, Marx e Engels dirão: “(Feuerbach) Não vê que o mundo sensível em seu redor não é objeto dado directamente para toda a eternidade, e sempre igual a si mesmo, mas antes o produto da indústria e dos estado da sociedade, isto é, um produto histórico, o resultado da actividade de toda uma série de gerações cada uma das quais ltrapassava a precedente, aperfeiçoando a sua indústria e o seu comércio e modificava o seu regime social em função da modificação das necessidades” (MARX e ENGELS, 1974, p. 30).

definindo como anacrônicas (MARX, 1977, p. 2), “velhas e putrefactas”²⁷⁶ as condições reinantes na Alemanha. Faziam a crítica aberta ao posicionamento das diferentes forças em confronto na conjuntura de seu país, avaliando as posições políticas dos agrupamentos sociais (o *status quo* – nobreza e burocracia; a burguesia; o proletariado alemão; o campesinato; os socialistas verdadeiros ou socialistas reacionários; os comunistas) à luz da situação política na França. Posicionam-se ante essa conjuntura atrasada, na qual a nobreza aferra-se ao *Antigo Regime* feudal, evitando sob todas as formas sua superação; na qual a pequena burguesia, letárgica e interessada apenas em seus interesses privados, que durante muito tempo procurou “não intrometer-se nos negócios políticos do Estado” (ENGELS, 1981, p. 582), não consegue reunir forças suficientes (ENGELS, 1981, p. 615) para tomar o Estado, permanecendo os seus interesses subordinados aos interesses da nobreza feudal alemã até princípios do século XIX quando se forma a burguesia²⁷⁷; na qual “o movimento democrático das classes trabalhadoras permanece subordinado ao movimento liberal da burguesia”; na qual o campesinato se sente oprimido pelo velho regime feudal, mas cujo descontentamento necessita de um estímulo para explodir em uma rebelião aberta; na qual os intelectuais mantêm-se na tradição de “uma nação de gentes teóricas, pouco versadas na prática” (ENGELS, 1981, p. 582-583); na qual os partidos existentes são confusos, divididos por “sutilezas ideológicas” (ENGELS, 1981, p. 614), incapazes de “manter uma atitude prática ante os interesses que representam e ante a tática que devem seguir”²⁷⁸.

276 Engels, na *Carta III ao redator do Northern Star*, publicada em 04 de abril de 1846 (MARX E ENGELS: Obras Fundamentais, Fondo de Cultura Económica, volume 2, 1981, p. 580).

277 Engels explica as diferenças históricas de características e interesses entre a pequena burguesia e a burguesia. Na Alemanha, a burguesia vai desenvolver-se apenas com o sistema colonial napoleônico. No ano de 1847, Engels observa a composição e os interesses internos a esta classe, identificando uma pequena burguesia rica, aliada timidamente à burguesia revolucionária (a industrial) e uma burguesia que “nutre as filas dos habitantes empobrecidos das cidades”, que “aferra-se à ordem existente apoiando-se à nobreza com todo o peso de sua inércia”. “Quanto mais se desenvolve a burguesia pior fica a situação dos pequenos burgueses”, mas estes, pouco a pouco, vão apercebendo-se das vantagens de agrupar-se sob as bandeiras da burguesia. No entanto, “assim que a burguesia chegar ao poder, os pequenos burgueses voltam a cindir-se” (Marx e Engels: Obras Fundamentais, Fondo de Cultura Económica, volume 2, 1981, p. 616 a 618 do texto *El “Status quo” em Alemania*).

278 No texto *El Status Quo em Alemania*, escrito em 1847, Engels critica a posição assumida pelos escritores alemães identificados como socialistas verdadeiros que se apropriam das frases revolucionárias pronunciadas pelos os socialistas franceses, interpretando a realidade alemã à luz daquelas idéias sem analisar as condições existentes na própria Alemanha. Demonstrando que, na França, o embate dos socialistas é com uma burguesia que está a dezessete anos no poder e que na Alemanha, “a burguesia não só não está no poder, senão que é, inclusive, a mais perigosa inimiga dos governos existentes”, Engels expõe a posição reacionária assumida por estes escritores à medida que servem aos interesses do governo alemão, fazendo ataques indiscriminados à burguesia. Trata-se, portanto, de uma conjuntura diferenciada que é necessário avaliar a partir da perspectiva de “obter resultados

Em sua análise crítica aguçada e radical da correlação de forças na Alemanha, procuram as bases para a revolução que derrubará naquele país as estruturas arcaicas e apodrecidas do *Antigo Regime*. São os levantes proletários e a organização comunista que apontam perspectivas de revolução e é a esta tarefa que vão dedicar o restante de suas vidas, colaborando efetivamente para a organização da classe trabalhadora na Europa e em todo o mundo. Especificamente, é a consciência do avanço das forças produtivas que gera abundância e exclusão de grande parte da população a esta abundância que faz Marx e Engels acreditarem que era dado o momento da revolução proletária que permitiria a implantação do comunismo.

É em *A Ideologia Alemã*, segunda obra conjunta escrita por Marx e Engels, produzida entre 1845 e 1846, com a finalidade de crítica radical à filosofia alemã de Hegel e dos *jovens hegelianos* (Ludwig FEUERBACH, Bruno BAUER e Max STIRNER) e ao *socialismo alemão* (Saint-Simonismo; Fourierismo), que são delineados os pressupostos da *Concepção Materialista e Dialética da História* enquanto teoria científica para a interpretação da história e da totalidade social em suas contradições, em busca das bases objetivas indicativas das demandas pela revolução. Neste processo, toda a produção humana (incluindo a história, a sociedade, a religião e as idéias em geral) aparece **primeiro** como dependente da existência concreta dos homens; **segundo** condicionada pelo modo como os homens produzem sua existência, ou seja, pelo estágio de desenvolvimento e de organização das forças produtivas e das relações de produção. Apenas à luz da história do desenvolvimento das forças produtivas e das relações de produção seria possível compreender as condições objetivas explicativas de *tudo o que há* em um dado momento histórico e as possibilidades concretas de sua superação.

Neste contexto, produzem a crítica a toda a lógica predominante no pensamento

práticos e tangíveis” assumindo-se o partido e os interesses “próprios de toda uma classe”. Chama-se aos verdadeiros comunistas alemães (aqueles que representam o proletariado alemão) para que se separem deste grupo literário, que “não sabem a quem representam e fazem contra a sua vontade o jogo aos governos alemães, que crêm realizar o homem e só realiza em verdade, a deificação da deplorável boa burguesia alemã”. Chama-se aos comunistas alemães, para que se posicionem ao lado do proletariado alemão, que tem clareza de que a burguesia é seu inimigo natural, mas que o *status quo* alemão é seu inimigo imediato, “porque se interpõe entre nós e a burguesia”. Trata-se, para os comunistas, o partido mais avançado, de “ver claro, de dissociar-se e manter uma atitude prática ante os interesses que representam e ante a tática que devem seguir”. Devem rechaçar, desautorizar os socialistas reacionários que se fazem passar por comunistas.

alemão, principalmente entre os jovens hegelianos, de que transformar o pensamento resultará na transformação da realidade existente, de que o raciocínio “*provocará necessariamente a queda do estado de coisas existente, quer pelo simples poder do seu pensamento individual quer por tentarem conquistar a consciência de todos*” (MARX e ENGELS, 1974, p. 7-9). Os autores refutarão esta tese central do idealismo propondo sua contraposição por uma tese materialista: a possibilidade de revolução é construída nas condições objetivas de produção da existência; a consciência, as idéias são fruto das transformações decorrentes da busca humana pela produção de sua existência. A revolução só pode ocorrer nas bases objetivas de produção da existência.

Na forma de *anotações gerais*, os traços desta teoria precede, em *A Ideologia Alemã*, a crítica a Feuerbach²⁷⁹. Nesta exposição, Marx e Engels vão **apresentar as premissas**, as condições, de que partem e que os orientam (1) para a crítica ao idealismo predominante na *Ideologia Alemã* (crítica centrada nos pensamentos de Feuerbach, Bauer e Stirner); (2) para a crítica à concepção de história narrativa factual (PAULO NETO, 2000, p. 50-64) predominante até aquele momento; (3) para a defesa da tese de que os homens fazem a sua história a partir das condições objetivas que encontram (inclusive sua constituição corporal complexa); (4) para a constatação da história como ciência universal – passível de ser verificada empiricamente – sob os princípios do materialismo e da dialética.

A primeira destas premissas é a existência de uma realidade externa e anterior ao pensamento humano, passível de constatação, “*verificáveis por vias puramente empíricas*”. A seguir, a própria existência de indivíduos reais, “*a sua ação e as suas condições materiais da existência, quer se trate daquelas que encontrou já elaboradas quando do seu aparecimento quer das que ele próprio criou*”. Para que possa existir uma história humana, é condição a “*existência de indivíduos vivos*”, corporalmente complexos, condicionados a estabelecer relações obrigatórias com a natureza. E o primeiro ato histórico que empreendem é “*produzirem os seus meios de existência*” (1974, p. 18) a partir dos meios

279 Feuerbach é escolhido por ser considerado “o único a constituir efetivo progresso” (Marx e Engels, 1974, p. 13, nota 2). Esta crítica a Feuerbach, no entanto, fica pendente em virtude da priorização da exposição do eixo da teoria que estão elaborando conjuntamente. Em razão disso, a crítica a Feuerbach vai ficar, no caso de Marx, resumida às “Teses sobre Feuerbach”. Engels, em 1886, vai escrever “Ludwig Feuerbach e o fim da filosofia clássica alemã”.

naturais com os quais se deparam no instante em que aparecem.

Em combate com os “fantasmas” produzidos pelo pensamento fundado no idealismo, Marx e Engels enfatizam que estas premissas de que partem “*não constituem bases arbitrárias, nem dogmas*” sendo bases reais, constatáveis na realidade objetiva, empiricamente: “*bases reais de que só é possível abstrair na imaginação*” (1974, p. 18).

Pode-se referir a consciência, a religião e tudo o que se quiser como distinção entre os homens e os animais; porém, esta distinção só começa a existir quando os homens iniciam a *produção* dos seus meios de vida, passo em frente que é conseqüência da sua organização corporal. Ao produzirem os seus meios de existência, os homens produzem indiretamente a sua própria vida material.

A forma como os homens produzem esses meios depende em primeiro lugar da natureza, isto é, dos meios de existência já elaborados e que lhes é necessário reproduzir; mas não deveremos considerar esse modo de produção deste único ponto de vista, isto é, enquanto mera reprodução da existência física dos indivíduos. Pelo contrário, já constitui um modo determinado de actividade de tais indivíduos, uma forma determinada de manifestar a sua vida, um *modo de vida* determinado. A forma como os indivíduos manifestam a sua vida reflecte muito exactamente aquilo que são. O que são coincide portanto com a sua produção, isto é, tanto com aquilo *que* produzem como com a forma *como* produzem. Aquilo que os indivíduos são depende portanto das condições materiais da sua produção.

Esta produção só aparece com o *aumento da população* e pressupõe a existência de *relações* entre os indivíduos. A forma dessas relações é por sua vez condicionada pela produção (MARX e ENGELS, 1974, p. 19).

Todo o pensamento de Marx e Engels, toda a discussão (anterior e posterior) que farão acerca dos mais variados temas, parte desta premissa da anterioridade da produção da existência em relação ao pensamento, o que determina toda a análise que farão do desenvolvimento histórico do capitalismo (*O capital e História da família, da propriedade privada e do Estado*); dos conflitos de interesse entre capital/burguesia e trabalho/classe trabalhadora (*A situação da classe trabalhadora na Inglaterra, O trabalho alienado*²⁸⁰, *Manifesto do partido comunista, O 18 de Brumário de Luis Bonaparte, Lutas de classe em França, O Capital*), da expressão destes conflitos na produção de idéias (*A Ideologia*

280 Tenho conhecimento de duas traduções deste extrato dos *Manuscritos Econômicos e Filosóficos de 1844*. Uma primeira tradução, efetuada por Viktor von Ehrenreich, publicada pela Editora Ática na coletânea *Marx e Engels: História*, organizada por Florestan Fernandes em 1989; uma segunda tradução de Jesus Ranieri publicada na Revista *Idéias*, Ano 9 (2), n. 10 (1) de 2003. Há uma polémica quanto à tradução de *Entäusserung* e *Enfremdung* que faz com que Ranieri nomeie o texto como *Trabalho Estranhado* e não *Trabalho Alienado* como consta na tradução de Ehrenreich. A justificativa utilizada pelo tradutor é a seguinte: “*Nesta tradução optamos por chamar de alienação (ou exteriorização) a palavra alemã Entäusserung, e de estranhamento a palavra Enfremdung. Somente a segunda tem o sentido forte e negativo atribuído em geral à alienação, ao passo que exteriorização significa atividade, objetivação, e é ineliminável do contexto histórico do fazer-se homem do homem, o que Marx deixa claro ao indicar o estranhamento como forma específica de exteriorização humana, especialmente sob o domínio do trabalho assalariado sob o capitalismo*”. (Ranieri, In nota ao *Trabalho Estranhado*, Marx, 2003).

Alemã, Anti-Dühring, Ludwig Feuerbach e o fim da filosofia clássica alemã, Dialética da natureza); da possibilidade de revolução (*A situação da classe trabalhadora na Inglaterra, Introdução à crítica da filosofia do direito de Hegel, A ideologia alemã, Manifesto do partido comunista, Lutas de classe em França* etc.).

Os estudos do lazer têm partido da *negação* ou da *afirmação* do trabalho para se estabelecer nos esforços de interpretação e explicação da problemática do lazer. Nos dois contextos, como pudemos expor em capítulo anterior, ocorre a apropriação da obra de Marx e Engels. No primeiro caso, esta apropriação parte de uma *ontologia idealista*, afirmando que Marx, ao estabelecer a centralidade do trabalho, estava orientado pela ética puritana, não conseguindo se desprender da ode à produtividade, o que demonstra claramente o desconhecimento da centralidade do trabalho na produção da existência e no desenvolvimento da humanidade. No segundo caso, delineia-se uma ontologia materialista, na qual a apropriação da obra de Marx e Engels não consegue se desprender da dimensão do *trabalho explorado, alienado, estranhado*, a fim de compreender as possibilidades abertas pela obra de Marx e Engels para a compreensão do contexto mais amplo que determina a necessidade de revolução do modo de produção capitalista, subjacente à forma que o trabalho assume neste contexto.

O trabalho alienado é fruto de relações de produção nas quais o processo produtivo como um todo e as forças produtivas estão sob a propriedade privada da burguesia, e no qual o trabalho realiza-se condicionado e determinado pelos interesses do burguês, na condição de proprietário dos meios de produção. No conflito de interesses que vai determinar a luta de classes no seio do capitalismo, está a explicação para a produção histórica do tempo livre do trabalho explorado e todas as políticas e projetos para este tempo que se delineiam a partir de então. É à luz da luta de classes subjacente ao modo de produção capitalista, no qual os projetos da burguesia e da classe trabalhadora serão sempre antagônicos e conflitantes, que devemos buscar a explicação para a problemática do lazer. Nesta direção, assume centralidade para a compreensão da problemática do lazer a análise do *modo de produção* capitalista. É a categoria *modo de produção* que permite compreender a totalidade das relações contraditórias e dialéticas nas quais o trabalho para a

produção da existência se dá alienado; a totalidade das relações contraditórias e dialéticas nas quais a fruição do tempo livre (e nele, o lazer) aparece, ao mesmo tempo, como continuidade (na forma do lazer alienado, reduzido ao consumo obsessivo e obcecado de práticas, objetos e símbolos) e possibilidade de ruptura (na forma da constatação da condição miserável na qual vivem os homens no modo capitalista de produção). Nesta configuração, evidencia-se que apenas a revolução do modo de produção pode suprimir o trabalho alienado, e todas as formas de fruição do lazer dele decorrentes.

2 Modo de produção da existência: categoria chave para a compreensão da problemática do lazer

O processo de análise da produção do conhecimento referente aos *estudos do lazer* no Brasil, em busca da identificação da forma como a obra de Marx e Engels vem sendo apropriada, permite afirmar a existência de um projeto claramente configurado de *ocupação do problemático tempo livre*²⁸¹ *gerado com a redução progressiva da jornada de trabalho nas décadas iniciais do século XX que culmina com a CLT*. Este projeto de *ocupação do tempo livre* vai configurar-se em diversas áreas do conhecimento, em um processo de busca de precisão do que é e do que não é adequado para o preenchimento do tempo livre, que resulta em *delimitação dos valores a serem disseminados*, em *propostas de práticas mais adequadas à conquista destes valores* e em *políticas de implementação destas propostas*.

De caráter funcionalista, este projeto visava à contenção do processo de organização da classe trabalhadora no Brasil, e, especialmente, o controle do avanço das idéias comunistas no país. Obviamente, este projeto vai evitando as teorias que explicitam os conflitos de classe e, entre estas, as obras de Marx e Engels, ora *ignorando esta produção*, ora *agregando-a de forma fragmentada e conforme a conveniência*, ora *afirmando não ser*

esta obra adequada para a compreensão da problemática do lazer por tratar-se de obra que providencia o elogio do trabalho, algo inadmissível nos tempos da prometida sociedade do lazer. Compreender esta produção do conhecimento referente aos estudos do lazer no Brasil e o contexto histórico no qual se processa, em busca de explicar as motivações a ela subjacentes, tem sido o alvo central deste estudo. Tal movimento vem sendo realizado orientado pelo entendimento de que a explicação para a produção de idéias, enquanto um determinado estágio de consciência sobre a realidade objetiva, só é possível pela explicação das contradições postas na vida material, no próprio conflito existente entre as forças produtivas e as relações de produção (MARX e ENGELS, 1974, p. 4-27; p. MARX, 1977, p. 25).

Neste tópico, trata-se de precisar a necessidade de mudança de enfoque dos *estudos do lazer* no que toca à identificação das categorias de referência para a pesquisa, quando se tem como alvo a explicação da *prática*, das *políticas*, da *prestação de serviços*, da *formação profissional* ou da *produção do conhecimento*. Queremos defender que a compreensão destas problemáticas depende da compreensão da totalidade contraditória e dialética na qual se desenvolvem. Depende da compreensão do *modo capitalista de produção*, do modo como estão organizadas a produção e a reprodução da vida, expressas na divisão social do trabalho em nível mundial e na formação social brasileira e no grau de desenvolvimento das forças produtivas e das relações de produção. Trata-se, então, (1) de precisar a categoria teórica que permite saltos explicativos na produção do conhecimento que visa à explicação da problemática do lazer; (2) de precisar o grau de apropriação da produção do conhecimento referente aos *estudos do lazer* desta categoria teórica; (3) de esboçar suas contribuições para a compreensão da problemática do lazer, até onde conseguimos desenvolvê-la nesta tese.

281 Outros estudos destacam a existência deste projeto, entre estes, Padilha (2006, p. 27-28; p. 144) e Sant'Ana (1994, Introdução).

A categoria teórica que tem norteado os estudos do lazer

A negação do trabalho tal como ocorre no capitalismo é, provavelmente a constatação mais consensual no âmbito dos *estudos do lazer*, apresentando-se em duas formulações. *Em um extremo*, assume a forma imediata de negação do trabalho como espaço de realização humana, e da defesa veemente do lazer como espaço privilegiado desta realização, culminando, no contexto da promessa de fim da sociedade do trabalho propagada no final da década de 60, com a defesa da emergência da sociedade do lazer. *Em outro extremo*, leva à imediata negação do lazer como campo de ação e de pesquisas, tendo em vista suas profundas conexões compensatórias e funcionalistas com o trabalho explorado, com a circulação e o consumo de mercadorias, com a alienação.

No primeiro caso, a negação do trabalho ocorre desprovida da noção de *atividade vital* sem a qual não há existência humana, não há produção da existência humana, não há história. O trabalho é propagado como uma categoria de referência imposta no período de transição da *sociedade tradicional* à *sociedade moderna*: uma imposição ideológica que visava à propagação da acumulação e o incentivo à riqueza. Tratando-se de uma imposição ideológica, a luta contra as formas oprimidas como o trabalho ocorre desde então é uma questão de simples mudança de idéias. Neste caso a *aposta* no desenvolvimento do lazer como alternativa de futuro está acompanhada da constatação fenomênica de que não seria possível uma vida satisfatória no lazer sob as amarras do vício da produtividade, adquirido em uma sociedade que fez o elogio do trabalho. Esta constatação pede uma atuação dos profissionais no sentido de uma educação para aprender a viver o tempo livre e desaprender os valores da produtividade (tal como em CAMARGO, 1986, 1998), viabilizando a consciência da situação opressiva do trabalho explorado e a construção de alternativas de mudança (no aqui e agora, negando-se o devir), em busca de outra hegemonia baseada na negação dos valores da produtividade e na valorização da fruição do lúdico e da cultura (tal como em MARCELLINO, 1983, 1987, 1990). O debate funcionalista e idealista do projeto de educação para e pelo lazer.

No segundo caso, são reconhecidos os vínculos da prática social do lazer – e sua propagação ideológica – com a lógica do modo capitalista de produção. Os nexos do lazer com o trabalho alienado, com a recuperação para o trabalho, com a difusão e a propagação do consumo estão devidamente anunciados. A partir deste reconhecimento, evidencia-se uma posição que vai apontar a impossibilidade de o lazer configurar-se como categoria de análise e como problemática social significativa, com abandono de interesse pela temática. Evidencia-se também uma segunda posição que vai explorar as relações entre trabalho e lazer em uma perspectiva funcionalista, visando ao conhecimento dos vínculos entre o que se faz no trabalho e o que se faz no tempo livre, com ênfase no entendimento e no aprimoramento do segundo. Reconhece-se o trabalho explorado e aponta-se a necessidade de investir nos estudos e políticas para o lazer visando à realização humana no tempo livre, já que tal não é possível no tempo de trabalho. Uma terceira posição evidente, mais recente na literatura, vai dedicar-se ao entendimento do trabalho alienado a fim de discutir as possibilidades e limites do lazer nestas condições. É neste lugar que o debate teórico dos *estudos do lazer* estaciona, desprovido de referenciais que viabilizem uma compreensão mais rigorosa e radical dos processos históricos que permitem a produção da relação entre trabalho e lazer como uma relação contraditória, dialética e transitória, típica do movimento das forças produtivas e das relações de produção em cada período histórico.

Tomando as reflexões de Marx presentes nos *Manuscritos Econômicos e Filosóficos de 1844*, especialmente em *O trabalho alienado*, compreende-se o trabalho enquanto *atividade vital* do homem (MARX, 1989a, p. 156), pela qual, *atuando sobre a natureza externa e modificando-a, ao mesmo tempo modifica sua própria natureza* (MARX, 1989b, p. 202, ENGELS, 1979, p. 215-227). Sendo o trabalho *atividade vital*, atividade sem a qual não se produz a vida humana, não há humanidade, torna-se evidente que o *processo de trabalho no modo capitalista de produção*, marcado pelo *estranhamento* do homem frente a si mesmo, ao objeto do seu trabalho²⁸² e à classe que apropria sua produção, está de tal forma deteriorado e degradado que não apresenta perspectiva de satisfação de qualquer

282 Que faz o homem tão logo não exista coerção física ou outra qualquer, fugir do trabalho como uma peste (MARX, 1989a, p. 153); que desefetiva o trabalhador a tal ponto que este chega a morrer de fome (MARX, 1989a, p. 150).

interesse do trabalhador. Neste contexto, uma interpretação radical e rigorosa aponta, claramente, a impossibilidade de saída no contexto do modo capitalista de produção. No entanto, o avanço nos estudos da obra de Marx e Engels pode demonstrar que a categoria trabalho, tomado isoladamente das relações mais amplas em que se materializa, não é suficiente para explicar a totalidade da complexa teia de relações nas quais estão inscritas estas problemáticas que vêm sendo selecionadas pelos estudiosos²⁸³.

Na obra de Marx e Engels, *Os manuscritos econômico-filosóficos* representam os passos iniciais para a explicação da condição humana, especificamente da classe trabalhadora, no modo capitalista de produção. As bases concretas do *processo de trabalho* e do seu significado no modo capitalista de produção serão delineadas pelos pais do marxismo em outras obras escritas antes e depois desses *Manuscritos*.

Marx e Engels não se satisfaziam com a constatação do trabalho explorado, buscavam ir mais além, buscavam compreender as raízes históricas desta exploração e as leis históricas que permitiriam revolucionar os meios de produção. O conjunto de sua obra expressa um belíssimo movimento teórico e político de análise histórico-crítica da situação da classe trabalhadora (ENGELS, 1985; MARX, 1982; MARX, 1989; MARX, 2003; MARX, 2004), de análise radical e rigorosa das condições históricas e econômicas que determinam esta situação (ENGELS, 1979; MARX e ENGELS, 1974; MARX, 1985; MARX, 1977; MARX, 1988; MARX, s/d, 1983, 1985, 1989a, 1989b); de análise radical e rigorosa da produção de idéias que, expressando os interesses da burguesia, classe favorecida na ordem capitalista em vigor, ocultavam as condições objetivas que determinavam a miséria do proletariado (MARX e ENGELS, 1974; MARX, 1985; MARX e ENGELS, 2003; ENGELS, 1990; ENGELS, 2000); de análise radical e rigorosa do estágio da correlação de forças na luta de classes de interesses irreconciliáveis entre capital e trabalho (MARX, 1978; MARX, 1980; MARX, s/d; ENGELS, 1981a, 1981b); de elaboração de um programa político de organização da classe trabalhadora rumo à revolução que levaria ao comunismo, ao fim da divisão social do trabalho, da apropriação

283 Para o reconhecimento destas problemáticas, ver Capítulo I, Tópico 3, p. 27.

privada dos meios de produção, da exploração da classe trabalhadora, do trabalho alienado (MARX e ENGELS, 1998; MARX e ENGELS, 1980; MARX, 1980). Um movimento teórico e político a partir do qual compreendem e propagam a teoria da luta de classes²⁸⁴ como motor da história, expondo suas características no modo capitalista de produção, e os sinais de possibilidade de sua superação.

É a análise do modo de produção capitalista que permite a Marx e Engels apreender a totalidade contraditória e dialética em que está inscrita a miséria da classe trabalhadora e, nela, o trabalho alienado.

Já demonstramos que a maior parte dos estudiosos do lazer que apropriam da obra de Marx e Engels não consegue apreender este movimento, em virtude, fundamentalmente, de estarem se apropriando desta obra (1) através de intérpretes; (2) excluindo os estudos de Engels; (3) apropriando-se de uma ou outra obra de Marx; (4) na apropriação da obra de Marx, apropriando-se de uma ou outra categoria descontextualizada do conjunto de que faz parte. Já demonstramos também que os autores que se aprofundam na apropriação da obra de Marx e Engels vão concentrar-se na exposição do significado do trabalho alienado para o homem, explorando muito pouco a explicação dos nexos e contradições do lazer com a lógica do modo capitalista de produção e as possibilidades e perspectivas que pode apresentar para o processo de revolução do modo capitalista de produção.

Neste último caso, já demonstramos que o debate concentra-se no embate reforma/revolução, que gera, *de um lado*, a opção pela defesa e disseminação de políticas públicas paliativas, incapazes de transformar por si só as condições objetivas geradoras da exclusão do direito ao lazer (por exemplo, o recuo do processo de redução da jornada de trabalho sem redução do salário, uma reivindicação histórica dos trabalhadores e a conseqüente onda de desemprego); *de outro lado*, este mesmo embate, negando a contradição dialética, nega a crítica madura das possibilidades da prática do lazer. A nosso ver, estes problemas ocorrem em virtude de, até aqui, a produção do conhecimento não ter se apropriado suficientemente da obra de Marx e Engels com a perspectiva de explicar: (1)

284 Ver o desenvolvimento da teoria da luta de classes na obra de Marx e Engels, em Lombardi (1993).

o processo histórico que produz o lazer como prática, política e os conseqüentes esforços de teorização; (2) os nexos e contradições do lazer no modo capitalista de produção; (3) as perspectivas de atuação neste campo para a construção do modo comunista de produção. A obra de Marx e Engels abre a perspectiva para que respondamos a estas perguntas quando tomamos *modo de produção* como categoria chave para a compreensão da problemática do lazer. Como esta categoria aparece na obra de Marx e Engels e quais as suas possibilidades para a explicação da problemática do lazer?

Modo de produção

Segundo Lombardi,

O objetivo fundamental de toda a obra de Marx foi estudar histórica e criticamente a sociedade capitalista. Essa afirmação significa exatamente que o conjunto de sua obra teve por objetivo estudar e revelar as leis de nascimento, existência, desenvolvimento, morte e substituição dessa sociedade. [...] fazer uma análise científica da sociedade burguesa, tal como o físico ao analisar a natureza [...].

Essa análise científica da sociedade capitalista, porém, não estava descolada, desvinculada, de sua análise sobre a superação dessa forma de ser da sociedade e da construção de uma forma social superior, mais desenvolvida, gestada no interior do capitalismo a partir de suas contradições internas.

Marx, portanto, estava preocupado em caracterizar a necessária transformação histórica da sociedade capitalista, movida por suas contradições internas e em desvendar como esse movimento resultaria, enquanto tendência, à produção de uma nova forma de sociedade, de um novo modo de produção [...].

[...]

[...] essa nova forma social não surgiria da noite para o dia, ou por decreto [...] só se constituiria após esgotamento pleno de todas as possibilidades contidas no próprio capitalismo (LOMBARDI, 1993, p. 327-328).

A compreensão da noção de *modo de produção* na obra de Marx e Engels pede a retomada, no texto dos próprios autores, do processo de sua construção. Tratando a obra de Marx e Engels como uma obra conjunta, contínua e reciprocamente encadeada, Lombardi alerta que no pensamento destes autores *as categorias só podiam ser entendidas como representação de relações reais ou como reprodução do concreto pelo pensamento* (LOMBARDI, 1993, p. 332). No processo de *deixar transparentes as relações fundamentais da sociedade capitalista* os autores foram construindo um método que

permitisse desmistificar *a história dos homens e da natureza a partir de suas bases reais*, a fim de possibilitar

[...] aos homens (de forma geral) e ao proletariado (em particular) a compreensão das leis que regem a história, de forma a que tivessem um instrumento eficiente (no materialismo dialético) para acelerar a passagem do “reino da necessidade” para o “reino da liberdade” (LOMBARDI, 1993, p. 333).

Destaca que a análise do processo de elaboração da obra de Marx e Engels permite concluir que

[...] a elaboração do método e a análise da história dos homens [...] e da natureza foi sendo elaborada por uma progressiva integração crítica das contribuições da filosofia clássica alemã, do socialismo utópico francês e da economia política clássica inglesa. Essa integração, porém, não se deu de forma imediata (num único momento ou numa única obra), mas foi sendo construída de forma a compor uma necessária articulação lógica da pesquisa e dos resultados, cuja manifestação são os artigos, trabalhos e obras produzidas. É, por isso que, além de se entender ***o conjunto da obra em seu processo de produção, é preciso considerá-la em sua articulação lógica interna.***

O ideal seria que esses dois aspectos fossem analisados no conjunto de toda a obra, de forma a abranger a multiplicidade de questões e temas. É preciso reconhecer, porém, que a amplitude da obra e das questões impõe a priorização de um aspecto ou questão particular (LOMBARDI, 1993, p. 333-334).

Nesta tese, não dispomos de tempo para uma análise exaustiva do conjunto da obra de Marx e Engels no processo de desenvolvimento da noção de modo de produção, o que compromete a perspectiva de análise plena desta construção na lógica interna da obra dos autores. Nesta etapa de apontamentos de estudos sobre a contribuição da noção de modo de produção da existência para a compreensão da problemática do lazer, consideramos central (1) apontar as principais obras nas quais ela se desenvolve; (2) apontar o significado geral desta noção do ponto de vista teórico-metodológico.

Nos estudos introdutórios à obra de Marx e Engels que elaboramos para a produção desta tese – sob a orientação de Lombardi – tornou-se evidente a centralidade da noção de modo de produção. Esta evidência se deu nas obras *A ideologia alemã* (1845 -1846; edição brasileira/portuguesa de 1974); *Grundrisse* (1857-1858; edição mexicana de 1985); *Contribuição à crítica da economia política* (1859; edição brasileira de 1977); *O capital* (1867; edição brasileira da década de 80 do século XX); *O papel do trabalho na*

transformação do macaco em homem (1876; edição brasileira de 1979); *Origem da família, da propriedade privada e do Estado* (1884; edição brasileira de 1995)²⁸⁵.

Em *A Ideologia Alemã*, no processo de crítica e combate contra o idealismo hegeliano e jovem hegeliano – um combate que visava a superação de sua consciência idealista anterior –, Marx e Engels enfatizam que suas premissas são *os indivíduos reais, a sua ação e as suas condições materiais de existência*, e que estas premissas são *verificáveis por vias puramente empíricas* (MARX e ENGELS, 1974, p. 18). De modo límpido, os autores afirmam que a *luta contra um mundo realmente existente* não depende da *luta contra a fraseologia de um mundo*, e que era central perguntar sobre *a relação entre a filosofia alemã e a realidade alemã*, as idéias e a realidade material que as gerava, a fim de encontrar as explicações necessárias à compreensão do papel que estas idéias estavam representando (MARX e ENGELS, 1974, p. 18).

Em seu pensamento, a história – única ciência – evidencia-se como produção dos homens no processo de produzir sua existência. Por esta razão, evidencia-se que a primeira condição para que exista a história é *a existência de seres humanos vivos*²⁸⁶ (MARX e ENGELS, 1974, p. 18) e que o primeiro fato histórico é que estes homens, para permanecerem vivos, necessitam produzir e reproduzir os meios que permitam satisfazer necessidades como comer, abrigar-se, vestir-se.

A produção da própria vida material é um fato histórico, a condição fundamental de toda a história, um ato que é necessário, tanto hoje como há milhões de anos, executar dia a dia, hora a hora, a fim de manter os homens vivos. Em qualquer concepção histórica, é primeiro necessário observar este fato fundamental em toda a sua importância e extensão e colocá-lo no lugar que lhe compete (MARX e ENGELS, 1974, p. 33).

Esta produção da vida material não ocorre de modo isolado. Os homens produzem socialmente, renovando os meios necessários à sua existência e reproduzindo outros homens, o que coloca a produção da vida *além de uma relação que os homens estabelecem com a natureza*: uma relação que os homens estabelecem com *outros homens* (MARX e

285 As datas em questão referem-se às datas originais de produção das obras, conforme indicações de Bottomore (2001, p. 406-411).

286 “A primeira condição de toda a história humana é evidentemente a existência de seres humanos vivos. O primeiro estado real que encontramos é então constituído pela complexidade corporal desses indivíduos e as relações a que ela obriga com o resto da natureza” (MARX e ENGELS, 1974, p. 18).

ENGELS, 1974, p. 33). Essa tese será especialmente desenvolvida em *A origem da família, da propriedade privada e do Estado* (1995), quando Engels dirá:

De acordo com a concepção materialista, o fator decisivo na história é, em última instância, *a produção e a reprodução da vida imediata*. Mas essa produção e essa reprodução são de dois tipos: de um lado, a produção de meios de existência, de produtos alimentícios, habitação, e instrumentos necessários para tudo isso; de outro lado, a produção do homem mesmo, a continuação da espécie. A ordem social em que vivem os homens de determinada época ou determinado país está condicionada por essas duas espécies de produção; pelo grau de desenvolvimento do trabalho, de um lado, e da família, de outro (ENGELS, 1995, p. 2).

O *modo de produção* (ou estágio de desenvolvimento industrial) está permanentemente ligado a um *estado social determinado* (um modo de cooperação). O *modo de cooperação* é uma *força produtiva* juntamente com as diversas *invenções* que o homem põe entre si e a natureza com a finalidade de facilitar o trabalho de *extrair da terra* o objeto de trabalho, armazenar e transportar estes objetos de trabalho para os locais nos quais vão sendo transformados em matérias-primas para outros processos de trabalho. Para Marx e Engels, este conjunto de *forças produtivas* acessíveis aos homens determina o *estado social*. E para compreender *qualquer estado social* se deve conseqüentemente estudar e elaborar a “história dos homens” em estreita correlação com a história da indústria e das trocas (MARX e ENGELS, 1974, p. 33).

Esta noção vai aparecer claramente formulada no Prefácio à crítica da economia política, quando Marx diz:

Nas minhas pesquisas cheguei à conclusão de que as relações jurídicas – assim como as formas do Estado – *não podem ser compreendidas por si mesmas*, nem pela dita evolução geral do espírito humano, inserindo-se pelo contrário nas condições materiais de existência de que Hegel, à semelhança dos ingleses e franceses do século XVIII, compreende o conjunto pela designação de “sociedade civil”; por seu lado, *a anatomia da sociedade civil deve ser procurada na economia política*. [...] na produção social da sua existência, os homens estabelecem relações determinadas, necessárias, independentes da sua vontade, *relações de produção que correspondem a um determinado grau de desenvolvimento das forças produtivas materiais*. O conjunto destas relações de produção constitui a estrutura econômica da sociedade, a base concreta sobre a qual se eleva uma superestrutura jurídica e política e a qual correspondem determinadas formas de consciência social. *O modo de produção da vida material condiciona o desenvolvimento da vida social, política e intelectual em geral*. Não é a consciência dos homens que determina o seu ser; *é o seu ser social que, inversamente, determina a sua consciência*. Em certo estágio de desenvolvimento, as forças produtivas materiais da sociedade entram em contradição com as relações de produção existentes ou, o que é a sua expressão jurídica, com as relações de propriedade no seio das quais se tinham movido até então. *De formas de desenvolvimento das forças produtivas, estas relações transformam-se no seu entrave. Surge então uma época de revolução social*. A transformação da base econômica altera, mais ou menos

rapidamente, toda a imensa superestrutura. Ao considerar tais alterações *é necessário sempre distinguir entre a alteração material* – que se pode comprovar de maneira cientificamente rigorosa – *das condições econômicas de produção, e as formas jurídicas, políticas, religiosas, artísticas ou filosóficas, em resumo, as formas ideológicas pelas quais os homens tomam consciência deste conflito, levando-o às suas últimas conseqüências.* Assim como não se julga um indivíduo pela idéia que ele faz de si próprio, não se poderá julgar uma tal época de transformação pela mesma consciência de si; *é preciso, pelo contrário, explicar esta consciência pelas contradições da vida material, pelo conflito que existe entre as forças produtivas sociais e as relações de produção.* Uma organização social nunca desaparece *antes que se desenvolvam todas as forças produtivas que ela é capaz de conter; nunca relações de produção novas e superiores se lhe substituem antes que as condições materiais de existência destas relações se produzam no próprio seio da velha sociedade.* É por isso que *a humanidade só levanta os problemas que é capaz de resolver* e assim, numa observação atenta, descobrir-se-á que o problema só surgiu quando as condições materiais para o resolver já existiam ou estavam, pelo menos, em vias de aparecer (MARX, 1977, p. 24-25)²⁸⁷.

Neste processo, evidencia-se a noção de trabalho como *atividade vital*, tal como anunciado por Marx em 1844, e, mais tarde, precisada por Engels como *a condição fundamental de toda a vida humana; em um grau tão elevado que, num certo sentido, pode-se dizer: o trabalho, por si mesmo, criou o homem* (ENGELS, 1979, p. 215). Por ocasião da escrita de *A ideologia alemã*, na crítica à visão fenomênica de Feuerbach, os dois autores dirão:

Essa actividade, esse trabalho, essa criação material incessante dos homens, essa produção é a base de todo o mundo sensível tal como hoje existe, e a tal ponto que se o interrompêssemos apenas por um ano, Feuerbach não só encontraria enormes modificações no mundo natural como até lamentaria a perda de todo o mundo humano e da sua própria faculdade de contemplação, ou mesmo da sua própria existência (MARX e ENGELS, 1974, p. 32).

Mas o trabalho, olhado isoladamente, não é suficiente para explicar as complexas relações de produção em qualquer período histórico, inclusive, porque o trabalho transforma-se conforme se transforma e evolui o *modo de produção*. Esta transformação aparece claramente quando observamos as mutações no trabalho decorrentes do avanço das forças produtivas e das correspondentes relações de produção. Como precisamente dito por Engels: *De acordo com a concepção materialista, o fator decisivo na história é, em última instância, a produção e a reprodução da vida imediata* (ENGELS, 1995, p. 2). Como

287 Grifos Nossos.

reforça Lombardi²⁸⁸, *a categoria central propugnada por Marx e Engels para o entendimento da vida social dos homens é o modo de produção* (LOMBARDI, 2007).

Não se trata da negação do trabalho como atividade vital e categoria sociológica central. Trata-se de perceber o mundo que o trabalho cria, no qual, o próprio trabalho tem de ser contextualizado. É por esta razão que o *modo de produção* (as forças produtivas e as correspondentes relações de produção engendradas pelo trabalho) explica a *forma do trabalho* e do *tempo livre em cada momento histórico*. Mas é o trabalho que garante a produção das condições para a manutenção e a reprodução da vida, que produz o saber que deve ser repassado aos outros homens a fim de garantir seu progresso/evolução. O modo de produção explica as motivações e a forma da educação em cada período histórico, mas é o trabalho que produz as condições para a educação, na medida em que (1) produz o saber a ser retransmitido (a fim de que sejam, no mínimo, retransmitidas, para as futuras gerações, as condições que garantem a manutenção da vida); (2) produz os processos facilitadores da transmissão do conhecimento; (3) efetiva a possibilidade da educação (na medida em que, a fim de que ocorra a educação, o homem tem que pôr em movimento suas forças físicas para a atenção concentrada ao fim de ensinar/aprender).

A análise do processo histórico em que se produz o conhecimento referente à problemática do lazer no Brasil, e nela, a apropriação da obra de Marx e Engels, vem demonstrando o quanto o desvelamento da problemática do lazer no modo capitalista de produção depende destes mesmos referenciais que explicam as conexões entre *História, trabalho e educação*. Ao compreender a amplitude da categoria modo de produção na obra de Marx e Engels, tornou-se possível: (1) explicar as motivações do Estado e de educadores brasileiros para a produção do conhecimento e das políticas públicas que vão ser disseminadas e implementadas nas 5 primeiras décadas do século XX, intensamente focadas na determinação das atividades consideradas mais valorosas para a ocupação do tempo livre do trabalhador, configurando uma política nacional de educação para o lazer, profundamente marcada pela conformação dos interesses dos trabalhadores aos interesses

288 Conferência pronunciada durante o I Encontro do Grupo de Estudos e pesquisas Marxismo em Educação Física (LOMBARDI, 2007).

burgueses de industrialização do Brasil; (2) explicar as motivações do Estado e dos intelectuais ao impedir, pelo uso da força das armas e da ideologia anticomunista, a obra e o pensamento de Marx e Engels, por considerá-los inadequados para a interpretação da formação social brasileira e, nela, da problemática do lazer.

Para explicar este processo, mais uma vez, voltamos à ideologia alemã, e a uma das teses centrais ali defendidas: *a formação das idéias deve ser explicada a partir da prática*, entendida como *o processo real da produção, concretamente, a produção material da vida imediata* (MARX e ENGELS, 1974, p. 48). Por este caminho, evidencia-se que *todas as formas e produtos da consciência podem ser resolvidos não pela crítica intelectual [...] mas unicamente pela destruição prática das relações sociais concretas de onde nasceram as bagatelas idealistas*. Marx e Engels são taxativos ao dizer, no processo de crítica aos novos hegelianos que achavam estar revolucionando a realidade com a crítica da religião: *Não é a crítica mas sim a revolução que constitui a força motriz da história, da religião, da filosofia ou de qualquer outro tipo de teorias* (MARX e ENGELS, 1974, p. 49). Mas de que revolução estão falando Marx e Engels? Da revolução que permitirá a superação dos obstáculos históricos à evolução da humanidade: a apropriação privada dos meios de produção, que impede aos que efetivamente produzem o *acesso* aos bens que produzem, e, mais que isto, a realização das potencialidades que o gênero levou milênios para desenvolver.

Já apontamos o predomínio da visão funcionalista na produção do conhecimento referente aos *estudos do lazer* no Brasil. A nosso ver, a visão funcionalista possui profundas conexões com a predominância dos interesses da burguesia em um momento histórico que necessita defender arduamente o *pacto social* entre trabalho e capital, a fim de garantir a implementação e a consolidação de seu projeto de classe que visa, em última instância, à acumulação. Este movimento é compreensível, pois, no processo de produção da existência no qual se consolida a apropriação privada dos meios de produção:

Os Pensamentos da classe dominante são também, em todas as épocas, os pensamentos dominantes, ou seja, a classe que tem o poder material dominante numa dada sociedade é também a potência dominante espiritual. A classe que dispõe dos meios de produção material dispõe igualmente dos meios de produção intelectual, de tal modo que o pensamento daqueles a quem são recusados os meios de produção intelectual está

submetido igualmente à classe dominante. Os pensamentos dominantes são apenas a expressão ideal das relações materiais dominantes concebidas sob a forma de ideais e, portanto, a expressão das relações que fazem de uma classe a classe dominante; dizendo de outro modo, são as idéias do seu domínio. Os indivíduos que constituem a classe dominante possuem entre outras coisas uma consciência, e é em consequência disso que pensam; na medida em que dominam enquanto classe e determinam uma época histórica em toda a sua extensão, é lógico que esses indivíduos dominem em todos os sentidos, que tenham, entre outras, uma posição dominante como seres pensantes, como produtores de idéias, que regulamentem a produção e a distribuição dos pensamentos da sua época; as suas idéias são, portanto, as idéias dominantes da sua época (MARX e ENGELS, 1974, p. 55).

A produção do conhecimento referente aos *estudos do lazer* no Brasil reflete conflitos presentes nas relações de produção decorrentes do modo como estão sendo apropriadas e distribuídas as forças produtivas. Entre as forças produtivas, encontra-se a produção do conhecimento (a ser veiculada pela educação) e o lazer, entendido como o *tempo livre* para a fruição dos *bens socialmente produzidos pela humanidade*. Nas relações capitalistas de produção, estes bens estão concentrados nas mãos da classe que se apropria privadamente dos meios de produção e de todos os seus produtos e, quando democratizados para o trabalhador, visam à recuperação do trabalhador e a promoção do repouso (para a eficiência no tempo de trabalho) e para o consumo. Citando mais uma vez Marx e Engels:

Pouco importa [...] aquilo que a consciência empreende isoladamente; toda essa podridão tem um único resultado: os três momentos constituídos pela *força produtiva*, o *estado social* e a *consciência* podem e devem necessariamente entrar em conflito entre si pois, *através da divisão do trabalho, torna-se possível o que se verifica efectivamente*, que a actividade intelectual e material – o gozo e o trabalho, a produção e o consumo, caibam a indivíduos distintos; então, a possibilidade de que esses elementos não entrem em conflito reside unicamente na hipótese de *acabar de novo com a divisão do trabalho*. Conseqüentemente, os “fantasmas”, “laços”, “ente superior”, “conceito”, “escrúpulos”, são apenas a expressão mental idealista, a representação aparente do indivíduo isolado, a representação de cadeias e limitações muito empíricas no interior das quais se move o modo de produção da vida e o modo de troca que este implica (MARX e ENGELS, s/d, p. 37-38).

É no contexto das orientações para a análise da ideologia postas em *A Ideologia Alemã* e em *Contribuição à crítica da economia política*, que se torna possível compreender como a proposição de políticas públicas voltadas à ocupação do tempo livre do trabalhador (de seus filhos e familiares), no Brasil, está profundamente associada ao esforço (1) de contenção das lutas dos trabalhadores, principalmente, na década de 1930; e (2) de conformação dos trabalhadores aos interesses da burguesia brasileira, direcionados, naquela ocasião, e ainda na atualidade, ao projeto de industrialização do Brasil. Esta

proposição de políticas públicas reflete um embate que Braverman precisa com clareza ao dizer que:

A transformação da humanidade trabalhadora em uma “força de trabalho”, em “fator de produção”, como instrumento do capital, é um processo incessante e interminável. A condição é repugnante para as vítimas, seja qual for o seu salário, porque viola as condições humanas do trabalho; e uma vez que os trabalhadores não são destruídos como seres humanos, mas simplesmente utilizados de modo inumano, suas faculdades críticas, inteligentes e conceptuais permanecem sempre, em algum grau, uma ameaça ao capital, por mais enfraquecidas ou diminuídas que sejam. Além do mais, o modo capitalista de produção está continuamente se expandindo a novas áreas de trabalho, inclusive àquelas recentemente criadas pelo avanço tecnológico e o emprego do capital a novas indústrias. Está, ainda, sendo continuamente requintado e aperfeiçoado, de modo que sua pressão sobre os trabalhadores é incessante. Ao mesmo tempo, a habituação dos trabalhadores ao modo capitalista de produção deve ser renovada a cada geração, tanto mais que as gerações surgidas sob o capitalismo não são formadas dentro da matriz da vida de trabalho, mas jogadas no trabalho vindas de fora, por assim dizer, após um prolongado período de adolescência durante a qual são mantidas na reserva. A necessidade de ajustar o trabalhador ao trabalho em sua forma capitalista, de superar a resistência natural intensificada pela tecnologia mutável e alternante, relações sociais antagônicas e a sucessão de gerações, não termina com a “organização científica do trabalho”, mas se torna um aspecto permanente da sociedade capitalista (BRAVERMAN, 1987, p. 124).

O projeto de ocupação do tempo livre, no Brasil, está profundamente associado a este movimento. Esta intenção é visível nas introduções dos Manuais de Recreação e nos documentos produzidos pelos órgãos que receberam dos governos a tarefa de desenvolvimento de políticas.

Marx e Engels denunciaram veementemente esta expropriação privada dos frutos do trabalho pela burguesia, denunciaram continuamente os processos pelos quais a burguesia procurava impedir a classe trabalhadora de revolucionar as relações de produção que lhe oprimiam, defenderam intensamente a necessidade de os homens começarem a considerar os efeitos de suas ações na natureza e na sociedade com a finalidade de dar continuidade ao processo de evolução da humanidade, defenderam intensamente o planejamento de uma sociedade não mais baseada na apropriação privada, mas uma sociedade na qual o trabalho necessário, em decorrência do avanço das forças produtivas que permite a produção do suficiente para todos, seria equitativamente distribuído, juntamente com os resultados da produção. Esta proposição de um planejamento está evidente em *O papel do trabalho na transformação do macaco em homem* de Engels, ou na *Crítica ao programa de Gotha*, de onde trazemos a seguinte passagem:

Na fase superior da sociedade comunista, quando houver desaparecido a subordinação escravizadora dos indivíduos à divisão do trabalho e, com ela, o contraste entre o trabalho intelectual e o trabalho manual; quando o trabalho não for somente um meio de vida, mas a primeira necessidade vital; quando, com o desenvolvimento de todos os seus aspectos, crescerem também as forças produtivas e jorrarem em caudais os mananciais da riqueza coletiva, só então será possível ultrapassar-se totalmente o estreito horizonte do direito burguês e a sociedade poderá inscrever em suas bandeiras: De cada qual, segundo sua capacidade; a cada qual, segundo suas necessidades (MARX, 1980, p. 214-215).

A categoria modo de produção na obra de Marx e Engels contribui radicalmente para pensar a problemática do lazer, na medida em que permite: (1) explicar os conteúdos do lazer, quaisquer que sejam, como resultado da atividade vital do homem no processo de produzir e reproduzir os bens necessários à sua existência, bens que podem ser úteis, ao mesmo tempo, para satisfazer necessidades de subsistência ou lúdicas; (2) explicar a forma do trabalho e do tempo livre em diferentes momentos históricos; (3) explicar como, no modo capitalista de produção, o tempo livre é resultado do desenvolvimento das forças produtivas, mas, fundamentalmente, do grau de organização e poder da classe trabalhadora, o que aponta que o tempo livre sofre pressão para a sua redução quando a classe trabalhadora está mais desorganizada, uma pressão em favor do tempo produtivo, da precarização e do desemprego (CUNHA, 1987); (4) explicar como, no modo capitalista de produção, a geração do tempo livre é pensada também para garantir a disponibilidade para o consumo, convertendo-se em mercadoria para a circulação de mercadoria (FALEIROS, 1980); (5) explicar que, de caráter funcionalista, e focadas na ocupação do tempo livre, as políticas até aqui implementadas visam amenizar as tensões entre capital e trabalho (basta considerar a baixíssima qualidade do ensino, que despreza a transmissão do patrimônio que a humanidade acumulou no âmbito da arte, da literatura, da música, produzidas no momento privilegiado de tempo livre para uma atividade livre de uma pequena parcela da população); (5) explicar que a produção do conhecimento referente aos *estudos do lazer* no Brasil expressa a luta de classes, destacando-se a opção predominante dos intelectuais pelo atendimento dos interesses de mercado.

Ainda assim, nas contradições internas que engendram no seio do capitalismo as condições para a sua superação, o tempo livre para o lazer aparece também como a possibilidade de construção de condições concretas de uma vida livre para a atividade livre e como a denúncia desta possibilidade frequentemente impedida e silenciada pela extensão

e intensificação da jornada, pelo excesso de informação via meios de comunicação, pela injunção ao consumo frenético e desenfreado. O tempo livre para o lazer aparece também como a possibilidade de construção de condições concretas de uma vida livre para a atividade livre nas quais não nos ocupemos mais com a projeção de atividades convenientes para o preenchimento deste tempo, mas a produção das condições para vivê-lo plenamente conforme os interesses e necessidades do próprio indivíduo. Isto porque, finalmente, os homens poderão dar continuidade ao processo de desenvolvimento das potencialidades que lhes permitem o exercício de sua atividade vital, que hoje, apropriada privadamente, apenas o oprime.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Três grandes objetivos específicos nortearam este trabalho: (1) sistematização do estado da arte na produção do conhecimento referente aos *estudos do lazer* no Brasil; (2) levantamento e análise da apropriação da obra de Marx e Engels pelos *estudos do lazer* no Brasil; (3) sistematização das contribuições da obra de Marx e Engels para a compreensão da problemática do lazer. Estes objetivos sustentaram o objetivo mais amplo de compreender as condições históricas que permitem a negação da obra de Marx e Engels enquanto referência central para a compreensão da problemática do lazer.

Com este trabalho, procuramos deflagrar o debate para a crítica da produção do conhecimento referente aos *estudos do lazer* no Brasil no que toca ao *estado da arte em geral* e à especificidade com que esta produção apropria a obra de Marx e Engels. Trata-se, tal como dizem Marx e Engels em *A Ideologia Alemã*, de realizar um processo de revisão que permite *enxergar claramente as nossas idéias* – o nosso processo de formação: matrizes, limites, possibilidades. Por sua originalidade, este estudo apresenta imensos limites. No entanto, acreditamos tratar-se de passo significativo na direção da visão de conjunto de uma produção que se avoluma sem uma avaliação detida dos nexos e contradições que a determinam. Esta é sua principal contribuição e, nesta direção, soma-se aos trabalhos de Sant’Anna, Marcassa e Gomes, ainda que por caminhos teóricos imensamente diferenciados.

No processo de sistematização da produção do conhecimento referente aos *estudos do lazer* no Brasil, diversos problemas foram colocados neste trabalho. Na medida do possível, estes problemas foram encaminhados não para a solução, mas para sua maior precisão. Nestas considerações, almejamos expor, justamente, até onde avançamos e quais os limites deste estudo.

No primeiro movimento necessário à sistematização da produção do conhecimento

referente aos *estudos do lazer* no Brasil, o principal problema que identificamos foi a dispersão da produção em categorias, área do conhecimento, temáticas e problemáticas. Aqui, advogamos a necessidade de superar essa dispersão reunindo esta produção em torno do eixo histórico que, a nosso ver, a movimenta. Os estudos do lúdico, do lazer e da recreação estão atravessados, sob diferentes justificativas em diferentes momentos históricos, pela preocupação com o tempo livre do trabalhador, com o controle desta reivindicação histórica, com a disciplinarização, a racionalização, a ocupação deste tempo tão perigoso. Os *estudos do lazer* – independente da categoria que os particulariza (recreação, tempo livre, ócio, lúdico) – expressam a apreensão da classe hegemônica com a possibilidade de auto-organização que a classe operária possa imprimir a este tempo livre. Também expressa a apreensão dos proprietários dos meios de produção, com a garantia de que o tempo livre à recuperação da força de trabalho e à circulação das mercadorias, na forma do consumo. Surge desta apreensão a preocupação com a ocupação do tempo livre, com a educação para e pelo lazer.

O segundo movimento que empreendemos – razão de toda a pesquisa – foi precisar o problema da apropriação da obra de Marx e Engels pelos *estudos do lazer* no Brasil. Partimos da afirmação freqüente de que Marx e Engels fizeram o *elogio do trabalho*, afirmação disseminada por estudiosos de grande repercussão como Marcellino, Camargo e Gomes. Realizamos a revisão da produção geral localizando os autores que apropriam a obra de Marx e Engels. Analisamos a produção destes autores referentes e mapeamos as características gerais desta apropriação chegando à conclusão de que em pouquíssimos casos há o esforço de apropriação radical e rigorosa da obra dos autores referidos. Esta sistematização permitiu, ao mesmo tempo, (1) a localização de autores que, ao apropriar com radicalidade e rigor a obra de Marx e Engels, trazem contribuições significativas para a problemática do lazer; (2) a evidenciação de um movimento que deve ser adequadamente acompanhado de ampliação do recurso à obra marxiana, engelsiana e marxista em geral para a compreensão da problemática do lazer. Precisamos aqui o problema da apropriação parcial da concepção materialista e dialética da história, expressa na apropriação que privilegia a obra de Marx em relação à obra de Engels; que privilegia as obras de juventude de Marx em detrimento das obras de maturidade; que privilegia, nas obras de maturidade,

fragmentos de *O Capital*.

Na contramão da pós-modernidade, empreendemos um terceiro movimento: a defesa da análise da produção do conhecimento orientada por uma macroteoria explicativa; a defesa de que esta teoria macroexplicativa é a concepção materialista e dialética da história, portanto, a defesa da história em contraposição às particularidades, à cultura e à memória; a defesa do materialismo, da ciência e da razão, em contraposição ao idealismo, ao misticismo e ao irracionalismo.

Nesta direção, em primeiro lugar, defendemos as teses propostas em *A Ideologia Alemã* como eixo para a análise da produção do conhecimento referente aos *estudos do lazer* no Brasil; em segundo lugar, defendemos a categoria *modo de produção da existência* ali apresentada, para a compreensão da problemática do lazer, no esforço de ampliação da tendência de análise da problemática do lazer restrita à categoria *trabalho* enquanto, exclusivamente, (1) meio pelo qual o macaco se transforma em homem; (2) meio pelo qual os homens, no modo capitalista de produção, são explorados; portanto, (3) meio de alienação do homem o qual é necessário superar. Não negamos nenhuma destas teses. Apenas recordamos a complexidade em que estão inscritas: *o modo de produção e reprodução da existência*. Tal movimento é feito apoiado na compreensão, a partir do estudo atento, de que o alvo mais amplo de Marx e Engels foi a compreensão do *modo capitalista de produção e reprodução da existência* como uma etapa da pré-história da humanidade rumo à conquista de sua história.

Em virtude da amplitude pretensiosa dos objetivos, obviamente, este estudo ficou carregado de limites que, longe de configurarem-se em barreiras insuperáveis, convertem-se em perspectivas sólidas para estudos futuros. Neste trabalho, em primeiro lugar, recordamos as bases da explicação do modo de produção da existência que deve ser referência para a compreensão do modo como a formação social brasileira vai necessitar preocupar-se com a problemática do lazer, mas não esgotamos esta explicação – esbarramos, fundamentalmente, no profundo desconhecimento da história mundial e deste país, que marca nossa formação – um limite considerável para análises radicais e rigorosas.

Apoiados nesta base, empreendemos a análise do *estado da arte*, preocupados em

explicar as motivações que levaram à preocupação com a *prática social*, as *políticas públicas* e a *produção do conhecimento* referente aos *estudos do lazer* no Brasil. Apontamos que, no contexto de reestruturação do capitalismo do final do século XIX e início do século XX, no contexto da organização mundial da classe operária, no contexto da Revolução comunista na Rússia, no contexto da implementação da indústria no Brasil, no contexto dos primeiros levantes operários, foi a preocupação com o controle do tempo livre conquistado pelas mobilizações operárias organizadas, com a contenção da expansão do comunismo, que levou a parcela hegemônica da burguesia a projetar um processo de conformação da classe operária a seus interesses imediatos, um projeto de educação²⁸⁹ que a história não pode mais desprezar. Esta preocupação incluiu um amplo projeto de políticas públicas e, conseqüentemente, de produção do conhecimento, voltados à oferta de atividades diversas cujo caráter central referia-se à diversão, à distração e à conformação moral da classe operária e seus familiares. No bojo deste processo, obviamente, as orientações “nocivas” foram progressivamente rechaçadas e eliminadas. Desde a crítica ideológica aberta ao marxismo e ao comunismo, até a caça aos comunistas (em diferentes momentos históricos) e as Ditaduras *Vargas* (1937-1945) e *Civil-Militar* (1964-1984) foram recursos utilizados para a negação à classe trabalhadora do acesso ao marxismo. Neste processo, explica-se a freqüente negação, distorção e apropriação fragmentada do marxismo expressa também no interior dos *estudos do lazer*.

Resistindo às formas modernas deste movimento, expressas na hegemonia do pensamento pós-moderno marcado pelo irracionalismo, pelo misticismo, pela supervalorização do particular, do singular, da subjetividade, da memória etc., evidencia-se, nos dados recolhidos sobre os *estudos do lazer* no Brasil, o esforço de apropriação do pensamento marxista e marxiano para a compreensão da problemática do lazer. Tal movimento expressa a atualidade e a centralidade da *Concepção Materialista e Dialética da História* para a compreensão do *Modo Capitalista de Produção e Reprodução da Existência* e de todas as práticas, políticas e produção do conhecimento nele desenvolvidas.

289 Um projeto de educação que foi repassado aos professores das mais variadas áreas, através dos Manuais de Recreação, destinados a educadores que atuavam nas estruturas formais e informais de educação.

Nesta direção, este trabalho vem somar-se a estes esforços apresentando os elementos fundamentais presentes na obra dos autores que permitirão a compreensão ampliada da problemática do lazer no modo capitalista de produção e reprodução da existência. Faz-se necessário ressaltar, também aqui, os limites deste estudo: não está esgotada a explicação da lógica em que a problemática do lazer está inscrita no modo capitalista de produção e reprodução da existência, cabendo indicar, nesta direção, os olhares da produção acadêmica que almeja a compreensão do lazer. Já destacamos a contribuição e os limites de Faleiros, Cunha, Antunes, Padilha, Mascarenhas, Taffarel e Freitas. Trata-se de, a partir destas contribuições e do estudo radical e rigoroso da obra de Marx e Engels, dar continuidade à produção da síntese explicativa sobre os nexos e contradições do lazer no modo capitalista de produção e reprodução da existência.

Por último, faz-se necessário recordar a centralidade da luta de classes e da revolução na obra de Marx e Engels, evidenciada em suas obras a partir da década de 40 do século XVIII. Não vemos possibilidade de apropriação asséptica da obra destes autores: ou compreendemos que trabalhavam para a revolução ou ignoramos explicitamente esta posição intelectual e militante ante as perspectivas de mudança da história dos homens. Marx e Engels trabalharam pela revolução que eliminaria toda a opressão sobre parte significativa da humanidade expressa em seu aprisionamento à produção da vida, à produção dos gêneros necessários à sobrevivência de todos, e ao impedimento, à classe trabalhadora, de apropriação dos bens diversos que o direito ao ócio permite produzir. Diversos textos de Marx e Engels evidenciam a preocupação com a conversão do trabalhador a uma besta de carga impedida de desenvolver as potencialidades do gênero humano. Nesta direção, é preciso reafirmar continuamente: a luta de Marx e Engels, associada a outros intelectuais de seu tempo e à classe trabalhadora organizada, era pela descoberta das brechas, das contradições que permitiriam a revolução do modo capitalista de produção e reprodução da existência rumo ao comunismo. Neste projeto, histórico, a perspectiva da fruição da atividade livre da injunção da produção contínua das necessidades.

Quais as possibilidades que esta obra pode oferecer para a compreensão da

problemática do lazer? Primeiro, trata-se de explicitar claramente que o lazer é expressão de contradições objetivas, que expressam demandas e necessidades humanas de uma ordem muito particular, referentes à necessidade de *atividade livre*. Segundo, que os esforços e projetos de educação para o lazer em suas formas atuais almejam apenas a regulação e o controle desta atividade livre, no máximo, esforçando-se para ampliar os horizontes do que é possível fazer, dentro da ordem, para fruir o lazer dentro de saltos qualitativos claramente delimitados. Terceiro, que apenas a superação do modo capitalista de produção e reprodução da existência permitirá superar todos os imensos limites à atividade livre a que a produção histórica do lazer remete: a superação da divisão social do trabalho e da distribuição desigual dos bens socialmente produzidos; portanto, à superação das classes e da luta de classes; conseqüentemente à superação da lógica das mercadorias e da conversão de todas as necessidades humanas a mercadorias.

Com este estudo, esperamos ter contribuído para a compreensão dos nexos e contradições em que está inscrita a problemática do lazer. Para além de acentuar o predomínio das visões funcionalistas, para nós, trata-se de explicar como e porque estas visões são elaboradas e se estabelecem hegemonicamente em todo o século XX. Trata-se de explicitar o papel que estas visões cumprem na manutenção do status quo, enquanto estágio possível da produção do conhecimento sobre a problemática do lazer.

Nesta direção, e após este estudo, esperamos ter contribuído para a compreensão de que os *estudos do lazer* baseiam-se predominantemente na ideologia funcionalista porque é esta a lógica que contribui para a reprodução do sistema... Porque a manutenção do poder nas relações de produção pede a negação do conflito e do confronto, propagando a ideologia do equilíbrio, no atendimento democrático dos interesses de todos. Neste contexto, torna-se central negar qualquer teoria que destaque e reforce mais que a diferença de interesses, a diferença de direitos e oportunidades como o caráter constitutivo do modo capitalista de produção e reprodução da existência, acentuada em sua fase monopólica.

A possibilidade de superação da visão funcionalista nos projetos de ocupação do tempo livre está na própria superação do modo capitalista de produção da existência, no qual a vida do trabalhador é reduzida, dentro e fora da fábrica, no interior e fora da escola, a

uma peça, uma engrenagem do sistema de produção da acumulação privada. Não são as fantasias e os mitos disseminados no interior dos estudos do lazer que resolvem esta construção histórica, nem tampouco, a simples crítica a esta produção. A solução está na projeção consciente da revolução do modo de produção capitalista como uma demanda histórica; a única que permitirá a continuação da espécie (o homem) e de seu habitat (a terra). Cabe, então, construir a revolução também nos projetos e reflexões sobre o tempo livre.

REFERÊNCIAS

- ALAVI, Hamza. Marxismo e o terceiro mundo. In: BOTTOMORE, Tom. *Dicionário do pensamento marxista*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2001. p. 241-243.
- ALMEIDA, L. F. R. de. Fora das lutas de massas não há o que fazer, a não ser esperar a cooptação. *Revista Sem Terra*, ano X, n. 37, jan./fev. p. 5-9. 2007.
- ALVES, Maria Bernadete Martins; MENDES, Leandro Luis. *Mecanismo on-line para referências*. Disponível em: <<http://robot.rexlab.ufsc.br/referencia/>>. Acesso em: 20 out. 2005.
- ANDERSON, Perry. *Considerações sobre o marxismo ocidental*. São Paulo: Brasiliense, 1989.
- ANTUNES, Ricardo Luiz Coltro Antunes. A industrialização recente e o estado à época das greves: crise e auto-reforma. In: _____. *A rebeldia do trabalho: confronto operário no ABC Paulista: as greves de 1978/1980*. Campinas: Unicamp, 1992. p. 101-126.
- ANTUNES, Ricardo Luiz Coltro Antunes. *A rebeldia do trabalho*. Campinas: Editora da UNICAMP, 1992.
- ANTUNES, Ricardo Luiz Coltro Antunes. *Adeus ao trabalho? 2 ed.* Campinas: EDUNICAMP, 1995.
- ANTUNES, Ricardo Luiz Coltro Antunes. Anotações sobre a redução da jornada de trabalho e o tempo livre. *Revista Praxis*, Belo Horizonte, v. 7, 1996
- ANTUNES, Ricardo Luiz Coltro Antunes. *Os sentidos do trabalho: ensaio sobre a afirmação e a negação do trabalho*. São Paulo: Boitempo, 2001b.
- ANTUNES, Ricardo Luiz Coltro Antunes. Tempo de trabalho e tempo livre: por uma vida cheia de sentido dentro e fora do trabalho In: _____. *Os sentidos do trabalho: ensaio sobre a afirmação e a negação do trabalho*. São Paulo: Boitempo, 2001a.
- ANTUNES, Ricardo Luiz Coltro Antunes. Tempo de trabalho e tempo livre: algumas teses para discussão. In: BRUHNS, Heloísa Turini; GUTIERREZ, Gustavo Luis. *Representações do lúdico*. Campinas: Autores Associados, 2001c.
- ARATO, Andrew. Marxismo na Europa Oriental. In: BOTTOMORE, Tom. *Dicionário do pensamento marxista*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2001. p. 246-249.
- BADALONI, N. Marx e a busca da liberdade comunista. In: HOBBSAWM, Erick. *História do marxismo: o marxismo no tempo de Marx*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1983. p. 197-261.
- BARAN, Paul A.; SWEEZY, Paul. M. *Capitalismo monopolista*. Rio de Janeiro: Zahar, 1966.
- BOTTOMORE, Tom. Austromarxismo. In: _____. *Dicionário do pensamento marxista*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2001. p. 21-23.

- BOTTOMORE, Tom. Formação Social. In: _____. *Dicionário do pensamento marxista*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2001. p. 159.
- BOTTOMORE, Tom. Trabalho abstrato. In: _____. *Dicionário do pensamento marxista*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2001. p. 383-384.
- BRAGA, Lucelma Silva. *Uma civilização sem alma? Educação e revolução passiva*. 2005. 191p. Dissertação (Mestrado) – Faculdade de Educação – Universidade Estadual de Campinas, Campinas.
- BRAVERMAN, Harry. *Trabalho e capital monopolista*. 3 ed. Rio de Janeiro: LTC, 1987.
- BRITO, Silvia Helena Andrade de. O Brasil no contexto da Guerra Fria: o projeto desenvolvimentista no segundo período Vargas. In: _____. *Educação e sociedade na fronteira Oeste do Brasil: Corumbá (1930-1954)*. 2001. 371f. Tese (Doutorado) Faculdade de Educação – Universidade Estadual de Campinas, Campinas. p. 262-279.
- BRITO, Silvia Helena Andrade de. Um projeto nacionalista para o Brasil: as propostas do primeiro Governo Vargas. In: _____. *Educação e sociedade na fronteira Oeste do Brasil: Corumbá (1930-1954)*. 2001. 371f. Tese (Doutorado) Faculdade de Educação – Universidade Estadual de Campinas, Campinas. p. 193-212.
- COATES, David. Reformismo. In: BOTTOMORE, Tom. *Dicionário do pensamento marxista*. Rio de Janeiro: Zahar, 2001. P. 313-314.
- COGGIOLA, Osvaldo. Engels: o segundo violino. São Paulo: Xamã, 1995. 147 p
- CUNHA, Luiz Antonio. Ensino superior na primeira república: quadro econômico e político. In: _____. *A Universidade temporã: o ensino superior da Colônia a Era Vargas*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1980, p. 134-150.
- DESAI, Meghnad. Capitalismo. In: BOTTOMORE, Tom. *Dicionário do pensamento marxista*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2001. p. 51-55.
- DEUTSCHE WELLE (Alemanha). *A história da Alemanha*. Disponível em: <<http://www.dw-world.de/dw/0,1595,7551,00.html>>. Acesso em: 21 out. 2005.
- DIAS, Edmundo Fernandes. *Gramsci em Turim: a formação do conceito de hegemonia*. São Paulo: Xamã, 2000.
- DICIONÁRIO DE ECONOMIA. São Paulo: Abril Cultural, 1985.
- DITADURA NO BRASIL: tudo sobre o regime militar de 1964 a 1985. *Aventuras na História*, Abril, São Paulo, Série Dossiê Brasil. abr. 2005. Mensal.
- ENDERLE, Rubens. Apresentação. In: MARX, Karl. *Crítica da filosofia do direito de Hegel*. São Paulo: Boitempo, 2005. p. 11-26.
- ENGELS, Federico. *A origem da família, da propriedade privada e do Estado*. 13 ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1995.
- ENGELS, Federico. *A situação da classe trabalhadora na Inglaterra*. São Paulo: Global, 1985. P. 391
- ENGELS, Federico. *Anti-Dühring*. 3. ed. São Paulo: Paz e Terra, 1990. 232 p.

- ENGELS, Federico. *Dialética da natureza*. 6. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2000. 238 p.
- ENGELS, Federico. El status quo en Alemania. In: MARX, Carlos; ENGELS, Federico. *Obras Fundamentales: Engels: escritos de juventud*. México: Fondo De Cultura Económica, 1981a. p. 612-627. (Volume 2).
- ENGELS, Federico. Ludwig Feuerbach e o fim da filosofia clássica alemã. In: MARX, Karl; ENGELS, Friedrich. *Obras escolhidas*. São Paulo: Alfa-ômega, 1980. p. 169-207.
- ENGELS, Federico. Sobre Alemanha. In: MARX, Carlos; ENGELS, Federico. *Obras Fundamentales: Engels: escritos de juventud*. México: Fondo De Cultura Económica, 1981b. p. 568-585. (Volume 2).
- ENGELS, Friedrich. Esboço de uma crítica da economia política. *Temas de ciências humanas*, São Paulo, n. 5, p. 1-29, 1979.
- FAUSTO, Boris. *História concisa do Brasil*. São Paulo: EDUSP, 2006.
- FEHÉR, Ferenc. Marxismo soviético. In: BOTTOMORE, Tom. *Dicionário do pensamento marxista*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2001. p. 254-254.
- FERNANDES, Florestan. *Marx/Engels: História*. Coleção Grandes Cientistas Sociais. 3. ed. São Paulo: Ática, 1989.
- FERREIRA, Aurélio Buarque de Holanda. *Novo Dicionário Aurélio da Língua Portuguesa*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1986.
- FETSCHER, Iring. Evolução do Marxismo. In: BOTTOMORE, Tom. *Dicionário do pensamento marxista*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2001. p. 243-245.
- FIGUEIREDO, Betania Gonçalves. *A criação do SESI e SESC: do enquadramento da preguiça à produtividade do ócio*. 221p. Dissertação (Mestrado em História) Universidade Estadual de Campinas, Campinas, SP: [s.n.], 1991.
- FOOT-HARDMAN, Francisco; LEONARDI, Victor. *História da indústria e do trabalho no Brasil*. São Paulo: Global, 1982.
- FORRESTER, Viviane. *O horror econômico*. São Paulo: UNESP, 1997.
- FROMM, Erich. *Conceito marxista de homem*. Rio de Janeiro: Zahar, 1975.
- GANDRA, E. Á.; SILVA, A. J.; NASCIMENTO, M. I. M. A orientação político-educacional no populismo e a evolução da estratégia liberal para conter a mobilização operária. *Revista HISTEDBR On-line*, Campinas, n. 19, p. 117-133, set. 2005.
- GERMANO, José Wellington. *Estado militar e educação no Brasil (1964-1985)*. 4 ed. São Paulo: Cortez, 2005.
- GIANNOTTI, José Arthur. *José Arthur Giannotti por Fernando de Barros Silva* (entrevista). In: *Memórias do presente: 100 entrevistas do Mais! – Artes do Conhecimento*. São Paulo: Publifolha, 2003.
- GIANNOTTI, José Arthur. Notas sobre a categoria “modo de produção” para uso e abuso dos sociólogos. *Estudos CEBRAP*, n. 17, 1976, p. 161-167.

- GRAMSCI, Antonio. Cadernos do Cárcere. 2 ed. V. 2. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2001.
- GRAMSCI, Antonio. Cadernos do Cárcere. 2 ed. V. 3. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2002.
- GRAMSCI, Antonio. Cadernos do Cárcere. V. 1. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1999.
- GRAMSCI, Antonio. Cadernos do Cárcere. V. 4. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2001.
- GRAMSCI, Antonio. Cadernos do Cárcere. V. 5. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2002.
- GRAMSCI, Antonio. Cadernos do Cárcere. V. 6. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2002.
- HARDING, Neil. Marxismo legal. In: BOTTOMORE, Tom. *Dicionário do pensamento marxista*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2001. p. 245-246.
- HARRIS, Laurence. Capitalismo monopolista de Estado. In: BOTTOMORE, Tom. *Dicionário do pensamento marxista*. Rio de Janeiro: Zahar, 2001a. p. 55-56.
- HARRIS, Laurence. Capitalismo monopolista. In: BOTTOMORE, Tom. *Dicionário do pensamento marxista*. Rio de Janeiro: Zahar, 2001b. p. 54-55.
- HARRIS, Laurence. Forças produtivas e relações de produção. In: BOTTOMORE, Tom. *Dicionário do pensamento marxista*. Rio de Janeiro: Zahar, 2001c. p. 157-159.
- HARRIS, Laurence. Periodização do capitalismo. In: BOTTOMORE, Tom. *Dicionário do pensamento marxista*. Rio de Janeiro: Zahar, 2001d. p. 284-286.
- HARVEY, David. Pós-modernismo. In: _____. *Condição pós-moderna*. São Paulo: Loyola, 1992. p. 45-67.
- HOBBSBAWM, Eric J. *A era das revoluções: 1789-1848*. 10. ed. São Paulo: Paz e Terra, 1997a. 366 p.
- HOBBSBAWM, Eric J. *A era do capital: 1848-1875*. 5. ed. São Paulo: Paz e Terra, 1997b. 459 p.
- HOBBSBAWM, Eric J. *A era dos extremos: o breve século XX (1914-1991)*. São Paulo: Companhia das Letras, 1995. 598 p.
- HOBBSBAWM, Eric J. *A era dos impérios: 1875-1914*. 8. ed. São Paulo: Paz e Terra, 2003. 546 p.
- HOBBSBAWM, Eric J. Marx e a história. In: _____. *Sobre história*. São Paulo: Companhia das Letras, 1998. p. 171-184.
- HOBBSBAWM, Eric J. A história progrediu? In: _____. *Sobre história*. São Paulo: Companhia das Letras, 1998. p. 68-82.
- HOBBSBAWM, Eric J. Marx, Engels e o socialismo pré-marxiano. In: HOBBSBAWM, Eric J.. *História do Marxismo: O marxismo no tempo de Marx*. 3. ed. Rio de Janeiro: Paz E Terra, 1983. p. 33-66.
- HOBBSBAWM, Eric J. *Mundos do trabalho*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2000.

- JACOBY, Russell. Marxismo ocidental. In: BOTTOMORE, Tom. *Dicionário do pensamento marxista*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2001. p. 249-252.
- KOHAN, Nestor. La herança del fetichismo y el desafio de la hegemonia em uma época de rebeldia generalizada. In: Encontro Internacional CIVILIZAÇÃO OU BARBÁRIE. Serpa e Moura, 23-25/Setembro/2004. Disponível em: <http://resistir.info/serpa/comunicacoes/comunicacoes.html>. Acesso em: 16 ago. 2006.
- KONDER, Leandro. *Marx: vida e obra*. 4. ed. Rio de Janeiro: Editora Paz E Terra S. A., 1981. 191 p.
- LAFARGUE, P. *O direito à preguiça*. São Paulo: Kairós, 1980.
- LAFARGUE, P. *O direito à preguiça*. São Paulo: Hucitec, 1999.
- LAFARGUE, Paul. l'Archive Internet des Marxistes. Section française. Disponível em: <http://www.marxists.org/francais/lafargue/index.htm>. Acesso em Ago 2005.
- LAFARGUE, Paul. Reminiscências de Marx. In FROM, Erick. *Concepção marxista do homem*. Rio de Janeiro: Zahar, 1975. P. 190-206.
- LEMOS, Antonio Agenor Briquet de. Publicar e perecer. *Ci. Inf.*, Brasília, v. 34, n. 2, 2005. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0100-19652005000200001&lng=pt&nrm=iso>. Acesso em: 12 ago 2006.
- LENIN, Vladimir Ilitch Ulianov. *As três fontes e as três partes constitutivas do marxismo*. 2. ed. São Paulo: Global Editora e Distribuidora Ltda, 1979. 78 p.
- LENIN, Vladimir Ilitch Ulianov. Friedrich Engels. In: *V. I. Lenine: obras escolhidas*. 3. ed. São Paulo: Alfa-Omega, 1986. v. 1.
- LENIN, Vladimir Ilitch Ulianov. Karl Marx (Breve nota biográfica com uma exposição do marxismo). In: *V. I. Lenine: obras escolhidas*. 3. ed. São Paulo: Alfa-Omega, 1986. v. 1.
- LENIN, Vladimir Ilitch Ulianov. *O imperialismo: fase superior do capitalismo*. São Paulo: Centauro, 2002.
- LOMBARDI, José Claudinei. A educação e a Comuna de Paris: contribuição ao debate comemorativo dos 130 anos, In. BOITO JR., Armando. (Org.) *A Comuna de Paris na história*. São Paulo: Xamã, 2001.
- LOMBARDI, José Claudinei. A educação e a Comuna de Paris: notas sobre a construção da escola pública, laica, gratuita e popular. In: BARSOTTI, P. ORSO, P. J.; LERNER, F. A *Comuna de Paris de 1871: história e atualidade*. São Paulo: Ícone Editora, 2002.
- LOMBARDI, José Claudinei. Apresentação. In: SAVIANI, Dermeval; LOMBARDI, José Claudinei. *Marxismo e Educação: debates contemporâneos*. Campinas: Autores Associados: HISTEDBR, 2005a.
- LOMBARDI, José Claudinei. Educação, ensino e formação profissional em Marx e Engels. IN SAVIANI, Dermeval; LOMBARDI, José Claudinei. *Marxismo e Educação: debates contemporâneos*. Campinas: Autores Associados: HISTEDBR, 2005b.

- LOMBARDI, José Claudinei. História e historiografia da educação no Brasil. *Revista HISTEDBR On-line*, n. 14, junho de 2004. Disponível em <http://www.histedbr.fae.unicamp.br/sumario14.htm>
- LOMBARDI, José Claudinei. História, cultura e educação: aportes marxistas. In: LOMBARDI, José Claudinei; CASIMIRO, Ana Palmira Santos; MAGALHÃES, Lívia Diana Rocha. *História, cultura e educação*. Campinas: Autores Associados, 2006.
- LOMBARDI, José Claudinei. Historiografia educacional brasileira e os fundamentos teórico-metodológicos da história. In: _____. (Org.) *Pesquisa em educação: história, filosofia e temas transversais*. Campinas, SP: Autores Associados; HISTEDBR; Caçador, SC: UnC, 2000.
- LOMBARDI, José Claudinei. Marxismo e história da educação: algumas reflexões sobre a historiografia educacional brasileira recente. Tese (Doutorado) – Faculdade de Educação, Universidade Estadual de Campinas (UNICAMP), Campinas. 1993.
- LOMBARDI, José Claudinei. Periodização na história da educação brasileira: aspecto polêmico e sempre provisório. Projeto 20 anos do HISTEDBR: Navegando pela história da educação brasileira. 2005c. (mimeo)
- LOMBARDI, José Claudinei; NASCIMENTO, Maria Isabel Moura. *Fontes, história e historiografia da educação*. Campinas: Autores Associados; HISTEDBR; PUCPR; UNICS; UEPG, 2004.
- LOSURDO, Domenico. *Hegel, Marx e a tradição liberal*. São Paulo: Unesp, 1998.
- LÖWY, Michael. A América Latina vai à esquerda? *Revista Sem Terra*, ano X, n. 37, jan.fev/2007, p. 19-21.
- LÖWY, Michael. *A teoria da revolução no jovem Marx*. Petrópolis: Vozes, 2002.
- LÖWY, Michael. *Revolta e melancolia*. Petrópolis: Vozes, 1995.
- LÖWY, Michael. *Romantismo e messianismo*. São Paulo: Perspectiva, 1990.
- LUCENA, Carlos. Petróleo, capitalismo monopolista e transformações na organização da produção. In: _____. *Tempos de destruição: educação, trabalho e indústria do petróleo no Brasil*. Campinas: Autores Associados, 2004.
- LUKÁCS, György. *Ontologia do ser social*. Os princípios ontológicos fundamentais de Marx. São Paulo: Editora Ciências Humanas, 1979.
- MAESTRI, Mário; CANDREVA, Luigi. *Antonio Gramsci: vida e obra de um comunista revolucionário*. São Paulo: Expressão Popular, 2001.
- MARX, Carlos. Glosas críticas al artículo 'el rey de Prusia y la reforma social. Por un prusiano'. In: MARX, Carlos; ENGELS, Federico. *Obras Fundamentales: Carlos Marx: Escritos de Juventud*. México: Fondo De Cultura Económica, 1982. p. 505-521. (Volume I).
- MARX, Carlos. *GRUNDRISSE: lineamentos fundamentales para la crítica de la economía política (1857-1858)*. México: Fondo de Cultura Económica, 1985. (2 vol.)
- MARX, Carlos. Los debates de la VI Dieta Renana: Debates sobre la ley castigando los robos de leña. In: MARX, Carlos; ENGELS, Federico. *Obras Fundamentales: Carlos Marx: Escritos de Juventud*. México: Fondo de Cultura Económica, 1982. p. 248-283. (Volume 1).

- MARX, Carlos. Los debates de la VI Dieta Renana: los debates sobre la libertad de prensa y la publicación de los debates de la dieta. In: MARX, Carlos; ENGELS, Federico. *Obras Fundamentales: Carlos Marx: Escritos de Juventud*. México: Fondo de Cultura Económica, 1982. p. 173-219. (Volume 1).
- MARX, Carlos. Sobre la cuestión judía. In: MARX, Carlos; ENGELS, Federico. *Obras fundamentales. Carlos Marx: Escritos de Juventud*. México: Fondo de Cultura Económica, 1982. p. 463-490. (Volume 1).
- MARX, Karl; ENGELS, Friedrich. *A sagrada família: A crítica da crítica crítica: contra Bruno Bauer e consortes*. São Paulo: Boitempo Editorial, 2003. 280 p.
- MARX, Karl; ENGELS, Friedrich. *A sagrada família: A crítica da crítica crítica: contra Bruno Bauer e consortes*. Portugal/Brasil: Editorial Presença/Livraria Martins Fontes, s/d (c). 328 p.
- MARX, Karl; ENGELS, Friedrich. Cartas filosóficas e o manifesto comunista de 1848. São Paulo: Editora Moraes, 1987, (p. 102 a 116).
- MARX, Karl; ENGELS, Friedrich. Manifesto do partido comunista. In: _____. Obras escolhidas. São Paulo: Alfa-ômega, 1980. p. 13-47.
- MARX, Karl; ENGELS, Friedrich. *Obras Escolhidas*. São Paulo: Alfa-ômega, 1980c. 3 v.
- MARX, Karl. A guerra civil na França. In: MARX, Karl; ENGELS, Friedrich. *Obras Escolhidas*. São Paulo: Alfa-ômega, 1980a.
- MARX, Karl. *A miséria da filosofia: Tradução e introdução José Paulo Neto*. São Paulo: Global Editora, 1985. 225 p. (Coleção Bases 46).
- MARX, Karl. *Contribuição à crítica da economia política*. São Paulo: Martins Fontes, 1977.
- MARX, Karl. Crítica ao programa de Gotha. In: MARX, Karl. ENGELS, Friedrich. *Obras escolhidas*. São Paulo: Alfa-ômega, 1980b.
- MARX, Karl. Crítica da filosofia do direito de Hegel - Introdução. *Temas de Ciências Humanas*, São Paulo, Editora Grijalbo, v. 2, 1977. p. 1-14.
- MARX, Karl. *Crítica da filosofia do direito de Hegel*. São Paulo: Boitempo, 2005.
- MARX, Karl. *Manuscritos econômico-filosóficos e outros textos escolhidos*. Seleção de textos de José Arthur Giannotti. 2. ed. São Paulo: Abril Cultural, 1978. 407 p. (Os Pensadores).
- MARX, Karl. *O Capital: crítica da economia política – o processo global da produção capitalista*. Livro 3. Volume VI. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, s/d (b).
- MARX, Karl. *O Capital: crítica da economia política – o processo de produção de capital*. Livro 1. Volume I. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1989a.
- MARX, Karl. *O Capital: crítica da economia política – o processo de produção de capital*. 12 ed. Livro 1. Volume II. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1989b.
- MARX, Karl. *O Capital: crítica da economia política – o processo de circulação do capital*. 4 ed. Livro 2. Volume III. São Paulo: DIFEL, 1983.
- MARX, Karl. *O Capital: crítica da economia política – o processo global da produção capitalista*. Livro 3. Volume IV. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, s/d (a).

- MARX, Karl. *O Capital: crítica da economia política – o processo global da produção capitalista*. 4 ed. Livro 3. Volume V. São Paulo: DIFEL, 1985.
- MARX, Karl. *O Capital: crítica da economia política – o processo de produção de capital*. Livro Primeiro. Volume I. 3 ed. Tomo 1. São Paulo: Nova Cultural, 1988a.
- MARX, Karl. *O Capital: crítica da economia política – o processo de produção de capital*. Livro Primeiro. Volume II. 3 ed. Tomo 2. São Paulo: Nova Cultural, 1988b.
- MARX, Karl. *O Capital: crítica da economia política – o processo de circulação do capital*. Livro Segundo. Volume III. 3 ed. São Paulo: Nova Cultural, 1988c.
- MARX, Karl. *O Capital: crítica da economia política – o processo global da produção capitalista*. Livro Terceiro. Volume IV. 3 ed. São Paulo: Nova Cultural, 1988d.
- MARX, Karl. *O Capital: crítica da economia política – o processo global da produção capitalista*. Livro Terceiro. Volume V. 3 ed. São Paulo: Nova Cultural, 1988e.
- MARX, Karl. O dezoito de Brumário de Luís Bonaparte. In: GIANNOTTI, J. A. *Os pensadores*. São Paulo: Abril Cultural, 1978. p. 323-404.
- MARX, Karl. Propriedade privada e comunismo. In: _____. *Manuscritos econômico-filosóficos*. São Paulo: Boitempo, 2004. p. 103-114.
- MARX, Karl. Trabalho alienado e superação positiva da auto-alienação humana. In: FERNANDES, Florestan. *Marx e Engels: História*. São Paulo: Ática, 1989c.
- MARX, Karl. Trabalho Estranhado (extrato). *Idéias*, Campinas, Ano 9 (2), 10 (1), p. 455-472, 2003.
- MARX, Karl. Trabalho estranhado e propriedade privada. In: _____. *Manuscritos econômico-filosóficos*. São Paulo: Boitempo, 2004 P. 79-90.
- MARX, Karl; ENGELS, Friedrich. *A Ideologia Alemã*. São Paulo: HUCITEC, 1993.
- MARX, Karl; ENGELS, Friedrich. *A ideologia alemã: crítica da filosofia alemã mais recente na pessoa dos seus representantes Feuerbach, B. Bauer e Stirner, e do socialismo alemão na dos seus diferentes profetas*. Porto/ São Paulo: Editorial Presença/Livraria Martins Fontes, 1974²⁹⁰. 2 v.
- MARX, Karl; ENGELS, Friedrich. *Manifesto comunista*. São Paulo: Boitempo, 1998.
- McLELLAN, David. Jovens hegelianos. In: BOTTOMORE, Tom. *Dicionário do pensamento marxista*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2001. p. 202-203.
- MÉSZÁROS, István. *A educação para além do capital*. São Paulo: Boitempo, 2005.
- MÉSZÁROS, István. Economia, política e tempo disponível: para além do capital. *Margem Esquerda – Ensaios marxistas*, São Paulo, n. 1, p. 93-124. 2003.

290 Não há dados sobre a data de publicação deste texto no volume que estamos utilizando. Estamos considerando aqui a informação disponibilizada pela tipografia na última página do primeiro exemplar: “Este livro acabou de se imprimir em 20 de maio de 1974 para a Editorial Presença LDA. na Tipografia Nunes, LDA. Rua D. João IV, 590, Porto. Uma informação disponibilizada em Bottomore (2001, p. 410) indica, por sua vez, o ano de 1980 como aquele da publicação da Primeira Edição desta obra em Português.

- PAULO NETTO, José. De como não ler Marx ou o Marx de Sousa Santos. _____. *Marxismo impenitente: contribuição à história das idéias marxistas*. São Paulo: Cortez, 2004.
- PAULO NETTO, José. Relendo a teoria marxista da história. In: SANFELICE, José Luís; LOMBARDI, José Claudinei; SAVIANI, Dermeval. *História e história da educação*. 2 ed. Campinas: Autores Associados: HISTEDBR, 2000.
- PEREIRA, Maria de Fátima Rodrigues. *Concepções de história na proposta curricular do Estado de Santa Catarina*. Chapecó: Universitária, 2000.
- PEREIRA, Maria de Fátima Rodrigues. Formação de professores em nível superior no estado de Santa Catarina (1960-2002): controle e desoneração do Estado. 2007. Tese (Doutorado em Educação). Faculdade de Educação – Universidade Estadual de Campinas. Campinas.
- PETROVIC, Gajo. Práxis. In: BOTTOMORE, Tom. *Dicionário do pensamento marxista*. Rio de Janeiro: Zahar, 2001.
- PICHELI, V. *O IDORT enquanto proposta educacional no contexto de formação da hegemonia burguesa no Brasil 1930-1945*. 1997. Dissertação (Mestrado) Faculdade de Educação – Universidade Estadual de Campinas, Campinas.
- PIOZZI, Patrizia. Máquinas e homens: utopias e o tempo da revolta. In: ROSSI, Vera Lúcia Sabongi; ZAMBONI, Ernesta. *Quanto tempo o tempo tem*. Campinas: Alínea, 2003.
- PLATÃO. *A República*. 3 ed. Belém: EDUFPA, 2000.
- PRADO JÚNIOR, Caio. *História econômica do Brasil*. 35 ed. São Paulo: Brasiliense, 1987.
- PRAXEDES, Walter Lúcio de Alencar. Repensando a recepção do marxismo no pensamento educacional brasileiro. *Revista Espaço Acadêmico*, Ano II, N. 12, Maio. 2002. s/p.
- RANIERI, Jesus. Apresentação. In: MARX, Karl. *Manuscritos econômico-filosóficos*. São Paulo: Boitempo, 2004. P. 11-17.
- REIS FILHO, Daniel Aarão; MORAES, Pedro. 68: a paixão de uma utopia. Rio de Janeiro: Espaço e Tempo, 1988.
- ROCES, Wenceslao. Prólogo. In: MARX, Karl; ENGELS, Frederico. *Obras Fundamentais: Engels: escritos de juventud*. México: Fondo de Cultura Económica, 1981. p. VII-XVIII. (Volume 2).
- ROCES, Wenceslao. Prólogo. In: MARX, Karl; ENGELS, Frederico. *Obras Fundamentais: Carlos Marx: Escritos de Juventud*. México: Fondo de Cultura Económica, 1982. p. VII-XVI. (Volume 1).
- ROMANO, Roberto. *Corpo e cristal: Marx romântico*. Rio de Janeiro: Guanabara dois, 1985.
- ROSDLOSKI, Roman. A lei da queda da taxa de lucro e a tendência derrocada do capitalismo. *Gênese e estrutura de O Capital de Karl Marx*. Rio de Janeiro: EDUERJ/Editora Contraponto, 2001.
- ROSDLOSKI, Roman. O limite histórico da lei do valor: observações de Marx sobre a ordem social socialista. *Gênese e estrutura de O Capital de Karl Marx*. Rio de Janeiro: EDUERJ/Editora Contraponto, 2001.

- RUBEL, Maximilien. *Crónica de Marx: Datos sobre su vida y su obra*. Barcelona: Editorial Anagrama, s/d. 165 p.
- SANTOS FILHO, J. Ideologia Alemã: uma breve passagem teórica sobre o lazer e o fenômeno turístico no pensamento de Karl Marx . *Espaço Acadêmico*, v. 24, 2003.
- SARTRE, Jean Paul. Marxismo e existencialismo. In: _____. *Crítica da razão dialética*. Rio de Janeiro: DP&A, 2002. P. 19-39.
- SAVIANI, Dermeval. Escola e democracia I: a teoria da curvatura da vara. In: SAVIANI, Dermeval. *Escola e democracia*. São Paulo: Autores Associados, 1987. p. 40-61.
- SAVIANI, Dermeval. O debate teórico-metodológico no campo da história e sua importância para a pesquisa educacional. In: SANFELICE, José Luís; LOMBARDI, José Claudinei; SAVIANI, Dermeval. *História e história da educação*. 2 ed. Campinas: Autores Associados: HISTEDBR, 2000b.
- SAVIANI, Dermeval. O legado educacional do “longo século XX” brasileiro. IN SAVIANI, Dermeval et. al. *O legado educacional do século XX no Brasil*. Campinas: Autores Associados, 2004.
- SAVIANI, Dermeval. *Pedagogia histórico-crítica: primeiras aproximações*. Campinas; Autores Associados, 2000a.
- SINGER, P. Evolução da economia brasileira: 1955-1975. *Estudos CEBRAP*, n. 17, p. 61-83, 1976.
- SODRÉ, Néelson Werneck. *Capitalismo e revolução burguesa no Brasil*. Belo Horizonte: Oficina do Livro, 1990.
- THOMPSON, Edward Palmer. *A formação da classe operária inglesa: A árvore da liberdade*. 3 ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1997.
- THOMPSON, Edward Palmer. *A formação da classe operária inglesa: A árvore da liberdade*. 2 ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1989.
- THOMPSON, Edward Palmer. *A formação da classe operária inglesa: A maldição de adão*. 2 ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1988.
- THOMPSON, Edward Palmer. *As peculiaridades dos ingleses*. Campinas: Editora da UNICAMP, 2001.
- THOMPSON, Edward Palmer. Tempo, disciplina do trabalho e o capitalismo industrial. In: _____. *Costumes em comum: estudos sobre a cultura popular tradicional*. São Paulo: Companhia das letras, 1998.
- WEEKS, John. Imperialismo e mercado mundial. In: BOTTOMORE, Tom. *Dicionário do pensamento marxista*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2001. p. 187-190.
- WEINSTEIN, Barbara. *(Re) Formação da classe trabalhadora no Brasil (1920-1964)*. São Paulo: Corez: CDPAH-IFAN – Universidade São Francisco, 2000.

REFERÊNCIAS “ESTUDOS DO LAZER”

- ADÃO, K. S. A pedagogia do pátio de Dom Bosco: o lazer no contexto da escola e da educação. *Vertentes*, São João del Rei, v. 8, p. 56-70, 1996.
- ADÃO, K. S. Contribuições de Norbert Elias e Eric Dunning para a Teoria do Lazer. *Conexões Educação Esporte e Lazer*, Campinas, n. 5, p. 6-13, 2000.
- ADÃO, K. S. Tempo, lazer e Processo Civilizador. In: III Simpósio Internacional Processo Civilizador: Educação, História e Lazer, 1998, Piracicaba. III Simpósio Internacional Processo Civilizador: Educação, História e lazer. Piracicaba: UNIMEP, 1998. p. 148-153.
- ALEXANDER, Alfredo. Jogos ao ar livre para a mocidade brasileira. *Revista Pedagógica*, a.1, n.4, p.282-311, jan. 1891.
- ALMEIDA, M. A. B. Gutierrez, Gustavo. O lazer no Brasil: do nacional desenvolvimentismo à globalização. *Conexões*, Campinas, Unicamp, v. 3, n. 1, p. 1-20, 2005b.
- ALMEIDA, M. A. B.; GUTIERREZ, G. L. Desenvolvimentismo e lazer. *Efdeportes.com Revista Digital*, Buenos Aires, a. 10, n. 87, ago. 2005. Disponível em: <<http://www.efdeportes.com>>. Acesso em: 25 ago. 2005a.
- ALMEIDA, M. A. B.; GUTIERREZ, G. L. O governo Vargas e o desenvolvimento do lazer no Brasil. *Efdeportes.com Revista Digital*, Buenos Aires, a. 10, n. 92, jan. 2006. Disponível em: <<http://www.efdeportes.com>>. Acesso em: 23 jan. 2006.
- ALMEIDA, M. G.; BARBOSA, Romero Ribeiro. Rally de jegues de Turvânia - GO: a tradição inventada para o lazer e turismo no Mato Grosso goiano. *Anais... VI Encontro Nacional da ANPEGE*, 2005, Fortaleza, 2005.
- ALMEIDA, Paulo N. *A explosão recreativa dos jogos*. São Paulo: Estrutura, 1977.
- ALMEIDA, Paulo Nunes. *Dinâmica lúdica, técnicas e jogos pedagógicos*. São Paulo: Loyola, 1974.
- ALVAREZ, M. C. Racionalização, trabalho e ócio: reflexões a partir de Max Weber. In: H. T. BRUHNS. (Org.). *Lazer e Ciências Sociais*. 1 ed. São Paulo, 2001, v. , p. xx-xx
- ALVES, Giovani Antonio Pinto. Trabalho, subjetividade e lazer: estranhamento, fetichismo e reificação no capitalismo global. In: PADILHA, Valquiria (org.) *Dialética do Lazer*. São Paulo: Cortez, 2006.
- ALVES, Vânia de Fátima Noronha. *O corpo lúdico Maxakali; Segredos de um "programa de índio"*. Belo Horizonte: FUMEC-FACE,C/Arte, 2003.
- AMARAL, Silvia Cristina Franco. Espaços e vivências públicas de lazer em Porto Alegre: da consolidação da ordem burguesa à busca da modernidade urbana. *Revista Brasileira de Ciências do Esporte*, v. 23, n. 1, p. 109-121, set. 2001a.

- AMARAL, Silvia Cristina Franco. Lazer e recreação: estudos de memória na cidade de Porto Alegre – uma proposta em andamento. *Licere*, UFMG, Belo Horizonte, v.4, n. 1, p. 109-122, 2001b.
- AMARAL, Silvia Cristina Franco. O Serviço de Recreação Pública (SRP): sua importância para cidade e para a área do lazer em Porto Alegre. Congresso Brasileiro de História da Educação Física, Esporte, Lazer e Dança, 7. *Coletânea...* Gramado- RS, 2000, pp. 355-358.
- AMARAL, Silvia Cristina Franco. Políticas públicas de lazer: existe possibilidade de uma gestão participativa?. In: PADILHA, Valquiria (Org.). *Dialética do lazer*. 1 ed. São Paulo: Cortez, 2006, v. , p. 156-172
- ANDRADE, A. B. ; MEIRA, A. R. Satisfação dos usuários: um estudo multicaso quanto às áreas de lazer de condomínios residenciais. *ANAIS...* IV Simpósio Brasileiro de Gestão e Economia da Construção / I Encontro Latino Americano de Gestão e Economia da Construção, 2005, Porto Alegre. IVSIBRAGEC / I ELAGEC. Porto Alegre: UFRGS, 2005.
- ANDRADE, José de. Implementação de uma política de lazer para a cooperativa do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem-Terra (MST): relato de pesquisa-ação. In: PADILHA, Valquiria (Org.). *Dialética do lazer*. 1 ed. São Paulo: Cortez, 2006.
- BARBIERI, Jeverson. Nos tempos em que o lazer virou mercadoria. Disponível em: *Jornal da UNICAMP*. Sala de Imprensa.
http://www.unicamp.br/unicamp/unicamp_hoje/ju/marco2006/ju315pag10a.html. Acesso em: 13 nov. 2006.
- BARBOSA, J. A. S. Badminton, Uma nova opção de lazer. In: Encontro Nacional de Recreação e Lazer, 1996, Recife. *Anais...* 1996. v. 01.
- BECKER, Dinizar Fermiano. Uma economia política do direito ao lazer: uma primeira aproximação teórica dos fundamentos econômicos do direito ao tempo livre. In: MÜLLER, Ademir. DaCOSTA, Lamartine Pereira (Org.). *Lazer e desenvolvimento regional*. Santa Cruz do Sul: EDUNISC, 2002.
- BLASCOVI-ASSIS, S.M. *Lazer e Deficiência Mental*. Campinas: Papirus, 1997. v. 1. 112 p.
- BORGES, Carlos Nazareno Ferreira. Big Brother Brasil: a vez do programa ficar no paredão (09 Pag.). XIII CONBRACE (Congresso Brasileiro de Ciências do Esporte, 2003, Caxambu/MG. *Anais...* Campinas/SP: Autores Associados, 2003.
- BORTOLETTO, D. Recreação e Lazer: estratégias de ensino-aprendizagem de educação continuada. Reunião Anual de Ciência 5 & Mostra de Pós-Graduação 1, 2001, Uberlândia. *Anais 5ª Reunião Anual de Ciência & 1ª Mostra de Pós-Graduação*. Uberlândia: Unit, 2001. v. 1. p. 214-214.
- BRAMANTE, Antonio Carlos. Qualidade no Gerenciamento do Lazer. In: Heloisa Turini Bruhns. (Org.). Introdução aos *Estudos do lazer*. Campinas - SP, 1997, v. , p. 123-153.
- BRAMANTE, Antonio Carlos. Recreação para o trabalhador: a necessidade de formulação de um diagnóstico de interesses. In: QUINTAS, Geraldo. (Org.). *Esporte e Lazer na Empresa*. Brasília: MEC/SEED, 1990.
- BRUHNS, H. T. ; MARINHO, A. Lazer e meio ambiente: multiplicidade de atuações. *Licere*, Horizonte: CELAR UFMG, v. 6, n. 2, p. 32-42, 2003.

- BRUHNS, H. T. De Grazia e o lazer enquanto isenção de obrigações. In: Heloisa Turini Bruhns. (Org.). *Lazer e Ciências sociais: Diálogos pertinentes*. São Paulo, 2002a.
- BRUHNS, Heloisa Turini. (Org.). *Lazer e Ciências sociais: diálogos pertinentes*. São Paulo, 2002b.
- BRUHNS, Heloísa Turini. Lazer e motricidade: dialogando com o conhecimento. IN BRUHNS, H. T. *Temas sobre lazer*. Campinas: Autores Associados, 2000.
- BRUHNS, Heloísa Turini. Lazer, trabalho e tecnologia: refletindo sobre a necessidade de novos conceitos. IN: BRUHNS, Heloísa Turini; GUTIERREZ, Gustavo Luis. *Representações do lúdico*. Campinas: Autores Associados, 2001.
- BUENO, S. M. V. ; CAMARGO, Rosangela Andrade Aukar de. Lazer, trabalho e promoção da saúde mental para os trabalhadores de hospital. Escola Anna Nery - Revista de Enfermagem, v. 8, n. 1, p. 71-80, 2004.
- BUENO, S. M. V. ; PEREIRA, M. E. R. Lazer - um caminho para aliviar as tensões no ambiente em UTI: uma concepção da equipe de enfermagem. Revista Latino-americana de Enfermagem, p. 75-84, 1997.
- BURLE MARX, Roberto. Áreas verdes e lazer. *Anais... Seminário do Lazer*. Curitiba, 20 a 23, nov.,1974. P. 10-16.
- CADERNOS DE LAZER, São Paulo, SESC/Brasiliense, n. 1, 2, 3, 4, 1977 e 1978.
- CAFÉ, Ângela Barcelos. O direito à cultura do lúdico. *Licere*, Belo Horizonte, v. 4, p. 31-45, 2001.
- CALVENTE, M. D. C. M. H.; BORBA, M. A. J. G. Geografia, ócio, lazer, turismo e ensino. In: Asari, A. A.; Antonello, I. T.; Tsukamoto, R. Y. (Org.). *Múltiplas geografias: ensino, pesquisa e reflexão*. Londrina: EDUEL, 2004. p. 225-244.
- CÂMARA DOS DEPUTADOS. Biblioteca e Arquivo. Disponível em: <http://www2.camara.gov.br/biblarq>. Acesso em: set. 2005.
- CAMARGO, Luiz Octávio de Lima. “O lazer é um perigo”. Entrevista: MAYRINK, Geraldo. *Veja*, 30 de junho de 1993a. P. 8.
- CAMARGO, Luiz Octávio de Lima. A pesquisa em lazer na década de 70. In: Seminário “O Lazer em Debate”, 4. 2003, Belo Horizonte. *Coletânea...* Belo Horizonte: UFMG/DEF, 2003.
- CAMARGO, Luiz Octávio de Lima. Contributions de Joffre Dumazedier à la pensée sociologique brésilienne. In: Samuel, Nicole; Pronovost, Gilles; Attias, Claudine. (Org.). *Temps libre et modernité: Melanges en honneur de Joffre Dumazedieu*. 1 ed. Paris, 1993b, v. 1, p. 207-220.
- CAMARGO, Luiz Octávio de Lima. *Educação para o lazer*. São Paulo: Moderna, 1998a.
- CAMARGO, Luiz Octávio de Lima. Lazer nas empresas – tendência de um novo DRH. IN *Esporte e Lazer na Empresa*. Brasília: MEC/SEED, 1990, p. 70).
- CAMARGO, Luiz Octávio de Lima. O mercado de trabalho de lazer. *Anais... Congresso Mundial de Lazer 4 e Encontro Nacional de Recreação e Lazer*, 10, São Paulo: SESC, 1998b.
- CAMARGO, Luiz Octávio de Lima. *O que é lazer*. São Paulo: Brasiliense, 1986.

- CAMARGO, Luiz Octávio de Lima. Recreação Pública. *Cadernos de Lazer*, São Paulo, n. 4, p. 29-36, 1979.
- CAMARGO, Luiz Otávio de Lima. Lazer e Preservação do Patrimônio Cultural. *Revista Arquitetura*, São Paulo, n. 19, p. 23-28, 1978.
- CANTARELI, Édila Maria Bisognin . Barreiras Sócio-Culturais e o Lazer das Pessoas Portadoras de Deficiência Física. In: 12º ENAREL - Encontro Nacional de Recreação e Lazer, 2000, Balneário Camboriú. Anais do 12º ENAREL - Encontro Nacional de Recreação e Lazer, 2000.
- CARMO, Gonçalo Cassins M. do. ; DISTEFANO, F. A busca do prazer: notas sobre a teoria do lazer de Elias e Dunning. . In: I Encontro de Educação Física do Camjag, 2002, Jaguariáiva. Anais do I Encontro de Educação Física do Camjag, 2002.
- CARMO, Gonçalo Cassins M. do. ; PILATTI, L. A. ; OLIVEIRA JUNIOR, C. A Contribuição de Thorstein Veblen para a Teoria do Lazer. *Anais... Congresso Brasileiro de História da Educação Física, Esporte, Lazer e Dança V*, 2000, Gramado. 2000.
- CASTELLANI FILHO, Lino. *Educação física no Brasil: a história que não se conta*. Campinas: Papirus, 1988.
- CASTELLO BRANCO, Alípio Pires. Educação, lazer e vida urbana. *Revista de Cultura Vozes*. Petrópolis, 67 (3): 217-228, abr. 1973
- CAVALCANTI, K. B. A Dinâmica Produtora do Lazer Segundo Dumazedier. *Artus*, Rio de Janeiro, n. 4, p. 36-37, 1978.
- CAVALCANTI, Kátia Brandão. *Esporte para todos: um discurso ideológico*. São Paulo: IBRASA, 1984.
- CAVALLARI, Vinícius Ricardo. *Trabalhando com recreação*. São Paulo: Ícone, 2000.
- CAVICHIOILLI, F. R. ; ISOLANI, Carolina Martins ; MADRIGAL, Edison Manuel F Solano. Comparação entre os estudos de Joffre Dumazedier e Norbert Elias sobre as atividades de tempo livre e atividades de lazer. *The FIEP bulletin*, 2005.
- CAVICHIOILLI, Fernando. Abordagens do lazer no Brasil: um olhar processual. Piracicaba: UNIMEP, 2004. (Tese de Doutorado).
- CAVICHIOILLI, Fernando. O sistema de crenças na pesquisa do lazer. XIII Congresso Brasileiro de Ciências do Esporte. *Anais... Caxambú: UFSC/UFRGS/UNICAMP/CNPq*, 2003 (CD Room)
- CAVICHIOILLI, Fernando; CHELUCHINAK, Aline; AUGUSTO, Vitor do Nascimento. A influência dos preceitos funcionalistas nos autores mais populares da área do lazer. XIV Congresso Brasileiro de Ciências do Esporte. I Congresso Internacional de Ciências do Esporte. *Anais... Porto Alegre: ESFE/UFRGS*, 2005 (CD Room)
- CHAUÍ, Marilena de Sousa. Introdução. In: LAFARGUE, Paul. *O direito à preguiça*. São Paulo: HUCITEC/UNESP, 1999. P. 9-56.
- CHAUÍ, Marilena. Introdução. In: LAFARGUE, P. *O direito à preguiça*. São Paulo: Hucitec, 1999.

- CHAVES, M. F. ; GAMBOA, S. S. ; SA, K. O. Lazer e Recreação no Currículo de Educação Física. 2. ed. Maceió: EDUFAL, 2003. v. 1. 171 p.
- CHAVES, M. F; TAFFAREL, C. N. Z. ; GOERGEN, P. L. A disciplina Recreação e Lazer no currículo de formação de profissionais de Educação Física: o que dizem e fazem professores em Universidades do Nordeste do Brasil. Revista Brasileira de Ciências do Esporte, editora INIJUÍ, v. 16, n. 2, 1995.
- CHAVES, Márcia. A produção do conhecimento em educação física nos estados do Nordeste (Alagoas, Bahia, Pernambuco, Sergipe), 1992-2004 – Balanço e Perspectivas. 3 vol. (Pós-Doutorado) Faculdade de Educação, UFBA, Salvador, 2005.
- CHEMIN, Beatris Francisca. O lazer como produto do trabalho. In: MÜLLER, Ademir. Da COSTA, Lamartine Pereira. (Org.). *Lazer e trabalho: um único ou múltiplos olhares?* Santa Cruz do Sul: EDUNISC, 2003.
- CHRISTOFFOLI, A. R. O Curso de Gestão do Lazer e Eventos e o mercado de trabalho. In: 3ª SEMANA DA EDUCAÇÃO FÍSICA (UFSC), 2002, Florianópolis, SC. Anais da 3ª SEMANA DA EDUCAÇÃO FÍSICA (UFSC). Florianópolis: PET/Ed. Física UFSC, 2002. p. 27-29.
- CONSELHO NACIONAL DE PESQUISA. Plataforma Lattes. Disponível em: <<http://lattes.cnpq.br/index.htm>>. Acesso em: 22 jan. 2006.
- CORTELLA, Mario Sergio. Lazer, trabalho e suas relações no ambiente organizacional – Cautela com a laborlatria. Encontro Nacional de Recreação e Lazer, 15, Santo André. *Anais...* Santo André: SESCSP, Prefeitura de Santo André, 2003 (CD-ROM).
- COSTA , Jean Henrique; MAIA, Lerson Fernando dos Santos. A questão sindical na convenção coletiva de trabalho: condições e relações de trabalho no setor hoteleiro na cidade de Natal – RN. Encontro Nacional de Recreação e Lazer, 15, Santo André. *Anais...* Santo André: SESCSP, Prefeitura de Santo André, 2003 (CD-ROM).
- COSTA, Maria Heloísa Fénelon. Há lazer entre os carajás? *Arte & Educação*. Rio de Janeiro, 4 (17): 4-5, mar. 1975
- CUNHA, Newton. *A felicidade imaginada: a negação do trabalho e do lazer*. São Paulo: Brasiliense, 1987.
- DA COSTA, Lamartine Pereira. Esporte para todos. Encontro Nacional sobre Lazer (Cultura, Recreação, Educação Física), 1. *Anais...* Rio de Janeiro, SESC, 1975.
- DA COSTA, Lamartine Pereira. Lazer e trabalho: um único ou múltiplos olhares? In: MÜLLER, Ademir. Da COSTA, Lamartine Pereira. (Org.). *Lazer e trabalho: um único ou múltiplos olhares?* Santa Cruz do Sul: EDUNISC, 2003.
- De GÁSPARI, J. C.; CAMPAGNA, J. Sérgio, Gardner, Dumazedier: um diálogo pertinente na perspectiva da Educação para o Lazer. *Conexões*, Campinas, n. 06, p. 105-114, 2001.
- DECCA, E. S.; E. P. Thompson: Tempo e lazer nas sociedades modernas. In: Heloisa Turini Bruhns. (Org.). *Lazer e Ciências Sociais*. 1ª ed. São Paulo, 2002, v. 1, p. 57-64
- DIAS NETO, R. Lissére... Litchére... Likére. Afinal, o que é lícito? *Licere*: Revista do Centro de Estudos de Lazer e Recreação. Belo Horizonte. v. 2, n. 1, 1999.

- ENCONTRO NACIONAL DE RECREAÇÃO. 1. Experiências dos Departamentos Regionais. *Anais...* SESC: Rio de Janeiro, 1976.
- ENCONTRO NACIONAL SOBRE LAZER (Cultura, Recreação e Educação Física), 1. *Anais...* Rio de Janeiro: SESC, 1975.
- ESPAÇO DO CBCE: informes do colégio brasileiro de ciências do esporte. *Motrivivência*, Florianópolis, a 8, n. 9, dez. 1996. p. 297-298.
- FALEIROS, M. I. L. Repensando o lazer. *Perspectiva*, São Paulo, n. 3, p. 51-65, 1980.
- FALEIROS, M. I. L. Repensando o lazer. *Perspectiva*, São Paulo, n. 3, p. 51-65, 1980.
- FALEIROS, Maria Isabel Leme. O lazer em questão: redefinição no modo de vida de um grupo operário. Dissertação (Mestrado). São Paulo: PUC, 1979.
- FARIAS, Márcio Norberto . Reflexões sobre o tempo livre na concepção adorniana. In: I CONGRESSO REGIONAL SUDESTE DO COLÉGIO BRASILEIRO DE CIÊNCIAS DO ESPORTE Educação física e ciências do esporte: intervenção e conhecimento, 1999, Campinas. Educação física e ciências do esporte: intervenção e conhecimento. Campinas: Unicamp, 1999. v. 1. p. 247-250.
- FERES NETO, Alfredo. A esportivização do mundo e/ou a industrialização do esporte: suas influências na vivência lúdica com a criança, em especial com o brinquedo. *Motrivivência*, ano VIII, n. 9, dez. 1996. p. 109-117.
- FERES NETO, Alfredo. Fundamentos teórico-metodológicos para o estudo da mediação da experiência lúdica pela tecnologia. In: Congresso Brasileiro de Ciências do Esporte – CONBRACE, 10, v. 1, 1997, Goiânia. *Anais...* Renovações, modismos e interesses. Goiânia: CBCE/Potência, 1997. p. 522-528.
- FERREIRA, N. T. ; CORREA, A. M. ; ASSIS, Monique Ribeiro de . O lazer e o trabalho na perspectiva de Norbert Elias e de Erick Dunning: o caso dos pilotos a aviação comercial brasileira. In: XII Congresso Brasileiro de Ciência do Esporte, 2001, Caxambu. *Anais do XII Congresso Brasileiro de Ciência do Esporte*, 2001.
- FINOCCHIO, José Luiz. O trabalho e o tempo livre: libertação e humanização. IN Encontro Nacional de História do Esporte, Lazer e Educação Física, 1, Campinas. *Coletânea...* Campinas: FEF/UNICAMP, 1993. p. 60-65.
- FOOT-HARDMAN, Francisco. Trabalho e lazer no movimento operário. In: LAFARGUE, Paul. *O direito à preguiça*. São Paulo: Kairós, 1980
- FORJAZ, Maria Cecília Spina. Lazer e consumo cultural das elites. *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, 6(3), Vértice-Anpocs/SP, fev. 1988.
- FORRESTER, Viviane. *O horror econômico*. São Paulo: Editora da UNESP, 1997.
- FRANÇA, T. L. Currículo e Prática Pedagógica: das indumentárias, adereços e alegorias às coreografias para uma epistemologia crítica do Lazer. In: 3ª. Semana Universitária, 2003, Recife-PE. Compromisso com a Cidadania. Recife: ESEF-UPE, 2003. v. 1. p. 1-1.
- FRANÇA, T. L. Formação e atuação do profissional de lazer: o saber de experiência que resgata a cultura vivida na práxis social. In: Seminário Formação Doutoral 1, 2001, Natal. Trabalho Completo - texto Mimeografado. Natal: Base de Pesquisa-UFRN, 2001. p. 01-94.

FREIRE, José Célio. Proust e o uso do ócio: o avesso da pseudocultura. *Educação em Debate*, Fortaleza-CE, v. 2, n. 42, p. 69-76, 2001.

FREITAS, Francisco Máuri de Carvalho. A falácia do lazer. In: _____. *Ilusões e devaneios: contribuição à crítica da educação física*. Vitória, UFES/CEFD, 1995. p. 95-111.

FREITAS, Francisco Máuri de Carvalho. *Ilusões e devaneios: contribuição à crítica da educação física*. Vitória: UFES, 1995. p. 95-111.

FREYRE, Gilberto. *Tempo, ócio e arte: reflexões de um latino-americano em face do avanço da automação* (1970). In: Biblioteca Virtual Gilberto Freire. Disponível em: <http://prossiga.bvgf.fgf.org.br/portugues/index.html>. Acesso em 02 fev. 2006

FREYRE, Gilberto. *Um assunto atualíssimo: os tempos sociais* (1971). Disponível em: <http://prossiga.bvgf.fgf.org.br/portugues/index.html>. Acesso em: 02 fev. 2006.

FUNDAÇÃO BIBLIOTECA NACIONAL. *Catálogos On Line*. Disponível em: <http://catalogos.bn.br/>. Acesso em: 21 fev. 2006.

GAELZER, F. G. A recreação sob o conceito militar. *Revista do Ensino*, Publicação da Editora Globo. Ano 1, N. 8, Ago. 1952.

GAELZER, F. G. Recreação Pública. *Revista do Ensino*, Publicação da Revista do Globo S. A. Ano 1, N. 1, Set. 1951.

GAELZER, L. *As atividades de grupo na recreação: formação de clubes*. Porto Alegre: EMMA, 1978

GAELZER, L. *O recreio na escola de primeiro grau*. 2 ed. Porto Alegre, UFRGS, 1979

GAELZER, Lenea. *Ensaio à liberdade: uma introdução ao estudo da educação para o tempo livre*. Porto Alegre: D. C. Luzzatto Editora, 1985.

GAELZER, Lenea. *Lazer: benção ou maldição?* Porto Alegre: Sulina: Editora da Universidade Federal do Rio Grande do Sul, 1979.

GAELZER, Lenea. *O comportamento no lazer*. (mimeo, s/d).

GAELZER, Lenea. *O recreio na escola de primeiro grau*. 2 ed. Porto Alegre: UFRGS, 1979.

GAELZER, Lenea. *Recreação Pública em Porto Alegre: evolução histórica*. Porto Alegre: Universidade Federal do Rio Grande do Sul, 1975.

GAELZER, Lenea. *Recreação*. Rio de Janeiro, Associação Brasileira de Recreação, 1973. (Mimeografado).

GARIGLIO, José Ângelo. A ludicidade no “jogo” de relações trabalho/escola. *Movimento*, UFRGS/Porto Alegre, v. 2, n. 3, p. 27-33, ago. 1995.

GASPARI, J. C. ; SCHWARTZ, G. M. Sérgio, Gardner, Dumazedier: um diálogo pertinente na perspectiva da Educação para o Lazer. *Conexões: educação física, esporte e lazer*, Campinas - SP, v. 06, p. 105-114, 2001.

GAWRYSZEWSKI, Bruno. A luta capitalista contra o ócio: a necessidade a um lazer comunista. Encontro Nacional de Recreação e Lazer, 15, Santo André. *Anais...* Santo André: SESCSP, Prefeitura de Santo André, 2003 (CD-ROM).

- GEBARA, A. História do esporte e do lazer no Brasil. In: XXII Simpósio Nacional de História, 2003, João Pessoa. Anais Eletrônicos XXII Simpósio Nacional de História. João Pessoa: Universidade Federal da Paraíba, 2003. v. 1
- GEBARA, A. Jogos e Brincadeiras em Goya. In: XVII Encontro Regional de História, 2004, Campinas. O Lugar da História. São Paulo: ANPUH, 2004. v. 1. p. 1-10.
- GEBARA, A. O Tempo na Construção do Objeto de Estudo da História do Esporte, do Lazer e da Educação Física. Encontro Nacional de História do Esporte, Lazer e Educação Física, 2, Ponta Grossa. *Coletânea...* Ponta Grossa, PR. Ponta Grossa: Gráfica da Universidade Estadual de Ponta Grossa, 1994. v. 1. p. 175-189.
- GEBARA, A. O Tempo na Construção do Objeto de Estudo da História do Esporte, do Lazer e da Educação Física. Encontro Nacional de História do Esporte, Lazer e Educação Física, 2, Ponta Grossa. *Coletânea...* Ponta Grossa: UEPG, 1994. v. 1. p. 175-189.
- GEBARA, A. Veblen, Adorno e as Bicicletas. In: VIII Congresso Brasileiro de História da Educação Física, Esporte, Lazer e Dança, 2002, Ponta Grossa. Anais do VIII Congresso Brasileiro de História da Educação Física, Esporte, Lazer e Dança. Ponta Grossa: UEPG, 2002. v. 1.
- GOELLNER, Silvana V. Informação e documentação em esporte, educação física e lazer: o papel pedagógico do Centro de Memória do Esporte. *Revista Brasileira de Ciências do Esporte*, Campinas, v. 25, n. 1, p. 199-207, 2003
- GOLDENSTEIN, G. T. Lazer operário e consumo cultural na São Paulo dos anos oitenta. *Revista de Administração de Empresas*, São Paulo, v. 31, n. 3; p. 13-35, jul./set. 1991.
- GOMES TUBINO, M.J. COLÔNIA DE FÉRIAS. *Revista Brasileira de Educação Física do DEFD do MEC*, RJ, v. 12, p. 54-61, 1973.
- GOMES, Ângela de Castro; D'ARAÚJO, Maria Celina. Entrevista com Arnaldo Sussekind. *Estudos Históricos*, Rio de Janeiro, vol. 6, n. 11, 1993, p. 113-127.
- GOMES, Christianne Luce. Lazer e trabalho no contexto urbano: reflexões sobre os “clubes de menores operários” (1937-1947). In: MÜLLER, A. Da COSTA, L. *Lazer e trabalho: um único ou múltiplos olhares?* Santa Cruz do Sul: EDUNISC, 2003a.
- GOMES, Christianne Luce. Significados da recreação e lazer no Brasil: reflexões a partir da análise de experiências institucionais (1926-1964). 2003b. 322f. Tese (Doutorado) Faculdade de Educação – Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte.
- GOMES, Christianne Luce; ISAYAMA, H.F. Aprofundamento em Lazer nos currículos dos Cursos de Graduação em Educação Física no Brasil. In: XII Encontro Nacional de Recreação e Lazer, 2000, Balneário Camboriú/SC. Coletânea do 12 ENAREL. São Paulo: Roca Editora, 2000. v. 1. p. 92-103.
- GOMES, Christianne Luce; MELO, Victor Andrade de. Lazer no Brasil: trajetória de estudos, possibilidades de pesquisa. *Movimento*, Porto Alegre, v. 9, n. 1, p. 23-44, jan/abril de 2003.
- GOMES, Christianne Luce; PINTO, L. M. S. M. Recreação e Lazer no Brasil: Desafios para novas concretizações educativas lúdicas. In: XII Encontro Nacional de Recreação e Lazer, 2000, Balneário Camboriú/SC. Coletânea do 12 ENAREL. São Paulo: Roca Editora, 2000. v. 1. p. 440-454.

- GOMES, Cristina Marques. Pesquisa científica em lazer no Brasil (bases documentais e teóricas). Volume I e II. Dissertação (Mestrado em Ciências da Comunicação) – USP, São Paulo, SP: [s.n.], 2004.
- GOMES, Cristina Marques; REJOWSKI, Mirian. Lazer enquanto objeto de estudo científico: teses defendidas no Brasil. *Licere*, Belo Horizonte, v. 8, n. 2, p. 9-28, 2005.
- GOUVÊA, R.; CAMPOS, M. E. R.; CUNHA, M. A. *Jogos infantis*. São Paulo: Nacional; Departamento de Educação do Distrito Federal, 1934.
- GOUVÊA, Ruth. Os jogos dirigidos na educação integral. *Revista de Ensino*, Belo Horizonte, a.17, n.193, p. 177-84, jul.-dez. 1949.
- GOUVÊA, Ruth. Recreação. Rio de Janeiro: Livraria Agir Editora, 1963.
- GUIMARÃES, Ailton Vitor. *Abordagens do lazer e suas inter-relações com o trabalho e a tecnologia na produção acadêmica brasileira na área do lazer*. 2001. Dissertação (Mestrado) – Centro Federal de Educação Tecnológica de Minas Gerais, Belo Horizonte.
- GUTIERREZ, Gustavo Luis. A crise de paradigmas: sai de cena o trabalho e entra o lazer? IN BRUHNS, H. T.; GUTIERREZ, G. L. *Representações do lúdico*. II Ciclo de debates lazer e motricidade. Campinas: Autores Associados, Comissão de Pós-Graduação da Faculdade de Educação da UNICAMP, 2001.
- INACIO, H. L. D. O lazer do trabalhador em um contexto de transformações tecnológicas. Dissertação de Mestrado. Florianópolis: UFSC, 1997.
- INÁCIO, H. L. D.; SILVA, Ana Paula S.; PERETI, Éden S.; LIESENFELD, Patrícia A. Da busca pela Adrenalina à fruição das travessuras nas práticas corporais de aventura na natureza. Congresso Brasileiro de Ciências do Esporte, 14, Porto Alegre. Anais... Porto Alegre: ESEF/UFRGS, 2005. p. 3456-3465.(CD)
- INACIO, Humberto Luís de Deus. Esporte: conteúdo dominante no lazer do trabalhador. In: Congresso Brasileiro de Ciências do Esporte – CONBRACE, 9, 1999, Florianópolis. *Anais...* ; v. 21, n. 1, p. 741-747, 1999a.
- INACIO, Humberto Luís de Deus. Os interesses contemporâneos no lazer-empresa. In: MARCELLINO, Nelson Carvalho (org.). *Lazer e Empresa*. Campinas ; Papyrus, 1999b.
- International Labour Organization. Historia de la OIT. Disponível em: <http://www.ilo.org/public/spanish/about/history.htm>. Acesso em: 03/04/2004. 15h56'
- ISAYAMA, H. F. Educação Física, Recreação e Lazer: Considerações a partir dos Currículos de Formação Profissional em Educação Física. In: Wagner Wey Moreira e Regina Simões. (Org.). *Educação Física: intervenção e conhecimento científico*. 1 ed. Piracicaba, 2004, v. 1, p. 72-82.
- ISAYAMA, Hélder Ferreira; MOURA, Rodrigo Caldeira Bagni. Trabalho no lazer ou lazer no trabalho: relações entre vivência de lazer e atuação profissional. In: Encontro Nacional de Recreação e Lazer, 12, Camburiú. *Coletânea...* Balneário Camburiú: UNIVALI/Roca, 2000. p. 570-579.
- KISHIMOTO, Tizuko Morchida. *Jogos Tradicionais Infantís - O jogo, a criança e a educação*. Vozes: Petrópolis, 1993

- LEIRO, Augusto César Rios. Educação, lazer e relações de gênero: talhes e doxas. *Motrivivência*, Florianópolis, Ano XIII, n. 19, p. 53-68, dez. 2002b.
- LEIRO, Augusto César Rios. Lazer e educação nos parques públicos em Salvador: encontros de sujeitos em espaços de cidadania. Encontro Nacional de Recreação e Lazer. 14. *Coletânea...* Santa Cruz do Sul: UNISC, 2002a.
- LINSON, Emile Derlon. O lazer é um problema nos países em desenvolvimento? Documento, CBCISS, Rio de Janeiro, (96), 1975.
- LOPES, Maria Isabel de Souza. É pirueta pra cavar o ganha pão. *Reflexão*, Campinas, ano XI, n. 35, mai/ago. 1986.
- LOPES, Maria Isabel de Souza. Lazer: entre o cidadão e o consumidor. *Efdeportes.com*, Revista Digital, Buenos Aires, Ano 8, n. 58, Mar. 2003. Disponível em; <http://www.efdeportes.com/efd58/lazer.htm>. Acesso em 07 jun. 2006.
- LOPES, Maria Isabel de Souza; e BELTRAMI, Dalva Marim. Tempo livre, tempo de trabalho (2000) (mimeo)
- MAGNANI, José Guilherme Cantor. *Festa no pedaço: cultura popular e lazer na cidade*. São Paulo: HUCITEC/UNESP, 1998.
- MAGNANI, José Guilherme Cantor. Lazer, um campo interdisciplinar de pesquisa. In: BRUHNS, H. T.; GUTIERREZ, L. G. (Org.) *O corpo e o lúdico: ciclo de debates lazer e motricidade*. Campinas: Autores Associados, 2000.
- MARCASSA, L. As faces do lazer: categoria necessárias à sua compreensão. Encontro Nacional de Recreação e Lazer, 15, Santo André. Anais... Santo André: SESCSP, Prefeitura de Santo André, 2003a (CD-ROM).
- MARCASSA, Luciana. A invenção do lazer: educação, cultura e tempo livre na cidade de São Paulo. (1888-1935). 2002. 204f. Dissertação (Mestrado) Faculdade de Educação – Universidade Federal de Goiás, Goiânia.
- MARCASSA, Luciana. As faces do lazer: categorias necessárias à sua compreensão. Congresso Brasileiro de Ciências do Esporte, 13, Caxambú. Anais... Caxambu: CBCE, 2003b. p.
- MARCELLINO, N. C. (Org.). *Lazer: informação e atuação profissional*. Campinas: Papyrus, 1995a.
- MARCELLINO, N. C. (Org.). *Lúdico, educação e educação física*. Ijuí: UNIJUÍ, 1999.
- MARCELLINO, N. C. ; LAZER, G. P. E. Lazer e trabalho, no cotidiano da sociedade pós-industrial, a partir da obra de Domenico de Masi, publicada no Brasil. *Licere*, Belo Horizonte, v. 7, n. 2, p. 73-85, 2004.
- MARCELLINO, N. C. Elementos para o entendimento do uso do tempo na infância nas suas relações com o lazer. *Motrivivência*, Florianópolis, v. 8, n. 9. dez. 1996. p. 78-88.
- MARCELLINO, N. C. *Para tirar os pés do chão - corrida e associativismo*. 1a. ed. São Paulo: Hucitec, 1999a. 117 p.

- MARCELLINO, N. C.; De GÁSPARI, J. C.; CAMPAGNA, J. Lazer e trabalho no cotidiano da sociedade pós-industrial, a partir da obra de Domenico de Masi, publicada no Brasil. *Anais... Encontro Nacional de Recreação e Lazer XV*, 2003, Santo André-SP. XV Enarel, 2003.
- MARCELLINO, Nelson Carvalho (Org.). *Lazer e empresa*. Campinas: Papirus, 1999b.
- MARCELLINO, Nelson Carvalho. Considerações sobre valores expressos por autores brasileiros na relação Lazer-Educação. *Reflexão*, Campinas, n. 35, p. 15-23, 1986.
- MARCELLINO, Nelson Carvalho. Gramsci e a Revolução Cultural. *Reflexão*, Puccamp - Campinas, p. 33-46, 1983a.
- MARCELLINO, Nelson Carvalho. *Lazer e educação*. Campinas: Papirus, 1990a.
- MARCELLINO, Nelson Carvalho. *Lazer e educação*. Campinas: Papirus, 1987.
- MARCELLINO, Nelson Carvalho. *Lazer e humanização*. Campinas: Papirus, 1983b.
- MARCELLINO, Nelson Carvalho. *Pedagogia da animação*. Campinas: Papirus, 1990b.
- MARCELLINO, Nelson Carvalho. Perspectivas para o lazer: mercadoria ou sinal de utopia? In: MOREIRA, W. W. *Educação Física e Esportes: perspectivas para o século XXI*. Campinas: Papirus, 1992.
- MARCUSE, Hebert. *A ideologia da sociedade industrial*. Rio de Janeiro: Zahar, 1967.
- MARCUSE, Hebert. *Eros e civilização*. Rio de Janeiro: Zahar, 1968.
- MARIN, Elizara Carolina. Currículo e formação do profissional do lazer. *Revista Brasileira de Ciências do Esporte*, v. 23, n. 01, 2001.
- MARIN, Elizara Carolina. O lúdico na vida. *Revista Conexões*, São Paulo, SP, v. 01, n. 02, 1999.
- MARINHO, Inezil Penna. *Educação Física, Recreação e Jogos*. São Paulo: Companhia Brasil Editora Nacional, 1981²⁹¹.
- MARINHO, Inezil, Penna. *Curso de fundamentos e técnicas da recreação*. Rio de Janeiro: tipografia Batista e Souza, 1955.
- MARINHO, Inezil, Penna. *Raízes etimológica, histórica e jurídica do lazer*. Brasília: Empresa Gráfica e Jornalística Horizonte, 1979.
- MARTINS, Silva Helena Zanirato. *Artífices do ócio: mendigos e vadios em São Paulo (1933-1942)*. Londrina: Editora da UEL, 1998.
- MASCARENHAS, F. Lazer e educação popular. *Anais... Congresso Brasileiro de Ciências do Esporte*, XII, 2001, Caxambú. Campinas: CBCE, 2001d.
- MASCARENHAS, Fernando. Em busca do ócio perdido: idealismo, panacéia e predição histórica à sombra do lazer. In: PADILHA, V. (Org.) *Dialética do lazer*. São Paulo: Cortez, 2006a. P. 75-103).

291 Primeira edição em 1957.

- MASCARENHAS, Fernando. *Entre o ócio e o negócio*: teses acerca da anatomia do lazer. 2005a. 307f. Tese (Doutorado) Faculdade de Educação Física - Universidade Estadual de Campinas, Campinas.
- MASCARENHAS, Fernando. Exclusão social clube: problema para as políticas públicas e gestão em esportes e lazer. Congresso Brasileiro de Ciências do Esporte, 14, Porto Alegre. *Anais...* Porto Alegre: ESEF/UFRGS, 2005b. p. 65-76.(CD)
- MASCARENHAS, Fernando. Exclusão Social Clube: problema para as políticas públicas e gestão em esporte e lazer. *Lecturas educacion fisica y deportes* (Buenos Aires), Buenos Aires, v. 95, p. 1-15, 2006b.
- MASCARENHAS, Fernando. Lazer como prática da liberdade: uma proposta educativa para a juventude. Goiânia: Editora da UFG, 2003a. 106 p.
- MASCARENHAS, Fernando. Lazer e grupos sociais. Concepção e método. (Dissertação) Mestrado. Faculdade de Educação Física; UNICAMP: Campinas, 2000b.
- MASCARENHAS, Fernando. Lazer e trabalho: liberdade ainda que tardia. In: II Seminário o lazer em debate. 2001, Belo Horizonte. Belo Horizonte: EEF/UFMG, 2001b. p. 81-93.
- MASCARENHAS, Fernando. Lazer e utopia: limites e possibilidades de ação política. Movimento, Porto Alegre, v. 11, n. 3, p. 155-182, 2005c.
- MASCARENHAS, Fernando. Lazerania também é conquista: tendências e desafios na era do mercado. Movimento, Porto Alegre, v. 10, n. 2, p. 73-90, 2004.
- MASCARENHAS, Fernando. Meninos e meninas em situação de rua: à guisa de um baculejo. *Revista da Educação Física Uem*, Maringá, v. 10, n. 1, p. 33-46, 1999b.
- MASCARENHAS, Fernando. O lazer e o príncipe eletrônico. *Licere*, Belo Horizonte, v. 4, n. 1, p. 46-60, 2001a.
- MASCARENHAS, Fernando. O pedaço sitiado: cidade, cultura e lazer em tempos de globalização. *Revista Brasileira de Ciências do Esporte*, Campinas, v. 24, n. 3, p. 121-143, 2003b.
- MASCARENHAS, Fernando. Recreación y trabajo: libertad que es ahora tardia. *Recreación*, Córdoba, n. 18, p. 05-09, 2001c.
- MASCARENHAS, Fernando. Tempo de trabalho e tempo livre: algumas reflexões a partir do marxismo contemporâneo. *Licere*, Belo Horizonte, v. 3, n. 1, p. 72-89, 2000a.
- MASCARENHAS, Fernando; LOBO, P. A. Lazer e educação: intervenção e conhecimento com meninos e meninas de rua na cidade de Goiânia. *Revista Brasileira de Ciências do Esporte*, Florianópolis, v. 21, n. 1, p. 1126-1130, 1999a.
- MASSAROTO OLIVEIRA, Rogério. Possíveis relações entre lazer e natureza na sociedade capitalista. Congresso Brasileiro de Ciências do Esporte, 14, Porto Alegre. *Anais...* Porto Alegre: ESEF/UFRGS, 2005. p. 3592-3599.(CD).
- MEDEIROS, Ethel Bauzer. *Atividades lúdicas populares*. In: Buarque de Holanda Ferreira, A. Grande Dicionário Brasileiro da Língua Portuguesa. Rio de Janeiro: Delta, 1971. (Verbetes).
- MEDEIROS, Ethel Bauzer. *Lazer: necessidade ou novidade?* Rio de Janeiro: sesc/adrj, 1975

- MEDEIROS, Ethel Bauzer. O educador e a atividade criadora. *Boletim Bibliográfico do SESC, Educação da Criança*, Rio de Janeiro, n. 8, p. 79-88, dez. 1972.
- MEDEIROS, Ethel Bauzer. O lazer no mundo atual. *Boletim do celar*, Porto Alegre, ano 1, n. 3, p. 26-28, maio 1974.
- MEDEIROS, Ethel Bauzer. *O lazer no planejamento urbano*. 2. ed. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 1971.
- MEDEIROS, Ethel Bauzer. *Papel do educador no planejamento da recreação pública. Educação e Ciências Sociais*. Rio de Janeiro: MEC/CBPE, ano 6, vol. 9, n. 18, set./dez., 1961. p.70-83
- MEDEIROS, Ethel Bauzer. Reminiscências de uma educadora: mais de meio século de trabalho em Recreação e Lazer. In: Seminário “O Lazer em Debate”, 4., 2003, Belo Horizonte. *Coletânea....* Belo Horizonte: UFMG/DEF/CELAR, 2003.
- MEDEIROS, Ethel Bauzer. Valor da recreação nos países em desenvolvimento. *Revista de Educação Física*, Rio de Janeiro, ano 4, n. 11, p. 13-15, 1974.
- MELO, Victor Andrade de ; NASCIMENTO, M. A. Capacitação de agentes comunitários de lazer para o Projeto Roda Viva: uma experiência na comunidade do Morro do Borel. In: V Congresso Mundial de Lazer, 1998, São Paulo. Anais do V Congresso Mundial de Lazer. São Paulo: SESC, 1998.
- MELO, Victor Andrade de. *A animação cultural no Brasil: um panorama. Foro permanente de tiempo libre y recreacion*. Disponível em: <<http://ar.geocities.com/foropermanetedetiempolibre/victor.htm>>. Acesso em: 11 set. 2005.
- MELO, Victor Andrade de. A animação do futuro animador: uma preocupação na formação do profissional de lazer. In: XV Encontro Nacional de Recreação e Lazer, 2003, Santo André. XV Encontro Nacional de Recreação e Lazer. São Paulo: SESC, 2003. v. 1. p. 1-12.
- MELO, Victor Andrade de. Relações entre recreação/lazer e educação física: notas históricas. In: Congresso Brasileiro de Ciências do Esporte, X. *Anais... Renovações, modismos e interesses*. CBCE/UFGO, Uberlândia, v. 2, p. 1060-1065. 1997.
- MELO, Victor Andrade de. *Cidade Sportiva*. Rio de Janeiro: Relume Damará: FAPERJ, 2001.
- MILLS, Wright. *A nova classe média*. Rio de Janeiro: Zahar, 1969.
- MIRANDA, N. *Clubes de menores operários*. Revista do Arquivo Municipal, São Paulo, n. 68, p. ?, 1938.
- MIRANDA, N. *O significado de um parque infantil em Santo Amaro*. São Paulo: Tipografia das Flores, 1938.
- MIRANDA, N. *Recreação para a criança santista*. São Paulo: Departamento de Cultura, 1938.
- MIRANDA, Nicanor. *Organização das atividades da recreação*. Belo Horizonte, Itatiaia, 1984.
- MORA, Ferrater. *Dicionário de Filosofia*. São Paulo: Loyola, 2001. 4 tomos.
- MOREIRA, W. W (Org.). *Educação física & esportes: perspectivas para o século XXI*. Campinas: Papyrus, 1992.

- MOTA, Marcela da Silva; SOUZA, Sueli Rosa de. Tempo livre e capitalismo: uma questão de administração ou rompimento? In: Encontro Nacional de Recreação e Lazer, 12, Camburiú. *Coletânea...* Balneário Camburiú: UNIVALI/Roca, 2000. p. 542-549.
- MWEWA, Muleka. Entretenimento, “tempo livre” e sociedade de consumo no mundo da capoeira. Congresso Brasileiro de Ciências do Esporte, 14, Porto Alegre. *Anais...* Porto Alegre: ESEF/UFRGS, 2005. p. 65-76.(CD)
- NAPOLEONI, Cláudio. *Smith, Ricardo, Marx*. 5 ed. Rio de Janeiro: Graal, 1985.
- NASCIMENTO, Laurien Cristhine Ziem. Espaço, juventude e cultura lúdica. Congresso Brasileiro de Ciências do Esporte, 14, Porto Alegre. *Anais...* Porto Alegre: ESEF/UFRGS, 2005. p. 3486-3495.(CD)
- NAVARRO, Vera Lúcia. Trabalho, saúde e tempo livre sob os domínios do capital. In: PADILHA, Valquiria (org.) *Dialética do Lazer*. São Paulo: Cortez, 2006.
- OLIVEIRA JUNIOR, C. R. ; CARMO, G. C. M. ; PILATTI, L. A. ; GUIMARÃES, A. A. A Contribuição de Thorstein Veblen para a teoria do Lazer. In: VII Congresso Brasileiro de História da Educação Física, Esporte, Lazer e Dança, 2000, Gramado. Memórias e Descobrimentos: 500 Anos de História da Educação Física, Esporte, Lazer e Dança no Brasil. Porto Alegre: Universidade Federal do Rio Grande do Sul, 2000. p. 225-228.
- OLIVEIRA, Paulo de Salles. *Brinquedo e indústria cultural*. 1a.. ed. Petrópolis: Editora Vozes, 1986b. 96 p.
- OLIVEIRA, Paulo de Salles. O tempo e a máquina: um debate entre Karl Marx e Paul Lafargue. In: WERNECK, Christianne Luce Gomes; ISAYAMA, Hélder Ferreira. Seminário “O Lazer em Debate”, 3, Belo Horizonte. *Coletânea...* Belo Horizonte: Universidade Federal de Minas Gerais, 2002a. v. 1. p. 36-42.
- OLIVEIRA, Paulo de Salles. Raízes solidárias: a economia, a cultura e as pessoas. In: BRUHNS, H. T.; GUTIERREZ, G. L. *Representações do lúdico*. Campinas: Autores Associados/Comissão de Pós-graduação da Faculdade de Educação da UNICAMP, 2001b. P. 43-57
- OLIVEIRA, Paulo de Salles. Simone Weil: trabalho e lúdico entrelaçados. *Licere*, Belo Horizonte - MG, v. 1, n. 4, p. 22-28, 2001a.
- OLIVEIRA, Paulo de Salles. Tempo livre, trabalho e lutas sociais. *Reflexão*, PUCCAMP - Campinas SP, n. 35, p. 7-14, 1986a.
- OLIVEIRA, Paulo de Salles. Veblen e a sociologia do lazer. In: Encontro Nacional de História do Esporte, Lazer e Educação Física, 3. 1995, Curitiba. *Coletânea....* Curitiba: CNPq, 1995b. p. 23-28.
- OLIVEIRA, Paulo de Salles. Veblen, o ócio como emblema social. In: Heloisa T Bruhns; (Org.). *Lazer e Ciências Sociais: diálogos pertinentes*. 1 ed. São Paulo, 2002b, v. 1, p. 95-106.
- OLIVEIRA, Paulo de Salles. Vidas compartilhadas: cultura e co-educação de gerações na vida cotidiana. São Paulo: Hucitec:Fapesp, 1999.
- OTÃO, José. A educação permanente e o lazer. *Revista Brasileira de Cultura*, Rio de Janeiro, 5 (18): 67-76. out. dez. 1973.

- PACHECO, R. T. B. A escola pública e o lazer: impasses e perspectivas. In: PADILHA, Valquiria (Org.). *Dialética do lazer*. São Paulo: Cortez, 2006.
- PACHECO, R. T. B. O lazer nas empresas: onde está o trabalhador? *Revista Brasileira de Ciências do Esporte*. O lazer como tema, FEF/UNICAMP, Campinas, v. 12, n. (1, 2, 3), p. 249-260, 1992.
- PACHECO, R. T. B. Trabalho, lazer e educação: o que diria o velho Marx? *Revista UNIFIEO*, v.3, n.1, jan./jun. 2001, p.107-113.
- PADILHA, V. A indústria cultural e a indústria do lazer: uma abordagem crítica da cultura e do lazer nas sociedades capitalistas globalizadas. In: MULLER, Ademir; DA COSTA, Lamartine Pereira. (Org.). *Lazer e Desenvolvimento Regional*. 1 ed. Santa Cruz do Sul /RS, 2002b, v. , p.
- PADILHA, V. Apontamentos para um estudo crítico sobre políticas públicas de lazer. *Licere*, Belo Horizonte, v. 07, n. 01, p. 65-82, 2004a.
- PADILHA, V. CARNEIRO, L. P. Vendem-se ilhas de prazer: o lazer nos anúncios publicitários de apartamentos de alto padrão. *Impulso - revista de Ciências Sociais e Humanas*, Piracicaba - SP, v. 39, 2005.
- PADILHA, V. Consumo e lazer reificado no universo onírico do shopping center. In: PADILHA, V. *Dialética do lazer*. São Paulo: Cortez, 2006a.
- PADILHA, V. MARIN, E. C. Lazer e consumo no espaço urbano. *Revista Corpoconsciência*, Santo André - SP, n. 6, p. 21-35, 2000b
- PADILHA, V. Modernização e capitalismo na tese da ocidentalização do mundo: reflexões sobre os paradoxos da globalização. *Cultura Vozes*, Editora Vozes - Petrópolis/RJ, v. 94, n. 6, p. 131-143, 2000a
- PADILHA, V. Publicidade e manipulação das necessidades de consumo. *Cultura Vozes*, Editora Vozes - Petrópolis/RJ, v. 96, n. 4, p. 43-54, 2002a
- PADILHA, V. Reflexões sobre cultura, tempo livre e consumo na pós-modernidade. *Revista Cultura Vozes*, Editora Vozes - Petrópolis/RJ, v. 94, n. 2, p. 48-67, 2000d
- PADILHA, V. Se o trabalho é a doença, o lazer é o remédio?. Encontro Nacional de Recreação e Lazer, 15, Santo André. Anais... Santo André: SESC-SP, Prefeitura de Santo André, 2003a (CD-ROM).
- PADILHA, V. Se o trabalho é a doença, o lazer é o remédio?. In: MÜLLER, Ademir; DACOSTA, Lamartine Pereira. (Org.). *Lazer e trabalho: um único ou múltiplos olhares?*. 1 ed. Santa Cruz do Sul: EDUNISC, 2003b, v. , p. 243-266.
- PADILHA, V. *Shopping center: a catedral das mercadorias*. São Paulo: Boitempo, 2006b.
- PADILHA, V. *Tempo livre e capitalismo: um par imperfeito*. Campinas: Alínea, 2000c.
- PADILHA, V. Tempo livre na sociedade capitalista: emancipação possível?. *Multiciência*, São Carlos-SP, v. 3, n. 1, p. 152-158, 1998.
- PADILHA, V. Tempo Livre. In GOMES, Christianne Luce Gomes (Org.) *Dicionário Crítico do Lazer*. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2004b (Verbete em Dicionário).

- PADILHA, V. *Trabalho e lazer: reflexões sobre a abordagem funcionalista*. (Monografia) Especialização em Lazer. Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 1992. 60p.
- PADILHA, V. Urbanidade, violência e lazer: uma abordagem sociológica crítica. *Cinergis*, EDUNISC Santa Cruz do Sul - RS, v. 3, p. 21-42, 2002c.
- PADILHA, Valquiria. Discussões acerca da redução da jornada e do tempo de trabalho. *Cadernos de Sociologia* (IFCH/UNICAMP), Unicamp- Campinas/SP, n. 2, p. 83-104, 1997.
- PALAFIX, Gabriel. H. M. Capitalismo tardio e globalização: implicações do desenvolvimento tecnológico na pós-modernidade e seu impacto na educação física no Brasil. In: Congresso Brasileiro de Ciências do Esporte – CONBRACE, 10, v. 2, 1997, Goiânia. *Anais...* Renovações, modismos e interesses. Goiânia: CBCE/Potência, 1997. p. 802-807.
- PARENTE FILHO, José Inácio de Sá. Lazer e psicologia preventiva. *Cadernos de Lazer*, N. 3, P. 51-60, 1978
- PARO, Vitor Henrique. Lazer e trabalho: transformações socioculturais. Encontro Nacional de Recreação e Lazer, 15, Santo André. *Anais...* Santo André: SESCSP, Prefeitura de Santo André, 2003 (CD-ROM).
- PAULA SILVA, Maria Cecília. Trabalho, lazer e vida cotidiana: pela superação da lógica do capital. Encontro Nacional de Recreação e Lazer, 15, Santo André. *Anais...* Santo André: SESCSP, Prefeitura de Santo André, 2003 (CD-ROM).
- PEIXOTO, E. Reflexões acerca da formação profissional em recreação e lazer. In: Congresso Brasileiro de Ciências do Esporte 11. *Anais...* 1999. Florianópolis. XI Congresso Brasileiro de Ciências do Esporte - RBCE, Florianópolis, 1999a. v. 21, N. 1, P. 692-695.
- PEIXOTO, Elza Margarida de Mendonça. O lazer o ambiente de trabalho: reflexões a partir de conversas com trabalhadores organizados em sindicatos filiados à Central Única dos Trabalhadores. In: MARCELLINO, N. C. (Org.) *Lazer e empresa*. Campinas: Papirus, 1999b.
- PEIXOTO, Elza Margarida de Mendonça. Para não deixar o cérebro na máquina: o jogo dos sentidos no processo de produção do discurso do lazer. *Motrivivência*, Florianópolis, a. 8, n. 9, dez. 1996. p. 246-256.
- PEIXOTO, Elza Margarida de Mendonça. O jogo dos sentidos no discurso da teoria do lazer e em sua difusão. In: _____. *Para não deixar o cérebro na máquina*. 1996. Dissertação (Mestrado) Faculdade de Educação Física – Universidade Estadual de Campinas, Campinas, SP.
- PELLEGRIN, Ana De. *Lazer, corpo e sociedade*. In: PADILHA, Valquiria (org.) *Dialética do Lazer*. São Paulo: Cortez, 2006.
- PEREIRA MELO, José Joaquim . O ócio útil senequiano: o espaço privilegiado do processo formativo. In: I Ciclo Internacional de Estudos Antigos e Medievais - VII Ciclo de Estudos Antigos e Medievais Relações de Poder, Cultura e Educação, 2005, Assis. *Anais*, 2005. v. 1. p. 1-1.
- PIMENTEL, G. G. A. De jogo caipira a esporte country: novas configurações culturais do rodeio no Brasil. In: V CONGRESSO MUNDIAL DO LAZER - WRLA, 1998, São Paulo. 5 th World Congress Leisure. São Paulo: SESC, 1998. v. único.

- PINA, Luiz Wilson. Lazer, cultura, formação de mercado profissional: A experiência do Sesc de São Paulo. Coletânea do IX Encontro Nacional de Recreação e Lazer. Belo Horizonte: UFMG/EEF/Celar, 1997, pp. 179-184
- PINTO, Leila Mirtes Santos de Magalhães (et all). Recreação, lazer e educação física/ciências do Esporte: conhecimento e intervenção. In: GOELLNER, Silvana Vilodre (Org.). Educação física/ciências do esporte: intervenção e conhecimento. Florianópolis: CBCE, 1999.
- PINTO, Leila Mirtes Santos de Magalhães. Formação de educadores e educadoras para o lazer; saberes e competências. Revista Brasileira de Ciências do Esporte, Campinas/SP, v. 22, n. n.3, p. 53-72, 2001.
- PINTO, M. I. M. B. A cena muda: maquinismo e lazer na Metrópole Cafeeira, 1910-1930. In: X Simpósio de História, 1997a, Vitória (ES). Fontes alternativas para a História: *Anais... X Simpósio de História* (Edição especial da Revista de História). Vitória (ES): Universidade Federal do Espírito Santo, 1997a.
- PINTO, M. I. M. B. Tecnologias de lazer no processo de configuração cultural de São Paulo nos anos 20. In: Congreso de la Federación Internacional de Estudios sobre America Latina, 1997. *Anais... VIII Congreso FIEALC - Congreso de la Federación Internacional de Estudios sobre America Latina*, 1997b. p. 102-106.
- PITHAN E SILVA, N. *Recreação*. 2 ed. São Paulo: Cia. Brasil Editora, 1971.
- PLATAFORMA LATTES. Disponível em: <<http://lattes.cnpq.br/index.htm>>. Acesso em: 22 janeiro 2006.
- POLATO, Thelma Hoehne Peres. Lazer e trabalho: algumas reflexões a partir da ontologia do ser social. *Motrivivência*, Florianópolis, n. 20-21, p. 139-162, 2004 a.
- POLATO, Thelma Hoehne Peres. Reflexões sobre o lazer: Contribuições da ontologia do ser social. *Licere*, Belo Horizonte, v. 7, n. 1, p. 54-64, 2004b.
- PRONI, M. W. O mercado de trabalho em serviços de lazer no Brasil. In: XV ENAREL - Encontro Nacional de Recreação e Lazer, 2003, Santo André - SP. Coletânea do XV Enarel. São Paulo: Sesc-SP, 2003.
- RAGO, Margareth. *Pequenos trabalhadores*: Sobre a educação física a infância empobrecida e o lúdico numa perspectiva histórica e social. Florianópolis: Gráfica da UFSC, 1995
- REALE, Miguel. O direito de não trabalhar. In: _____. *Tendência do direito do trabalho contemporâneo*. São Paulo: Edições LTr, 1980.
- REALISMO SOCIALISTA. Disponível em: <http://www.45-rpm.net/palante/realsoc.htm> Acesso em: 18 nov. 2006.
- REQUIXA, Renato. *El centro de estudios del ocio*. Publicação Bilíngüe (espanhol e Inglês). In: Congreso Mundial de Sociologia -ISA. Comision de investigaciones sobre el ocio. México, Agosto, 1982. São Paulo: SESC, 1982.
- REQUIXA, Renato. Lazer e ação comunitária. São Paulo: SESC, 1973.
- REQUIXA, Renato. O lazer e a civilização urbana. *Boletim de Intercâmbio*. Rio de Janeiro, SESC (20): 63-95, dez, 1974.

- REQUIXA, Renato. O lazer e a civilização urbana. *Cadernos de Lazer*. Documento. São Paulo: Sesc, J:43-75, jul. 1976.
- REQUIXA, Renato. O lazer na grande cidade e os espaços urbanizados. *Cadernos de Lazer*. São Paulo, SESC/Brasiliense, 1(1): 17-36, 1977a.
- REQUIXA, Renato. O lazer no Brasil. São Paulo: SESC, 1977b.
- RIESMAN, David. *A multidão solitária*. São Paulo: Perspectiva, 1971.
- RIOPARDENSE, Francisco de Macedo. O uso do tempo e o equipamento urbano de recreação. Porto Alegre: Universidade Federal do Rio Grande do Sul, 1970.
- RITTER, Alexandre Luis. Lazer e estratificação social: um estudo piloto. Encontro Nacional de Recreação e Lazer, 15, Santo André. *Anais...* Santo André: SESCSP, Prefeitura de Santo André, 2003 (CD-ROM).
- ROSA, Maria Cristina . A festa como possibilidade de lazer: a visão de Sebastian De Grazia. In: IV Encontro Nacional de História do Esporte, Lazer e Educação Física, 1996, Belo Horizonte. Coletâneas do IV Encontro Nacional de História do Esporte, Lazer e Educação Física, 1996. p. 375-380.
- RUSSELL, Bertrand. *O elogio do lazer*. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1957.
- SÁ, Kátia Oliver de. *Lazer, trabalho e educação. Pressupostos ontológicos dos estudos do lazer no Brasil*. 2003c. Dissertação (Mestrado) Faculdade de Educação – Universidade federal da Bahia, Salvador.
- SÁ, Kátia Oliver de. Pressupostos ontológicos dos *estudos do lazer* no Brasil. Encontro Nacional de Recreação e Lazer, 15, Santo André. *Anais...* Santo André: SESCSP, Prefeitura de Santo André, 2003b (CD-ROM).
- SÁ, Kátia Oliver de. Pressupostos ontológicos dos *estudos do lazer* no Brasil. IN CHAVES, Márcia; GAMBOA, Silvio Sanchez; SÁ, Kátia. *Lazer e recreação no currículo de educação física*. Maceió: EDUFAL, 2003a. p. 155-197.
- SÁ, Kátia Oliver de. Trabalho e lazer alienados: uma realidade em discussão. Encontro Nacional de Recreação e Lazer, 15, Santo André. *Anais...* Santo André: SESC/SP, Prefeitura de Santo André, 2003d (CD-ROM).
- SADI, Renato Sampaio. Educação física e lazer: a centralidade do trabalho como mediação. *Revista Brasileira de Ciências do Esporte* Congresso Brasileiro de Ciências do Esporte – CONBRACE, 11, Florianópolis. *Anais...* Educação física/ciências do esporte: intervenção e conhecimento. CBCE/UFSC/CNPq, Florianópolis, SC. 1999. P. 747-753.
- SALOMÃO, Alexandre França; CARMO, Gonçalo Cassins Moreira do. Lazer e religião: nexus entre o corpo e o espírito. Congresso Brasileiro de Ciências do Esporte, 14, Porto Alegre. *Anais...* Porto Alegre: ESEF/UFRGS, 2005. p. 3545-3554.(CD)
- SALVADORI, Maria Angela Borges. *Pobres, porém livres: a construção da noção do ócio*. Revista do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, v. 1, p. 35-41, 1993
- SANT´ANNA, Denise Bernuzzi de. *O prazer justificado: história e lazer (1969/1979)*. São Paulo: Marco Zero/MCT/CNPq, 1994.

- SANTIN, Silvino. Diversidade cultural no lazer: exclusões e marginalidade. IN: ENAREL – Encontro Nacional de Recreação e Lazer, p, 1997, Belo Horizonte. *Coletânea... A diversidade cultural no lazer*. Belo Horizonte: UFMG/EEF/CELAR, 1997. p. 38-50.
- SCHMIDT, Maria Junqueira. *Educar pela recreação*. São Paulo: Livraria Agir Editora, 1969.
- SCHWARTZ, G. M. O conteúdo virtual do lazer: contemporizando Dumazedier. Revista *Licere*, Belo Horizonte, v. 2, n. 6, p. 23-31, 2003.
- SCWARTZ, Adriano. *Memórias do presente: 100 entrevistas do Mais! Artes do Conhecimento*. São Paulo: Publifolha, 2003.
- SENADO FEDERAL. Biblioteca Acadêmico Luiz Viana Filho. Disponível em: <http://www.senado.gov.br/sf/biblioteca/pesquisa.asp>. Acesso em: set. 2005.
- SERVIÇO SOCIAL DO COMÉRCIO – SESC. 60 anos. Disponível em: <http://www.sesc.com.br>. Acesso em: ago. 2005.
- SERVIÇO SOCIAL DO COMÉRCIO. *SESC: os fatos no tempo – 30 anos de ação social*. São Paulo: SESC - Departamento Nacional, 1977.
- SILVA, Bruno Adriano R. da. Da animação cultural ao processo de organização comunitária: dialogando com a proposta dos CIEPS. In VI Seminário “O lazer em debate”. *Anais...* Belo Horizonte: UFMG/DEF/CELAR, 2005. P. 94-95.
- SILVA, Maurício Roberto da. A exploração do trabalho infantil e suas relações com o tempo de lazer/lúdico: quando se descansa se carrega pedra!. *Licere*, v. 4, n. 1, 2001.
- SILVA, Maurício Roberto da. Sonhos de criança: Trabalho ou lazer. In: Nelson Carvalho Marcellino (Org.). *Lúdico, Educação e Educação Física*. Ijuí: UNIJUÍ, 1999. P. 49-71.
- SILVA, Maurício Roberto da. Trabalho e lazer: reflexões acerca dos sonhos das crianças brasileiras sem infância. In: SOUSA, Eustáquia Salvadora; VAGO, Tarcísio Mauro. *Trilhas e Partilhas*. Belo Horizonte: Gráfica e Editora Cultura, 1997. P. 341-367.
- SILVA, Maurício Roberto da. *Trama doce-amarga: exploração do trabalho infantil e cultura lúdica*. São Paulo: HUCITEC, 2003.
- SILVEIRA, J. A relação entre lazer e trabalho na vida cotidiana dos pescadores artesanais. Seminário “O Lazer em debate”, 4, Belo Horizonte. 2005. *Coletânea...* WERNECK, C. G. L.; ISAYAMA, H. F. Belo Horizonte: UFMG/DEF/CELAR p. 104-112.
- SILVEIRA, J. Seja “ativo”, “pratique” lazer e (colabore com a indústria): alguns comentários sobre o programa lazer ativo (NUPAF/SESI). Encontro Nacional de Recreação e Lazer, 15, Santo André. *Anais...* Santo André: SESCSP, Prefeitura de Santo André, 2003 (CD-ROM).
- SODRÉ, Fabio. As necessidades dos operários brasileiros. *Revista de Estudos Brasileiros*, a I, n. 1, jul./ago. de 1938. P. 66-82.
- SOUSA, Iracema Soares. Ginástica laboral: lazer ou uma tecnologia organizadora do trabalho? Congresso Brasileiro de Ciências do Esporte, 14, Porto Alegre. *Anais...* Porto Alegre: ESEF/UFRGS, 2005. p. 3466-3476.(CD)
- SOUSA, Iracema Soares. O Lazer do capitalismo comporta promoção humana?. In: 2º Congresso Sul brasileiro de Ciências do Esporte, 2004, Criciúma. Os movimentos da educação

- física brasileira: O que eles apontam?. Criciúma - SC: Universidade do Extremo Sul Catarinense, 2004. v. 01. p. 01-07.
- SOUSA, Iracema Soares. Tempo livre com lazer do trabalhador e a promessa de felicidade. (Tese de Doutorado) São Paulo, USP, 2002.
- SOUSA, Iracema Soares; CARVALHO, Wolney Roberto. Tempo livre no modo de produção capitalista: possibilidade ou retórica? Colóquio Marx e Engels, 4, Campinas. *Anais...* Campinas: Universidade Estadual de Campinas, 2005. s/p Disponível em: <http://www.unicamp.br/cemarx/ANAIS%201V%COLOQUIO> Acesso em: 28/04/ 2007 09:06:18
- SOUSA, Osman Martiniano de; SEVERINO, Peterson Trindade; OLIVEIRA, Wagner Félix de. Tempo livre ou prisão capitalista? Encontro Nacional de Recreação e Lazer, 12, Camburiú. *Coletânea...* Balneário Camburiú: UNIVALI/Roca, 2000. p. 537-541.
- SOUZA, A. P. T. Análise das Relações entre as Teorias Taylorista e Fordista com o Lazer. In: Enarel, 2003, Santo André. Anais do 15 Enarel, 2003.
- SOUZA, Adalberto de Santos; HÚNGARO, Edson Marcelo; REQUENA, Renato; POLATO, Telma Hoehne Perez. As relações entre lazer e trabalho sob uma visão ontológica. Encontro Nacional de Recreação e Lazer, 12, Camburiú. *Coletânea...* Balneário Camburiú: UNIVALI/Roca, 2000. p. 528-536.
- STOPPA, E. A; ISAYAMA, H. F; WERNECK, C. L. G. *Lazer e Mercado*. Campinas: Papirus, 2001. 112 p.
- STRAMANDINOLI, Cecília Torreão. Aspectos psicológicos do lazer. *Boletim do Centro de Estudos da Maternidade Carmelo Dutra*, Rio de Janeiro, 4 (6): 59-72, 1971.
- SUSSEKIND, A.; MARINHO, I. P.; GÓES, O. *Manual de recreação: orientação dos lazeres do trabalhador*. Rio de Janeiro: Ministério do Trabalho, Indústria e Comércio, 1952.
- SUSSEKIND, Arnaldo. A chave do sucesso: Arnaldo Sussekind – um cidadão ilustre. (Entrevista) *Revista Prática Jurídica*, Brasília, a. 3, n. 30, 30 set. 2004. p. 6-9.
- SUSSEKIND, Arnaldo. *Convenções da OIT*. São Paulo: Editora LTR, 1994.
- SUSSEKIND, Arnaldo. *Duração do trabalho e repouso remunerados*. Rio de Janeiro: Freitas Bastos, S.A., 1950.
- SUSSEKIND, Arnaldo. *Recreação operária*. Rio de Janeiro: Ministério do Trabalho, Indústria e Comércio, 1948.
- SUSSEKIND, Arnaldo. *Trabalho e recreação: fundamentos, organização e realizações da S.R.O*. Rio de Janeiro: Ministério do Trabalho, Indústria e Comércio, 1946.
- TAFFAREL Celi Nelza Zulke. Lazer e projeto histórico. *Impulso*, Piracicaba, 16(39): 91-106, 2005.
- TAFFAREL Celi Nelza Zulke. Lazer e projeto histórico. *Impulso*, Piracicaba, 16(39): 91-106, 2005.
- TAFFAREL Celi Nelza Zulke. Perspectivas pedagógicas em educação física. In: *Atividade física: uma abordagem multidimensional*. João Pessoa: Idéia, 1997, p. 106-130.

TAFFAREL Celi Nelza Zulke. *Prestando Contas – Edital Universal CNPq. Rascunho Digital*. Disponível em: http://www.faced.ufba.br/rascunho_digital/. Acesso em: 17 ou 2006.

TAFFAREL Celi Nelza Zulke. Relatório técnico científico apresentado ao CNPq e a UFBA. Edital Universal Processo: 477929/01-0. Outubro 2001 – Dezembro 2003. Salvador, BA. Dezembro de 2003 (mimeo).

TAFFAREL Celi Nelza Zulke; ESCOBAR, Michele Ortega; SANTOS JÚNIOR, Cláudio Lira. Parâmetros teórico-metodológicos para o ensino e a pesquisa em educação física & Esporte e Lazer. In: TAFFAREL Celi Nelza Zulke; CHAVES, Márcia Ferreira; GAMBOA, Silvio Sánchez. *Prática pedagógica e produção do conhecimento na educação física & Esporte e Lazer*. Maceió: EDUFAL, 2003.

TAFFAREL, Celi Nelza Zulke. Perspectivas pedagógicas em educação física. In: GUEDES, Onacir Carneiro. *Atividade física: uma abordagem multidimensional*. João Pessoa: Idéia, 1997. P. 106-130.

UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO. Banco de Dados Bibliográficos da USP. Catálogo On-line Global DEDALUS. Disponível em: <http://dedalus.usp.br:4500/ALEPH/por/USP/USP/DEDALUS/START>. Acesso em: out/nov/dez/jan/fev. 2005.

UNIVERSIDADE ESTADUAL DE CAMPINAS. Sistema de Bibliotecas da UNICAMP. Disponível em: <http://www.unicamp.br/bc/>. Acesso em: ago. set. out. nov. dez. 2005.

UNIVERSIDADE ESTADUAL DE LONDRINA. Sistema de Bibliotecas da UEL. Disponível em: <http://www.uel.br/bc/> Acesso em: ago. set. out. nov. dez. 2005.

UNIVERSIDADE FEDERAL DE MINAS GERAIS. Sistema de Bibliotecas da Universidade Federal de Minas Gerais. Disponível em: <http://www.ufmg.br/biblioteca/index.shtml>. Acesso em: ago. 2005.

UNIVERSIDADE FEDERAL DE SÃO CARLOS. Biblioteca Comunitária UFSCAR. Disponível em: http://www2.ufscar.br/interface_frames/index.php?link=http://www.bco.ufscar.br. Acesso jan 2006.

UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO DE JANEIRO. Sistema de Bibliotecas e Informação – SIBI. Disponível em: <http://www.sibi.ufrj.br/> Acesso em: ago. 2005.

UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL. *Catálogo On-linedo Sistema de Bibliotecas*. Disponível em: <http://sabix.ufrgs.br/aleph/> Acesso em nov. 2005.

VALENTE, Edison Francisco. Lazer: tempo e espaço sociais. In: Encontro Nacional de História do Esporte, Lazer e Educação Física, 5, 1997, Maceió. *Coletânea...* Maceió: ETFAL/UNIJUÍ, 1997. p. 316-323.

VALENTE, Marcia Chaves. Recreação e Lazer: o conhecimento teórico disponível em livros, teses e dissertações. In: _____. *Lazer e recreação no currículo de educação física*. Maceió: EDUFAL, 1997. p. 21-52.

VALLE, Lílian A. B. do. Lazer: senso comum, perspectiva histórica e tentativa de definição. Revista quadrimestral do mestrado em Educação da UERJ, Rio de Janeiro, Ano 2, n ¾, mai/dez, 1987.

- VEBLEN, Thorstein. *A teoria da classe ociosa*. São Paulo: Livraria Pioneira Editora, 1965.
- VERONEZ, Luiz Fernando Camargo. Lazer, movimentos sociais e políticas públicas. Congresso Brasileiro de Ciências do Esporte, 13, Caxambú. *Anais...* Caxambu: CBCE, 2003. p. (CD)
- VIEITEZ, C. G. Marx, o trabalho e a evolução do lazer. In: Heloisa Turini Bruhns. (Org.). *Lazer e ciências sociais - diálogos pertinentes*. São Paulo, 2002, v. , p.
- VINHA, M. O Conceito de Configuração e Poder em Norbert Elias. *Revista Conexões: Educação, Esporte e Lazer*, FEF-UNICAMP, v. 5, p. 85-90, 2001.
- WERNECK, C. L. G.; STOPPA, E.; ISAYAMA, H. F. (Org.). *Lazer e mercado*. Campinas: Papyrus, 2001.
- WERNECK, Christianne Luce Gomes. *Recreação e Lazer no Brasil*. Disponível em: <http://listas.cev.org.br/arquivos/html/cevlazer/2001-02/msg00029.html> Acesso em: 11/09/2005 23:04.
- WERNECK, Christianne Luce Gomes. Recreação e lazer: apontamentos históricos no contexto da educação física. IN . WERNECK, C. L. G.; ISAYAMA, H. F. *Lazer, recreação e educação física*. Belo Horizonte: autêntica, 2003a.
- WERNECK, Christianne Luce Gomes. Reflexões sobre o significado de Recreação e de Lazer no Brasil e emergência de estudos sobre o assunto (1926-1964). *Revista Conexão*, v. 1, n. 2, 2003b. Disponível em: http://www.unicamp.br/feff/publicacoes/conexoes/v1n2/2_reflexoes.pdf
- WERNECK, Christianne Luce Gomes. Trajetória do primeiro centro de estudos de lazer no Brasil (1973-1978): conversando com Andréa Bonow. *Licere*, Belo Horizonte, v. 5, n. 1, p. 127-133, 2002.
- WERNECK, Christianne Luce Gomes. *Lazer, trabalho e educação: relações históricas, questões contemporâneas*. Belo Horizonte: Ed. UFMG/CELAR-DEF/UFMH, 2000.
- WITCZAK, Marcus Vinícius Castro. Lazer e trabalho: relação de continuidade na aposentadoria?. IN MÜLLER, Ademir. Da Costa, Lamartine. *Lazer e trabalho: um único ou múltiplos olhares?* Santa Cruz do Sul: EDUNISC, 2003.
- YURGEL, M. Encontro de Varna - um congresso da UIA sobre o lazer. *A Construção em São Paulo*, São Paulo, p. 8 - 9, 26 jun. 1972.
- YURGEL, M. Para Uma Arquitetura do Lazer. *Revista Vozes*, Revista de Cultura Vozes, v. 03, p. 61-64, 1973.
- YURGEL, M. Triste tempo livre. *Revista Visão*, São Paulo, p. 0 - 0, 16 dez. 1974.
- YURGEL, Marlene. *Urbanismo e Lazer*. São Paulo: Nobel, 1983.
- ZANIRATO, Silvia Helena . *Artífices do ócio. Mendigos e vadios em São Paulo (1933-1942)*. Londrina: Eduel, 1998. v. 1. 268 p
- ZINGONI, Patrícia. A descentralização e novos desafios para a política pública de lazer em Belo Horizonte. *Cinergis – Revista do Departamento de Educação Física e Saúde*, Santa Cruz do Sul, vol. 2, n. 1, p. 45-71, 2001.